Academia de Marinha

MEMÓRIAS 2020

VOLUME L

Por mares nunca de outro lenho arados

ACADEMIA DE MARINHA

Academia de Marinha

MEMÓRIAS 2020

VOLUME L

LISBOA
2021

OCEANO AZUL
fundação

Ficha técnica

Título Memórias 2020

Edição Academia de Marinha, Lisboa

Coordenação Herlander Valente Zambujo
José Manuel dos Santos Maia
Luís Couto Soares

Capa e contracapa
Hodómetro setecentista, utilizado na medição de distâncias percorridas a pé.
Mostrador em latão gravado e prateado, assinado *G. Adams Fleet Street London*, graduado em *Miles*, *Furlongs*, *Poles*, *Yards*, *Chains* e *Link*s, com indicação das equivalências entre estas unidades de medida inglesas, e ainda o Pé e a Polegada.
Fabricante: George Adams, Fleet Street, Londres.
Materiais: mogno, ferro, latão, aço e vidro
Altura máxima: 130 cm
Diâmetros: roda, 80 cm; mostrador, 19 cm
Data: *circa* 1770
Colecção LCS
Fotos: Filipe Enes (capa) e João Pedro Cipriano (contracapa)
Concepção gráfica: Luís Couto Soares

Data Setembro 2021

Tiragem 200 exemplares

Impressão e acabamento Página Ímpar

Depósito legal 488883/21

ISBN 978-972-781-162-5

ÍNDICE

Titulares dos cargos estatutários em 2020 11
Síntese da atividade cultural em 2020 12
Vida académica 15
Lista de membros eleitos 26

Sessões culturais

7 JANEIRO
SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO ACADÉMICO
Palavras do Presidente da Academia de Marinha 29
Francisco Vidal Abreu
As origens das antigas ordens militares, uma reflexão estratégica 33
Jaime Gama

14 JANEIRO
A extinção da Provedoria das Armadas e Naus da Índia, e a criação da Intendência da Marinha dos Açores 41
Manuel Augusto de Faria

21 JANEIRO
D. Luís, rei e tradutor 53
Salvato Teles de Menezes

28 JANEIRO
Nos primórdios da Expansão Marítima Portuguesa 63
Bernardo Vasconcelos e Sousa

4 FEVEREIRO
Documentos inéditos para a expedição de Barreto-Homem ao Monomotapa (1569-1577): D. Sebastião, o Estado da Índia e a gestão do Império 71
Nuno Vila-Santa e Pedro Pinto

11 FEVEREIRO
Competição e conflito nas «Ilhas de Solor» (1566-1636) 109
José Vilas Boas Tavares

18 FEVEREIRO
Mares da China: disputas e dilemas em face da ressurgência chinesa 155
Luís Tomé

3 MARÇO

O Centenário Henriquino (1894) – comemorações: imagens e ideologias 181
Maria Manuela Tavares Ribeiro

Mar, Comemorações e Memória do Infante D. Henrique na construção de Paradigmas Historiográficos 195
Victor Barros

5 MARÇO

SESSÃO CULTURAL CONJUNTA COM O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO – SANTARÉM
"D. PEDRO DE MENEZES: UM HOMEM, UMA HISTÓRIA"

Palavras do Presidente do CIJVS*
Martinho Vicente Rodrigues

D. Pedro de Meneses: paladino de uma nova dinastia? 209
Ana Paula Avelar
Vítor Gaspar Rodrigues

D. Pedro de Meneses e a recuperação da memória linhagística dos Teles de Meneses*
Nuno Silva Campos

Palavras do Presidente da Academia de Marinha 217
Francisco Vidal Abreu

15 JUNHO

CERIMÓNIAS FÚNEBRES DO ALMIRANTE NUNO VIEIRA MATIAS

Palavras do Presidente da Academia de Marinha 219
Francisco Vidal Abreu

22 SETEMBRO

SESSÃO COMEMORATIVA DO NASCIMENTO DO VICE-ALMIRANTE TEIXEIRA DA MOTA

O Vice-almirante Avelino Teixeira da Mota (1920-1982) e a Investigação Científica Tropical. Notas para uma Biografia no Centenário do seu nascimento 221
Carlos Baptista Valentim

29 SETEMBRO

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO PRÉMIO "FUNDAÇÃO ORIENTE – EMBAIXADOR JOÃO DE DEUS RAMOS" /2020

Palavras do Presidente da Academia de Marinha 259
Francisco Vidal Abreu

Palavras do Presidente da Fundação Oriente 263
Carlos Monjardino

Apresentação da obra *"O Regresso dos Mortos. Os Doadores da Misericórdia do Porto e a Expansão Oceânica (Séculos XVI–XVII)"* 265
Isabel dos Guimarães Sá

Apresentação da obra *"O Poder entre Lisboa e o Oriente. Persistências e Mudanças na Administração. Do Ultimato ao Ato Colonial"* 269
Célia Maria Ferreira Reis

6 OUTUBRO

WORKSHOP "QUE PODER NAVAL PARA O SÉCULO XXI?"

Palavras do Presidente da Academia de Marinha*
Francisco Vidal Abreu

Que Poder Naval para o século XXI?*
António José Telo
Fernando Melo Gomes
João Pires Neves
Luís Sardinha Monteiro

13 OUTUBRO

CICLO DE ECONOMIA DO MAR – SEMINÁRIO SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA

Enquadramento geral e estratégico 275
Victor Lopo Cajarabille

A Segurança Marítima nas Relações Internacionais 287
Sérgio Silva Pinto

Uma perspetiva nacional da segurança marítima 313
José Velho Gouveia

20 OUTUBRO

A Matemática e o Mar: o fascínio dos números, os códigos secretos e seus labirintos 331
José Luís Viegas Freitas

27 OUTUBRO

10º CICLO DE CONFERÊNCIAS RELAÇÕES LUSO-ITALIANAS
"OS MARES DOS ITALIANOS"

O porto de Aveiro e a ação dos arquitetos hidráulicos italianos no século XVIII – projetos e contributos para a navegabilidade da Barra e do rio Vouga*
Inês Amorim

29 OUTUBRO

APRESENTAÇÃO DO LIVRO *MEMÓRIAS NAVAIS* *

João Moreira Freire, Autor

3 NOVEMBRO

Contributos para a simulação de fenómenos de conflito social usando modelos baseados em agentes 339
Carlos M. Oliveira e Lemos

5 NOVEMBRO

LANÇAMENTO DOS VOLUMES DA HISTÓRIA DA MARINHA PORTUGUESA *VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS 1139-1499* E *VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS 1824-1974*

Palavras do Presidente da Academia de Marinha 365
Francisco Vidal Abreu

Palavras do Presidente da Comissão Científica da História da Marinha Portuguesa 369
Francisco Contente Domingues

Palavras do Coordenador da obra *Viagens e Operações Navais 1139-1499* 375
José Rodrigues Pereira

Palavras do Coordenador da obra *Viagens e Operações Navais 1824-1974* 379
António Costa Canas

17 NOVEMBRO

A intervenção da Marinha e do Exército na prevenção e combate às epidemias em Portugal no século XIX 383
Laurinda Abreu

24 NOVEMBRO

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DOS 150 ANOS DOS *ANAIS DO CLUBE MILITAR NAVAL*

Palavras do Presidente da Academia de Marinha 397
Francisco Vidal Abreu

Uma viagem de cento e cinquenta anos pelos mares do conhecimento e da cultura 399
Herlander Valente Zambujo

150 Anos dos *Anais do Clube Militar Naval* 407
António Costa Canas

Palavras do Presidente da Direção do *Clube Militar Naval* 415
Augusto Santos Silva

3 DEZEMBRO

APRESENTAÇÃO DOS LIVROS
A AÇÃO NAVAL E DIPLOMÁTICA PORTUGUESA NA GRANDE CHINA (1925-1928)
GAGO COUTINHO - A NAVEGAÇÃO AÉREA E A NAVEGAÇÃO MARÍTIMA. CONTRIBUIÇÃO PARA O SEU ESTUDO

Palavras do apresentador do livro *A ação naval e diplomática portuguesa na grande China (1925-1928)* 417
João Nobre de Carvalho

Palavras do autor do livro *A ação naval e diplomática portuguesa na grande China (1925-1928)**
João Moreira Freire

Palavras do apresentador do livro *Gago Coutinho - a Navegação Aérea e a Navegação Marítima. Contribuição para o seu Estudo* 421
José António de Arez Romão

Palavras do autor do livro *Gago Coutinho - a Navegação Aérea e a Navegação Marítima. Contribuição para o seu Estudo* 427
José Manuel Malhão Pereira

15 DEZEMBRO

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DO ANO ACADÉMICO

Palavras do Presidente da Academia de Marinha 433
Francisco Vidal Abreu

"Fugir depressa, para longe e por muito tempo": comportamentos dos homens acossados pela Peste 435
Maria Helena da Cruz Coelho

17 MAIO 2019

O Estreito de Gibraltar, Ceuta e Tânger no Atlas de Pedro Teixeira Albernaz 451
Vasco Soares Mantas

* *Não publicado neste volume das* Memórias *por falta do texto*

TITULARES DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS EM 2020*

Presidente
Almirante Francisco Vidal Abreu

Vice-Presidente (Classe de História Marítima)
Professor Doutor Vítor Gaspar Rodrigues

Vice-Presidente (Classe de Artes, Letras e Ciências)
Contra-almirante Luiz Roque Martins

Secretário-geral
Capitão-de-mar-e-guerra Herlander Valente Zambujo

Secretária da Classe de História Marítima
Professora Doutora Ana Paula Avelar

Secretário da Classe de Artes, Letras e Ciências
Dr. Paulo da Silva Santos

* Eleitos para o triénio 2019-2021, pela Assembleia dos Académicos de 15 de novembro de 2018 e após homologação em 28 de novembro de 2018 pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

SÍNTESE DA ATIVIDADE CULTURAL

A Academia de Marinha (AM) tem como missão a promoção e desenvolvimento de estudos e a divulgação do conhecimento relacionado com a história, artes, letras e ciências dedicadas ao mar e às atividades marítimas. Nesse âmbito, durante o ano de 2020, a sua atividade procurou o cumprimento dessa missão, principalmente através da realização de sessões culturais semanais, solenes ou extraordinárias, ao mesmo tempo que manteve uma intensa atividade editorial.

Debruçando-nos sobre estas iniciativas, e tendo presente que a pandemia de SARS-CoV-2 limitou em grande medida a capacidade de organização dos eventos planeados, a AM planeou 37 conferências ordinárias e 6 extraordinárias, das quais 5 em sessões conjuntas com outras entidades homólogas. Destas, conseguiu-se realizar 19 conferências ordinárias e 3 extraordinárias, recorrendo a um aproveitamento do segundo semestre do ano. Foram adiadas, para 2021, 18 conferências ordinárias e 3 extraordinárias. Foi igualmente programado o II Simpósio de História do Oriente subordinado ao tema «Magalhães e Elcano e a Exploração das Pacíficas às Índicas águas», que foi adiado para o ano de 2021. Em todas as conferências realizadas estiveram envolvidos 44 conferencistas, sendo 27 académicos e 17 convidados, o que permitiu, sob diferentes perspetivas, um maior aprofundamento dos temas selecionados.

Destacam-se, deste conjunto, as Sessões Solenes de Abertura e Encerramento do Ano Académico e de entrega do Prémio *"Fundação Oriente – Embaixador João de Deus Ramos"*, presididas por S. Exa. o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, bem como a Sessão Solene de Comemoração dos 150 Anos dos *Anais do Clube Militar Naval*, presidida por S. Exa. o Vice-Almirante Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, em representação do CEMA.

Da atividade editorial da AM salientam-se os lançamentos de dois volumes da História da Marinha Portuguesa, *Viagens e Operações Navais 1139-1499* e *Viagens e Operações Navais 1824-1974*, das *Memórias 2019*, do livro *Os portugueses e a Ásia Marítima - Trocas científicas, técnicas e sócio-culturais (séculos XVI-XVIII)* e dos livros *A Ação Naval e Diplomática Portuguesa na Grande Crise da China (1925-1928)* e *Gago Coutinho – A Navegação Aérea e a Navegação Marítima. Contribuição para o seu Estudo.*

Também o ano 2020 registou o início da divulgação por e-mail dos vídeos das sessões da Academia de Marinha, que já se encontravam em processo de gravação desde 2019. Essas gravações encontram-se disponíveis no Portal da Academia de Marinha.

Convém destacar, concluindo, o programa de beneficiação e remodelação das instalações físicas da AM, que envolveram desigualmente: a Biblioteca Teixeira da Mota, a Sala dos Académicos e os gabinetes de trabalho da guarnição. Para além das divisões renovadas, foram adicionadas à decoração da Biblioteca uma escultura alegórica de nome «Neptuno segurando uma nau», cedida pelo Museu de Marinha (MM), e uma tapeçaria de Portalegre, com denominação «Exército em Defesa da Pátria», que se encontrava à guarda da Direção de Infraestruturas (DI). De salientar que os apoios dados pela DI e MM na concretização deste projeto,

vieram proporcionar uma revitalização dos espaços e a garantia de uma Academia mais aberta e acessível, promotora da cultura e conhecimento do Mar e das suas gentes.

VIDA ACADÉMICA

Sessão Solene de Abertura do Ano Académico

Presidida pela Sua Exª, o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Maria Mendes Calado, a sessão solene de abertura do Ano Académico teve lugar a 7 de janeiro.

Esta sessão contou com a apresentação da conferência "As antigas ordens militares, uma reflexão geopolítica", pelo Dr. Jaime Gama.

Solicitado pelo Presidente da Academia de Marinha, Almirante Vidal Abreu, o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Mendes Calado procedeu à entrega do diploma de Membro Honorário da Academia ao Contra-almirante, Engenheiro Construtor Naval, Rogério D'Oliveira, 4º Presidente desta Academia.

A sessão terminou com o Dr. Jaime Gama a relembrar a importância das Antigas Ordens Militares e a sua perpetuação nas Ordens Honoríficas Portuguesas.

3ª Sessão Cultural Conjunta com o Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

A 3ª sessão cultural conjunta com o Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão teve lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal de Santarém a 5 de março.

Visando o tema "D. Pedro de Meneses: um homem, uma história", esta sessão foi presidida pela Vereadora dos Assuntos Jurídicos e do Urbanismo, Dra. Cristina Casanova Martins, em representação do Presidente da Câmara Municipal de Santarém.

Os oradores convidados foram, por parte da AM, a Profª Doutora Ana Paula Avelar, com a comunicação "D. Pedro de Meneses: paladino de uma nova dinastia?", também da responsabilidade do Prof. Doutor Vítor Gaspar Rodrigues e, por parte do CIJVS, o Doutor Nuno Silva Campos, com a comunicação – "D. Pedro de Meneses e a recuperação da memória linhagística dos Teles de Meneses".

Sessão Cultural Comemorativa do Nascimento do Vice-almirante Teixeira da Mota

Realizada no dia 22 de setembro, esta sessão teve como principal objetivo a comemoração do nascimento do Vice-almirante Teixeira da Mota, personalidade ilustre da Academia e em vários campos das Artes, Letras e Ciências, e o segundo Presidente da Academia de Marinha.

A comunicação contou com uma apresentação feita pelo Académico Baptista Valentim, que salientou os principais feitos do homenageado.

O término desta sessão foi marcado pela reprodução de uma entrevista dada à emissora *BBC* pelo próprio Vice-almirante Teixeira da Mota, pouco tempo antes de falecer.

Sessão Solene de Entrega do Prémio
"Fundação Oriente – Embaixador João de Deus Ramos" de 2019

A sessão solene de entrega do prémio "Fundação Oriente – Embaixador João de Deus Ramos" realizou-se no auditório da Academia no dia 29 de setembro.

Na sequência do protocolo entre a Academia de Marinha e a Fundação Oriente, celebrado a 22 de novembro de 2016, a designação do prémio homenagea o antigo vice-presidente da Classe de História Marítima da Marinha da Academia de Marinha, Embaixador João de Deus Ramos.

O prémio foi atribuído *ex aequo* às senhoras professoras Isabel dos Guimarães Sá e Célia Ferreira, pelas obras intituladas *"O regresso dos mortos. Os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)"* e *"O poder entre Lisboa e o Oriente - persistências e mudanças na administração - do Ultimato ao Ato Colonial"*.

***Workshop* "Que Poder Naval para o século XXI?"**

Realizado a 6 de outubro, este *workshop* teve como foco uma discussão de ideias em redor da questão "Que Poder Naval para o século XXI?".

Foi moderado pelo Académico António José Telo e contou com a participação dos académicos Fernando Melo Gomes, João Pires Neves e Luís Sardinha Monteiro.

Após as reflexões sobre temas que englobaram a estratégia, o poder naval e a defesa nacional, abriu-se um espaço para intervenções da plateia, onde esta pôde realizar comentários e trocar ideias com os quatro intervenientes acima mencionados.

Ciclo Economia do Mar – Seminário sobre Segurança Marítima

Realizado a 13 de outubro, este seminário teve a sua atenção na temática da Segurança Marítima.

Foi coordenado pelo Académico Victor Lopo Cajarabille, Membro Emérito da Classe de Artes, Letras e Ciências e contou com o Capitão-de-mar-e-guerra José Velho Gouveia e o Capitão-de-fragata Sérgio Silva Pinto, como oradores convidados.

O seminário debruçou-se sobre questões relacionadas com os movimentos migratórios na Bacia do Mediterrâneo e a sua relação com a Segurança Marítima, questões ambientais e ainda, uma análise das implicações do projeto português de Expansão da Plataforma Continental e do projeto "Mar Europeu".

No final da sessão, houve um espaço aberto para a plateia, no sentido da colocação de questões ou realização de comentários.

10ª Edição do Ciclo de Conferências Luso-Italianas

Realizou-se a 27 de outubro e contou, como conferencista, com a Académica Inês Amorim.

Intitulada "O porto de Aveiro e a ação dos arquitetos hidráulicos italianos no século XVIII – projetos e contributos para a navegabilidade da Barra e do rio Vouga", a comunicação

visou a relevância dos projetos realizados na Barra do rio Vouga, durante o século XVIII, pelo arquiteto hidráulico veneziano Giovanni Iseppi.

Depois de uma análise aos projetos deste arquiteto, a oradora focou-se no contexto do porto de Aveiro e nas intervenções ali ocorridas.

No término desta sessão justificou-se então a importância das intervenções do arquiteto Giovanni Iseppi e de outros especialistas italianos em solo português.

Lançamento e apresentação do livro *Memórias Navais* do Académico João Moreira Freire

Nesta sessão extraordinária realizada a 29 de outubro, realizou-se o lançamento da obra do académico João Carlos Moreira Freire, denominada *Memórias Navais,* editada pelas Edições Revista de Marinha.

A apresentação desta obra coube ao Académico José Luís Leiria Pinto e ao Prof. Doutor Luís Sousa Martins, antropólogo, visando uma análise diferenciada desta obra.

No final da sessão a palavra foi dada ao Vice-almirante Henrique da Fonseca, dono da editora, e ao autor da obra. O autor da obra falou sobre os vários acontecimentos que o levaram a escrever o livro, referiu as nuances nos detalhes da capa e manifestou a sua vontade de organizar umas novas *"Memórias Navais"*.

Lançamento e apresentação de dois livros da História da Marinha Portuguesa

Na sessão cultural realizada a 5 de novembro, foram apresentadas duas obras da História da Marinha Portuguesa, editadas pela Academia de Marinha.

Intitulada *Viagens e Operações Navais 1139-1499,* esta obra, da autoria e coordenação do Académico José Rodrigues Pereira, contou com a participação escrita dos historiadores

Gonçalo Couceiro Feio, José V. Pissarra e Paulo David Vicente. Para a obra *Viagens e Operações Navais 1824-1974*, foi autor e coordenador o Académico António Costa Canas, apoiado pelos seus coautores, os académicos Adelino Rodrigues da Costa e Jorge Moreira Silva.

Sessão Solene Comemorativa dos 150 anos dos *Anais do Clube Militar Naval*

Realizou-se a 24 de novembro a Sessão Solene comemorativa dos 150 anos dos *Anais do Clube Militar Naval*, presidida pela Sua Exª. o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante Jorge Novo Palma, em representação do Almirante CEMA.

Esta sessão contou com a intervenção do Presidente da Academia de Marinha, o Almirante Francisco Vidal Abreu, do Presidente da Comissão de Redação dos *ANAIS*,

Comandante Herlander Valente Zambujo, e do Secretário da Comissão de Redação dos *ANAIS,* Comandante António Costa Canas.

O término desta sessão foi estabelecido pelo discurso do Presidente da Direção do Clube Militar Naval, Comandante Augusto Santos Silva, onde expressou a sua gratidão pelo apoio dado pela Marinha aos *Anais* e ao Clube Militar, e ao Presidente da AM por se ter associado a estas comemorações.

Apresentação de dois livros editados pela Academia de Marinha

A Academia de Marinha promoveu no dia 3 de dezembro uma sessão cultural de apresentação e de lançamento de duas obras por si editadas.

A elaboração destas obras, com os títulos *A ação naval e diplomática portuguesa na grande China (1925-1928)* e *Gago Coutinho - a Navegação Aérea e a Navegação Marítima. Contribuição para o seu Estudo*, foi da responsabilidade, dos académicos João Moreira Freire e José Malhão Pereira, respetivamente.

Sessão Solene de Encerramento do Ano Académico

Realizada a 15 de dezembro, esta sessão marcou o término de um ano académico atípico, sendo presidida por Sua Exª. o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Maria Mendes Calado.

Destacou-se nesta cerimónia uma reflexão sobre a pandemia, intitulada "Fugir para longe, depressa e por muito tempo. O comportamento dos Homens acossados pela Peste", levada a cabo pela Académica Maria Helena da Cruz Coelho.

A sessão terminou com a conferencista destacando os efeitos sociais e económicos que se fizeram sentir após a Peste Negra, que resultou na urgência da Expansão Marítima Portuguesa.

Antes do início da sessão académica, o Almirante CEMA procedeu à imposição da Medalha Militar de Serviços Distintos, Prata, ao Sargento-ajudante José Manuel dos Santos Maia.

Assembleia dos Académicos

Foram realizadas três Assembleias dos Académicos, uma no dia 30 de janeiro, para aprovação do Relatório das Atividades 2019 e do Plano de Atividades 2020, e duas em 15 de outubro, tendo sido uma para a eleição das várias categorias de membros e outra para a aprovação do Regulamento Interno, onde já está contemplado o recente Prémio "Academia de Marinha".

Prémio "Academia de Marinha" e Prémio "Almirante Teixeira da Mota" /2020

Durante o ano de 2020 a Academia de Marinha passou a atribuir o novo prémio "Academia de Marinha", que nesta sua primeira edição foi atribuído à obra *Viagens e Operações Navais 1824-1974*, coordenada pelo Académico António Costa Canas. Foi também atribuído o prémio "Almirante Teixeira da Mota", edição 2020, à obra *Cristóvão Colombo o Genovês, meu Tio por afinidade* da autoria do também Académico Luís Reis Thomaz.

Livros editados

Memórias 2019
Os portugueses e a Ásia Marítima - Trocas científicas, técnicas e sócio-culturais (séculos XVI-XVIII)
Viagens e Operações Navais 1139-1499
Viagens e Operações Navais 1824-1974
Gago Coutinho - a Navegação Aérea e a Navegação Marítima. Contribuição para o seu Estudo
A ação naval e diplomática portuguesa na grande crise da China (1925-1928)

Sessões realizadas

Durante o corrente ano foram realizadas 19 sessões culturais ordinárias e 3 extraordinárias. Os textos das conferências apresentadas encontram-se no corpo destas *Memórias*, exceto nos casos em que não foi possível a sua entrega por parte dos autores.

Académicos falecidos

Rui da Costa Pinto
Nuno Vieira Matias
Joaquim Veríssimo Serrão
António Manuel Ribeiro Rosa

LISTA DE MEMBROS ELEITOS

Na Assembleia dos Académicos de 15 de outubro

Eméritos da Classe de História Marítima
António Manuel Gonçalves
Rui Sousa Loureiro

Eméritos da Classe de Artes, Letras e Ciências
Luís Filipe Monteiro Vieira de Castro
João Carlos Mosqueira Mendes Espada

Efetivos da Classe de História Marítima
Por elevação
Filipe Themudo Barata
Jorge Santos Alves

Efetivos da Classe de Artes, Letras e Ciências
Por elevação
Henrique Portela Guedes
José Dantas Maio Marques

Correspondentes da Classe de História Marítima
Laurinda Faria Santos Abreu
Gonçalo Couceiro Feio

Correspondentes da Classe de Artes, Letras e Ciências
Carlota Isabel Leitão Pires Simões
Hugo Miguel Batista Cabral
António José Gameiro Marques
Fernando J. R. S. Barriga

Associados da Classe de Artes, Letras e Ciências
Augusto César Zeferino
Mirlan Namatov

SESSÕES CULTURAIS

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO ACADÉMICO DE 2020

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 7 de janeiro

Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada

Há menos de um mês recebemo-lo nesta Academia por ocasião do encerramento do ano académico de 2019 e das comemorações do Cinquentenário da Academia de Marinha, em sessão solene presidida por Sua Excelência o Presidente da República. Hoje, é com gosto que o recebemos de novo para presidir à sessão de abertura de um novo ano académico. Esta é a forma que consideramos adequada à importância que atribuímos ao nosso trabalho e que os nossos académicos merecem. A presença de Vª Exª é uma clara manifestação do reconhecimento desse trabalho e de que o início de um novo ano deve ser assinalado com solenidade. Bem-haja por isso, Senhor Almirante.

Senhores vogais do Conselho das Antigas Ordens Militares, reconhecido pela vossa presença. Senhores Académicos, Senhores Convidados. E não esqueço uma saudação especial aos cadetes da Escola Naval hoje aqui presentes.

Dentro de poucos dias ocorrerá, como em todos os anos, a realização de uma Assembleia de Académicos em que será apresentado o Relatório de Actividades referente ao ano de 2019 e também será submetida a aprovação do Programa de Actividades para 2020. Como nesta Assembleia só têm assento os membros efectivos e eméritos, considero ser esta uma boa oportunidade para a todos apresentar alguns dos eventos mais marcantes e já programados e que fogem à rotina das habituais sessões das Terças-feiras. E nesta listagem darei realce, naturalmente, às acções conjuntas com outras academias, universidades e instituições ligadas à cultura com quem colaboramos nesta missão de divulgação da nossa maritimidade que nos está estatutariamente cometida.

Assim, em Março iremos a Santarém para, com o Centro de Investigação Professor Joaquim Veríssimo Serrão se falar sobre "D. Pedro de Menezes: um homem, uma história", relembrando aquele que foi o primeiro Governador de Ceuta e 7º Almirante de Portugal.

Ainda em Março teremos nova Sessão Solene para apresentação dos dois livros que mereceram o Prémio Fundação Oriente – Embaixador João de Deus Ramos, sessão que será de novo presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada em substituição da tradicional sessão associada ao Prémio "Almirante Sarmento Rodrigues", já que o respectivo júri considerou que nenhuma das candidaturas estava à altura da importância e prestigio deste prémio estatutário.

Também em Março ocorrerá a nossa participação em Sessão Cultural Conjunta com a Universidade de Coimbra e o Estado-Maior General das Forças Armadas sobre o tema "O Mar como Espaço de Estudo Interdisciplinar".

Ainda em Março, ocorrerá uma visita de trabalho ao Convento de Mafra a convite do Dr. Mário Santos, Director do Palácio Nacional.

Em Abril iremos a Aveiro, na habitual sessão conjunta anual com esta Universidade para debater problemas de Dinâmica Costeira associadas ao litoral português, não necessariamente ligadas ao processo de alterações climáticas.

Em Maio receberemos o Instituto para a Cultura Europeia e Atlântica, sediado na Ericeira, para no dia 5 comemorar o Dia Mundial da Língua Portuguesa.

Ainda em Maio e, em associação ao Dia da Marinha teremos em Faro um colóquio com a Universidade do Algarve sobre um tema recorrente e que nos irá acompanhar ao longo dos anos - "O Mar - tradições e desafios", para além da sessão solene, aqui neste auditório, em que se irá falar num tema muito actual e em que a Marinha tem sido um reconhecido líder – "Sistemas de apoio à decisão". Será então apresentado o segundo livro memória decidido editar no âmbito das comemorações findas com o titulo "História da Academia de Marinha – 50 anos" da responsabilidade do Comandante Jorge Semedo de Matos. Nesta sessão é ainda possível que ocorra uma nova designação para o titulo honorífico de Pintor de Marinha.

Em junho teremos a habitual sessão conjunta com a Academia Nacional de Belas Artes, sobre "A visão no design náutico" e a inauguração da XVI Exposição de Artes Plásticas – "o Mar e os motivos marítimos", este ano com o foco nos 500 anos da primeira viagem de circum-navegação Magalhães – Elcano.

Em Outubro ocorrerão quatro eventos dignos de nota: o habitual ciclo sobre "Economia do Mar" provavelmente centrado na Segurança Marítima, a primeira sessão conjunta formal com a Academia Portuguesa da História, pese embora a colaboração entre as duas Academias ser excelente e já vir de longa data, a assembleia de académicos anual para promoções e novas admissões e ainda decorrerá a nossa participação no 9º ciclo de conferências Luso-Italianas.

Em Novembro ocorrerá o II Simpósio de História do Oriente que não esquecerá Magalhães e em Dezembro encerraremos o ano académico com a habitual sessão solene.

Com este elencar de sessões extraordinárias até parece que estamos de novo em ano de comemorações. Sucede apenas que aquilo que de início era extraordinário se está a transformar numa quase rotina. E como se não bastasse, decidiu o Senhor Ministro da Defesa Nacional desafiar a Academia de Marinha a envolver-se em 2020 na Conferência das Nações Unidas para os Oceanos, que se realizará em Lisboa, onde serão tratadas as matérias ambientais, as de gestão equilibrada dos recursos marinhos, as de segurança marítima e, de forma mais alargada, a ampliação dos nossos conhecimentos sobre o mar. Com estes temas será difícil arranjar argumentos para nos colocarmos de fora. Estamos prontos a colaborar, mas veremos que tipo de participação nos será solicitada.

E chegamos agora ao tema da sessão de hoje – as antigas ordens militares. Foi em 21 de Setembro de 2016 que reuniu pela primeira vez o Conselho das Antigas Ordens Militares que passei a integrar a convite do seu novo chanceler, o Dr. Jaime Gama. E durante essa primeira sessão foi dado a todos os vogais ouvir uma deliciosa lição de história, tão ao seu jeito, sobre as origens das antigas ordens religiosas e militares e do importante papel que tiveram na formação do estado português. E logo nessa altura pensei como seria bom poder proporcionar aos membros da Academia de Marinha e a mais convidados a mesma oportunidade. E a oportunidade surgiu agora.

O Senhor Dr. Jaime Gama, a quem cumprimento e publicamente agradeço a sua disponibilidade para ser o orador desta sessão solene de abertura do ano académico de 2020, nasceu nos Açores em I947. Aí concluiu o curso liceal, tendo-se licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa.

Foi professor e jornalista, deputado, ministro e presidente da Assembleia da República, tendo-se retirado da vida política em 2011.

É, actualmente, presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos, do Conselho Geral e de Supervisão do Observador e do Conselho de Administração do Novo Banco dos Açores. Integra os conselhos gerais da Universidade de Lisboa e do Instituto Universitário Militar, lecciona no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica e é membro do Conselho Superior do Centro de Estudos Estratégicos da Marinha. É doutor honoris causa pela Universidade dos Açores e foi nomeado Chanceler das Antigas Ordens Militares pelo actual Presidente da República.

Cumpriu o serviço militar no Exército. Vive em Lisboa desde 1965, é casado, tem um filho e seis netos.

Mas vamos ouvi-lo, que foi para isso que Vossas Excelências hoje aqui vieram.

Muito obrigado.

Academia de Marinha, Lisboa, em 7 de Janeiro de 2020

O Presidente

Francisco Vidal Abreu, Almirante

AS ORIGENS DAS ANTIGAS ORDENS MILITARES, UMA REFLEXÃO ESTRATÉGICA

Comunicação apresentada pelo
Dr. Jaime Gama, em 7 de janeiro

Senhor Almirante Chefe-do-Estado-Maior-da-Armada
Senhor Presidente da Academia de Marinha
Senhor General Rocha Vieira, meu antecessor como Chanceler das Antigas Ordens Militares
Senhores Almirantes, professores, distintas Individualidades

Foi com grato prazer que acedi a este estimulante convite do Senhor Almirante Vidal Abreu, que é um dos membros que integra o conselho das Antigas Ordens Militares, de que tenho a honra de ser Chanceler. Também aproveito para cumprimentar vários membros que aqui se encontram hoje presentes.

É uma reflexão que resulta, não só do estudo conduzido em termos absolutamente pessoais e não sistémicos, mas também da circunstância de, ao longo da vida, em diversas posições, ter tido que lidar com esta problemática e poder apreciá-la agora ainda com mais profundidade no Conselho das Antigas Ordens Militares, ter podido apreciá-la de diversos pontos de vista, de diversas abordagens, de diversos confrontos.

Como sabem só bastante mais tarde nas transformações políticas ocorridas no nosso país em 1974 é que se veio a confirmar um mecanismo mais claro para toda esta área do Estado com a aprovação da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas em 2011. Até aí vigorava legislação anterior, ou legislação avulsa, ou normas consuetudinárias que orientavam este sector.

Mas aquilo que se pode inferir é que essa Lei, conjugada com a anterior Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português, aprovada em 2006, veio a configurar uma ossatura e uma estrutura em toda uma área que navegava com critério, com bom senso, com razoabilidade, mas não tinha um enquadramento, nem um suporte geral, e assim podemos falar de uma zona de acção do Estado que hoje se encontra estabilizada e bem estabilizada.

Naturalmente, esta legislação é complementada por uma Lei da Medalha Militar e por outros conjuntos e preceitos que regulam as regras para o uso da Bandeira Nacional e as Honras e Continências Militares, sem falar também na Lei que regula a Heráldica Autárquica e de Pessoas Coletivas de Utilidade Pública. São todas elas leis que dispõem sobre um conjunto importante para a organização do Estado.

No nosso sistema distinguimos entre Ordens Honoríficas e Condecorações Militares, e as Ordens Honoríficas estão estratificadas em três níveis: as antigas Ordens Militares, as Ordens

Nacionais e as Ordens de Mérito Civil (Mérito, Instrução Pública e Mérito Empresarial). As Medalhas Militares são aquelas que se mantém e também estão estabilizadas em regulamentação própria.

O que é que se pode dizer sobre o conjunto deste sistema?

Pode dizer-se que tem uma caraterística geral de estabilidade, tem uma caraterística de continuidade e tem uma caraterística de consensualidade. E isso distingue esta sedimentação daquilo que ocorreu em períodos históricos anteriores, porque, sempre que há mudanças de sistema político, em regra uma das vítimas acaba por ser aquilo que fundamenta a simbologia do Estado – os Símbolos Nacionais e as Honras Protocolares.

Assim aconteceu no nosso País na transição da Monarquia Absoluta para a Monarquia Constitucional, assim aconteceu no nosso País na transição da Monarquia para a República.

Mas, por surpreendente que isso possa parecer na transição do Estado Novo para o Regime Democrático não houve neste conjunto um sismo, um terramoto, uma rotura traumatizadora porque a bem dizer assim como o Estado Novo só acrescentou uma condecoração às condecorações existentes (foi a do Infante Dom Henriques), o regime democrático apenas acrescentou a Ordem da Liberdade.

Mas foi mantido o essencial da ossatura do sistema de condecorações, e isso tem um valor grande porque na comparação internacional o nosso sistema de condecorações, em especial aquele que está contido nas Antigas Ordens Militares, é um sistema de enorme reputação, de enorme prestígio, de enorme credibilidade, porque elas são condecorações que se reportam a figuras e instituições históricas que fazem ancorar as suas origens muito no passado, e que, portanto, disputam com outros países uma precedência de antiguidade que é absolutamente invejável, e além do mais, não são muito numerosas.

As antigas Ordens Militares, neste caso, são Ordens que se distinguem pela sua antiguidade, que se distinguem pela sua reputação externa, pela sua carga simbólica, pela sua dignidade protocolar e pelo seu enraizamento histórico-fundacional, ou seja, vão atrás na história, bem atrás na história portuguesa. Não podemos esquecer que a Torre e Espada, que tem grande dignidade, será a mais recente que é criada em 1459 por D. Afonso V.

Já não é criada no quadro de uma antiga Ordem Religiosa Militar, é criada como uma condecoração a atribuir para distinguir feitos valorosos e até estabelecendo *numerus clausus*, para distinguir aqueles que se tenham feito notabilizar nas guerras no Norte de África, mas não dando lugar á criação de nenhuma Ordem nos moldes das Antigas Ordens Militares.

Quando dizemos Antigas Ordens Militares também temos que ter em consideração o que isso significava, e significou à época. Nós não estamos perante, como referimos nas anteriores Ordens Militares, não estamos perante a situação de militares que por uma devoção religiosa específica se tenham constituído voluntariamente em associação.

O que temos que ver é o que era a estrutura da ordem de batalha, se assim podemos falar nessa altura, que é muito distinta do que é a contemporânea, nós estamos perante a introdução no território Português, e até com resquício no território da Península Ibérica de

algo que está relacionado com as três Ordens Religiosas Militares decorrentes das Cruzadas, e que são ordens que se estabelecem para proteger a peregrinação à Terra Santa, e que no fundo são Ordens Religiosas, ou graus variáveis de filiação na Ordem Religiosa, porque nem todos os membros são sacerdotes nem todos os membros são permanentes dessas Ordens, podem alguns continuar a manter a sua própria vida familiar, o celibato não é exigido para todos, mas que têm por vocação especial o desenvolvimento de ações militares de proteção, inicialmente de proteção a peregrinos ou de defesa dos Lugares Santos.

Como sabem, na Palestina, as comunidades cristãs durante anos continuaram a ter bastante grau de liberdade para o exercício das suas atividades, mas a partir de determinada altura, foi-se intensificando sobre tudo com a chegada do Islamismo primeiro na sua versão árabe depois na sua versão Turca, foram-se reduzindo essas liberdades de prática cultual e as cruzadas são inicialmente desenvolvidas para ir permitir essa liberdade de circulação aos peregrinos à Terra Santa e também depois para robustecer e consolidar Estados Latinos que se criam na Palestina e que, durante alguns anos, aí operam com os Hospitalários e os Templários até que são vencidas e iniciam estratégias de recuo que são conhecidas sobretudo pela avançada turca.

Ao mesmo tempo a perceção que esse cerco islâmico é algo que não se exerce apenas no Oriente, mas que depois se projeta em toda a bacia mediterrânica e se volve, a partir de 711 na transposição para a Península Ibérica, leva a que muitos movimentos cristãos se reorganizem para realizar o que consideram ser uma Cruzada a Ocidente.

O Império Romano em determinado momento cede ao Cristianismo, a várias religiões incluindo o Cristianismo, com Édito de Milão, e depois, mais à frente, o próprio imperador nem a adotar o Cristianismo como religião oficial do Império Romano, quando o Império Romano já está ameaçado pelas invasões Bárbaras a Norte. Paradoxalmente os Cristãos são nesse período, nessa área europeia simultaneamente dissidentes do culto romano, portanto são romanos dissidentes que se convertem ao cristianismo, mas são também populações Barbaras que se convertem ao Cristianismo, mas que são inimigas do Império Romano.

Ora, isso leva ao fracionamento do Império Romano, porque o Império Romano do Oriente não está ainda tão submetido a esse tipo de pressões, mas o que era o Império Romano do Ocidente vai ter uma verdadeira involução que leva alguns séculos a estabilizar, porque se divide, se fragmenta, não encontra centralidade. O Cristianismo ainda não é capaz de realizar uma sucessão ordeira do Império Romano, porque está também confrontado com os cristãos que não são romanos, os quais sendo Bárbaros de origem e já sendo Cristãos também se confrontam com outros Bárbaros que ainda não são Cristãos e essa situação é uma situação de extrema complexidade, faz com que o Império Romano do Ocidente, ou o que dele resta e as estruturas politicas emergentes venham a sentir uma enorme preocupação perante o que é toda a expansão do Islão a seguir à morte de Maomé, pelo Norte de África até Marrocos. Portanto a noção de que há um cerco completo e daí a transposição de algumas das estrutura que tinham servido para proteger os estados Latinos na Terra-Santa que agora é feita para Ocidente.

Como é que se reconstituiu o poder político no Ocidente? Praticamente com os Francos, porque o Papado é incipiente e é verdadeiramente com os Francos com Carlos Magno Rei dos Francos, com a sua vitória sobre os Lombardos que a partir do Norte de Itália ameaçavam o Papado, com a sua contenção aos Saxões a Nordeste que ainda não eram Cristãos, é com essa criação de um Império no centro da Europa, legitimado pelo Papado, que não encontrava nas suas cercanias a força suficiente para criar uma unidade política, que se estabelece o começo daquilo que poderemos considerar como Ocidente.

E é sem dúvida que com essa Monarquia Carolíngia e com Carlos Magno que pela primeira vez há a noção de que o Império cristão do ocidente, que já não é um Império Romano, poderia ser fortemente ameaçado pelo lado da Península Ibérica, porque as incursões a partir do Norte de África são incursões muito sistemáticas no sul da Europa e a partir da Península Ibérica na própria zona do Rei dos Francos, indo até Poitiers.

Há primeiro uma descida àquilo que hoje podemos considerar a zona de Navarra com uma derrota, uma derrota que não é feita aos Francos pelos Muçulmanos mas é uma derrota feita pelos Bascos, que ainda não eram Cristãos; e depois há a criação da marca de Espanha na zona do atual Aragão-Catalunha, procurando transpor os Pirenéus para estruturar a sul dos Pirenéus unidades politicas cristãs que segurem no fundo o Império Carolíngio, o Sacro Império Romano-Germânico na Europa Continental Ocidental, portanto, a transposição dos Pirenéus com um apoio político e militar a Norte, para travar aí o que era a expansão a partir de Marrocos.

Deve dizer-se que o Islão no Norte de África tem também uma expansão complexa porque a expansão religiosa inicial, isto é a pregação islâmica, é feita por dissidentes do Islão que nós poderíamos até considerar em termos genealógicos "xiitas"; é por eles serem perseguidos em Damasco e em Bagdad que fogem para Marrocos, portanto eles são heréticos à luz dos critérios vencedores no controlo do Islão central, só que depois acabam por ser normalizados por Árabes sunitas que fazem raides velozes no Litoral da África do Norte e conseguem disciplinar, em alguns casos dominar e reorientar o Islão no Norte de África que sempre viveu com tensão em relação autoridades centrais da península arábica, ao ponto de, depois, quando conseguem estruturar o Califado de Córdova, tudo fazerem para estabelecer na Península Ibérica uma dissidência Califal em relação a Damasco, portanto criando um Império Islâmico Ocidental que não aceita as regras ditadas a partir do Oriente, pois esse Império também se divide e se fragmenta. Mas é neste contexto que nós temos que entender porque é que se deslocam várias funções de apoio aqueles que no Norte da Península Ibérica resistem a essa expansão, que eram ou tribos locais mais autóctones, que eram ou descendentes das Religiões Romanas que tinham ficado pela Península Ibérica e que se tinham convertido ao cristianismo, ou que eram também as tribos dos povos Bárbaros que tinham transposto os Pirenéus e que também, gradualmente, se tinham convertido ao cristianismo, entre quais os Visigodos e os Suevos. Portanto há aqui uma grande mistura e há no principio uma não definição, se nós quisermos um não recorte ainda definido e clarificado do que vão ser os reinos Cristãos na Península Ibérica.

São pequenas comunidades apoiadas do exterior que materializam essa penetração Cristã que existe desde o Século I-II. Há uma investigação histórica sobre as modalidades como o Cristianismo atinge a Península Ibérica, penetra na Península Ibérica e também sobre as próprias tensões que há nesse Cristianismo inicial na Península Ibérica com algumas heresias teológicas, com algumas dissidências sem unidade, mas a primeira estrutura é uma estrutura Diocesana, mas que não tem conteúdo político, é uma estrutura religiosa. O Primeiro Concílio na Península Ibérica é no ano 500 d.C., Concílio de Toledo, são ainda estruturas embrionárias. As Dioceses organizam Igrejas, organizam Paróquias, organizam a Comunidade Episcopal. Depois há a vinda individual, ou em pequenos grupos de nobres de segunda linha, de franceses da Borgonha, que vêm em sustentação também da organização politica desses núcleos Cristãos, depois há também a grande mobilização que é fomentada por Carlos Magno em torno da peregrinação a Santiago de Compostela, a ideia que o Apóstolo Santiago tinha pregado na Península Ibérica e tinha naufragado ao vir para Península Ibérica, e o seu sepulcro é reencontrado mais tarde e permite gerar o que é uma corrente peregrinatória, mas cujo o sentido geopolítico, georeligioso, se nós quisermos, é o de criar um fluxo de apoio aos cristãos do norte da Península Ibérica que se deparam com a primeira invasão Islâmica. O Califado de Córdova, depois a divisão do Califado de Córdova nos Reinos de Taifas e depois as grandes invasões berberes da Península Ibérica já no Século XI e XII dos Almorávidas e dos Almóadas. Ou seja, a noção de que há ali uma fronteira que é preciso combater e defender, e é nesse contexto que também surgem as ordens religiosas, primeiro as ordens religiosas civis porque a igreja tinha a organização Diocesana e tinha a organização das ordens religiosas, estritamente religiosas que fundavam mosteiros, fundavam comunidades, e que são basicamente as ordens privadas dos Beneditinos, da regra de São Bento; são os cluniacenses que fundam mosteiros organizam comunidades com a dimensão religiosa, com a dimensão económica com a dimensão de ocupação territorial, portanto a organização diocesana e a organização das grandes ordens religiosas; depois virão os Franciscanos, os Dominicanos, os Jesuítas, mas isso mais tarde, e entretanto, as ordens religiosas militares que tinham estado presentes com as Cruzadas nessa protecção das comunidades cristãs na Palestina, também deslocam algumas das suas estruturas para esta área geográfica, e até, em muitos casos, o terreno aberto pelas ordens religiosas precedentes cria o caminho para que essas ordens religiosas militares que tinham lutado na Terra Santa ou perto da Terra Santa se movimentem para a Península Ibérica. Entretanto começam a desenhar-se estruturas políticas no norte da Península Ibérica. No noroeste da península há o Reino das Astúrias que, por momentos, também se une e se confunde com um Reino que nunca perdura muito, que é o Reino da Galiza, e depois todos convergem no Reino de Leão. Portanto, há um recorte claro no reino de Leão, depois Castela, depois Navarra, depois Aragão, envolvendo também os condados Catalães, ou seja reinos que também se fundam fruto dessa pressão islâmica. Nós podemos considerar mesmo que essa pressão islâmica, se é certo que é um poderoso adversário pela hegemonia política, é também não menos poderoso criador dessa identidade política ocidental, porque essa pressão é que

leva a um reagrupamento, é que leva a uma reconfiguração do que era meramente religioso, militar, do que era a nobreza, do que era o apoio externo, para que tudo resulte na criação de unidades políticas mínimas, com capacidade de direção sobre esse espaço e sobre cada um desses territórios. Ainda não numa visão mais integrada, mas numa visão de autoproteção, de autodefesa, só depois é que vai surgir a descida para sul chamada reconquista. Mas, antes disso, há um trabalho de estruturação defensiva da esfera religiosa, da esfera militar, da esfera política, portanto é um período em que se começam a desenhar as futuras unidades para-estatais e é nesse contexto que algumas dessas ordens religiosas militares, no caso dos Templários, são chamados a Portugal ainda por D. Teresa no Condado Portucalense, e é lhes atribuída uma responsabilidade para se fixarem e defenderem a zona entre o Mondego e o Tejo, a montante de Santarém, e o ponto essencial de fixação é em Soure. Portanto há aí o recurso a uma ordem religiosa militar. Depois, no caso da ordem dos hospitalários, Ordem do Hospital também se fixam em Portugal e, articulados com uma correspondente espanhola, também acabam por ter um domínio na zona do Crato. Depois também a Ordem de Avis, e depois a Ordem de Santiago que é uma Ordem gerada em Aragão para proteção do reino de Leão nessa sua descida para sul e que também depois acaba por se fixar em Portugal. E é importante verificar como uma das preocupações, em especial de Dom Dinis, é fazer com que essas ordens tenham o mando em Portugal, porque essas ordens eram extensíveis a todo o espaço da cristandade e no teatro da Península Ibérica elas estendiam-se, para lá de um Reino, porventura com a excepção da Ordem de Avis, devido a terem sido originadas e geradas em Reinos que não eram nem o Condado Portucalense, nem Reino de Portugal que se lhe vai seguir. Portanto, o controlo dessas Ordens, isto é tirar essas Ordens ao controlo de entidades que estivessem fora do país, é uma preocupação fundamental. E isso traduzia-se em quê? Traduzia-se em influenciar as escolhas dos Grãos Mestres dessas Ordens, para que eles fossem nacionais, em fazer com que os cabidos dessas ordens fossem nacionais e fossem escolhidos por nacionais, e depois em articular fortemente a Coroa com essas Ordens, fazendo até com que Membros da Casa Real pudessem ser os seus titulares. Grão Mestre de uma dessas Ordens, D. João I, vem como o Mestre de Avis a consolidar-se como Chefe de Portugal e tinha designado Grão Mestre da Ordem de Avis com 7 anos, demonstrando já aqui a preocupação em controlar uma Ordem pela Casa Real.

Estas Ordens, Antigas Ordens Militares, nós podemos dizer que são muito relevantes, mas devemos também reconhecer que, se é certo que elas ocupam grande áreas de defesa no território Português em relação a Sul, mas também tendo em conta a fronteira a leste, elas não são a única realidade do dispositivo militar português, temos que ter isso em conta. Porque o dispositivo militar português é basicamente constituído à época por um núcleo duro de nobres ordenados pelo Rei e que têm treino militar, treino militar neste caso tem de ser adestramento apropriado na arte da cavalaria, e na arte do cerco, na manobra do cerco, e no uso de sistemas embrionários de artilharia, esse é o núcleo duro, há um núcleo duro em torno do Rei, e depois há um núcleo em torno dos Nobres que constituem a *entourage* imediata do Rei.

As Ordens Militares vêm a seguir, e porquê? Vamos ter um pouco a noção que uma Ordem Militar tem basicamente cerca de cinquenta a sessenta Monges guerreiros depois tem sete, oito, nove sargentos e trinta ajudantes, e depois tem as suas milícias à volta desse seu centro territorial ou seja, cada Ordem Militar, Religioso-Militar, pode levantar duzentos homens, mas a função da Ordem Religioso-Militar, no dispositivo territorial, não é tanto a de fazer predominantemente quase uma força de manobra, mas é a de fazer parte de um sistema defensivo, defensivo de castelo e defensivo de herdades agrícolas, zonas territoriais, mas não é o núcleo central da força ofensiva, é uma força de segundo grau. E, em terceiro grau vem então a chamada cavalaria vilã e depois a infantaria concelhia onde também havia cavaleiros, digamos que eram o cavaleiros do cavalo, ou cada cavaleiro tinha um cavalo, o cavaleiro não tinha vários cavalos nem tinha a sua conta outros cavaleiros que eles pudessem levantar para poderem fazer parte da força, mas eram um contributo importante. Nos concelhos até, nas suas cartas constitutivas, havia um pacto no sistema de defesa com percentagens estabelecidas para o número de militares com que tinham que contribuir, com dois terços para defensiva um terço para ofensiva ou ao contrário, dois terços para ofensiva, e um terço para defensiva, o que em muitos casos tinham que fazer acções ofensivas e até em casos tinham que fazer acções ofensivas sem o controlo régio, faziam acções ofensivas no alcance regional. Por vezes, também recrutavam unidades de criminosos, que na altura existiam, a aproveitar a guerra, o saque, o tumulto, a desordem, mas que tinham valor miliar consoante a capacidade concelhia, para os agrupar ou integrar na força, eram usados como instrumentos nessas acções militares.

À medida em que o controlo do território se vai estabelecendo, basicamente à medida que já não há mais Muçulmanos no território português, que é algo que é conseguido com a conquista de Silves, este dispositivo fica também um pouco em crise, o que passa mais a ter uma solução administrativa de gestão do seu próprio património do que uma solução no sistema militar propriamente, e é esse um problema muito importante que se coloca à Ordem de Cristo, ou seja à Ordem dos Templários reconvertida em Ordem de Cristo, porque quando a Ordem dos Templários é extinta na conjugação do Papa Clemente V com Filipe IV de França, dito o Belo, o Rei Português tem a habilidade de negociar com o Papa a possibilidade de os bens da ordem passarem a constituir uma ordem nacional, que é a Ordem de Cristo, que é continuadora dos Templários, mas inteiramente Portuguesa.

Em Castela conseguem fazer o mesmo. E então esta ordem de Cristo vai ser confrontada com um problema em conjunto com as restantes ordens militares portuguesas. Estas ordens, Santiago da Espada, Cristo, Crato, vão ser confrontadas com o seguinte problema. Há a conquista de Ceuta e começam as confrontações em Marrocos e a conquista do Norte de África e põe-se o problema de se saber se essas ordens religiosas militares devem ir para essa área e se devem entrar nesse combate ou não, e elas recusam. Já havia paz depois da guerra civil, da guerra de sucessão, da estabilização com D. João I num sistema político central, elas não vêem com muito bons olhos a bula papal a obrigar um terço a ter que ir para Ceuta, isso não é bem acatado. E então o que faz o Infante Dom Henrique, como é que a Ordem de Cristo está ligada

aos Descobrimentos? Não é que a Ordem de Cristo se tenha convertido numa ordem religiosa militar naval. Pelo facto de haver a Cruz de Cristo nas velas das caravelas, não quer dizer que toda aquela empresa fosse conduzida por monges, pilotos náuticos da Ordem de Cristo. O Infante Dom Henrique, que aliás não era membro da Ordem de Cristo, é designado o administrador geral da Ordem de Cristo em nome da família real, e usa os bens dos recursos da ordem de cristo para financiar os descobrimentos, mas não para criar um modelo de organização da expansão náutica a partir da organização Ordem de Cristo. Não, usa os bens e faz um *trade off*, faz compensações à Ordem preocupado também com a contabilidade pública de Ordem, então faz doações e até cria nos territórios descobertos ou conquistados sempre que possível a possibilidade de levantar alguns impostos que compensem à Ordem daquilo que o Infante vai buscar a Ordem para financiar a construção de naus e as navegações, ou seja, a Ordem de Cristo, tem aqui um papel em que se converte de Ordem Religiosa Militar terrestre, já sem missão e tendo rejeitado uma missão no Norte de África, em base de património e rendimento para financiar a longo do seu Grão Mestrado, os descobrimentos e as navegações. É uma situação muito interessante aquela em que uma Ordem Religiosa ou Militar encontra uma nova missão no suporte a uma operação de grande envergadura nacional.

Portanto, para vos dizer, a finalizar, que o sistema de condecorações português actual é um sistema que tem num dos núcleos centrais e fundamentais das suas comendas um enraizamento histórico de grande audácia. As Ordens Religiosas ou Militares vão ser secularizadas no tempo de D.ª Maria I e depois as Ordens Religiosas serão extintas no tempo de D.ª Maria II, mas convertidas em Ordens protocolares e essas Ordens protocolares mantêm-se, com a excepção de um período na República, do período inicial em que são suspensas, mas depois as necessidades da primeira guerra mundial levam já em 1917 a repor algumas das condecorações, e depois Sidónio Pais em 1918 a repor o resto. Portanto, ficam estas principais ordens como as ordens protocolares do Estado Português, que é algo que tem um grande valor simbólico, e é algo que resistiu pacificamente a estas grandes mutações duma forma admirável, realidade para a qual não se vê uma grande contestação, vê-se até uma certa simpatia e aceitabilidade e que tem do ponto de vista externo imenso valor para o nosso País, porque poucos países mantiveram ao longo da sua trajetória condecorações com um enraizamento histórico tão profundo e continuado, não só na formação do seu Estado, como na formação da Europa, do Ocidente Cristão. O que lhes dá obviamente um peso muito grande, uma credibilidade muito grande, e eu espero que num período de desconstrução de tudo o que é símbolo nacional este sistema não venha a ser erodido ou objeto de desconstruções que todos nós sabemos o que significam e os riscos que têm. Mas a tranquilidade com que o sistema existe e a forma com que o seu uso demonstra a aceitabilidade para manter figuras de recorte histórico tão precioso, são uma garantia de que estamos a navegar num mar calmo. Mas navegando num mar calmo é que se tem o dever de refletir sobre aquilo que são as ondas alteradas e daí o nosso dever de estar sempre alerta.

A EXTINÇÃO DA PROVEDORIA DAS ARMADAS E NAUS DA ÍNDIA, E A CRIAÇÃO DA INTENDÊNCIA DA MARINHA DOS AÇORES

Comunicação apresentada pelo Tenente-coronel
Manuel Augusto de Faria, em 14 de janeiro

Afonso X, o sábio, define os navios de guerra como "cavalos de madeira, com vento como freio, nos quais o cavaleiro não pode desmontar quando quer, nem desviar-se, nem fugir mesmo em perigo mortal".[1]

Nesta Academia, nau de cultura governada por marinheiros, sou um simples infante. Por isso, na minha intervenção, vou meter um pé a bordo, mas continuarei com o outro bem fincado no cais.

Os descobrimentos portugueses, levando a navegação cada vez para mais longe, cada vez mais para o alto mar, cada vez mais para ignotas terras, criaram exigências de apoio logístico, que não se haviam posto à anterior navegação de cabotagem ou à vista. A frota de Bartolomeu Dias incluía uma naveta com mantimentos; a expedição de Vasco da Gama fez-se acompanhar de um navio com mantimentos, ao qual pegaram fogo passado o Cabo[2]; a notícia do achamento do Brasil foi trazida para Lisboa por uma barca de víveres, cuja carga foi distribuída pela frota.

Numa primeira fase das carreiras da Índia e das Índias Ocidentais, os Açores e, sobretudo, a vila e, a curto prazo, cidade de Angra da Ilha Terceira desempenharam um papel primordial no apoio logístico aos navios do comércio transatlântico.[3]

Desde cedo, em Angra terá havido funcionários da Fazenda Real, embora só em 1536 tivesse sido criada a provedoria da Fazenda dos Açores.[4] À Fazenda competia defender os interesses da coroa, logo garantir apoio aos navios reais – isto em Angra, tal como nas restantes "descobertas" e "conquistas".

Data destes primeiros tempos a chegada à baía dos Biscoitos, terra na costa norte da Ilha Terceira, de alguns navios da carreira da Índia. Um rico proprietário local, de nome

---

[1] Levy Scavarda, *História da Intendência da Marinha*, Brasil, p. 9

[2] Luís de Albuquerque (ed.), *Relações da Carreira da Índia*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, Publicações Alfa, 1989, p. 101

[3] Por todos: Artur Teodoro de Matos, "Escala atlântica de referência", *História dos Açores*, I, Instituto Açoriano de Cultua, 2008, p. 199 e sg.

[4] Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, 2ª ed., vol. I, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2016, p. 76 e 117; vol. II, p. 40

Pedro Anes do Canto[5], povoador de segunda leva que chegara à ilha cerca de 1505 e que comprara extensos terrenos naquelas paragens, aí erguendo uma casa farta, reabasteceu todos os navios com produtos das suas propriedades, sem pedir paga alguma. Apenas pretendia que a sua liberalidade chegasse ao conhecimento de D. Manuel. Outros serviços ia, entretanto, prestando ao reino: em 1509-1510, com gente sua combateu em Arzila, e em 1513, em Azamor. A partir de 1510 passou a ser intitulado "cavaleiro fidalgo da Casa Régia".

Esta aproximação à corte garantiu-lhe uma visível promoção social, e a obtenção de "um conjunto considerável de mercês: concessão de sesmarias, isenção do dízimo, acrescentamento de brasão de armas, coutada de matos e caça, hábito de Cristo, prorrogação dos tempos de exploração das terras, entre outras. Tais mercês, muitas a pedido do próprio, consolidaram um inequívoco processo de afirmação socioeconómica nas ilhas"[6].

A este fidalgo recorreu a coroa para criar nos Açores o cargo de provedor das armadas e naus da Índia[7], com garantia de um titular residente com elevado prestígio, para apoio à navegação que confluía ao Arquipélago na viagem de retorno à Europa. E da casa de Pedro Anes do Canto saíram todos os titulares da provedoria[8] até à sua extinção já no século XIX[9].

Perante a crescente presença do corso nos mares açorianos, em 1552 foi criado um corpo de 12 bombardeiros – do moio ou do número – dependentes da provedoria das armadas, para defesa ou reforço defensivo das naus que demandavam, sobretudo, o porto de Angra.[10]

---

[5] Humberto Baquero Moreno, "Notícias Históricas sobre Pedro Anes do Canto, Povoador e Provedor das Armadas da Ilha Terceira", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXI, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1983, p. 308-328; Rute Dias Gregório, "Canto, Pero Anes do", *Enciclopédia Açoriana*, edição *on line*, Direção Regional da Cultura / Secretaria Regional da Educação e Cultura; Rute Dias Gregório, *O Tombo de Pero Anes do Canto – 1482-1515*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2002

[6] Rute Dias Gregório, "Canto, Pero Anes do", *Enciclopédia Açoriana*

[7] Também Espanha teve em Angra provedor das frotas das Índias. Conhecemos o nome de dois – se mais houve – desses provedores: Hernando Garcia Jaques, desde cerca 1550 até 1583; e Hernando Ortiz del Rio, de 1583 a 1600 (Archivo General de Simancas, *G. y M.*, leg. 472, doc. 175, leg. 734, leg. 781, leg. 799 e leg. 800, leg. 803, doc. s/nº). Manuel do Canto e Castro, provedor das armadas entre 1599 e 1625, foi, também, provedor das armadas da coroa de Espanha (Luís Manuel Maldonado, *Fenix Angrence*, II, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 176; Archivo General de Simancas, *G. y M.*, leg. 801).

[8] "Em 1593, por alvará de 22 de janeiro, vejo o dito [provedor da Fazenda Francisco] Botelho provido no cargo de provedor das armadas, e não se declara a causa que houve para que assim de ordenasse." *Fenix Angrence*, I, p. 401

[9] Jorge Pamplona Forjaz, *O solar de Nossa Senhora dos Remédios*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1996, p. 180

[10] *Provisão de Pedro Anes do Canto para se fazerem os bombardeiros da cidade de Angra, Lisboa, VIII-IV-1552*, pública-forma de 22-IX-1810, BPAPD, Cartório da Casa Canto e Castro, Provedoria das Armadas de Angra, doc. 1116, conforme nota 29 em "A estrutura da provedoria das armadas de Angra no século XVIII – Uma visão burocrática", *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente, Atas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, vol. I, 2001. O desenvolvimento e aplicação deste corpo de artilheiros levanta algumas dúvidas, sobretudo após a Restauração e até à sua extinção. Segundo o artigo 16 do "Regimento para o Governador do Castelo de São Filipe…", de 1642, é ele extinto, ficando as

Muitos foram os serviços prestados pela procuradoria das armadas, sobretudo no século XVI e, ainda, no século XVII; não apenas no apoio logístico aos navios das frotas mercantes por alguma circunstância forçados a parar nas ilhas, mas também aos navios armados que cedo os reinos ibéricos começaram a enviar em patrulha aos mares dos Açores, no caso português, a chamada Armada das Ilhas[11], tendo por

suas funções cometidas ao corpo de artilheiros do Castelo. Porém, a carta régia de 1689, não só confirma a existência dos artilheiros do moio, como lhes reduz o número de doze para nove e lhes atribui funções defensivas – ocupação! – no forte de São Sebastião, como parece determinar a sua inserção no pé-de-lista para pagamento dos efetivos do castelo de São João Batista – José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto de Faria (ed.), *Livro do Castelo*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2010, p. 5 e 666. Aliás, fora do quadro institucional do antigo regime, nem se compreende a sua longa existência. Em 1610, o governador do Castelo D. Pedro Sarmiento já se questionava sobre a sua utilidade, e propunha ao rei que fossem distribuídos pelos fortes da Terceira, onde deviam permanecer pelo menos seis meses por ano – Archivo General de Simancas, *G. y M.*, leg. 729, Consulta do Conselho de Guerra de 12 de agosto de 1610. Menos razão de existir passaram a ter após a criação do pé-de-castelo português da guarnição da fortaleza de São Filipe / São João Batista; até porque os navios da carreira da Índia começaram a ser guarnecidos com efetivos desse pé-de-castelo – *Livro do Castelo*, p. 62, 63, 76, 210-212, 214, 230, 272, 277, 321, 339, 360, 482, 557, 598, 600-601, 614, 641, 666, 670 e 685. (O próprio patrão da ribeira e seu pessoal foi integrado no regimento do Castelo de 1642 – *Livro do Castelo*, p. 5 e 7 –, se bem que ainda não esteja esclarecido até quando esta subordinação foi efetiva.) Esta leitura conflitua, porém, com a dinâmica da provedoria das armadas, nomeadamente do seu corpo de artilheiros, que a documentação analisada por José Guilherme Reis Leite sugere existir ainda na primeira metade de setecentos – José Guilherme Reis Leite, "A estrutura da provedoria das armadas de Angra no século XVIII – Uma visão burocrática", *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente, Atas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, vol. I, 2001. Os artilheiros do moio, "conservados somente por um costume antigo", foram extintos por carta régia de 1799 – José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto de Faria, *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2014, p. 326. O corpo de artilheiros criado igualmente no século XVI, com o mesmo fim e atribuído à guarnição do Forte de Santa Cruz, na Horta, foi considerado extinto em 1812 – *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. IV, p. 224.

[11] Artur Teodoro de Matos, "Armada das Ilhas", *Enciclopédia Açoriana.* A Restauração de 1640, se bem que afastando alguns dos inimigos que mais dano haviam provocado à marinha nacional do corso durante a União Ibérica, encontrou-a depauperada. A sua comprovada impotência para garantir eficazmente a segurança das rotas comerciais do Atlântico levou a que a Companhia-Geral dos Estados do Brasil – Jorge Borges de Macedo, "Companhias Comerciais", *Dicionário de História de Portugal*, (Direção de Joel Serrão), vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979 –, ou Companhia-Geral de Comércio, constituída em 1649 e formada por capitais e de gestão privados, fosse obrigada a formar uma frota de 36 naus de guerra de 20 a 30 peças de artilharia, guarnecidas de gente de mar e guerra. Em 1660, todos os navios que vinham do Brasil eram obrigados a integrar-se no comboio da armada da frota da Companhia-Geral do Comércio para se protegerem dos piratas. É uma força armada privativa da Companhia, dela dependendo em todas as vertentes, nomeadamente no enquadramento e comando. Veio, porém, aliviar as forças navais do rei, dando tempo para que pudessem minimamente recompor-se e retomar, com frequência incerta, as suas missões de reforço à proteção das rotas marítimas do comércio nacional, ou as missões de Estado ou de comboio às ilhas adjacentes (V.g.: Em 1656, esteve em Angra a armada real, de sete naus, que veio ao corso contra a frota das "Índias de Castela" – *Fenix Angence*, II, 1990, p. 357). Nas suas *Memórias e Observações Militares e Políticas*, o general Castelo-Branco relata as primeiras três viagens que, na marinha de guerra ou do corso, fez aos Açores – 1689, 1691 e 1694 –, em missão de patrulhamento e comboio às frotas nacionais. Nelas documenta a exiguidade dos meios empenhados nestas comissões: três, uma, duas naus – ver em *Anais da Ilha Terceira*, 2ª edição, vol. VIII, 2018, p. 159-172. No começo do século XVIII, não há indicação de se ter alterado substancialmente o quadro de visibilidade da armada real nos mares açorianos, o que em parte se explica pelo domínio inglês do Atlântico que afastava qualquer eventual ameaça de ocupação territorial das ilhas por força inimiga. Ainda eram os corsários ou piratas, quando deles havia notícia, que faziam deslocar aos mares dos Açores algum navio de guerra, raramente uma pequena armada,

principal base de operações o porto de Angra.[12]

A história da provedoria das armadas já foi tratada por diversos historiadores. Apenas aqui a invoco para contextualizar a minha apresentação.

"Cheguei" à Intendência da Marinha dos Açores através de um relatório subscrito pelo intendente Manuel do Nascimento Costa, datado de maio de 1799, sobre o estado social e administrativo da, então, Capitania-Geral dos Açores, feito a pedido do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. Se era intrigante a existência de uma Intendência da Marinha quase ausente da historiografia açoriana[13], igualmente curiosa era a natureza deste relatório versando temas da governação estranhos à Marinha Real.

A carreira profissional de Manuel do Nascimento Costa como oficial da Marinha foi atípica. Segundo o livro-mestre[14] que reúne a pouca informação que dele existe no Arquivo Histórico da Marinha, sendo primeiro piloto da carreira da Índia obteve a patente de capitão-tenente *ad honorem* em 9 de março de 1787 (com 57 anos). Foi provido a segundo-tenente por decreto de 2 de fevereiro de 1791, e a primeiro-tenente por decreto de 15 de fevereiro 1793.

---

para neles cruzar. Du Guay-Trouin, quiçá o mais conhecido corsário francês, que em 1708 foi esperar aos Açores o regresso da frota do Brasil, dá-nos conta de que nesse ano cruzavam os mares da Terceira, esperando igualmente a mesma frota, sete navios de guerra enviados pelo rei de Portugal. Para além de minimizar a força desta armada, confrontando-a com a que ele próprio comandava, du Guay-Trouin esclarece que apenas três navios de guerra eram portugueses; os outros, três ingleses e um holandês! – Ver Manuel Faria, "A Incursão de Monsieur du Guay-Trouin na Vila das Velas, em 1708", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXIII, 2005, p. 238 e 240. A defesa dos Açores nas crises político-militares deste mesmo século XVIII traduziu-se, principalmente, no reforço da fortificação costeira e no treino da milícia com armamento sempre escasso. Ainda na última década de setecentos, quando a ameaça de ataques franceses se tornou previsível, a ausência da nossa marinha do corso provocava um sentimento de abandono: "no exterior da costa, aonde não aparece uma vela que a vigie, fica sendo natural nestes povos o desalento à vista do perigo" – queixava-se o governo dos Açores em carta dirigida ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino, *AHU_CU*, *Açores*, cx. 26, doc. 7, publicado em "Sobre o Estado em que se encontram as ilhas dos Açores – 1979", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LIV, 1998, p. 366). Em ofício de 14 de março de 1808 dirigido ao governador e capitão-general dos Açores, o visconde de Anadia dizia: "A íntima e sincera amizade subsistente entre esta corte e a de Londres, e o número de embarcações inglesas que correm os mares são penhores da segurança dessas ilhas e devem sossegar o ânimo de Vossa Senhoria." – *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. III, 2019, p. 3.

[12] *Fenix Angrence*, II, 1990, p. 354; Manuel Faria, "marinha de guerra nos Açores", *Enciclopédia Açoriana*

[13] Francisco Ferreira Drumond, em nota de rodapé dos *Anais da Ilha Terceira*, refere o intendente Manuel Nascimento Costa como membro do governo interino dos Açores – *Anais da Ilha Terceira*, 2ª ed., IHIT, 2018, p. 106. Esta nota, imprecisa, estará na origem, nomeadamente, da identificação do intendente da Marinha como membro do colégio inicial do dito governo, em 1793 – José Damião Rodrigues e Paulo Jorge Fernandes, "As novas e velhas estruturas do poder e os seus reflexos nos vários espaços insulares", *História dos Açores*, vol. I, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 450.

[14] Arquivo-Geral da Marinha, *livro-mestre 379*, f. 43 v.

Logo nesse mesmo ano de 1793, por decreto de 16 de dezembro, passou a capitão-tenente. Esta promoção rápida, quase imediata, interpreto-a como instrumental para dar a Manuel do Nascimento capacidade hierárquica de comando de navios. De facto, por decreto de 31 de março de 1796, passou a capitão-de-mar-e-guerra, porque, "sendo comandante do navio Polifemo que ia de viagem para os Estados da Índia, … combateu … com valor … uma fragata francesa, não se rendendo se não na última extremidade".

Passou a chefe de divisão graduado, conservando o mesmo soldo de capitão-de-mar-e-guerra, por decreto de 17 de outubro de 1797, com provimento expresso para exercer as funções de intendente da Marinha na ilha Terceira.

Faleceu na ilha Terceira em 4 de outubro de 1800.

Do livro dos óbitos da paróquia da Sé de Angra retira-se, ainda, que morreu com a idade de 70 anos, pouco mais ou menos, era casado com D. Mariana Joaquina, recebeu os últimos sacramentos, e foi sepultado no convento dos religiosos de São Francisco na mesma cidade de Angra.[15]

O lugar de intendente da Marinha e Armazéns Gerais dos Açores não voltou a ser provido, durante a Capitania-Geral.[16]

E assim se escreveu a história da Intendência da Marinha nos Açores: um intendente, dois anos de existência.

Estranho!

O primeiro facto intrigante nesta nomeação de um oficial da Marinha para intendente nos Açores, é que ela se fez ao abrigo do alvará de 12 de agosto de 1797[17], que cria nas "diferentes capitanias da América" intendentes da Marinha saídos dos oficiais do Real Corpo da Marinha. O alvará tinha, pois, aplicação apenas no Brasil. Não houve a criação formal de uma Intendência da Marinha nos Açores que suportasse a nomeação de um intendente.

Depois, aos intendentes era dado o governo de um arsenal, à semelhança do Arsenal Real de Lisboa. Não havia tal arsenal em Angra. No ano de 1805, o capitão-de-mar-e guerra da Armada Real *de Drucourt* requereu para ocupar nos Açores o lugar vago de intendente da Marinha. A informação sobre o requerimento que terá levado ao indeferimento reza: "Nas ilhas dos Açores não há, nem construções navais, nem mesmo porto algum para haver um Intendente da Marinha".[18]

---

[15] culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/TER-AH-SE-O-1799-1819/TER-AH-SE-O-1799-1819_item1/P16.html

[16] Isso mesmo diz o escrivão da Intendência em requerimento datado de 1805, a pedir gratificação pelo tempo em que desempenhou esse ofício. Arquivo Histórico Ultramarino, *AHU_CU – Açores*, cx. 47, doc. 6.

[17] www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=110&id_normas=35253&accao=ver&pagina=474

[18] *AHU_CU – Açores*, cx. 47, doc. 28

Por último, as funções de um intendente da Marinha nos Açores não poderiam, objetivamente, ir além das que tinham sido desempenhadas pelo provedor das armadas e pelo governador do Castelo[19].

Mais: no Alvará fundador da Capitania-Geral dos Açores, de 1766, não está contemplada a existência de uma provedoria das armadas, entre os organismos da administração civil e militar do arquipélago, nem do respetivo cargo de provedor, sob jurisdição do capitão-general.[20] Igualmente, a historiografia açoriana não regista posteriores atividades arsenalistas de apoio à navegação da responsabilidade da provedoria das armadas; e já em registo documental anterior, no cenário da deslocação a Angra de duas fragatas de guerra em missão de pacificação, em 1757, a assistência logística aos navios foi atribuída ao provedor da Real Fazenda, em coordenação direta com os respetivos comandantes, sem qualquer referência ao provedor das armadas[21].

Assim, tudo concorre para que à data da criação da intendência da Marinha nos Açores, as funções da centenária provedoria das armadas, ou, mais propriamente, do provedor das armadas, já vinham, de há décadas, a ser diretamente tuteladas pela Provedoria

---

[19] José Guilherme Reis Leite, "A estrutura da provedoria das armadas de Angra no século XVIII – Uma visão burocrática", *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente, Atas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, vol. I, 2001

[20] José Guilherme Reis Leite (ed), *O Códice 529 – Açores do Arquivo Histórico Ultramarino*, SREC/DRAC / UA, 1988, p. 28. A presença em Angra de um governador militar dependente diretamente da autoridade real, nomeadamente, o governador do Castelo, parece que cedo começou a esvaziar atribuições supostamente cometidas ao provedor das armadas. No *Regimento para o governador do castelo de São Filipe e ilhas dos Açores…*, dado a Manuel de Sousa Pacheco, primeiro português a assumir o encargo do governo-geral das ilhas – *Livro do Castelo*, p. 40 –, expressamente foram-lhe atribuídas competências que, presumivelmente, se enquadrariam nas atribuições do provedor das armadas: para além da gestão dos bombardeiros de moio, também o patrão da ribeira, com os seus remeiros e respetivas barcas passaram a estar ao serviço do Castelo (o rei já ordenara, em 1607, que o castelão Diego de Miranda Quiros tivesse ao seu serviço uma barca com piloto e quatro marinheiros para a operarem; desconhece-se, ainda, a natureza desse serviço – Archivo General de Simancas, *G. y M.*, leg. 678-1, doc. 416 e 417; leg. 760, carta de 12 de outubro de 1611); o despacho aos navios aportados a Angra ficou subordinado ao governador e capitão-mor das ilhas, através de um ajudante para tal expressamente nomeado – *Livro do Castelo*, p. 3, 5, 39, 59. Este cerceamento das atividades do provedor das armadas poderá ser um dos motivos que levaram Francisco Ornelas da Câmara, quando governador do Castelo, secundado pela câmara de Angra, a pedir um novo *regimento* – *Livro do Castelo*, p. 267; aliás, já o anterior estava, em parte, derrogado, na prática, extinguindo ou "abortando" o governo-geral – *Livro do Castelo*, p. 45; José Guilherme Reis Leite, "Persistência de modelos tradicionais do poder civil e militar", *História dos Açores*, I, IAC, 2008, p. 327. O *Regimento do Castelo de São João Batista da cidade de Angra…*, de 1669, só aplicado a partir de 1680, apenas mantém expressamente na dependência do governador do Castelo o despacho das embarcações – *Livro do Castelo*, p. 579.

[21] *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, 2014, p. 9. Já em 1645 encontramos uma situação em que as funções presumivelmente da atribuição do provedor das armadas (reabastecimento dos navios de guerra enviados aos mares dos Açores com avisos e para proteção das frotas vindas do Brasil e Índia) foram atribuídas ao governador do Castelo, em cooperação com o provedor da Fazenda – *Livro do Castelo*, p. 95. Neste caso, porém, surge a dúvida se entre 1625 – morte do provedor Manuel do Canto de Castro, o velho – e 1647 – alvará de provimento do provedor Pedro do Canto de Castro – terá sido exercido o cargo de provedor das armadas (*O solar de Nossa Senhora dos Remédios*, p. 153 e 156), ou se tais funções terão sido assumidas, naturalmente, pelo provedor da Fazenda.

da Fazenda ou pela Junta da Fazenda da Capitania-Geral, dispensando os serviços do provedor das armadas. E por este mesmo tribunal continuaram a ser exercidas após a morte do intendente da Marinha, Manuel do Nascimento Costa[22].

Continuava, é certo, a existir um provedor das armadas[23], mas subsistindo apenas como herdeiro da mercê concedida ao seu ancestral do século XVI, Pedro Anes do Canto. Tanto assim que a nomeação do intendente da Marinha em 1797, não levou à extinção ou suspensão do cargo de provedor das armadas, ambos, no contexto, com as mesmas funções[24].

Há, pois, que procurar uma explicação para este "episódio".

Em 1793, com a morte do capitão-general Dinis Gregório de Melo e Castro, o bispo de Angra, a mais alta individualidade de nomeação régia no arquipélago, convocou o corregedor da comarca e o militar de maior patente nas ilhas para formarem um governo interino, tal como estava legalmente previsto para assistir nesta circunstância[25]. Porque o militar de mais alta patente – o coronel engenheiro João Júdice – se encontrava destacado em São Miguel e alegou situação de doença para não regressar a Angra, o governo interino ficou presidido pelo bispo, integrando apenas mais o corregedor, ao tempo o Dr. Manuel José Arriaga Brum da Silveira, natural do Faial[26]. Não foi convocado para o governo o militar de graduação mais antigo residente na Terceira[27], necessariamente pertencente à elite ilhoa – coronéis comandantes dos regimentos de Milícias de Angra ou Praia, ou capitães-mores das Ordenanças de ambos os concelhos; e o governo ficou, na prática, a ser exercido pelo corregedor, já que ao bispo – "indulgente, timorato e indeciso"[28] – faltava ânimo para assumir a presidência efetiva[29].

Confrontou-se, desde logo, o governo interino com o grave problema de finanças públicas, provocado pela circulação de moeda falsa nas ilhas, que há décadas se agudizava.[30]

---

[22] *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. II, 2016, p. 76

[23] O cargo – mercê – de provedor das armadas foi extinto em 1818 – *O solar de Nossa Senhora dos Remédios*, p. 180.

[24] *AHU*_CU, *Açores*, cx. 47, doc. 6; Alvará de 3 de junho de 1793 – governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=110&id_normas=34800&accao=ver&pagina=167; Alvará de 12 de agosto de 1797; José Guilherme Reis Leite, "A estrutura da provedoria das armadas de Angra no século XVIII – Uma visão burocrática", *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente, Atas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, vol. I, 2001

[25] Alvará de 12 de dezembro de 1770, transcrito em "A Capitania-Geral dos Açores em um documento de 1799. O governo interino", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXXV, 2017, p. 372

[26] António Lourença da Silveira Macedo, *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*, vol. I, reimpressão fac-similada da edição de 1871, Região Autónoma dos Açores / SREC/DRAC, 1981, p. 272, nota 2

[27] *AHU_CU*, *Açores*, cx. 27, doc. 13, transcrito em "A Capitania-Geral dos Açores em um documento de 1799. O governo interino", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXXV, 2017, p. 356

[28] *AHU_CU*, Açores, cx. 25, doc. 42, transcrito em "A Capitania-Geral dos Açores em um documento de 1799. O governo interino", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXXV, 2017, p. 357

[29] Em vão o bispo alegou enfermidades para obter junto da coroa dispensa destas funções civis.

[30] *Anais da Ilha Terceira*, 2ª ed., vol. IX, 2018, p. 96-97

Não se saiu bem neste "negócio" o corregedor Manuel José de Arriaga, tido como parente dos falsários[31]. Por isso, em 1795, chegou a Angra o desembargador Luís de Moura Furtado, com a missão e os instrumentos necessários para suprimir em definitivo o giro da moeda falsa; e, ainda, investido nas funções de corregedor da comarca. A partir de então, passou Moura Furtado a assumir, de facto, toda a gestão do Governo e Capitania-Geral dos Açores.[32]

A 10 de junho de 1797, chegou à Terceira o coronel engenheiro João Júdice, na sequência de graves conflitos que tivera em São Miguel com o corregedor daquela comarca na execução das ordens que recebera do governo interino para o recrutamento de uma leva de mancebos para a defesa do reino[33]. Logo que desembarcou, assumiu funções de membro do governo-interino, contrariando medidas antes tomadas pelo corregedor para garantir o carregamento de navios surtos no porto de Angra com cereais destinados a Portugal.

Durou pouco a participação de João Júdice no governo interino: por aviso de 14 de julho do mesmo ano, foi chamado à corte para responder pelos seus atos no recrutamento em São Miguel[34]. Terá o coronel João Júdice seguido para Lisboa em outubro seguinte, ficando os coronéis das Milícias locais em condições de reivindicarem assento no governo interino. E logo o governo interino oficiou ao secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos dizendo que deveria ser o governador do Castelo, com a patente de tenente-coronel de Infantaria, isto é, um oficial de primeira linha – recentemente ido do reino, acrescento –, a integrar o governo interino; mas prevendo conflitos com os coronéis terceirenses das milícias locais, pedia que fosse a coroa a nomear quem entendesse por bem. Ainda quando esta proposta seguia a caminho de Lisboa, a Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos já nomeava para o governo interino dos Açores, por diploma de 4 de março de 1798, o coronel comandante do Regimento de Milícias de Angra, Pedro António de Castil-Branco do Canto Melo e Sampaio. Apesar da experiência negativa de um açoriano integrar o governo do arquipélago, no caso, o corregedor Manuel José de Arriaga, a coroa, aparentemente, confiava, uma vez mais, num açoriano, tal como Manuel de Arriga representante das elites locais, para o exercício de funções governativas. Puro engano! Imediatamente após ao coronel João Júdice ter sido ordenado que comparecesse na corte, foi nomeado, pela primeira vez, um intendente da Marinha para os Açores, passando de capitão-de-mar-e-guerra a

[31] José Damião Rodrigues e Paulo Jorge Fernandes, "As novas e velhas estruturas do poder e os seus reflexos nos vários espaços insulares", *História dos Açores*, vol. I, 2008, p. 450

[32] *AHU_CU*, Açores, cx. 27, doc. 13, transcrito em "A Capitania-Geral dos Açores em um documento de 1799. O governo interino", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXXV, 2017, p. 358

[33] *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, 2014, p. 194

[34] *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, 2014, p. 206

chefe de divisão graduado, para que não se levantassem questões de procedência com as patentes militares das tropas de segunda linha[35]. Uma vez no arquipélago, assumiria ele assento no governo interino.

Especulação? Será, mas ancorada em factos. Por carta patente de 15 de julho de 1795, o conde de Almada fora nomeado governador e capitão-general dos Açores[36], mas continuou a viver na corte. Quando, em 1797 foi nomeado um intendente da Marinha para as ilhas, a presunção seria de que o titular nomeado para o governo do arquipélago, tão cedo a elas não passaria – como não passou.[37] Só que o intendente da Marinha, por razões que desconhecemos (idade/doença?), também não seguiu logo para o arquipélago[38], sendo o coronel das Milícias nomeado para integrar o colégio de três personalidades do governo interino; não por uma necessidade que nunca fora sentida, mas, quiçá, para calar o descontentamento das elites locais[39]. E isto pelo estrito tempo que decorreria até à apresentação do intendente da Marinha.[40]

---

[35] Tenha-se presente que o Batalhão de Infantaria com exercício de artilharia do Castelo – tropa de 1.ª linha – só foi criado em abril de 1797, que os primeiros oficiais para ele só começaram a chegar à Terceira em 1798, e que o seu comando era de patente de tenente-coronel; ou seja, não havia nos corpos das tropas da Capitania-Geral – cfr. Manuel Faria, "As tropas da Capitania-Geral", *Atas da conferência comemorativa dos 250 anos da Capitania Geral dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2016, p. 107-123 – lugar para oficial de tropas regulares de patente hierarquicamente concorrencial com a dos coronéis das Milícias. O caso do coronel Júdice foi episódico, pois estava nos Açores unicamente por ser oficial engenheiro, em apoio direto da Capitania-Geral, sem condicionamento de posto hierárquico. João Júdice, aliás, terá chegado à Terceira com o primeiro capitão-general Dom Antão de Almada, com a patente de sargento-mor – cfr. Manuel Faria, "fortificação", *Enciclopédia Açoriana*

[36] Esta data não coincide com a narrativa de Francisco Ferreira Drumond – *Anais da Ilha Terceira*, 2.ª edição, volume IX, 2018, p. 106 –, segundo a qual a nomeação do conde de Almada para governador dos Açores foi feita a pedido da Câmara de Angra, em 1797, p. 106. A descrição, porém, da formação e composição do governo interino que faz na nota de rodapé nº 41 na mesma página, sugere que Drumond não dominava bem a informação cronológica desta conjuntura política. Também é inverosímil que só por ofício da coroa de 21 de março de 1798 o governo interino tenha sabido da nomeação do novo governador e capitão-general, como afirma Drumond, quando já alguma correspondência anterior lhe havia sido enviada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos – *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, p. 190, 215, 224, 229, 230, 231 –; e neste referido códice não se encontra registado o aludido ofício. Aliás, o ofício de 23 de junho de 1797 que o governo interino enviou à dita Secretaria de Estado – transcrito em "A Capitania-Geral dos Açores em um documento de 1799 – O Governo Interino", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXXV, 2017, p. 362 – claramente contraria a versão de Drumond.

[37] Malgrado a carta régia de 11 de outubro de 1797, dirigida ao conde de Almada, mas em coerência com o ofício de 6 de junho de 1798, remetido ao governo interino, ambos os documentos transcritos no I volume dos *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, 2014, p. 246 e 217.

[38] Terá chegado a Angra entre 4 e 17 de agosto de 1798 – *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, p. 256 e 262.

[39] José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto de Faria, *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino* (Introdução), vol. II, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2016, p. IV-V; confrontar no mesmo, p. 340.

[40] *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, p. 256

Parece, pois, resultar da documentação que temos vindo a invocar, que a criação da Intendência da Marinha não teve outro propósito[41] a não ser afastar do governo do arquipélago as chefias militares ilhoas, manchadas, tal como o corregedor Arriaga, pelo pecado original de serem açorianos, comprometidos com interesses próprios e com as elites locais. Tanto assim, que as informações específicas que a Secretaria de Estado quis que o intendente da Marinha desse no já citado relatório, versavam todas as áreas da governação dos Açores, e não apenas aquelas que a um intendente competiriam. [42]

O relatório do intendente, na parte que fala dos dirigentes de Angra[43], faz jus aos receios e precauções da coroa:

"O governo político desta Ilha Terceira é, segundo observo, bem incómodo ao público, essencialmente no que respeita à política económica do Senado. O corpo deste é ordinariamente composto dos principais da ilha, os proprietários dos géneros necessários para o consumo dela, ou precisos para a exportação.

"Para qualquer das coisas que os ditos géneros sejam aplicados, os camaristas, pela maior parte, sempre estão prevenidos a favor do interesse particular. Falarei especificamente a respeito dos trigos e carnes. Como os mencionados camaristas são senhores dos trigos, e o Senado é quem faz as liquidações anuais, eles sempre calculam de tal sorte as mesmas liquidações, que redundam em benefício, ou das suas consignações, ou dos seus pagamentos, jugos a que quase todos eles estão sujeitos. E se se trata de exportação, eles sempre procuram pretextos, ou para que esta não seja feita com regularidade, ou para que a terra não seja socorrida como deve; pois estes dois pontos, creio eu, devem ser muito regulados pela prudência, e pelo bem particular e público. A respeito das carnes, eles são ordinariamente os senhores das manadas, e negam a venda dos seus gados aos marchantes, fazendo das suas casas, assim como o bispo, açougues particulares. Acontece haver muitas semanas em que se não abre açougue público, deixando de haver carne para o povo, e ainda para os miseráveis doentes, e deixando a Fazenda Real prejudicada nos direitos que lhe competem. Isto é um incómodo o mais sensível; o capitão-general defunto, para o evitar de alguma sorte, obrigava os criadores da ilha de São Jorge a trazerem gado a vender a esta ilha Terceira de verão, para que, na estação do inverno, se

[41] A carta régia de 11 de outubro de 1797, dirigida ao conde de Almada, pouco antes nomeado governador e capitão-general dos Açores, não autoriza uma afirmação concludente – *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, p. 217.

[42] Foi o relatório mandado elaborar pelo Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, à data da partida do intendente para os Açores, manifestamente quando a corte ainda não sabia a data em que o já nomeado governador e capitão-general iria tomar posse do cargo. Desconhecemos quais as instruções particulares que o intendente recebeu especificamente da Real Junta da Fazenda da Marinha – *Códices do Arquivo Histórico da Ilha Terceira*, vol. I, p. 246 e 252.

[43] José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto de Faria, "A Capitania-Geral dos Açores em um documento de 1799 – O Governo Interino", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXXV, 2017, p. 368

gastasse o gado próprio da ilha, e ficasse deste modo mais fácil vencer a renitência destes proprietários."

E sobre o serviço militar diz:

"Em parte nenhuma do mundo é ele mais mal exercitado: uns miseráveis homens, pela maior parte acostumados a pegar no arado e na enxada, sem disciplina e sem ordem, não produzem coisa alguma a que se possa chamar um verdadeiro serviço … O coronel da Regimento das Milícias desta cidade … não perde ocasião de perturbar o bom juízo que Deus lhe deu…" etc.

Quanto à atividade do intendente da Marinha nos Açores, dizem os documentos que trabalhou em sua própria casa, teve um escrivão cedido pela correição, expediu despachos e ordens para todas as ilhas do arquipélago, visitou navios[44]; devassou em conflito suscitado entre um corsário francês e um iate português[45]. Não encontrei, porém, informação que tenha satisfeito a incumbência que recebera para "examinar todas as costas das ilhas, e informar interpondo o seu parecer, sobre todas as coisas que se poderiam tentar para melhorar e assegurar a navegação de cada uma dessas ilhas"[46].

Pela sua ação como membro do governo, respondeu em quesitos perante a corte em processo levantado para averiguar as queixas[47] que de Angra foram feitas contra o governo interino, nomeadamente pela câmara e pelo coronel do Regimento de Milícias[48]; mas como atesta o governador conde de Almada[49], no colégio governativo o intendente cedia a tudo ao que os outros queriam![50]

Esta é apenas uma nota de rodapé na história da Marinha, e não chegará a um parágrafo da história dos Açores; mas sem eles – nota de rodapé e parágrafo – a história não fica completa.

---

[44] *AHU_CU – Açores*, cx. 47, doc. 6

[45] *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, p. 294

[46] *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, p. 256, 261, 295; vol. II, p. 39

[47] Recorrentes – *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, p. 235.

[48] *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. II, 2016, p. 13, 16, 340

[49] A isenção do conde de Almada nesta matéria é questionada na p. VIII da introdução ao vol. II dos *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino - Açores*.

[50] *AHU_CU – Açores*, cx. 39, doc. 13.

D. LUÍS, REI E TRADUTOR

Comunicação apresentada pelo Presidente da Fundação D. Luís I,
Prof. Doutor Salvato Teles de Menezes, em 21 de janeiro

Por certo que a vida de «homem do mar» de D. Luís deverá ter pesado no convite que me foi endereçado pelo Senhor Comandante Valente Zambujo para discorrer sobre a figura desse rei que (como o filho) tanto amou Cascais. E amou de tal maneira essa «terra de pescadores» que a escolheu para morrer. Não creio que haja manifestação maior de apreço por um lugar do que escolhê-lo para morrer, levando assim até ao extremo aquilo a que Michel Butor chama «l'esprit du lieu». E a vila, interpretando à sua maneira esse conceito butoriano, agradeceu-lhe essa paixão de muitas maneiras, sendo que aquela que me interessa aqui referir é a de ter atribuído o seu nome à fundação que «tem por fim criar, desenvolver, acolher, divulgar e acessibilizar a cultura no Concelho de Cascais». Portanto, não é da paixão de D. Luís pelo mar que vamos falar, porque fazê-lo aqui, aliás, só poderia ser uma manifestação de estultícia da minha parte, já que nesse campo de interesse do rei haveria assuntos vários sobre os quais discursar que me são totalmente desconhecidos, como sejam a iniciação marinheira aos oito anos, o acompanhamento do almirante Parker enquanto uma esquadra inglesa fazia manobras no Tejo, as missões na Madeira, Açores, Inglaterra, Tânger, Angola, Gibraltar e França mais tarde, bem como o interesse que sempre manifestou por astronomia, cartografia e balística. Vamos, portanto, e cautelarmente (como mais convém aos meus saberes), falar de outra faceta do soberano, da sua paixão pelas coisas da arte e da cultura, se bem que me desculpe desde já por, aqui e ali, penetrar em territórios que exigiriam indubitavelmente outras competências, como as que são apanágio de historiadores, por exemplo.

Não se poderá dizer que tenham faltado reis e grandes de Portugal cuja atenção às diferentes artes em particular e à cultura em geral tenha sido reduzida. Como todos sabemos, houve bastantes, e D. Luís cabe de pleno direito nesse grupo, onde também estão D. Dinis, D. Duarte e muitos outros representantes das sucessivas Dinastias que governaram o nosso país. E, curiosamente, acontece o mesmo com muitos dos presidentes da República que lhes sucederam por força da mudança política ocorrida em 1910: Teófilo Braga, Bernardino Machado, Manuel Teixeira Gomes, por exemplo. Quer isto dizer que, apesar do estado de degradação intelectual a que chegámos, sem elite cultural digna de nota, sempre tivemos entre os nossos mais destacados dirigentes, antes e depois de 1910, quem se interessasse pelas matérias do espírito:

«Nas três dinastias de monarcas portugueses a história literária teve cultores que a nobilitaram e impulsionaram. Foi o snr. D. Dinis um dos primaciais poetas do seu século.

O *Cancioneiro,* que tem o nome do seu colaborador mais primoroso, é um monumento, um padrão do itinerário do dialecto português no momento revolucivo da sua emancipação. O snr. D. João I escreveu o *Livro de Monteria* que um desleixo inqualificavel conserva inédito. O snr. D. Duarte reuniu uma livraria e hauriu nos raros mananciais daquela época as sementes que floriram nos seus livros *Leal Conselheiro* e *Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Seu irmão D. Pedro, duque de Coimbra,escreveu distictamente, e primou entre os escritores arrolados no «Cancioneiro» de Resende, pelo seu *Menosprecio del Mundo.* Outro D. Pedro, o condestável, seu filho, aclamado rei de Aragão, muito da intimidade literária do marquês de Santilaña, deixou valiosos códices ainda inéditos.

O snr. D. Sebastião, pelas provas que se imprimiram nas *Memórias* de Diogo Barbosa Machado, revelou-se, na flor dos anos, igual aos que exercitaram a sua língua correctamente. O snr. D. João IV escreveu sobre música — um deleite especial que o distraiu doutras aplicações mais acentuadamente literárias. O primogénito do fundador da dinastia brigantina, o príncipe D. Teodósio, falecido no verdor da mocidade, deixou manuscritos que, sem os encarecimentos do padre Antonio Vieira, ainda mereceriam estimação. Nenhum dos seus irmãos exercitou algum tirocínio literário, nem foi medianamente afeiçoado a lettras. Os reis sucessivos ao snr. D. Pedro II capricharam na mesma incultura pessoal, com quanto favoneassem as assembleias literárias. Como ignorantes que eram, e inconscientes na arte de reinar, adjudicaram-se cegamente a ministros e validos que os dominaram pelo ascendente da inteligência.

Nesta cerrada escuridade intelectual do paço dos nossos monarcas, fez-se a luz com o primoroso ensinamento que a snr.a D. Maria II fez dar a seus augustos filhos. O snr. D. Fernando não era somente pai extremoso: foi tambem um mestre desvelado, e culto em quase todos os ramos das artes e ciências. Educou seus filhos como se houvessem de subir pelas suas aptidões literárias as escarpadas eminências onde, algumas vezes, os operários do espírito encontram a mediocridade pouco untuosa que a bestealidade pletórica lhes disputa, e, por via de regra, usurpa regaladamente. O snr. D. Pedro v, em lavores de curto fôlego, indiciou vasta capacidade para trabalhos de grande alcance. O snr. D. Luiz I não se dá ao estudo apenas como um agradável feriado de outras occupações consentâneas à realeza: tem feito da leitura e da escrita mais uma tarefa que um suave diletantismo. El-rei, do mesmo passo que adscreve uma grandeza sua, própria, a outras que o nascimento lhe deu, encarece o valor dos que lidam na despremiada faina das letras, cooperando e encontrando-se com eles na mesma aspiração. É uma honra de que hão de desvanecer-se aqueles mesmos que não derem de si um alto testemunho de que a presam», como escreveu Camilo Castelo Branco.[1]

[1] Camilo Castelo Branco, *Esboço de Crítica: Otelo O Mouro de Veneza de William Shakespeare, Tragédia em cinco actos, traduzida para português por D. Luís de Bragança*, Prefácio de José Viale Moutinho, Cascais, Fundação D. Luís I, 2020.

Se bem que a minha intenção tenha essencialmente que ver com uma abordagem da actividade de tradutor do Rei, não é possível deixar de referir aqui, ainda que *en passant,* que ele se interessou por diversas manifestações artísticas, nas quais se incluíam a música, que teve papel relevante naquilo a que alguém apelidou de «personalidade estética» de D.Luís.

Compreende-se facilmente este interesse se considerarmos que na multidisciplinar formação que, naturalmente com o apoio e o conselho de amigos e preceptores (Manuel Inocêncio Liberato dos Santos e Visconde da Carreira, por exemplo, tendo este deixado em herança um violoncelo ao pupilo), D. Maria II e o Rei Consorte conceberam para os filhos («como se houvessem de subir pelas suas aptidões literárias as escarpadas eminências»[2]), cedo se identifica o estudo da música. Introduza-se aqui um excurso para referir que o único instrumento em Portugal com a assinatura do construtor António Stradivari (1644-1737) é um violoncelo que anteriormente tinha sido propriedade de Pierre Chevillard (1811-1877), violoncelista belga e professor do Conservatório de Paris. Pouco tempo depois da morte deste, o violoncelo passou para as mãos do rei D. Luís I, que já possuía uma pequena colecção de instrumentos musicais. Diga-se que D. Luís mostrou ser um aprendiz dotado e esforçado que veio, aliás, a refinar razoavelmente a sua técnica, obtendo deste modo o apreço dos pais e de quem teve a oportunidade de o ouvir.

Era tão grande o gosto de D. Luís pela música que nem a carreira naval nem o facto de ter de assumir, contra vontade e inesperadamente, o trono português por morte do irmão mais velho impediram que continuasse a aperfeiçoar-se, havendo quem tenha afirmado que esta arte lhe servia de abrigo e repouso para as complicações políticas que teve de enfrentar durante um reinado que, apesar de tudo, foi dos mais bonançosos para a Casa de Bragança.

Seguindo, afinal, as pisadas do avô, D. Pedro V, que foi um homem culto, D. Luís também se dedicou à composição, tendo escrito pequenos trechos musicais, entre os quais se encontram catalogados uma Avé Maria, uma Barcarola, uma Missa (a parte do violoncelo) e cinco valsas. A imensa paixão do rei pela arte musical, que se manifestava na presença frequente em S. Carlos e no apoio à organização de concertos no Paço nos quais participava com alguma destreza e grande empenho, não passou desapercebida a alguns compositores (Rossini, entre outros), que lhe dedicaram obras e o tiveram em alta consideração.

As artes plásticas foram igualmente importantes na formação de D. Luís, que aprendeu desenho e pintura com António Manuel da Fonseca, pintor e professor na Academia das Belas Artes. Nunca abdicando, como no caso da música, de se aperfeiçoar quer como estudioso quer como artista, D. Luís foi constituindo uma colecção de quadros e esculturas que se juntaram às já existentes no Paço, circunstância que acabou por levar à criação de uma «Galeria de Pintura» que se tornou muito atraente para os muitos visitantes que foi garantindo devido ao invejável número e qualidade das obras expostas. Esta galeria podia

[2] Idem.

ser visitada aos domingos (os outros dias estavam reservados a convidados do rei), se bem que tenha sido encerrada ao público em 1876. Saliente-se que D. Luís manteve, até ao fim dos seus dias, uma prolífica produção como artista plástico, nomeadamente nos campos do desenho, da aguarela, da pintura a óleo e da escultura.

Desde muito cedo, e no âmbito dessa esmerada educação que os pais definiram, D. Luís estudou várias línguas estrangeiras, privilegiando, como seria expectável, a língua alemã, mas também o francês, o inglês (com Mylton Graveley), o castelhano e o italiano, conhecimentos que fizeram do jovem príncipe um verdadeiro poliglota. Posteriormente, D. Luís continuou a aperfeiçoar os seus conhecimentos da língua inglesa, sobretudo através de leituras dos escritores clássicos, estudo que lhe foi muito útil para o que assinalaremos de seguida.

Durante o seu reinado D. Luís quis exteriorizar a sua muito particular admiração por William Shakespeare traduzindo para português algumas obras, seguramente aquelas que mais lhe agradavam. Assim, após trabalho de vários anos, D. Luís publicou em 1877 uma tradução de *Hamlet*. Uma segunda edição surgiu em 1880 com a nota: «*Propriedade cedida por Sua Majestade El-rei à Associação das Créches*». *Em 1879* saiu *O Mercador de Veneza, oferecendo o rei parte da edição à «Sociedade das Casas de Asylo da Infância Desvalida de Lisboa»*. Seguiu-se a tradução de *Ricardo III* saída em 1880 e por último a de *Otelo, o Mouro de Veneza* impressa em 1885. É esta a única das traduções de D. Luís em que o nome do real tradutor foi mencionado na edição. O rei ainda iniciou a tradução de mais quatro obras, mas este trabalho ficou incompleto. Dele se conservam os seguintes manuscritos: *A Esquiva Domada*, *Romeu e Julieta*, *Estupro de Lucrécia* e *Vénus e Adónis*.

Segundo conta o conde de Mafra (Tomás de Melo Breyner) nas suas memórias, D. Luís, nos períodos em que se dedicava à tradução, aplicava-se denodadamente, não perdendo ocasião de avaliar o resultado com vários homens de letras que respeitava, como António José Viale, Tomás Ribeiro e Luís de Campos, debatendo os pontos que lhe parecessem mais susceptíveis de dúvida. É, pois, de realçar este interesse literário do rei, tanto mais que trabalhava numa língua que não utilizava diariamente, ao contrário do que acontecia com o alemão e o português, naturalmente.

Embora a obra do Bardo não fosse desconhecida em Portugal, a verdade é que, com D. Luís, se dá um ponto de viragem na recepção de Shakespeare, porque é o primeiro a traduzi-lo directamente da língua original, já que as traduções anteriores tinham sido feitas a partir de versões francesas.

A explicação para estes interesse e opção operativa reside, ao que se crê, em D. Fernando Saxe-Coburgo Gotha que, tendo nascido em Viena, estava no entanto ligado por laços de parentesco a grande parte das casas reais europeias, circunstância que seguramente lhe deu as mais amplas perspectivas intelectuais. Aliás, o facto de professar, como se sabe, os ideais liberais na educação dos príncipes também deve ter concorrido, como já foi assinalado, para lhes proporcionar uma educação vasta, variada, primorosa, e conhecedora do que de melhor

se tinha produzido em quase todos os tipos de manifestações artístico-culturais («tem feito da leitura e da escrita mais uma tarefa que um suave diletantismo»[3]). Apesar de D. Luís ser o segundo filho e, portanto, não fosse de esperar que subisse ao trono, teve, mesmo assim, uma educação idêntica à irmão, o futuro D. Pedro V.

A responsabilidade da coordenação dos estudos dos jovens príncipes foi atribuída a um alemão, Carl Dietz, ao que consta calvinista de boa cepa, que já fora preceptor do pai, mais tarde afastado, apesar do apreço que D. Maria e D. Fernando sentiam por ele, devido às suas convicções religiosas e a uma alegada ingerência na política do Estado português.

Estudaram então os príncipes algumas disciplinas que aqueles que hoje aspiram a fazer (ou já fazem) política talvez ainda devessem incluir nas suas preocupações intelectuais (mais) básicas: Caligrafia, Grego, História, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Princípios de Direito Natural, Francês, Latim, Matemática, História Natural, Inglês, Desenho e Pintura, Música, Ginástica e Alemão, Dança, Esgrima e Arte da Cavalaria (provavelmente só esta última arte é, em sentido figurado, praticada pelos políticos actuais).

Entre os professores contava-se o citado António José Viale, que veio a ser muito importante – ajudou, como se sabe, posteriormente D. Luís nas traduções (ensinou aos príncipes Filosofia, Princípios de Direito Natural e Francês), tendo mais tarde sido professor de Literatura Clássica no Curso Superior de Letras.

Lê-se, numa nota íntima do *Diário de Viagem* do próprio D. Luís, datada de 14 de Dezembro de 1846, sobre as tarefa do dia, o seguinte: «*Levantei-me às 7. Vim acabar de preparar a minha lição d'alemão; estive com o mestre d'alemão; até às dez menos um quarto fui para o Viale [professor de Filosofia], a lição foi recapitulada da ethica, e a história da 7.ma Cruzada, recreação até ao meio-dia. Ao meio dia vim ler de alguns instrumentos que tenho que mandar vir. À uma hora estive tocando rebeca com o Manuel Inocêncio [professor de Música], às duas horas fui para o jardim; às três horas vim preparar a minha lição d'inglez e trigonometria espherica. Jantámos às 7. Luiz.*»

Todos os anos os irmãos faziam exames perante os pais e os mestres, tendo, em 23 de Dezembro de 1849, D. Fernando anotado: «*Muito bom enquanto à Latinidade e francês e inglês, sobretudo nas traduções. Estão os srs igualmente adiantados na história e geografia, assim como no desenho e música, tendo o sr D. Luiz feito nesta última arte grandes progressos. São em geral dignos de louvor e fazem honra aos seus mestres.*»

Os príncipes, como convinha aos jovens aristocratas intelectualmente mais dotados (com interesses culturais e/ou científicos), fizeram várias viagens pela Europa, o que lhes deu mundo, coisa que também muita falta faz aos nossos políticos actuais, que pouco mais conhecem além do umbral das portas das casas onde nasceram e das sedes partidárias (ou os quartos de hotel onde pernoitam). Uma viagem particularmente marcante foi a Inglaterra,

[3] Idem.

onde se deixaram fascinar pelo progresso de que se puderam aperceber em todos os ramos de actividade, e onde D. Luís, mais propenso às artes do que o irmão, apreciou muito especialmente o teatro, tendo talvez sido nessa altura que começou a sentir interesse (ou a reforçar um interesse já existente) pela obra de Shakespeare.

Assim, enquanto D. Pedro se inclinava mais para a política, tendo deixado uma abundante produção de textos sobre o assunto, D. Luís virava-se para as artes e letras. Como se referiu, tocava piano e violoncelo e, com tanta vocação artística, não é de espantar que, anos mais tarde, tenha vindo a dedicar-se seriamente à tradução de algumas peças de Shakespeare.

Para precisarmos uma referência já feita, Tomás de Mello Breyner, amigo da Casa Real e, mais tarde, médico e amigo pessoal de D. Carlos, conta no seu diário que D. Luís gostava de circular pelo Palácio da Ajuda de roupão durante a manhã e de se fechar na sua sala de trabalho para se dedicar empenhadamente à tradução: *Hamlet* foi publicado em 1877, *O Mercador de Veneza* em 1879, *Ricardo III* em 1880 e *Othello* em 1885. No conjunto, representam muitas horas de trabalho árduo, destinando-se os livros daí resultantes a ofertas pessoais do rei e a eventuais vendas que reverteriam a favor de obras de caridade.

Entre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Palácio da Ajuda e a Biblioteca de Vila Viçosa existem manuscritos das várias traduções, a saber:

na Ajuda há um manuscrito integral de *Hamlet*, com a caligrafia do rei, e escassez de rasuras (do próprio), que são de «polimento» e provavelmente derivam das referidas conversas com os seus «conselheiros» em matéria de tradução. Está em Vila Viçosa um segundo manuscrito que não tem rasuras (poderá ser a versão final para provas), mas tem a peculiaridade de incluir um preâmbulo de D. Luis em que este (re)afirma a sua admiração por Shakespeare, acrescentando que decidiu traduzir *Hamlet* com o intuito de dar a conhecer entre nós a literatura inglesa:

«Tendo lido por diferentes vezes esta Obra prima de Shakespeare e admirando-a cada vez que a lia, mais o grande genio do auctor, veio-me a Ideia de vertê-la em português ppara que a literatura ingleza pudesse ser compreendida no nosso país. Não sei se o consegui, mas espero que os meus cinco mezes de trabalho, não forão perdidos. Tal qual a escrevi appresento a minha versão aos literatos portugueses, e a sua aprovação será a minha recompensa. Devo contudo declarar que a parte do verso é devida à pena do Senhor Luiz de Campos que gostosamente se prestou a colaborar nesta parte da minha versão, para que não me julgava habilitado.» (assinatura)

É importante assinalar que D. Luís manifesta um grande pudor nas suas traduções, «amenizando» alguns dos momentos que lhe pareciam poder vir a ser mais embaraçosos para os leitores da época. Por exemplo: na cena dos comediantes, quando se prepara para assistir à peça, Hamlet, num jogo de palavras malicioso (deliberado ou não), pede a Ofélia: «Ser-me-há permitido estar a vossos pés, senhora? E queria dizer, recostar a cabeça sobre vossos joelhos.» Em vez do mais cru «Lady, shall I *lie in your lap*? [...] I mean, my *head upon* your lap». Deste modo, o tradutor procura respeitar o que lhe parece ser o gosto do

seu tempo, não se coibindo, aliás, de usar formas de tratamento e adaptar a linguagem ao seu entendimento, deixando sempre uma marca pessoal presente no texto que propõe.

O Rei opta por traduzir para prosa e reconhece publicamente, com grande honestidade intelectual e modéstia, que os excertos em verso não são de sua autoria mas de Luís de Campos: «*Devo contudo declarar que a parte do verso é devida à pena do Senhor Luís de Campos que gostosamente se prestou a colaborar nessa parte da minha versão, para que não me julgava habilitado.*»

Apesar desse trabalho intenso a que dedicou muito do seu tempo, D. Luís não traduziu sozinho, consultando frequentemente, como atrás se deu nota, vários amigos: Branca de Gonta Colaço, nas *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, conta que recebia vários convidados a quem lia o seu trabalho e a quem pedia conselho: Tomás Ribeiro, Pinheiro Chagas, Júlio de Vilhena, Luís de Campos, José António de Freitas – que viria também ele a traduzir *Othello* e *Hamlet* para a Rosas e Brazão, e, acima de tudo, o seu mestre de sempre, António José Viale, de quem existem as únicas provas documentais – se bem que fora do sítio, pois não estavam na caixa onde deviam estar no Arquivo Nacional Torre do Tombo, como assinala a já saudosa Maria João Afonso, a quem muito deve este texto (cedeu-me notas suas e conversou longamente comigo sobre o tema) – das muitas correcções e propostas que lhe fez.

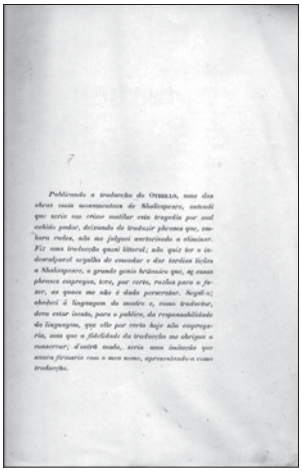
Diga-se que a primeira edição saiu anónima, mas a segunda (1880) já não: *Propriedade cedida por Sua Majestade El-Rei à Associação das Creches* (de que D. Maria Pia era patrocinadora). Aliás, este anonimato era o segredo mais mal guardado do país: o primeiro jornal a desvendar a identidade do tradutor foi um jornal inglês, *The Atheneum*, citado pelo *Diário da Manhã*, em 16 de Dezembro de 1876: «Consta-nos que o rei de Portugal, D. Luís está fazendo uma tradução de *Hamlet* de Shakespeare. A tradução é toda em prosa e já chega ao quinto acto. D. Luís é um homem muito erudito e sabe o inglês tão bem senão melhor que o português. Há dias que sabíamos que sua majestade traduzira o *Hamlet*, mas a pessoa que nos dera essa notícia pedira-nos o maior segredo. Entretanto, o facto já era sabido há quinze dias em Inglaterra!»

A recepção, como seria de esperar em tempos de não poucas vezes aceso confronto de ideias, oscilou entre o elogio, a crítica política e algumas recensões sérias, havendo ainda lugar para a sátira: «*Mister Brazonis representará to the próxima época, Le Hamlet of Sá qui espira. Nous attendons qui este Brazonis há de aller muchissimo longe; se tiver poucos calos and butes largos. The tradutor of the Hamlet impõe the condition de ser interpretada a pálida Ophelia pela actriz Rosa Damasceno.*» (*Cri-Cri,* 17 de Junho 1877)

No mesmo caderno de *Hamlet* está o *Mercador de Veneza* (1879), que apresenta muito poucas rasuras, havendo no entanto outro manuscrito em Vila Viçosa que já apresenta rasuras pontuais. Veja-se, em 21 de Janeiro 1880, *A Revolução de Setembro*: «*Sua Majestade el-rei o sr. D. Luis acaba de dar um valioso testemunho de apreço em que tem a sociedade das casas de asilo de Lisboa, de que Sua Majestade a rainha sra. D. Maria Pia é augusta presidente, concedendo a essa instituição a propriedade da sua tradução da obra* O Mercador de Veneza*. Sua Majestade*

mandou entregar ao Conselho Director a maior parte da primeira edição impressa a expensas do mesmo augusto senhor; essa obra será brevemente posta à venda em Portugal e no Brasil.» Aparece como «Tradução Livre» e, mais uma vez, não vem assinada, cedendo desta edição o rei 300 exemplares a favor da Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida de Lisboa.

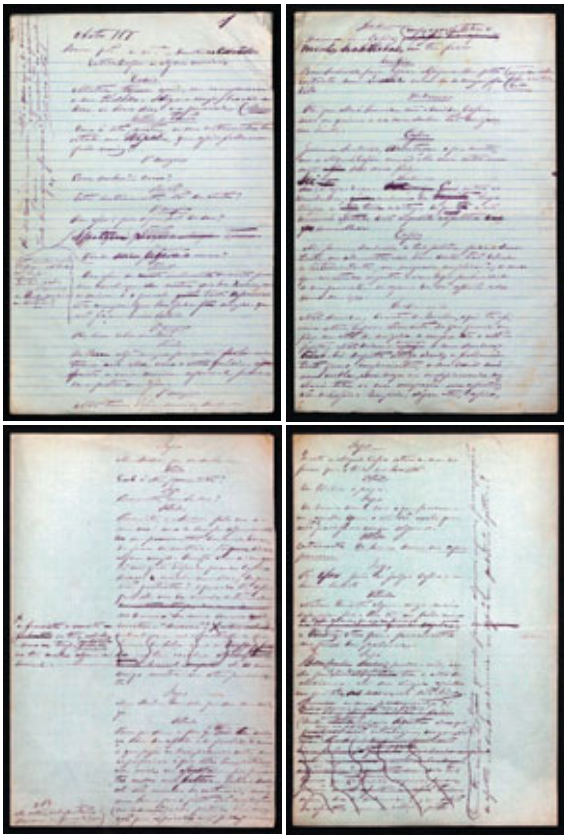
Está igualmente na Ajuda o manuscrito integral de *Ricardo III* (196 páginas), pela mão de D. Luís, com pouquíssimas correcções, não estando, como nos outros casos aliás, datado, o que nos impede de saber ao certo quando é que D. Luís trabalhou cada texto. Ainda na Ajuda está uma carta do conselheiro António José Viale dirigida a D. Luís, datada de 4 de Maio de 1880, em que afirma ter em seu poder o manuscrito do 1º acto, que devolve acompanhado de dezenas de emendas marginais e inúmeros comentários à tradução que de novo não vem assinada.



A tradução de *Othello* é de longe o caso mais interessante. Até se encontrar mais material, é a única que nos permite discernir algumas especificidades do método de trabalho de D. Luís. Em primeiro lugar, distingue-a o facto de ser a única cuja primeira edição é publicada com a assinatura do monarca. Em segundo, é a única de que temos o manuscrito inicial, que está espalhado por três instituições: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ajuda e Vila Viçosa têm documentos avulsos que, no seu conjunto, constituem a quase totalidade daquilo que podemos referir como o primeiro rascunho. (Ajuda - 2º cena 1º acto; V. Viçosa - um excerto da cena final; ANTT - a maior parte: folhas avulsas, caligrafia descuidada, às vez quase ininteligível, que seria muito provavelmente destinada apenas aos olhos do próprio autor e primeiro leitor. – 3º, 4º e 5º actos.)

Como se pode ver na imagem infra, uma coluna com mais ou menos um terço da página foi deixada pelo rei para anotações marginais: alternativas mais literais de tradução, substituições lexicais, anotação de dúvidas, comentários às soluções encontradas, pequenas listas de sinónimos.

Há ainda mais manuscritos de amanuenses e, em V. Viçosa, está o manuscrito da nota - indubitavelmente escrita pelo rei - em que afirma ter traduzido literalmente a obra do grande génio britânico, não lhe sendo, por conseguinte, imputável o uso de linguagem grosseira. Apesar destas boas intenções, não se decide a traduzir «*whore*» pelo vocábulo português correspondente e põe Desdémona a afirmar que «Não posso pronunciar... prostituta» (*I can't say "whore." It makes me sick to say the word even now. I wouldn't do the thing that would make me a whore for all the money in the world.*), o que, entre outras coisas, quebra o ritmo da frase... e torna insonso o insulto. Como atrás ficou dito, o rei tem manifestamente bastantes dificuldades em usar a torrente de impropérios aplicados à sexualidade de Desdémona por Othello a partir de determinado momento e serve-se de vários artifícios lexicais para os contornar e obviar o seu próprio desconforto e pudicícia. Chama-lhe rameira, por exemplo. Traduz «*whoring*» por «vida airada» e seria possível continuar a oferecer mais exemplos desse pudor linguístico, mas não vale a pena porque alguém menos criterioso podia ser levado a crer que há demérito onde ele não existe, apenas a consciência de um tempo e de um ambiente que não estão preparados para o uso do vernáculo. Será no entanto, para quem se quiser abalançar a isso, um trabalho interessante pegar nas várias partes do manuscrito, estudar as alterações que o tradutor foi fazendo e tentar perceber como chegou ao texto final.



No entanto, este texto oferece-nos outra dávida: se a tradução de *Hamlet* tinha sido usada como arma de arremesso político entre apoiantes e detractores do regime monárquico, *Othello* legou-nos o que Jorge Bastos da Silva, em *Shakespeare no Romantismo Português, Factos, Problemas, Interpretações*[4], descreve como «um dos mais conseguidos ensaios

[4] Porto, Campo das Letras, 2005.

sobre matéria shakespeariana do século XIX português, já pela perspicácia da indagação, já pelo vigor expressivo da linguagem, já, enfim, pela multiplicidade dos problemas interpretativos que enfrenta face à tradução e face ao original.» Análise mais objectiva e pertinente será difícil encontrar.

Concentrando-se mais no dramaturgo do que propriamente no texto que se propõe analisar, Camilo Castelo Branco, o autor do citado «*Esboço de Crítica: Othello* ou *o Mouro de Veneza*, por D. Luiz de Bragança» explica-nos não só uma das possíveis razões da popularidade entre nós de textos como *Othello* e *Romeu e Julieta*: «As tragédias de Shakespeare que me comovem a admiração e a sensibilidade são umas em que não preponderam elementos sobrenaturais» – como dá aos portugueses uma análise muito interessante de um dramaturgo que começavam então a descobrir finalmente na sua roupagem original.

Outras traduções shakespeareanas de D. Luís são *Romeu e Julieta* e *A Esquiva Domada*. No primeiro caso, o único manuscrito (incompleto) está em V. Viçosa, não tendo sido datado nem assinado. Estamos, ao que parece, perante uma versão intermédia, mas como a tradução não foi publicada, não há forma de confirmar esta suposição, sendo que Inocêncio Francisco da Silva garante que em 1885 a tradução estaria pronta para ser impressa. No segundo caso, Inocêncio Francisco da Silva (que fala de traduções de obras líricas de que não existem quaisquer provas físicas) também afirma que o rei teria iniciado a tradução no final de 1885, mas como aquilo que subsiste (Ajuda - 3º acto, 3 primeiras cenas do 4º acto) também não está datado, não há mais uma vez qualquer possibilidade de ter certezas quanto à datação do trabalho.

Concluo dizendo que são muitas as virtualidades do labor de D. Luís como tradutor, mas bastaria o facto de o resultado desse exercíco ter rompido com a tradição de usar textos de partida que não os originais para o distinguir como um caso de honestidade e respeito pela língua de Shakespeare (com todas as implicações advenientes dessa decisão) que deve ser inequivocamente louvado.

NOS PRIMÓRDIOS DA EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA (SÉCULO XIV)

Comunicação apresentada pelo Académico
Bernardo Vasconcelos e Sousa, em 28 de janeiro

A localização geográfica de Portugal, com a sua extensa costa atlântica, desde muito cedo favoreceu a prática de diversas actividades ligadas ao mar. Na época medieval, a pesca, a produção de sal e a navegação costeira ou a distância são as mais importantes e, também, as melhor conhecidas. Desde embarcações elementares (como é o caso da chamada jangada de São Torpes, sobretudo na faixa entre Sines e Milfontes[1]) até às de maior calado para navegação de cabotagem ou em alto mar, temos a existência, bem documentada, de uma grande diversidade de meios de transporte marítimo que atestam a antiguidade e a continuidade da navegação junto à costa portuguesa e a partir dela.

Não admira, pois, que abundem os testemunhos documentais escritos sobre uma relação próxima e activa com o mar, desde os primeiros tempos da existência de Portugal como entidade política independente. Aliás, não é mesmo difícil apontar provas dessa relação estreita do território que veio a ser Portugal, antes da formação do reino e remontando, até, a tempos pré-históricos. No entanto, a ambição da presente abordagem é mais limitada no tempo e apenas se procurará destacar alguns factores que constituem claros antecedentes medievais que estiveram na base do processo de expansão marítima portuguesa a partir do início do século XV, ainda, portanto, em plena Idade Média.

Entre esses factores que se revelaram decisivos esteve uma prática regular de navegação a distância a partir de portos portugueses. Pela sua posição no extremo ocidental da Europa, pela ampla fachada atlântica e pela existência de alguns bons portos fluviais-marítimos naturais, o Portugal medievo estabeleceu relações comerciais regulares por via marítima quer com o Norte da Europa (na França, na Inglaterra, na Flandres...), quer com o Sul mediterrâneo (com cidades italianas ou com a Coroa de Aragão, por exemplo)[2].

---

[1] Sobre estas embarcações, a sua antiguidade e presença no território português, veja-se Octávio Lixa Filgueiras, *A Jangada de S. Torpes, Um Problema de Arqueologia Naval*, Lisboa, 1977.

[2] Sobre as relações comerciais marítimas de Portugal ao longo da Idade Média, vejam-se, como síntese, o ponto "4.7. Comércio Externo" (da autoria de A. H. de Oliveira Marques, in *Nova História de Portugal*, direcção. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, pp. 512-520, e *Ibidem*, vol. IV – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1986, pp. 150-180.

No que se refere à rota do Norte, pelo menos desde o século XIII temos conhecimento de mercadores e navegadores portugueses que se instalaram em portos da Europa atlântica, beneficiando de privilégios concedidos por monarcas ingleses e franceses para as práticas comerciais. Também o rei de Portugal, no caso D. Dinis, em 1293, conferiu reconhecimento ao que veio a ser designado como uma "Bolsa de Mercadores", iniciativa dos principais comerciantes e armadores de navios ligados ao tráfego atlântico, que assim se protegiam e auxiliavam entre si, numa actividade com peso económico crescente e que mereceu o apoio régio através da concessão de privilégios e regalias aos seus membros[3]. Prova da manutenção deste comércio e da importância que lhe era conferida pela Coroa é o facto de D. Fernando ter confirmado e mesmo alargado os privilégios que haviam sido concedidos à Bolsa de Mercadores, agora com a fundação da chamada Companhia das Naus, entre 1375 e 1380[4]. No Prólogo da *Crónica de D. Fernando*, da autoria de Fernão Lopes, dá-se destaque aos naturais de fora do reino que estanciavam por Lisboa devido às suas actividades comerciais marítimas, referindo-se expressamente genoveses, lombardos, catalães, milaneses, entre outros, que "*faziam viir e enviavom do rreino grandes e grossas mercadarias*", com destaque para os vinhos que dali saíam. E concluía o cronista que "*viinham de desvairadas partes muitos navios a ella [Lisboa], em guisa que com aquelles que viinham de fora e com os que no rreino avia jaziam muitas vezes ante a cidade quatrocentos e quinhentos navios de carregaçom*"[5]. Mesmo descontando algum compreensível exagero da parte de Fernão Lopes, esta descrição reflectia a intensidade e o volume de um próspero comércio marítimo com o exterior.

Quanto à rota do Sul, os mercadores das cidades italianas, com a sua tradição nas artes de navegar no Mediterrâneo e, sobretudo, com as suas apuradas técnicas comerciais e financeiras, impuseram-se nas relações económicas estabelecidas por esta via, criando mesmo pequenas colónias que reuniam membros de uma mesma família de comerciantes e os respectivos servidores, fixando-se sobretudo em Lisboa a partir do século XIII. O mesmo sucedeu mais tarde, sobretudo no século XV, com alguns comerciantes aragoneses.

Mas o interesse de D. Dinis pelo mar não se limitou ao referido apoio à Bolsa de Mercadores, na que era uma perspectiva essencialmente comercial. De facto, em 1317, o monarca tomou a iniciativa de procurar e encontrar alguém que, especialista na arte de navegar e de guerrear no mar, levasse a cabo uma importante reorganização da frota real. A escolha de D. Dinis recaiu na pessoa de Emanuele Pezagno, o nosso Manuel Pessanha. Os emissários do rei em Avinhão receberam a indicação de recrutarem quem desse garantias de poder vir a assumir

[3] Publicado em *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, ed. de João Martins da Siva Marques, vol. I, *1147-1460*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, doc. 29, p. 21 (Reprodução fac-similada, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988).

[4] *Ibidem*, doc. 147, pp. 171-173.

[5] Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica de Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, Prólogo, p. 6.

o comando da frota real portuguesa. Tanto mais que o cargo de almirante-mor estaria por preencher, por morte do seu anterior titular, Nuno Fernandes Cogominho[6].

Emanuele era membro de uma família de mareantes e comerciantes genoveses, os Pezagno, que possuíam uma vasta experiência na arte de navegar, na senda, aliás, de uma longa tradição e de uma alargada fama dos navegadores da cidade de Génova. Já em 1303 Emanuele Pezagno comandara uma galé que chegara até ao Mar Negro[7]. Além dos conhecimentos e da experiência naval, as referências recolhidas na corte pontifícia de Avinhão faziam do genovês um forte candidato para o desempenho da missão requerida pelo monarca português.

A fim de formalizar a relação, Emanuele Pezagno deslocou-se a Santarém onde, na presença de D. Dinis e da corte régia, se celebrou, a 1 de Fevereiro de 1317, o contrato que selou a atribuição do cargo de almirante da frota real. O rei, juntamente com a rainha D. Isabel e com o infante D. Afonso, herdeiro do trono, faz a doação como feudo ("*en feu*"), como expressamente se refere no documento, a "*miçer Manuel Peçagno de Genua*" e aos seus sucessores, com a obrigação de ficar em Portugal ("*per ficardes na mha terra por meu almirante e pera seruirdes em este offiçio mjm e os meus sucessores que forem Reis en Portugal* ")[8].

Importa esclarecer o significado deste termo "*micer*", que surge com frequência na documentação portuguesa relativa a Manuel Pessanha. A palavra deu origem a vários equívocos, chegando a ser transcrita como se de um nome próprio se tratasse, por vezes lido como o italiano "Michele". Na verdade, "*micer*" era a tradução e adaptação para a língua portuguesa de um termo de origem provençal, "messer", correspondente ao francês "messire" e ao italiano "messere", equivalente ao nosso "senhor"[9], uma forma de tratamento aplicada a personagens prestigiadas, geralmente pertencentes a linhagens nobres ou, pelo menos, de alta condição social.

Juntamente com o ofício de almirante, o monarca doava também o lugar da Pedreira, em Lisboa, além da generosa quantia de três mil libras de moeda portuguesa por ano, pelas rendas que o rei tinha em Frielas, Unhos, Sacavém e Camarate. No mesmo documento estabelecia-se

---

[6] Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Parte VI, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, fl. 239-240.

[7] Giulia Rossi Vairo, "O Genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d'El-Rei D. Dinis", *Medievalista*, Nº13, (Janeiro - Junho 2013), p. 5. [Consultado em 21-01-2020]. Disponível em http://medievalista.fcsh.unl.pt/MEDIEVALISTA13/vairo1306.html. Acerca dos Pezagno, veja-se também Nunziatella Alessandrini e Luís Miguel Duarte, "Porquê os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa", in *O Mar como Futuro em Portugal*, coord. José dos Santos Maia, Lisboa, Academia de Marinha, nomeadamente pp.36-39.

[8] Publicado em *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, ed. de João Martins da Siva Marques, vol. I, *1147-1460*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, doc. 37, p. 28 (Reprodução fac-similada, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988). Sobre este importante documento há uma extensa produção historiográfica; como síntese e por todos, veja-se Luís Miguel Duarte, "A Marinha de Guerra Portuguesa", in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, coord. de José Mattoso, s.l., Círculo de Leitores, 2003, pp. 299-301.

[9] Giulia Rossi Vairo, *op. cit.*, p. 5, nota 9.

que, por morte de Manuel Pessanha, o cargo de almirante passaria por herança para o seu filho primogénito varão, legítimo e leigo, sob a forma de morgadio("*per maneyra de mayorgado*"), com a expressa condição de que todos os sucessores de Manuel Pessanha "*que este feu herdarem*" fizessem menagem e juramento ao rei de Portugal, nos exactos termos em que o próprio Manuel Pessanha o fazia naquele dia 1 de Fevereiro de 1317. E o genovês afirmava de seguida ficar por vassalo de D. Dinis, fazendo-lhe menagem e jurando solenemente sobre os "*sanctos euangelhos en que corporalmente ponho mhas mãos*", como também ficava registado por escrito[10].

Enquanto almirante da frota real, Pessanha obrigava-se a ter sempre consigo vinte homens de Génova, sabedores das coisas do mar e prontos a servir nas galés do rei. O contrato feudo-vassálico que temos vindo a seguir fixava também as condições em que os referidos vinte genoveses deveriam ser custeados e como seriam pagos, estabelecendo a jurisdição detida pelo almirante sobre as tripulações que comandava, bem como a repartição do que viesse a ser tomado pela acção de Manuel Pessanha nas suas lides do mar. Concretamente, a este respeito, o almirante deveria ficar para si com um quinto de tudo aquilo de que viesse a apropriar-se. Dizia o rei, dirigindo-se ao seu novo vassalo: "*Tenho por bem e mando que uos e os uossos sucessores que este feu herdarem haiades pera uos a quinta parte de todalas cousas que gaanhardes e filhardes per mar nas mhas Galéés daquelo que tomardes aos enmijgos da nossa fe ou aos enmijgos da mha terra*"[11]. No entanto, D. Dinis não deixava de assinalar as excepções, que reverteriam em exclusivo para o monarca: os cascos das galés ou de outras embarcações, as armas ou a aparelhagem dos navios, e ainda os mouros que fossem capturados, justificando-se "*porque estas cousas som liuremente dos Reis*"[12].

No fundo, aludia-se assim à actividade de corso intensamente praticada quer por cristãos, quer por muçulmanos, junto ao estreito de Gibraltar e na embocadura do Atlântico com o Mediterrâneo, no chamado Mar ou Golfo das Éguas. Importa sublinhar este aspecto: a reorganização da frota real empreendida por D. Dinis e de que a contratação de Manuel Pessanha constituía elemento central visava a defesa do litoral português, das suas povoações costeiras e das rotas marítimas para sul de Lisboa, contra o corso e os frequentes ataques de embarcações muçulmanas vindas do Norte de África ou do sul islâmico da Península Ibérica. De caminho, a frota real portuguesa, agora capitaneada pelo experiente Manuel Pessanha, praticava também o corso, já nesta época uma não negligenciável fonte de ingressos para o erário da Coroa.

A missão confiada a Manuel Pessanha era, pois, fundamentalmente a defesa da costa portuguesa e das águas que lhe davam acesso e por onde navegavam embarcações de pesca ou de comércio oriundas do reino ou que a ele se dirigiam.

---

[10] *Descobrimentos Portugueses...*, cit., doc. 37, p. 28.

[11] *Ibidem*, doc. 37, p. 29.

[12] *Ibidem*, doc. 37, p. 29.

Além do que se pode ver e concluir da leitura do documento pelo qual Pessanha recebeu o almirantado do reino em 1317, indubitavelmente voltado para a guerra naval e para a defesa da costa portuguesa, há um outro dado relevante que reforça o carácter eminentemente defensivo e de corso (mas não de conquista) da missão confiada pelo rei de Portugal ao navegador genovês.

A 24 de Setembro de 1319, estando em Benfica, a par de Lisboa, D. Dinis doou ao seu vassalo Manuel Pessanha, mais uma vez a título de feudo, a vila de Odemira, com o seu termo, direitos, jurisdições e respectivas rendas, em troca das anteriormente concedidas Frielas, Unhos, Sacavém e Camarate. O mesmo documento da doação de Odemira inclui também a doação de Algés, nas proximidades de Lisboa[13]. Ora esta nova concessão régia, conferida cerca de dois anos e meio após a atribuição do ofício de almirante a Manuel Pessanha, e mantendo-se sem alteração os considerandos e os termos para o desempenho do cargo, aponta claramente para a delimitação do troço de costa e da zona marítima que lhe era adjacente cuja defesa estaria sob o comando do genovês. A faixa litoral que vai de Algés (uma povoação no estuário do Tejo) até Sagres, com Odemira incluindo o território de Milfontes a meio da costa alentejana, juntamente com a costa sul de um Algarve há pouco tempo integrado na Coroa portuguesa, constituía o principal teatro das operações de corso e das incursões muçulmanas por via marítima em território português. O almirante deveria, pois, organizar a defesa da costa entre Lisboa – um importante porto fluvial-maritímo de onde partiam e onde chegavam inúmeras embarcações da navegação comercial – e os confins do litoral sudoeste. A doação de Odemira a Manuel Pessanha fazia, portanto, todo o sentido, quer em termos estratégicos da defesa marítima do reino, quer em termos da actividade de corso, com os correspondentes ganhos, quer para o almirante (o quinto do que viesse a apreender), quer para o rei (os quatro quintos que D. Dinis fizera questão de salvaguardar para si)[14].

A importância com que a Coroa olhava para o mar não esmoreceu com o sucessor de D. Dinis. De facto, com Afonso IV, que subiu ao trono em 1325, assistiu-se a uma atenção ainda maior na política definida por este rei. Afonso IV concedeu várias cartas de privilégio a mercadores italianos e os portugueses que então demandavam os portos da França e da Inglaterra receberam privilégios por parte dos soberanos destes reinos. As rotas comerciais marítimas não só se mantiveram como se intensificaram as ligações de há muito existentes[15].

No âmbito das viagens então praticadas, barcos portugueses financiados pela Coroa e comandados, mais uma vez, por navegadores genoveses, terão chegado às ilhas Canárias ainda antes de 1336 e no início da década de 1340. Afonso IV não só financiou algumas

[13] *Ibidem*, doc. 42, pp. 33-36.

[14] *Ibidem*, doc. 37, p. 29.

[15] Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)*, Lisboa, 2009, pp. 279-283.

dessas viagens como procurou conseguir do papa a soberania sobre as Canárias, embora sem nunca o conseguir[16]. As tentativas portuguesas de alcançar a jurisdição sobre este arquipélago atlântico mantiveram-se ao longo de quase 150 anos, só terminando a disputa em 1479, com a celebração do tratado das Alcáçovas, entre D. Afonso V e os Reis Católicos.

A importância atribuída por Afonso IV à questão das Canárias levou-o a dirigir-se à Santa Sé através de documentação que chegou até nós e na qual o rei português reivindicou o que considerava serem os seus direitos sobre aquelas ilhas. Procurando que o papa aceitasse as suas razões, o soberano afirmou a disposição de vir a participar na cruzada que o chefe da Cristandade ocidental pretendia organizar para a conquista do reino islâmico de Granada. Mais significativo ainda, Afonso IV propôs-se mesmo estender a cruzada ao Norte de África, na região do actual Marrocos. Independentemente da sinceridade (ou da falta dela) desta posição do monarca, o interesse pelas Canárias e a afirmada disponibilidade para levar o combate ao Infiel além do estreito de Gibraltar demonstram que a Coroa portuguesa começava a olhar para lá do reino e da própria Península Ibérica. De facto, em várias ocasiões Afonso IV se comprometeu perante o papado a combater os muçulmanos, tanto na Península como em África[17]. Aliás, a batalha do Salado, travada em 1340 nas imediações do estreito de Gibraltar entre uma coligação de exércitos cristãos que juntaram os reis de Castela, Afonso XI, e de Portugal, Afonso IV, contra forças islâmicas vindas do império merínida de Marrocos e aliadas ao reino islâmico de Granada, foi já uma concretização ou uma ressurgência da ideologia de cruzada[18]. O sucesso obtido pelo campo cristão, a grande vitória alcançada no Salado, apontava para que continuassem as acções militares no sentido em que se havia processado a *Reconquista* portuguesa.

Ora, com a tomada das últimas praças algarvias pelos portugueses em 1249 e com a continuação da *Reconquista* castelhana (que só terminará bastante mais tarde, com a queda do reino islâmico de Granada em 1492), a única via para a incorporação de novos territórios no reino de Portugal e para fazer face à escassez de recursos que aqui se verificava era o mar. Um mar que estava próximo e que, como vimos, desde há muito que propiciava diversas actividades que iam desde a pesca à produção de sal (um dos primeiros e mais importantes produtos de exportação portugueses[19]), passando pela intensa navegação de carácter comercial.

É verdade que, além das viagens que promoveu até às Canárias, Afonso IV não concretizou a saída do continente europeu para a costa africana, como chegou a prometer ao papa em várias ocasiões. Mas não restam dúvidas de que esse projecto – ou melhor dizendo, um esboço desse projecto – existiu no reinado de Afonso IV e no âmbito da própria Coroa. Só assim se percebe o cuidado posto no apetrechamento da frota real, que não terminou

[16] *Ibidem*, pp. 284-295.

[17] *Ibidem*, pp. 273-276.

[18] Sobre a batalha do Salado, o seu contexto e repercussão, cf. *Ibidem*, pp. 259-270.

[19] Vejam-se os clássicos trabalhos de Virgínia Rau reunidos nos *Estudos sobre a História do Sal Português*, Lisboa, 1984.

com D. Dinis, ou o revelador e continuado interesse pelas Canárias, pagando expedições a estas ilhas e mantendo um forte contencioso com o próprio papado para que o arquipélago ficasse sob a alçada portuguesa.

E se com D. Dinis o investimento na frota real, com a chamada para o reino de um perito na arte de marear e do combate naval como era Manuel Pessanha, visava claramente a defesa das águas e da orla costeira, pelo menos entre Lisboa e o Algarve, com Afonso IV assiste-se a uma nova percepção acerca da importância do mar oceano.

No quadro da chamada crise geral do século XIV, que devastou praticamente todo o Ocidente e a que Portugal também não escapou com a sequência de maus anos agrícolas e das inerentes fomes, com as recorrentes epidemias entre as quais se destacou a Peste Negra de 1348 que terá dizimado cerca de um terço da população europeia, e com frequentes e prolongadas guerras de que a mais emblemática foi a chamada Guerra dos Cem Anos entre a Inglaterra e a França, com os seus respectivos aliados, e que também se repercutiu na Península Ibérica e mesmo em Portugal, a situação do reino mais ocidental da Europa revestiu-se ainda de maior dramatismo. De facto, a todos os factores gerais de crise no Ocidente desta época juntou-se a crise dinástica aberta com a morte do rei D. Fernando, em Outubro de 1383. Os anos que se seguiram foram de guerra com a vizinha Castela e de luta pela imposição e manutenção de uma nova dinastia, fundada por D. João I, filho bastardo do rei D. Pedro e anteriormente Mestre da Ordem religiosa e militar de Avis[20].

Quando a paz praticamente definitiva se estabeleceu entre Portugal e Castela, em 1411, o reino português estava exangue pelos efeitos conjugados da referida crise geral e da devastadora guerra começada em 1384. A escassez dos recursos naturais e, nomeadamente, uma crónica e estrutural carência na produção de trigo, o cereal que constituía a base da dieta das populações do Ocidente medieval, a par do esgotamento do tesouro régio sorvido pelas necessidades bélicas, tudo colocava em perigo a sobrevivência política da nova dinastia de Avis e, com ela, a própria manutenção do reino como entidade independente.

Um reino e uma dinastia que, tendo estabelecido a paz com Castela após um prolongado período de guerra, estavam como que entalados entre o poderoso e sempre ameaçador vizinho castelhano, por um lado, e o mar, por outro. Apesar da vitória em Aljubarrota, o desequilíbrio de forças continuava a ser vantajoso para Castela. Portanto, qualquer projecto de conquista de novos territórios para alcançar recursos que viessem garantir a manutenção do reino e da sua monarquia não podia virar-se para o interior da Península, pois conduziria de imediato ao reacender das hostilidades por parte de Castela. Mesmo que a ideia entre os portugueses viesse a ser conquistar o reino de Granada (como, aliás, chegou a ser defendido por um sector da corte de D. João I), tal propósito chocaria de imediato com o que a Coroa castelhana considerava serem os seus "direitos históricos" de *Reconquista*.

[20] Como síntese, sobre as circunstâncias da chegada de D. João I ao trono e sobre o reinado deste monarca, veja-se o livro de Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*, Lisboa, 2005.

Gorada a hipótese de Portugal voltar a ganhar territórios ao Islão na Península Ibérica, retomando o que fora a expansão desde Afonso Henriques até Afonso III, o mar era a única saída para a crise com que o reino português continuava a debater-se. E essa saída, a do mar, estava qui tão perto.

Pouco tempo depois do estabelecimento da paz de 1411 com Castela, preparou-se e lançou-se a expedição a Ceuta que veio a culminar em 1415 na conquista desta importante cidade portuária do Norte de África. A sua localização estratégica na ligação entre o Atlântico e o Mediterrâneo era uma das mais importantes razões para o plano de conquista dos portugueses. No fundo, assistia-se agora ao retomar do projecto esboçado cerca de 75 anos antes, no governo de Afonso IV, com a extensão do reino e dos seus domínios além-mar.

Independentemente do balanço que se tenha feito na altura acerca da conquista de Ceuta – que indubitavelmente ficou muito aquém das expectativas que haviam levado o rei D. João I, o condestável Nuno Álvares Pereira, os infantes Duarte, Pedro e Henrique, bem como a quase totalidade da mais alta nobreza de Portugal a embarcar para a tomada da cidade que era porta do estreito de Gibraltar – a verdade é que 1415 marca o início da expansão marítima portuguesa. Uma expansão que encontra as suas causas, as suas razões, as suas explicações e o seu início em plena época medieval.

Os reis portugueses já não viam o mar apenas numa perspectiva defensiva, como fonte de perigos face aos quais era necessário garantir a segurança da circulação de navios, a protecção das povoações costeiras ou mesmo prevenir a possibilidade de incursões mais profundas por parte de atacantes vindos das terras de mouros. Haviam sido estas as grandes preocupações de D. Dinis, que o tinham levado a atrair e a dar condições para que se fixasse no reino Manuel Pessanha, um estrangeiro perito nos saberes do mar e da guerra naval. A partir já de Afonso IV, o sucessor de D. Dinis, o mar oceano será encarado não tanto numa visão defensiva, mas como via para o alargamento do reino, para a angariação de novas terras e recursos cuja necessidade era agudizada pelos profundos, duradouros e marcantes efeitos da crise geral e das guerras que tinham assolado Portugal desde as primeiras décadas da centúria de Trezentos.

Foi esta a visão de Afonso IV, logo em meados do século XIV, mesmo que não tenha tido concretização prática no seu reinado. Mas será esta a empresa levada a cabo cerca de 75 anos depois, com a tomada de Ceuta pelo neto daquele monarca, D. João I, o fundador da nova dinastia. Uma dinastia que teve o seu início e jogou a sua sobrevivência neste final da Idade Média, com a conquista daquela cidade marroquina em 1415. Conquista que marca o arranque da expansão marítima, pela qual a dinastia de Avis logrou alcançar a ventura e os proventos, a fama e o proveito de que veio a gozar nos séculos XV e XVI.

DOCUMENTOS INÉDITOS PARA A EXPEDIÇÃO BARRETO-HOMEM AO MONOMOTAPA (1569-1577): D. SEBASTIÃO, O ESTADO DA ÍNDIA E A GESTÃO DO IMPÉRIO

Comunicação apresentada pelos Professores
Nuno Vila-Santa[1] e Pedro Pinto, em 4 de fevereiro

Introdução

A base deste trabalho reside na análise de um conjunto de documentos inéditos que foram encontrados essencialmente em três códices, o primeiro na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, o segundo na Torre do Tombo e o terceiro na Biblioteca Nacional de Portugal.

Quanto ao primeiro, trata-se de um copiador de finais do século XVI e inícios do XVII, com 261 fólios, o qual, com algumas excepções, regista documentação do reinado de D. Sebastião e D. Filipe I, sobretudo cartas régias dirigidas a vários oficiais no Reino, na Índia e em África. O códice não identifica o autor das cópias. Inicialmente, consta um primeiro conjunto copiado por uma mão, registando documentos entre 1572 e 1592 (f. 1-46, 55-65), seguindo-se cópias de documentos de outra(s) mão(s), datados de 1523 a 1614, com maior ênfase no período de D. Sebastião e da dinastia filipina. Em futura apresentação mais circunstanciada do códice, teremos oportunidade de aprofundar as condições de produção do códice e a selecção de documentos.[2]

O segundo códice encontra-se na colecção denominada "Manuscritos da Livraria" na Torre do Tombo. Esta colecção foi formada no século XIX e depois continuada até aos dias de hoje, com proveniências muito díspares. O códice 1632 faz parte de um pequeno núcleo pertencente a D. Manrique da Silva, 1.º Marquês de Gouveia e Mordomo-mor da Corte. São códices factícios e verdadeiras miscelâneas de documentação. Contém uma cópia coeva

---

[1] Bolseiro de Pós-Doutoramento do projecto RUTTER.

[2] Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (doravante FBN), I-14, 2, 18. Publicaremos também o índice dos documentos para benefício dos investigadores neste período, dado que contém muita documentação inédita. Lavramos um profundo agradecimento a Patrícia Souza de Faria, pela ajuda fundamental na obtenção de reproduções do códice. Encontrou-se este códice graças a um inventário denominado "Manuscritos sobre a África e a Ásia" onde a espécie é descrita como "Cartas, provisões e instruções de el-rei D. Sebastião para o vice-rei da Índia, governadores de fortalezas e juízes, vereadores e procuradores das cidades de África e Ásia" (*Anais da Biblioteca Nacional*, 96, 1976, p. 215). Já em 1936, ele fora descrito num inventário elaborado pelo primeiro secretário da embaixada de Portugal no Rio de Janeiro como "Um grosso volume de cartas (cêrca de 300). A maior parte são do rei D. Sebastião, uma de D. Pedro de Gusmão e outras de várias personagens. Tratam de assuntos vários, das coisas da Índia, Tânger, etc. Estão muito estragadas pelo cupim e só um paleógrafo as poderá ler com facilidade" (SILVA, Valentim da, "Manuscritos portugueses existentes na Nacional do Rio de Janeiro", *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, II Série, XII (45-46), 1936, p. 47).

das provisões régias dadas a Francisco Barreto em 1569 ("Terlado das prouisões que leuou Francisco Bareto aa India"), algumas das quais inéditas.

Já o terceiro códice tem uma proveniência clara. Foi adquirido pela Biblioteca Nacional de Portugal à viúva do Conselheiro Aires de Ornelas, em data incerta, mas posterior a 1930, data do falecimento do estadista, conforme registo na folha de guarda.[3] A remota origem do códice é vinculável à família dos Homens, desconhecendo-se como é que Aires de Ornelas o adquiriu. Trata-se de um códice factício com c. 440 fólios onde foram reunidos documentos originais, públicas-formas, cópias e outros documentos relativos aos serviços dos vários membros da família dos Homens desde o reinado de D. Manuel I a D. João IV. A existência deste códice e a sua importância coeva para a história da empresa do Monomotapa justificaram em data posterior a cópia de um dos seus documentos numa miscelânea ultramarina na Biblioteca da Ajuda: a carta de Vasco Fernandes Homem para Luís da Silva em 1576 (publicada em 1975). Ressalve-se que nessa cópia consta a inscrição: "Esta carta tresladei do proprio original, que está em poder de Gregorio Mascarenhas Homem em hum livro, que tem de diversas cartas originaes ás folhas 210", referindo-se, sem dúvida, ao códice na BNP.[4]

É muito provável que se deva a Gregório Mascarenhas Homem, antigo Guarda-Mor da Torre do Tombo (1634-1640), do Conselho do Rei, Desembargador da Casa da Suplicação, Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, entre outros cargos, a compilação da documentação, até porque há no códice documentos por ele mandados trasladar em pública-forma entre 1643 e 1649, além de missivas régias a ele dirigidas, e esses são os documentos mais tardios existentes no códice, de 1645 e 1649.[5]

Este tipo de códice é explicável pela lógica da economia da mercê, dado que o valor dos serviços prestados pelos súbditos à Coroa devia por ela ser convenientemente remunerado, não só aos ditos súbditos, mas também aos seus descendentes. Os requerentes apresentavam narrativas justificativas e inclusive certidões dos serviços dos seus antepassados, além de regimentos, instruções, correspondência, etc., numa estratégia que se tornou cada vez mais prevalecente na Idade Moderna, sobretudo com a expansão da presença portuguesa no mundo. Tal ficou recentemente patente num estudo sobre as estratégias de rentabilização dos serviços de

[3] Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP), Códice 11597. Na encadernação, consta "N.º 894 / Linhagem da Caza dos Homens" e, em mão diferente: "31". Já na primeira folha do códice consta "N 93" e, a lápis: "1 geneal[ogia]"; "31".

[4] Biblioteca da Ajuda, 51-VII-27, f. 212-214v, pub. em REGO, A. da Silva (ed.), *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, vol. VIII (1561-1588), Lisboa, National Archives of Rhodesia, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975, pp. 444-462. A carta original encontra-se no Códice 11597, no f. 94, mas com a numeração original de f. 210. Ressalve-se, face à cópia publicada em 1975, que no original se lê "setenta mil cruzados", onde a cópia registara "sete mil cruzados", na única variante de relevo que encontrámos.

[5] BNP, Códice 11597, f. 20, 246, 305, 434-436. Cf. RIBEIRO, João Pedro, *Memorias authenticas para a historia do real archivo*, Lisboa, Na Impressão Regia, 1819, pp. 85-89.

Duarte Pacheco Pereira, falecido em 1532, por parte dos seus descendentes, e cujos serviços serviram de base a pedidos de mercês nas décadas de 1590 e em 1610.[6]

Voltando ao códice 11597, no seu início consta uma longa relação genealógica (f. 3-18v) descrevendo a geração dos Homens que é entroncada nos Pereiras com base no Livro de Linhagens de D. Pedro, Conde de Barcelos. Contudo, esta relação apenas começa a apresentar informação detalhada a partir de Pedro Homem, criado do Infante D. Pedro, filho do Rei D. João I, e estende-se precisamente até Gregório Mascarenhas Homem e seus irmãos. Esta genealogia foi alvo de anotações e acrescentos, que acompanham sobretudo as entradas relativamente aos descendentes vivos na primeira metade do século XVII, indiciando um trabalho em curso, mas de autoria difícil de precisar. Poderá ter sido encomendada por Gregório Mascarenhas Homem, pois a ele pertencem também algumas anotações e acrescentos, designadamente os relativos ao nascimento dos seus filhos e honras concedidas a partir de 1645 (além de ter anotado também outros documentos no códice). Também, o autor da relação, ao se referir aos documentos nos quais sustentava a genealogia, remete para os fólios específicos ("As folhas que se <a>qui acusão são no liuro de cartas dos reis e papeis antigos que tem Gregorio Mascarenhas Homem", f. 7v), os quais, na sua maioria, ainda existem no actual códice 11597, lamentando-se o desaparecimento de outros referidos pelo genealogista.[7] A forma como estão encadernados demonstra que houve um tempo, anterior à redacção da relação genealógica (meados da década de 1640), em que os documentos estiveram ordenados de outra forma antes da presente disposição. Além disso, e como as transcrições apresentadas em apêndice o demonstram, houve várias mãos (além da ocasional mão do destinatário da carta), que sucessivamente apuseram resumos e notas no sobrescrito das cartas, evidentemente fruto de um labor de selecção, organização e criação de uma narrativa que propiciasse uma melhor rentabilização do valor patrimonial dos serviços que a Casa prestara à Coroa.

Os novos documentos e a sua importância

A documentação que agora se publica altera de forma significativa o conhecimento sobre a jornada de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem ao Monomotapa em 1569-77, normalmente considerada como a primeira grande expedição organizada ao interior de Moçambique

[6] CARVALHO, Andreia Martins de, e PINTO, Pedro, "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII", *Anais de História de Além-Mar*, XIII, 2012, pp. 221-332.

[7] O arquivo dos Condes da Ponte, hoje depositado na Torre do Tombo, guarda diversa documentação do ramo familiar dos Homem que aqui nos ocupa. Não há, contudo, quaisquer documentos relativos a este período. O inventário post-mortem de Gregório Mascarenhas Homem não discrimina os manuscritos à data da sua morte (c. 1650). Releve-se, contudo, que entre os bens arrolados constam significativamente os retratos da Rainha D. Catarina, do poeta Luís de Camões, de Vasco Fernandes Homem e de D. Rodrigo de Castro, estes dois últimos, respectivamente avô paterno e avô materno do falecido (TT, Arquivo dos Condes da Ponte, Caixa 72, N.º 1, f. 5-5v).

no século XVI. A conjugação desta documentação com a já conhecida assim como a sua análise mais global, é realizada de forma mais extensa noutra obra[8]. No entanto, aqui serão referidas as novidades trazidas por esta nova documentação, as quais se podem dividir da seguinte forma: as ordens de 1569; a expedição e a família real; a evolução da posição de D. Sebastião face a Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem durante a expedição e a continuação inesperada da mesma em 1577. Ir-se-á, por isso, proceder a uma breve análise de cada um destes aspectos, para no final se avançarem algumas conclusões sobre a política régia para o Estado da Índia e de uma forma mais global para o Império em tempos de D. Sebastião.

D. Sebastião e as ordens originais da expedição em 1569

A partir da documentação conhecida para a expedição (ordens régias, relatos da expedição e cronística[9]), era já evidente o empenho com que D. Sebastião indigitara Francisco Barreto em 1568-69 para a liderança da jornada à África Oriental. Porém, alguns documentos que agora se publicam contribuem para perceber ainda melhor este aspecto. Nesta lógica pode ser encarado o alvará régio concedendo 200 mil reais de ordenado a Vasco Fernandes Homem enquanto participasse na expedição (apêndice, doc. 1). Este alvará está ainda associado à convocatória secreta de D. Sebastião para que Homem viesse em segredo à sua presença ainda antes da partida (doc. 4). Desconhece-se o que ambos terão falado, mas é possível que o rei tivesse negociado então com Homem a duplicação do seu ordenado para 400 mil reais a partir do momento em que este assumisse o cargo de mestre de campo e do exército. Tal sucedeu em Junho de 1572 (doc. 11), nas vésperas do governador Francisco Barreto enfrentar os Mongás, no vale do Zambeze, e explica o papel militar que Homem teve na derrota do inimigo, apesar da decisão estrategicamente errada de batalhar em campo aberto, tomada por Barreto. Outros documentos (docs. 14 e 16), quando conjugados com uma carta de D. Sebastião ao fidalgo em 1572[10], evidenciam bem como desde o início da jornada, o monarca depositara grande esperança nos serviços e capacidades de Vasco Fernandes Homem. Estes documentos permitem colocar ainda a possibilidade de Homem ter sido informado pelo rei ou pelos seus ministros, ainda antes de partir, que figuraria nas sucessões do governador Francisco Barreto. Esta hipótese mantém-se mesmo sendo conhecido que Pero

[8] Para todos os aspectos e documentos relacionados com Francisco Barreto que não são aqui publicados veja-se VILA-SANTA, Nuno, *Do Algarve, a Marrocos e à Índia: Francisco Barreto e a Casa dos Barretos de Quarteira (Séculos XV-XVI)*, Loulé, Arquivo Municipal/Câmara Municipal, 2021.

[9] As fontes primárias foram essencialmente publicadas em *DPMAC*; com excepção de um documento da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, divulgado por João C. Reis na sua colectânea sobre o tema, que incluiu a republicação, sem adequado critério de citação, da documentação publicada na obra indicada atrás, bem como a cronística sobre a empresa (REIS, João C., *A Empresa da Conquista do Senhorio do Monomotapa*, Lisboa, Heuris, 1984).

[10] Carta de D. Sebastião a Vasco Fernandes Homem, 13.II.1572? – FBN, I-14, 2, 18, f. 42, publicada em VILA-SANTA, Nuno, *Op. cit.*, p. 207.

Barreto Rolim, primo de Francisco Barreto e capitão de Moçambique à data, foi o primeiro indigitado para suceder a Francisco Barreto.

Outros documentos relativos a Francisco Barreto evidenciam também como o rei concedeu ainda mais poderes do que os conhecidos até agora para assegurar que este partiria para a África Oriental. Entre estes poderes contavam-se os privilégios, concedidos ainda antes da partida de Lisboa, de Francisco Barreto poder aplicar penas de morte (doc. 2), indigitar livremente o próximo capitão de Moçambique (doc. 3) – o que explica que durante a expedição lhe tenha sido possível afastar António Pereira Brandão, capitão de Moçambique, e que até tenha ponderado a sua execução –, ou ainda autorização para, em conjunto com o vice-rei da Índia, não permitir o ingresso na jornada de fidalgos vindos da Índia (doc. 5). Esta última ordem visaria garantir ao monarca que o entusiasmo pela busca das minas não causaria uma fuga geral dos fidalgos da Índia, semelhante ao que sucedera em Lisboa com o alvoroço gerado pela indigitação de Francisco Barreto. O rei autorizou ainda Barreto a poder trocar até 1/3 da prata do cabedal que naquele ano seguia para a Índia por ouro (doc. 6). A compilação das ordens e poderes dados a Barreto surge ainda no auto de posse do governador D. Fernando de Monroy (doc. 20). Este documento menciona explicitamente a instrução e regimento de 1569 que Francisco Barreto terá levado, mas cujo paradeiro permanece desconhecido. Desta forma, estes documentos relativos à partida ajudam a fundamentar a razão de D. Sebastião não ter aviado a jornada de Paulo Dias de Novais para a Angola naquele mesmo ano visto o monarca ter decidido apostar claramente no Monomotapa[11], mesmo sabendo que em Angola também existiam minas.

A família real e o apoio à jornada do Monomotapa

As missivas agora publicadas ajudam a perceber decisivamente como a expedição ao Monomotapa não foi apenas um projecto idealizado por D. Sebastião. O estudo da trajectória de Francisco Barreto e a afirmação que o padre Francisco de Monclaros fez no seu relato da jornada de que D. João III e a rainha D. Catarina já tinham considerado organizar uma expedição ao Monomotapa, a despeito de em 1569 a rainha se ter tentado opor à concretização desta[12], já evidenciavam a importância da jornada à época. Neste âmbito, é particularmente relevante a carta escrita pela rainha D. Catarina a Vasco Fernandes Homem em 1572 (doc. 9) pois ao pronunciar-se sobre o pedido de regresso antecipado de Homem percebe-se que a rainha tem interesse em acompanhar de perto os acontecimentos da expedição e também tinha esperanças no seu sucesso. Esta carta não pode ser desligada do memorial de Fernão de Proença dirigido a D. Filipe I, em 1584 (doc. 21). Proença servira sucessivos capitães de Sofala nas décadas de 1530 e 1540, tendo ficado retido na corte do Imperador do Monomotapa e sido enviado posteriormente

[11] AMARAL, Ilídio do, *O Consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII*, Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia/IICT, 2000, pp. 40-41.

[12] Relação da jornada do Monomotapa do padre Francisco de Monclaro - REIS, João C., *Op. Cit.*, p. 58.

como embaixador àquele Imperador pelo capitão João de Sepúlveda. A descrição que faz no seu memorial da corte e hábitos do Monomotapa é inédita[13], assim como a sua afirmação de que a rainha D. Catarina, durante a sua regência na menoridade de D. Sebastião, o convocou para debater a organização de uma jornada à região. Também Francisco Barreto debateu com Proença a organização da expedição àquela zona, incluindo a rota a seguir, na sequência do conhecimento em Lisboa do martírio do padre jesuíta D. Gonçalo da Silveira na corte do Monomotapa. Apesar de a ideia não ter avançado, segundo o documento, pelo facto de Proença ter sugerido o envio de 2000 homens, justamente o que D. Sebastião fez em 1569 ao ouvir de novo o seu conselho, fica evidente que a rainha D. Catarina já ponderara organizar a jornada mas que provavelmente desistira de a organizar tendo em conta a falta de legitimidade política para organizar tamanha expedição. Também os acontecimentos com Paulo Dias de Novais em Angola[14] potenciam a ideia de que a regente D. Catarina ponderara organizar uma jornada naquela região. Assim, tudo aponta para que a resistência da rainha à expedição ao Monomotapa em 1569 terá sido conjuntural e vencida pelos argumentos de D. Sebastião.

O mesmo apoio da parte do cardeal D. Henrique é evidenciado nas suas missivas a Vasco Fernandes Homem em 1572, 1573 e 1575 (docs. 8, 12 e 15), nas quais manifesta o seu interesse na evolução da jornada. Aquilo que falta saber é se também o Cardeal não terá ponderado durante a sua regência a organização da jornada à região, até porque dificilmente terá ficado indiferente ao falecimento de um jesuíta tão conceituado e anterior provincial da Índia como fora D. Gonçalo da Silveira. Se o fez, como consideramos provável, atendendo à sua proximidade com o padre Leão Henriques, seu confessor, e com Martim Gonçalves da Câmara, os quais foram os primeiros a assinar o parecer da Mesa de Consciência e Ordens sobre a expedição dirigido a D. Sebastião em 1569, é provável, como no caso de D. Catarina, que tenha deixado a decisão para o governo efectivo do rei.

A maior surpresa no que toca ao apoio à expedição no seio da família real, contudo, é revelada nas missivas do senhor D. Duarte a Vasco Fernandes Homem em 1571, 1572 e 1576 (docs. 7, 10 e 18) e a Tomé de Sousa em 1576 (doc. 17). Importa relembrar que à época o senhor D. Duarte era, na falta de D. Sebastião e do cardeal D. Henrique, o herdeiro da Coroa Portuguesa. As suas missivas a Homem revelam a ânsia do senhor D. Duarte por novas da expedição. Demonstram ainda que este intermediava os negócios particulares de Homem com D. João, 6º duque de Bragança e cunhado do senhor D. Duarte, e ainda que Homem lhe enviara, a partir

[13] Cf. RODRIGUES, Eugénia, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa em Moçambique nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, INCM, 2013, p. 72; Ainda sobre a evolução de Sofala veja-se: ROQUE, Ana Cristina, *Terras de Sofala: Persistências e mudança. Contribuições para a história da costa sul-oriental de África nos séculos XVI-XVII*, Lisboa, FCG/FCT, 2012.

[14] AMARAL, Ilídio do, *O Reino do Congo, os Mbundu (Ou Ambundos), o Reino dos "Ngola" (Ou de Angola) e a presença portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVI*, Lisboa, IICT//Ministério da Ciências e Tecnologia, 1996, pp. 147, 154-155, 166 e 173.

da expedição um presente de búzios com náutilos da China[15]. Ainda nesta lógica de patrocínio e entusiasmo com a jornada se pode interpretar a carta do senhor D. Duarte a Tomé de Sousa, anterior governador do Brasil (1549-1553), que então participava na expedição, possivelmente integrado no serviço de Homem. Em todo o caso, a comparação das missivas do senhor D. Duarte com as do cardeal D. Henrique e a da rainha D. Catarina evidencia claramente como, a seguir ao rei, o senhor D. Duarte foi o maior entusiasta na família real pela expedição. Desta forma, este dado será relevante de ter em consideração num futuro estudo que se faça sobre esta figura ainda não estudada, mas que as fontes da época tenderam a retratar como uma esperança de sucessão a D. Sebastião.

As missivas dirigidas pelos membros da família real a Vasco Fernandes Homem quando ainda não era o líder da expedição, levam a questionar em que medida é que missivas semelhantes não terão sido dirigidas a Francisco Barreto. Apesar de estas serem desconhecidas, é possível que também tenham existido pois do que se tratava primordialmente era de ter informações sobre a evolução dos acontecimentos no terreno. Para esta consideração não se deve ainda esquecer também que Francisco Barreto foi próximo da rainha D. Catarina, que o indigitara para o socorro a Mazagão em 1562, do cardeal D. Henrique que o nomeou para o comando do esquadrão português na jornada ao Pinhão de Velez, em 1564, e para capitão-mor das galés de Portugal, em 1567, e ainda que Barreto conhecera o senhor D. Duarte num jogo de canas no Terreiro do Paço[16].

D. Sebastião e a evolução do posicionamento régio durante a expedição

A análise da evolução do posicionamento de D. Sebastião torna-se possível com a conjugação dos documentos agora publicados com os do já aludido códice da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Um documento existente no códice da Biblioteca Nacional de Portugal, datado de 16 de Fevereiro de 1571, revela que ao enviar o título de governador a Francisco Barreto, D. Sebastião ponderou retirá-lo da dependência política do vice-rei da Índia[17]. Tal acabou por não suceder pois dias depois o rei emitiu documento em sentido contrário, o qual deve ter prevalecido e se encontra publicado[18]. Ainda em Fevereiro desse ano, o rei escrevera a Barreto, na qualidade de conselheiro de estado, informando-o da deslocação a Portugal do cardeal Alexandrino e dos negócios tratados por ocasião da sua presença no Reino[19]. Um outro conjunto de

[15] É provável que estes tenham sido posteriormente enviados para Itália para serem montados, encontrando-se alguns deste período no Palácio dos Pizzi dos Médicis, precisamente desta época. Agradecemos o esclarecimento ao nosso colega Hugo Miguel Crespo.

[16] SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1958, p. 114.

[17] Carta de D. Sebastião a Francisco Barreto, 16.II.1571 - BNP, Códice 11597, fs. 76-77v.

[18] *DPMAC*, vol. VIII, pp. 194-203.

[19] Carta de D. Sebastião a Francisco Barreto, 13.II.1571 – FBN, I-14, 2, 18, f. 203.

documentos, datados de Fevereiro de 1572, revela ainda como D. Sebastião se dispôs a demitir tanto Francisco Barreto como Vasco Fernandes Homem, caso este último tivesse sucedido por falecimento de Barreto, da liderança da expedição ao Monomotapa. Os documentos de deposição deveriam ser abertos por Duarte de Melo em Moçambique e na Índia apenas caso nenhum deles tivesse partido para o interior. Nesse cenário, seriam abertas as sucessões pelas quais o rei indigitara Jerónimo Barreto Rolim, primo de Francisco Barreto, e em segundo lugar D. Fernando de Monroy, para sucederem na liderança da jornada. Como ambos à data se encontravam na Índia, as sucessões deviam ali ser abertas e ali deviam tomar posse formal, sendo imposta a realização de auto de posse[20]. Apesar de se desconhecerem os pormenores da missão de Duarte de Melo, é sabido que o afastamento não ocorreu. Caso Melo tenha chegado a Moçambique durante o ano de 1572 não terá procedido à deposição visto Francisco Barreto ter partido para o interior, em Setembro de 1571 e, nesse caso, como as ordens de D. Sebastião previam, deveria regressar ao Reino sem abrir os restantes documentos.

No cerne da ordem régia estava o desagrado com Francisco Barreto, patente numa missiva que lhe dirigiu dias antes de tomar a decisão e ainda numa missiva a Duarte Carneiro Rangel, presidente da alçada da Índia, na qual lhe pedia que secretamente investigasse as razões da não partida de Barreto para o interior logo à sua chegada em 1570[21]. A referida missiva a Barreto parece ser uma resposta à única carta conhecida que Francisco Barreto dirigiu ao monarca em Agosto de 1571, que apenas se conhece em formato de resumo da mesma, e já publicada[22]. Nessa resposta, o monarca censura Barreto pelo atraso na partida para o interior. Este desagrado surge ainda patente na missiva de deposição de Barreto de Fevereiro de 1572, a qual é justificada pela desobediência às ordens régias e explicava a ordem de embarque para a Índia e regresso para o Reino[23].

Apesar da ordem que dera em 1572, uma outra missiva de D. Sebastião para Francisco Barreto, datada de Março de 1573[24], tem um tom já bastante diferente. Já informado de que Barreto partira para o interior na sequência do conselho realizado em Agosto de 1571 em Moçambique com o vice-rei D. António de Noronha, o monarca, ainda que insatisfeito com Barreto, manifesta a sua aprovação daquela decisão e agradece particularmente todos os serviços que Francisco Barreto prestara durante a sua jornada na costa de Melinde de 1570-71. Foi precisamente a jornada na costa de Melinde que desagradou ao rei, apesar de D. Sebastião lhe ter dado jurisdição sobre aquela costa em 1569[25]. O que não se sabe é como Barreto terá justificado ao monarca a sua prolongada permanência naquela costa. Em todo o caso, a missiva de Março de 1573 é ainda

[20] Instruções e cartas de D. Sebastião, II.1572 - FBN, I-14, 2, 18, fl. 33-37 e 42-42v.

[21] Cópia da carta de D. Sebastião a Francisco Barreto, 13.II.1572? – FBN, I-14, 2, 18, f. 35v.-36.

[22] Lembrança da carta de Francisco Barreto a D. Sebastião, 5.VIII.1571 – *DPMAC*, vol. VIII, pp. 204-206.

[23] Cópia da carta de D. Sebastião a Francisco Barreto, 14.II.1572 - FBN, I-14, 2, 18, f. 33v.-34.

[24] Carta de D. Sebastião a Francisco Barreto, 24.III.1573 - BNP, Códice 11597, f. 78-83v.

[25] Alvará de D. Sebastião a Francisco Barreto, 18.III.1569 – *DPMAC*, vol. VIII, pp. 172-174.

relevante por dela se poderem inferir outras duas ordens que D. Sebastião dera a Francisco Barreto em 1569. Para ambas, o monarca já deveria ter tido notícias de Barreto em Março de 1573, data em que lhe redigia a presente missiva. A primeira era uma ordem para explorar o caminho terrestre entre Moçambique e Angola de forma a que o rei pudesse ser informado mais rapidamente da evolução dos acontecimentos da jornada. É possível que, com esta ordem, D. Sebastião pretendesse encurtar os tempos de comunicação entre o Reino e a Ásia pela Carreira da Índia e ainda evitar os conhecidos problemas de navegação entre Moçambique e o Cabo da Boa Esperança. Fora já nesse sentido que o rei adoptara as medidas de reforma da tonelagem dos navios da Carreira[26]. Na mente da Coroa poderia estar a abertura de uma rota terrestre entre Moçambique e Angola que permitisse evitar os problemas de navegação entre Moçambique e o Cabo da Boa Esperança. Esta questão levara ainda o rei a agradecer as informações que Barreto lhe enviara sobre esta região. O envio de tais informações ao rei por Barreto só pode ser explicado por ordem régia anterior, a qual poderá ter sido dada em 1569, pois, no relato da expedição, Monclaros afirmou que à chegada a Moçambique, Francisco Barreto enviou um fidalgo àquela costa para realizar o roteiro da zona, mas que este faleceu às mãos dos cafres com o roteiro pronto[27]. A ligação com o roteiro desta área da autoria de Manuel Mesquita Perestrelo de 1576[28] parece assim evidente e demonstra como D. Sebastião pretendia primordialmente uma expedição territorial ao mesmo tempo que pretendia resolver os problemas de navegação vividos na Carreira da Índia.

A ideia com que se poderia ficar com base na documentação até agora conhecida de que Francisco Barreto falecera em desgraça junto de D. Sebastião por não ter alcançado as minas e o Monomotapa, surge desmentida na reacção régia ao seu falecimento patente nas duas missivas que o rei dirigiu a Vasco Fernandes Homem em 1575 (docs. 13 e 14) e na missiva do cardeal D. Henrique de 1575 (doc. 15). Em todas estas missivas a Homem, é manifestado o pesar pelo falecimento de Barreto, mas também é revelada a plena confiança e esperança nos serviços de Homem pelo rei (doc. 13) e pelo Cardeal (doc. 15). Apesar disso, tendo presente o pedido formulado por Homem, no início da jornada, de poder regressar antecipadamente ao Reino devido ao falecimento da sua esposa e dois filhos, e em contradição expressa com o sentido da missiva que escrevera escassos dias antes (doc. 13), D. Sebastião decidiu autorizar o regresso de Homem ao Reino ainda em Fevereiro de 1575 (doc. 14). Porém, a indigitação do sucessor de Homem só foi concretizada e comunicada a este por nova carta régia em Janeiro de 1576 (doc. 16). Contrariamente ao que ordenara em 1572 quando escolhera primeiro Jerónimo Barreto Rolim e

[26] FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo e LOPES, António, *Naufrágios e outras perdas da "Carreira da Índia" – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 45-46.

[27] Relação da jornada do Monomotapa do padre Francisco de Monclaro – *DPMAC*, vol. VIII, pp. 340-341.

[28] PERESTRELO, *Manuel Mesquita, Roteiro da África do Sul e Sueste desde o Cabo da Boa Esperança até ao das Correntes,* ed. A. Fontoura da Costa, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939.

só depois D. Fernando de Monroy[29], em 1576 o monarca escolhera este último para suceder a Vasco Fernandes Homem com o título de governador de Sofala e capitão-mor do Monomotapa. O título concedido a Monroy surge patente na referida missiva (doc. 16) e é ainda confirmado nos autos de posse de D. Fernando de Monroy (doc. 20) realizados em Março e Junho de 1577. Apesar disso, não se encontrou menção na chancelaria de D. Sebastião à indigitação de Monroy.

Com base na documentação publicada, poderia pensar-se que a expedição terminara com a indigitação de Monroy mas estes documentos revelam que o monarca nomeara o fidalgo para prosseguir a jornada. Porém, não existem indícios que Monroy tenha prosseguido com a expedição, não sendo possível assegurar o motivo de tal. Terá Monroy recebido novas ordens régias em 1577 ou 1578 para suspender a jornada? Terá tomado ele próprio a iniciativa de a suspender? Terá a notícia do desastre de Alcácer-Quibir motivado o fim da jornada? Não é possível responder conclusivamente a estas interrogações, mas dois aspectos ficam claros destes documentos. Em primeiro lugar, e contrariamente ao que se poderia inferir ao ler as cartas publicadas de Vasco Fernandes Homem a Luís da Silva em 1576 e a D. Sebastião sem data[30], o fim formal do governo de Homem não ocorreu em 1576, mas sim em 1577. Num primeiro momento, foi feita cerimónia de preito e menagem a D. Fernando de Monroy, em Março de 1577, e apenas em Junho de 1577 foi feita a entrega de toda a documentação da expedição a Monroy (doc. 20). Uma das testemunhas deste último auto foi Diogo do Couto, o então futuro cronista da Ásia Portuguesa, cuja presença em 1577 em Moçambique pode ser justificada pelo seu desagrado para com o governador António Moniz Barreto (1573-1577), que considerou ilegítimo[31]. Em todo o caso, como justificar que apenas em Junho de 1577, tenha terminado formalmente o governo de Vasco Fernandes Homem?

O auto de posse das minas da serra de Dema no vale do Zambeze, com data de 3 de Julho de 1576 (doc. 19), fornece uma pista. Nesse dia, foi realizado o auto formal e jurídico da posse, tomada pelo governador Vasco Fernandes Homem, das minas que o Imperador do Monomotapa doara à Coroa Portuguesa no vale do Zambeze. Tal como fizera em Manicas, o documento prova que Homem fez questão de inspeccionar pessoalmente no local as possibilidades de mineração. O documento revela ainda que Francisco Rafaxo, uma das testemunhas e que fora um dos embaixadores nomeados por Francisco Barreto para visitar o Imperador do Monomotapa, trouxera o documento formal de doação das minas no vale do Zambeze, acompanhado de um outro em que aquele soberano concedera ainda minas na Mocaranga, isto é, no centro do poder do Imperador, cujo domínio territorial era na realidade exíguo[32]. Tal demonstra como não foram doadas aos Portugueses apenas minas periféricas e que o Imperador se dispôs a conceder minas

[29] Provisões de D. Sebastião, 14/15.II.1572 – FBN, I-14, 2, 18, f. 34-35.

[30] *DPMAC*, vol. VIII, p. 444-462 e REIS, João, *Op. Cit.*, pp. 157-161.

[31] VILA-SANTA, "Revisitando o Estado da Índia nos anos de 1571 a 1577", *Revista de Cultura*, 36, 2010, p. 96.

[32] NEWITT, Malyn, *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2012, p. 47.

em territórios que controlava directamente. O facto de Homem ter escolhido não ir explorar estas minas remete para a sua decisão anterior e para a de Francisco Barreto de não entrar em confronto com as desconhecidas forças do Imperador do Monomotapa. Em todo o caso, a necessidade de realizar auto jurídico da posse das minas no vale do Zambeze, em Julho de 1576, explica que Vasco Fernandes Homem só tenha conseguido regressar a Moçambique em inícios de 1577 para entregar o poder ao seu sucessor. Em causa estaria regressar, com toda a logística da jornada, e a sua provável preocupação de, no regresso, evitar mais perdas de homens pela doença, como as que se tinham registado antes. Assim se pode explicar que o governo de Vasco Fernandes Homem só tenha terminado formalmente em meados de 1577.

É igualmente desconhecida a data em que Homem regressou ao Reino e se terá tido oportunidade de debater pessoalmente com D. Sebastião as suas observações sobre as possibilidades de mineração em Manicas e no Zambeze, como prometia fazer em missiva já publicada, sem data, dirigida ao monarca, alegando não pretender pronunciar-se por escrito. Caso tenha regressado ainda em 1577, é possível que Homem ainda tivesse chegado a Lisboa antes da partida de D. Sebastião para Marrocos. Porém, se só o fez em 1578, o mais provável é já não ter conseguido falar com o rei. Este aspecto, assim como toda a sua carreira antes e depois da expedição, passíveis de análise com os restantes documentos do códice da Biblioteca Nacional de Portugal[33], carece ainda de estudo.

Conclusão

Os documentos agora publicados, além de revelarem novos factos até agora desconhecidos, permitem também debater de uma forma mais global a importância da jornada de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem ao Monomotapa no âmbito da política de D. Sebastião para o Estado da Índia e para o restante Império. A primeira não deve ser considerada sem atentar às novidades do que parece ser o rol das missivas que o monarca dirigiu para a Ásia Portuguesa em 1572, e nas quais surgem os documentos relativos aos afastamentos de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem já mencionados, as quais serão apresentadas e analisadas noutro local[34]. Em todo o caso, a nova documentação evidencia como se está em presença da expedição mais relevante, não apenas no âmbito do Estado da Índia[35], mas possivelmente de todo o Império durante o reinado de D. Sebastião. Na realidade, não se conhece expedição no Império que tenha uma duração temporal durante quase todo o período de governo de D. Sebastião (1568-1578). Se tivermos em conta que a indigitação de Francisco Barreto foi um dos primeiros assuntos que o

[33] BNP, Códice 11597, f. 30-34, 42, 44 e 113-164.

[34] Os documentos em questão, bem como o índice, foram submetidos por Nuno Vila-Santa e Pedro Pinto no âmbito de um artigo intitulado "Um Império e um monarca em "reforma"? D. Sebastião e o Estado da Índia em 1572" para o periódico *Revista de Fontes*.

[35] RODRIGUES, Eugénia, *Op. Cit.*, p. 89.

Desejado começou a tratar logo em 1568, a par com a indigitação do vice-rei D. Luís de Ataíde (1568-1571), e que possivelmente terá terminado ainda em 1577, compreende-se como a jornada se arrastou durante todo o período de governo do rei. Quando se encara o Brasil, Angola ou restante Estado da Índia da mesma época, não se encontra expedição paralela que tenha durado tal tempo. No Brasil, a iniciativa sebástica de 1572 de divisão em vice-reinados foi rapidamente abortada[36]. Em Angola, a expedição de Paulo Dias de Novais, apesar de se prolongar até 1589, só se iniciou em 1571. No restante Estado da Índia, a conhecida iniciativa régia de tripartição dos governos em 1571 fracassou e gerou mesmo um desinteresse régio até à indigitação do vice-rei Rui Lourenço de Távora, em 1576[37].

Também o empenho régio revelado nestes documentos não tem paralelo conhecido no Império da época. Como se viu, D. Sebastião concedeu poderes excepcionais a Francisco Barreto, em 1569. Quando decidiu afastá-lo, em 1572, ordenou a continuidade da jornada. Em 1575-76, quando foi informado do seu falecimento e a expedição já durava há seis anos sem os resultados que o rei esperava, decidiu mantê-la enviando mais homens do Reino, escrevendo ao governador da Índia para enviar mais recursos humanos a Vasco Fernandes Homem (doc. 13) e indigitando D. Fernando de Monroy para continuar a jornada (doc. 16). Isto é, apesar das suas hesitações e até das ordens contraditórias que se assinalaram, motivadas pelas expectativas que tinha em relação à expedição como a documentação também evidencia, D. Sebastião nunca desistiu do seu empenho na jornada. Por isso mesmo, e contrariamente à imagem de um rei obcecado com Marrocos (que só o terá sido a partir da primeira passagem a Marrocos em 1574[38]), esta documentação permite questionar em que medida aos olhos do rei esta não terá sido a expedição mais importante do Império, com a natural excepção de Alcácer-Quibir. Como se viu, o empenho não foi apenas do rei, mas também de toda a família real (fica apenas por apurar se D. António, Prior do Crato, também apoiaria a jornada). Esse apoio contribuiu decisivamente para transformar a expedição ao Monomotapa na mais relevante expedição no Império Português da época, algo que de certa a forma a documentação publicada já permitia considerar, mas que esta nova documentação, em nossa opinião, permite assinalar com mais clareza.

Caso se assuma esta última afirmação como verdadeira, então será necessário rever a imagem de D. Sebastião, por vezes ainda latente, como um monarca afastado e alheio aos assuntos da governação, e que é desmentida em documentos de origem diversa relativos ao seu reinado. A documentação que agora se publica revela que o monarca acompanhava de perto todos os assuntos atinentes à expedição e que sabia muito bem o que pretendia desta. Por isso se tornou tão exigente com os seus governantes ultramarinos, dispondo-se a afastar Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem, em 1572, e depondo o vice-rei D. António de Noronha, em 1573, algo que

[36] COUTO, Jorge, *A construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 271-272.

[37] VILA-SANTA, Nuno, "A Coroa e o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique: Política ou Políticas?", *Lusitania Sacra*, 29, 2014, p. 62.

[38] CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, s.l., Círculo de Leitores, 2006, pp. 224 e seguintes.

então sucedeu pela primeira vez. Em causa estava o interesse régio de territorializar a presença em África de forma a ganhar pleno acesso às minas de ouro do Monomotapa, com as quais o monarca poderia financiar os elevados gastos do Reino. Este interesse revela-se plenamente nos documentos, a despeito de na fase inicial, a componente religiosa (vingança do martírio do padre D. Gonçalo da Silveira e cristianização do Monomotapa) ter sido decisiva.

Tal como em relação à jornada de Alcácer-Quibir, é necessário questionar a razão de uma aposta régia tão convicta, sobretudo numa região que durante décadas fora encarada como uma zona de interesse menor no âmbito do Estado da Índia. A contaminação do modelo da América castelhana terá tido o seu papel na ideia de D. Sebastião de procurar transformar a África Oriental no seu *El Dorado*. Apesar da tentativa ter fracassado, importa equacionar que, tal como com Alcácer-Quibir, caso o desfecho tivesse sido diferente, o monarca teria ganho mais força para vencer a oposição interna (rainha D. Catarina e cardeal D. Henrique) ao mesmo tempo que poderia apresentar-se de forma desembaraçada de Filipe II na Europa do tempo. Afinal, as políticas imperiais de D. Sebastião estavam ao serviço do seu projecto de realeza mais geral, fundado numa tentativa clara de quebrar o cerco estratégico de Filipe II ao Reino português e que está documentado em vários episódios do reinado. A documentação que agora se publica faz parte, em nossa opinião, de mais um desses episódios. Contribui ainda para perceber como D. Sebastião não apenas acompanhava os debates sobre hipóteses de territorialização no seu Império, mas procurou tomar posição sobre eles e, sem o poder saber, influenciou decisivamente as opções que foram prosseguidas no período filipino.

Exemplo paradigmático disso mesmo é o facto de, em 1584, Fernão de Proença defender junto de D. Filipe I a organização de uma nova expedição ao Monomotapa, apesar do considerado "fracasso" da expedição de Barreto-Homem em 1569-77 (doc. 21). Em 1584-85, apesar de informado das possibilidades da região, D. Filipe I não deu seguimento a novas expedições[39]. Também no início do século XVII, com o aparecimento dos rivais europeus na Ásia, voltou a ser sugerida uma expedição que ligasse Angola a Moçambique por terra, a qual voltou a não ser concretizada[40]. Porém, importa destacar que foi D. Sebastião o primeiro a perceber a importância nevrálgica da região e da exploração da ligação terrestre entre Angola e Moçambique, como agora fica documentado, e que ao fazê-lo não deixou de desagradar aos sectores que na sua corte defendiam a aposta primordial no Atlântico ou no Índico. Disso é elucidativo um parecer de 1569 contra a partida de Francisco Barreto[41]. Deste modo, a análise

[39] *DPMAC*, vol. VIII, pp. 522-533.

[40] SANTOS, Maria Emília Madeira, "O problema da segurança das rotas e a concorrência luso-holandesa antes de 1620", *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXII, 1985, pp. 141-144.

[41] OLIVEIRA, Maria Teresa Morujão Novais de, "Carta sobre a expedição de Francisco Barreto ao Monomotapa [1569], *Fragmenta Historica*, 6, 2018, pp. 429-431. O provável autor da carta era Álvaro Mendes, um dos defensores de uma política de pleno investimento na Índia, como o evidenciam outras missivas suas (*Idem*, "Carta de Álvaro Mendes para o rei de Portugal sobre o comércio da Índia [c. 1568-1569]", *Fragmenta Historica*, 6, 2018, pp. 425-428; Idem, "Carta a D. Sebastião sobre o comércio da Índia [c. 1570]", *Fragmenta Historica*, 6, 2018, pp. 433-435).

desta expedição revela plenamente, tal como as iniciativas reformistas no restante Império, como D. Sebastião foi um monarca com um conceito moderno do Império e que nesse ponto não deixou de se aproximar do modelo da realeza de Filipe II, a qual tanto procurou combater. Nesta lógica, é importante ainda relembrar que D. Filipe I foi um pleno continuador das políticas de D. Sebastião no Império ao procurar prosseguir e aprofundar a continuidade com o trilho dos Avis, aquando do seu juramento na Ásia em 1580-81[42].

APÊNDICE DOCUMENTAL[43]

Doc. 1

BNP, Códice 11597, f. 85-86v
Almeirim, 03/02/1569
Alvará de D. Sebastião concedendo a Vasco Fernandes Homem o ordenado anual de 200.000 reais.

Eu Ell Rey faço saber aos que este aluara virem que eu enuio com Francisco Barreto do meu conselho ao reino do Menamotapa Vasco Fernandez Homem fidallguo de minha casa pera me laa seruir no que lhe for hordenado por meu seruiço pelo que ey por bem e me praz por lhe fazer merce que elle tenha e aya de hordenado cad anno emquoanto me laa estiuer seruindo dozentos mill reaes que comecaraa vencer e auer deles paguamento do dia que partir do porto da cidade de Lixboa, pello que mando a Francisco Barreto que do dito dia en diante faça laa pagar a Vasco Fernandez emquoanto asy seruir os dozentos mill reaes cad anno no oficiall que lhe parecer que deles lhe faraa bom paguamento, ao quall mando que pella maneira sobredita lhe faça cad anno aos quoarteis delle no principio de cada quoartell. E pello treslado deste aluara que seraa registado no liuro de sua despesa pello escriuão de seu carguo com conhecimento de Vasco Fernandez mando aos contadores que lhe leuem os dozentos mill reaes cad anno en conta. E porque por hum alluara lhe mandey dar adiantados a conta do dito hordenado cem mill reaes em Iohão Brandão que serue de thisoureiro do dinheiro da Casa da India pera aiuda de se fazer prestes não aueraa Vasco Fernandez paguamento no dito oficiall dos cem mill reaes e descontar lhos ha do primeiro paguamento que lhe ouuer de fazer por este aluara que quero que valha como se fose carta em meu nome e selada de meu sello pendente sem embargo da hordenacão en contrairo.

[42] VILA-SANTA, Nuno, *Entre o Reino e o Império: a carreira político-militar de D. Luís de Ataíde (1517-1581)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Câmara Municipal de Peniche, 2015, pp. 288 e seguintes.

[43] Seguem-se os critérios de transcrição paleográfica sugeridos em João José Alves Dias et al., *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987, exceptuando no assinalar a itálico das letras desabreviadas e na actualização do uso de maiúsculas e minúsculas.

Aluaro Fernandez o fez em Almeirim a tres de feuereiro de mill b^c^ Lx e Noue, Manuel Soarez o fez escreuer.

a) Rey

Pagou quinhentos e quarenta reaes. E aos officiaes dozentos reaes.
a) Dom Simão a) Pero Fernandez
Registado na chancelaria.
a) Joham d Oliueyra
Pago [?]

A Vossa Alteza por bem por fazer merce a Vasco Fernandez Homem que enuia com Francisco Barreto a Manamotapa que elle tenha e aya de hordenado cad anno emquoanto laa seruir dozentos mill reaes e que os começe vencer do dia que partir do porto de Lixboa en diante e lhe sejão pagos cad anno no ofiçiall que parecer a Francisco Barreto e que do primeiro paguamento que se lhe ouuer de fazer se lhe descontem cem mill reaes que lhe Vossa Alteza manda dar adiantados a conta do dito hordenado no thesoureiro da Casa da India pola maneira açima declarada. / [f. 85v][44]

Doc. 2

TT, Manuscritos da Livraria, 1632, f. 14-14v
Almeirim, 15/03/1569
Carta patente de D. Sebastião conferindo a Francisco Barreto o poder e alçada de que havia de usar com o cargo de capitão-mor da empresa do Monomotapa.

Dom Sebastião per graça de Deos Rey de Portugal e dos Alguarues d aquem e d alem mar em Affrica senhor de Guiné e da conquista naveguação comercio da Ethiopia Arabia Persia e da India etc faço saber aos que esta carta virem que eu mando ora Francisco Barreto do meu consselho ás terras do senhorio do Menamotapa que <se> comerceão pelo ryo de Cuama que esta antre Mocãobique e Cofalla pera fazer effeituar algũas cousas de muyto seruiço de Noso Senhor e de grande jmportancia destes reinos e o tenho emcarreguado de capitão mor da

[44] Averbamentos posteriores: "P. [?] de Manuell Coresma. Fica asemtado e pagou cem reaes. a) Guabrjel de Mendonça [?]; a) [...]"; "Registada no liuro dozeno dos registos a folhas 59 em xix de março de 1569 anos. a) Francisco Carnneyro"; "E esta provisão deste vencimento de Vasco Fernandez Homem vay lançada nos cadernos geraes, oje xix de março de Lxix. a) Francisco de Medeyros"; "As folhas 159." No f. 86v, em letra posterior: "De Uasco Fernandez Homem de ceu ordenado que veo do rejno".

empreza do dito senhorio pera niso me seruir emquanto o eu ouuer per bem e não mandar o contrairo conforme a jnstrucão e pruisões que leua, pello que mando a todos os capitães fidalguos e criados meus gentes d armas e pessoas outras de qualquer calidade e condicão que forem que vão com o dito Francisco Barreto e estiuerem ou forem depois ter a Moçãobique ou a algũa parte daquelas terras, a todos em geral e a cada hũ delles em especial que lhe obedecão em tudo e cumprão jnteiramente seus mandados como pello carguo que leua de meu capitão mor são obriguados de o ffazer e fazendo algũas das ditas pessoas o contrairo que não espero ou sendo culpados em taes casos e dilitos per que merecão castiguo, ey por bem que o dito Francisco Barreto lho possa dar como for justiça asy nas pessoas como em suas fazendas porque pera jso lhe dou poder e toda a minha jurisdicão [45] e <pera> que o dito Francisco Barreto [46] assy nas pesoas como nas fazendas dos ditos culpados de qualquer calidade e jurisdicão que forem faça o que for justiça conforme a minhas / [f. 14v] ordenacões ate morte natural jncllusiue sem delle aver apellação nem agrauo porquanto o ey assy por bem pella calidade do dito carguo e pella muyta confiança que tenho do dito Francisco Barreto a que mando que vse jnteiramente do poder e jurisdição que por esta lhe dou conforme ao que dito he, e por firmeza do que nella se conthem lhe mandey dar por my asinada e assellada com o sello de minhas armas.

Ambrosio da Costa a fez em Almeirym a xb de março ano do naçimento de Noso Senhor Jesu Christo de j [mil] b^c^ lxix. E eu Miguel de Nogueira a fiz escreuer.

Doc. 3

TT, Manuscritos da Livraria, 1632, f. 15v-16
[Almeirim, post. 15/03/1569?]
Alvará de D. Sebastião conferindo a Francisco Barreto a faculdade de nomear um capitão em seu nome na fortaleza de Moçambique.

Eu El Rey faço saber aos que este aluara virem que eu ey por bem e me praz que o tempo que Francisco Barreto do meu conselho que tenho emcarreguado de capitão mor da empresa do senhoryo do Manamotapa não estiuer em Mocãobique pera jr effeituar a dita empresa ou a algũa outra parte por comprir a meu seruiço, elle posa deixar por capitão na fortaleza de Mocãobique em sua absencia a pesoa que lhe parecer que nelle me seruira bem e como o requere a jmportancia daquela capitania / [f. 16] e ysto emquanto o eu ouuer por bem e não mandar o contrairo e elle tomara em meu nome menagem a dita pesoa da dita fortaleza e lhe dara juramento aos santos evangelhos que bem e verdadeyramente sirua a capitania dela. E de tudo se fara asento na volta

[45] Riscado: "antes ey por bem".
[46] Riscado: "que".

desta folha em que a dita pesoa asinara com o dito Francisco Barreto e testemunhas que forem presentes e o dito Francisco Barreto pasara prouisão a dita pesoa da dita capitania segundo ordenanca em que jra jncerto este aluara e o terlado do dito asento e se registara tudo nos liuros do registo da feitoria e pera se saber em todo o tempo a maneira e forma em que se este pasou e como a dita pesoa me fez menagem da dita fortaleza sera tambem o dito registo asinado pello dito Francisco Barreto e pella dita pesoa e testemunhas. E este quero que valha como se fosse carta feita em meu nome e passada pella chancelaria posto que este por ella não pase sem embarguo da ordenacão do 2.º liuro titullo xx que o contrairo despoem.

Doc. 4

BNP, Códice 11597, f. 58-59v
Almeirim, 16/03/1569
Carta do Rei D. Sebastião a Vasco Fernandes Homem convocando-o à sua presença.

Vasco Fernandez Homem, eu El Rey uos emvio muito saudar.

Encomendo uos e mando uos que tanto que vos esta for dada vos venhais a mym porque cumpre asy a meu seruiço, e loguo vos tornareis embora.

Escrita em Almeirym a xbj de março de 1569.

a) Rey
a) Ho conde

Pera Vasco Fernandez Homem vir logo a Vossa Alteza / [f. 59v][47]

Doc. 5

TT, Manuscritos da Livraria, 1632, f. 16v-17
[Almeirim, 18/03/1569]
Alvará de D. Sebastião determinando que nenhuma pessoa passasse da Índia a Moçambique e vice-versa sem licença do Vice-Rei da Índia e de Francisco Barreto.

Eu El Rey faço saber aos que este aluara virem que por respeitos que me a jso mouem ey por bem e mando que nenhũa pessoa de qualquer callidade e condicão que seja se posa

[47] Sobrescrito: "Por El Rey / A Vasco Fernandez Homem fidalgo de sua casa". Em letra posterior: ""Dom Sebastiam"; "D El Rej Noso Senhor Dom Sebastiam"; "D El Rey e chamam[ento]".

daquy em diante vir da India pera Mocãobique e nem pera outra algũa parte do Cabo de Guardafu pera a costa de Melinde ate o Cabo de Boa Esperaça sem licença do viso rey e guouernador das ditas partes e que outrosy não posa ficar em Mocãobique pesoa algũa de qualquer calidade e condição que seja das que forem deste ano presente na armada da India e ouuerem de jr pera as ditas partes em todas as outras do [*sic*] anos que vem e fazendo algũa pesoa o contrairo ey por bem que não vença soldo algũ nem posa ter parte no ouro das minas e que seja loguo preso e enviado a India na primeira embarcacão que ouuer pera as ditas partes e mando ao meu viso rey dellas e a Francisco Barreto do meu consselho que tenho emcarregado de capitão mor da empresa do senhorio do Manamotapa que o faca asy cumprir jnteiramente e registar este aluara nos liuros da chancelaria e matricola das ditas partes e nos da feitoria de Mocãobique e do feitor / [f. 17] que ha de andar em companhia do dito Francisco Barreto e assy se registara nos liuros da Casa da India e nos de minha chancelaria onde se publicara pera a todos ser notorio. E ey por bem que este valha como se fose carta feita em meu nome e passada pella chancelaria posto que este por ella não pase sem embarguo da ordenacão do segundo liuro titullo xx que o contrairo despoem.

Doc. 6

TT, Manuscritos da Livraria, 1632, f. 17-17v
[Almeirim, 18/03/1569]
Provisão de D. Sebastião a Francisco Barreto autorizando que se possa trocar em Moçambique por ouro a terça parte do cabedal de prata que as naus da Índia levavam.

Francisco Barreto amiguo

Eu tenho mandado pasar prouisões pera que quando as naos da armada que ora prazendo a Deos ha de partir pera a India cheguarem a Mocãobique se troque ate a terça parte do cabedal que leuão em prata per ouro porque sou emformado que na dita fortaleza se achara em tanta cantidade que se posa isto asy fazer e que pera meu seruiço effeituar se pera se poder dar na India milhor e majs breue aviamento na compra da pimenta e carregua das naos [48] e poderem pasar majs cedo pello que vos emcomendo que como cousa que tanto jm/porta [f. 17v] tenhaes disto o cuidado que requere e ordeneys como aguora se posa isto asy fazer e asy os anos que vem e que quando as naos cheguarem a Mocambique aja ouro em abastanca pera se fazer o dito negocio no qual se tera a ordem contheuda nas ditas prouisões que mando que se entreguem com o dito cabedal aos mestres das ditas naos.

[48] Riscado: "pera".

Doc. 7

BNP, Códice 11597, f. 62-63v
Lisboa, 08/03/1571
Carta do Senhor D. Duarte a Vasco Fernandes Homem agradecendo o envio de notícias de Moçambique.

Senhor

Por uosa carta soube serdes cheguado a Mocanbique ho çuceso de vosa viagem e cheguada com que folguej mujto e asj com a confiança que me dais desa empresa de que estou desejando ter mujtas nouas e as que este ano vierem espero que sejam de mujto seruiço d El Rej meu senhor e de mujto mereçimento vosso. Roguo uos mujto que mas escreuais mujto meudas de tudo o que se fez e do estado em que as cousas ficam porque leuarej grande contentamento sabe llas partjcularmente e tanto na verdade como mas podeis mandar e juntamente nouas vosas.

De Lixboa e de março a ojto 1571.

a) Dom Duarte

Vasco Fernandez Homem / [f. 63v][49]

Doc. 8

BNP, Códice 11597, f. 52-53v
Almeirim, 10/03/1572
Carta do Cardeal-Infante D. Henrique a Vasco Fernandes Homem lamentando a morte de sua mulher e filho e prometendo interceder na obtenção da sua licença para regressar ao Reino.

Vasquo Fernandez Homem amigo.

Pollas naos que uierão o anno passado reçebi uossa carta de 15 d agosto de 1570, em que me dais conta do que soccedeo depois de uossa chegada em que uos ouuestes conforme aa confiança que de uos tenho. E me pesou muito de uossa doença, e da morte de uossa molher, e de Antonio Mascarenhas uosso filho. E quanto a liçença que pedis pera uos uirdes depois de ganhadas as minas de Manamotapa, e lembrança que me fazeis de uossos seruiços, eu a terei pera uos fauoreçer, e ajudar com El Rey meu senhor quando pera isso se offerecer occasião.

[49] Sobrescrito: "Ao senhor Vasco Fernandez Homem / 2 uia". Em letra posterior: "O senhor Dom Duarte".

D almeirim aos x de março 1572. Antonio de carualho a fez escreuer

a) O cardeal Iffante

Pera Vasquo Fernandez Homem – em Mocambique / [f. 53v][50]

Doc. 9

BNP, Códice 11597, f. 46-47v
Xabregas, 12/03/1572
Carta da Rainha D. Catarina a Vasco Fernandes Homem lamentando a morte de sua mulher e filho e informando que a sua licença para regressar ao Reino seria provavelmente atendida.

Vasco Fernandez Homem, eu a rainha vos enuio muito saudar.

Muito folguey de saber por vossa carta de ix de agosto de M D. Lxx. quam bem tinheis despostas e ordenadas todas as cousas, que cumprião ao seruiço do senhor rey meu neto, antes da chegada de Françisco Barreto, e de que elle achasse tudo tam bem feito, que em lugar da queixa, que ao prinçipio teue, ficasse tendo de vos muita satisfação, como he rezão que de vossa pessoa e seruiços se tenha. Do falleçimento de vossa molher e de vosso filho me pesou muito, prazera a Nosso Senhor mostrar uos dos que vos ficarão, tantos contentamentos que sejaes consolado. E no que toca a vossa liçença, pera vos virdes, confio que o senhor rey meu neto vista vossa rezão, folgara de vo lla dar, pera o tempo em que vos a desejaes, cumpridas ja as esperanças, que me çertificaes, do grande proueito que das minas se espera. Praza a Nosso Senhor dar em tudo seu fauor, como pera seruiço seu for neçessario.

Escripta em Enxobregas a xij de março de 1572

a) Raynha / [f. 47v][51]

[50] Sobrescrito: "A Vasco Fernandez Homem fidalgo da casa d El Rey meu Senhor em Mocambique / 2. uia"; Em letra posterior: "O cardeall Imfamte"; "Dom Amrrique".

[51] Sobrescrito: "Por a Rainha / A Vasco Fernandes Homem fidalgo da casa do Senhor Rey seu neto / 1.ª via". Em letra posterior: "A rajnha".

Doc. 10

BNP, Códice 11597, f. 64-65v
Almeirim, 13/03/1572
Carta do Senhor D. Duarte a Vasco Fernandes Homem agradecendo o envio de notícias..

Senhor

Hũa carta uossa reçebj de Moçãobique de 15 de agosto de 570 com que folgei muito por a particular conta que me daueis de tudo o que nessa terra uos succçedera e por mui certo tinha seruirdes a El Rey meu Senhor em todas as cousas como fizestes neste neguocio, de que Sua Alteza mostra ter muito contentamento e asj o tenho eu de Françisquo Barreto conheçer craramente que era mintira, o que lhe dizião e confessar de quanto proueito pera a jornada foj a uossa ida diante, porque nisto pudera dizer muito, o deixo pera uos rogar que enquanto andardes por essas partes me escreuais tão particular como este ano fizestes, o faleçimento de uosso filho sinti muito, e os mais uossos desgostos, e ha sse Sua Alteza por tão bem seruido de uos nessas partes, que não sej se conçedera a liçença que de uossa parte se lhe pedia.

D Almeirim, a 13 de março de 1572 anos.

a) Dom Duarte

[Vasco Fernandez Homem] / [f. 65v][52]

Doc. 11

BNP, Códice 11597, f. 84-84v, 87-87v
Nossa Senhora do Ó de Sena, 16/06/1572
Alvará de Francisco Barreto de nomeação de Vasco Fernandes Homem por mestre-de-campo e exército na conquista do Monomotapa.

[53] / [f. 87] Dom Sebastião per grasa de Deos Rey de Portugal e dos Algarues d aquem e d alem maar em Afriqua senhor de Guine e da conquista naueguasão comersio Thiopia Arabia Persia e da Imdia etc. faso saber aos que esta carta virem que avemdo respeito aos seruiços de Vasquo Fernandez Homem fidalguo de minha cassa e comfiamdo nele que nas

[52] Sobrescrito: "Ao senhor [Vasco Fernandez Homem]". Em letra posterior: "Do senhor Dom Duarte".

[53] Em letra posterior: "Carta de mestre de canpo"; "Carta de Mestre do Campo a Vasco Fernandez Omem".

coussas de que o emcarreguar de seruiço de Deos e meu me seruira com aquele recado e fidelidade que cumpre ei por bem fazer lhe merse do carguo de mestre do campo e emxersito que tenho mandado a comquistar o imperio de Menamotapa com ho qual carguo auera d ordenado dozemtos mil reaes afora outros dozemtos que tem de fora por minha prouizão que por todos são quatrosemtos avemdo respeito as partes em que nisto a de seruir serem muito doemtias e de gramdes guastos e despezas, os quais quatrosemtos mil reaes lhe serão paguos no feitor da dita comquista aos quarteis do ano asim como os for vemsemdo. Notefico o asim ao dito feitor e escriuão de minha fazemda que esta fes e lhe mando o asemte no liuro da matricola dos ofisiais da dita comquista com declarasão que avera cada ano quatrosemtos mil reaes ss. dozemtos que tinha por minha prouizão e dozemtos de que lhe fis merse d acresemtamento com o dito carguo. E mando a todos os capitãis de ymfantaria e fidalguos e criados meus e mais soldados da dita comquista que lhe obedesão em tudo que comprir a bem da guerra do dito campo e emxersito pera firmeza do qual lhe mamdey dar esta aselada com o selo de minhas armas reais que sera registado no liuro da reseita do dito feitor que lhe os tais paguamemtos ouuer de fazer.

Dada na minha sidade de Nosa Senhora do Hoo da Sena a xbj de junho.

Os quais dozemtos mil reaes mais d acresemtamento começara a vemser do primeiro de mayo deste ano, em que comesou a seruir o dito carguo e dele o emcarreguei.

El Rrey noso senhor ho mandou por Francisco Barreto do comselho do estado geral de suas guales guovernador das fortalezas de Sofala e Mosambique e da comquista do ymperio de Menamotapa, Cosmo Martinz de Faria o fes, ano do nasimento de Noso Senhor Jesus Christo de j [mil] b^c lxxij anos.

a) Francisco Barreto / [f. 84v]

Carta do carguo de mestre do campo a Vasquo Fernandez Homem com quatro mil reaes d ordenado em cada hum ano ss. dozemtos que tinha de Sua Alteza e dozemtos d acresemtamento com ho dito carguo, pella maneira asima declarada. / [f. 87v][54]

Doc. 12

BNP, Códice 11597, f. 54-55v
Évora, 05/03/1573
Carta do Cardeal-Infante D. Henrique a Vasco Fernandes Homem sobre a licença que pedira para regressar ao Reino.

[54] Averbamentos posteriores: "Registada a folhas 119. a) Cosmo Martinz de Faria"; "Registada no liuro da resejta e despeza do fejtor Jorge Machado de Faro desta conquista as folhas 121 na uolta. a) Dioguo da Siluejra"

Vasco Fernandez Homem amigo.

Recebi uossa carta de 5 de agosto de 1571, e uos agardeço muito as lembranças que me fazeis, e a emformação que me dais dessas partes de Moçambique e Çofala que he conforme ao cuidado que sei que tendes de seruir a El Rey meu senhor e neto e porque Sua Alteza uos escreue, e de sua carta uereis o que ordena açerca da liçença que pedis pera uos uirdes, não tenho nesta mais que dizer.

D Euora aos çinco de março de 1573. Antonio de Carualho a fez escreuer.,

a) O cardeal Iffante

Pera Vasco Fernandez Homem / [f. 55v][55]

Doc. 13

BNP, Códice 11597, f. 111-112v
Ilha de Moçambique, 06/02/1575
Carta de D. Sebastião a Vasco Fernandes Homem sobre a morte de Francisco Barreto.

Vasco Fernandez Homem, eu El Rey vos enujo muyto saudar.

Per hũa carta vossa feita no forte de Sam Marçal da Sena a xix de junho de M. D. Lxxiij. que veio na nao Sam Gregorio que somente veio a este regno o anno passado de M. D. Lxxiiijº soube do fallescimento de Francisco Barretto que Deus perdoe de que reçeby o sentimento que era rezam, e mereçia a perda de hum tal vassallo de cujos seruiços tinha mujta satisfaçam e per quem esperaua prospero successo da empresa a que o enuiey a essas partes. E posto que por estas e outras cousas o deua sentyr cuido que no que em particular toca ao effecto e comprimento della, não fara tanta falta sua pessoa pois vos o succedestes e ficastes em seu lugar. De que confio que não somente fareis, mas tereis ja feito tudo o que nesta parte ouuer que fazer conforme ao regimento e prouisões que elle leuou. Do qual vos em todo avieis de usar e compryr. E hé esta empresa de tamanho effecto e importancia ao seruiço de Nosso Senhor, bem e augmento destes regnos, e de minha coroa que deueis de ter por çerto que acabada esta obra, e conseguindo se della o fim que pretendo ficaes mereçendo fazer uos por ysso muito honras e merçes. E asaz vos obrigua ao procurardes a confiança que eu de vos tenho: allem de entenderdes quanto me nysso seruis, que hé a prinçipal causa que deue obriguar aos homens de vossa quallidade. Pello que vos encomendo muyto que prosiguaes nessa jornada até de todo a acabardes tam prosperamente como eu spero, e como

[55] Sobrescrito: "Por o Cardeal Iffante / A Vasco Fernandez Homem fidalgo da casa d El Rey seu senhor em Mocambique / 1 uia". Em letra posterior: "Dom Amrrique"; "O cardeall".

vos proferis ao fazer na vossa carta. E posto que me nella não peçaes cousa algũa pera este effecto, me pareçeo deuer uos mandar nas naos deste anno até çento e cinquoenta homens, os quais pedyreis aos capitães dellas, a cada hum aquelles que poder dar segundo a gente que leuar ate esta contia. Aos quais mostrareis esta carta: Pella qual lhes mando que vo llos dem, e a cumpram ynteiramente sem nysso fazerem outra cousa, porque assy o ey por meu seruiço / [f. 111v] e do contrario me desprazera muyto. E a Antonio Monyz Barreto guouernador da India escreuo que de lá vos enuye as mais cousas que forem neçessarias pera que vos não falte cousa algũa das que vos comprirem pera vossa jornada que tenho por tam neçessaria que tudo o que se nella fizer e em sua ajuda e fauor averey por hum dos maiores seruiços que se me pode fazer. E como tal a podeis auer por encomendada o mais encarreguadamente que possa ser e nas naos que Nosso Senhor trará o anno que vem, spero que me venha o fructo de vossos trabalhos: que seram as primicias do muyto que dessas partes com rezam se pode sperar, em que não guanhareis pequena honra.

Scritta em Almeyrim a seis de feuereyro de M. D. Lxxv.

a) Rey

Pera Vasco Fernandez Homem / [f. 112v][56]

Doc. 14

BNP, Códice 11597, f. 103-104v
Almeirim, 10/02/1575
Carta de D. Sebastião a Vasco Fernandes Homem concedendo-lhe licença para regressar ao Reino.

Vasco Fernandez Homem, Eu El Rey vos enujo muyto saudar.

Vy vossa carta feita no forte de Sam Malçal da Sena a xix de junho do anno de M. D. Lxxiij. na qual me daes conta do succedido ao guouernador Françisco Barretto que Deus perdoe, e de sua morte de que tiue muyto desprazer por perder nelle hum tal vassallo, e de cujos seruiços tinha muita satisfaçam. E vendo ho estado em que estam as cousas dessa empresa do senhoryo de Monomotapa em que lhe succedestes: e tendo respeito a vossa ydade, e yndisposiçam em que ficaueis, e aos seruiços que me nysso tendes feito, ey por bem de vos conçeder a licenca que por vossa parte me foy pedida pera vos vyrdes pera estes

[56] Sobrescrito: "Por El Rey / A Vasco Fernandez Homem fidalguo de sua casa capitam mor da empresa e conquista do senhorio de Menomotapa / Primeira via"; Averbamentos posteriores: "Registada no liuro da receita e despeza do capitão e feitor Antonio Lobo a folhas 128 per mym. a) Antão Aluarez"; "Registada no liuro da receita e despeza do feytor Antonio Cardozo a folhas 189 na uollta. a) Antonio Nogueira". Em letra posterior: "El Rej Dom Sebastião pera Vasco Fernandez Homem"; "Dom João Castello Branqo".

regnos. O que vos encomendo e mando que facaes nas primeyras naos que pera elles vierem depois de vos esta ser dada. E toda a gente, artelharia, monições, e mais cousas tocantes a essa empresa, entreguareis à pessoa que vos pera ysso mostrar carta ou provisam minha fazendo da tal entregua os autos e assentos neçessarios com as solemnidades deuidas, que trareis convosco. E por esta vos ey por desobriguado da menagem, e qualquer outra obriguaçam que tinheis pella successam da capytanja e guouernança dessa empresa.

Scritta em Almeyrim a dez de feuereyro de M. D. Lxxv

a) Rey

Pera Vasco Fernandez Homem / [f. 104v][57]

Doc. 15

BNP, Códice 11597, f. 56-57v
Évora, 09/03/1575
Carta do Cardeal-Infante D. Henrique a Vasco Fernandes Homem acusando a recepção da carta sobre a morte de Francisco Barreto.

Vasco Fernandez Homem amigo.

Polla nao que ueyo este anno recebi hũa carta uossa, em que me dais conta da morte de Franciso [*sic*] Barreto, que muito senti. E dos trabalhos que tinheis passados, e passaueis, esperança que tinheis de fazer grandes seruiços a El Rey meu senhor prazera a Nosso Senhor que soccederão como uos desejais. E pera que se possa fazer grande seruiço na conuersão dessa gente, e se tire tanto proueito com que se possão substentar as cousas de laa, e da India, e de qua. Do que succeder me podereis auisar do que uos parecer necessario e no que uos comprir folgarei folgarei [*sic*] sempre de uos ajudar e fauorecer.

D'Evora 9 de março de M. D. Lxxv.

a) O cardeal Infante

Pera Vasco Fernandez Homem / [f. 57v][58]

[57] Sobrescrito: "Por El Rey / A Vasco Fernandez Homem fidalgo de sua casa capitão mor da empresa do senhorio de Menomotapa, a qual se lhe dara depois de Dom Fernando de Monroy ser em Moçambique e não em outra maneyra. / Primeira via"; Em letra posterior: "De Sua Alteza na conqista [?]"; "O admjnjstrador e dej ha Dom João Castelo Branqo".

[58] Sobrescrito: "A Vasco Fernandez Homem capitão da conquista de Monomotappa". Em letra posterior: "O cardeal".

Doc. 16

BNP, Códice 11597, f. 101-102v
Almeirim, 18/01/1576
Carta de D. Sebastião a Vasco Fernandes Homem concedendo-lhe licença para regressar ao Reino.

Vasco Fernandez Homem, Eu El Rey vos enujo muito saudar.

Pello muito tempo que há que me seruis nessas partes e por vossa ydade, e trabalhos que tendes leuado, de que he rezam virdes descançar, e me ser pedido por vossa parte que vos desse liçença pera uos virdes pera estes regnos, Ey por bem de uo lla conçeder. E enujo por capitam mór dessa empresa e conquista do senhorio de Menomotapa e capitania de Sofalla a Dom Fernando de Monroy fidalgo de minha casa. Ao qual vos mando que entregueis logo, tanto que elle ahy chegar, e vos esta der, a dita capitania mor, gente, artelharia, armas, e monições, e todas as mais cousas tocantes a ella, e que lhe pertençerem, e os regimentos, jnstruçam e prouisões que leuou Françisco Barreto, e de que usaueis. E da entrega que lhe fizerdes se fará auto, em que se declarará todo o que lhe entregardes, e ho estado em que a dita empresa estiuer, que trareis comvosco. E per esta carta uos ey por desobrigado do preyto e menajem, e de qualquer outra obrigaçam em que por ella estejaes. E feita a tal entrega com as solemnidades deuidas, vos mando que vos venhaes embora pera estes regnos, nas primeiras naos, que pera elles vyerem. E encomendo uos muito que ynformeis a Dom Fernando do que nestas cousas he succedido: e do que vos pareçer que se nellas deue fazer por meu seruiço. E confio que de uosso pareçer e conselho fará o fundamento que hé rezam. E de o fazerdes assy, como de uos espero, me auerey por muyto seruido.

Scrita em Almeyrim a xviijº de janeiro de M. D. Lxxvj.

a) Rey / [f. 102v][59]

Doc. 17

BNP, Códice 11597, f. 66-67v
Évora, 18/02/1576
Carta do Senhor D. Duarte a Tomé de Sousa sobre a empresa do Monomotapa.

[59] Sobrescrito: "Por El Rey / A Vasco Fernandez Homem fidalgo de sua casa que ora está por capitam mor da empresa e conquista do senhorio de Menomotapa ou á pessoa que em seu lugar estiuer por capitam da dita empresa / 2.ª via". Em letra posterior: "El Rej Dom Sebastião pera Vasco Fernandez Omem"; "Carta de Sua Alteza do tempo da conqista"; Dom Fernãodo de Monrroj".

Senhor

Hũa carta uossa recebi e leuei guosto de saber o seruico que fazeis a Sua Alteza nessas partes mas pessou me de saber os estrouos que ouue para não hir o guouernador ao Manamotapa. Querera Nosso Senhor que este ano virão de lla muitas nouas dos bons suçessos que lhe Deos tera dado. Eu lhe escreuo as obrigacões que vos temos para que vos fauoreça porque por estar em Alentejo vos não pude ajudar doutra maneyra. Ao senhor duque fallei no vosso negoçio mas como são coussas de demandas não sei Sua Excellencia nisso podera fazer, mas eu creio bem que tudo o que pertenderdes sera para vir guastar em seu seruiço como a razão e quem sois vos obrigua a faze llo. E querera Noso Senhor que desta jornada que aguora fazeis vos socedera muito bem para que com o que della trouxerdes possais vir descansar a vossa cassa dos trabalhos que tendes passado. E enquanto la estiuerdes me escreuei muito particulares nouas de tudo o que la soceder porque desejo de saber todas as dos bons sucessos que Nosso Senhor der nessas partes.

D Evora a 18 de feuereiro de 1576.

a) dom Duarte / [f. 67v][60]

Doc. 18

BNP, Códice 11597, f. 68-69v
Évora, 19/02/1576
Carta do Senhor D. Duarte a Vasco Fernandes Homem sobre a empresa do Monomotapa.

Senhor

A estada d Alentejo fez com que não tiuesseis o ano pasa[do] carta minha, porque mandãodo as acharão ja as naos partidas, e ajnda que este ano a não tiue vossa não quis deixar de uos dizer quanto folguei de ouuir boas nouas de vos, e quanto estimei o presente que me mandastes e a lembrança que tiuestes do que vos tinha emcomendado. Estou riquissimo cos busios para mandar a Italia porque se estimão la em estremo e elles são para ysso pola diuerçidade e inuenções de que são. O seruiço que fazeis a El Rei meu senhor nessas partes tenho por mui serto, mas a falta de gente e doutras cousas cuido que vos não ajudarião a fazer o que desejaueis, mas espero que este ano que vem tenhamos nouas de muitos bons sucessos que Noso Senhor vos dara. De vossa desposicão e de todos elles me mandai muito particulares nouas porque sendo as que desejo me darão muito contentamento e assi o receberej nos fauores que fizerdes a Tome de Sousa assi por ser do senhor duque e se criar em seu seruiço como porque cuido que vos mereçera elle todos no seruiço d El Rey meu senhor.

[60] Sobrescrito: "Ao senhor Tome de Sousa / 2.ª via". Em letra posterior: "Do senhor Dom Duarte pera Tome de Souza".

D Euora a 19 de feuereiro de 1576.

a) dom Duarte / [f. 69v][61]

Doc. 19

BNP, Códice 11597, f. 89-93v
Rios de Cuama, 03/07/1576
Auto da posse que Vasco Fernandes Homem fez da Serra de Dema e minas de prata.

Auto de posse que o senhor guouernador Vasco Fernandez Homem tomou da Serra de Dema e minas da prata que nela dizem que ha em nome d El Rey nosso senhor a quem o Monamotapa as tem dadas pera Croa [*sic*] de seus Reynos

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesuu Christo de mil e quinhentos e setemta e sejs annos aos tres dias do mes de julho do dito anno jumto do rio de Cuama ao pee da Serra de Dema onde estão as minas da prata que o Monamotapa tem dado a El Ret nosso senhor estamdo ahy presente o senhor guouernador Vasco Fernamdez Homem loguo por elle foy dito peramte mjm escriuão adiante nomeado e testemunhas que presemtes estauão que Francisco Rafaxo outrosy presemte fora per mandado do guouernador Francisco Barreto que Deus perdoe por embaixador ao Munamottapa os anos atras passados a tratar com elle cousas de seruiço de Sua Alteza e pedir lhe pera a Croa de seus reinos algũas minas e outras cousas como todo sera mais compridamente declarado no regimento e apontamentos que lhe o dito guouernador pera yso dera e que vjmdo elle dito Francisco Rafaxo com a reposta do dito Manamotapa achara faleçido ao dito guouernador Francisco Barreto e a elle em seu luguar por lhe sobceder por bem das provisões e sobcesõis que Sua Alteza pera jso tinha pasado e que lhe dera / [f. 89v] a elle a reposta que trazia do dito Manamotapa em a qual e entre as cousas que nela se comtinhão era que ell dava e comcedia a Sua Alteza pera a coroa de seus reinos as ditas minas da prata da Serra de Dema e outras la dentro no Mocarangua que são d ouro como o dito Francisco Rafaxo diria pois estaua presemte. O que por ate ora se não achar elle dito senhor guouernador tomar nem mandar tomar pose da dita serra e minas o nam fezera e que elle era vimdo a ellas pera yso que me mandaua da parte de Sua Alteza como escriuão de sua fazemda e da sua me requeria lhe dese a pose corporalmente da dita serra e minas porque elle a queria tomar em nome de Sua Alteza pellos poderes que pera jso tem seus. E visto por mjm escriuão seu mandado

[61] Sobrescrito: "Ao senhor Vasco Fernandez Homem do conselho d El Rey meu Senhor capitão e prisidente das partes e conquista de Manamotapa / 1ª via". Em letra posterior: "O senhor Dom Duarte".

e requerimento por o dito Francisco Rafaxo certeficar que asy pasaua todo ho dito loguo tomey com minhas mãos tera pedra e pao e ramos e folhas d aruores e ervas e palha e das mais cousas que ao pe da dita serra e a faldra della avia e tudo entreguey nas mãos do dito senhor guouernador e com elle por seus pes andey pela faldra da dita / [f. 90] serra omnde dizem estar as ditas mjnas da prata pegando elle dos ramos das aruores e de tudo ho que avia e asy andou paseamdo pela dita faldra da serra e apegando a com seus pes tudo mamsa e pacificamente sem contradiçam de pesoa algũa dyzemdo me que pellos autos e scirimonias que tinha feitas se avia por entregue e emposado da dita serra e minas da prata em nome de Sua Alteza e que dello lhe pasase este auto de pose pera guarda e comseruaçam da justiça de Sua Alteza e eu escriuão ouue em nome do dito senhor pormetido e envestido e emcorporado na pose da dita serra e minas autoal ciuel natural e corporalmente por bem dos ditos autos e sçirimonias feitas como dito he e dou minha fee passar asy todo na verdade e eu ser presemte a ello e se fazer mansa e pacificamente sem pesoa algũa o contradjzer do que fiz este auto de pose que o dito senhor guouernador como dito he tomou e aceitou em nome de Sua Alteza a isto ausemte e eu escriuão a açeitey e tomey tambem em seu nome como pesoa pubrica / [f. 90v] estipolante e açeitante nas cousas da fazemda de Sua Alteza como seu escriuão della e asynou aquy o dito senhor guouernador com ho dito Francisco Rafaxo e comiguo semdo testemunhas presemtes João Guomez da Sylua capitam de hũa bandeira e Amrrique Nunez Pereira ambos fidalguos da casa de Sua Alteza e Jorge Manuel d Oliueira almoxarife e Lourenço Ferreira Gramaxo prouedor dos defuntos e Pero Vaaz sargento dũa bamdeira e Joam Aluarez Soeiro e Marcos de Figueiredo e João Puez e Amdre d Oliueira todos moços da camara de Sua Alteza e eu Antonio Carneiro espriuão de sua fazemda que ho espreuj.

a) Vasco Fernandez Homem
a) Antonio Carneiro
a) Jorge Manuel d Oliueira
a) João Guomez da Sillua
a) Francisco Raffaxo
a) Lourenço Ferreira Gramaxo
a) João Aluarez Soejro
a) Andre d Olliueira
a) Anrrique Nunez Pereira
a) Joam Amriquez
a) Pero Uaz
a) Marqquos de Figueiredo / [f. 93v][62]

[62] Em letra posterior: "Posse das minas da da [*sic*] pratta".

Doc. 20

BNP, Códice 11597, f. 106-109v
Ilha de Moçambique, 13/03/1577
Traslado do auto de preito e menagem que Vasco Fernandes Homem tomou a D. Fernando de Monroy da capitania-mor da empresa do Monomotapa e governo de Sofala e Moçambique.

Treslado do auto do preito e omenagem que o senhor guouernador Vasco Fernamdez Homem tomou ao senhor guouernador Dom Fernando de Monrroy da capitania mor da empresa do Monamotapa e da guouernamça de Çofala e Moçambique

Aos treze dias do mes de março de mil e quinhentos e setenta e sete annos nesta ilha e fortaleza de Moçambique dentro na torre de omenage della, estando ay pressente o senhor guouernador Vasco Fernandez Homem, loguo por elle foi tomado o preito e omenage da capitania mor da empressa do senhorio do Monamotapa e da guouernança de Çofala e capitania della na forma e maneira seguinte ao dito senhor Dom Fernando.

Muito alto e muito poderoso Rey Dom Sebastiam meu verdadeiro e natural rey e senhor, eu Dom Fernamdo de Monrroy fidalguo de vossa cassa, vos faço preito e omenage pella capitania mor da vossa empressa e conquista do senhorio de Monamotapa e da capitania e guouernamça das vossas fortalezas de Çofala e Moçambique e costa de Melinde, de que ora Vossa Alteza m'encarregua, e do carguo que a tenha e guarde. Eu vos acolherey no alto, e no baixo do castelo da dita fortaleza de Çofala de dia e de noite, e a quaisquer oras e tempos que seja jrado e paguado com muitos e com poucos vindo vos em vosso liure poder e delle farey guerra e manterey tregua e paz segundo me por Vossa Alteza for mandado e o não entreguarey a pessoa algũa de qualquer grao, dinidade preeminencia que seja, senão a vos meu senhor ou a vosso çerto recado, loguo sem delongua, arte nem cautela, a tod'o tempo que qual/quer [f.106v] pessoa me der vossa carta assinada por vos e asselada com vosso selo ou sinete de vossas armas, por que me quitaes este dito preito e omenage. E se se acontescer que eu no dito castelo aja de deixar algũa pessoa por alcaide e guarda delle eu lhe tomarey este dito preito e omenagem na forma e maneira e com as clausulas condições e obriguações nella contheudas, e eu por jsso não ficarey desobriguado deste dito preito e omenagem, e das obriguações e cousas que se nela conthem, mas antes me obriguo que o dito alcaide e pessoa que assy deixar no dito castelo tenha, mantenha e guarde e cumpra todas estas cousas, e cada hũa dellas jnteiramente, e eu sobredito Dom Fernando de Monrroy faço preito e omenagem nas mãos de Vasco Fernandez Homem vosso guouernador que foy da dita fortaleza e empressa que a de mym recebe hũa duas e tres vezes, segundo vso e costume de vossos rejnos e vos prometo e me obriguo que cumpra e guarde jnteiramente este dito preito e omenagem, e todalas clausulas, condições e obriguações e todas as cousas, e cada hũa dellas, em ella contheudas, sem arte, enguano, cautela, nem minguoamento algũm. E juro aos sanctos evangelhos em que ao dar

este preito e omenagem me foy dado, e eu pus minha mão dereita, de assy o comprir e guardar jnteiramente, e por firmeza dello assiney aquy por minha mão, sendo testemunhas presentes o liçençiado Dominguos do Reguo administrador geral da dita guouernamça, e o padre Antonio da Mota, viguairo desta fortaleza, e o padre Johão Guonçaluez, visitador que foy da dita guouernamça, e Vasco Fernandez Pimentel, e Pero de Sousa Camelo Pereira fidalguos da casa de Sua Alteza e Christouão Curuo de Sequeira feitor e alcaide mor desta fortaleza, e Francisco Cardosso escriuão da feitoria della, e eu Antonio Carneiro escriuão da fazenda de Sua Alteza e da matricola geral na dita guouernamça que o escreuy.

Antonio carneiro, Dom Fernamdo de Monrroy, o Administrador Dominguos do Reguo licenciatus, o padre Antonio da Mota, Johão Gonçaluez, Vasco Fernandez / [f. 107] Pimentel, Pero de Sousa Camelo Pereira, Christouão Curuo de Sequeira, Francisco Cardoso.

E loguo o dito senhor guouernador Vasco Fernamdez Homem perante as ditas testemunhas atras e açima assinadas entregou ao dito senhor guouernador Dom Fernando de Monrroy a dita fortaleza e as chaues della, as quaes o dito senhor guouernador Dom Fernando reçebeo e se ouue delas e da dita fortaleza por entregue e assinou aquy com as ditas testemunhas sobredito. Antonio Carneiro o escreuy.

Antonio Carneiro, Dom Fernando de Monrroy, o Administrador Dominguos do Reguo licenciatus, Pero de Sousa Camelo Pereira, Christouão Curuo de Sequeira, Vasco Fernamdez Pimentel, o padre Antonio da Mota, Françisquo Cardosso.

Auto da entregua de cartas, patemtes, e prouisões de Sua Alteza por elle assinadas que o senhor guouernador Vasco Fernamdez Homem entregou ao senhor guouernador dom Fernando de Monrroy.

Aos omze dias do mes de junho de mil e quinhemtos setenta e sete anos, nesta jlha e fortaleza de Moçambique, dentro na torre de omenagem della, estando ay pressente o senhor guouernador Vasco Fernamdez Homem, loguo por elle forão entregues ao senhor guouernador Dom Fernando de Monrroy as cartas patemtes e prouisões de Sua Alteza por elle assinadas abaixo e adiante escritas.

Hũa carta assinada por Sua Alteza a dezanoue de março de quinhentos sesenta e noue / [f. 107v] anos escrita em perguaminho com hum sello de chumbo pemdente em hum cordão de retros verde pella qual Sua Alteza fez capitam mor da empresa e senhorio do Manamotapa a Françisquo Barreto que Deus perdoe.[63]

Hũa jnstrucção e regimento assinado por Sua Alteza a vinte de março de quinhentos sesenta e noue pera o dito Françisco Barreto, escrita em oito folhas de papel que tem dezaseis laudas todas escritas.

[63] Publicada em DPMAC, VIII, p. 184.

Hũa prouissão de Sua Alteza por elle assinada a dezoito de março de quinhentos e sesenta e noue anos pera o dito Francisco Barreto entender na fazenda do dito senhor.[64]

Outra prouissão de Sua Alteza por elle assinada, a trinta de março de quinhentos sessenta e noue anos pera o dito Françisquo Barreto fazer feitor pera andar com elle na conquista.

Outra prouissão de Sua Alteza por elle assinada, em dezoito de março de quinhentos sesenta e noue anos, pera Francisco Barreto fazer regimento ao feitor que com elle andasse na conquista.[65]

Outra prouissão de Sua Alteza por elle assinada a dezanoue de março de quinhentos sesenta e noue, pera o dito Francisco Barreto fazer ouuidor, escriuão e mejrinho que andase com elle na conquista.

Outra prouissão de Sua Alteza por elle assinada, a dezoito de março de quinhentos sesenta e noue anos, pera Francisco Barreto entender em todas as cousas da costa de Melinde, e das jlhas a ella adjaçentes.[66]

Outra prouissão de Sua Alteza por elle assinada a dezoito de março de quinhentos sesenta e noue pera o visso rrey da India, e Francisco Barreto não deixarem jr da India pera Moçambique / [f. 108] nem de Moçambique pera India nenhum soldado nem pera nenhũa outra parte sem suas liçenças.[67]

Hũa carta patemte escrita em papel assinada por Sua Alteza a quimze de março de quinhemtos sesenta e noue e asselada com o selo das armas reajs, de çera vermelha, em a qual se conthem o poder e alçada de que Francisco Barreto auia de vssar, com o carguo de capitam mor da empressa e senhorio de Monamotapa.[68]

Hũa prouissão de Sua Alteza por elle assinada em sete de março de quinhentos setenta e tres em a qual se conthem, que toda a pessoa que na India teuer offiçios de Sua Alteza vá andar na India, e não ande nas partes de Moçambique, sob pena de lhes preçederem os que ouuerem de entrar tras delles, a qual prouisão he scrita em tres folhas de papel, que são seis laudas, e na dita prouissão se conthem outras cousas açerqua dos offiçios que os guouernadores e visso rreis da India dão em nome de Sua Alteza.

Outra prouisão de Sua Alteza por elle assinada a dezoito de março de quinhentos sesenta e noue, por que Sua Alteza ha por bem que se possa em Moçambique trocar por ouro a terça parte do cabedal de prata que leuão as naos de viagem pera a India.[69]

---

[64] Publicada em DPMAC, VIII, p. 172.

[65] Publicada em DPMAC, VIII, p. 176.

[66] Publicada em DPMAC, VIII, p. 180.

[67] Publicada neste apêndice: doc. 5.

[68] Publicada neste apêndice: doc. 2.

[69] Publicada neste apêndice :doc. 6.

Hum regimento que fez o visso rrey Dom Antão de Noronha pera andar nas feitorias de Çofala e Moçambique assinado por elle a quatro d'aguosto de quinhentos e sesenta e quatro, escrito em duas folhas de papel que são quatro laudas todas escritas.[70]

O treslado do regimento que Fernam Martinz Freire trouxe do reino o qual esta assy rasso, sem ser assinado por pessoa algũa, escrito em letra latina, em treze folhas .ss. em vinte e quatro laudas e parte das vinte cinquo laudas, e adiante das / [f.108v] ditas treze folhas estão escritos seis capitulos da dita letra, que tambem não estão assinados por nenhũa pessoa e começa se no prinçipio das quatorze folhas e acabão no meo da primeira lauda das quimze folhas.

Hũa carta patente de Sua Alteza por elle assinada escrita em purguaminho com hum sello de chumbo pemdente, em hum cordão verde escrita em vinte hum de feuereiro de quinhentos setenta e hum anos, pella qual o dito senhor fez guouernador de Çofala e Moçambique e da empressa do Monamotapa a Françisco Barreto, e lhe conçedeo nella poderes e alçada de que auia de vssar com o dito carguo de guouernador.[71]

As quais cartas, prouisões e regimentos o dito senhor Dom Fernando recebeo do dito senhor Vasco Fernandez Homem e se ouue de todas por entregue, e mandou delo fazer este auto de entregua em que assinou sendo testemunhas pressentes Pero de Sousa Camelo fidalguo da cassa de Sua Alteza e Christouão Curuo de Sequeira feitor e alcaide mor da dita fortaleza, e Dioguo do Couto caualeiro fidalguo da cassa do dito senhor morador em Guoa, e Marcos Aluarez, e Manuel Guonçaluez moradores nesta fortaleza, e Antonio Guonçaluez camareiro do dito senhor Dom Fernando, e eu dito Antonio Carneiro o escreuy.

Antonio Carneiro, Dom Fernando de Monrroy, Pero de Sousa Camelo Pereira, Christouão Curuo de Sequeira, Dioguo do Couto, Antonio Gonçaluez, Marcos Aluarez, Manuel Guonçaluez.

O qual treslado d'auto da omenage, entrega da fortaleza e chaues della prouisões e cartas patemtes e regimentos, eu escriuão abaixo assinado tresla/dey [f. 109] dos propios autos qu'estão das folhas dezanoue the folhas vinte duas do liuro dos registos e omenagems que anda na fazenda, que fiqua em meu poder, e com elles o conçertey, e vay na verdade sem cousa que faça duuida, e me assiney aquy abaixo com o senhor Dom Fernando de Monrroy, por cujo mandado, e a requerimento do senhor Vasco Fernandez Homem guouernador que foi dest'estado dey este treslado que vay assinado outrosy pello escriuão da feitoria desta fortaleza que aquy abaixo assinou e pos seu conçerto e vay escrito em tres folhas afora esta.

E eu Antonio Falcão escriuão da fazenda e da matricola geral dest'estado o escreuy em Moçambique oje dezanoue dias do mes de junho de mil e quinhentos e setenta e sete anos.

---

[70] Publicada em DPMAC, VIII, p. 136, com data de 26/7/1564.

[71] Publicada em DPMAC, VIII, p. 194.

a) Antonio falcão
a) Dom Fernando de Monrroy

Conçertado por mym
a) Antonio Falcão
E commjguo.
a) Sebastyão Nunez / [f. 109v][72]

Doc. 21

Real Academia de la Historia (Madrid), N-63, f. 5-6
[post. 1582]
Memorial de Fernão de Proença, antigo escrivão da feitoria de Sofala, a D. Filipe I, Rei de Portugal, sobre as Minas do Monomotapa.

Porque cunprem ao serviço <de Vossa Magestade> saber do sertão E terras de Moçanbique e minas do ouro que vem ter a Çofala e donde., por eu andar la em servico d El Rrey Dom João voso tyo dez annos e porque pelo discurso deste tenpo soube toda aquela terra e das minas quão ricas e proueytosas são [73] fyz este apontamento e memoryal de tudo ho que[74] da[75] terra[76] <destas mjnas> pude saber e alcançar e [77] pera que Vosa Magestade ho mande ver e se ynforme <dele> de mym porquanto não ha ya pesoa nenhũa das que la andarão <naquele tenpo> [78] nam averaa [79] quem melhor disto sayba que eu,,.

Sabera Vosa Magestade que eu parti deste reyno pera a yndia em hua armada na era de trinta e dous em que foy por capitão mor dela Diogo Lopez de Sousa no tenpo que Nuno da Cunha governava a Yndia e por aver falta de gente fyquey em Mocanbique, e servy el rrey por aquela costa seys annos sendo ahy capitão Vicente Peguado no fym dos quais veo a ser capitão Aleyxos de Sousa ho qual me levou comsyguo a Cofala e por ser costume dos capitães mamdarem enbaxador ao rey de Manamotapa me mandou a mym com hũ enbaxador do mesmo rey que ahy estaua.

[72] Em letra posterior: "Auto da menagem que foy tomada ao senhor Dom Fernando".
[73] Riscado: "E por nysto servir a Vosa mMgestade".
[74] Riscado: "das minas".
[75] Riscado: "q".
[76] Riscado: "s".
[77] Riscado: "do que hambas".
[78] Riscado: "Porque".
[79] Riscado: "outrem".

E partimos deste Cofala por hũ ryo aryba quarenta legoas sendo a terra abastada de mantymentos [80] e fomos ate cheguar a hum luguar que chamão Maranga e dahi por se não poder hir mays pelo dito rio pela grande queda que tem [81] caminhando por diante pela terra fuy ter a hũ luguar que chamão Sanguany que estaa ao longuo de hũ ryo de que tem ho nome e dahi obra de trynta leguoas fuy ter as mynas de Manyca que são muito boas e de ouro fyno donde se achou hũ pedaço d ouro naçido de myl pesos no mesmo tenpo que por aly pasey com ho enbaxador de Manamotapa.

Fuy mais ter a outras mynas que se chamão as mynas de Doboro que tãobem são de ouro fyno e todas estas são ricas e grosas e destas a quinze legoas ha outras que chamão de Quityeuy que tãobem são boas aonde Francisco Barreto hia., e daly a vynte leguoas estaa ho rey de Manamotapa senhor de todas aquelas terras e mynas,,.

Fuy mays ter a outras minas que chamão de Quirorohe e outras de Chicoroe e todas tem ryos onde se lava ouro e os mays dos ryos <são> caudais e tem ouro e correm de leste oeste, e no mesmo reyno ha tanbem mynas de prata muy fyna que chamão d Yboquize que estão ao longuo de hũ rio que vem ter aho mar por onde eu sahy que chamão ho Zenbeze e asy na mesma terra ha muyto cobre. / [f. 5v]

Com este rey de Manamotapa estiue tres annos e com quem fuy a guerra tres vezes pelo sertão dentro contra ho Cabo de Boa Esperança com dez portugueses que se la acharão por omde me não despachou sendo mandado pera ho efeyto de se abryrem os camynhos pera ho resguate da fazenda da fortaleza.

E partindo de laa trouxe comiguo ho enbaxador do mesmo rey achando,. em Cofala ya por capitão Yoão de Sepulueda ho qual me tornou a mandar la outra vez por enbaxador com quinze omens. E era ya morto e reynava hũ filho seu que se chamaua Enpaco grande tyrano que me deteve la sete anos que o mays do tenpo me trazya consyguo na guerra e a outros conpanheiros sem me deyxar vyr, ho qual tãobem morto reynou hũ seu yrmão chamado Syte onde estyue hũ anno de seu reinado e este me deu licenca e a tres de meus conpanheiros pera nos vyrmos mandando comyguo hũ criado seu com muito ouro pera as dadyuas do capitão e pera ho resguate que avya de fazer na fortaleza e asentar caminho pera vyrem a ela mercadores,,.

E despachados com licenca do dyto rey e com ho enbaxador vyemos pelo,. ryo ya nomeado de Zenbebe abayxo [82] e por muitos luguares da banda do sul que obedeçião a El Rrey porque da outra banda avya roym gente que come carne vmana sendo ho ryo muy larguo e grande e tem muitas ylhas, e antes que cheguem ao mar algũas trynta legoas faz ho ryo duas bocas ficando no meo hũa ilha que pode ser de conprido vynte leguoas, e tomando

[80] Riscado: "E doentia".

[81] Riscado: "s".

[82] Riscado: "E vyemos".

da banda do nordeste chegamos a hũ porto que chamão Quylimane, onde tomamos hũa enbarcação pera dahi yrmos a Cofala que estaa sesenta leguoas. mas sendo a embarcação roym não podemos pasar avante, mandando hũ recado por terra a Cofala ao capitão Fernão de Sousa de Tavora pera que nos mandase enbarcação mayor e mantimento por conpryr asy ao servyco d El Rey por ho enbaxador se querer tornar ho que ho dito capitão fez com algũas dadiuas pera ho enbaxador e hos que vinhão com ele pera com yso os anymar que não tornasem atraz que serya peryoizo pera a fazenda d el rrey e com ysto cheguamos a Cofala com trabalho sendo bem recebidos do capitão avendo por bom ho servyço que eu tynha feyto a El Rrey.

E tendo servido desta maneira me enbarquey de Mocanbique pera a Yndia a me enbarcar pera este reyno onde vym ter sendo aynda el rrey Dom João vyuo, e depois de sua morte gouvernou a Raynha nosa senhora no qual tenpo veo Francisco Barreto da Yndia e tra<ta>ndo de descobrir esta enpresa de Manamotapa falou comyguo pera tomar ynformacão da dyta terra e eu lhe preguntey por onde de detrimynava de entrar e com que gente,. dyse me que avya de entrar / [f. 2] pelo rio de Quilimane por onde eu sahi e que levarya quinhentos omens eu lhe dise ser aquela gente pouca e que não podya leuar menos de dous myl omens por ser a terra muito doentya e que prymeyro que se posese em ordem de caminhar avendo de fazer aynda enbarcações lhe avya de morrer a moor parte da gente que serya melhor hir pelo ryo de Cofala ariba porque dahi aas primeiras minas não erão mais que setenta legoas por lhe ficar a fortaleza nas costas e perto pera lhe en breue yr socorro de gente e poluora.

E por se tratar deste negocio com a Raynha nosa senhora pela ymformação que teve de mym que sabia disto me mandou chamar e fui estando em conselho a Raynha me preguntou se andara naquela terra e quanto tempo e quando fora e se era verdade das minas eu lhe dise tudo ho que sabia e que gente serya neçeçarea pera hyr la <respondy> que se averyão mester dous myl omens pela terra ser muito doentya ao lomgo do ryo por onde não ouve efeyto ho tall descobrymento.

Fui depoys chamado reynando el rrey Dom Sebastyão pera tomar a mesma emformação da terra detryminando de mandar a esta enpreza e tomo<u> enformacão de mym e ho me<s>mo que dantes tynha dyto dyse.,,

Sendo a terra e sertão de Cofala tão rica e grosa e das melhores minas d ouro que pode aver no [83]., me moveo a fazer este apontamento e discurso delas pera que vosa magestade pois lhe noso senhor deu ho gouerno e senhoryo de toda esa Ethiopia tenha ho proveyto e vzo do, ouro delas <e de todo o mays> pera serviço de deos e enxalcamento de sua fee contra os enemiguos dela e pera ho acrecentamento do estado de vosa real magestade.

[83] Riscado: "mundo".

Todas as minas que tenho apontado alem doutras muita [sic] são ricas e de proueito domde se distribue e corre o ouro pera muitas partes e por via do dito Cofala asy per mãos dos portugueses como pela de muytos mouros moradores e naturães de toda aquela costa ate ho Cabo de Guardafuy que naveguão por ela e tem trato e comunicão [sic] com ho gentyo do sertão de quem ão ho ouro e que tem pervertuda e danada a terra contra nos por onde [84] he pouco segura e a outras minas que são melhores e may<s> grosas e de mays fyno ouro <que as que tenho dito> que chamão as de Botonga que não estão mui distantes de Manamotapa e são de seu senhoryo ho qual ouro os negros tirão com pequena ferramenta porque não tem outra nem vzão de tanta fabrica nem de tantos ynstromentos como os tem os espanhões nem se dam muito a este trabalho poque não tirão mays que ho que ão mester pera seu <vzo de > comer e vesti<r>[85]., não deyxando contudo de ter [86] algũas joias e ra/ maes [f. 6v] de contas d ouro fino a que chamão pingos que tirão em suas festas,,

Perto destas de Botonga estão as de Doboro de que ya fyz menção que tãobem são grosas e de ouro fyno a outras mynas que El Rrey não que<r que> se tyre ouro delas polas [87] ter separadamente pera sy por serem muito ricas que eu vy e as tem por tisouro avemdo muito tempo que se não tira delas ouro algũ, e quanto he da terra pelo sertão não he doentya como dizem mas de bons ares e çadya saluo que ao longuo dos ryos quamdo pelas emchentes grandes <das emvernadas> vagão e esprayão muyto segorão hũs neuoeyros e vapores grosos e espesos <com que> fica sendo a terra propinca a eles doentya e preyudicial a mays terra he boa e senpre me achey bem nela sendo mui poucas vezes doente e asy os outros <meus> companheiros e tem muyta abastança de mantymentos e lygumes, guado vacũ [88] e toda a outra sorte de guado <muyto> e tudo tão barato que por pouco preço <se conpra tudo> e he de boas aguoas,,.

Este rey de Manamotapa a seu modo se trata bem com vestidos de alguodão,,.. e seda de cores não tem vzo de caualos porque os não ha na terra mas sempre anda a pee pera onde quer que vay não se traz em onbros de negros nem doutra maneira algũa he mui temido de sua gente. anda mui acompanhado <dela> quando vay fora [89] tem trezentas molheres [90] e hũa principal que he sobre todas e ho comũ omens e molheres se vestem e tratão bem he gente de boa rezão. conheçem e consyderão ho bem que lhe fazem <e ho sabem aguardecer>, das casas e que el rrey vive são grandes e de madeira mui forte a nelas hũ grão patio e hũa soo porta por onde se servem todos e por que el rrey veya todos os que entrão e sayen

[84] Riscado: "a terra".

[85] Emendado. Primeiro escreveu: "vestido".

[86] Riscado: "tesouros".

[87] Riscado: "El Rrey".

[88] Riscado: "ho muy d".

[89] Riscado: "que".

[90] Riscado: "mas tem".

quando vay fora <vay> com muita gente que ho aconpanha., leva hũa grão soma de cães de caça por a terra ser de muitas lebres e guazelas. e tem por costuma trazer[91] senpre hũ carneyro diante de sy que ho aconpanha [....]asa[92] todo gentyo diz a dysto por estado peleyão bem com arco e frechas e espadas curtas e larguas cortadoras em suas guerras vzão de boa ordenança e ão comtudo grão medo d espinguarda e asy de todo ho arteficio de foguo., e não seraa mui dificultosa cousa comquistar se esta terra yndo pelo caminho mais perto que he ho de cofala como ya dise e a gente bem provida de tudo guardando se das aguoas que não tenhão peçonha ardis e envenções de[93] mouros contra nos por lhes pezar de nos ver naquela terra e pola não posuirmos e a esperyencia disto o tem mostrado pelos soçesos de Francisco Barreto em se tão mal efeictuar sen descobrymento,, como disto temos.[94]

[91] Riscado: "am".

[92] Buraco.

[93] Riscado: "s".

[94] O texto interrompe-se subitamente.

COMPETIÇÃO E CONFLITO NAS "ILHAS DE SOLOR" (1566 – 1636)

Comunicação apresentada pelo Académico
José Vilas Boas Tavares, em 11 de fevereiro

Notas preliminares

1. Para abordar o tema aqui proposto, optei por revisitar dois episódios de natureza militar-naval centrados na fortaleza-baluarte de Solor e o seu impacto na presença "portuguesa" na região arquipelágica das Pequenas Sunda[1], nas décadas de transição do século XVI para o século XVII, no quadro de crescente competição por um mais vasto espaço estratégico de comércio, influência e poder que, grosso modo, corresponde à actual Indonésia Oriental.

O primeiro episódio, em 1580, espelha sobretudo disputas associadas ao confronto entre as penetrações islâmica e cristã na Ásia Marítima do Sudeste, em conexão com o desenvolvimento ou afirmação de outros interesses de domínio e suserania, nomeadamente nos planos mercantil e político.

O segundo, em 1613, consubstanciado no ataque holandês à fortaleza, marca e traduz, no seu resultado final, o início da partilha de influência e soberania luso-holandesa na/da região das Pequenas Sunda, a qual iria evoluir e perdurar até ao século XX.

Referir-me-ei, portanto, a factos ocorridos numa janela temporal razoavelmente limitada, balizada pelo início da construção da fortaleza (1566) e pelo seu abandono definitivo pelos portugueses (1636). Para isso, socorrer-me-ei, na extensão e forma possíveis, de fontes documentais coevas que especificamente relatam aqueles episódios; sem prejuízo, naturalmente, do enquadramento prévio, ainda que sintético, mas necessário, para uma melhor compreensão designadamente das razões e consequências, do que nos é reportado.

2. Um outro esclarecimento preliminar se impõe. Ele respeita à utilização da expressão "Ilhas de Solor" e à sua abrangência, incluindo a óbvia vertente geográfica desta designação. Em primeiro lugar, porque a toponímia das Pequenas Sunda e a designação "ilhas de Solor" é diversa nas fontes. Depois, porque, embora inicialmente centrada na Ilha de Solor, a presença portuguesa ali, não pode, desde o seu início, ser desligada da interacção com outras ilhas onde progressivamente se foi também estabelecendo, seja de uma forma sazonal ou permanente, tanto com intuitos ligados ao comércio como ao proselitismo cristão e respectiva expansão. Não faria, pois, sentido falar apenas e só na Ilha de Solor.

---

[1] Designação que respeita ao conjunto de ilhas na parte mais oriental do arquipélago indonésio (para leste do estreito de Bali) e engloba, entre outras, as ilhas das Flores, Solor e Timor. Cf. André Teixeira, «Comércio português na região de Timor na segunda metade do século XVII», in *Revista Oriente*, nº 4, Fundação Oriente, Dez 2002, pp.83.

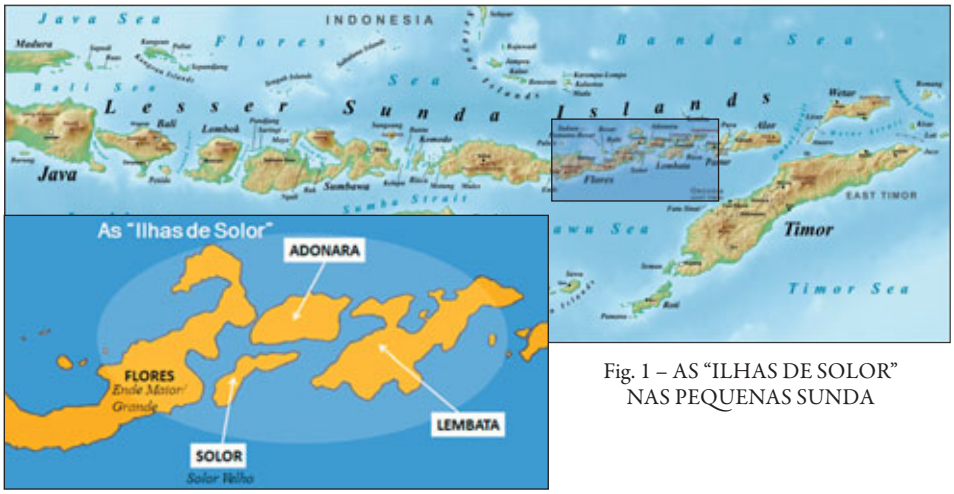


Fig. 1 – AS "ILHAS DE SOLOR" NAS PEQUENAS SUNDA

Nas relações e crónicas dos dominicanos, a expressão "Ilhas de Solor" e a toponímica "Solor" surgem-nos como (1) designação abrangente e inclusiva de praticamente todas as ilhas das Pequenas Sunda a norte de Timor[2]; (2) designação utilizada para um conjunto de três ilhas, muito próximas umas das outras e dispostas em triângulo, imediatamente a leste da ilha das Flores: a ilha de Solor propriamente dita, a ilha de Adonara (Crama, Lamalla[3]) e a ilha de Loblém (Loboballa[4])[5]; (3) referência a uma única ilha, com a designação de Solor, mas em que esta não é exclusiva de uma única realidade geográfica, aplicando-se então um classificativo para a sua identificação; e, assim, nas fontes seiscentistas/setecentistas aparece-nos por vezes a designação de Solor Grande (para a ilha das Flores[6]) e de Solor Pequeno, ou simplesmente Solor ou Solor Velho, para a ilha onde os dominicanos se estabeleceriam em 1562-1566[7].

---

[2] Como em *"Muitas são as ilhas de Solor que se comprehendem de baixo d´este nome, porque correm desde o estreito de Bale até ás ultimas, que confinão com o mar. que vai dar na ilha de S. Lourenço; por onde se vê, que são as ultimas do mundo; ...",* in Fr. António da Encarnação, "*Relaçam do Princípio da Christandade das Ilhas de Solor, e da segunda restauração della. Feita pelos Religiosos da Ordem dos Pregadores*" (07FEV1634), in Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente* (DHMPPO) – *Insulíndia, 5º Vol. (1580-1595)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956, pp. 273, ou ainda "*...são as Ilhas de Solor mais de sessenta, as quatro dellas muito grandes* ..., idem, ibidem, pp. 308, bem como "*...fundarão ...* [os dominicanos] ... *duas fortalezas, hua em Solor, ...mais principal* [ilha] *de que se nomeão as outras ilhas, pois todas se chama Ilhas de Solor*", idem, ibidem, pp.312. Vd, também, Fr. Lucas de S. Catarina, Parte IV da História de S. Domingos [HSD] particular do Reyno e Conquistas de Portugal

[3] E ainda com as designações de Adunara, Dunara, Lamahala, Torrão

[4] Que também aparece com a designação de Levoleva, Lavolleba, Leba-leba.

[5] ... *São três as* [ilhas] *que comprehendemos debaixo do nome de Solor, que he huma dellas, por estarem tão juntas, que todas três parecem uma só terra: E em algumas partes não tem mais que hum tiro de espingarda o mar, que as divide. A forma que entre sy têm he de hum bem feito triangolo, cujo fundo toma o que propriamente se chama Solor* ...

[6] Que também aparece com a designação de Ende, Oende, Ende Grande, Larantuca

[7] Vd. *Fundação das Primeiras Cristandades ..., in Sá, op cit., pp 476 e seguintes.*

Para efeitos desta comunicação, por "ilhas de Solor" entende-se o conjunto da parte oriental da ilha das Flores e das ilhas de Adonara, Solor e Lembata (FIG 1), acrescido do espaço marítimo em que estas se situam e das ligações entre os grupos populacionais que as habitavam, enquanto, no seu todo, componente de uma realidade geográfico-funcional mais alargada que, numa conceptualização integradora, Leonard Andaya designou como "Mar dos Topazes"[8].

Fig. 2 – REDES MERCANTIS MARÍTIMAS (Asian Maritime Trade Circuits) – SÉC. XIII-XVI in GUNN, 2011:47

Introdução

A conquista de Malaca, em 1511, abriu aos portugueses um mundo de oportunidades mercantis em todo o espaço insular mais a Oriente; sobretudo, a participação no comércio das especiarias das ilhas de Banda e de Maluco e, como desejariam depois, o seu controlo e exclusividade (o estanco), ou ainda no trato do sândalo de Timor.

As zonas de comércio regionais eram já conhecidas e as redes e rotas mercantis intra-asiáticas estavam já estabelecidas e eram exploradas por malaios, javaneses, indianos e chineses, entre outros (Fig. 2). A partir de Malaca, os portugueses, utilizando conhecimentos que ali com eles foram partilhados, limitaram-se a penetrar as redes de comércio existentes e a utilizar as mesmas rotas, nas mesmas condições (ou muito similares) das dos mercadores que naquela cidade já negociavam ou que ali faziam escala.

[8] Nesta conceptualização de Andaya, os "mares" constituem "unidades funcionais" que englobam massas de água e terras, permitindo assim uma abordagem que considera não apenas elementos de natureza económica e cultural, mas também as ligações entre comunidades litorâneas. O "Mar dos Topazes" (*Topasses Sea*) corresponderia ao espaço geográfico onde se situa o arquipélago das Pequenas Sunda. A designação reflecte a consideração da progressivamente mais forte e influente comunidade de mestiços euro(luso)asiáticos assim designados foram estabelecendo nessa região e das relações únicas e influência que desenvolveram com os diferentes grupos populacionais em presença. Sobre o assunto vd. Leonard Y. Andaya, «Applyng the seas perspective in the study of eastern Indonesia in the early modern period», in Ooi Keat Gin & Hoàng Anh Tuân, *Early Modern Southeast Asia, 1350-1800*, Routledge, New York, 2016, pp. 69 e seguintes.

Fig. 3

O caminho para Banda e Maluco costeava por norte o cordão insular que de Samatra e Java se prolonga para WSE, incluindo as Pequenas Sunda, em cuja região os navios inflectiam depois para NW, rumo às ilhas de Banda (Fig. 3). As Pequenas Sunda e, portanto, as ilhas de Solor, situavam-se na rota para as fontes de noz moscada e de cravo, produtos privilegiados pelos mercadores muçulmanos, já que o sândalo de Timor lhes era relativamente menos interessante, não obstante o potencial de lucro do seu trato, sobretudo na China.[9]. Trato que iria tornar-se suficientemente atractivo para os mercadores privados de Malaca e, mais tarde, de Macau.

Ao longo dessa rota, nas suas frequentes viagens a Banda e Maluco, os mercadores muçulmanos tinham levado consigo o Islão, que ali se estabeleceu na segunda metade do século XV, décadas antes da chegada dos portugueses[10]. A partir de Maluco, a influência islâmica irradiaria para outras regiões da Ásia Marítima oriental, concentrada em determinados núcleos com maior desenvolvimento civilizacional, como em Macassar, no extremo SW das Celebes, islamizado em 1603[11] (Fig. 4).

Aquando da conquista de Malaca, diversos e importantes portos de Samatra eram já muçulmanos, o mesmo acontecendo em Java, onde, na sua parte oriental, a proeminência

[9] Cf. Luís Filipe Thomaz, «East Timor: a Historical Singularity», in HSSR, Vol III, nº 3, 2014, pp.19. Então era possível encontrar sândalo também na Índia (na região de Mysore).

[10] O Islão chegou ao Sueste Asiático (a Samatra) em finais do século XIII. A conversão do rei de Malaca, em início do século XV, impulsionou a disseminação da religião islâmica por toda a região insular a Oriente, associada à expansão comercial daquele sultanato. Vd. Paulo Jorge de Sousa Pinto, *500 Anos Portugal-Timor*, Resistência Timorense-Arquivo & Museu e Fundação Mário Soares, Timor-Leste, 2015, pp. 50

[11] Cf. LuÍs Filipe Thomaz, op.cit., 2014, pp.20

Fig. 4

política do sultão de Demak se iria afirmar na região, após a derrota do império Majapahit (1527). Nas ilhas de Maluco distinguiam-se os sultanatos de Ternate e de Tidore que disputavam entre si a hegemonia politica nessa região e, sobretudo no caso de Ternate, buscavam, muitas vezes através de alianças e/ou relações de poder com entidades e/ou comunidades organizadas de outras ilhas mais distantes ou mesmo pela intervenção e emprego da força militar, a imposição, ainda que difusa, do controlo politico e da supremacia mercantil na parte oriental do arquipélago malaio-indonésio[12].

Seria assim a partir desses núcleos de influência islâmica, em Java, nas Molucas e nas Celebes, que partiriam as principais ameaças regionais à presença portuguesa em Solor e, mais tarde, em Timor. Com efeito, num tempo em que a religião muçulmana estava já em expansão na Ásia Marítima, a chegada dos portugueses, com os seus objectivos e intervenção, não podia deixar de constituir-se em forte elemento perturbador no *stato-quo* existente, por força do vector competitivo que, inevitavelmente, se instalava e que era conducente a manifestações conflituais violentas e afloramentos de acção armada contra os agentes da presença portuguesa e seus estabelecimentos. A competição desenvolver-se-ia em três planos: (a) no da confrontação entre os processos de proselitismo religioso, islâmico por um lado e cristão por outro e, neste âmbito, da oposição à penetração da missionação católica; (b) no da concorrência entre interesses mercantis divergentes, uns instalados (os muçulmanos) outros que se procuravam implantar (os portugueses),

[12] Vd. Paulo Jorge de Sousa Pinto, op.cit., 2015, pp.52

quanto ao acesso a rotas, produtos e mercados; (c) no da procura de hegemonia por parte de determinadas entidades politicas naquela região insular, como o sultanato de Ternate, dissonante dos objectivos, políticos e religiosos, dos portugueses e/ou impactando-os negativamente[13].

O surgimento dos holandeses nesse extremo-oriente insular, em finais do século XVI, mais complicaria este já de si complexo quadro competitivo e conflitual em que se moviam os interesses dos portugueses, nomeadamente daqueles cujas actividades eram marginais às estruturas governativas de Goa ou que se desenvolviam fora do seu controlo.

Por conseguinte, quando os mercadores privados portugueses chegaram às ilhas de Solor (c. 1515) e os dominicanos aí desembarcaram (1562) já ali existiam algumas comunidades muçulmanas, provavelmente com ligações a outras javanesas.[14]Disso mesmo nos deu conta Frei João dos Santos O.P., na sua "Etiópia Oriental" ao referir-se aos *"... mouros da Java, que ali* [às ilhas de Solor] *vêm muitas vezes em suas embarcações (...) antes que os Padres de S. Domingos ali entrassem, tinham tomado posse da gente destas ilhas e a muitos tinham feito mouros..."*[15].

É escassíssima a informação de que dispomos sobre as primeiras quase cinco décadas da presença portuguesa nas ilhas de Solor; o que é compreensível, atenta a sua natureza informal, bem como a espontaneidade e sazonalidade das suas primeiras comunidades, maioritariamente luso-asiáticas, essencialmente focadas no comércio privado do sândalo de Timor, embora oriundas de/ ou ligadas a Malaca, enquanto nó vital dos interesses comerciais, mas também político-religiosos portugueses do/no Sueste Asiático[16].

Sabemos, pois, muito pouco sobre como decorreram os primeiros tempos dessas comunidades e, sobretudo, sobre a sua organização (se alguma havia), até à chegada dos religiosos da Ordens dos Pregadores. Incluem-se aqui, no pouco que conhecemos, as relações destas comunidades com as dos naturais insulares e respectivas entidades político--sociais locais, bem como a potencial influência resultante da interacção entre ambas. Desconhecemos assim, em pormenor, a ocorrência de níveis e expressões de conflitualidade, condicionantes ou influenciadoras da presença portuguesa nas Ilhas de Solor, na sua fase inicial.

Sabemos, sim, que ali, como noutros pontos da diáspora asiática dos portugueses nos séculos XV e XVI, a convivência com os naturais era uma realidade, a miscigenação cultural e social um facto e que a componente mestiça desses aglomerados era crescentemente

[13] Sobre este assunto vd., p.e., Paulo Jorge de Sousa Pinto, op.cit., 2015, pp.50,52

[14] Cf. Paulo Jorge de Sousa Pinto, op.cit., 2015, pp.52

[15] João dos Santos, *Etiópia Oriental*, vol II, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, pp.59

[16] Malaca afirmara-se como "o principal centro económico, político, administrativo, militar e religiosoa dos portugueses em toda a região" do Sueste Asiático. Cf, José Manuel Garcia, "A presença portuguesa nas Ilhas das Flores e Solor", Lisboa, Academia de Marinha, 2001.

significativa. Sabemos ainda que, no contexto desse encontro civilizacional e da troca cultural, o domínio do religioso não deixou de estar presente desde logo, porquanto existem referências à actuação de leigos (mercadores e/ou guarnições de navios em trânsito para as Molucas ou no regresso a Malaca), como agentes de uma proto-cristianização nas Ilhas de Solor, por iniciativa pessoal e/ou no contexto das obrigações assumidas pela Coroa no quadro do Padroado. Do primeiro caso nos dão precisamente conta dois relatos epistolográficos de outros tantos religiosos jesuítas, o Frei Baltazar Dias e do Padre Frei Luís Fróis, em 03DEZ1559 e DEZ1561, respectivamente:

> " ... *ilha muito grande* [Solor Grande/Flores] *aonde haverá 200 e mais cristãos, que fez um João Soares. Chama-se a este lugar aonde estão os cristãos Labonama* [Lewonama?]...."[17]
>
> e
>
> *"Agora faz dois anos que escrevemos como em umas destas ilhas – donde vem o sândalo – fizera um fidalgo que ali foi negociar sua fazenda o rei de Solor cristão, com sua mulher e a gente principal do reino."*[18]

Sabemos também que, quase desde a sua chegada, os dominicanos tiveram de enfrentar a oposição de comunidades muçulmanas, locais e regionais, e que a construção de fortificações por aqueles empreendida foi contestada, incluindo pela via armada. Depredações e violências sobre as missões e comunidades cristianizadas estão descritas nas fontes documentais[19] e, de igual modo, das acções sobre as fortalezas e estabelecimentos dos portugueses, e concretamente sobre a fortaleza de Solor, existem referências e relatos, embora muitas vezes com pouco detalhe e rigor. Não obstante, a crer nessas mesmas fontes, até c. 1580 a fortaleza viveria tempos de relativa tranquilidade sob a direcção dos dominicanos e, nesses anos, pela acção destes, a cristianização e a influência portuguesa iriam estender-se a múltiplas comunidades e povoações nas diferentes ilhas de Solor[20].

---

[17] Frei Baltazar Dias, in Hubert S. Jacobs, *Documenta Malucensia*, vol I (1524-1577), Rome, "Institutum Historicum Societatis Jesu", 1974, pp. 301-304.

[18] "Carta de Dezembro de 1561" do padre Luís Fróis, in Hubert S. Jacobs, *op.cit*., pp.335. O fidalgo mencionado por Fróis é o dito João Soares a que alude Baltazar Dias.

[19] Por exemplo, Frei João dos Santos diz que "...[os javaneses] ...*desembarcavam nas praias destas ilhas* [de Solor], *salteavam e roubavam as povoações e as igrejas e roubavam e matavam quantos podiam e tornavam a fugir para a sua terra*" (Frei João dos Santos, *op.cit*. pp.60). Na mesma obra, João dos Santos elenca as mortes dos missionários nas ilhas de Solor, até à data do seu relato, e descreve as circunstâncias em que ocorreram (Vd. *Idem*, pp. 62-66).

[20] Frei João dos Santos elenca e explicita 18 comunidades cristianizadas/paróquias estabelecidas até 1599: Solor (4), Lamala/Adonara (1), Flores/Ilha Grande (7), Ende (3), outras (3); para algumas delas enumera os seus respectivos cristãos (cf. João dos Santos, op.cit., pp. 60-62). Para pormenor sobre a expansão das "cristandades" nas diferentes ilhas, Vd. Maria Alice Marques Viola, *Presença histórica "portuguesa" em Larantuka (séculos XVI e XVII) e suas implicações na contemporaneidade* (Dissertação de Doutoramento), Lisboa, FCSH-UNL, 2013, pp. 69-77).

A fortaleza de Solor

Edificação e representações da fortaleza.

Os dominicanos tinham seguido para as ilhas de Solor na esteira dos mercadores de Malaca que, por sua vez, mais não tinham feito do que replicar o modelo que já antes tinha sido explorado por muçulmanos e chineses. Apesar da sua aridez, a ilha de Solor oferecia aos tratantes do sândalo um porto de abrigo seguro, sobretudo durante os períodos em que os ventos das monções eram desfavoráveis à permanência dos navios nos portos da costa sul da ilha de Timor e ao embarque daquela madeira (Fig. 5).

Desta forma, Solor viria a tornar-se não apenas um entreposto comercial significativo nas Pequenas Sunda, mas também o centro de irradiação do esforço cristianizador nessa região.

> *"...os navegantes* [mercadores de sândalo] *se recolhem a ellas* [I. de Solor*], e alli no reduto, ou enseada do triângulo que entre sy fazem as três Ilhetas .... acham estância, e abrigo seguro, enquanto durão as tormentas* [em Timor]. *Assi ficava Solor como estalagem, e refugio a todos os carregadores de sândalo..."* [21]

De início e à semelhança dos mercadores de sândalo, os religiosos construíram as suas instalações, precárias, junto à praia de Lohayong (Lowayong/Laboína[22]), nas proximidades de Menanga[23], na costa norte da Ilha de Solor, em local separado do aldeamento de naturais da ilha aí existente[24]. Embora, avisadamente, essas instalações dos dominicanos tivessem

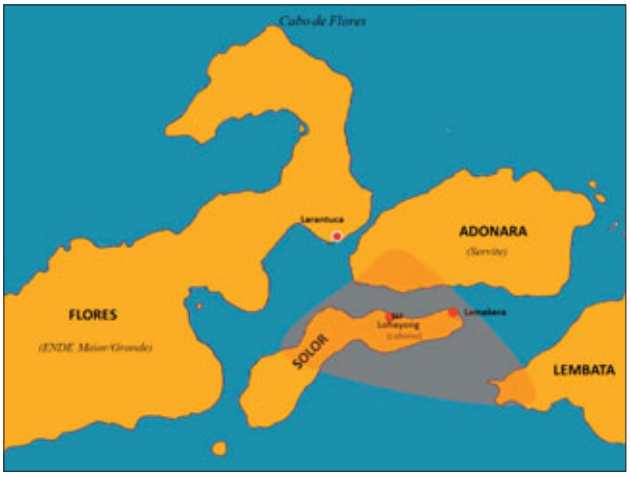


Fig. 5 – A ILHA DE SOLOR

[21] Frei Luís de Cácegas, *Terceira parte da História de S. Domingos* [HSD], *particular do reino e conquistas de Portugal*, Livro 4 [1623, 1662, 1678], Lisboa, Typografia do Panorama, 1866, pp.282.

[22] Lewohajong, na actual grafia.

[23] Menanga, situada a cerca de 3 km para leste de Lohayong, seria o local/porto a que os tratantes de sândalo primeiro se recolheram. Vd. Alice Viola, op. cit., pp. 59.

[24] Frei Luís de Cácegas, op.cit., pp. 283.

sido protegidas por uma tranqueira circundante, feita de troncos de palmeira, a sua fragilidade era evidente no quadro de uma potencial ameaça muçulmana envolvente que, de facto, se viria a manifestar em 1563, com um ataque de mouros javaneses.

É na sequência deste incidente que os dominicanos decidem e tomam a seu cargo a construção de uma fortaleza de pedra e cal.

As fontes, sejam elas crónicas e relações dominicanas ou relatos holandeses, são unânimes na avaliação da criteriosa e acertada escolha do local para a edificação da fortaleza[25].

Assim, de acordo com a História de S. Domingos (HSD), esse local, um cerro alcantilado, sobranceiro à praia e ao mar, assegurava uma fácil defesa ("*.. hum reso, que fica sobre a praya, lugar sobranceiro, e defensavel.*")[26]. Do mesmo modo, Frei Miguel Rangel, na sua *Relação das Christandades* falava-nos de um "*sítio forte, ingreme*"[27]. Por sua vez, o próprio comandante da força que tomou a fortaleza em 1613, Appolonious Schotte, oferece-nos uma descrição mais pormenorizada sobre o local da implantação do fortificado (que classificava de vantajoso para os portugueses) e da sua correlação com as possibilidades de acesso às instalações portuguesas (que dizia ser muito difícil): - "*O forte de Solor está situado, junto à costa, ... numa posição elevada, ladeado por vales bastante profundos. Sobretudo, o do seu lado leste é muito acentuado e escarpado. No do lado ocidental. o declive* [para terra] *é suave ..., mas o local é de muito difícil acesso*. "[28] (tradução livre).

Quanto à fortaleza em si mesma, cuja construção se terá iniciado em 1566[29], as suas características e descrição são objecto de menção com algum detalhe na informação veiculada pelos próprios dominicanos que estiveram em Solor, depois replicada, ao menos

---

[25] Esta designação não é uniforme nas fontes portuguesas que, ocasionalmente, se referem também ao "forte" ou ao "baluarte" de Solor.

[26] Frei Luís de Cácegas, op.cit., pp.285.

[27] Frei Miguel Rangel, «Relaçam das Christandades e Ilhas de Solor, em particular, da fortaleza, que para emparo delas foi feita ...etc.», in Artur Basílio de Sá, Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente [DHMPPO] – *Insulíndia,* 5º Vol. (1580-1595), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956., pp.330

[28] Appolonius Scotte (ou Schotte), «Rélation du Voiage du mêmé Apollonius Schot, fait de Bantam à Botton, à Solor & à Timor, ..., datée le 5 de 7juillet 1613», in *Recueil des Voiages qui on servi a l'Etablissement et aux Progres de la Compagnie des Indes Orientales , formé das les Provinces des Païs-Bas*, Tome Quatrième, Amsterdam, 1705, pp. 212: "*Le fort de Solor est avantageusement situé sur une hauteur, au bord du rivage. Les dedans sont de bonne maffonnerie. Il y a de chaque côté une valée assez profonde , sur-tout celle qui est du côté oriental l'est beaucoup , & elle est escarpée. Celle qui est du côté occidental descend en pente douce vers les terres. C'eft là que les Portugais avoient des ouvrages avancez, de terre & de bois, du côté de la derniére ils n'étoient renfermez que d'une muraille de massonnerie, le lieu étant de lui-même d'un trop-difficile accès*".

[29] Esta é a data em geral mencionada pelos dominicanos (vd HSD, Parte III, pp.285: "*Do tempo, que [a fortaleza] tardou em se acabar esta fabrica não nos consta; do anno em que começou faz boa declaração uma letra, que dura sobre a porta e diz, que foi começada no anno de 1566*." António Bocarro, no seu *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoaçoens do Estado da India Oriental* [1635], refere que a fortaleza de Solor "*foi mandada fazer pelo governador [do Estado da Índia] Manuel de Sousa Coutinho no Anno de mil quinhentos e oitenta e oito pera com ela defender aquelas Cristandades dos Religiosos de Sam Domingos*." Contudo, esta data (1588) está manifestamente incorrecta, bastando pensar-se que já em 1585, a Coroa fazia a António de Vylhegas (António Viegas) "*a merce do carguo de capitão e provedor dos defuntos do baluarte de Sollor*" (provisão de D. Filipe I, datada de 15 de Março de 1585, publicada em Artur Basílio de Sá, op. cit., pp.40.

parcialmente, na História de S. Domingos.[30] O mesmo se verifica quanto à descrição do arranjo espacial das comunidades que se desenvolveram à sombra da fortaleza.

Esta, com a forma aproximada de um quadrilátero, estruturava-se em 5 baluartes interligados por uma muralha ("*muro ... mui forte e grosso*"), com 24 metros (11 braças) de comprimento entre baluartes, uma altura de cerca de 9 metros (4 braças=8,8 m) e um "parapeito" com cerca de 1,80m (8 palmos) de largura, que se projectava em couraças em direcção à costa. Três dos baluartes estavam da "banda do mar", por conseguinte do lado norte e dois da "banda de terra", ou seja, voltados a sul e ao interior da ilha[31].

A localização da fortaleza permitia conferir protecção militar a muitas "naus" (portanto, a muitos a navios de alto bordo) que, na enseada fronteira e ao abrigo daquela, buscassem um porto seguro contra as intempéries, ou simplesmente para fazer aguada em boas condições, se necessário cobrindo com a artilharia os fundeadouros e suas aproximações, ou varrendo mesmo o estreito fronteiro até à Ilha de Adonara[32]. Por outro lado, notam-se as referências elogiosas dos dominicanos às condições oferecidas pela fortaleza e suas proximidades: local "*sadio e de bons ares*", com boas águas (de poço), tanto dentro como fora da fortaleza, produção horto-frutícola ("*boa horta*" e "*boas frutas*") nas proximidades imediatas e "*muita e boa caça do mar e terra*".[33]

Interessante é olhar, de igual modo, embora de uma forma muito sucinta, não apenas para a organização e utilização do edificado, intra e extra muros, mas também para algum (re)agrupamento populacional e sua distribuição espacial em torno ou nas proximidades da fortaleza.

O capitão da fortaleza residia num dos baluartes (ou torreões), com porta e acesso para o exterior. Por sua vez, os dominicanos (que se consideravam os "Senhores da Fortaleza") tinham o seu dormitório num dos lanços ou panos da muralha, onde se situava também uma igreja, da invocação de Nossa Senhora da Piedade. Noutro lanço/pano da muralha havia um seminário. No exterior e nas proximidades da fortaleza, para o lado da praia e sob a sua protecção, desenvolveram-se e organizaram-se dois aldeamentos, ou assentamentos, segregados: para a leste, o aldeamento dos "*portugueses e cristãos estrangeiros*" (leia-se portugueses, euroasiáticos e outros cristãos não indígenas) e para oeste o dos naturais de Solor (o "*povo da terra*"), com a sua chefia gentílica (o "sangue de pate"[34]). No plano da organização

[30] Veja-se Frei Miguel Rangel, «Relaçam das Christandades ...»., 13 de Dezembro de 1633

[31] Frei Miguel Rangel, «Relaçam das Christandades ...», 1633, in A. Basílio de Sá, op.cit, pp.330. Para a descrição do "forte" de Solor veja-se também Manuel Lobato, entrada «Forte Solor [Lohayong/Lowayong], Nusa Tenggara do Leste, Indonésia – Arquitetura Militar», in *HPIP – Heritage Património de Influência Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, http://www.hpip.org/Pt/Heritage/Details/1658, acedido em Janeiro de 2019. E António Bocarro, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoaçoens do Estado da India Oriental* [1635], pp. 427-428.

[32] Frei Miguel Rangel, Relaçam das Christandades ..., 1633, in A. Basílio de Sá, op.cit, pp.330.

[33] Idem.

[34] Designação aportuguesada das chefias na ilha de Solor (de sangdipat). Nas demais ilhas os chefes das comunidades eram designados por "atalaques"

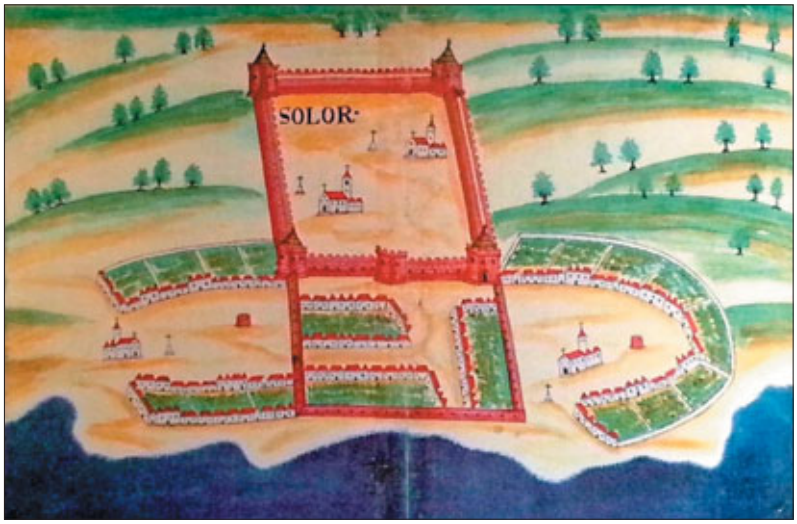


Fig. 6 – FORTALEZA DE SOLOR (Lohayong)
(Pedro BARRETO DE RESENDE, in ANTONIO BOCARRO, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoaçoens do Estado da India Oriental* [1635] – BNP)

e prática religiosas, esses aldeamentos constituíam também duas unidades, ou "freguesias", distintas: uma, a dos "portugueses", centrada na Igreja da fortaleza – a igreja matriz das Cristandades/Missão de Solor – e, mais tarde, na Igreja da Santa Misericórdia por aqueles construída; outra, centrada numa igreja da invocação de S. João Baptista, construída no aldeamento dos naturais cristianizados e por estes utilizada.[35]

A imagem" da fortaleza portuguesa de Lohayong porventura mais divulgada e conhecida é a que mostra uma aguarela de Barreto de Resende (Fig. 6) existente na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e inserida na obra de António Bocarro, publicada na quarta década do século XVII, portanto, cerca de 70 anos após o início da construção.

Dois outros desenhos do mesmo autor existem (Fig. 7), com ligeiras diferenças relativamente ao da BNP, em outros tantos fundos (em Paris e Londres). E ainda existe, pelo menos, um quarto desenho, porventura anterior aos três já mencionados, que é o referido por Luís Silveira, no seu ensaio sobre a iconografia das cidades ultramarinas.[36]

[35] Vd. Frei Luís de Cácegas, op.cit., pp. 285 (HSD); Frei Miguel Rangel, «Relação das Cristandades ...», pp. 330-331. Na HSD, o universo de cristãos destas freguesias é computado em cerca de 3.000 pessoas (2.000 "almas" entre portugueses e cristãos estrangeiros e 1.000 almas nos solorenses cristianizados). *Ibidem;* Na *Relação das Cristantades*..., Frei Miguel Rangel fala no desenvolvimento da cristandade de Solor que entre portugueses e gente da terra "chegavam a cinco mil almas de confissão". *Idem,* pp 331.

[36] Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Volume 3, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1957, pp. 487. Veja-se também Robert Harrison Barnes, «Avarice and Iniquity at the Solor Fort», in Bijdragen tot de Taal, Land-en Volkenkunde 143 (1987), no:2/3, Leiden, pp. 210-216.

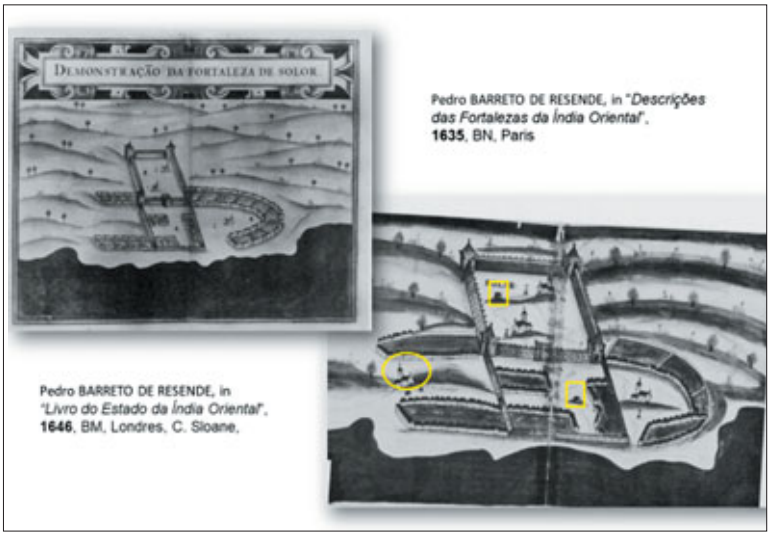


Fig. 7 – FORTALEZA DE SOLOR

Em qualquer destes desenhos, correspondendo grosso modo às descrições dominicanas, em particular à de 1633, de Frei Miguel Rangel, está representada, de uma forma que eu diria esquemática, a fortaleza com as suas muralhas, baluartes e couraças, bem como os aldeamentos e igrejas a que se referem aquelas fontes portuguesas. Notam-se algumas pequenas diferenças (p.e., igrejas e poços de água), mas que, contudo, não se exploram nesta comunicação, por parecer que a sua análise não releva para os fins em vista[37].

Importa, porém, sublinhar um traço comum as estas representações: - todas elas se nos apresentam numa perspectiva quase que apenas a duas dimensões e não aderem à orografia do local e ao desenho da sua envolvente, nem à implantação da fortaleza numa elevação do terreno, em que efectivamente se situava.

Já mais próximo dessa realidade está um desenho da fortaleza de Solor, com origem holandesa, publicado na tese de doutoramento de Maria Alice Marques Viola[38] (Fig. 8). As semelhanças com as aguarelas de Barreto de Resende são evidentes, embora esta representação nos mostre detalhes que não existem naquelas, bem como "diferenças de pormenor" eventualmente significativas. Refiro-me, por exemplo, à exibição de armamento e sua localização ou à ausência de qualquer indicação distintiva específica de edifícios ligados à missionação cristã, concretamente igrejas. Este desenho, incluído no "jornal-diário de bordo"

[37] A ausência da representação de uma igreja no aldeamento dos "portugueses" a leste da fortaleza (a igreja da Santa Misericórdia) será a mais conforme a uma data mais antiga, atenta a informação veiculada pelos dominicanos. As duas igrejas intramuros corresponderão às que, na descrição de Bocarro, seriam "uma dos Padres de Sam Domingos e outra da Sée" (vd. Bocarro, op, cit, e Frei Miguel Rangel, *Relação das Cristandades* ....).

[38] Viola, op.cit, 2013, Anexo 1.

Fig. 8 – FORTALEZA DE SOLOR
MS holandês (ca. 1603)-(Diário de bordo do Gelderland)

de um navio holandês, o *Gelderland* [39], se cotejada com a presumível data (aproximada) àquele atribuída – c. 1603, não deixa de ser curioso, porquanto sugere que, bem cedo, os holandeses terão visitado Solor e tinham um conhecimento detalhado da fortaleza, a qual observaram cerca de 10 anos antes de a tomarem.

Sendo-me inviável analisar o referido "jornal-diário", limito-me a referir que, efectivamente, o navio *Gelderland* da VOC, de 440 toneladas, esteve activo na rede intra-asiática da Companhia por dois períodos entre 1580 e 1606 (1580-1603/ 1603-1606)[40].

Em todo o caso, existe um outro muito interessante desenho de Solor, também de origem neerdelandesa e a que me referirei com detalhe mais à frente. Reportando-se, sem margem para dúvida, a Abril de 1613, este último desenho acompanha e, diria, de uma forma aperfeiçoada, o conteúdo do figurado na documentação do *Gelderland*.

Por fim, numa outra curiosa imagem (Fig. 9), a implantação da fortaleza no terreno e o seu posicionamento geográfico, bem como o dos aldeamentos nas imediações, bem como o panorama orográfico geral, aparecem-nos porventura mais próxima da realidade, embora

[39] O "jornal" do Gelderland terá sido escrito entre 22ABR1601 e 14ABR1603; o desenho da fortaleza de Solor encontra-se no segundo de dois volumes que contém diversas cartas e esboços. Provavelmente, o seu autor terá sido Simon Jacobszoon, secretário do Gelderland. O manuscrito, "Journal of day-register beginning 22 April Anno 1601 on the Ship Gelderland, Vol. II", encontra-se no Archief van de Compagnieen op Oost-Indie, 1594-1602, Algemeen Rijsarchief, the Hague, na 1.04.01, inventory nrs 135 und 136.

[40] O mesmo navio, agora avaliado em 700 toneladas (ou um outro com o mesmo nome, Gelderland, e com essa tonelagem), terá integrado a rede da VOC no Oriente entre 1607 e 1615. Vd. Robert Parthesius, *Dutch Ships in tropical waters. The development of the Dutch East Company (VOC) shipping network in Asia, 1595-1660*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2010, Part 3 – The VOC fleet and Appendices.

Fig. 9 – FORTALEZA DE SOLOR
Isaac Commelin, 1646 (*Begin ende Voortgang van der Vereenighde Nederlantsch Geoctroyeerde Osst-Indische Compagnie, vol.4.*)

o aspecto com que o forte aqui se nos apresenta divirja bastante das descrições a que já aludi e não obstante a aparência algo europeizada do casario. Trata-se de uma gravura holandesa, mais tardia, de 1646, possivelmente construída com base em informação, mais propriamente desenhos, que se reportam à data de 1614[41].

A peculiar e pouco usual perspectiva utilizada neste desenho remete-nos para dois aspectos que, aqui, como que se nos aparecem sublinhados: o abrigo seguro fornecido pelo porto e fundeadouro de Lohayong e a curta distância a que se situam as ilhas de Adonara e Flores que, com a sua orografia, a partir de Solor se projectam no horizonte quase como que dando continuidade física desta última ilha e aparentando um seu prolongamento[42].

Gestão, capacitação e defesa da fortaleza-missão de Solor

A edificação desta fortaleza em Lohayong (1566), bem como, mais tarde, a da ilha do Ende, a sul da ilha das Flores (c. 1595), respondia, por conseguinte, à preocupação dos dominicanos em proteger as missões cristãs que se iam constituindo, bem como os locais de culto e/ou de formação cristã e à necessidade de implantar estruturas capazes de assegurar a defesa e a administração de populações e comunidades cristãs, portuguesas ou indígenas,

[41] Vd R. H. Barnes, op.cit, pp. 210-211. Barnes indica como fonte Issac Commelin, 1646 – *Begin ende Voortgang van der Vereenighde Nederlantsch Geoctroyeerde Osst-Indische Compagnie, vol.4*.

[42] Uma terceira observação diz respeito à introdução de um elemento da natureza sócio-antropológica e cultural, pela representação de duas figuras humanas no canto inferior direito do desenho. De acordo com a legenda (na sua versão em língua francesa) tratam-se de "um insular seguido do seu criado ("*un insular suivit de sont valet*"). Embora a designação de "insular" possa, a meu ver, revestir-se de alguma ambiguidade, Barnes analisa os trajes da figura maior e opina no sentido de ser razoável inferir que esta retrata o sangue de pate/sengaji de Solor acompanhado de um escravo. Vd. R.H. Barnes, Idem, pp.210.

que nas proximidades se iam implantando e desenvolvendo, nelas se incluindo os portugueses que, embora sazonalmente, se dedicavam ao comércio do sândalo[43]. E em tudo isso os dominicanos se empenharam em Solor: não só contruindo a fortaleza, como também pugnando pela sua defesa e das comunidades portuguesas e/ou cristianizadas (incluindo-se aqui a acção militar) e liderando, directa ou indirectamente, a governação de bens e pessoas e da actividade destas.

A edificação da fortaleza de Solor é, pois, expressão da articulação e entrosamento entre o religioso e o temporal, ou seja, da conjugação/sobreposição de duas das dimensões da acção dominicana: uma de incidência religioso-missionária, outra respeitante à estruturação, administração e defesa, de pessoas, bens e interesse portugueses. O que era especialmente relevante na ausência de uma intervenção (empenhamento) directa da Coroa ou do governo de Goa nesta sub-região da Ásia Marítima.

Esta bi-dimensionalidade funcional é particularmente evidente em Solor e na designada "missão de Solor" ou, mais tarde, "missão de Solor e Timor", enquanto estabelecimento abarcando o complexo formado pela fortaleza e agregados populacionais em torno desta: entreposto comercial e de defesa militar, por um lado, e sede da Missão e centro de irradiação do esforço de cristianização, por outro, mas em que a dimensão secular era claramente subsidiária da religiosa, a qual claramente prevalecia[44].

A intervenção e influência dos dominicanos na gestão desta fortaleza-missão resultava substancialmente do facto de, desde logo e pelo menos até 1585, ou seja, durante quase vinte anos, serem os dominicanos que designavam o capitão da fortaleza, para subsequente nomeação por Malaca e/ou ou Goa[45], e que custeavam os encargos com o "pessoal de guerra" e com a manutenção da infra-estrutura, recorrendo aos seus proventos ou a

---

[43] Embora estas preocupações pareçam perfeitamente "legítimas", é interessante notar alguma sentida necessidade de os dominicanos justificarem a sua iniciativa e o seu envolvimento na construção de fortalezas, com base em benefícios para a Coroa, na protecção e salvaguarda dos portugueses e na criação de condições favoráveis à cristianização, afastando a ideia que a construção das fortalezas se devia a meros interesses temporais seus. Dizia Frei António da Encarnação que: "*Parecera este modo de edificar Igrejas, novo, não usado, e por tanto desacertado (...). Primeiramente, das fortalezas, e baluartes que os Religiosos edificarão,e em meyo dellas as Igrejas, logo derão o domínio, e posse aos capitães, e soldados Portuguezes, em nome de elRey de Portugal, assi posto que a agencia e despezas dos edifícios, e o trabalho que neles se dispendeo foi dos bons Religiosos (...)* [enquanto que] *a posse e os proveito da nossa fortaleza, são dos ministros Reaes(...) Bem se deixa logo de ver, que os olhos, e tenção dos Religiosos no edificar fortalezas, não tirava a bens temporaes, mas que só aspiravam a glória de Deos, ao bem das almas, e ao bom cómodo e conservação dos Portuguezes, alongados tanto das suas pátrias e desabrigados naquelle clima, em meyo de tantos inimigos*" (Vd. Frei António da Encarnação, "Relaçam do Princípio da Christandade das Ilhas de Solor, e da segunda restauração della. Feita pelos Religiosos da Ordem dos Pregadores», in Artur Basílio de Sá, op.cit., 1956, pp. 313-314.

[44] Sobre este assunto vd, por exemplo, Viola, op.cit. pp. 66

[45] Vd. Humberto Leitão*, Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, Lisboa, Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1948, pp.81 e Maria Alice Viola, op.cit., pp.68. A escolha do capitão da fortaleza de Solor estaria delegada pela Coroa no superior da Ordem dos Pregadores de Malaca, face ao reconhecido mérito dos dominicanos naquele empreendimento (cf. Rui Manuel Loureiro, *Discutindo a formação da presença colonial portuguesa em Timor, Lisboa*, Lusotopie, 2001, pp. 148.)

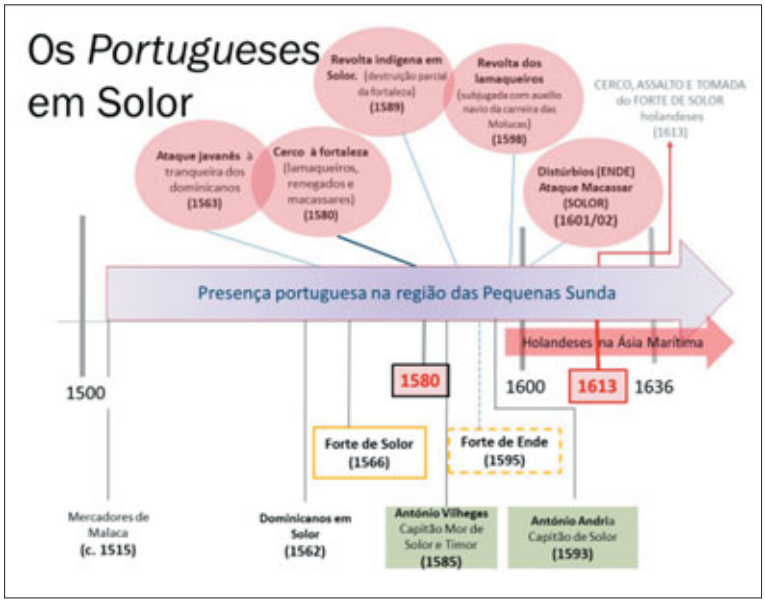


Fig. 10

donativos dos cristãos ("*Nesta fortaleza tinham os padres um capitão posto de sua mão .... e juntamente tinham soldados, que sustentavam à sua custa e dos cristãos da terra..*")[46].

A partir de 1585, a Coroa passou a assumir a responsabilidade pela escolha e nomeação dos capitães da fortaleza de Solor, directamente ou por intermédio do governo da Índia, em Goa. Esta mudança, que parece indubitavelmente ligada a uma certa consolidação da presença portuguesa nas Pequenas Sunda e à "reorganização administrativa no Oriente" sob a égide filipina, em 1581[47], não deixaria de vir a ser alvo de críticas por parte dos dominicanos[48], associadas à introdução de elementos de conflitualidade entre os missionários e

[46] Frei João dos Santos, op.cit.,pp. 60. Informação replicada na «Sumária Relaçam do que obraram os religiosos da Ordem dos Pregadores, na conversão das almas, e pregação do santo Evangelho em todo o Estado da Índia, e mais terras descubertas pelos Portugueses na Azia, Ethiopia Oriental, e das missões em que autualmente se exercitão, com todos os conventos, e cazas e numero dos religiosos que de prezente tem esta sua congregação da India Oriental», in Sá, *op.cit*., 5º Vol., pp. 416. Antes de 1565, ou seja, antes da construção da fortaleza (e da designação do seu capitão pelos dominicanos) a autoridade sobre os portugueses em Solor seria exercida pelo capitão da viagem a Solor e Timor, nomeados pelo capitão de Malaca como "capitão-mor". Com a criação do cargo de capitão da fortaleza de Solor, a jurisdição deste capitão-mor (do mar) passou a circunscrever-se às embarcações provenientes de Malaca e de outros portos na península malaia e ou em Java (Cf. Lobato, op.cit, pp. 363).

[47] Sobre o assunto Vd. Maria Alice Viola, op.cit. pp.67, nota 120 e Rui Loureiro (coordenação), *Onde Nasce o Sândalo: os Portugueses em Timor Nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 36.

[48] Vd. «*Summaria Relaçam...*», in Sá, op.cit., 5º Vol., pp. 421: "…. [os] *capitães, que como hoje são nomeados por sua Alteza, fazem-se mais absolutos; não assim, quando erão da nomeação dos religiosos, com consentimento de todo o povo, que sempre era o sogeito que mais convinha ao bem da christandade e da Coroa de Portugal*".

os capitães da fortaleza[49], ou mesmo ao desempenho destes. Na opinião dos dominicanos, a atitude e a actuação dos capitães escolhidos pelos vice-reis para com os nativos, em particular os cristianizados, nem sempre era a adequada e levava estes a acolherem-se à protecção dos missionários. Tal facto é sublinhado (e explorado) pelos missionários nos seus relatos, naturalmente em apoio dos seus pontos de vista e em exaltação da sua acção.[50]

Dois aspectos, em particular, relevavam para as dificuldades dos capitães da fortaleza e das suas relações com os dominicanos, bem como para a consequente e inevitável afirmação da intervenção secular destes: a questão da remuneração dos capitães da(s) fortaleza(s) e a questão da administração da justiça.

A nomeação do capitão da fortaleza de Solor não era acompanhada da atribuição de qualquer remuneração por parte da Coroa. Para o seu sustento e para os fins conexos com as suas funções, o capitão da fortaleza tinha que se socorrer dos lucros e dos proventos que localmente podia obter[51], incluindo os provenientes do comércio (o qual estava autorizado a realizar), os emolumentos cobrados na administração da justiça, as multas que aplicava ou pensões pagas em espécie pelas autoridades locais[52]. Uma tal situação dava origem à falta de atenção de muitos capitães para com as matérias de defesa da fortaleza e das comunidades sob sua protecção; estando mais preocupados com a sua própria sobrevivência financeira e, sobretudo, com os lucros do comércio para a "rentabilização" pessoal do seu cargo, os capitães não diligenciavam, mesmo logo na partida para Solor, a obtenção, o transporte e o custeio do necessário pessoal militar e armamento, antes preferindo utilizar os espaços disponíveis nos navios com produtos transacionáveis nas ilhas. Os capitães "*...se escusam* [escusavam] *de não ter com que prover as fortalezas, e o que levam* [levavam] *para ellas são viniagas, e não gente nem armas, nem munições, nem ainda quatro soldados com que se emparem*"[53].

---

[49] Frei Miguel Rangel, Relaçam das Christandades ..., 1633, in A. Basílio de Sá, op.cit., 5º Vol., pp. 332: "*.... e se então lhe pedira* [a sua Magestade, aquando da entrega da fortaleza à Coroa] *de mercê o que depois viu, e cada dia padece, convem a saber, quão necessário lhe era que sempre o capitão fosse a beneplácito dos padres, e dependente delles, como nestas partes se há mister, não vieram ellas ao que vimos: mas como os capitães, de ordinario, vem a seu proveito, e se escusam de não ter com que prover as fortalezas, e o que levam para ellas são viniagas, e não gente nem armas, nem munições, nem ainda quatro soldados com que se emparem, e sobre isto se fazem absolutos em partes remotas, nem lhes dà dos conselhos dos Padres, dahi he, que tem por lá acontecido grandes males....o que não fora, se os Capitães foram dependentes delles* [Padres]*, antes poderão muito facilmente a fortaleza de Solor dominar, e ser senhora de todas aquelas partes, e ainda virem à fazenda Real, e a todos muito proveito, assi de prezas de inimigos, como de contratos....".*

[50] Vd. «Notícias da Índia – Fundação das primeiras cristandades de Solor e Timor», *in* A. Basílio de Sá op.cit., 4º *Vol.*, pp.501.

[51] Direito que lhe assistia conforme estabelecido no respectivo documento de nomeação, como no caso de António Viegas: "*Dom Filipe etc,...Faço saber .....ey por bem e me apraz de lhe fazer* [a Antonio de Vylheguas] *mercê do cargo de capitão e provedor dos defuntos do baluarte de Sollor, ...e com elle terá he averaa todos os proes e precalços que direitamente lhe pertemcem, ...*" (Carta de Filipe I, de 13 de Março de 1585. Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Chancelaria de D. Filipe I: Livro 15, fls. 28r – 28v, in A. Basílio de Sá, op.cit., 5º Vol., p. 40.

[52] Cf. Artur Teodoro de Matos, *Tradição e Inovação na Administração das Ilhas de Solor e Timor: 1650-1750*, s.d., pp. 5.

[53] Frei Miguel Rangel, «Relaçam das Christandades ...», 1633, in A. Basílio de Sá, op.cit., 5º Vol., pp. 332.

Para além das suas consequências directas, uma tal circunstância obrigava a um maior empenhamento dos missionários na defesa da fortaleza, suportando encargos e envolvendo-se pessoalmente na acção militar[54].

Quanto à administração da justiça, esta tornar-se-ia matéria de fricção entre os capitães nomeados pela Coroa e os religiosos, os quais consideravam que aqueles não os ouviam ("*se fazem absolutos em partes remotas, nem lhes dà dos conselhos dos Padres*"[55]). O problema tornou-se particularmente sensível a partir de 1595, quando foi estabelecido o "*Regimento para o Capitão de Solor, que ora he, e para os que adiante forem*", o qual, regulando a administração e os processos relativos à aplicação da justiça local, formalmente esvaziava o campo de acção dos dominicanos nesse domínio e estabelecia a forma de como sobre ela dirimir opiniões divergentes, entre a cúpula missionária em Solor (concretamente, o Vigário das Cristandades) e o capitão[56].

Por fim, uma referência às dificuldades, ou relativo desinteresse, da Coroa e de Goa, para a sustentação dos estabelecimentos portugueses nas "ilhas de Solor", que o mesmo é dizer para o apoio à missão dominicana e às comunidades cristãs, incluindo as mercantis, centradas na fortaleza de Lohayong. Esse apoio foi sempre muito pobre e intermitente, mesmo após a nomeação, pela Coroa, de António Viegas/Vilhegas (1585) para os cargos de "capitão e provedor dos defuntos do baluarte de Solor"[57]; ou seja, mesmo após a assumpção, por parte da Coroa (e do Estado da Índia) da responsabilidade formal pela administração e defesa daquelas comunidades locais, portuguesas e nativas[58].

---

[54] V.d, p.e., John Villiers, «As derradeiras do mundo: The dominican missions and the sandalwood trade in the lesser Sunda islands in the sixteenth and the seventeenth centuries», in Luís de Albuquerque (coord). II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa: Actas, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985, pp. 588: *"...since the captains were thus compelled to make their own private profit ..., they would bring only merchandise with them and never arms or men for the defence of the fortress, ... There was in consequence always a shortage of troops and supplies and the Dominicans were obliged not only to meet the costs of defense from their own resources but on occasions to fight themselves*."

[55] Frei Miguel Rangel, «Relaçam das Christandades ...», 1633, in A. Basílio de Sá, op.cit., 5º Vol, pp. 332.

[56] "*Quando o dito capitão e vigario não forem conformes sobre a imunidade da Igreja, a que algum malfeitor estiver acoutado, por um dizer que lhe vale; e outro, que não vale, fará o capitão auto de como são diferentes, o qual auto com a inquirição de testemunhas que tiver tirado do caso na forma de ordenação, mandara ao ouvidor de Malaca, e o que por ele for determinado, isso se guardará, e enquanto assim não for determinado a dita diferença, o capitão tirará da igreja o malfeitor, e o terá na cadeia, em custódia, até vir de Malaca a determinação final",* Arquivo Histórico do Estado da Índia (AHEI), *Livro Vermelho da Relação*, fl. 192 ("*Regimento para o Capitão de Solor, que ora he, e para os que adiante forem")*, 25 de Setembro de 1595, in A.Basílio de Sá, op.cit., 5º Vol., p. 247. Aludindo a este Regimento, Villiers (op.cit., pp. 588) refere-se a protestos vigorosos por parte dos dominicanos ("*The Dominicans ..... protested vigorously ...*").

[57] Carta de 15MAR do Rei D. Filipe I, A. Basílio de Sá, op.cit., 5º Vol, pp. 40-41.

[58] E, na verdade, esta situação manter-se-ia ao longo do tempo e, designadamente, durante todo o século XVII (apenas se alterando, de um modo algo significativo, com a chegada a Lifau do primeiro governador efectivo de Solor a Timor, em 1702).

Até então, destacara-se apenas a atribuição aos dominicanos, em 1575, de um navio (galeota) armado, guarnecido e equipado (com capitão, oficiais e 20 soldados) e suporte dos respectivos encargos, a assegurar por Malaca[59].

Com a nomeação de Vilhegas, os vice-reis em Goa vão viabilizar a concessão de algum armamento a Solor ("*três bressos e um falcão*" destinados à fortaleza e fornecer pelo feitor de Malaca[60]), resgatar débitos contraídos pelos dominicanos para a compra de munições em Malaca[61] e determinar a atribuição de uma fusta para apoio dos missionários de Solor[62]. Quatro anos mais tarde, em 1590, é determinado o recrutamento e alguns militares (30 soldados) para seguirem para fortaleza de Solor com o capitão da fortaleza designado, Gaspar da Silva[63].

Mas apenas em 1630 encontramos referência a subsequente apoio a Solor por parte de Goa, quando, num esforço de revitalizar e reformar a Missão de Solor, que passava também pela reconstrução da fortaleza, o governador Nuno Álvares de Botelho determinou que aos dominicanos que para aí seguiam, fossem disponibilizados dois navios, artilharia e diverso outro armamento[64]. De relevar, ainda, o apoio que então os dominicanos lograram conseguir em Macau, aonde se deslocaram propositadamente em 1630-31, com esse objectivo. Embora fosse reconhecidamente parco, esse auxílio de Macau (700 patacas, alguns artífices chineses, artilharia e mosquetes)[65] não deixa de ter o seu significado, porque permite entrever os interesses dos mercadores daquela

---

[59] Provisão do governador Antonio Moniz Barreto, de 28 de Setembro de 1575: "*....concedeo para a mesma christandade* [de Solor]*, a requerimento dos religiosos, huma galeota artelhada, com seu capitão, officiaes e vinte soldados para andar nos mares de Solor e impedir os roubos que nelles fazião os corsarios com grande dano e perda das christandades e que em Malaca se pagassem todos estes gastos e mantimentos da gente, todo o tempo que lá andasse, que seria conforme parecesse ao capitão de Malaca, ao bispo e vigario da mesma cidade...*". Vd. BNL, Fundo Geral nº 465, fls. 33r-49r, *Notícias da Índia*, A. Basílio de Sá, op.cit., 4º Vol., p. 417.

[60] Provisão do vice-rei D. Duarte de Menezes, de 18 de Abril de 1568. Vd. BNL, Fundo Geral nº 465, fls. 33r-49r, *Notícias da Índia*, in A. Basílio de Sá, op.cit., 4º Vol., p. 417.

[61] Provisão de vice-rei D. Luís de Atayde, de 16 de Setembro de 1568: "*...desobriga os religiosos de huma fiança que haviam dado na feitoria de Malaca, de algumas monições, e pedirão ao capitão de Malaca ..., para se defenderem dos jaos , quando vierão sobre Solor*". Vd. Ibidem.

[62] Provisão do vice-rei D. Francisco de Mascarenhas, de 11 de Agosto de 1586: "*...se fez esmola e mercê aos Padres de Solor de uma fusta, das que estavão em Malaca, para assistir em seu serviço, defendendo as terras...*". Vd. *Ibidem*

[63] Provisão do governador Manuel de Sousa Coutinho, de 5 de Setembro de 1590: *"...o governador...mandou que se pagassem trinta soldados, para hirem em hua galiota e assistirem com o capitão ...*[da] *para a dita fortaleza*" Vd. BNL, Fundo Geral nº 465, fls. 33r-49r, *Notícias da Índia*, in Sá, *op.cit*., 4º Vol., p. 418

[64] Frei Miguel Rangel, que seria o artífice da reconstrução da fortaleza, diz que *"...nos partimos para Solor ...com dous navios e nove peças de artelharia...*", Vd. Frei Miguel Rangel, «*Relaçam das Christandades* ....», A. Basílio de Sá, op.cit., 5º Vol., p. 336. Frei António da Encarnação*,* diz-que que "o Governador [Nuno Álvares de Botelho] ...lhe deu [a Frei Miguel Rangel] treze bombardas, muniçoens, e mosquetes...", «*Relação do Princípio das Christandades...»,* in A. Basílio de Sá, *op.cit*., 5º Vol., pp. 317.

[65] "*(...)E ainda para os officiais dellas* [obras na fortaleza]*, que trouxemos da China, que foram seis, ... para a qual* [fortaleza] *trouxemos engenho de fazer pólvora e boa artilharia, e extraordinária mosquetaria de pião, e também da outra."* (Frei Miguel Rangel, «Relaçam das Christandades ...», in A. Basílio de Sá, op.cit. pp.337.)

cidade pelos negócios de Solor-Timor, num contexto circunstancial que lhes era desfavorável[66].

1580 – A acção de Luís Monteiro Coutinho, no relato de Manuel Godinho de Erédia.

Por conseguinte, o auxílio prestado ao estabelecimento dos portugueses em Solor foi sempre pontual e muito escasso, marginal da rota e do comércio das Molucas e dependente das vicissitudes da viagem. Mesmo os pagamentos aos dominicanos não podem deixar de ser vistos senão no quadro das obrigações da Coroa associadas ao Padroado Português. E a leitura das fontes permite-nos observar que a resolução de ocorrências e situações de instabilidade e conflito, em favor da Missão e dos portugueses de Solor, muito se terá ficado a dever ao acaso e/ou a dificuldades supervenientes nas navegações para as Molucas.

Tal foi o que aconteceu em 1563 ou 64, logo após a chegada dos dominicanos (ataque de javaneses à tranqueira de Solor), em 1580 (no episódio a protagonizado por Luís Monteiro Coutinho que de seguida será abordado), em 1598 (aquando da dita "revolta dos lamaqueiros" contra a autoridade portuguesa investida no capitão de Solor António Andria) ou em 1601/02 (na defesa das fortalezas e estabelecimentos de Solor da Ilha do Ende, aquando de uma expedição naval macassar (ver Fig. 10).

Em todos estes episódios, o resultado favorável aos portugueses terá de algum modo ficado a dever-se a um inesperado surgimento e apoio de navios em rota para/das Molucas ou ao contributo que, por força de acidente (encalhe ou naufrágio) ou outras razões fortuitas, as suas guarnições, impossibilitadas de seguir viagem, puderam prestar aos dominicanos e às ditas "cristandades das Ilhas de Solor". O episódio ocorrido no ano de 1580 e tendo por figura central Luís Monteiro Coutinho, é disso bem demonstrativo.

Oriundo de uma família da baixa nobreza de Lamego, Luís Monteiro Coutinho embarcou para a Índia em 1548 na companhia de Francisco Barreto, o qual haveria de ser governador da Índia (1555-58) e "capitão-mor da empresa do Senhorio do Monomotapa" (1570-73); ter-se-á distinguido em vários campanhas, expedições e combates nos mares da Índia e, designadamente, no controlo da navegação dos estreitos de Malaca e Singapura, área em que desempenhou o cargo de capitão-mor do mar. Em 1582 (ou 83), estando precisamente em

[66] Na sua avaliação, Frei Miguel Rangel "*(...) trouxe de lá* [China/Macau] *o que pude em tempo que tudo em Malaca foram perdas grandes do mar, incendios das casas de Deos, (...) e perda da nao Capitania de Manilla, que foi muy grande, e a da Lantea de Cantão, que a não sucederem tantos casos juntos huns sobre os outros, trouxéramos diferente esmola (...)",* Vd. Frei Miguel Rangel, «Relaçam das Christandades ...», in A. Basílio de Sá, op.cit., pp.337. A este quadro circunstancial adverso mencionado na *Relaçam*, haverá que acrescentar as crescentes dificuldades de Macau com o trato com o Japão, associadas ao declínio da influência dos portugueses junto do poder xógum centralizado, num quadro político-mercantil já caracterizado pela competição com novos "*players*" europeus (sobretudo ingleses e holandeses) e à progressiva rotura daquele poder com os missionários portugueses e com o cristianismo, no virar do século XVI e concretizada, em termos definitivos, em 1639.

patrulha nos estreitos de Singapura, participou na defesa e batalha de Malaca ao comando de uma galeota, cuja explosão acidental levou à sua captura com mais dez dos seus homens[67]. Conduzidos ao Aceh, acabariam por ser supliciados, tendo Monteiro Coutinho sido despedaçado à boca de uma peça de artilharia, em 24 de Março de 1583 (ou em 1584).

Toda a história desse infortúnio é descrita, em pormenor, num texto manuscrito, de Manuel Godinho de Erédia[68], com o título "*História de serviços com martírio de Luís Monteiro Coutinho, ordenada por Manoel Godino de Erédia, matemático, Anno de 1615*"[69] (Fig. 11) que contém alguns (7) curiosos desenhos aguarelados alusivos a diferentes momentos e cenas da acção e vida (e morte) de Coutinho[70].

HISTORIA
DE
SERVIÇOS
COM MARTIRIO
DE LVIS MONT. COVT.
ORDENADA
POR MANOEL GODINHO
DE EREDIA MATH.
ANNO. 1. 615.

Fig. 11

O relatado por Erédia é completado pelo treslado de diversa documentação coeva que, de uma forma geral, certifica e sustenta a descrição do autor e atesta, mormente com testemunhos pessoais, o desempenho e valia do protagonista. O que parece relevante, tanto mais que o texto de Erédia é claramente encomiástico da personalidade e merecimento de Luís Monteiro Coutinho e que, de uma forma explícita ou implícita, os testemunhos prestados o são a solicitação da sua família (do seu irmão Nuno)[71].

---

[67] Para a descrição e análise da batalha, vd. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Portuguese Sea Battles, Vol IV, Lack of Inovation 1580-1603*, Ed. Saturnino Monteiro, Lisboa, June 2011, pp. 98-102 (Malaca, August – September 1582)

[68] Manuel Godinho de Erédia ou Herédia, mestiço luso-asiático, (n. Malaca c.1558; f. 1623), filho de um soldado europeu (português ou espanhol) em serviço naquela cidade e de mãe malaia ou bugis, possivelmente da região de macassar. Educado pelos jesuítas, em Malaca e depois em Goa, viria distinguir-se, entre outras dimensões do saber e cultura, como matemático, cartógrafo, naturalista, ilustrador e pintor (Vd mais elementos biográficos em CHAM – Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, in http://eve.fcsh.unl.pt/).

[69] BNP, Fundo Geral, Reservados, Codex 414 (disponível em http://purl.pt/1275).

[70] A descrição da batalha de 1582 (ou 83) em que participou Monteiro Coutinho, da prisão e cativeiro e do seu martírio (bem como dos seus homens sobrevivos à explosão do navio) é retomada, em detalhe, pelo Pe. Francisco de SOUSA S. J (ord) na sua obra *Oriente Conquistado a Jesu Christo pelos Padres da Companhia de Jesu, da Província de Goa, Segunda Parte, na qual se contém o que se obrou desde o anno de 1564 até o anno de 1585*, Lisboa, 1710, pp. 353-356.

[71] Em dois ensaios, publicados em 2009 e 2012, Sanjay Subrahmanyam analisa, em detalhe, o manuscrito de Manuel Godinho Erédia, designadamente o contexto em que foi escrito e os propósitos que lhe estão subjacentes e aponta algumas questões (inconsistências, lacunas de rigor) que, em sua opinião, o texto de Erédia suscita, tanto sobre a vida de LMC, como sobre as acções e eventos a que especificamente aquele se refere e respectiva cronologia" (Vd. Sanjay Subrahmanyam, «Pulverized in Aceh; On Luis Monteiro Coutinho and his "Martyrdom"», in Archipel, Vol 79, 2009, pp. 19-60 e Sanjay Subrahmanyam, *Courtly Encounters: Translating Courtliness and Violence in Early Modern Eurasia*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 2012, pp, 112 e seguintes). Uma das questões suscitadas prende-se com a morte de Luís Monteiro Coutinho. Erédia diz que *"... o martyrio sucedeo em 24 de Março vespera de Nossa S.ª da Anunciada, para mayor gloria de D.eos. No anno de 1583."* (Erédia, *op.cit*., pp.28). Não obstante esta menção a um dia tão especifico para o evento, o Pe Francisco de Sousa identifica as dificuldades que esta data comporta (sobretudo o ano) e aponta para a sua incorreção, indicando que Monteiro Coutinho teria sido supliciado e morto, mais tarde, algures em Abril de 1584 (Francisco de Sousa, op.cit,, pp.356).

No âmbito desta comunicação, interessa-nos, em especial, a parte especifica do manuscrito que respeita à acção de Luís Monteiro Coutinho, ali reportada, em apoio e socorro dos portugueses de Solor, no ano de 1580. Note-se, desde já, que muito embora as crónicas dominicanas sejam omissas quanto a este episódio, o facto é que o que então se passou em Solor e está descrito por Manuel Godinho de Erédia é substancialmente corroborado em carta do Vigário das Cristandades de Solor, para o Provincial da Ordem dos Pregadores de Portugal, datada de 24 de Abril de 1581, que Erédia transcreve.

Desde 1560, a periclitante posição dos portugueses nas Molucas, decorrente da perturbação nas relações com os sultões de Ternate, induzida pela presença dos espanhóis nas Filipinas e, sobretudo, no seguimento do assassinato do sultão (Hairun) em 1570, vai determinar a necessidade do reforço das nossas posições e meios navais na região, pois *"...as ditas fortalezas de Amboino e Maluco estavam tiranizadas por os mouros, e por os rebeldes, que com armadas de coracoras senhoreavão aquele mar..."*[72].

É neste quadro e com este racional que, na sequência e em conformidade com as orientações do governador da Índia, António Moniz Barreto, o capitão-mor do mar de Malaca, Matias de Albuquerque, envia de reforço para Amboíno dois navios: uma galé "*com 80 soldados de socorro*", comandada por Luís Monteiro Coutinho, que ali deveria assumir o cargo de capitão-mor do mar; e uma galeota, comandada por Domingos Monteiro Coutinho, irmão do primeiro.

Viajando os navios em companhia desde Malaca, o trânsito para Amboíno, pela rota que por norte "acompanhava" e costeava as ilhas de Samatra, Java e Pequenas Sunda, não foi muito afortunado para a galé de Luís Monteiro Coutinho[73]. A norte da ilha das Flores (ou Ende Maior) os navios ter-se-ão separado, porventura por força de condições meteorológicas adversas. E, com o mau tempo, a galé de LMC terá acabado por abater para a entrada do estreito entre a ilha das Flores e a ilha de Adonara, o chamado boqueirão de Larantuca, ou de Servite; e aproximando-se demasiado de terra, encalhou e perdeu-se nos baixos que existem nas proximidades e sueste do Cabo das Flores (entre este e a Ponta de Servite), embora sem perda de vidas humanas nem de armamento, tendo-lhes sido possível passar para terra a salvo ("*Deu a costa aquela gallé [de LMC] nos baixos da ilha rasa e restringa de Servite com salvação de gente, com suas armas...*").

[72] Erédia, op.cit., pp.18.

[73] Erédia e o Pe Amador da Vitória não nos dizem a data (nem mesmo o mês) em que os navios partiram de Malaca. A saída de Malaca poderá ter ocorrido em Janeiro ou mesmo Fevereiro de 1580, com a monção de NW/NE, portanto com ventos favoráveis ao longo da rota usualmente utilizada para as Molucas pela via de Banda; mas podemos conjeturar que tenha ocorrido, um pouco antes, algures por volta de Novembro/Dezembro de 1579, como acontecera já noutras viagens (Vd. Luís Jorge Rodrigues Semedo de Matos, *Roteiros e rotas portuguesas do Oriente nos séculos XVI e XVII* (Tese de Doutoramento), FLUL, Lisboa, 2016, pp. 30 e 31 e Florbela Cristina Veiga Frade, «As primeiras viagens às ilhas de Maluco», in *VII Simpósio de História Marítima – Fernão de Magalhães e sua viagem no Pacífico. Antecedentes e consequentes*, 24-26OUT2001, Academia de Marinha, Lisboa, 2002, pp.51-69).

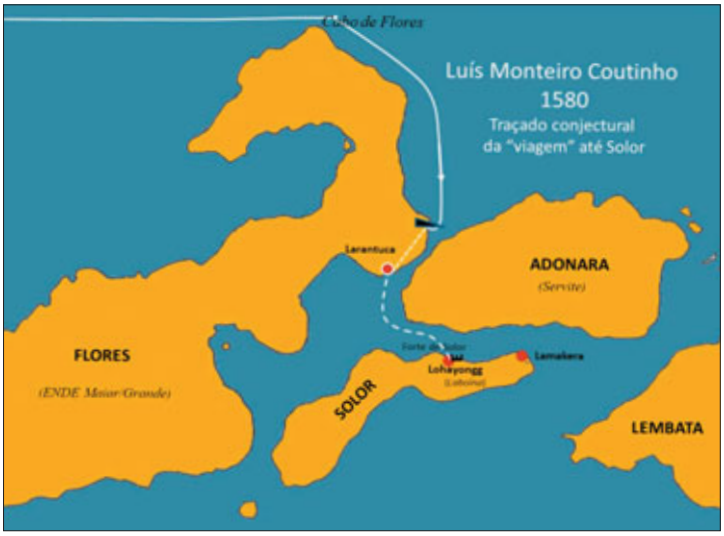


Fig. 12

Navegando mais ao largo, Domingos Monteiro Coutinho terá prosseguido para Amboíno[74] (ver Fig. 12)

Penso não existirem dúvidas quanto ao local aproximado do eventual encalhe. Os perigos e a melhor forma de navegar com segurança nesses estreitos viriam a ser objecto de referências específicas em roteiros quinhentistas, as quais credibilizam a possibilidade de uma ocorrência como a do encalhe da galé de Luís Monteiro Coutinho nos termos em que é mencionado por Erédia. É o caso da informação contida no relato-roteiro da viagem de Francisco Pires, de Macassar para Timor, em 14 Fevereiro de 1562, na parte "*Lembrança de que vier pera emtrar pello boqueirão de Servite de Solor*" com referências ao "baixo perigoso e à ilha [ilhéu] de Servite (Pulau Serbete), que nos foi dado a conhecer pelo trabalho de Luís Semedo de Matos[75], bem como em roteiros mais tardios, como os compilados e publicados por Manoel Pimentel e incluídos na sua "*Arte de Navegar ....*", de que existem várias edições/reimpressões (ver Fig. 13 e 14):

> "*Distante meya legoa deste Cabo* [de Flores na ilha de Oende"] *para a banda de Leste faz a terra huma ponta, e della sahe huma restinga de pedra ao mar hum tiro de mosquete: ao longo desta restinga pela banda de fóra ha 15, 20, e 40 braças de fundo; e dahi cousa de meya legoa a Leste*

[74] E para Maluco, segundo o texto de Erédia. Este diz também que "*por auzencia de seu irmão*", Domingos Monteiro Coutinho "*serviu de capitão mor do mar de Amboíno, sendo capitão da fortaleza Sancho de Vasconcelos*" (Erédia, op.cit, pp. 10). De facto, Sancho de Vasconcelos desenhou, fundou e edificou em Amboína a fortaleza de N. Srª da Anunciada (construção de 1576 a 1588) da qual foi seu capitão até 1591. Assim, parece que a referência de Erédia a Maluco (só) fará sentido enquanto designação abrangente para não apenas Amboína, Ceram, Banda e Buru, mais a Sul, mas também as ilhas de Maluco propriamente ditas, designadamente Ternate, Tidore, Machian, Motir e, ainda, Gilolo/Halamera.

[75] Luís Jorge Rodrigues Semedo de Matos, Roteiros e rotas portuguesas do Oriente nos séculos XVI e XVII (Tese de Doutoramento), FLUL, Lisboa, 2016, pp.118 e 405.

está huma ilhota de areya cercada de parcel. Passa-se entre a retinga, e a ilhota, e se vay embocar pelo boqueiraõ de Larantuca, pelo qual ha 18, 16, e 14 braças de fundo, e se vay surgir na praya grande, mas a enchente, e vasante por este boqueiraõ tem grande violencia, e faz grandes escarceos, e rilheiros".[76]

Segundo Erédia, Luís Monteiro Coutinho e os seus homens "passaram do Ende (ou seja, da Ilha das Flores) para Solor, onde foram encontrar a fortaleza dos portugueses completamente "*cercada de mouros e arrenegados*" que, tanto pelo do lado do mar como pelo de terra, impediam qualquer forma de abastecimento dos sitiados, os quais se encontrariam já em posição delicada (nas suas palavras, "*a fortaleza...estava já posta em espinha*"). As dificuldades são corroboradas por Frei Amador da Vitória, o qual refere que "*... a fortaleza estava de cerco, sem nada haver nada para comer; porque nunguem ousava mandar buscar alimentos, nem agoa, por mar, nem por terra ...*".[77]

Coincidido com o que nos é dito por Erédia no que respeita à avaliação do quantitativo de sitiantes, 2000 homens, a carta de Fr. Amador da Vitória, completa e amplia um pouco a informação relativa ao dispositivo de cerco e à origem dos sitiantes: (1) os naturais das ilhas de Solor que tinham abjurado a fé cristã, ("*...arrenegados, que foram cristãos*"), porventura essencialmente nas posições em terra; e (2) os naturais das ilhas de Maluco em seis coracoras, a fecharem o cerco do lado do mar ("*...e por mar com seis coracoras de Maluco.*")[78].

Fig. 13 e 14

[76] *Arte de Navegar em que se ensinam as regras práticas e os modos de cartear, e de graduar a balestilha por via de números, e muitos problemas úteis à Navegação; e Roteyro das Viagens e Costas Marítimas de Guiné, Angóla, Brasil, e Ilhas Occidentaes e Orientaes, Novamente emendado, e accrescentadas muitas derrotas*, dedicada a ElRei D. João o V, nosso Senhor, por MANOEL PIMENTEL, Lisboa, Na Offic. de Francisco da Silva, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, e Cosmógrafo Mór do Reyno, M.DCCXLVI, pp. 433-434. Nomeado para o cargo de cosmógrafo-mor por D. Pedro II em 1687 após 7 anos de interinidade, Manoel Pimentel de Vilalobos (1650-1719) fizera os seus estudos iniciais no Colégio de Santo Antão (incluindo da "Aula da Esfera") e graduara-se em Direito e Cânones pela Universidade de Coimbra.

[77] Erédia, op.cit.

[78] Idem.

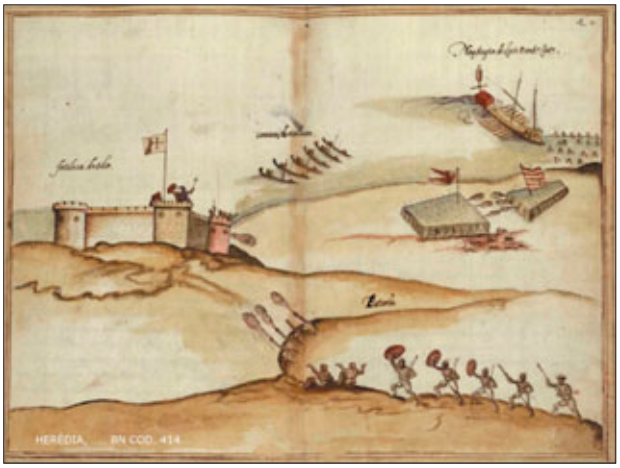


Fig. 15

O manuscrito não nos revela qualquer pormenor sobre como (e com que meios) Luís Monteiro Coutinho e os seus homens se deslocaram do local do naufrágio (na ilha das Flores) para as proximidades de Lohayong e do seu forte (na ilha de Solor). Podemos conjecturar que o terão feito directamente num ou mais batéis da galé que, eventualmente, se terão salvado do encalhe-naufrágio, ou então que o fizeram em embarcações cedidas pelas comunidades luso-asiáticas cristãs de Larantuca, um pouco mais a sul do local de encalhe. Em qualquer destes casos subsistiria a dificuldade de conhecer onde terão desembarcado na ilha de Solor, sem que tivesse ocorrido um contacto e confronto directo com as coracoras dos homens de Maluco que não nos é relatado. Fica-nos a dúvida, tanto mais que qualquer destas alternativas não "colam" integralmente com o que nos mostra um dos desenhos de Erédia, alusivo à acção em Solor (Fig. 15), a não ser que tivesse sido possível a Luís Monteiro Coutinho desencalhar a sua galé e recuperar a navegabilidade desta, circunstância que, de modo algum é aflorada no manuscrito. Na realidade, este desenho mais não será do que a representação, num único quadro simbólico, de vários e distintos momentos conducentes ao episódio central da intervenção de Monteiro Coutinho em defesa da fortaleza de Solor: naufrágio, desembarque na praia, eventualmente de Lohayong ou nas suas proximidades, reagrupamento e marcha até às proximidades da fortaleza cercada.

E, segundo Erédia, terá havido mesmo um desembarque numa praia algures, de onde os homens de Monteiro Coutinho, formados e armados, marcharam em direcção ao combate com os sitiantes da fortaleza:

> *"com aquella dente da gallé, formou um esquadrão de socorro: e forão marchando da praya para o arraial de mais de dous mil arranegados e mouros, que impediam por mar e por terra os mantimentos pera à fome render aquella fortaleza ...".* [79]

[79] Erédia, op.cit.

Fig. 16

Da intervenção desta força, da derrota e aniquilação completa dos sitiantes, da consequente resolução favorável da situação aflitiva em que se encontravam os habitantes de Solor (e aqueles que se tinham recolhido à protecção da fortaleza, e das presas concretizadas (as seis coracoras de Maluco) nos dá nota o relato de Eredia:

> *"E Luiz Monteiro Coutinho estando a tiro de arcabuz despediu a sua arcabuzaria, com tanta fúria q fez destruição naquele arraial: e os que escaparam, morreram a espada, com o q alcançaram vitória e livraram de trabalhos aquela fortaleza de Solor ....e ficaram com seis coracoras de presa."* [80]

Luís Monteiro Coutinho explora os resultados vitoriosos da acção em Lohayong, no rescaldo e seguimento da qual se dirige com a sua força para a povoação costeira de Lamaqueira, a cerca de pouco mais de 6 km para leste, onde os naturais mouros estavam fortificados e davam guarida a gentes de Maluco[81](Fig. 16).

A fortificação dos mouros foi escalada, tomada pelas armas e completamente arrasada, com a morte generalizada de Lamaqueres e Malucos[82]. Como sucesso adicional, terão sido apreendidas "*seis peças de grossas de artilharia e muitas armas*", bem como "*mais de 30 embarcações pequenas e três coracoras grandes*"[83].

Erédia diz-nos que Luís Monteiro Coutinho regressou à fortaleza de Solor e durante os quatro meses seguintes ("*correndo a costa de Armada*"[84], nas palavras de Frei Amador da

---

[80] Idem.

[81] "...[Luís Monteiro Coutinho] *foi dar em hum forte que estava dali a uma légua e tinha dentro em si mais de dous mil e quinhentos homens de peleja em que estavam recolhidos os Malucos...*", Erédia, op.cit.

[82] Segundo Erédia "*...aquele castelo ficando* [ficou] *desfeito e raso...*", Idem.

[83] Erédia, op.cit.

[84] Certamente utilizando as embarcações tradicionais (as coracoras) tomadas aos Malucos.

Vitória) empenhou-se numa certa estabilização da zona, tanto pela via militar (força) como pela via diplomática (negocial), *"...visitando aquelas Cristandades, e Igrejas* [das ilhas de Solor]*, e favorecendo amigos, e castigando inimigos e rebeldes; e conformando pazes; e fazendo tributários e vassalos circunvizinhos ...*"[85].

Nada ficamos a saber quanto ao momento e data da partida de Solor e do meio de regresso de Monteiro Coutinho, mas apenas que "*se embarcou para Mallaca*" quando havia "*...consertado tudo o que era necessário, para defenção daquella fortaleza* [de Solor]..."[86] e que foi bem recebido pelo capitão de Malaca[87], ao serviço do qual continuou. Como também não sabemos se o regresso foi planeado e preparado ou se foi concretizado em momento de ocasional oportunidade. E, neste caso, apenas poderemos especular com a possibilidade de ter sido feito num navio em trânsito das ilhas Molucas para Malaca que, eventualmente, tenha passado em Solor[88].

Do relato deste episódio protagonizado por Luís Monteiro Coutinho poderemos sintetizar dois ou três aspectos: (a) a fraqueza (volatilidade) da defesa da Missão e do entreposto mercantil centrados na fortaleza de Loahayong, muito ligada ao funcionamento das redes de navegação (de comércio das especiarias) para Banda, Amboíno e Maluco, e daquele dependente; (b) a fragilidade e superficialidade da cristianização, facilitadora de alterações frequentes de fidelidades, num quadro de missionação competitivo; e (c) a ligação entre o que se passava em Solor com os assuntos politico-militares de Maluco (Ternate) e a competição por uma supremacia politico-mercantil na região.

1613 – A tomada de Solor pelos holandeses de Appolonius Scotte

Os holandeses na Ásia Marítima do Sueste

Passados pouco mais de 15 anos sobre os acontecimentos em Solor relatados por Erédia, os holandeses navegavam pela primeira vez em águas do arquipélago malaio-indonésio.

Em 1596, uma armada de 4 navios (*Amsterdam, Hollandia, Mauritius e Duyfken*), comandada por Cornelius Houtman, aportou a Bantem/Bantam, no extremo oeste de Java. A partir daí, estavam lançadas as bases para uma presença firme e duradoura dos

[85] Erédia, op.cit.

[86] Idem.

[87] D. João da Gama, 1578-1582? Seria rendido por Roque de Mello Pereira.

[88] Neste caso, admitindo que todo este episódio de que Luís Monteiro Coutinho foi protagonista e com uma duração aproximada de 5/6 meses se passou no ano de 1580, a partida de Solor poderá ter ocorrido por volta de Agosto ou Setembro, já que os meses mais favoráveis para a saída dos navios de Banda/Amboíno no regresso a Malaca eram os Junho e Julho para ainda tirar proveito dos ventos favoráveis da monção de SW.

holandeses naquela região insular[89], pondo ali em causa os interesses políticos e mercantis dos portugueses e espanhóis, distintos, mas então conjugados e, como tal externamente percepcionados, sob mesma Coroa filipina. Embora com enormes perdas em navios e homens (apenas um dos navios regressou, com 87 dos 249 homens à partida da Europa) e fraca rentabilidade (uma limitada carga de especiarias adquirida em Java), esta primeira viagem à Índia proporcionou aos seus promotores neerlandeses informação valiosa sobre as potencialidades e condicionantes do comércio no/com o sueste asiático.

E logo em 1598 sairiam 5 armadas dos Países Baixos para a Ásia, totalizando 22 navios, sempre com a preocupação de evitar conflitos com os portugueses e, por isso, utilizando rotas e focando-se em áreas onde a sua presença, formal e militar, era escassa, principalmente para lá do estreito de Malaca[90]. Algumas dessas armadas seguiram mesmo pelo Estreito de Magalhães[91]. Destes 22 navios apenas 11 (50%) regressaram à Europa com carga completa, 8 perderam-se e 3 regressaram praticamente vazios[92]. Confirmavam-se assim as dificuldades das viagens e comércio com a Ásia, mas igualmente o seus potenciais lucros elevados, pelo que o envio de navios para o Oriente e o interesse que suscitava às companhias holandesas não mais pararia.

Efetivamente, o foco destas primeiras viagens dos holandeses era o lucro comercial e o retorno do investimento feito pelas companhias que as patrocinavam; assim, a preocupação maior era então encontrar pontos de apoio seguros para abastecimento e aguada, como viriam a ser Madagáscar, as ilhas Maurícias e, mais tarde, o estabelecimento do Cabo da Boa Esperança. Mas a informação obtida sobre as rotas e as posições portuguesas e espanholas no Oriente, sobre novas rotas (com os seus regimes de correntes e ventos, e possíveis ancoradouros) ou sobre políticas e tratos locais ao longo dessas mesmas rotas, tornar-se-iam igualmente de extrema valia em futuras expedições.[93]

---

[89] Vd. José Manuel Loureiro, op.cit, in *Lusotopia*, 2001, pp. 143-155. Houtman utilizou a rota do Cabo da Boa Esperança e I. de S. Lourenço (Madagáscar), possivelmente utilizando informação que por si tinha sido recolhida durante a sua estadia em Lisboa e, sobretudo por Jan Huygem van Linschoten no Oriente/Goa (vd. Leitão, op.cit., pp.112).

[90] Saturnino Monteiro, op.cit., pp. 358. As armadas saíram da Holanda: em 15MAR (Cornelius Houtman – 2 navios); ABR (Gerard le Roy – 3 navios, dos quais 1 se perderia no Canal da Mancha); MAI (Jacob van Neck – 7 navios); 27JUN (Jaques Mahu – 5 navios, via Est. Magalhães); e 13SET – (Oliver van Noort – 4 navios, via Est. Magalhães). Cf. Saturnino Monteiro, Idem, pp. 360.

[91] As armadas de Mahu e Van Noort. Vd. Ibidem.

[92] Saturnino Monteiro, op.cit., pp. 361. Da armada de Mahu (1598), apenas um navio (o *Geloof*), regressou aos Países Baixos, pela rota do Estreito de Magalhães; um segundo navio (o *Trouw*) chegou a Tidore, mas a sua guarnição foi toda aí aniquilada; um terceiro navio (o *Blijde Boodschap*) empreendeu a viagem de regresso, mas que acabou em Valparaíso, onde a guarnição se rendeu aos espanhóis; o quarto, o *De Liefde* encalhou e perdeu-se no Japão; e o quinto navio, o *De Hoop*, afundou-se. Da armada de Van Noort, apenas regressou um navio. Cf. Ernst van Veen, "*Decay or defeat ?: an inquiry into the Portuguese decline in Asia 1580-1645* (Doctoral Thesis), Research School of Asian, African and Amerindian Studies (CNWS), Leiden University, Leyden, 2000, Chapter VIII (*The VOC: From privateering to strategy*), pp. 4.

[93] Ernst van Veen, op.cit, pp.4-5

A conjugação, bem-sucedida, dos interesses das diversas companhias no comércio oriental levaram à criação da *Vereenidge Oostindische Compagnie* (VOC)[94], em 20 de Março de 1602, por resolução dos Estados Gerais dos Países Baixos. Com um alvará válido para 21 anos, a esta nóvel Companhia era concedido o monopólio da navegação e comércio holandês entre o Cabo da Boa Esperança e o Estreito Magalhães, ou seja, em toda a vasta região indico-pacífica. O alvará incluía também a autoridade para conduzir acções militares defensivas contra a previsível oposição, por parte de portugueses e espanhóis, ao envolvimento holandês no comércio oriental, negociar tratados de paz e alianças em nome dos Estados Gerais, construir fortalezas e recrutar o necessário pessoal civil e militar (soldados e marinheiros).[95]

A primeira viagem após a constituição da VOC, já em 1602, foi ainda uma expedição de natureza essencialmente mercantil, financiada conjuntamente pelas companhias pré-VOC. Composta por 14 navios a esquadra era comandada por Wybrand van Wrawijck (Almirante), cujas ordens incluíam: (a) a procura de mercados de especiarias confiáveis, i.e., que pudessem assegurar um fluxo adequado e constante do/no seu trato; e (b) a busca e seleção de um local para estabelecer o quartel geral da VOC no Oriente. Os lucros para os investidores trazidos nesta expedição foram de 165% do capital investido, a maior parte em despojos de guerra.[96]

Na verdade, inicialmente e, concretamente, nas primeiras décadas de Seiscentos, o comércio das especiarias não iria trazer à VOC o elevado nível de lucros almejado que os resultados de viagens anteriores à sua constituição tornavam expectável. Uma tal circunstância, iria estar na origem de uma significativa mudança na estratégia da Companhia, com vista a alcançar o monopólio desse comércio, sustentada numa progressivamente mais forte componente e intervenção/acção de natureza militar[97].

Aliás, logo a esquadra seguinte que a VOC enviou para o Oriente (Dezembro de 1603), comandada por *Steven van der Haghen*, tinha já, na sua composição e missões, um forte pendor para a intervenção militar e o combate. Constituída por 13 navios (num total de,

---

[94] A VOC resultou da união de seis câmaras de comércio (Amsterdam, Zeeland, Rotterdam, Delft, Hoorn e Enkhuizen) e era dirigida por 17 directores (*de Heeren XVII*), provindo, em números variável, das diferentes câmaras (Cf. Donald F. Lach & Edwin J. VanKley, *Asia in the Making of Europe, VOL III - A Century in Advance, Book One – Trade, Missions, Literature*, The University of Chicago Press, London, 1993, pp.45).

[95] Donald F. Lach & Edwin J. VanKley, *op.cit.*, pp. 44. Na verdade, já em 1598 Mahu e Van Noort autorização formal para acção ofensiva contra os espanhóis, com o intuito de lhes causar o máximo dano possível, o qual seria mesmo um dos objectivos das suas esquadras, no qual, porém, não foram bem sucedidos (vd. Idem, pp.4, nota 18).

[96] Vd. Idem, Ibidem, pp. 45.

[97] Vd. Ibidem, pp.27. Segundo Lach e VanKLey, o monopólio holandês do cravo só viria a ser conseguido e assegurado com a "submissão" politico-militar de Macassar/Hitu ao sultanato de Ternate (1636) e com a imposição da exclusiva presença holandesa em Macassar (1641-46), tendo sido apenas em 1676 que esse monopólio atingiu o seu ponto mais alto (vd. Idem, pp. 7).

aproximadamente, 3885 last/7800 toneladas)[98], fortemente armados e transportando cerca de 1200 homens, levava claras instruções no sentido de adoptar uma postura ofensiva contra portugueses e de intensificar as acções contra este "inimigo"; no concreto, deveria realizar demonstração de força/ *show the flag* frente a Goa, tentar e esforçar-se por tomar Malaca e expulsar os portugueses (e espanhóis) das Molucas[99]. E, de facto, em 1605, o forte português de Amboína (forte de N. Sra da Anunciada) caíu nas mãos dos holandeses de Van der Haghen que, logo depois, apoiados por forças de naturais de Ternate, expulsaram os portugueses de Tidore, cujo forte (forte dos Reis Magos) foi destruído.

O desiderato prioritário dos holandeses, de consolidação do poder nas ilhas de Maluco, Amboína e Banda e do comércio das especiarias, levaria pois a VOC a enviar, ao longo dos anos, sucessivas esquadras para o arquipélago malaio-indonésio e aí manter uma forte presença naval, simultaneamente militar e mercantil, em permanente confronto com os mercadores portugueses, com os espanhóis e com as entidades políticas locais.[100] Nas primeiras cinco décadas do século XVII, a VOC enviaria para a Ásia 655 navios[101], sendo que metade ali permaneceriam empenhados no comércio intra-asiático[102].

No período de 1610-1620, verificar-se-ia um incremento no quantitativo de navios holandeses, tanto dos saídos da Europa como dos que no Oriente permaneciam. Tal correspondia a um maior investimento da VOC na expansão e sedimentação, deliberadamente aceleradas, da sua implantação no terreno, tendo em vista a aquisição de vantagens, face ao que, entretanto, tinha sido acordado a 9 de Abril de 1609, em Antuérpia, entre a Coroa de Espanha e as Províncias Unidas dos Países Baixos: a interrupção das hostilidades entre as duas partes, em conflito deste 1568, por um período de 12 anos – as "Tréguas dos 12 Anos". Explicita, nos termos destas "Tréguas", estava a concordância das partes para que pudessem

---

[98] Valor estimado, a partir dos dados constantes de Robert Parthesius, op.cit, *List of vessels in service during the period 1596-1660*, pp. 190.

[99] Vd. Ernst van Veen, op.cit, pp.5 e Donald F. Lach & Edwin J. VanKley, op. cit. pp.46.

[100] E também com os ingleses, estabelecidos em Macassar desde 1613. Vd. Ernst van Veen, op.cit, pp.7.

[101] Vd. F. S. Gaastra e Jaap R Bruijn., «Dutch East India Company`s shipping, 1602-1795, in a comparative perspective», in *Ships, sailors and spices: East India Companies and their shipping* in the 16th, 17th and 18th centuries, Amsterdam, 1993, pp. 182. Em termos comparativos, o número de navios portugueses enviados para a Índia nesse século é consideravelmente inferior: entre 1600 e 1700, enquanto passaram à Índia 1770 navios da VOC ou ao seu serviço, apenas 193 navios da Carreira largaram de Lisboa (cf. F. S. Gaastra e Jaap R Bruijn, op. ci.t, pp. 183).

[102] Contra os 655 navios da VOC (310.890 tons) que nos anos de 1600 a 1650 foram da Europa para o Oriente, apenas 338 (203.630 tons) fizeram a viagem em sentido inverso (Vd F. S. Gaastra e Jaap R Bruijn, op. ci.t, pp. 179). Até 1640, os navios holandeses tinham, em média, uma capacidade de carga entre 400-500t, inferior à generalidade dos navios portugueses da Carreira da Índia ou construídos em Goa. As guarnições holandesas (passageiros incluídos) andavam pelos cerca de 200h/navio. A homogeneidade e menor tonelagem dos navios holandeses e a sua capacidade de manobra eram vantajosas, em termos comparativos com os navios portugueses. Na realidade, os portugueses utilizavam, frequentemente, também navios tradicionais fretados e/ou adaptados, mas que, no entanto, eram de menores dimensões e fracamente armados do que os navios holandeses (Vd. Vd. Ernst van Veen, op.cit., pp.1).

Shipping to the Areas to 1660 Frequency	Period													
Area	<1610		1610<20		1620<30		1630<40		1640<50		1650<60		Total	
	freq	*vol*	*freq*	*vol*	*freq*	*vol*	*freq*	*vol*	*freq*	*vol*	*freq*	*vol*	*freq*	*vol*
81. Bali, east Java	7	1105	2	490	14	2405	25	1358	12	2030	1	170	61	7558
82. Lesser Sunda Islands			26	2895	34	2295	29	2550	17	2085	53	5060	159	14885
84. Sulawesi	11	2225	27	5885	16	1430	58	5543	37	5636	59	8875	208	29594
85. Amboen, Buru, western Ceram and adjacent islands	58	11896	136	31376	132	23698	150	16138	121	20707	133	21904	730	125719
86. Banda Archipel and eastern Ceram	34	6288	78	18010	80	14445	74	9731	57	7349	52	10094	375	65917
87. Arafura Sea	1	30	2	500	10	840	9	325	17	684	5	219	44	2598
88. Molucca Sea	50	10420	100	26256	31	6810	30	4823	63	13669	47	6925	321	68903

Table 8-7. Number of arrivals and associated volume per 10-year period for the Spice Islands

(Fonte VAN VEEN, Ernst, "Decay or defeat ?: an inquiry into the Portuguese decline in Asia 1580-1645)

Fig. 17 – NAVEGAÇÃO DA VOC NA ÁSIA MARÍTIMA ORIENTAL

manter a soberania sobre os territórios sob o seu controlo à data do acordo. Daí que se compreenda um esforço suplementar da VOC para, por via de tratados com entidades politicas locais ou pela força, alargar a amplitude dos estabelecimentos e territórios dominados pela Companhia, com especial ênfase nas ilhas de Banda, Amboíno e de Maluco e aí impor o seu monopólio do comércio, em antecipação à eventual entrada em vigor do acordo de tréguas na Ásia Marítima, ou mesmo à margem desse acordo[103].

Na realidade, ao contrário do que se passava na Europa, as "Tréguas" não funcionariam no Oriente e nomeadamente no Sueste Asiático insular, onde a VOC conduzia a sua "guerra privada"[104]. Aliás, as "Tréguas" ou, melhor, as condições que delas decorriam, parece que não interessavam muito a ninguém naquelas paragens, se atendermos a alguma informação disponível, veiculada por fontes holandesas[105]. O balanço (real ou percebido) dos poderes centrados em Java e nas Filipinas e algumas ocasionais vicissitudes da VOC na

[103] Vd. Ernst van Veen, op.cit., pp 11. Em 1609, o Almirante Pieter Willemsz Verhoeff, então ao largo da península malaia, recebeu instruções para tomar as ilhas de Banda e de Maluco, a bem ou a mal, ("*by treaty or by force*") antes de 1 de Setembro. Do mesmo modo, as instruções dadas em 1609 a Pieter Both, futuro governador-geral das índias orientais holandesas (1610-1614) punham grande ênfase no desiderato de conseguir o monopólio do comércio em Maluco, Amboína e Banda. Vd. Idem, pp.11.

[104] Vd. Ernst van Veen, op.cit., pp 11 e 27.

[105] Vd, p.e., Appolonius Schotte, "Memoire ....touchant les isles Moluques" in Etienne Roger (Ed.), "*Recueil des Voiages qui on servi a l'Etablissement et aux Progres de la Compagnie des Indes Orientales, formé das les Provinces des Païs-Bas*, Tome Quatrième, Amsterdam, 1705, pp. 203: *"Il est venu des Marchands Portugais de Malacca & d'autres lieux, pour trafiquer à Amboine & à Banda. Nous les avons arrêtez, par ces qu'on n'a point encore voulu publier ni ratifier la Tréve dans les Indes; ..... Ils difent , & nous le voions , que les Portugais observent la Tréve dans un endroit , & point dans l'autre , selón-qu'ils leur est avantageux de l'observer, ou de ne l'observer pas"*

região insular das Molucas, levariam mesmo ao aproveitamento da não implementação das "Tréguas" no Oriente, também por parte de espanhóis e portugueses Molucas[106].

É neste quadro geral que tem de ser vista a decisão da VOC de investir força e recursos nas ilhas de Solor e em Timor. O controlo do comércio do sândalo e a aquisição de pontos--chave para a sua ancoragem assim o determinavam. Esses locais, fortificados, constituiriam as bases para a penetração e expansão da influência holandesa (na zona). À semelhança dos portugueses, os holandeses começaram por Solor.

Cerco, ataque e tomada da fortaleza de Solor

As fontes portuguesas, concretamente as relações dominicanas, são, no seu conjunto, muito pobres no que respeita a informação sobre as operações que culminaram com a tomada da fortaleza de Solor pelos holandeses; tanto no que respeita à forma como se processou o ataque da força holandesa, como à defesa ensaiada para o contrariar.

A "Relação (do Princípio) das Christandades" de 1633, de Frei Miguel Rangel, diz-nos, é certo, que a acção holandesa se produziu, de surpresa *("... a fortaleza ....nem taes inimigos esperava...")*, num período em que a defesa da fortaleza se encontrava fragilizada pela ausência em Timor dos seus potenciais intervenientes, nomeadamente dos mercadores e casados portugueses, por esse ser o usual e próprio tempo do trato do sândalo e, ainda, que o cerco a Solor, por mar e por terra, em que participaram holandeses (os "*hereges*"), mouros e renegados, envolveu primeiro 5 navios e depois 7[107].

Mas fontes holandesas existem, bem mais pormenorizadas na descrição e timing do cerco, ataque e rendição da fortaleza de Solor. Explorarei precisamente um relato que existe dessa operação, datado de 5 de Julho de 1613, cujo autor, é o próprio comandante da força naval envolvida, o Capitão Appolonius Schotte[108], reproduzido, em língua francesa, numa colectânea de textos

---

[106] Veja-se, por exemplo, a captura e detenção em Manila do Almirante Van Caerden, a qual terá permitido o acesso, por parte de espanhóis e portugueses, a documentação com informação (confidencial) sobre as forças da VOC e suas fraquezas ("*...ils ont trouvé tous fes papiers, & connu par là le peu de forces & de munitions que nous avons aux Moluques*..."). Cf "*Memoire d'Apollonius Schot, de Middelbourg, touchant les Ifles Moluques*.", pp. 204

[107] Frei Miguel Rangel, «Relação das Cristandades....», in A. Basílio de Sá, op.cit., pp. 332,333.

[108] Appolonius Schotte era natural de Middelburg, nos Países Baixos. Fora para o Oriente na armada de Paulus Van Caerden (c. 1569 -1615), saída da Europa em 20 de Abril de 1606. Esta armada era composta por 8 navios, num total de 1950 *lasten* (3900 ton) de capacidade de carga – *Banda, Bantam, Ceylon, Walcheren, Ter Veer, Zierzilkzee* (*jonk van quarckernae*t, segundo Parthesius, op,cit., pp 175), *China e Patani*. O almirante Van Caerden foi designado governador das Molucas em 01 de Junho 1610, mas a 9 de Julho desse ano foi capturado pelos espanhóis. Morreu em cativeiro a 1 de Outubro de 1515, em Manila. Participara nas expedições ao Oriente de Cornelis Van Houtman (1595) e de Pieter Both (1599). Por sua vez, Appolonius Schotte foi comandante do forte de Tafahoso (Makian) e governador da ilha de Makian (1608-1612). Schotte produziria diversos e importantes relatos sobre as Molucas e, em especial, sobre a confrontação e disputas politico-militares com espanhóis e portugueses nessa zona. Pelo menos um dos seus relatos, o "Discourse on the Moluccas", terá inclusivamente sido lido e considerado por Hugo Grotius (cf. Profit and Principle, Hugo Grotius Natural Theories and the Rise of the Dutch Power in the East Indies, 1595-1615).

sobre viagens e acções da VOC, publicados em 1705, em Amsterdão (Fig. 18). Documento que, aliás, não se cinge à acçao sobre Solor (de Janeiro a Abril de 1613), mas inclui também um relevante elemento de contacto exploratório holandês, aliás o primeiro, junto de alguns dos reinos de Timor[109].

Por outro lado, na Biblioteca Nacional de França existe um desenho holandês, muito interessante, datado de 1614, que retrata, com algum pormenor, o ataque a Solor[110]. Nesse desenho, que aqui se reproduz (Fig. 19), o fortificado e, em certa medida, a área circundante mais próxima, bem como a orografia da sua implantação, aparecem-nos com muito detalhe e aparente rigor; e também se encontram representadas a força naval e as diferentes fases das operações lideradas por Schotte, de uma forma credível, perfeitamente consistente com o seu relato[111].

RECUEIL
DES VOIAGES
QUI ONT SERVI
A L'ETABLISSEMENT
ET AUX PROGRES
DE LA
COMPAGNIE
DES
INDES ORIENTALES,
Formée dans les PROVINCES
UNIES des Païs-bas.
TOME QUATRIEME.
A AMSTERDAM,

Fig. 18

Embora a "Relação das Christandades" sugira que o ataque holandês a Solor se processou por iniciativa dos "inimigos internos" nessa região insular, fossem eles naturais mouros e/ou cristianizados apóstatas, e em apoio destes, os quais, inclusivamente teriam sugerido o período mais favorável ao sucesso dessa acção militar[112], a verdade é que, como já referido, a expedição se enquadrava na estratégia da VOC para toda a região insular mais oriental do SE asiático e que, nesse plano, tinha objectivos próprios, bem definidos, para

[109] Appolonius Scotte (ou Schotte), «*Rélation du Voiage du mêmé Apollonius Schot, fait de Bantam à Botton, à Solor & à Timor, ..., datée le 5 de juillet 1613*», in Etienne Roger (Ed.), *Recueil des Voiages qui on servi a l'Etablissement et aux Progres de la Compagnie des Indes Orientales , formé das les Provinces des Païs-Bas*, Tome Quatrième, Amsterdam, 1705. Na sua obra, Maria Alice Viola utiliza, um outro documento, que designa por "relato pormenorizado de Appollonius Schotte, enviado ao contabilista de da VOC em Bantam" - "*Carta de Apollonius Scotte, kapitein op Makian en raad van Indie aan Matheijs Couteels em 1613*", publicada por P.A. Tiele & J.E. Heeres (eds.), 1886, *Bouwstoffen*...Vol.1: 12 –27. (cf. VIOLA, op.cit. 2013, pp.97. A informação aqui prestada não difere significativamente do texto do relato publicado em 1613.

[110] Bibliothèque Nationale de France (BNF) , P189044 [Vd-33 (1)-Fol.], *Solor nae de afte*ykeninge : [dessin] / van Abel Willemsz Van der H'erp, van't iaer anno 1614 (ark:/12148/btv1b6904013q), disponível em https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6904013q.

[111] O desenho fornece-nos, entre outras indicações: algumas dimensões (comprimento) dos diferentes panos da fortaleza propriamente dita; a localização da igreja no interior da fortaleza (9) e do alojamento dos dominicanos (10); os muros (paliçadas) externos, virados a leste (11); uma pequena fortificação exterior, o oeste (12); a localização das baterias de defesa, incluindo a virada ao mar (13); o caminho de acesso/entrada ao/no forte (14). E, ainda: a posição dos navios (fundeados?) frente a Solor (1-5); indicação do desembarque e local onde se realizou (6); a bateria e bivaque holandeses em terra (7). Vd. BNF ark:/12148/btv1b6904013q.

[112] "*Não podendo os arrenegados, e Mouros de Solor ... terem por visinha entre si a fortaleza dos Christãos, e de nossa sancta fè, que os reprimia e dominava .... Valeram-se dos Olandezes, dando-lhe esse alvitre de os ajudarem a toma-la em tempo, que menos lhe custasse ...*" (Frei Miguel Rangel, «Relação das Christandades, ...», in A. Basílio de Sá, op.cit., pp 332-333

cuja prossecução os interesses holandeses convergiam com os de entidades politicas nas Molucas (Ternate) e/ou na região das Celebes (Butão) e de povoações e populações desafectas aos portugueses em Solor e outras ilhas vizinhas.

Quanto ao momento escolhido para o cerco e ataque a Solor e apesar de não o referir no seu relato, torna-se evidente, a partir dos cuidados postos na condução das operações, que Schotte sabia muito bem que tinha de tirar partido da ausência de um número significativo de "portugueses" em Timor e assim evitar o seu envolvimento na defesa da fortaleza.

Fig. 19 – ATAQUE HOLANDÊS A SOLOR - 1613
(BNF , P189044 [Vd-33 (1)-Fol.], Solor nae de afteykeninge: [van Abel Willemsz Van der H'erp, van't iaer anno 1614)
https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6904013q

Appolonius Schotte parte das Molucas do Sul (de Makian ?) no navio Ter Veer, em 9 de Novembro de 1612, com a missão, que lhe fora atribuída pelo Governador Geral[113], de ir à ilha de Butão negociar um tratado politico-mercantil com o seu "rei" e, de seguida, passar às ilhas de Solor e Timor para dali "expulsar os portugueses"[114]. Ao fim de uma permanência de 2 meses em Butão, a 9 de Janeiro de 1613, o Teer Veer larga para Solor, em companhia de um outro navio (iate), o Halve Maan.

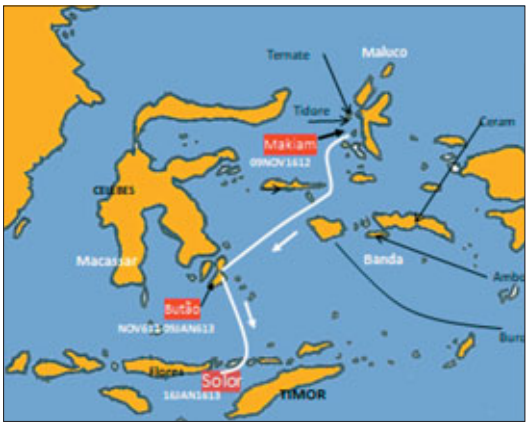


Fig. 20

Seguiam também alguns ternatenses de uma coracora que fora enviada pelo seu sultão. De acordo com as instruções do Governador Geral, em Solor deveriam juntar-se-lhes outras unidades/forças, idas de Amboína, o que de facto viria a acontecer. De igual modo, em resultado das negociações havidas em Butão, a força de Schotte deveria ser reforçada com coracoras e homens daquela ilha, os quais, no entanto, só chegaram a Solor quando (1613)a fortaleza tinha já sido tomada[115].

[113] Pieter Both (1610-1614)

[114] Appolonius Schotte, «*Rélation du Voiage...*», in op.cit., pp. 206.

[115] Idem, pp. 208.

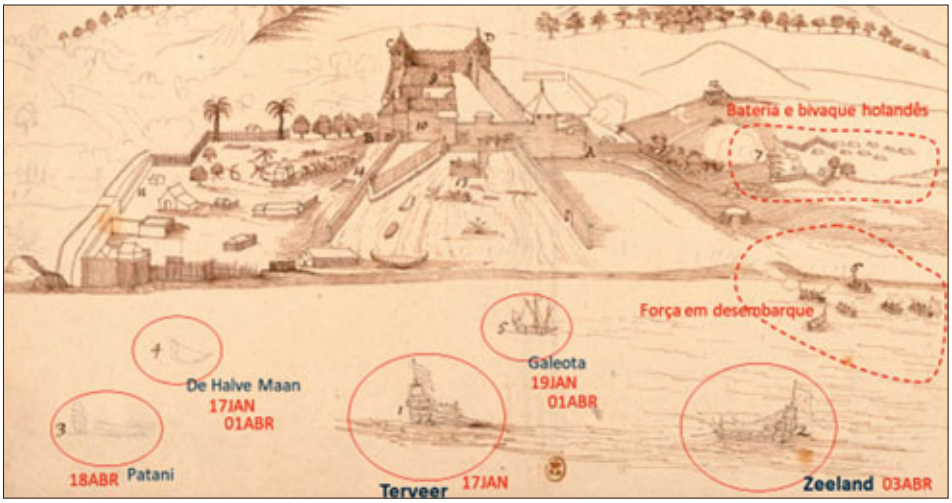


Fig. 21 – ATAQUE HOLANDÊS A SOLOR (1613)

Em 17 de Janeiro, os dois navios estão frente à fortaleza. De imediato, as peças do *Ter Veer* neutralizam uma bateria do forte, virada ao mar. Tentado o desembarque, o mau tempo obriga à retirada, destroem parcialmente, pelo fogo, a povoação de Loyhaong. Quatro dias depois, a 19 de Janeiro, os holandeses apresam uma galeota que se encontrava abicada em terra e voltam a incendiar o que resta da povoação, acção que fica concluída a 21 de Janeiro. Guarnecida a galeota com alguns dos seus homens e dotando-a de um comandante (Willem Jansz), Schotte passa a dispor de três navios.

Entre os inícios de Fevereiro e de Abril, portanto durante 2 meses, e enquanto aguarda reforços, as preocupações de Schotte centram-se no controlo da possível movimentação dos portugueses, designadamente para eventual reforço de Solor e ainda na disrupção dos seus negócios em Timor.

Em 07 de Fevereiro, destaca o *Halve Maan* e a galeota para cruzarem o mar de Timor com vista à intercepção de três navios portugueses (duas fragatas e uma naveta) que ali seriam esperados da China (por certo de Macau) e a 27 do mesmo mês, sabendo por um informador que da fortaleza teriam prevenido os portugueses em Timor da presença da força holandesa e passado indicação para levarem a sua carga directamente a Malaca, envia mesmo a Timor aqueles dois seus navios, acompanhados de algumas coracoras, para destruir as instalações dos portugueses aí existentes. Em Solor fica apenas o *Ter Veer*.

De regresso a Solor (01 de Abril) e como resultado da sua acção em Timor, *Halve Maan* e a galeota holandesa trazem consigo uma naveta capturada com 250 bares (c. 92.250 kg)[116]

[116] 1 Bar de sândalo = 6 Picos = 6 x 61,5 kg = 369 kg

de sândalo e 13 prisioneiros portugueses[117]; em Timor, os holandeses tinham queimado uma galeota portuguesa, cuja guarnição fugira para terra. Entretanto, em 17 de Março, chegara de Amboíno um junco (ou sampana) com 25 soldados de reforço e 25 meios barris de pólvora.

A 03 de Abril chegaria a Solor mais um navio (nau?), o *Zelandia,* vindo das Molucas. Schotte decide então fazer desembarcar sete peças de artilharia (de ferro) e instala uma bateria em terra, frente à muralha oeste da fortaleza, cujo exterior, protegido por terra, é batido "incessantemente" no dia 07 de Abril. A 09 de Abril, os holandeses reforçam a sua bateria com mais duas peças e neutralizam um baluarte da fortaleza que os "incomodava" ("*qui nous incommodoit beaucoup*"[118]).

Alguns dias mais tarde, a 18 de Abril, chega o navio *Patani,* de Amboína. Na sua configuração final, a força naval ao dispor de Appolonius Schotte passa a incorporar 5 navios e um número indeterminado de embarcações menores.

Sem mais delongas, Schotte intima os sitiados a renderem-se, mas oferecendo-lhes condições razoavelmente suaves e propiciadoras de uma sua mais fácil aceitação da rendição: saída de Solor para Malaca, em liberdade plena, com "armas e bagagens" - metade dos seus bens, armamento e munições[119]. A 20 de Abril, a fortaleza capitula e os portugueses começam a abandoná-la e a deixar Lohayong. Na verdade, e como ele próprio refere[120], Schotte sentia-se pressionado pelo tempo, já que tinha tido conhecimento do iminente regresso dos portugueses de Timor em socorro de Solor e que seria difícil impedi-los de entrar na fortaleza, o que, a suceder, tornaria a situação (mais) complicada para os holandeses. Schotte desvalorizava a capacidade e a acção dos seus aliados ternatenses ou solorenses *("...pour les Noires, ile ne faut pas beaucoup compter sur eux*[121]*.*"), o seu efectivo de holandeses não lhe deixava grande margem de manobra e acreditava que importava preservar soldados e munições para seu eventual empenho em futuras acções que, face à informação de que disporia, julgava necessário vir a desenvolver. Ora, segundo ele, a fortaleza estava em estado de se defender e de lhe causar baixas consideráveis ("*...la place étoit en état de se defendre, & de faire périr beaucoup de monde*"[122]) e dispunha ainda de alguns víveres[123].

---

[117] Scotte fala ainda em prisioneiros negros e alguns mestiços, sem os quantificar. Menciona ainda que, de entre os portugueses, um era um capitão e outro um funcionário ("*un Capitaine & un Commis*"), sem especificar (Appolonius Schotte, «Relation du Voyage...», pp.209). Desconhece-se quem poderiam ser, já que o capitão da fortaleza (Manuel Álvares), se encontraria em Solor e não parece haver notícia que o capitão-mor do mar de Solor e Timor (Francisco Fernandes), alguma vez tivesse sido feito prisioneiro dos holandeses.

[118] Appolonius Schotte, «Relation du Voyage...», pp.210.

[119] Segundo Schotte, os portugueses foram autorizados e levar consigo um considerável elenco de armas e munições: 6 barris de pólvora de 7 quintais, uma peça de ferro grande que tinha vindo de Goa, uma peça de ferro fundido, 8 falcões grandes e alguns pedreiros (Appolonius Schotte, «Relation du Voyage...», pp 211)

[120] Appolonius Schotte, «Relation du Voyage...», pp 211.

[121] Idem

[122] Idem

[123] Schotte refere duas pipas de vinho, vários potes grandes de "*arack*" e muito outros víveres (Appolonius Schotte, op.cit., pp.211)

Assim, quando dois ou três dias depois os portugueses ("89 brancos e 450 mestiços"[124]) chegaram de Timor, a tomada da fortaleza estava já consumada e os portugueses e a população local que lhes era afecta tinham começado a evacuar as suas instalações e a retirar do local, nada mais havendo, pois, a fazer.

A pronta rendição, após 3 meses de cerco e de pressão (e acção) militar holandesa, ter-se-á ficado a dever, segundo Schotte, às preocupações dos responsáveis da fortaleza para com o elevado número de mulheres e crianças entre os sitiados[125]. Com efeito, entre as mais de um milhar de pessoas que se encontravam acolhidas na fortaleza, pelo menos 700 seriam mulheres e crianças, cuja segurança constituiria, sem dúvida, uma e dificuldade e um "problema" para o capitão de Solor[126]. Mais tarde, este (Manuel Álvares) seria chamado a explicar a forma como defendeu (ou não) a fortaleza. Julgado em Goa, foi absolvido[127].

A evacuação da fortaleza pelos portugueses terá sido executada até 26 de Abril, sendo que, nos termos da rendição, a partida de Solor (para Malaca) se poderia processar ao longo de dois meses. Mas, ao contrário do esperado por Schotte, alguns dos (poucos) portugueses europeus e dos missionários, acompanhados de um significativo número de mestiços, em vez de viajarem para Malaca, ficaram em Larantuca, na ilha das Flores, a pouca distância (c. 11 milhas) de Lohayong. Desta forma, o centro da presença portuguesa e cristã nas Ilhas de Solor transferiu-se para Larantuca, onde se iria desenvolver[128] e, a partir de onde, mais tarde, desempenharia, designadamente por via dos membros da comunidades cristãs aí reunidas (particularmente a dos mestiços luso asiáticos – os topazes[129]), um papel relevante no estabelecimento duradouro dos portugueses em Timor e na contenção dos holandeses na região e, em especial, nesta última ilha. Solor, por seu lado, passaria a ser, pese embora com altos e baixos, e de forma intermitente, o privilegiado ponto de apoio da VOC na região das Pequenas Sunda, até à sua substituição por Cupão, em Timor.

---

[124] Idem

[125] "*Ce qui les a fait résoudre à capituler, até la préference & la sollicitation des femmes & des enfants*". Idem, pp 211

[126] Dos demais sitiados, Schotte indica-nos os seguintes quantitativos: 30 portugueses (entre sãos e doentes), 7 frades e 250 negros e mestiços. Idem, pp.211. A estes vieram-se juntar os 89 brancos e 450 mestiços regressados de Timor em 22/23 de Abril. (vd. Idem).

[127] Humberto Leitão, op.cit., pp. 123.

[128] Larantuca é ainda, nos dias de hoje, um (isolado e único) centro de tradição e convicções cristãs, num país massivamente de religião islâmica.

[129] Viola chama a atenção para a "mudança na composição étnica no sentido da sua "naturalização" produzida no "estabelecimento português", por força da partida para Malaca da maior parte dos europeus e dos missionários de Solor. Em Larantuca, a comunidade "portuguesa" passaria a ser constituída essencialmente por portugueses casados e seus descendentes luso-asiáticos com origem local (Vd. Viola, op.cit, pp.101). Estes mestiços, os topazes larantuqueiros, etnicamente cada vez mais próximos das sociedades locais e nelas mais enraizados, iriam em breve aumentar em número e poder, incluindo a sua componente militar, arregimentando forças consideráveis, que empregavam tanto em apoio das comunidades luso-cristãs e seus representantes, como em benefício dos seus próprios interesses.

Enquanto em Solor, Appolonuis Schotte, fez um levantamento das povoações cristianizadas sob influência portuguesa e das povoações que, sendo de fé muçulmana ou gentios, mantinham alguma relação de "distanciada" sujeição ao sultão de Ternate, e que eram potenciais aliadas dos holandeses. Após a tomada da fortaleza, Schotte celebrou mesmo um contrato de aliança com cinco povoações, na ilha de Solor (Lamaqueira e Guno) e na vizinha ilha de Adonara (Lamahala, Terong e Adonara) [130], não deixando de avaliar e salientar a articulação e relações dos seus naturais com outras entidades politicas externas àquela estrita zona, tanto nas Celebes (Macassar) como nas ilhas de Butão e Timor (Mena), ou mesmo na mais longínqua ilha de Bintão, a sul da península malaia[131].

De facto, como já aludido, a celebração de tratados com as autoridades que encabeçavam as múltiplas entidades político-sociais na região (das Pequenas Sunda) constituía uma peça importante da estratégia da VOC para a penetração e desenvolvimento da sua influência e comércio, designadamente em Timor. A obtenção de informações que melhor viabilizassem esse desiderato, não podia deixar de constituir, também, um elemento importante da expedição de Appolonius Schotte.

É neste quadro que, no seu relato, Schotte nos fala dos contactos havidos com o (régulo/rei) de Cupão e com dois seus enviados, do convite que lhe teria sido feito para ali construir um forte e da oferta de aquele rei se fazer cristão acompanhado de todos os seus

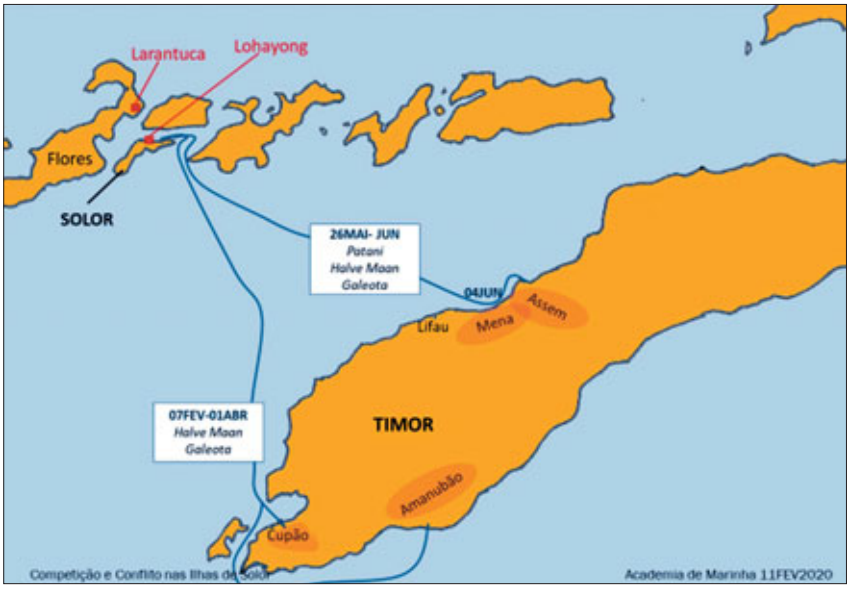


Fig. 22 – OS HOLANDESES EM TIMOR (1613)

[130] Vd. Alice Viola, op.cit., pp.101.

[131] Appolonius Schotte, «Relation du Voyage...», pp 213.

"súbditos" (como igualmente já fora prometido aos portugueses) e da adequabilidade do local (Cupão) para centro do comércio na costa de Timor (como, aliás, o projectariam os portugueses)[132]. De igual modo, Schotte informa-nos da visita dos comandantes do Halve Maan e da galeota) ao rei de Amunabão, região rica em sândalo, e do pedido deste para a celebrar um "tratado" com os holandeses (o que só não foi concretizado por causa da monção e de outros afazeres prioritários de Schotte, mas que tencionava oportunamente considerar, nos seus termos e local[133].

É também no mesmo quadro exploratório do que os holandeses poderiam fazer em Timor, que se insere a viagem do próprio Appolonius Schotte a esta ilha. Com efeito, no dia 26 de Maio, após a maior parte dos portugueses terem saído de Solor, vai a Timor com três dos seus navios (*Patani*, *Halve Maan* e galeota), onde chega a 04JUN, para negociar com os reis da costa norte desta ilha, concretamente de Mena e Asson (Assam). Em Mena, propõe ao seu rei uma aliança envolvendo também os reis (sultões) de Ternate e de Butão e as chefias (os *sengaji*) solorenses, bem como a construção de um forte, desde que os naturais o ajudassem. O rei de Mena terá concordado com as propostas de Schotte e prometido carregar o iate holandês com sândalo. Do mesmo modo, Schotte teria obtido a promessa de que todo o sândalo produzido nas terras do reino de Assam seria vendido aos holandeses[134].

Sublinha-se o relevo que, no seu relato, Schotte dá a estes contactos e ao comércio do sândalo, tanto em termos do inerente potencial de lucro directo como no plano das perspectivas que o mesmo poderia oferecer à VOC, caso o pudesse controlar, designadamente no comércio com a China. Partindo da informação quanto ao volume do comércio realizado na região de Mena por mercadores portugueses e de outras origens, nomeadamente chineses[135], Schotte opina de uma forma clara que a apropriação do trato do sândalo dos portugueses e a sua interdição aos chineses, abriria aos holandeses o comércio com a China[136].

O relato de Schotte, datado de inícios de Julho, não é explicito quanto à duração da sua estadia em Timor, nem menciona o seu destino subsequente, sendo de admitir, como razoável, que a partida terá tido lugar numa data próxima daquela em que Schotte reporta. Não deixa contudo de informar que deixou alguém em Timor a tratar dos assuntos que ali

---

[132] Notem-se aqui, dois aspectos, um implícito e o outro explicito, no que Schotte nos diz: o primeiro, a manifesta ambiguidade da posição do rei do Cupão, no que diz respeito ao seu relacionamento com portugueses e holandeses e que, mais tarde, iria pender para o lado destes; o segundo, a forma como parte da informação a que Schotte alude foi obtida, por via de uma carta que tinha sido escrita pelo Vigário das Cristandades de Solor ao rei do Cupão e que este teria facultado ao holandês. Vd Appolonius Schotte, «Relation du Voyage...», pp. 209-210.

[133] Vd. Appolonius Schotte, «Relation du Voyage...», pp. 210

[134] Vd. Idem, pp. 214

[135] Schotte refere que, só por si, isto é, sem contar com o volume do comércio realizado por mercadores chineses ou de outras origens, os portugueses conseguiam no reino de Mena mais de 1000 bares de sândalo. Vd Idem, Ibidem.

[136] Vd.Ibidem.

já tinha iniciado[137], bem como de relevar a importância de que, no seu entender, se revestia a manutenção da posição da VOC em Solor com o apoio das chefaturas locais aliadas, designadamente enquanto plataforma viabilizadora da penetração e manutenção dos interesses holandeses em Timor, onde efetivamente (e conforme reconhecia) se situavam "negócios" mais lucrativos que em Solor: "... *quoi-qu'il n'y ait pas tant de profit à faire a Solor, il est pourtant bon de ne pas négliger la conservation de cette isle* [Solor]*, parce-qu'elle nous assure celle de Timor*..."[138].

Apontamento final [139] - Desenvolvimentos e vicissitudes subsequentes

A tomada da fortaleza de Solor materializou, no concreto, o início da disputa entre os indissociáveis interesses, mercantis e políticos, de holandeses e portugueses, na região das ilhas de Solor e de Timor e da permanente oposição da VOC à presença e influência portuguesas. Oposição que perduraria, com diversos cambiantes e resultados, até ao século XIX; e que, no essencial, e no período que nos interessa, se desenvolveria em duas vertentes: (a) a vertente política, por via da destabilização das relações já estabelecidas pelos portugueses com as entidades, chefias e populações indígenas, concretamente, pelo seu aliciamento para a órbita holandesa e instigação a uma atitude adversa aos portugueses, com expressão formal na realização de tratados de natureza politico-mercantil com essas mesmas chefias; (b) a vertente militar, consubstanciada em intervenções armadas contra posições, estabelecimentos e comunidades, cristãs ou cristianizadas, de portugueses e luso-asiáticos ou por estes controladas.

Porém, a opinião de Appollonius Schotte quanto ao papel e à relevância de Solor em favor dos interesses holandeses, não era, de todo, unânime no seio da VOC, tendo sofrido flutuações significativas nas décadas que se seguiram à tomada da fortaleza de Lohayong, que então seria reparada dos estragos que lhe tinham sido causados pelo assalto holandês e re-designada de *Fort Henricus*. A ideia de tornar a fortaleza em centro do comércio do sândalo sob controlo holandês implicava a necessidade de a VOC aí manter, continuadamente, uma força adequada, incluindo meios navais, para impor que todo o sândalo de Timor fosse canalizado para Solor e, por conseguinte, para interceptar todas e quaisquer embarcações estrangeiras que a tal se pretendessem furtar. Ora, numa perspectiva prioritariamente

[137] Schotte identifica um tal de Jean G. de Vrye como tendo ficado em Timor para o comércio do sândalo e da cera (Appolonius Schotte, «Relation du Voyage...», idem).

[138] Appolonius Schotte, «Relation du Voyage...», pp. 215. Entre as vantagens, adicionais, que a manutenção de Solor oferecia, Schotte menciona ainda a de se poder constituir como fonte de abastecimento das Molucas e outras razões que, no entanto, não explicita: "*D'ailleurs on en pourra tirer commodément des vivres pour les Moluques, & is y a encore diverses raisons qui doivent nous engager à nous y mantenir*."

[139] Desenvolvido, designadamente, com base em Robert Barnes, Hans Hagerdal e Frei Miguel Rangel (obras mencionadas na bibliografia).

marcada e ditada pelo lucro, como era a da VOC, em que quaisquer reduções nesse domínio tinham de ser muito bem pesadas contra eventuais vantagens de natureza militar e diplomática[140], os custos envolvidos constituíam um óbice a uma tal linha de acção, tanto mais que alguns sectores da Companhia pareciam acreditar ser possível alcançar os mesmos resultados a partir doutro local, ainda que mais longínquo e, portanto, sem investir em Solor.

Outros factores iriam ainda contribuir para as dificuldades da VOC em manter o *Fort Henricus* operacional e rentável, como: (a) a resistência e resiliência dos portugueses, principalmente dos dominicanos e topazes, que os holandeses não conseguiram desalojar de Larantuca e cuja influência, sobre determinadas comunidades, não puderam quebrar, traduzidos em alguns desaires de natureza militar sofridos pelos holandeses; ou (b) a fragilidade da guarnição europeia da VOC, em quantitativo e em empenho, e as ligações familiares que elementos seus foram estabelecendo com as sociedades e comunidades nativas, conducentes a falhas comportamentais e na fidelidade à Companhia.

Mesmo a própria mudança da sede da VOC para Batávia, conquistada em Maio de 1619 (por Jan Pieterszoon Coen), iria, em certo sentido, reduzir a significância de Solor para os holandeses[141]. Como consequência, até 1646, o controlo da fortaleza de Solor/*Fort Henricus* pelos holandeses iria ser intermitente: efectivo de 1613-1615 e de 1618-1629, e nominal de 1636-1646.

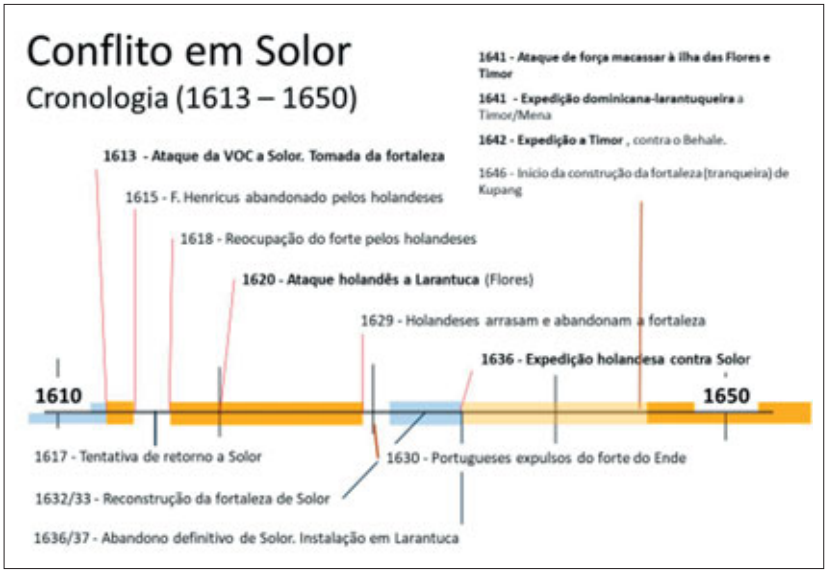


Fig. 23

[140] Robert H. Barnes, op.cit., pp.227.

[141] Robert H. Barnes, op.cit., pp. 229.

Em 1614, a morte do comandante do forte, Van der Velde, às mãos de naturais de Adonara, a deserção para Larantuca, no mesmo ano, do responsável pela guarda do forte (*provost*), Joost van Malen e os diminutos proventos do sândalo que então se registavam, levaram o governador-geral a determinar, em finais de 1615, o abandono do forte e a sua destruição, optando por reforçar as posições da VOC nas ilhas de Maluco que, durante alguns anos, também passariam a constituir a sua base para o comércio com Timor. Abria-se assim uma oportunidade para os portugueses retornarem a Solor, o que efectivamente os dominicanos tentaram em 1617, mas sem sucesso, face à oposição das comunidades solorenses aliadas dos holandeses. Seria, aliás, com o apoio desses mesmos aliados que, logo no ano seguinte (1618) os holandeses reocupariam o forte, no seguimento de instruções para o efeito dadas pelo governador-geral Coen. E em Maio de 1620, o novo comandante do forte, Crijn van Raemburch, desfere mesmo um ataque aos portugueses em Larantuca que, no entanto, é rechaçado.

A deserção para Larantuca de dois sucessivos comandantes do *Fort Henricus*, em 1625 (Jan Thomaszoon Dayman[142]) e 1629 (Jan de Hornay[143]), com as suas famílias nativas, terá seguramente contribuído para a decisão do governador-geral da VOC no sentido de um novo abandono do forte, procedendo-se à sua evacuação e subsequente destruição. A partir desse ano de 1629, o comércio de Timor passaria a fazer-se, com juncos, partir de Batávia.

Abriu-se, assim, uma nova oportunidade para os portugueses. E, não obstante a sua expulsão da fortaleza da ilha do Ende, ocorrida em 1630, os dominicanos, sob a direção de Frei Miguel Rangel, que nesse mesmo ano tinha chegado às ilhas de Solor, concentraram-se na reconstrução e reforço do equipamento e da defesa da fortaleza de Solor[144], concretizados entre 1632-1633, com apoios conseguidos em Malaca e Macau. Esta reconstrução, a par do reforço missionário então chegado a Larantuca, bem como o desenvolvimento e fortalecimento da comunidade de topazes centrada nesta localidade, viabilizaram a progressão da acção evangelizadora em Timor que se verificaria entre 1633 e a década de 40, articulada com a intervenção politica e militar dos topazes larantuqueiros nesta ilha, em apoio dos dominicanos ou em função dos seus próprios interesses[145].

---

[142] Comandante do forte desde 1622, converteu-se ao catolicismo. Desertou com a mulher soloresa e família.

[143] Substituiu Jan Thomaszoon Dayman. Em 1628 acordou com os portugueses de Larantuca uma trégua de 1 ano e fez as pazes com diversas comunidades aliadas dos portugueses em Adonara. Desertou com a mulher, nativa da ilha das Flores. Acusado de irregularidades na gestão do forte e do trato do sândalo, saiu para Larantuca antes da chegada de Gregorius Corneliszoon, em FEV1629, que tinha mandato para proceder a averiguações sobre aquela matéria e para proceder à evacuação e destruição do forte.

[144] Da reabilitação da fortaleza de Solor destaca-se a reconstrução, de raiz, do baluarte do lado do mar que tinha sido destruído pelos holandeses. O reforço da defesa incluiu a atribuição 40 homens para sua guarnição e a dotação e instalação de 15 peças de artilharia. Para a reconstrução da fortaleza e seus resultados, vd. «Summária Relação ...», in A. Basílio de Sá, op.cit., pp.336-341

[145] Em 1633, Fr. Miguel Rangel desembarca e fixa residência no reino de Silabão (província dos Belos – zona de Atapupo), cujo rei converte. Marca o estabelecimento definitivo dos portugueses em Timor (e o início da evangelização de Timor). Em 1636, Fr. Rafael da Veiga faz conversões em Batapute, reino de Amavi.

Em 1636, o encarregado do comércio holandês de Timor, o mercador principal da VOC Jan Tombergen, atacou a fortaleza de Solor. E, embora os resultados da ofensiva não tenham sido de monta, a guarnição portuguesa (25/26 mestiços) abandonou definitivamente a fortificação, cujo armamento foi transferido para Larantuca. Todavia, a VOC deixaria o forte desocupado, já que os seus aliados locais não o podiam manter a funcionar e a sustentação dos encargos com uma guarnição holandesa era então considerada inviável. Apenas em 1646, na sequência da queda de Malaca (1641) e do fluxo de mercadores portugueses e luso-asiáticos para Macassar e para a ilha das Flores, e temendo uma nova tentativa portuguesa para se reinstalar em Solor, a Companhia determinou a reocupação do forte, aí instalando uma guarnição de 44 homens.

Mas, entretanto, já o epicentro da confrontação de interesses e de conflito se tinha deslocado para Timor, onde os portugueses, dominicanos e topazes, designadamente a pretexto de conterem ameaças islâmicas provindas das Celebes (de Macassar) ou em reação à sua materialização efectiva, desenvolveram campanhas militares e de evangelização; como as que, em 1641, conduziriam à conversão de vários reinos (Mena, Lifau e Amanubão), à sua aceitação da protecção portuguesa e até de uma certa suserania da Coroa e/ou à garantia da primazia portuguesa no comércio (sândalo); ou as que, em 1642, quebraram a ascendência politico-ritual exercida por certas entidades sobre reinos de algumas regiões de Timor, como no Servião e Bé-hale/Wheale, a qual, de algum modo prejudicava aqueles objectivos dos portugueses.

Seria no quadro desta "movimentação" para e em Timor que, também em 1646, os dominicanos iriam iniciar a construção de uma fortaleza (tranqueira) na baía e reino de Cupão, no extremo ocidental de Timor. A tomada desta fortaleza pelos holandeses em 1653, a sua transformação em quartel general da VOC na região, iria ditar, a partir daí, também o decisivo afastamento dos interesses holandeses em Solor.

BIBLIOGRAFIA

ANDAYA, Leonard Y., «Applyng the seas perspective in the study of eastern Indonesia in the early modern period», in Ooi Keat Gin & Hoàng Anh Tuân, *Early Modern Southeast Asia, 1350-1800*, Routledge, New York, 2016, pp. 69 e seguintes;

ANDAYA, Leonard Y., «The informal Portuguese empire' and the Topasses in the Solor archipelago and Timor in the seventeenth and eighteenth centuries», in Journal of Southesat Asian Studies, 41(3), 2010, The National University of Singapore, 2010, pp. 391-420.

BARNES, Robert Harrison, «Avarice and Iniquity at the Solor Fort», in Bijdragen tot de Taal, Land-en Volkenkunde 143 (1987), no:2/3, Leiden, pp. 208-236 (http://www.kitlv-journals.nl, acedido em DEZ2018)

Bibliothèque Nationale de France (BNF) , P189044 [Vd-33 (1)-Fol.], Solor nae de afteykeninge : [dessin] / van Abel Willemsz Van der H'erp, van't iaer anno 1614 (ark:/12148/btv1b6904013q), (https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6904013q)

BOCARRO, António, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoaçoens do Estado da India Oriental* [1635], Lisboa, BNP, (sítio http://purl.pt/27184/3/#/534, acedido em Março de 2019).

BURNET, Ian, East Indies: The 200 Year Struggle Between the Portuguese Crown, The Dutch East India Company and the English East India Company for Supremacy in the Eastern Seas, Australia, Rosenberg Publishing, Chapter 6: Solor, 2013.

CÁCEGAS, Frei Luís de, e (reformada por) Frei Luis de SOUSA , *Terceira parte da História de S. Domingos, particular do reino e conquistas de Portugal*, Livro 4 [1623, 1662, 1678], Lisboa, Typografia do Panorama, 1866

CATARINA, Frei Lucas de, *História de S.Domingos, Particular do Reyno e Conquistas de Portugal* (1733), 3ª ed., vol VI, Lisboa, Tipografia do Panorama, 1866

CATARINA, Frei Lucas de,1866 [1733], Quarta parte da História de S. Domingos, particular do reino e conquistas de Portugal, Livro 4. Lisboa: Typografia do Panorama.

ERÉDIA, Manoel Godinho, *História de serviços com martírio de Luís Monte[eir]o Cout[inh]o /ordenada por Manoel Godinho de Erédia Math[ematic]o, Anno de 1615*, (MS) BN COD. 414 (http://purl.pt/1275/8/cod-414_PDF)

FRADE, Florbela Cristina Veiga, «As primeiras viagens às ilhas de Maluco», in *VII Simpósio de História Marítima – Fernão de Magalhães e sua viagem no Pacífico. Antecedentes e consequentes*, 24-26OUT2001, Academia de Marinha, Lisboa, 2002, pp.51-69

GAASTRA, F.S. e BRUIJN, Jaap R., «Dutch East India Company`s shipping, 1602-1795, in a comparative perspective», in *Ships, sailors and spices: East India Companies and their shipping* in the 16th, 17th and 18th centuries, Amsterdam, 1993, pp. 177-208.

GARCIA, José Manuel, *A presença portuguesa nas Ilhas das Flores e Solor*, Lisboa, Academia de Marinha, 2001.

GUNN, Geoffrey C., History Without Borders: The Making of an Asian World Region, 1000-1800, Hong Kong University Press, 2011.

HÄGERDAL, Hans, *Lords of the Land, Lords of the Sea, Conflict and adaptation in early colonial Timor*, 1600-1800. Leiden, Koninkklijk Institut voor Taal-Land-en Volkenkund (KITLV) Press, 2012

JACOBS, Hubert S., *Documenta Malucensia*, vol I (1524-1577), Rome, "Institutum Historicum Societatis Jesu", 1974

LACH Donald F. Lach & Edwin J. VanKley, *Asia in the Making of Europe, VOL III - A Century in Advance, Book One – Trade, Missions, Literature*, The University of Chicago Press, London, 1993

LEITÃO, Humberto, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, Lisboa, Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1948

LOBATO, Manuel, «Forte Solor [Lohayong/Lowayong], Nusa Tenggara do Leste, Indonésia – Arquitetura Militar», in *HPIP – Heritage Património de Influência Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, (http://www.hpip.org/Pt/Heritage/Details/1658, acedido em Janeiro de 2019).

LOUREIRO, Rui Manuel, «Discutindo a formação da presença colonial portuguesa em Timor», Lisboa, *Lusotopie*, 2001, pp 143-155;

LOUREIRO, Rui Manuel, «Onde Nasce o Sândalo: os Portugueses em Timor Nos Séculos XVI e XVII» in Revista Camões, nº14, Lisboa, Instituto Camões da Cooperação e da Lingua, 2001, pp.93-104 (http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no-14-timor-lorosae.html)

MATOS, Artur Teodoro de, *Tradição e Inovação na Administração das Ilhas de Solor e Timor: 1650-1750*, s.d., (http://cvc.instituto-camoes.pt/images/stories)

MATOS, Luís Jorge Rodrigues Semedo de, *Roteiros e rotas portuguesas do Oriente nos séculos XVI e XVII* (Tese de Doutoramento), FLUL, Lisboa, 2016, pp. 30 e 31 (disponível em https://repositorio.ul.pt/handle/10451/23631

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Portuguese Sea Battles, Volume IV – Lack of Innovation 1580-1603*, Ed. Saturnino Monteiro, Lisboa, June 2011, pp. 98-102.

PARTHESIUS, Robert, *Dutch Ships in tropical waters. The development of the Dutch East Company (VOC) shipping network in Asia, 1595-1660*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2010,

PIMENTEL, Manoel*, Arte de Navegar em que se ensinam as regras práticas e os modos de cartear, e de graduar a balestilha por via de números, e muitos problemas úteis à Navegação; e Roteyro das Viagens e Costas Marítimas de Guiné, Angóla, Brasil, e Ilhas Occidentaes e Orientaes, Novamente emendado, e accrescentadas muitas derrotas, dedicada a ElRei D. João o V, nosso Senhor, por MANOEL PIMENTEL*, Lisboa, Na Offic. de Francisco da Silva, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, e Cosmógrafo Mór do Reyno, M.DCCXLVI, pp. 433-434

PINTO, Paulo Jorge de Sousa, *500 Anos Portugal-Timor*, Timor-Leste, Resistência Timorense-Arquivo & Museu e Fundação Mário Soares, 2015 (disponível em http://casacomum.org/cc/img/destaques/2016/109/catalogo_500anos_web_c_capa.pdf, acedido em DEZ2019).

SÁ, Artur Basílio de, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente* (DHMPPO), Insulíndia, 4º Volume (1568-1579), Lisboa, Agência Portuguesa do Ultramar, 1956:

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Fundo Geral nº 465, fls. 33r-49r, «*Notícias da Índia – Fundação das primeiras cristandades de Solor e Timor;*

SÁ, Artur Basílio de, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente (DHMPPO), Insulíndia*, 5º Volume (1580-1595), Lisboa, Agência Portuguesa do Ultramar, 1958:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Filipe I: Livro 15, fls. 28r – 28v, «*Carta de Filipe I, de 13 de Março de 1585*»;

Arquivo Histórico do Estado da Índia (AHEI), *Livro Vermelho da Relação*, fl. 192 «*Regimento para o Capitão de Solor, que ora he, e para os que adiante forem, 25 de Setembro de 1595*»;

BNL, HG 2590 P, «*Relaçam das Christandades e Ilhas de Solor, em particular, da fortaleza, que para emparo delas foi feita: a qual juntamente he Mosteiro da Ordem dos frades pregadores, & Igreja Matris das Christandades»,* de Frei Miguel Rangel;

BNL, HG 2590 P, «*Relaçam do Princípio da Christandade das Ilhas de Solor, e da segunda restauração della. Feita pelos Religiosos da Ordem dos Pregadores*», de Frei António da Encarnação;

Biblioteca Pública de Évora (BPE), *Códice CV/2-6,* «*Sumária Relaçam do que obraram os religiosos da Ordem dos Pregadores, na conversão das almas, e pregação do santo Evangelho em todo o Estado da Índia, e mais terras descubertas pelos Portugueses na Azia, Ethiopia Oriental, e das missões em que autualmente se exercitão, com todos os conventos, e cazas e numero dos religiosos que de prezente tem esta sua congregação da India Oriental*»;

SANTOS, Frei João dos*, Etiópia Oriental* [Ethiopia Oriental e Vária História de Cousa Notáveis do Oriente, de 1609], vol. II, Lisboa, Ed. Alfa, 1989.

SCHOTTE (ou Scotte), Appolonius, «Rélation du Voiage du mêmé Apollonius Schot, fait de Bantam à Botton, à Solor & à Timor, ..., datée le 5 de 7juillet 1613», in Etienne Roger (Ed), *Recueil des Voiages qui on servi a l'Etablissement et aux Progres de la Compagnie des Indes Orientales , formé das les Provinces des Païs-Bas*, Tome Quatrième, Amsterdam, 1705, pp. 216-216.

SCHOTTE, Appolonius, «Mémoire d'Apollonius Schot, de Middelbourg, touchant les Iles Moluques [pos. 1610-1612]», in Etienne Roger (Ed), *Recueil des Voiages qui on servi a l'Etablissement et aux Progres de la Compagnie des Indes Orientales , formé das les Provinces des Païs-Bas*, Tome Quatrième, Amsterdam, 1705, pp.195-206

SILVEIRA, Luís, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Volume 3, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1957

SOUSA, Pe. Francisco de, S. J (ord), *Oriente Conquistado a Jesu Christo pelos Padres da Companhia de Jesu, da Província de Goa, Segunda Parte*, *na qual se contém o que se obrou desde o anno de 1564 até o anno de 1585*, Lisboa, 1710 (https://play.google.com/books/reader?id=77VRvuChbDwC&pg=GBS.PA1)

SUBRAHMANYAM, Sanjay, «Pulverized in Aceh; On Luis Monteiro Coutinho and his "Martyrdom"», in Archipel, Vol 79, 2009, pp. 19-60 (disponível em https://www.persee.fr/docAsPDF/arch_0044-8613_2009_num_78_1_4142.pdf)

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *Courtly Encounters: Translating Courtliness and Violence in Early Modern Eurasia*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 2012.

TEIXEIRA, André, «Comércio português na região de Timor na segunda metade do século XVII», in *Revista Oriente*, nº 4, Lisboa, Fundação Oriente, Dez.2002, pp.83-95.

THOMAZ, Luís Filipe, «East Timor: a Historical Singularity», in De Gruyter Open HSSR, Vol III, nº 3, 2014, pp.19 (https://content.sciendo.com>hssr>article-p13, acedido em 18DEZ2019)

VAN VEEN, Ernst, "Decay or defeat ?: an inquiry into the Portuguese decline in Asia 1580-1645 (Doctoral Thesis), Research School of Asian, African and Amerindian Studies (CNWS), Leiden University, Leyden, 2000, Chapter VIII (The VOC: From privateering to strategy) pp 1-30

VEEN, Ernst van, "*Decay or defeat ?: an inquiry into the Portuguese decline in Asia 1580-1645* (Doctoral Thesis), Research School of Asian, African and Amerindian Studies (CNWS), Leiden University, Leyden, 2000, Chapter VIII (The VOC: From privateering to strategy) pp 1-30 (disponível em https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/15783)

VILLIERS, John. «As derradeiras do mundo: The dominican missions and the sandalwood trade in the lesser Sunda islands in the sixteenth and the seventeenth centuries», in Luís de Albuquerque (coord). II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa: Actas, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985, pp. 573-600.

VIOLA Maria Alice Marques Viola, *Presença histórica "portuguesa" em Larantuka (séculos XVI e XVII) e suas implicações na contemporaneidade*, Lisboa, FCSH-UNL, 2013.

MARES DA CHINA: DISPUTAS E DILEMAS EM FACE DA RESSURGÊNCIA CHINESA

Comunicação apresentada pelo
Prof. Doutor Luis Tomé*, em 18 de fevereiro

Introdução

O Mar do Sul da China e o Mar Oriental da China formam, juntos, o "Mar da China", de extraordinária importância estratégica para os Países costeiros e para o comércio internacional, já que liga o Sudeste e o Nordeste Asiáticos (onde "residem" países desenvolvidos e em desenvolvimento largamente dependentes do acesso a mercados externos para abastecimento e escoamento da sua produção), a Ásia Oriental ao Oceano Pacífico e os Oceanos Índico e Pacífico, estendendo-se desde o Estreito de Malaca ao Estreito da Coreia, passando pelo Estreito de Taiwan (ver Figura 1). Às vitais linhas de comunicação marítima somam-se os apreciáveis recursos piscatórios e energéticos existentes, essenciais para todos os países ribeirinhos. Porém, as fronteiras, áreas de soberania e Zonas Económicas Exclusivas (ZEEs) nos Mares da China não se encontram estabelecidas, em virtude das disputas que envolvem sempre a China e, no Mar do Sul da China (MSC) também o Vietname, as Filipinas, a Malásia e o Brunei e, no Mar Oriental da China (MOC) igualmente o Japão e a Coreia do Sul. No meio e a ligar os dois Mares está Taiwan, "província rebelde" que Pequim considera parte inalienável da China.

Na última década aumentaram as inquietações e preocupações a respeito dos Mares da China, sobretudo, pela conjugação do aumento das capacidades militares da República Popular da China (RPC) e de uma postura mais assertiva de Pequim nas suas reivindicações e na promoção dos seus interesses. Paralelamente, no contexto do crescimento do "poder nacional abrangente" e do proclamado "sonho chinês", em que a restauração da centralidade da China e de uma esfera de influência parecem ser fins primordiais, a maior assertividade de Pequim nos Mares da China contribuiu para ampliar e escalar a competição com os EUA na dimensão geoestratégica e marítima. Ou seja, as disputas nos Mares da China têm uma incidência direta nas percepções, nos comportamentos e nas interacções em toda a Ásia Oriental (entendida como o somatório das sub-regiões do Nordeste e do Sudeste Asiáticos) e não só, bem como nas apreciações sobre a postura da China e as relações de Pequim com os seus vizinhos e com os EUA. O Mar do Sul da China e o Mar Oriental da China têm,

* Diretor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Diretor do OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores e Coordenador do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia da UAL

naturalmente, particularidades, disputas concretas e actores diretamente envolvidos distintos, mas justifica-se uma análise de conjunto por terem associadas as capacidades e ambições da China enquanto potência marítima.

Assim, é objetivo deste ensaio explicar e analisar as disputas e os dilemas nos Mares da China à luz da ressurgência chinesa - independentemente dos argumentos jurídicos e históricos de cada Parte envolvida que, saliente-se, não é propósito discutir aqui. Baseado na conferência proferida pelo autor na Academia da Marinha, em 18 de fevereiro de 2020 (ver Tomé 2020a), e atualizando dados e desenvolvimentos desde então, o texto segue um modelo demonstrativo-analítico, recorrendo a mapas e a discursos e documentos oficiais, além das tradicionais fontes bibliográficas. Por outro lado, empregamos aqui uma "abordagem eclética" (aproveitando as complementaridades das teorias neorrealista, neoliberal e construtivista) e uma perspetiva multidisciplinar que cruza as áreas da Geopolítica, dos Estudos de Segurança e das Relações Internacionais (ver, a este respeito, Tomé, 2010, 2013, 2016 e 2019).

A estrutura do texto contempla duas partes. Na primeira apresentamos os Mares da China e as disputas concretas existentes em cada um, bem como as atividades desenvolvidas pela RPC referindo, pelo meio, também a "questão de Taiwan". Na segunda parte analisamos a ressurgência da China e os dilemas nos Mares da China no quadro mais amplo das interacções competitivas e cooperativas na Ásia Oriental.

Figura 1. Mar do Sul da China e Mar Oriental da China

Fonte: Encyclopædia Britannica (em linha), url: https://www.britannica.com/place/East-China-Sea (acesso 03/12/2020)

1.As disputas nos Mares da China

O **Mar Oriental da China (MOC)** é "braço" do Oceano Pacífico Ocidental que abrange uma área de aproximadamente 1.249.000 Km2. Localizado ao largo da China Oriental (daí o nome), o MOC é delimitado a sul por Taiwan (ligando-se ao MSC pelo Estreito de Taiwan), a leste pelas ilhas Ryukyu japonesas (ligando-se ao Mar das Filipinas a sudeste através das brechas entre as várias ilhas Ryukyu, por exemplo, Estreito de Tokara

e Estreito de Miyako), a nordeste pelo Estreito da Coreia (por aqui ligando-se ao Mar do Japão), a norte pela Coreia do Sul, a noroeste pelo Mar Amarelo numa linha imaginária entre a China continental e a Península da Coreia (ponta oriental de Qidong, Jiangsu no estuário do rio Yangtze e a ponta sudoeste da ilha de Jeju, na Coreia do Sul) e a oeste pela China Continental. À semelhança do Mar do Sul da China, o MOC é rico em recursos piscatórios e também em recursos energéticos difíceis de estimar por insuficiente exploração: a *US Energy Information Administration* estima que no MCO existam entre 60 e 100 milhões de barris de petróleo e de 1 a 2 *trillion cubic feet (Tcf)* em reservas provadas e prováveis, enquanto fontes chinesas apontam valores muito superiores, indicando que as reservas de petróleo por explorar se situem entre os 70 mil milhões a 160 mil milhões de barris em todo o MCO e que as reservas de gás natural possam atingir os 250 *trillion cubic feet (Tcf)*, maioritariamente nas proximidades do fosso de Okinawa/Xihu - com uma profundidade máxima de 2716 metros – e onde o Japão e a China têm concentrado os seus esforços de extracção (EP 2014; CFR 2020a).

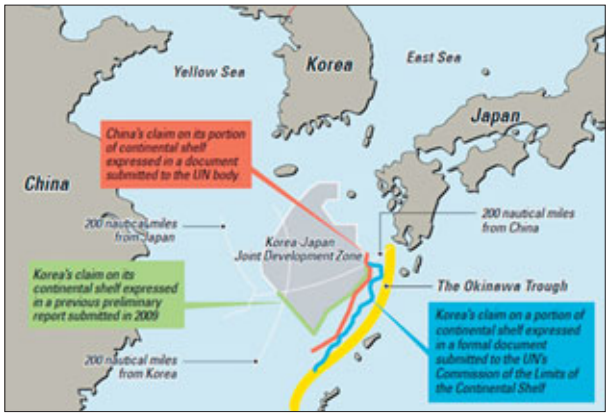


Figura 2. Reivindicações da RPChina e da Coreia do Sul de extensão da plataforma continental

Fonte: *Korean JoogAng Daily*, em linha (acesso em 26/12/2020), url: https://korea-joongangdaily.joins.com/2012/12/27/socialAffairs/Seoul-submits-claim-to-extend--sea-shelf-to-UN/2964603.html

O MOC é disputado pela China (RPC e Taiwan), pelo Japão e pela Coreia do Sul, inclusivamente a propósito dos limites das plataformas continentais que se estendem pelo Mar: a RPChina e a Coreia do Sul, ambas por duas vezes, em maio de 2009 e dezembro de 2012, submeteram à *Commission on the Limits of the Continental Shelf* (CLCS) pedidos parciais de extensão das respetivas plataformas continentais (ver Figura 2), mas com o Japão a objectar de imediato contra as pretensões de Pequim e de Seul junto da CLCS, em dezembro de 2012 e janeiro de 2013, respetivamente.

Por outro lado, há também disputas territoriais e sobre as respetivas Zonas Económicas Exclusivas. A China e a Coreia do Sul reclamam **Socotra Rock** (referida como *Ieodo* ou *Parangdo* pelos coreanos e *ilhéu de Suyan* pelos chineses), uma rocha submersa localizada na confluência do MOC e do Mar Amarelo, a 149 Km a sudoeste de Marado (ao largo da ilha de Jeju), na Coreia e a 287 km da ilha Tungdao da RPCChina. Apesar das objecções de Pequim, a Coreia do Sul estabeleceu aí, no final dos anos 1990, a Estação de Investigação Oceânica de Ieodo. O direito marítimo internacional estipula que uma rocha submersa fora do mar territorial (geralmente, de 12 milhas náuticas) não pode ser reclamada como território por nenhum

Estado. No entanto, a Coreia do Sul e a China consideram que Socotra Rock está dentro das suas respectivas ZEE's (ver Figura 3).

Mais sensível tornou-se a disputa sobre as **ilhas Senkaku/Diaoyu/Tiaoyutai** (denominações japonesa, chinesa e taiwanesa, respetivamente) reclamadas por RPChina, Taiwan e Japão, referindo-se a um pequeno conjunto arquipelágico composto por cinco ilhas centrais e várias rochas áridas, todas desabitadas e com dimensões que variam entre 800 m2 e 4,32 km2. As ilhas estão localizadas aproximadamente a 330 km sudeste da China continental (Wengzhou), a 140 km a leste do ilhéu Pengjiayu (ou Pengiia) e 170 km a nordeste da ilha de Taiwan e a 170 km a norte da ilha Ishigaki e 410 km a oeste da ilha de Okinawa japonesas (ver Figura 4). Os argumentos invocados pelas partes radicam na História do final do Sec. XIX: para Pequim e Taipé, essas ilhas foram conquistadas pelo Japão na Guerra Sino-Japonesa de 1894-95, na sequência da qual a China foi obrigada a ceder ao Japão, pelo Tratado de Paz de Shimonoseki assinado em abril de 1895, Taiwan e "ilhas adjacentes" que incluíam as Senkaku/Diaoyu/Tiaoyutai pelo que, tal como a ilha de Taiwan, Tóquio devia ter devolvido também essas ilhas à China em 1945, depois de perder a Guerra do Pacífico/II Guerra Mundial; para Tóquio, todavia, as Senkaku eram "território sem dono" que o Império do Japão anexou em janeiro de 1895 não sendo, portanto, "conquistadas à força" e nada tendo a ver com o Tratado de Shimonoseki. A realidade é que as ilhas Senkaku têm tido controlo efetivo do Japão desde 1895, ainda que propriedade privada de cidadãos japoneses durante a maior parte do tempo. Acresce que nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial foram os Estados Unidos que controlaram as ilhas Senkaku, então integradas no conjunto das ilhas Ryukuyu, sendo a administração dessas ilhas "devolvida" ao Japão somente em 1972. E foi um pouco antes dessa data que a China começou a reivindicar as ilhas. Por outro lado, cada país afirma ter direitos económicos numa ZEE de 200 milhas náuticas desde a sua costa, o que leva a uma extensa área de sobreposição porque a distância que separa a China e o Japão é de apenas 360 milhas náuticas. Depois de a China ter descoberto gás natural perto da sua reivindicada ZEE, em 1995, o Japão opôs-se a qualquer exploração na zona devido ao facto de os campos de gás se poderem estender até à zona disputada.

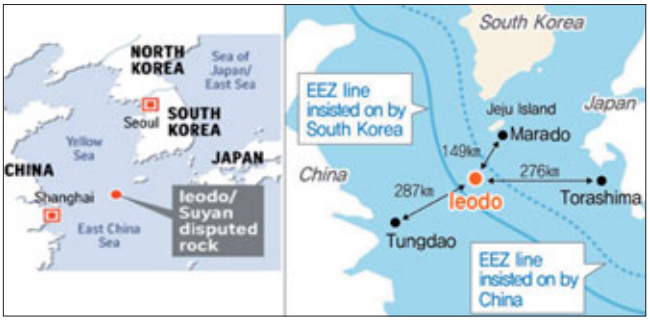


Figura 3. Rocha Socotra/Iedo/Suyan

Fonte: *The Hankyreh*, em linha (acesso em 28/12/2020), url: http://english.hani.co.kr/arti/english_edition/e_international/523076.html

As ilhas Senkaku/Diaoyu/Tiaoyutai são económica e estrategicamente significativas, com reservas potenciais de petróleo e gás natural, perto de rotas de navegação proeminentes e rodeadas por ricas áreas de pesca. Até 2010, a disputa sobre essas ilhas era uma questão

relativamente periférica nas relações sino-japonesas. Em Setembro desse ano, um arrastão de pesca chinês colidiu com navios da Guarda Costeira japonesa nas águas territoriais das ilhas, resultando na detenção japonesa do navio e da tripulação e na prisão do capitão chinês, provocando um vigoroso incidente diplomático com Pequim. As tensões reacenderam-se, em 2012, quando o governo japonês comprou várias das ilhas Senkaku a um proprietário privado (antecipando uma iniciativa do presidente da câmara nacionalista de Tóquio), desencadeando uma nova vaga de conflitos envolvendo protestos populares e tensões oficiais do lado da RPC e também de Taiwan. No fundo, «*what had largely been perceived as a manageable difference between Tokyo and Beijing, of interest only to small groups of nationalist activists in both countries, had blown up into a major confrontation between the two states*» (Smith, 2015: 190).

As ilhas ganharam, entretanto, uma grande relevância: para Pequim e Taipé é uma forma suplementar de lembrar e culpabilizar o Japão pelo seu passado imperialista e de conquistas territoriais por via da força; para Pequim, é mais um pretexto para afirmar que tudo o que respeita a Taiwan envolve diretamente a RPChina; e, obviamente, a disputa Japão-China sobre as Senkaku respeita também aos Estados Unidos por via da aliança com o Japão. Com efeito, das várias disputas territoriais que opõem o Japão aos seus vizinhos (à Rússia sobre ilhas Curilhas do Sul/Territórios do Norte, à Coreia do Sul sobre Ilhas/Rochas Takeshima/Tokdo e à China sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu), apenas sobre estas últimas Washington deixou de ter uma posição ambígua, e mesmo assim apenas desde a Administração Obama: em Abril de 2014, Barak Obama tornou-se o primeiro Presidente dos EUA a declarar explicitamente que as ilhas Senkaku estão abrangidas pela aliança EUA-Japão, afirmando «*The policy of the United States is clear—the Senkaku Islands are administered by Japan and therefore fall within the scope of Article 5 of the U.S.-Japan Treaty of Mutual Cooperation and Security. And we oppose any unilateral attempts to undermine Japan's administration of these islands*» (cit. in Panda, 2014).

Figura 4. Ilhas Senkaku/Diaoyu/Tiaoyutai
Fonte: Wikipedia, em linha (acesso em 26/12/2020), url: https://en.wikipedia.org/wiki/Senkaku_Islands_dispute

Foi, pois, num contexto de intensificação das disputas com outros reclamantes no Mar Oriental da China que Pequim traçou pela primeira vez, em novembro de 2013, uma Zona de Identificação de Defesa Aérea (*Air Defense Identification Zone*-ADIZ) sua no MOC, sobrepondo-a às ADIZ anteriormente traçadas pelo Japão, pela Coreia do Sul e também por Taiwan e cobrindo as disputadas Rocha Socotra/Iedo/Suyan e Ilhas Senkaku/Diaoyu/Tiaoyutai. Além de vigorosos protestos a par de Tóquio e Taipé, Seul estendeu igualmente, logo no mês

seguinte, a sua ADIZ para cobrir agora uma nova área disputada com a China e ainda com o Japão (Figura 5). Paralelamente, a RPChina aumentou consideravelmente a sua presença e as suas atividades navais e aéreas no MOC, designadamente nas águas territoriais das disputadas Ilhas Senkaku e áreas contíguas com o Japão onde as incursões, penetrações e exercícios chineses passaram a ser quotidianos (ver Japan 2020: 70-75).

Isto, naturalmente, para além da **"questão de Taiwan"**. A ilha de Taiwan, que os portugueses outrora denominaram "Formosa", está situada entre os Mares Oriental e Sul da China, no Oceano Pacífico Ocidental e a cerca de 160 km da costa do sudeste da China continental, tendo aproximadamente 395 km de comprimento (norte-sul) e 145 km de largura no seu ponto mais largo (Figura 6). Taiwan está separada da China continental desde a vitória comunista na guerra civil e a proclamação da República Popular da China, em outubro de 1949, com governo em Taipé, no norte e que, para além da ilha principal, controla 22 ilhas do grupo Taiwan e 64 ilhas a oeste no arquipélago de Pescadores (*P'eng-hu*). Dois grupos de ilhas controlados pelo governo de Taiwan, Matsu e Quemoy, situam-se mesmo ao largo da costa da província chinesa de Fujian.

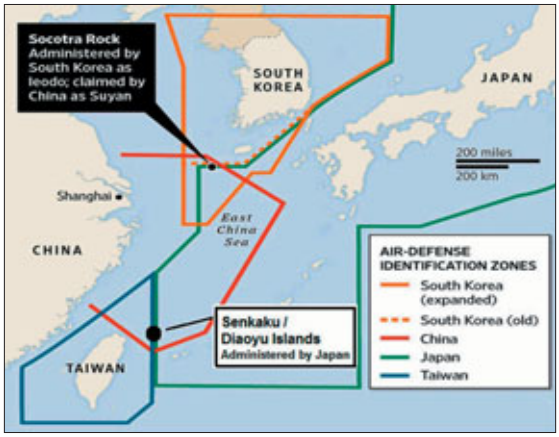


Figura 5. Zonas de Identificação de Defesa Aérea no Mar Oriental da China

Fonte: *The Wall Street Journal*, em linha (acesso em 28/12/2020), url: https://www.wsj.com/articles/south-korea-expands-airdefense-zone-1386484430

Embora seja um Estado *de facto* e sobre o qual a RPC nunca exerceu domínio, Pequim considera Taiwan parte inalienável da China e, portanto, um assunto "interno" associado à unidade da China. Desde Deng Xiaoping que a RPChina vem promovendo a reunificação com base no princípio "um país, dois sistemas" que serviu para recuperar a soberania sobre Hong Kong e Macau, sustentando na direção de Taiwan a chamada "política das três manutenções": manter o bloqueio diplomático, manter os laços económicos e manter a pressão militar. Esta linha continua atualmente, reafirmada pelo Secretário-Geral do Partido Comunista da China (PCC) e Presidente da RPC, Xi Jinping, no dia 2 de janeiro de 2019, num discurso celebrando o 40º aniversário da "Mensagem aos Compatriotas de Taiwan" de Deng Xiaoping: «*China must be and will be reunified.... We are all of the same family. The cross-Strait affairs are domestic affairs ... Cross-Strait reunification is the trend of history. "Taiwan independence" goes against the trend of history and will lead to a dead end.... We make no promise to renounce the use of force and reserve the option of taking all necessary means. This does not target compatriots in Taiwan, but the interference of external forces and the very small number of "Taiwan independence" separatists*

and their activities» (Xi Jinping 2019). No mesmo sentido, o recente "China's National Defense in the New Era" afirma «*The fight against separatists is becoming more acute. The Taiwan authorities...have gone further down the path of separatism... The "Taiwan independence" separatist forces and their actions remain the gravest immediate threat to peace and stability in the Taiwan Strait and the biggest barrier hindering the peaceful reunification of the country*» (PRChina 2019: Chap. I). Acrescenta ainda: «*China adheres to the principles of "peaceful reunification", and "one country, two systems", promotes peaceful development of cross--Strait relations, and advances peaceful reunification of the country. Meanwhile, China resolutely opposes any attempts or actions to split the country and any foreign interference to this end. China must be and will be reunited. China has the firm resolve and the ability to safeguard national sovereignty and territorial integrity, and will never allow the secession of any part of its territory by anyone, any organization or any political party by any means at any time. We make no promise to renounce the use of force, and reserve the option of taking all necessary measures. This is by no means targeted at our compatriots in Taiwan, but at the interference of external forces and the very small number of "Taiwan independence" separatists and their activities. The PLA will resolutely defeat anyone attempting to separate Taiwan from China and safeguard national unity at all costs*». (ibid.).

Figura 6. Taiwan

Fonte: Encyclopaedia Britannica, em linha (acesso em 29/12/2020), url: https://www.britannica.com/place/Taiwan

Evidentemente, Taiwan não é uma mera uma questão "interna" chinesa nem respeitante apenas a Pequim e Taipé, envolvendo diretamente os Estados Unidos, "protectores" de Taiwan. Washington reconhece oficialmente apenas "uma China", a República Popular desde os anos 1970: o estabelecimento formal de relações diplomáticas entre os EUA e a RPC ocorreu em 1979, depois dos EUA terem "permitido" que a RPC ficasse com o lugar da China nas Nações Unidas, em 1971 (até aí, estava na ONU a "República da China"/Taiwan) e da histórica visita do Presidente Nixon à RPC, em 1972. Contudo, os EUA mantêm uma política ambígua de "duas Chinas", tendo relações oficiosas com Taipé e comprometendo-se, ao abrigo do seu *Taiwan Relations Act* (TRA) de 1979, a defender Taiwan contra eventuais agressões. Para Washington, o interesse estratégico é manter o status quo, embora admita uma reunificação por via pacífica e negociada: «*The United States maintains a "one-China" policy that is based on the Taiwan Relations Act (TRA) and the three Joint Communiqués. The United States opposes unilateral actions aimed at altering the status quo. The United States continues to support the peaceful resolution of cross-Strait issues in a manner, scope, and pace acceptable to both sides.*» (US 2020: 120).

A protecção americana a Taiwan inclui a venda de armamento. Num memorando de 1982, o Presidente Ronald Reagan estipulava «*that the quantity and quality of the arms provided Taiwan beconditioned entirely on the threat posed by the PRC*». Em Maio de 2020, a Casa Branca remeteu ao Congresso o relatório intitulado "**United States Strategic Approach to the People's Republic of China" onde se afirma que** «*Beijing's failure to honor its commitments under the communiques, as demonstrated by its massive military buildup, compels the United States to continue to assist the Taiwan military in maintaining a credible self-defense, which deters aggression and helps to ensure peace and stability in the region.*». E o mais recente relatório anual do Pentágono sobre o "poder militar da China" também refere que «*Consistent with the TRA, the United States contributes to peace, security, and stability in the Taiwan Strait by providing defense articles and services to enable Taiwan to maintain a sufficient self-defense capability.* (US 2020: 120). Só desde 2010, os EUA anunciaram vendas de armento a Taiwan num valor de mais de 23 mil milhões USD (ibid.).

A sul de Taiwan e estendendo-se até perto de Singapura está o **Mar do Sul da China (MSC),** espaço marítimo localizado no Sudeste Asiático de aproximadamente 3,8 milhões de km². É delimitado a norte pela ilha de Taiwan, a leste pelo arquipélago das Filipinas, a sul/sudeste pela ilha do Bornéu, a sudoeste pelo Vietname e a oeste e norte pela China continental, sendo semicerrado ainda pelos Estreitos de Malaca e Sunda (ou Sonda) a sul e pelos Estreitos de Luzon e Taiwan a norte (ver Figura 7). O MSC liga os Oceanos Índico e Pacífico e toda a Ásia Oriental, sendo, por isso, uma zona de navegação intensa com algumas das linhas de comunicação marítimas mais movimentadas e estrategicamente mais importantes do mundo: por aqui transita um terço do *global shipping* (com bens no valor estimado de 5 biliões USD anualmente), cerca de metade do tráfego global de petroleiros e 40% do gás natural liquefeito global, bem como 40% do comércio externo e 80% das importações petrolíferas da RPC (via Estreito de Malaca), dois terços dos fornecimentos energéticos para a Coreia do Sul ou 60% das importações de energia do Japão e de Taiwan. Além disso, o MSC é rico em recursos naturais, incluindo pesca abundante (representa 10% das pescas mundiais) e vastas reservas de petróleo (as estimativas variam entre 11 e 22 mil milhões barris) e de gás natural (calculadas entre 190 e 290 biliões metros cúbicos) (Padula e Fernandes 2020; CFR 2020b).

No MSC situam-se várias centenas de ilhas, ilhotas, rochas, atóis, enseadas, bancos de areia e recifes - muitos dos quais inabitáveis, alguns submersos na maré alta e outros permanentemente submersos -, espalhados por três cadeias de ilhas (Pratas, Paracel e Spratly) e ainda pelo Banco Macclesfield e pelo Recife de Scarborough, todos disputados. A Ilha Pratas e o Macclesfield Bank são reclamados unicamente por Pequim e por Taipé (ainda que Macclesfield Bank esteja localizado para além do mar territorial de qualquer País) inserindo-se, portanto, na "questão de Taiwan". Por seu lado, com uma área total de 150 km2, incluindo a sua lagoa interior, e situado a cerca de 170 milhas náuticas (MN) a leste de Macclesfield Bank, 115 MN da ilha filipina de Luzon e 472 MN da costa chinesa, **Scarborough Shoal** é reclamado por RPChina, Taiwan e Filipinas: a China invoca que descobriu o recife e tem exercido

efetivo controlo há centenas de anos, enquanto as Filipinas argumentam que era "território sem dono" que efetivamente ocupou em 1946, ano da sua independência face os EUA.

Os arquipélagos das Paracel e das Spratly estão situados para além da plataforma continental geológica de qualquer Estado, pelo que nenhum dos Estados requerentes pode invocar argumentos geomorfológicos para reclamar a soberania sobre as ilhas. É, pois, com base na História e em mapas históricos que assentam os argumentos dos reclamantes (ver Pedrozo 2014, European Parliament 2014 e PCA 2016). As **Ilhas Paracel** (também referidas por "Ilhas Xisha" pelos chineses e "Arquipélago Hoang Sa" pelos vietnamitas), com cerca de 130 ilhas, rochas e recifes espalhados por uma área marítima de 15-16.000 km2 e relativamente equidistantes das costas do Vietname e da RPChina, são reclamadas por Vietname, Taiwan e RPChina, embora sejam todas controladas *de facto* pela RPChina desde 1974. A situação é mais complexa a respeito das **Ilhas Spratly** - espalhadas por 160.000 a 180.000 km2 de área oceânica -, reclamadas na sua totalidade pela RPChina, por Taiwan e pelo Vietname e parcialmente por Filipinas, Malásia e Brunei. Algumas das ilhas Spratly têm povoações civis, mas dos cerca de 45 ilhas, enseadas, recifes e atóis ocupados, todos contêm estruturas militares estabelecidas por Vietname, Filipinas, Malásia, RPChina e Taiwan – o Brunei é o único dos reclamantes que não possui ali um posto avançado militar, embora reivindique uma ZEE na parte sudeste das Ilhas Spratly que inclui o desabitado recife de Louisa.

No cerne das disputas no MSC está a **"linha das nove raias" ou *nine-dash line***, que começou a aparecer nos mapas chineses no final dos anos 1940 e em tempos definida pela China com "dez raias" e "onze raias" (ver Pedrozo, 2014 e PCA, 2016). A "linha das nove raias" está delineada ambiguamente até 2.000 km da China continental e foi apresentada, inclusivamente, ao Secretário-Geral das Nações Unidas pela Representação Permanente da RChina na ONU, juntando um mapa e afirmando taxativamente «*China has indisputable sovereignty over the islands in the South China Sea and the adjacente waters, and enjoys sovereign rights and jurisdiction over the relevant waters as well the seabed and subsoil thereof*» (China, PR-Permanent Misson to the United Nations, 2009). A questão é que esta "linha das nove raias" chinesa abarca 80% a 90% do MSC, inclui os disputados Scarborough Shoal e ilhas Paracel e Spratly e sobrepõe-se quer às áreas de soberania e águas territoriais quer às ZEE's ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) reclamadas pelos restantes Estados envolvidos, isto é, Filipinas, Brunei, Malásia e Vietname (ver Figura 7).

Teoricamente, e numa perspetiva legal, as disputas no Mar do Sul da China não deveriam ser complicadas de resolver (Trang, 2019), dado que todos os Estados reclamantes - Brunei, China, Filipinas, Malásia e Vietname - são parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Os Estados têm a obrigação de resolver os seus litígios por meios pacíficos, sendo condição, em regra, o seu consentimento para se submeterem aos mecanismos de resolução de conflitos por via da mediação ou da submissão a tribunais arbitrais. Porém, a UNCLOS prescreve formas concretas de resolução de conflitos e disputas no mar, podendo um Estado, individualmente, apresentar o seu caso contra um outro Estado

perante um tribunal internacional arbitral em certo tipos de disputas, no âmbito dos chamados "procedimentos obrigatórios" e de carácter vinculativo.

Foi precisamente esta a estratégia utilizada pelas Filipinas que, em 2013, submeteu um processo no Tribunal Permanente de Arbitragem contra a China a respeito do Mar do Sul da China. Em Julho de 2016, o *South China Sea Arbitration* decidiu, por unanimidade, entre outros aspetos desfavoráveis à China por violar a UNCLOS, ter competência de jurisdição sobre a matéria e que «*China's claims to historic rights, or other sovereign rights or jurisdiction, with respect to the maritime areas of the South China Sea encompassed by the relevant part of the 'nine-dash line' are contrary to the Convention* [UNCLOS] *and without lawful effect to the extent that they exceed the geographic and substantive limits of China's maritime entitlements under the Convention; and further DECLARES that the Convention superseded any historic rights, or other sovereign rights or jurisdiction, in excess of the limits imposed therein*» (PCA, 2016: 473, X.B.2). Contudo, Pequim adotou a posição de não aceitação e de não participação no processo.

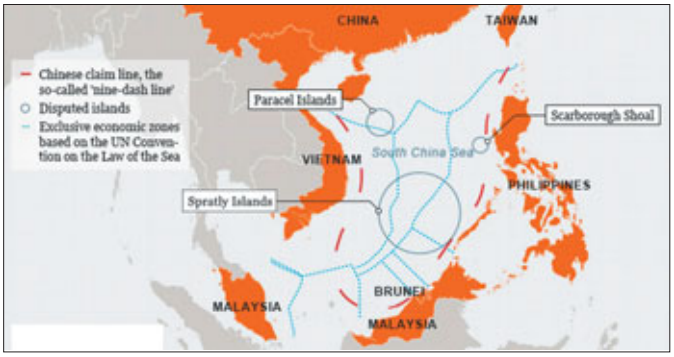


Figura 7. Disputas no Mar do Sul da China
Fonte: Deutsche Welle (DW), em linha (acesso em 24/12/2020), url: https://www.dw.com/en/south-china-sea-what-you-need-to-know/a-40054470

Além de não reconhecer nem discutir sequer a decisão do PCA, a RPChina continuou a expandir e até intensificou as suas atividades militares no MSC: por exemplo, em Março de 2009, Dezembro de 2013 e Setembro de 2018, navios da Armada chinesa aproximaram-se e intercetaram navios da Marinha dos EUA que navegavam no MSC e, em Maio de 2016, Fevereiro de 2017 e Maio de 2017, caças do Exército Popular de Libertação (EPL) chinês voaram perto de aeronaves das Forças Armadas dos EUA também nos céus do MSC; em Julho e Agosto de 2016, aviões bombardeiros H-6K da Força Aérea da RPC conduziram uma "patrulha aérea de combate" no espaço aéreo próximo de Scarborough Shoal e, em Dezembro do mesmo ano, bombardeiros H-6 chineses voaram ao longo da "linha das nove raias"; em Setembro de 2016, teve lugar o exercício naval bilateral China-Rússia "Joint Sea 2016" conduzido pela primeira vez no Mar do Sul da China; um exercício de treino naval, incluindo o porta-aviões "Liaoning" e uma cerimónia de revisão naval, considerada como a maior desde a fundação da RPChina, foram realizados na mesma área entre o final de Março e Abril de 2018; em 2019, foram realizados pela primeira vez no MSC testes de mísseis balísticos anti-navegação pela RPC; em 2019 e em Abril de 2020 foi noticiado o destacamento do porta-aviões "Liaoning" apoiado por navios de combate rápido da classe

Fuyu e outros no MSC. Além disso, são frequentes os relatos de tiros de aviso por navios de guerra chineses contra barcos de pesca dos países vizinhos no MSC.

Paralelamente, a RPChina tem vindo a construir bases e infraestruturas militares e a instalar sistemas de radar e de lançamento de mísseis de cruzeiro nas ilhas e recifes disputados, designadamente nas Ilhas Paracel e Spratly (ver **Figura 8**) onde possui, respetivamente, 20 e 7 postos avançados militares. Frequentemente, essas novas infraestruturas são criadas à custa de enormes aterros, como na Ilha Woody das Paracel cuja pista foi prolongada em 3.000 m desde 2013 – podendo, assim, ali aterrar e deslocar aeronaves de guerra de maior porte – e onde o EPL também instalou um sistema de mísseis terra-ar. Nas Ilhas Spratly, a RPChina terá aumentado o território em 3.500 Acres desde 2013, concretamente em sete dessas ilhas/recifes - Fiery Cross Reef, Mischief Reef, Subi Reef, Cuarteron Reef, Gaven Reefs, Hughes Reef, e Johnson South Reef. Nos Recifes Fiery Cross, Subi e Mischief, chamados os "Três Grandes" das Ilhas Spratly, a RPChina desenvolveu abrigos anti-mísseis, instalações de comunicações, armazenamento de munições subterrâneo, portos capazes de acomodar grandes navios de guerra e pistas de descolagem e aterragem de caças e bombardeiros, sistemas avançados de mísseis anti-navegação e antiaéreos e equipamento militar de interferência. Nas outras quatro ilhas/recifes Spratly (Cuarteron, Gaven, Hughes e Johnson South), a RPC construiu também diversos tipos de infraestruturas militares, incluindo portos, heliportos, radares, defesas antiaéreas e *close in weapon systems* (CIWS) (Japan 2020: 75-77 e US 2020: 100-102).

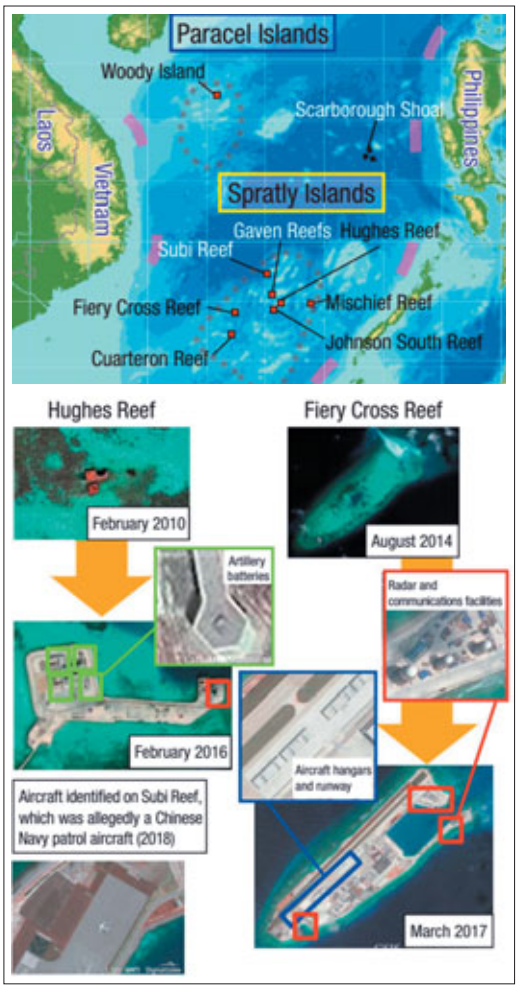


Figura 8. Exemplo de militarização chinesa nas Ilhas Spratly: Recifes Hughes e Fiery Cross
Fonte: Japan *2020*, 76: Fig. I-2-2-15.

Entretanto, afirmando a sua gestão administrativa das ilhas e recifes disputados no MSC, em abril de 2020, o Conselho de Estado da RPChina anunciou a criação de dois novos

distritos municipais, ambos pertencentes à prefeitura da cidade de Sansha e Província de Hainan (Haver, 2020): o Distrito Xisha, com sede na Woody Island e administrando a globalidade das ilhas Paracel e também sobre o que os chineses denominam Ilhas Zhongsha para referir Scarborough Shoal e Macclesfield Bank; e o Distrito Nansha, com sede em Fiery Cross Reef e administrando o conjunto das Ilhas Spratly.

2. Os dilemas à luz da ressurgência chinesa

As disputas territoriais e de áreas de soberania e Zonas Económicas Exclusivas são sempre fonte de preocupação, sobretudo, quando estão envolvidos rivais históricos e grandes potências. As disputas nos Mares da China são disso talvez o melhor exemplo atualmente. Um primeiro conjunto de dilemas está, pois, associado à ressurgência da China: é o crescimento do "poder nacional abrangente" da RPC que gera mais ansiedades, com as preocupações a incidirem, naturalmente, na dimensão militar e marítima e nas putativas ambições hegemónicas da RPChina.

A RPChina é um verdadeiro **"País de superlativos"**: é o Estado mais populoso do mundo – actualmente com cerca de 1440 milhões de habitantes (18.5% da população mundial), a que se somam mais de 50 milhões de chineses fora das suas fronteiras, espalhados por 150 países de todas as regiões do mundo – e, geograficamente, é o 4º maior do mundo, com cerca de 9.600 milhões km^2, situado entre a Ásia Central e os Mares da China, da Ásia do Sul e da Indochina à Península Coreana, tendo fronteira terrestre num total de 22.457 km com 14 países (Rússia, Mongólia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Afeganistão, Paquistão, Índia, Butão, Nepal, Myanmar, Laos, Vietname e Coreia do Norte) e uma linha de costa com 14.500 km. Porém, o espaço sob soberania do regime comunista chinês permanece indefinido, não apenas por via da "questão de Taiwan" e das referidas disputas nos Mares da China mas também por várias outras disputas territoriais e fronteiriças com a India (a quem Pequim revindica o Arunachal Pradesh, enquanto Nova Deli revindica à China o Aksai Chin e outros territórios que considera parte da Caxemira), o Butão (permanecendo por estabelecer a fronteira comum), a Coreia do Sul (com quem disputa também ZEEs no Mar Amarelo) e até a Coreia do Norte (com quem a RPC mantém indefinidas a soberania e a fronteira sobre certas ilhotas nos rios Yalu e Tumen).

Por outro lado, a China não é apenas emergente, é o paradigma de uma **potência "ressurgente"**: antigo "Império do Meio" e historicamente proeminente na Ásia Oriental, e depois de um período de cerca de Século e meio em que declinou abruptamente por razões internas e pressões externas, a China começou a ressurgir no final dos anos 1970 sob a liderança de Deng Xiaoping, em plena bipolarização política mundial, destacando-se, entretanto, de outras grandes potências e aproximando-se dos Estados Unidos, única superpotência desde o fim da Guerra Fria. Esta ressurgência da China que é, simultaneamente, um Estado, uma nação e uma civilização, tem um significado e um impacto tremendos pela escala e pelo ritmo.

A **base da ressurgência chinesa é económica e comercial**. Mercê de um crescimento muito acentuado e contínuo, por exemplo, a parcela da RPChina no PIB mundial em paridades de poder de compra (PPP) saltou de 2,27%, em 1980 para 18,56%, em 2020 – ultrapassando os EUA, cujo *share* no PIB mundial em PPP no mesmo período baixou de 21,41% para 15,41% (IMF 2020). No plano comercial, a ascensão da RPChina é igualmente impressionante: entre 1993 e 2019, o seu *share* nas exportações mundiais passou de 2,5% para 13,6% e nas importações mundiais de 2,7% para 11%, tornando-se o maior exportador do mundo e também já o maior importador se somada a parcela de Hong Kong, Região Administrativa Especial da China desde 1997 (WTO 2020: 80-82). Entretanto, a RPC passou a ser a "fábrica do mundo", o maior mercado de quase tudo (de computadores a telemóveis ou automóveis), o maior consumidor de energia (e também o maior emissor de Co2) e o maior parceiro comercial de cerca de 120 países de todo o mundo, incluindo o Japão, a Coreia do Sul ou o grupo ASEAN10. Expoente do poder económico e da intersecção das dimensões geoeconómica e geopolítica da RPChina é a *Belt and Road Initative* (BRI) ou "nova rota da seda" lançada pelo Presidente Xi Jinping, em 2013, englobando uma "Faixa" terrestre ligando a China à Europa e uma "Rota" marítima que liga o Mar do Sul à Oceânia e ao Oceano Índico, daí conectando as costas Asiática e Africana até à Europa. Atualmente, cerca de 140 países e organizações regionais já assinaram acordos de cooperação com a China no âmbito da BRI, da Ásia Oriental à Europa, América Latina, África, Médio Oriente, Ásias Central e Meridional, Índico e Oceânia.

Em breve, a RPChina poderá dispor da maior economia mundial em termos reais/nominais, processo que pareceu acelerar pela dupla crise pandémica e económica: segundo as estimativas do FMI, a RPC será a única das grandes economias a crescer no ano de 2020, cerca de 1,9%, enquanto os EUA, a Zona Euro, o Japão, a Coreia do Sul ou o grupo dos 10 ASEAN terão variações muito negativas de, respetivamente, – 4,3%,– 8,3%, -5,3, -1,9% e -3,3; e no ano 2021, a RPC será das que recuperarão mais rapidamente com um crescimento de 8,2%, comparativamente a apenas 3,1% dos EUA, 5,2% da Zona Euro, 2,3% do Japão, 2,9% da Coreia do Sul e 6,1% da ASEAN (IMF 2020). Nestas condições, será ainda mais difícil outros atores optarem por estratégias de "desacoplamento" face à China.

A maior disponibilidade económica e financeira permite a Pequim investir nos mais diversos domínios, como a **ciência e tecnologia** onde a China vem registando progressos significativos, desde a área dos transportes e comunicações à engenharia aeroespacial, robótica ou inteligência artificial. Aliás, foi com o objetivo de transformar a RPChina na potência líder da chamada "4ª revolução industrial" que Pequim lançou, em Maio de 2015, o "Made in China 2025", plano a dez anos que identifica os setores-chave onde a China aposta decisivamente em termos de inovação, auto-suficência e liderança e estipula quanto do mercado chinês de tecnologia deve ser controlado por empresas chinesas e quantos componentes em diferentes produtos devem ser fabricados na China. Os exemplos do salto científico e tecnológico chinês são muitos e sucedem-se: no espaço de apenas uma década, a RPChina passou de não

ter comboios de alta velocidade para dispor da maior rede ferroviária de alta velocidade do mundo, com tecnologia endógena; em outubro de 2018, foi inaugurada a maior ponte marítima do mundo, com 55 km de extensão, ligando Hong Kong e Macau à cidade de Zhihau; construiu o maior radiotelescópio composto só por um disco, de 500 metros de diâmetro, o FAST (*Five-hundred-metre Aperture Spherical Radio Telescope*), que começou a funcionar em 2016; na exploração espacial, o chinês *Chang'e-3* alunou pela primeira vez em 2013, numa proeza até então só alcançada pelos EUA e pela antiga URSS e, em janeiro de 2019, a RPC tornou-se o primeiro país a pousar um módulo no lado oculto da Lua, o *Chang'e-4*; aparentemente, é chinesa a tecnologia mais avançada do mundo na transição para a quinta geração de internet móvel, a 5G... Outros dois exemplos são particularmente significativos e simbólicos: em 2019, pela primeira vez, a RPChina destronou os EUA na liderança dos países com maior número de patentes registadas, a que acresce o facto de quatro companhias chinesas surgirem no Top 10 das empresas com mais patentes num ranking liderado pela chinesa Huawei Technologies pelo terceiro ano consecutivo (WIPO 2020); em 2020, um grupo de investigadores chineses apresentou ao mundo o protótipo de computador quântico "um bilião de vezes" mais rápido do que o mais poderoso computador existente - a que chamaram *Jiuzhang* – e que demorou pouco mais de 3 minutos a completar uma tarefa que o supercomputador convencional mais rápido do mundo só conseguiria resolver em 600 milhões de anos.

A rápida ascensão da China é também evidente no **domínio estratégico e militar**. Potência nuclear desde 1964, o seu Exército Popular de Libertação (EPL) é o maior do mundo, com mais de 2 milhões de soldados no activo, vindo Pequim a investir contínua e significativamente na Defesa: dispondo do 2º maior orçamento de defesa logo a seguir aos EUA e cada vez mais distante das demais potências, as despesas militares da RPC aumentaram 85% entre 2010 e 2019, atingindo uns estimados 261 mil milhões USD e um *share* mundial de 14%, em 2019, sendo a China responsável por metade das despesas militares de toda a Ásia e Oceânia (SIPRI 2020). A par dos investimentos avultados na área da Defesa, Pequim abraçou uma verdadeira "Revolução dos Assuntos Militares com características chinesas", cujos objetivos na "Nova Era" são, conforme afirmado no *China's National Defense in the New Era* (China 2019): até ao final de 2020 «*To generally achieve mechanization...with significantly enhanced informationization and greatly improved strategic capabilities*»; até 2035 «*To comprehensively advance the modernization of military theory, organizational structure, military personnel, and weaponry and equipment in step with the modernization of the country and basically complete the modernization of national defense and the military*»; e até 2049 «*To fully transform the people's armed forces into world-class forces*».

O EPL vem, assim, desenvolvendo e modernizando as suas capacidades militares, designadamente nos domínios naval, aéreo, mísseis, transportes, comunicações, espacial e cibernético. De enorme relevância para os Mares da China, destacam-se capacidades de "anti-acesso" e "negação de área" que são, simultaneamente, de projeção de força: além dos dois porta-aviões que a China possui atualmente (o *Liaoning*, operacional desde 2012 e o *Shandong*, desde 2018

- com um terceiro em construção que deverá estar ao serviço em 2022 e mais cinco ou seis a lançar até meados dos anos 2030), por exemplo, entre 1991 e 2019, a RPC passou de nenhum para 52 submarinos modernos, de nenhum para 67 fragatas e destroyers modernos ou de nenhum para 1080 caças de quarta e quinta gerações (Japan 2020: 68). Segundo o Pentágono, a RPChina já atingiu paridade com os EUA em vários domínios e dispõe já da maior marinha do mundo: «*China has already achieved parity with—or even exceeded—the United States in several militar modernization* áreas...*The PRC has the largest navy in the world... China is the top ship-producing nation in the world by tonnage and is increasing its shipbuilding capacity and capability for all naval classes.*» (US 2020: vii). A ascensão estratégica da China é, por conseguinte, fonte natural de inquietações quer na Ásia/Indo-Pacífico quer nos EUA, o que a par da sua manifesta condição de "potência marítima" provoca receios maiores em todos os países envolvidos nas disputas nos Mares da China.

Indissociável do "poder nacional abrangente" é a finalidade e o uso desse poder – ou seja, os **objetivos e as ambições da RPChina**. Em larga medida, pode dizer-se que os grandes objectivos se mantêm os traçados desde Deng Xiaoping, se bem que a actual equipa dirigente liderada por Xi Jinping os apresente de uma forma mais concreta e ambiciosa, relacionando o "sonho chinês" de fortalecimento e rejuvenescimento com a celebração de "dois centenários" simbólicos para o regime comunista, o centenário da fundação do Partido Comunista da China (PCC), em 2021 e o centenário da proclamação da República Popular da China, em 2049. Os dirigentes, discursos e documentos oficiais de Pequim continuam a afirmar que a RPChina não tem intenções hegemónicas, a sua política externa se baseia nos tradicionais "cinco princípios da coexistência pacífica", a sua estratégia é de "ascensão benigna" e "ganhos mútuos" tirando partido de um "período de oportunidades" e a sua política de defesa é de natureza "defensiva" (China 2019). Ao mesmo tempo, todavia, também declaram que a China entrou numa "nova era", cujo significado é explicitado assim pelo Presidente Xi Jinping num discurso ao 19º Congresso do PCC: «*China moving closer to center stage... new era of great power diplomacy with Chinese characteristics... take an active part in leading the reform of the global governance system... a leading position in terms of economic and technological strength, defense capabilities, and composite national strength...crossed the threshold into a New Era*» (Xi 2017). O mais recente Livro Branco de Defesa da China, de julho de 2019, diz que «*Guided by Xi Jinping's thinking on strengthening the military, China's national defense in the new era will stride forward along its own path... stand ready to provide strong strategic support for the realization of the Chinese Dream of national rejuvenation...*» (China 2019: Chap. II).

Paralelamente, a China proclama uma espécie de "doutrina Monroe com características chinesas", como se infere das palavras do Presidente Xi Jinping (2014): «*In the final analysis, let the people of Asia run the affairs of Asia, solve the problems of Asia and uphold the security of Asia. The people of Asia have the capacity and wisdom to achieve peace and stability through enhanced cooperation... the outside countries, on their part, should respect the diversity of our region and do their part to facilitate its development and stability*». A China parece mesmo reivindicar

uma área de influência onde, evidentemente, se incluem a Ásia Oriental e os Mares da China: «*Disputes still exist over the territorial sovereignty of some islands and reefs, as well as maritime demarcation. Countries from outside the region conduct frequent close-in reconnaissance on China by air and sea, and illegally enter China's territorial waters and the waters and airspace near China's islands and reefs, undermining China's national security*» (China 2019: Chap. I).

Estes aspetos remetem para a "armadilha de Tucídides" (Allison, 2017) ou o clássico **dilema das "transições hegemónicas" e disputa de esferas de influência** entre grandes potências, neste caso, os EUA e a China. Por exemplo, G. Allison (ibid.: 109) argumenta que dada a magnitude do desafio China à posição dos EUA na Ásia-Pacífico, incluindo a crescente contestação do domínio naval dos EUA nos Mares da China, os EUA e a China estão «*destined for war*» caso Washington se recuse a aceitar, pelo menos parcialmente, certas "esferas de influência" de Pequim. M. Green (2017: 5) considera que «*the United States will not tolerate any other power establishing exclusive hegemonic control over Asia or the Pacific*», e B. Schreer (2019: 504-505) diz que «*the US-China rivalry is likely to lead to the emergence of a 'geography of conflict' in East Asia. Utilising the advantages of its geopolitical position, China is now posing a major challenge to the United States, the dominant sea power. On its part, the US seeks to exploit China's existing geopolitical disadvantages to constrain the challenger's room for expansion, while making the best out of its position as the still pre-eminent sea power*». No mesmo sentido, V. Rato (2020: 140) argumenta que «*Beijing's behavior relative to its Asian neighbors indicates that the regional status quo underpinning American hegemony is no longer acceptable.... The US presence in Asia therefore continues to be of significant import and key regional allies stress the urgency of bolstering links with Washington to counter Chinese might*».

A postura competitiva surge expressa em documentos oficiais de ambos os lados. Do lado Americano, a competição com a China acentuou-se durante a Administração Trump, cuja *National Security Strategy* afirma «*A geopolitical competition between free and repressive visions of world order is taking place in the Indo-Pacific region.... China's infrastructure investments and trade strategies reinforce its geopolitical aspirations. Its efforts to build and militarize outposts in the South China Sea endanger the free flow of trade, threaten the sovereignty of other nations, and undermine regional stability. China has mounted a rapid military modernization campaign designed to limit U.S. access to the region and provide China a freer hand there. China presents its ambitions as mutually beneficial, but Chinese dominance risks diminishing the sovereignty of many states in the IndoPacific.*» (US 2017: 45-46). Por seu lado, Pequim afirma que «*International strategic competition is on the rise. The US has adjusted its national security and defense strategies, and adopted unilateral policies. It has provoked and intensified competition among major countries.... As the world economic and strategic center continues to shift towards the Asia-Pacific, the region has become a focus of major country competition, bringing uncertainties to regional security. The US is strengthening its Asia-Pacific military alliances and reinforcing military deployment and intervention, adding complexity to regional security....*» (China 2019: Chap. I).

A competição EUA-China subiu de tom durante o ano 2020 (Tomé, 2020 e 2021), pela conjugação da crise pandémica (de que a Administração Trump responsabilizou a China) com uma maior assertividade chinesa e a campanha para as eleições Presidenciais nos EUA. Com efeito, as fricções acumularam-se a propósito de disputas comerciais (depois do acordo "fase 1" estabelecido em janeiro de 2020 que suspendeu a guerra de tarifas que vinha desde 2018, Washington e Pequim manifestaram desinteresse em prosseguir negociações rumo à "fase 2"), da questão de Taiwan (com os EUA a saudarem a reeleição da independentista Presidente Tsai Ing-wen e a anunciarem novas vendas de armamento a Taipé, retaliando Pequim com sanções contra a gigante de armamento americana Lockheed Martin), da Organização Mundial de Saúde (que a Administração Trump acusou de estar demasiado influenciada por Pequim e de onde retirou dos EUA), da tecnologia (com a Huwaei chinesa e o 5G a continuarem no centro da controvérsia), dos Direitos Humanos (designadamente, sobre a denúncia americana de prisões massivas de Uigures muçulmanos na província chinesa do Xinjinag, com Pequim a retaliar impondo sanções a congressistas e senadores americanos) ou da nova Lei de Segurança Nacional chinesa imposta a Hong Kong (que levou as duas Câmaras do Congresso americano a aprovarem, por unanimidade, o *Hong Kong Autonomy Act* e a Casa Branca a acabar com o estatuto especial que os EUA concediam a Hong Kong). E no meio de acusações mútuas de (ciber)espionagem e de uma retórica invulgarmente confrontacional e até hostil, somam-se ainda aspetos simbólicos nunca vistos desde o estabelecimento formal de relações diplomáticas bilaterais, como a proibição de entrada nos EUA de militantes do PCC ou as ordens para encerramento do Consulado da China em Houston e do Consulado dos EUA em Chengdu.

Por outro lado, e a julgar por iniciativas como *a nine-dash line* no Mar do Sul da China ou a *Air Defense Identification Zone (ADIZ)* no Mar Oriental da China e a crescente militarização de ambos os Mares, Pequim parece ter abandonado uma postura **de *Mare Libero* para impôr uma lógica de *Mare Clausum***, contrariando frontalmente a tradição de "livre navegação dos mares" prevalecente à Séculos na região e um dos principais postulados da principal potência marítima nos últimos 120 anos, os Estados Unidos. Daí Washington ter aumentado, nos últimos anos, o número de *Freedom of Navigation Operations (FONOPs)* nos Mares da China e em áreas reclamadas por Pequim, designadamente no Mar do Sul da China onde só na primeira metade de 2020 os EUA realizaram 8 exercícios FONOPs - operações essas que desencadeiam sempre acusações chinesas de ilegalidade, belicosidade e perturbação da estabilidade regional.

Para os EUA e os vizinhos asiáticos da China, as "atividades" conduzidas nos Mares da China pela RPC são "expansionistas" e uma tentativa de Pequim alterar, unilateral e coercivamente, o *status quo*: «*China has thus relentlessly continued attempts to unilaterally change the status quo by coercion... Such activities conducted by China based on its own assertions unilaterally change the status quo and further advance its efforts to create a fait accompli*» (Japan 2020: 74-77). Contudo, para Pequim essas atividades são um exercício de soberania, uma vez

que considera os **territórios disputados nos Mares da China partes inalienáveis da China**: «*China resolutely safeguards its national sovereignty and territorial integrity. The South China Sea islands and Diaoyu Islands are inalienable parts of the Chinese territory. China exercises its national sovereignty to build infrastructure and deploy necessary defensive capabilities on the islands and reefs in the South China Sea, and to conduct patrols in the waters of Diaoyu Islands in the East China Sea*» (China 2019: Chap. II).

Desta situação resultam **vários riscos e dilemas de segurança**. Dadas as forças e predisposições envolvidas, com um número crescente de capacidades militares presentes nos Mares da China, frequentes exercícios e algumas provocações e "testes", há o risco de ocorrer um incidente ou um acidente que provoque rapidamente uma escalada. Um conflito pode resultar também de erros ou deficientes cálculos acerca da reação do(s) outro(s) ator(es) envolvidos, agravado pelo facto das disputas nos Mares da China terem adquirido uma dimensão simbólica para as posições e imagens dos vários Países e Governos envolvidos e, por outro lado, serem facilmente instrumentalizáveis em discursos e posturas nacional-populistas. Ou seja, incidentes nos mares da China podem rapidamente desencadear emoções públicas e, ao fazê-lo, limitar a margem de manobra dos dirigentes políticos para controlar a escalada.

Depois, não se vislumbra possível forçar a RPChina a abandonar ilhas e postos no MSC e explorações no MOC ou impedi-la de manter ou mesmo fortalecer a sua presença naval e aérea nos Mares da China sem correr o risco de um conflito militar; mas a RPChina também não pode impedir os EUA e outros Estados de operarem na área sem correr o risco de provocar um indesejável conflito militar – ou seja, nem a retirada nem a exclusão são verdadeiras opções sem inerentes riscos de guerra.

Não se presumindo que qualquer das partes envolvidas nas disputas nos Mares da China renuncie ou abdique das suas reivindicações e posições, também parece muito pouco provável que Pequim aceite mecanismos de resolução de conflitos como a mediação ou a arbitragem internacional, tendo em conta a postura de Pequim de não participação no processo submetido ao Tribunal Permanente de Arbitragem e não reconhecer a decisão proferida por este Tribunal em julho de 2016. O dilema daqui resultante é a redução das possibilidades de resolução de conflitos e disputas nos Mares da China por meios pacíficos. Claramente, a RPC prefere negociações bilaterais Estado a Estado, onde a sua gigantesca dimensão lhe confere vantagem.

As relações entre as partes envolvidas nas disputas nos Mares da China assumem, assim, uma importância acrescida, pelo que um último conjunto de dilemas respeita ao padrão de interações regionais e ao relacionamento dos restantes Estados com a RPChina. O que dissemos anteriormente remete para um quadro essencialmente competitivo e confrontacional. No entanto, a realidade internacional é muito mais complexa e inclui, igualmente, uma **faceta cooperativa**, num padrão de comportamento e interacções que noutros trabalhos (Tomé 2010, 2013, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020) temos caracterizado com a noção de "congagement" (conjugando os termos "containment" e "engagement"). Incluindo nas relações entre os EUA e a RPC que têm uma *Constructive Strategic Partnership* e se articulam numa ampla

agenda. Mesmo a Administração Trump assume que «*the United States seeks to continue to cooperate with China*» (US 2017: 46) e «*Pursuit of a constructive results-oriented relationship with China is an important part of U.S. strategy in the Indo-Pacific region*. » (US 2020: xii). A cooperação e a articulação EUA-China existe também ao nível multilateral, no quadro de organismos internacionais, da Agência Internacional da Energia Atómica à Interpol, G20 ou, inevitavelmente, à ONU, de cujo Conselho de Segurança são ambos Membros Permanentes: por exemplo, entre 2000 e 2018, a China apoiou 182 das 190 Resoluções do CSNU impondo sanções a outros Estados por violação de regras internacionais.

O padrão de *congagement* prevalece na Ásia Oriental, onde os principais actores envolvidos nas disputas nos Mares do Sul e Oriental da China competem e conflituam mas, simultaneamente, também dialogam e cooperam, nos níveis bilateral e multilateral. Por exemplo, o Japão e a Coreia do Sul, aliados dos EUA, têm "parcerias estratégicas" bilaterais com a RPChina, formam o "triângulo estratégico" China-Japão-Coreia do Sul e são parte do mecanismo ASEAN+3 (precisamente, China, Japão e Coreia do Sul). As três potências e também os EUA são parte das "Conversações a 6" sobre o programa nuclear e míssil norte-coreano e "parceiros de diálogo" da ASEAN, participando todos no *ASEAN Defense Ministers' Meeting Plus (ADMM-Plus),* no *ASEAN Regional Forum* (ARF) e nas *East Asia Summit (EAS*). A estes mecanismos soma-se a *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) que entre os seus membros inclui EUA, China, Japão, Coreia do Sul, todos os Países ASEAN com disputas no MSC (Vietname, Filipinas, Brunei e Malásia) e até Taiwan sob a designação de *Chinese Taipei*. É o desenvolvimento desta faceta cooperativa que conforta Pequim ao falar numa "comunidade de destino" regional: «*Asia-Pacific countries are increasingly aware that they are members of a community with shared destiny*» (China 2019: Chap. 1).

Por outro lado, todos os atores envolvidos nas disputas nos Mares da China afirmam, oficial e repetidamente, a predisposição para uma resolução pacífica e negociada dos diferendos de forma a manter a paz e a estabilidade na região, incluindo o regime de Pequim: «*China is committed to resolving related disputes through negotiations with those states directly involved on the basis of respecting historical facts and international law. China continues to work with regional countries to jointly maintain peace and stability. It firmly upholds freedom of navigation and overflight by all countries in accordance with international law and safeguards the security of sea lines of communication (SLOCs)*» (ibid.). Essa predisposição não é meramente retórica ou declaratória, sendo consubstanciada em factos.

Apesar das disputas e reivindicações, foi possível estabelecer no Mar Oriental da China "Zonas de Desenvolvimento Conjunto" Japão-Coreia do Sul (acordada em 1974 e em vigor desde 1978 por um período previsto de 50 anos) e China-Japão (desde 2008), bem como "Acordos de Pesca Conjunta" China-Japão (assinado em 1997, entrou em vigor em 2000), Coreia do Sul-Japão (em vigor desde 1999) e China-Coreia do Sul (que vigora desde 2001). Além disso, o Japão e a RPC têm procurado concretizar o "Acordo 2008" relativo ao desenvolvimento de recursos, a fim de tornar o Mar Oriental da China «*a Sea of Peace, Cooperation and*

Friendship» (Japan 2019) tendo, entretanto, sido estabelecido um Acordo *Maritime Search and Rescue (SAR)*. Desde 2012, Tóquio e Pequim têm discutido um mecanismo bilateral de gestão de crises no MOC e, em 2018, estabeleceram o *Maritime and Aerial Communication Mechanism* com uma linha direta de contacto entre os respetivos Ministérios da Defesa para acautelar e gerir eventuais crises e incidentes. E num encontro bilateral à margem da Cimeira do G20 realizada em Osaka-Japão, o Primeiro-Ministro Japonês Shinzo Abe e o Presidente chinês Xi Jinping declararam visar «*to build constructive relations in the maritime security area, based on the recognition that they should be "partners who cooperate together and not become threats to each other*» (ibid.).

De igual modo, acerca do Mar do Sul da China, a RPC e os Países ASEAN (Associação que inclui membros com reivindicações no MSC - Vietname, Filipinas, Brunei e Malásia -, e dois aliados formais dos EUA, as Filipinas e a Tailândia) têm procurado atenuar e gerir disputas e rivalidades. Parceiros formais desde 1996, a RPC foi o primeiro "parceiro de diálogo" da ASEAN a aderir ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) no Sudeste Asiático, em 2003 e a primeira potência nuclear a manifestar a intenção de aderir ao Protocolo do Tratado que institui a *Southeast Asia Nuclear-Weapon-Free Zone (SEANWFZ)* – sem, no entanto, o ter assinado, tal como não assinou nenhuma das outras potências nucleares. Em 2003, foi estabelecida a Parceria Estratégica RPC-ASEAN, relançada em 2018 com a "Strategic Partnership Vision 2030". Mais relevante, a ASEAN e a RPChina assinaram, em novembro de 2002, a *Declaration on the Conducts of Parties in the South China Sea* (DOC), reafirmada uma década depois pelos mesmos onze signatários; em julho de 2011, a China e a ASEAN adoptaram as linhas orientadoras para implementar o DOC e, em setembro de 2016, os líderes dos mesmo onze países adoptaram a *Joint Statement on the Application of the Code for Unplanned Encounters at Sea (CUES) in the South China Sea*, e as *Guidelines for Hotline Communications among ASEAN Member States and China in Response to Maritime Emergencies in the Implementation of the DOC;* em agosto de 2017, foi finalmente adotado o quadro para o Código de Conduta (COC) no disputado MSC e, logo no mês de novembro seguinte, anunciado oficialmente pelos mesmos onze Estados o lançamento das negociações sobre o COC, tendo a China proposto completar essas negociações no período de três anos, isto é, até ao final de 2021 (ASEAN 2020). Entretanto, a par de outros quadros e mecanismos de diálogo e cooperação já referidos (ASEAN+3, ARF, EAS e *ADMM-Plus),* desde 2010 que têm decorrido as *China-ASEAN defense ministers' informal meetings* e, em outubro de 2018, decorreu o primeiro exercício entre as Forças Armadas da RPChina e da ASEAN, o *China-ASEAN Maritime Exercise-2018,* precisamente no Mar do Sul da China.

Assim, um dos **dilemas** com que se defrontam os outros Estados com disputas e reivindicações nos Mares do Sul e Oriental da China é compatibilizar o diálogo e a cooperação com a RPC (visando "socializar" a China e atenuar rivalidades e a predisposição para o conflito) mediante a postura cada vez mais assertiva de Pequim que, entretanto, vai avançando nos seus intentos e criando situações *de facto* mais difíceis de reverter.

Outro dilema respeita ao risco de os "parceiros" da China estarem a contribuir para o crescimento do "poder nacional abrangente" chinês que pode vir a ser usado contra eles. E/ou tornarem-se "tributários" da gigantesca economia chinesa, ficando numa situação de maior dependência ou impotência. Este dilema resulta, desde logo, da enorme dependência económica e comercial das economias do Japão, da Coreia do Sul e dos Países ASEAN face à China. É verdade que há uma interdependência mútua, o que também ilustra a faceta cooperativa na Ásia Oriental: a RPChina é, de longe, o maior parceiro comercial do Japão, da Coreia do Sul ou do grupo ASEAN, estando todos estes (e os EUA) no Top 5 dos maiores parceiros comerciais da RPChina. Mas nessa interdependência, há uns mais dependentes do que outros: em 2019, mesmo agregando o conjunto UE27, a RPChina foi o 1º parceiro comercial do Japão, representando 20,9% de todo o comércio externo japonês, enquanto o Japão foi o 4º maior da China com um *share* de 6,9%; a RPC foi igualmente o 1º parceiro da Coreia do Sul, com um *share* de 23,3%, ao passo que a Coreia do Sul foi o 5º da RPC representando uma parcela de 6,3%; e a RPChina foi também o 1º parceiro do grupo ASEAN10, com um share de 22,5%, enquanto a ASEAN foi o 3º da RPC com uma parcela de 8,3% no comércio chinês (EC 2020).

Um exemplo recente confirma as ambivalências das interacções na Ásia-Pacífico e que os aliados e parceiros regionais dos Estados Unidos rejeitam, pelo menos por enquanto, uma postura exclusivamente competitiva e o "desacoplamento" que a Administração Trump prosseguiu face à China, preferindo manter a linha de envolvimento e cooperação com Pequim. Apesar de um ano de particular assertividade chinesa e das tensões nos Mares da China, em 15 de novembro de 2020, a somar aos vários acordos de comércio livre bilaterais existentes, a RPChina, os 10ASEAN, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia assinaram o *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), negociado durante uma década e que institui a maior zona de comércio livre do mundo. Confortado por essa assinatura e "tirando partido das oportunidades", cinco dias depois, o Presidente Xi Jinping disse na Cimeira virtual da APEC que «China *will favorably consider joining the Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*» (Xi 2020) – parceria de onde Trump retirou os EUA, em 2018...

Considerações Finais

Durante muito tempo, as preocupações relativamente a um conflito envolvendo a China centraram-se, essencialmente, na "questão de Taiwan". Nos últimos anos, essas preocupações expandiram-se aos Mares do Sul e Oriental da China, em virtude das actividades aí desenvolvidas pela RPC. "Elo comum" a todas as disputas territoriais, de Socotra Rock/Ieodo/Suyan e ilhas Senkaku/Diaoyu/Tiaoyutai no MOC a Scarborough Shoal, Ilhas Paracel e Ilhas Spratly no MSC, bem como às disputadas áreas de soberania, águas territoriais e ZEEs, Pequim tem vindo a fortalecer a sua presença estratégica e a militarizar ambos os Mares do Sul e Oriental

da China - aumentando o número de navios e aeronaves de guerra a operarem nesses espaços e o número de exercícios militares e construindo e expandindo estruturas militares à custa de enormes aterros em ilhas e atóis que controla, somando-se à sua "linha das noves raias" traçada no MSC e à sua recente Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) definida no MOC. Paralelamente, a RPChina reclama a extensão da plataforma continental no MOC e intensificou a prospeção de gás e de petróleo nas proximidades das ilhas Senkaku disputadas ao Japão, ao mesmo tempo que recria a administração das Ilhas Paracel e Spratly no MSC. Entretanto, Pequim recusou participar no processo submetido ao Tribunal Permanente de Arbitragem sobre o MSC e não se vincula à decisão proferida por esse Tribunal que não reconhece os "direitos históricos" invocados pela China.

Estes desenvolvimentos sugerem que a RPChina está a querer alterar o *status quo* de forma unilateral, se necessário, por via coerciva, avançando na sua agenda e criando situações *de facto* mais dificilmente reversíveis; e, por outro lado, a querer transformar os Mares da China num verdadeiro Mar *da* China, no sentido de *Mare Nostrum* ou *Mare Clausum.* Significa isto que o foco das relações com a China que durante muito tempo incidiu nas questões económico-comerciais se deslocou, entretanto, para preocupações com a ascensão estratégica da RPC, para isso muito contribuindo a maior assertividade chinesa nos Mares da China. As preocupações associadas às putativas ambições hegemónicas e expansionistas da RPChina são agravadas pelo impressionante crescimento do seu "poder nacional abrangente", designadamente nos domínios tecnológico e militar, e que tornam a China também uma potência marítima. Dada a portentosa ressurgência chinesa e a extraordinária importância dos Mares da China, as preocupações vão muito para lá dos outros Estados reclamantes nesses Mares ou da Ásia Oriental, ligando-se diretamente à disputa de áreas de influência entre a China e os EUA e à competição entre ambos na Ásia-Pacífico.

Porém, apesar das disputas, mantêm-se no MOC as "Zonas de Desenvolvimento Conjunto" Japão-Coreia do Sul e China-Japão e os "Acordos de Pesca Conjunta" China-Japão, Coreia do Sul-Japão e China-Coreia do Sul. O Japão e a RPChina estabeleceram, entretanto, um Acordo *Maritime Search and Rescue (SAR)* e um *Maritime and Aerial Communication Mechanism.* Ao mesmo tempo, a RPChina e ASEAN conseguiram adotar o quadro para o Código de Conduta (COC) no disputado MSC, cujas negociações deverão estar concluídas a breve trecho, e as respetivas Forças Armadas até fizeram um primeiro *China-ASEAN Maritime Exercise-2018.* Além disso, a China, Países ASEAN, Japão e Coreia do Sul têm mantido diálogo e cooperação no seio de inúmeros mecanismos e organizações regionais, da APEC ao ASEAN+3, ARF, EAS ou ADMM-Plus. E ainda recentemente, os 10ASEAN, o Japão, a Coreia do Sul e a RPChina (e também a Austrália e a Nova Zelândia, mas não a Índia nem os EUA) assinaram o RCEP que institui a maior zona de comércio livre do mundo.

Estes exemplos demonstram que o intrincado complexo de relações entre os Estados envolvidos nas disputas nos Mares da China tem também uma faceta cooperativa. E que, portanto, os Países da Ásia Oriental, incluindo os aliados formais e parceiros dos EUA, não seguem

uma postura exclusivamente competitiva e de "desacoplamento" face à China. Na realidade, ao mesmo tempo que competem, disputam e se preparam até para um eventual confronto com a China, também se envolvem, cooperam e socializam com a China. Estas ambivalências são o reflexo de, ao mesmo tempo que também contribuem para, um padrão de comportamentos e interações regionais que caracterizámos como "congagement", num ambiente percecionado como volátil e em que o rumo dos acontecimentos e o comportamento dos outros é incerto.

A situação atual nos Mares da China, embora de relativa paz e estabilidade, implica vários riscos e dilemas ligados à ressurgência da China. Desde logo, sobre o uso que pretende a RPC dar ao seu "poder nacional abrangente" para alcançar os seus fins. Ou como decorrerá a clássica "transição hegemónica" e disputa de esferas de influência entre as superpotências aparentemente emergente e declinante, China e EUA. Outro dilema é que nem a retirada forçada da China das suas posições actuais nem a exclusão dos EUA e dos outros Estados nos Mares da China poderão ocorrer sem inerentes riscos de guerra. Depois, há a possibilidade de um incidente ou um acidente nos Mares da China poder provocar uma escalada conflitual. E perante a recusa da RPChina em aceitar a mediação ou a arbitragem internacional, são menores as alternativas de resolução de conflitos e disputas nos Mares da China por meios pacíficos. Os outros Estados com disputas e reivindicações nos Mares do Sul e Oriental da China defrontam-se igualmente com o dilema de manter o diálogo e a cooperação com uma RPC cada vez mais assertiva e coerciva e que, gradualmente, expande e consolida as suas posições. E ainda de estarem a contribuir para o crescimento do "poder nacional abrangente" chinês que pode vir a ser usado contra eles.

Em suma, os Mares da China ajudam a perceber que a China é uma potência ressurgente com vontade política e capacidades de potência marítima, não apenas de potência continental; que a China está mais assertiva nas suas disputas, mas as suas relações com os vizinhos asiáticos não se limitam a uma mera lógica competitiva; e que a sequência de eventos e comportamentos nos Mares da China são indissociáveis do quadro mais amplo da geopolítica e do complexo de segurança em toda a região. Por conseguinte, os desenvolvimentos subsequentes nos Mares do Sul e Oriental da China ajudarão a definir não apenas que uso dará a China ao seu poder mas também as dinâmicas futuras do relacionamento de Pequim com os seus vizinhos da Ásia Oriental e com os EUA, bem como a estrutura de poder e eventuais áreas de influência na Ásia-Pacífico.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham (2017), *Destined for War: Can America and China Escape Thucidides's Trap?* Boston: Houghton Mifflin Harcourt.

ASEAN (2020), *ASEAN-China Dialogue Relations*. Em linha (acesso em 23/12/2020), url: https://asean.org/asean/external-relations/china/

CHINA, PR (2019), *China's National Defense in the New Era.* Ministry of National Defense of the People's Republic of China, July 24, 2019.

CHINA, PR Permanent Misson to the United Nations (2009), CML/18/2019. New York, 7 May 2009. Em linha (acesso em 26/12/2020), url: https://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/vnm37_09/chn_2009re_vnm.pdf

CFR-Council of Foreign Relations (2020a), *Global Conflic Tracker – Tensions in the East China Sea*. Last updated December 24, 2020. Em linha (acesso em 28/12/2020), url: https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/tensions-east-china-sea

CFR-Council of Foreign Relations (2020b), *Global Conflic Tracker – Territorial disputes in the South China Sea*. Last updated December 24, 2020. Em linha (acesso em 28/12/2020), url: https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-sea

EC – EUROPEAN COMMISSION (2020), *Trade – Countries and Regions*. Em linha (acesso em 31.12.2020), url: https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/

EUROPEAN PARLIAMENT (2014), *The struggle for control of the East China Sea*. Directorate-General for External Policies/Policy Department, In-Depth Analysis, Author: Roberto Bendini. DG EXPO/B/PolDep/Note/2014_158, PE 536.398, September 2014. Em linha (acesso 23/12/2020), url: https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2014/536398/EXPO_IDA(2014)536398_EN.pdf

GREEN, Michael J. (2017), *By More than Providence: Grand Strategy and American Power in the Asia Pacific since 1783.* New York: Columbia University Press.

HAVER, Zachary (2020), *Sansha and the expansion of China's South China Sea Administration.* The Asia Maritime Transparency Initiative (AMTI) the Center for Strategic and International Studies (CSIS), May 12, 2020. Em linha (acesso 26/12/2020), url: https://amti.csis.org/sansha-and-the-expansion-of-chinas--south-china-sea-administration/

IMF – International Monetary Fund (2020), *World Economic Outlook, updated October 2020*.

JAPAN Ministry of Defense (2020), *Defense of Japan 2020*.

JAPAN Ministry of Foreign Affairs (2019), *Japan-China Summit Meeting and Dinner, June 27, 2019*. Em linha (acesso em 28/12/2020), url: https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_001046.html

MEIROWITZ, Mark (2021, no prelo), "*Are China-US Relations Spiraling Down into a New Cold War? Key Flashpoints: The South China Sea, the Pandemic and Hong Kong*" in *Anuário Janus 2020-2021*, OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores da UAL.

PADULA, Raphael e FERNANDES, Filipe G. C. (2020), "O Mar do Sul da China: seu valor estratégico e a geoestratégia chinesa" in *Revista Sociedade e Cultura*, v. 23: e59790.

PANDA, Ankit (2014), "Obama: Senkakus Covered Under US-Japan Security Treaty" in *The Diplomat*, April 24, 2014. Em linha (acesso em 26/12/2020), url: https://thediplomat.com/2014/04/obama-senkakus-covered-under-us-japan-security-treaty/

PCA - Permanent Court of Arbitration (2016), *PCA Case Nº 2013-19 in the matter of the South China Sea Arbitration – Award, 12 July 2016.* Em linha (acesso em 22/12/2020), url: https://pcacases.com/web/sendAttach/2086

PEDROZO, Raoul (Pete) (2014), *China versus Vietnam: An Analysis of the Competing Claims in the South China Sea*. CNA Report, Washington DC, August 2014.

RATO, Vasco (2020), *Dragon Rejuvenated: Making China Greatest Again*. Lisboa: IDN Cadernos nº 39.

SCHOFIELD, Clive (s/d), *Sharing Maritime Space: Options for Cooperative Management in Areas of Overlapping Maritime Claims*. Australian National Centre for Ocean Resources and Security (ANCORS).

SCHREER, Benjamin (2019), "Towards Contested 'Spheres of Influence' in the Western Pacific: Rising China, Classical Geopolitics, and Asia-Pacific Stability" in *Geopolitcs*, Vol. 24, Nº. 2: pp. 503–522.

SIPRI (2020), "Trends in World Military Expenditure, 2019", *SIPRI Fact Sheet, April 2020.*

SMITH, Sheila A. (2015), *Intimate Rivals: Japanese Domestic Politics and a Rising China.* New York: Columbia University Press.

TOMÉ, Luis and AÇIKALIN, Suay N. (2019), "Chapter 1. Complexity Theory as a New Lens in International Relations: System and Change" in S. Ş. Erçetin and N. Potas (Eds.), *Chaos, Complexity and Leadership. Explorations of Chaos and Complexity Theory*. Netherlands: IGI Global / Springer, pp. 1-15.

TOMÉ, Luis (2010). A *Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Conceptuais*. Tese de Doutoramento em Relações Internacionais. Universidade de Coimbra-Faculdade de Economia. Disponível in https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14031/1/A%20geopol%C3%ADtica%20e%20o%20complexo%20de%20seguran%C3%A7a%20na%20%C3%81sia.pdf

TOMÉ, Luis (2013) "A Arquitectura de Segurança na Ásia-Pacífico" in *Nação e Defesa,* nº 134, pp. 21-42. Disponível in https://repositorio.ual.pt/handle/11144/1747

TOMÉ, Luis (2016). "Complex Systems Theories and Eclectic Approach in Analysing and Theorising the Contemporary International Security Complex" in ERÇETIN, Şefika Ş. and BAGCI, Huseyin (Eds). *Handbook of Research on Chaos and Complexity Theory in the Social Sciences*. IGI Global / Springer: pp. 19-32.

TOMÉ, Luis (2017). "Ásia-Pacífico: Espaço Regional? Económico e de Segurança?" in L. Moita e L. Valença Pinto (Org.), *Espaços Económicos e Espaços de Segurança*. Lisboa: OBSERVARE-UAL, pp. 303-326. Disponível em linha in http://observare.ual.pt/images/stories/obras_publicadas/Espacos-economicos-e-espacos-de-seguranca.pdf

TOMÉ, Luis (2018), "A República Popular da China como Potência Militar" in Rodrigues, T. e Santos, R. (Coords), *A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI (Atas do Seminário, 09 de maio de 2017)*. Cadernos do IUM, 25. Lisboa: Instituto Universitário Militar, pp. 37-57. Disponível em linha in https://cidium.ium.pt/docs/publicacoes/2nepr6qqnvok0gw4s8.pdf

TOMÉ, Luis (2019), "Região Indo-Pacífico: o factor China e motivações geopolíticas" in *Nação e Defesa nº 151-Geopolítica Aplicada*. Lisboa, IDN: pp. 66-100. Disponível in https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4300

TOMÉ, Luis (2020a), *Disputas e dilemas de segurança nos Mares da China*. Conferência proferida pelo autor na Academia da Marinha, 18 de fevereiro de 2020. Vídeo disponível in https://www.youtube.com/watch?v=sRDDlZAqLKE

TOMÉ, Luis (2020b), "Geopolítica Mundial em contexto de Pandemia: EUA vs China" in *IDN Brief, especial A Nova (Des)Ordem Mundial: Efeitos da Pandemia*, 5 de agosto 2020. Lisboa, IDN: pp. 8-9. Disponível in https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2020/IDN_Brief_05agosto2020.pdf

TOMÉ, Luis (2021, no prelo), "Impactos geopolíticos da crise pandémica" in *Anuário Janus 2020-2021*, OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores da UAL.

TRANG, Pham Ngoc Minh (2019), "South China Sea: The Disputes and Southeast Asia's Culture of International Law" in *The Diplomat*, October 22, 2019. Em linha (acesso em 21/12/2020), url: https://thediplomat.com/2019/10/south-china-sea-the-disputes-and-southeast-asias-culture-of-international-law/

US-United States (2017), *National Security Strategy.* The White House, December 2017.

US-United States (2020), *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2020. Annual Report to Congress*. Washington, D.C., Department of Defense.

WIPO - World Intellectual Property Organization (2020), *World Intellectual Property Indicators 2020.*

WTO – World Trade Organization (2020), *World Trade Statistics 2020.*

XI JINPING (2017), *Report at the 19th National Congress of the Communist Party of China (CPC) on Oct. 18, 2017*. Em linha (acesso em 12.12.2020), disponível em http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-11/03/c_136725942.htm

XI JINPING (2019), *Speech at gathering marking 40th anniversary of Message to Compatriots in Taiwan" in New China,* 02.01.2019. Em linha (acesso em 27.12.2020), disponível em http://www.xinhuanet.com/english/2019-01/02/c_137715300.htm

O CENTENÁRIO HENRIQUINO (1894) – COMEMORAÇÕES: IMAGENS E IDEOLOGIAS

Comunicação apresentada pela Profª Doutora
Maria Manuela Tavares Ribeiro*, em 3 de março

Centenário e Memória Colectiva

Celebrações, comemorações e centenários não são inúteis nem inexpressivos, quer para a instrução do cidadão, quer para a "ilustração" do historiador. São formas de instrução cívica que assumem um significado real na nossa sociedade. Há os que amam, os que não detestam e os que contestam os centenários. Referentes da memória colectiva, perdem-se no esquecimento ou emergem da sepultura dos anos com manifestações que despertam entusiasmos e suscitam interrogações.

Estudar uma comemoração implica a análise de questões relativas ao sentido e às funções do fenómeno de rememoração. Para além das palavras, dos símbolos, das festas – manifestações da consciência comemorativa – há também o lugar da história na sociedade que quer, assim, ser celebrada.

O V centenário do nascimento do Infante D. Henrique em 1894 assumia, na perspectiva de muitos, a função de modelo pedagógico e as actividades festivas para o comemorar assemelham-se a demonstrações de psicologia política como numa tradicional festa de aniversário.

Muitos viam nos festejos henriquinos uma ocasião oportuna de poder contribuir, pela evocação do passado, para cimentar o sentimento nacional. As preocupações do presente determinavam a visão do passado.

Teria sido entendida a lição e ouvida a mensagem?

Actores e projectos

Os liberais portugueses idealizaram erguer, em 1836, um monumento em Sagres que perpetuasse o génio descobridor do Infante D. Henrique. Assim ordenava o visconde Sá da Bandeira, Ministro da Marinha do governo de D. Maria II, pela portaria de 8 de Abril de 1836: "enquanto se não levante esse padrão digno de lembrar ao mundo os feitos de tão grande príncipe, se coloquem dois pilares nas ruínas da vila de Sagres". Uma inscrição latina e a sua

* Professora Catedrática Aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20.

tradução em língua portuguesa, encimadas pela Cruz da Ordem de Cristo de que o Infante foi Mestre, completavam essa singular memória.

Volvidos oito anos, o abade de Santa Eulália e Rio de Moinhos, António Dâmaso de Castro e Sousa, do arcebispado de Braga, solicita ao governo, em 24 de Março de 1844, a consagração do Infante materializada numa estátua a figurar na Sala do Risco do Arsenal da Marinha. As reiteradas solicitações do ardente patriota não tiveram eco. O silêncio foi prolongado, entrecortado, porém, pelos anseios da representação iconográfica do Infante manifestados em revistas e jornais oitocentistas e pela figuração artística produzida na época romântica[1].

Coube à Sociedade de Instrução do Porto a iniciativa de revitalizar a ideia de levantar uma estátua na capital do norte, em 1882, como "preito de reparação a este ínclito vulto da história patria, que tanto fez pela instrução do país e pela glória da nossa terra". O monumento comemorativo, "afirmação solene e pública da solidariedade histórica das gerações", mereceu a autorização governamental pelo projecto de lei de 15 de Maio de 1882. Apreciado na Câmara dos Pares, que acolhe "com aplauso tão patriótico empenho", é aprovado e por decreto de 26 de Julho de 1882 "é o governo autorizado a contribuir com o bronze necessário para a estátua que projecta levantar na cidade do Porto, a Sociedade de Instrução, por subscrição pública, à memória do Infante D. Henrique". É de sublinhar que quando ocorrem as comemorações do centenário do Marquês de Pombal, em 1882, cresce o entusiasmo pela antecipada preparação dos festejos henriquinos.

Não foi passivo o movimento comemoracionista que já então se gizava. Em Lisboa, ergueram-se vozes que defendiam a construção do monumento na capital do país. O Real Club Naval e a Sociedade de Geografia reiteravam que era "em Lisboa que o monumento deve ser erigido em frente do majestoso edifício dos Jerónimos, onde antigamente foi a ermida do Restelo, fundação do glorioso infante".

O projecto iniciado pela Sociedade de Instrução colheu o apoio e cooperação do município do Porto a tão "patriótica cruzada".

A conjuntura nacional e a ambiência que se vivia estimularam o alor centenarista.

O grande movimento nacional, que a ameaça britânica provocou em 1890, encontrou eco nos sintomas de reacção dos autores da celebração centenária que recusaram as ofertas materiais de cidadãos ingleses para a escultura do monumento. O empenho inicial, que superou conflitos e dificuldades no interior da Sociedade, sepultava-se agora sob o peso de divergências de opiniões e atritos pessoais que conduziram à sua dissolução num momento particularmente agudo da crise nacional.

---

[1] Vejam-se, entre outras, a *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, vol. IV, 1844-1845, p. 492 e vol. VI, 1846-1847, pp. 167-168; *O Panorama*, Lisboa, vol. VII, 2.ª s., p. 140. Cfr. Agostinho Araújo, "O Infante D. Henrique visto pela época romântica", in Catálogo *O Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 55-85.

O decadentismo dos jovens estudantes de Coimbra, que em 1889 se intitulam os Insubmissos, o "vencidismo" que se tornara a filosofia de vida dos que a vida nacional tinha vencido (Eça de Queirós, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, entre outros) e o pessimismo dos poetas expressam a derrota trágica e o fim dos seus sonhos. Os "Vencidos da Vida", na "terra cheia de mágoas e penumbras", – como escreve Teixeira de Pascoais[2] – são imortalizados na "atmosfera espectral" das telas de Columbano.

Em 1980, "a catástrofe não era o sonho estético de um realista ou de um simbolista, mas a própria realidade ou quase"[3].

O Ultimato Inglês de 1890 abriu uma profunda ferida narcísica e ateou um nacionalismo exacerbado. A crença num novo regime assumiu, então, para muitos, a forma de uma República messiânica, o único regime capaz de dignificar a nação e de a reconduzir a uma posição de força. A ofensiva contra o símbolo da unidade portuguesa – o Rei – é claramente uma ofensiva contra a monarquia. A crise colonial fomentou uma já dura crise de política interna – crise do regime, crise económica, crise social e crise cultural.

Crise de valores, viragem ideológica na chamada "geração de 70" e na designada "geração de 90" conduziram a um regresso ao passado, às origens, às "serras", à busca da alma nacional. Tradição democrática amalgamada com o crescente movimento anticlericalista e a corrente positivista alicerçam a ideia de uma República como entificação da regeneração da Pátria.

Um estado de angústia generalizada enraíza-se nos portugueses ao longo do século romântico. Uma crise de estruturas económicas, sociais, políticas e culturais oferece a atmosfera propícia ao crescente pessimismo. A revolta republicana responderá, em 31 de Janeiro de 1891, no Porto, à situação precipitada pelo Ultimato Inglês. Crise dos anos 90 que os nacionalistas Alfredo Cunha e Trindade Coelho definem como "crise complexa de moralidade e de intelectualidade, de pobreza económica e de miséria mental"[4].

Da letargia em que mergulhara o movimento comemoracionista do V Centenário do nascimento do Infante D. Henrique despertaram novos entusiasmos que acalentaram a ideia de rememoração. A visita do rei D. Carlos I ao Porto, em Novembro de 1891, moveu o ensejo de dedicados adeptos que nela viam o momento oportuno para o lançamento da primeira pedra do monumento. "Daqui a 3 anos, em 1894 (...) que há-de dizer o país, que há-de dizer o Porto – a cidade natal do infante D. Henrique – quando os estrangeiros vindos de todas as partes do mundo à ocidental praia lusitana, nos perguntarem pelo monumento do infante?..."[5].

Entusiasmo efémero! Só em 1892 se mobilizaram, de novo, os que iniciaram e defenderam a comemoração solene do dia 4 de Março de 1394. O requerimento é dirigido ao

---

[2] Teixeira de Pascoais, *D. Carlos*, 1919, obra publicada apenas em 1925.

[3] José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, vol. VI, Lisboa, Livros Horizonte, s. d., p. 1288.

[4] *Revista Nova*, n.º 1, Novembro, 1893.

[5] *A Provincia*, n.ºs. 268 e 271 de 23 e 26 de Novembro de 1891.

município do Porto, a quem caberia a iniciativa e direcção da festa cívica. Um apelo é propagado aos municípios no sentido de dar à solenidade uma dimensão de consagração nacional e incentiva a cooperação de sociedades científicas em nome da abertura da Europa a novos mundos e do ideal universalista que animara o Infante.

A cidade do Porto, berço do ilustre Infante, louvava-se como intérprete de um sentimento pátrio, revivificado agora pela consagração da figura paradigmática que levara Portugal "em demanda de novos mundos – aonde levou com a gloriosa bandeira das quinas o labor da civilização". O monumento-memória a erguer ao Infante comemoraria, em festa nacional, a apoteose do herói que acalentara o sonho do império; como a estátua dos Jerónimos personaliza o herói e a época áurea das descobertas; como a estátua tumular do Mosteiro da Batalha imortaliza o herói que jaz no Panteão evocativo de glórias nacionais.

A Comemoração

A alma nacional perdia-se no passado mítico e sem esperança. Escrevia-se em 1892, na *Revista Portugal*, dirigida por Eça de Queirós, que "os doze últimos anos foram talvez aqueles em que o carácter nacional mais se deprimiu e desonrou"[6].

Num período crítico da vida portuguesa, o centenário henriquino era um exemplo cívico e uma eloquente lição de patriotismo. O povo português, pela "recordação de factos grandiosos da nossa história", recobraria o ânimo para reconquistar o lugar de direito entre as nações da Europa.

Nas cerimónias comemorativas, a comunidade é recordada da sua identidade, contando-a e representando-a. Isto é, a atribuição de sentido ao passado como uma espécie de autobiografia colectiva não é apenas contada mas revivificada através de um culto encenado. A rememoração comemorativa pela palavra e pela imagem mantém o passado vivo através da descrição narrativa, mas preserva-o também através da sua reencenação e do seu regresso sob uma forma representacional.

A propaganda e a vulgarização de uma campanha esclarecedora da figura do Infante, da sua acção como propulsor das descobertas, e do alcance social da comemoração não foram muito utilizadas. Essa forma de pregação cívica teria sido um meio profícuo de formação de uma opinião pública popular sobre o significado e o simbólico da glorificação do Infante.

Alimentar o patriotismo e elevar o nível moral das populações eram fortes razões para os impulsionadores das comemorações henriquinas. Razões políticas e a preocupação de ostentação no decoro urbano não foram de modo algum alheios ao acontecimento. A pedagogia cívica passou, muitas vezes, como sabemos, pela exaltação dos grandes homens.

A figura do Infante não era muito conhecida nos meios mais populares. Camões era um caso nacional e o seu centenário, em 1880, despertara expansão de entusiasmo e júbilo.

[6] Anónimo, *Revista Portugal*, IV, 1892, p. 252.

O próprio Marquês de Pombal também não era ignorado e as comemorações de 1882 demonstraram o impacto desta figura. Pese embora toda a conjuntura nacional e a dinâmica dos republicanos e da corrente anticlerical nesses movimentos comemoracionistas.

O ensino pela escola, a informação pela imprensa e a ilustração pela oratória deveriam ser completadas, porém, pela lição cívica do monumento.

A representação visual do ideal político não deixa de ser um instrumento de propaganda sensibilizadora cuja importância e impacto se explicam, também, como decorrentes da própria necessidade de seduzir multidões pouco instruídas e pouco sensíveis à pura abstracção.

As imagens oficiais

O monumento

O monumento é decidido, construído e inaugurado num momento particular pelo seu significado político, e o clima de polémica que pode suscitar divide opiniões, alimenta entusiamos ou exacerba as críticas.

O monumento é símbolo da memória colectiva. A imagética comemorativa tende a ser monumental. O monumento guinda a perenidade.

O local onde deve ser erigido o monumento no âmbito municipal é uma escolha sempre importante. Prende-se com a ligação ideológica do espaço e do monumento e com o próprio significado histórico do local visado por indicação do edital camarário. Seria erguido na Praça Infante D. Henrique.

As imagens, a estatuária, a expressão gráfica, isto é, o discurso iconográfico e iconológico são suportes figurativos de uma cristalização do imaginário colectivo, da personalização de um herói ou de uma linguagem de vulgarização política que pressupõe uma real eficácia social. A análise da obra de arte é sempre complexa e específica e os determinismos da política vigente reflectem-se nela. O documento artístico é, pois, uma inestimável fonte de informação. Emblemas, símbolos e alegorias são, ou podem ser, imagens do poder instituído.

Assim, a tentativa de afirmação dos ideais e valores monárquicos num momento de crise da autoridade do poder e de cimentação da mundividência e ideologia republicanas aconteceu nas comemorações henriquinas.

Os selos comemorativos

Os desenhos dos três selos centram-se sobre a figura do Infante, destacam as datas comemorativa de 1394, 1412 e 1894 e ilustram com alegorias e símbolos (proa da caravela, espada, globo, esfera, escudo, leão, elefante) a vocação marítima do Infante, o seu espírito de conquista de novas terras, desconhecidos mares e outros mundos que levaram Portugal à África e a outras regiões longínquas.

Emitia-se, em simultâneo, o bilhete postal do Centenário.

A bandeira e o hino

Símbolo da unidade, a bandeira é o resultado de uma síntese ou de um compromisso. Emblema bem representativo porque é fácil de ver, de "ler" e de assimilar.

Nas décadas finisseculares, a crise de identidade nacional e o surto exaltado de patriotismo tiveram também na música um elemento catalisador do sentimento colectivo de decadência e de regeneração. Basta lembrar as composições musicais inspiradas nas comemorações camoneanas de 1880, no Ultimato, de que é exemplo *A Portuguesa* de Alfredo Keil e, mais tarde, *A Pátria*, de Viana da Mota (de 1894-95 e cuja primeira audição se realiza no Porto, em 1897)[7]. Regista-se, portanto, um fenómeno de nacionalismo no campo musical que vem na esteira da voga manifestada na Europa, mas que é também reveladora do próprio contexto sociocultural português.

Cada povo tem o seu livro-memória. Este pode ser simbolizado pelo hino. Nele, o momento-memória tem o seu registo nas palavras e na música. Compôs-se o *Hino do Centenário do Infante D. Henrique* com poesia de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil, autores do hino nacional *A Portuguesa*.

"Salvé! tu, Lavrador do infinito
Que rasgando oceanos profundos
Da ciência c'o germen bendito
Levantaste a seara dos mundos
.....
Bendiz a tua memória
A pátria ocidental
E solta a voz da História
Hosanna triunfal
Glória! Glória! a Portugal".

Emblemas, símbolos e alegorias do centenário henriquino, sinais visíveis de manifesto reconhecimento[8], meios publicitários que podem, como todas as representações emblemáticas, capitalizar, iludir e provocar tensões internas de uma sociedade. Isto é, podem servir a consciência nacional como podem servir a exploração do sentimento nacionalista.

[7] "Página de um elevado simbolismo, uma síntese luminosa e profundamente sugestiva de um momento histórico determinado, o momento de crise em que a pátria parece soçobrar, fá-la ressurgir de novo para uma vida gloriosa, num rejuvenescimento de alma nacional", (António Arroio, "Perfis artísticos (J. Viana da Mota)", in *Vianna da Motta. In Memoriam*, Lisboa, s. e. [1952], p. 185).

[8] Testemunho exuberante de preito ao "glorioso infante" é manifestado pelo miniaturista portuense, Alfredo Marçal Brandão, que pintou com gosto artístico seis rosas em cujas pétalas gravou o retrato, as armas e a legenda do Infante, a data comemorativa, a conquista de Ceuta, o hino, versos de *Os Lusíadas* e alusivos ao Infante D. Henrique compondo, assim, a *Flora do Centenario* (Porto, Imp. Civilisação, 1894).

A imagem nas festas

A comemoração tem o seu apogeu na simbiose do ritual e do festivo. É o momento em que o termo celebração ganha todo o seu sentido. Momento de evocação e apoteose da figura do Infante, o centenário é também festa de reconhecimento do regime. O programa das festas oficiais inaugura-se em 1 de Março de 1894 com a chegada da família real de D. Carlos e da Rainha D. Amélia.

Momento de aplauso entusiástico, momento de apoteose no espaço-memória – a Praça da Regeneração (Campo de St.º Ovídio), praça onde os liberais em 24 de Agosto de 1820 proclamaram a Liberdade e a "salvação da pátria"[9].

As ruas primavam pelas ornamentações e a iluminação eléctrica ou a gás produzia um efeito feérico. Formaram-se comissões de moradores em quase todas as ruas do trajecto do cortejo que se empenharam nas decorações. Bandeiras, mastros, escudos, a cruz da Ordem de Cristo, esferas, caravelas emolduravam arcos, colunas, pedestais. A divisa do Infante, *Talent de bien faire*, datas e inscrições alusivas à sua vida e obra sobressaíam entre medalhões com o seu busto, flores, coroas de louros e toda uma profusão de símbolos, que as ruas rivalizavam em ostentar, misturavam-se nas vistosas decorações festivas. A cor, a alegoria, o símbolo e a música que as filarmónicas tocavam nas ruas ou nos coretos criam a ambiência de festa que se queria festa nacional[10].

A emergência de toda uma simbologia nacionalista revela essa tendência natural de um regime no poder e, porque é poder, assume e exalta o interesse nacional. A identidade nacional é, nesta perspectiva, uma verdadeira missão ideológica exercida pelo poder da imagem, da encenação e do espectáculo.

Esvaídos os últimos ecos da festa, que não fora de unidade mas de cisão, ficaria só o "silêncio fúnebre de uma nacionalidade que, debruçada para a cova da história, se contorce no último paroxismo da vida"[11].

O cortejo fluvial

Se a cidade se coloriu e alindou para festejar o Infante e rememorar o ciclo da expansão e o gérmen do Império, também o rio Douro foi centro das atenções dos organizadores do centenário.

A simbologia cromática acentua as cores da realeza. Ressalta o azul e branco da monarquia entre os dourados. Os múltiplos detalhes ornamentais, que testemunham a actualidade

---

[9] Regressou ao seu primeiro nome, Campo de St.º Ovídio, em 1823 e, a partir de 1910, designou-se por Praça da República.

[10] *O Occidente*, *cit.*, n.º 550, 1 Abril 1894, p. 85.

[11] Firmino Pereira, *O Centenário do Infante D. Henrique. Livro commemorativo do centenario henriquino*, Porto, Magalhães e Moniz - Editores, s. d., p. 261.

no presente, do passado – escudos, esferas armilares, cordas, cruz da Ordem de Cristo e emblemas da ordem militar, naus, caravelas, mastros, lemes e âncoras – evocam a arte emblemática do manuelino.

As alegorias, muitas delas representadas por figuras femininas, embelezam os carros que desfilam no cortejo cívico, os objectos comemorativos ou compõem os conjuntos escultóricos dos projectos do monumento. Personificam o saber – a Ciência, a Filosofia, a Geografia, a Matemática, a Astronomia; visualizam as virtudes – a Glória, a Fama, a Religião; imortalizam os feitos – a Conquista – a África, a Descoberta – a Índia; exaltam o progresso – a Agricultura, o Comércio, a Indústria, a Electricidade; evocam o passado glorioso do império colonial[12]. Alegorias móveis, alegorias vivas e um vasto campo de símbolos a que se agrega uma profusa e diversificada iconografia da efígie do Infante D. Henrique, das armas e brasões reais, da casa onde teria nascido, das crónicas, das divisas, dos feitos realizados, do túmulo.

Iconografia e iconologia que exprimem a imagética política do regime monárquico, o qual procura recobrar forças no confronto com a luta irreversível do republicanismo e a já irreversível desagregação do império.

A imagem na palavra

A memória do Infante na imprensa

Os jornais divulgam os trabalhos preparatórios das festas henriquinas, fazem campanha ou não se escusam a críticas sobre a estética do monumento ou os evitáveis gastos com comemorações sumptuárias.

Os jornais recenseiam as iniciativas locais, que não são apanágio apenas dos grandes centros urbanos, e relatam os gestos mais espectaculares como os pareceres e textos oficiais, as conferências públicas, a difusão de opúsculos, folhetos, poesias, peças e representações teatrais, músicas e espectáculos.

A polémica gera-se, sobretudo, no domínio da imprensa. É todo um confronto de ideologias e choque de paixões que emerge da pena de escritores e de jornalistas.

O desenho impresso não se fica pelo louvor ou pela exaltação. Pode ridicularizar e é, então, uma arma manipulada numa guerra ideológica. A própria linguagem laudatória e o elogio usam também a imagem caricatural com fins educativos e pedagógicos. Ensina com a imagem, pelo riso. A caricatura e até mesmo o anúncio são bons meios de aprendizagem. O jornalista, o caricaturista ou o desenhador podem traçar a imagem de modo a provocar simpatia, acrimónia ou, tão-só, satirizar. A fisionomia delineada, os objectos, as alegorias e os símbolos desenhados, a ilustração com curtas legendas ou simples vocábulos tornam a personagem amada ou detestada.

[12] *O Occidente*, n.º 544, 1 Fevereiro 1894, pp. 26-27 e n.º 546, 21 Fevereiro 1894, pp. 46-47.

A história anedótica ou pitoresca das comemorações henriquinas faz a leitura irónica do cortejo cívico, satiriza a situação política, critica o oportunismo dos comerciantes, anuncia os "souvenirs" comemorativos e, enfim, dá-nos sugestivamente os vários rostos do Infante. Visa as cerimónias solenes e contrapõe as cerimónias anti-solenes. Na palavra e no traço não revela menos as contradições ideológicas[13].

Os adornos, os enfeites ou meras recordações noticiam-se em anúncios sugestivos. O lenço do centenário, estampado pela Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, decalcava o desenho da bandeira do centenário que se vendia a 200 réis. Alfinetes comemorativos para senhora e para homem podiam comprar-se na Ourivesaria Reis. Os broches e alfinetes para gravata, em prata dourada e com a efígie do Infante, podiam adquirir-se nos grandes Armazéns Hermínios onde se expunham ainda, em exclusivo, as bengalas e os guarda-chuvas com a gravura do homenageado em relevo. A Real Chapelaria Vapor satisfez a encomenda do rei D. Carlos de um chapéu henriquino e no Bazar Central expunham-se pratos de fantasia com o retrato do Infante.

O acto comemorativo invade o próprio quotidiano do portuense ou do forasteiro – lavar-se com sabonetes "henriquinos", cujo invólucro litografado representava a bandeira do centenário, ou saborear as deliciosas "bolachas Infante D. Henrique" em "Caixas próprias para brindes", postas à venda pela Confeitaria Portuguesa, deveriam ser hábitos a adquirir. Vários eram os tipos de bolachas da fábrica Pampulha de Lisboa: com o retrato do Infante, um medalhão e a legenda "Infante D. Henrique, o Navegador"; com a coroa ducal enlaçada em ramos de azinheira e com a divisa *Talent de bien faire*; com um astrolábio e as cartas; com as armas da cidade do Porto e a data de 4 de Março de 1394; com o brasão de Sagres e data da morte – 13 de Novembro de 1460; com os nomes dos primeiros navegadores Zarco, Perestrelo, Tristão Vaz e Eanes; com os títulos das obras de Zurara – *Crónica da Guiné* e *Tomada de Ceuta*; com a legenda "A cidade do Porto em 4 de Março de 1894 – centenário D. Henrique" e ainda um outro tipo com a inscrição "A fábrica da Pampulha em homenagem ao Porto 4-3-94". A propósito, lê-se no *Diario Illustrado* de 21 de Março: "Se o Infante D. Henrique ainda vivesse, não deixaria de provar as deliciosas e legítimas cavacas das Caldas que só se vendem no Armazém Caldense da rua da Bandeira, 104"[14].

Estes e outros anúncios, como muitas caricaturas, divulgavam a um grande público imagens e rostos fora do comum com detalhes risíveis do Infante. Por um lado, com intuitos mercantis, por outro lado, para ensinar e, em muitos casos, com um agudo sentido crítico, para divulgar uma mensagem.

---

[13] Vejam-se, por exemplo, os jornais satíricos *O Antonio Maria*, Lisboa, Março 1894, que pelo traço de Rafael Bordalo Pinheiro ironiza com os festejos do Porto; o *Charivari*, Porto, Março 1894; *O Sorvete*, Porto, Março, 1894.

[14] *Diario Illustrado*, Porto, n.º 7522, 21 Março 1894, p. 1, col. 6. Em carta de 24 de Fevereiro de 1894, Elísio Pereira do Vale, de um armazém de chá, comunica à Comissão Executiva do Centenário o envio de 12 latas de "Bolachas D. Henrique", comemorativas do centenário (A. H. M. P., n.º inv. 2695).

O discurso laico – comemoracionismo e anticomemoracionismo

O discurso, lição de eloquência em alguns momentos das festas henriquinas, expressou um sentido mais ou menos político e posições ideológico-partidárias mais ou menos explícitas, divergentes e antagónicas.

Solenidade, júbilo, preito e homenagem, a comemoração henriquina foi também momento de reflexão.

Os problemas vividos no plano nacional e a situação internacional, que se alterava com a questão colonial e subsequente partilha do mundo, fizeram reflectir alguns intelectuais. Entre eles, Oliveira Martins, que busca a solução transformadora não fora nem contra a monarquia mas com o próprio regime monárquico. Foi a falência dos seus intuitos reformadores que levou Martins a abandonar a militância partidária.

Comunga da teoria de Augusto Comte sobre o culto dos grandes homens e, nesta perspectiva, Oliveira Martins define a comemoração henriquina como uma questão moral. Por outras palavras, o Infante, "frade das ciências", com uma "fé de espécie nova", é um fiel exemplo do monaquismo secular. Homem quase já divinizado pelo seu próprio cronista: "Oh tu príncipe, pouco menos que divino"[15].

A valorização de uma figura ou de um acontecimento, intérpretes de um passado colectivo de uma nação que se assume como raça superior, desencadeia sentimentos de exaltação patriótica. É curioso salientar que em Ramalho Ortigão, como em outros autores e jornalistas, está presente esta convicção da superioridade da civilização ocidental e até o papel primordial da península que, pela gesta dos descobrimentos, impusera a sua superioridade aos outros povos, a que cabia dar civilização. A exaltação das virtudes de uma raça superior e a mitificação do herói, seu representante, identificam muitas vezes Nação e Raça[16].

A imagética universalizante, a afectividade pela gesta dos descobrimentos e a nostalgia do mar buscam o consenso nacional em torno da ideia de império.

O mito do Império, a exaltação da pátria e o ideal universalista português são enaltecidos, ainda, pelo orador Manuel Pinheiro Chagas, político e homem de letras. Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, para além de uma actividade literária muito diversificada, teve também uma intensa vida política e foi relevante a sua acção como Ministro da Marinha e Ultramar no governo regenerador de 1883 a 1886. Coube-lhe o papel de dinamizador do desenvolvimento das colónias de Angola, de Moçambique e de outras zonas do império português e o de coordenador das expedições africanas, animado por um projecto irrealista de formação de um Império Central Africano, que cobriria os territórios do Atlântico ao Índico.

Júbilo de uns, perplexão e crítica de outros. Muitas foram, também, as vozes discordantes.

---

[15] *Jornal de Noticias*, Porto, n.º 53, 3 Março 1894, p. 1.

[16] *Correspondência de Coimbra*, n.º 12, 16 Fevereiro 1894 e n.º 22, 21 Março 1894.

Na óptica republicana, a especulação política empolgava uma data gloriosa da história nacional para sobre ela arquitectar a festa da exploração financeira, do interesse mercantil. O discurso anti-comemoracionista dos republicanos deve entender-se, porém, num ambiente de campanha eleitoral que então ocorria.

A apoteose que o Porto celebrava ao "Messias épico das descobertas nacionais", na expressão de Guerra Junqueiro, revelava-se como uma "fúnebre entrudada" num país arruinado económica e moralmente. Dela restariam "riquezas de gesso, agriculturas de teatro, indústrias de mágica, frotas de papel, glórias de cenografias (...) – ou tão-só, como Junqueiro ironiza – alguma nova marca de bolachas"[17].

A figura do Infante é, como vemos, controversa. Também os republicanos Teófilo Braga e Teixeira Bastos contestam o centenário henriquino. A "lenda do Infante D. Henrique", assim intitula Teófilo Braga um artigo no jornal republicano *Vanguarda*, retrata a imagem do Infante despida de todo o virtuosismo com que o consagravam, despojada também da evocação dos grandes feitos de herói nacional.

Numa época em que se divulgavam as teorias da "decadência fisiológica da raça portuguesa", no quadro do exacerbamento do nacionalismo agudizado pelo Ultimato Inglês[18], as observações higienistas assumem importância relevante e muito particularmente em momentos propícios a surtos epidémicos ou que representem, de alguma forma, uma ameaça à saúde pública.

Nesta perspectiva, a aglomeração de forasteiros na cidade do Porto, por ocasião das festas henriquinas, mereceu da revista *Coimbra Medica* um alerta sobre as perturbações e irregularidades que em tais ocasiões podem ocorrer.

O discurso clerical

O diapasão da imprensa e do discurso clerical pauta-se, sobretudo, pelo empenho e zelo do Infante na propaganda da fé cristã. Se honrou a Pátria, honrou também a Religião, foi homem de fé e, assim sendo, o Cardeal Patriarca, o episcopado e o clero português consagraram o seu testemunho de gratidão e a imediata anuência às comemorações henriquinas.

Ideal grandioso esse que imortaliza o Infante definido antes de tudo, como católico fervoroso, depois sábio eminente, patriota zeloso, carácter arrojado, génio empreendedor.

As cartas do episcopado, como os textos de outros clérigos e de outros católicos reflectem essencialmente sobre o zelo religioso que a comemoração deveria revestir.

---

[17] Guerra Junqueiro, Porto, 24 Janeiro 1894.

[18] Leia-se Irene Maria Vaquinhas, "O conceito de decadência fisiológica da raça e o desenvolvimento do desporto em Portugal. (Finais do século XIX/princípios do século XX)", in *Revista de História das Ideias*, vol. 14, Coimbra, 1992, pp. 365-388.

Os católicos associaram-se às homenagens rendidas ao "bom patriota", ao "excelente cristão" e, sobretudo, ao "pio Infante", num momento que julgavam propício e necessário à difusão da imagem e da palavra da Igreja Católica.

Incutir nos portugueses a consciência do seu Império, dar uma lição prática de educação colonial à Nação foram os objectivos primaciais que presidiram à organização de uma Exposição Insular e Colonial no Palácio de Cristal do Porto, inaugurada no dia 2 de Março de 1894 pelo rei D. Carlos.

No vasto espaço do Palácio de Cristal desenhavam-se os vários domínios ultramarinos e as suas riquezas que reabilitariam aos olhos dos que os contemplassem a imagem do país e a visão do império colonial[19]. É essa ideia de união entre as partes de um todo, que é a Nação, que se pretende inculcar no espírito dos portugueses. No acto inaugural, em 2 de Março, o rei D. Carlos acentua o duplo carácter da Exposição – a revivescência da acção genial do Infante e a perspectiva animadora que se abre à economia nacional. Prenunciava, a seu ver, um futuro mais animador.

Revitalização de um país que jazia numa grave crise económica e uma viva apoteose da expansão ultramarina portuguesa. Propaganda directa da obra realizada por Portugal no seu império ultramarino e da relação estreita entre as colónias e a metrópole. Celebração a que subjaz um sentimento de nostalgia triunfalista.

A imagem nas Sociedades

Para além das festas oficiais, dos cortejos, das exposições, das cerimónias religiosas, algumas associações e sociedades científicas, culturais e desportivas dinamizaram uma gama diversificada de comemorações.

Festa associativa coroou as cerimónias henriquinas – o banquete dos municípios[20].

A visita real a instituições de beneficência, a inauguração de escolas, a comutação de penas a presos, o auxílio pecuniário a obras de assistência foram outros ritos dos que sempre, nestas ocasiões, se cumprem.

Em suma, a análise e a descodificação da imagética, da simbologia, do documento artístico, da oratória, do detalhe da festa são elementos importantes do espectáculo dos centenários, da representação das ideologias e da apreensão e compreensão da memória colectiva.

---

[19] *Revista da Exposição Insular e Colonial no Palácio de Crystal Portuense*, Porto, série única, 1894.

[20] Foi a última festa organizada para as comemorações henriquinas. O menu contemplava variadas especialidades da cozinha europeia e incluía escolhidos vinhos portugueses e franceses e foi servido a 160 convidados, na presença da família real. Ergueram-se, por fim, os brindes aos reis e ao município (*Jornal de Noticias*, n.º 54, 4 Março 1894, p. 1).

Conclusão

As cerimónias comemorativas que se sucedem nas décadas finisseculares revelam-nos a busca de um consenso, a procura de outras bases de concórdia, de um movimento de solidariedade e de fraternidade em torno do sentimento nacional. Tudo gira em volta da ideia de Estado-Nação, de Pátria, de patriotismo. "É a formação da cidadania que está ligada à ideia de pátria"[21].

Síntese afectiva, como os designou Teófilo Braga, os centenários veneram aqueles que universalizaram ideias ou que exerceram uma acção construtiva na colectividade social. Numa concepção evolucionista e historicista, a evocação distante e a sua exemplaridade justifica um ideal de sociedade projectado no futuro. Na linha da doutrina de Auguste Comte, as comemorações laicizam os rituais católicos e é essa dimensão cívico-religiosa que define a sociocracia comtiana como "governo dos vivos pelos mortos".

O imaginário colectivo quer-se um comum sentir, consensual, um reflexo de um sentimento afectivo solidário. A comemoração e o poder simbólico que ela reveste deveriam compatibilizar os intuitos dos seus mentores e dos seus intérpretes[22]. Nem sempre, porém, assim acontece.

As diversas comemorações que ocorreram depois do tricentenário a Camões, em 1880, e que vêm na linha dos centenários de Petrarca (1879), de Voltaire, de Rousseau (1878), de Victor Hugo (1885) exemplificam a culturalização cívica dos *grandes homens*, referentes fundamentais à consolidação da ideia de Estado-Nação.

O centenário do Marquês de Pombal (1882), a mitificação dos grandes escritores como Garrett, Herculano, José Estêvão ou as homenagens a Joaquim António de Aguiar, João de Deus, no 1.º de Maio, no 1.º de Dezembro, entre outras, com a encenação cívico-religiosa nos espaços simbólicos da rua, da praça, da casa, do cemitério, movimentam massas populares e despertam no seu imaginário as épocas, as figuras, a consciência cívica da memória passada que será ou se pretende que seja um suporte às problemáticas e anseios que se questionam no presente.

As comemorações do V centenário do nascimento do Infante D. Henrique, à imagem das festas camoneanas, e modelo que serviria também em 1898 ao centenário de Vasco da Gama, que se preparava desde 1894, procuraram enaltecer e alentar a devoção à pátria, ao império, ao progresso. Ao presentificar as glórias passadas da criação do império, num momento em que se punham em causa os direitos históricos, em que se colocava com extrema acuidade a questão colonial, pretendia o governo regenerador e a corrente de opinião que lhe era favorável incentivar a consciência cívica e alimentar o imaginário colectivo sobre as pretensões de Portugal nos domínios de além-mar. Não foi conseguida a união de todos os cidadãos

---

[21] Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, p. 25.

[22] Theophilo Braga, *Os Centenarios como synthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.

em torno do mesmo ideal. De facto, o significado atingido com o centenário camoneano não foi alcançado nas comemorações henriquinas de 1894. Isto é, a síntese afectiva não teve uma dimensão nacional.

A oposição dos republicanos e de alguns progressistas ao comemoracionismo henriquino desvirtuava o carácter ostensivo do evento que mais não era, na sua perspectiva, do que uma estratégia de reconciliação com a cidade de Porto, centro da tentativa republicana de 31 de Janeiro de 1891, mas que pretendia assumir-se como síntese nacional corporizadora da dinâmica, da virtude e da organicidade do regime monárquico-constitucional.

O que nos parece é que se não foram muito significativos os proventos para o partido governamental regenerador, a necessidade de propaganda ideológica através do centenário enquadrava-se numa conjuntura política de crescente afirmação autoritarista, a culminar na ditadura de 1895 de Hintze Ribeiro e de João Franco, radicada no conceito de "germanismo político" bismarckiano. A penosa situação financeira e a questão colonial eram indicativos evidentes do estado de inércia e da desagregação do império, aos olhos de muitos.

Espectáculo cívico da ideia de império para esvanecer o trauma psicológico da crise nacional e revivificar a nação agonizante e decadente, que não tinha acabado ainda a sua missão histórica no contexto das civilizações.

Encenação e culto dos valores e ideais religiosos num momento em que a Igreja e o clero concorriam com os cerimoniais cívicos de inspiração anticlericalista. A difusão da mensagem da doutrina católica procurava restaurar, através do solene cerimonial das comemorações, uma posição inequívoca da Igreja e das doutrinas pontifícias.

Tempos que marcaram a nacionalidade portuguesa em tempo em que se vive a angústia da "pátria agonizante". Para muitos, a interrogação fazia sentido: "Essa apoteose do passado terá cabimento numa época atolada no lodo de ignomínias torpes?"[23].

Tudo no homem Infante D. Henrique é um referente revivido e sujeito a (re)interpretação – o seu nascimento, o seu porte, o seu carácter, a sua acção, a sua fé, a sua morte.

A comemoração, forma particular do culto dos grandes homens, interfere no processo de constituição de uma memória nacional. "Dilui-se tanta vez na ambiguidade, mas pode revelar correntes profundas de renovação, recuperação de uma fidelidade que resiste à opressão ou ao desalento"[24].

Na comemoração, na celebração, no centenário, entrecruzam-se interesses políticos, sustentam-se conflitos, firmam-se compromissos, sincrónicos de interrogações, de perplexidades e de dúvidas, nem sempre respondidas, de uma sociedade e de uma cultura.

---

[23] *Jornal das Damas*, n.º 5, 1 Março 1894.

[24] Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 25.

MAR, COMEMORAÇÕES E MEMÓRIA DO INFANTE D. HENRIQUE NA CONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS HISTORIOGRÁFICOS*

Comunicação apresentada pelo
Doutor Victor Barros**, em 3 de março

A genealogia histórica das celebrações henriquinas

Por comemorações henriquinas designam-se as grandes celebrações públicas destinadas a consagrar a memória e honorificar, no imaginário popular, a figura do Infante D. Henrique (4 de março de 1394 – 13 de novembro de 1460). Infante D. Henrique foi, como reza o fabulário da récita histórica oficial portuguesa, o grande impulsionador da expansão marítima e das incursões portuguesas na costa ocidental africana durante a primeira metade do século XV[1]. E como atestam os trabalhos de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, a figura do Infante continua ainda a ser objeto de grande interesse histórico e académico[2].

Segundo Maria Manuela Tavares Ribeiro, os procedimentos tendentes a comemorar publicamente a memória do Infante vêm do século XIX. As mais remotas intenções políticas, culturais e simbólicas para consagrar a figura datam de 1836: os liberais portugueses idealizaram a partir dessa data um monumento, em Sagres, que perpetuasse em co-memoração a sua figura e a memória dos seus feitos. Todavia, só por volta dos finais de Oitocentos (mais precisamente em 1882 e, posteriormente, em 1889) é que a ideia volta a ganhar força. Por intermédio de alguns membros da Sociedade de Instrução do Porto, o projeto encontrou acolhimento e cooperação junto daquele município, cidade-berço do homenageado. Nesta sequência, como sublinha a Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro, as comemorações foram orquestradas e desenrolaram-se durante os primeiros dias do mês de Março de 1894: evocou-se então nesta altura o quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique[3].

---

* As pesquisas que estão na origem deste trabalho beneficiaram da bolsa de investigação da Fundação calouste Gulbenkian. Este texto resume apenas uma parte de um capítulo mais substancial desenvolvido na minha tese de doutoramento apresentada na Universidade de Coimbra e intitulada, *Comemorações da Memória do Império nas Colónias Durante o Estado Novo : Usos Públicos da História, Colonialismo e Colonização de Imaginários*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2019.

** Instituto de História Contemporânea – NOVA FCSH e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20 – da Universidade de Coimbra.

[1] COSTA, João Paulo Oliveira e, *Henrique, o Infante*, 2.ª edição, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013.

[2] MATOS, Artur Teodoro de e OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (Coord.), *A Herança do Infante*, Lisboa, CEPCEP, 2011; MATOS, Artur Teodoro de, *Henrique o Navegador*, Lisboa, CTT Correios, 1994.

[3] RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, «O Centenário Henriquino. Imagens e ideologia», *Revista de História das Ideias*, Vol. 15, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1993, pp.333-339.

As razões que nortearam a evocação da figura do Infante D. Henrique prendiam-se com questões de ordem fundamentalmente colonial e imperial, a saber: à figura do Infante era atribuída toda a autoridade das primeiras navegações marítimas que se consubstanciaram subsequentemente na fundação do império português. Motivações de ordem patriótica e nacionalista também presidiram aquele empreendimento comemorativo:

1. Era comum na Europa daquela altura o culto dos grandes homens, cujos feitos individuais serviam para explicar a história coletiva nacional.
2. Outra motivação relacionava-se com a crença no potencial salvífico e redentor das comemorações históricas: acreditava-se que o ato de rememorar grandes vultos e períodos pretéritos considerados áureas, contribuía para esconjurar a decadência nacional. Dito doutro modo: pensava-se que a evocação pública de figuras históricas e a rememoração de épocas associadas a um certo imaginário de grandeza ajudavam a regenerar a pátria portuguesa e revigorar o impulso das suas energias essenciais.
3. Outra razão comemorativa relacionava-se com a necessidade de conferir mais visibilidade ao alcance universal da memória da expansão marítima e imperial portuguesa dirigida inicialmente pelo Infante.

Considerava-se que a idade de ouro da história de Portugal era o princípio fundador da modernidade europeia. Dessa ideia derivava uma outra motivação subjacente ao projeto das primeiras comemorações henriquinas: a busca de reconhecimento internacional da imagem de Portugal. Segundo os defensores daqueles festejos, as comemorações não podiam «deixar de nos elevar aos olhos dos estrangeiros, sempre tão propensos, infelizmente, a fazer pouco de nós, e, diga-se a verdade, quasi sempre ignorantes dos serviços que temos prestado e que ainda podemos prestar»[4].

Reprodução de tópicos e constantes temáticas nas comemorações de 1960

Em 1960, sob o Estado Novo, o regime decidiu comemorar o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. O ciclo das comemorações teve início na então metrópole e nas colónias a 4 de março e conheceu o seu término no dia 13 de novembro de 1960, respetivamente data de nascimento e morte do Infante. Se tivermos de esboçar um breviário de temas que enformavam a mitologia henriquina e que o Estado Novo, para além de ter dado guarida, reproduziu no decurso das comemorações de 1960, podemos então assinalar:

i) A ideia de Infante como homem providencial, isto é, a revelação personificada da história visionada europeia e da história prometida de Portugal.

[4] LISBOA, Carlos, «Infante D. Henrique», *Revista Colonial*, Anno I, Numero 2, Lisboa, 15 de Março, 1894.

ii) O espírito de sacrifício, de submissão aos grandes ideais morais, de valentia, de obediência religiosa, de dedicação, chegando mesmo a considerá-lo como um personagem com pedestal deferido na grande narrativa da história europeia e universal.

Considerava-se que a história europeia e universal que emergiu do período do Infante D. Henrique (no século XV) veio subsidiariamente às expensas da própria história de Portugal desse mesmo período. Designações como «Obreiro do Portugal dilatado», «mestre dos navegadores», «príncipe do Atlântico», estão entre os vários epítetos com que a figura era recoberta e associada às primeiras iniciativas das grandes incursões marítimas atlânticas. Incursões essas que, tendo resultado na expansão marítima portuguesa e europeia, fez então recair sobre a figura do Infante o elogio de incarnar a «síntese de uma época» e a «personificação de um génio universal»[5].

Mas afinal, qual era a razão de ser de todas essas efabulações? Apesar desses temas terem sido exaustivamente explorados pela gramática comemorativa destacada em 1960 pelo Estado Novo, na verdade, nenhum desses tópicos foi uma invenção do salazarismo. Por exemplo, como assinalam autores como Angelo Cattaneo e João Paulo Borges Coelho, verdade é que, na compaginação da mitologia henriquina, a tendência para imaginar e retratar o Infante como figura providencial já vinha das crónicas dos séculos XV e XVI[6]. Segundo Maria Isabel João e Angelo Cattaneo, o interesse mais recente pela figura do Infante renasce no século XIX, mais precisamente em 1841, quando o Visconde de Santarém (1791-1855) traz a público a *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, da autoria de Gomes Eanes de Zurara (1410/20-1473/74), o cronista português que narra os feitos de expansão marítima dirigida pelo Infante D. Henrique[7].

Mas outras publicações lhe seguem o rasto: em 1868, por exemplo, Richard Henry Major (1818-1891) publica *The Life of Prince Henry of Portugal, Surnamed the Navigator*. A expansão marítima passou a ser interpretada como processo encadeado que, tendo sido iniciado pelo Infante D. Henrique, levou gradualmente à abertura do Mundo. Esta grelha interpretativa revertia a favor da prioridade expansionista portuguesa na construção dos

[5] *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique*, Volume I, Lisboa, Presidência do Conselho/ Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp.138-142; *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI, n.º 417, Março, 1960, p.3, p.53; *Idem*, Ano XXX, n.º 350, Agosto, 1954, pp.100-103.

[6] CATTANEO, Angelo, «A Construção e Difusão Internacional da Memória Historiográfica do Infante Dom Henrique pelo 2.º Visconde de Santarém», in MATOS, Artur Teodoro de e OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (Coord.), *A Herança do Infante*, Lisboa, CEPCEP, 2011, pp.49-66; JOÃO, Maria Isabel, *O Infante D. Henrique na Historiografia*, 1ª Edição, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp.14-21.

[7] Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, historiador, diplomata e estadista português, conhecido e notabilizado como 2º Visconde de Santarém.

impérios ultramarinos europeus. Diversas outras publicações dos finais do século XIX, contribuíram também para construir uma memória literária acerca do Infante D. Henrique, inclusive, bem antes do primeiro centenário henriquino celebrado em 1894. São exemplos disso os trabalhos de Soares Romero Júnior, intitulado *O Infante D. Henrique* e publicado em 1884; e o de Marquez de Susa Holstein, intitulado "A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique", publicado em 1877 a partir das *Conferências Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa Acerca dos Descobrimentos e Colonizações dos Portugueses na África* [8].

As primeiras comemorações henriquinas celebradas em 1894 contribuíram para disseminar na esfera pública os diferentes atributos que viriam a reificar a lenda henriquina: o Infante era considerado como uma figura histórica portuguesa de validade universal; o iniciador e concetulizador das descobertas marítimas; o varão de carácter providencial; o intérprete da missão histórica portuguesa; o realizador da passagem da Idade Média para o Mundo Moderno; o servidor de propósitos cristãos; o propulsionador de feitos que granjearam o reconhecimento de Portugal ao olhos do mundo; o fundador de novos horizontes que levaram à universalização da civilização e ao encontro de nações e povos, homem de ciência, etc. Todos esses atributos foram reproduzidos durante as comemorações encetadas pelo Estado Novo em 1960. Fontes coevas do primeiro centenário henriquino de 1894 também tinham associado esses mesmos predicados à memória pública do Infante[9].

A querela entre os construtores da memória do Infante

No elenco das questões que dividiam os historiadores e os promotores da memória pública do Infante, encontra-se a querela acerca das motivações e interesses expansionista de D. Henrique. Recorde-se por exemplo que alguns discursos retratavam o Infante como 'homem moderno' ou 'fundador de uma idade moderna'. Mas tal como o próprio Zurara

[8] JUNIOR, Soares Romeo, *O Infante D. Henrique*, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 1884; HOLSTEIN, Marquez de Souza, «A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique», in *Conferências Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa Ácerca dos Descobrimentos e Colonisações dos Portuguezes na Africa* – Terceira Conferência, Lisboa, Typographia da Academia, 1877, pp.7-86.

[9] *Portugal em África (Revista Scientifica)*, Volume I, n.º 3, Lisboa, Março, 1894, pp.65-80; *Revista Colonial*, Anno I, Numero 2, Lisboa, 15 de Março, 1894, pp.9-10; *Jornal do Commercio*, 41.º Anno, 4 de Março, 1894, p.1; *O Commercio do Porto*, XLI Anno, Numero 52, 3 de Março, 1894, p.1; *Idem*, XLI Anno, Numero 53, 4 de Março, 1894, p.1; *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 13.º Série, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p.113.

relata, a expansão foi movida inicialmente pelo fervor cristão de combater mouros[10]. E se assim o foi, então, a empresa expansionista infantina é, nas suas origens, profundamente tributária do proselitismo religioso pelas armas, da tradição medieval das cruzadas. Segundo o historiador Joaquim Bensaúde (1859-1952), «a mentalidade de D. Henrique aproxima-se muito da de vários príncipes medievais, cuja religiosidade se manifestava em boa parte, ao menos, na ânsia de destruir pela guerra os inimigos do Cristianismo, ou de morrer em sua defesa. Neste particular representava o Infante um tipo francamente medieval»[11].

Isso fazia o Infante afigurar nas suas motivações primordiais, tal como Joaquim Bensaúde e Brochado Costa argumentaram, como um verdadeiro cavalheiro medieval movido pelo ideal das cruzadas. Sendo assim, a obstinação em busca de reconhecimento pelos serviços de guerra e de conquistas a que ele se prestava em nome da Cristandade, fazia dele mais um cavalheiro do que propriamente um navegador[12]. Neste sentido, o cognome com que o Infante ficou a ser vulgarmente conhecido – 'O Navegador' – enquanto imagética simbólica da expansão marítima portuguesa, nada mais é do que uma construção em que contribuíram, de certa forma, títulos editoriais de monografias (sobretudo estrangeiras[13])

---

[10] ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica dos Feitos de Guiné*, Vol. II – Texto, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949. A ideia de ver no Infante e toda a sua ação como empresa unicamente cruzadística é negada por autores como Veiga Simões. Este interpreta o fenómeno expansionista como algo que emerge de uma vontade que se estende para um domínio coletivo da nação portuguesa, o que acabava sempre por redundar numa leitura contemporânea dos escritos de Zurara. SIMÕES, Veiga, «O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção», in BAIÃO, António, CIDADE, Hernani e MÚRIAS, Manuel (Dir.), *Op. cit.*, 1937, pp.311-356. Todavia, autores recentes não deixam de ver nas crónicas do coevo o retrato de um Infante cavalheiro e prenhe de intenções cruzadísticas. Veja-se por exemplo: BERTOLI, André Luiz, «Guerra, Legitimação e Poder no norte da África. As fontes portuguesas (1415-1471)», *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, Volume 2, n.º 1-1 (Número Especial), 2013, pp.335-353; *Idem*, «Uma Leitura Possível da Crônica da Tomada de Ceuta, levando em conta a Representação do Infante D. Henrique nessa obra de Zurara», *Sociedade em Estudos*, Volume 2, n.º 2, Curitiba, 2007, pp.89-102; FIGUEIREDO, Albano, «Viagem, Cavalaria e Conquista na *Crónica de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara», in LARANJINHA, Ana S. e MIRANDA, José C. R. (Org.), *Modelo: Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.25-33.

[11] BENSAÚDE, Joaquim, *A Cruzada do Infante D. Henrique* (Edição Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960, p.93; BRÁSIO, António, «A integração dos descobrimentos e expansão ultramarina do Infante D. Henrique na cruzada geral do papado», in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Actas, Volume V, I Parte, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp.73-84; HALIM, A., «Prince Henry the navigator and Marocco», in *Ibidem*, pp.105-114; IGLESIAS, Antonio A., «Notas sobre el ideal de cruzada en Don Enrique "El Navegante"», in *Ibidem*, Volume IV, 1961, pp.267-273; IORGA, N., «Les découvertes portugais et la Croisade», in *Congresso do Mundo Português*, Volume III, Tomo Iº, I Secção: *Descobrimentos marítimos*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp.49-53.

[12] BROCHADO, Costa, «La vie et l'œuvre du Prince Henri Le Navigateur», in *Henri Le Navigateur*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, pp.9-53; BENSAÚDE, Joaquim, *Op. cit.*, 1960.

[13] Sobre os títulos que remetem para a figura do Infante como navegador, veja-se: *Bilbiografia Henricina*, Volume I e Volume II, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, respetivamente, p.22, p.43, p.54, p.63, p.90, p.112, p.200, p.214, p.222, p.225; e p.122, p.140, p.152, p.203, p.227, p.247, p.248, p.326, p.346.

que, a partir da segunda metade do século XIX, ostentaram e retrataram o Infante com aquele cognome.

Elementos indiciários atestam que a alcunha 'Navegador' constitui uma assimilação feita em Portugal das interpretações publicadas no estrangeiro, conferindo tal designação ao Infante. Até porque, segundo consta, até 1877, o Infante D. Henrique não tinha ainda merecido em Portugal as honras de uma monografia completa. E os «dois trabalhos verdadeiramente scientificos» até então conhecidos deviam-se «a pennas estrangeiras», trabalhos esses onde o epíteto de Navegador se encontra bem explícito[14].

Se as incursões expansionistas portuguesas foram desencadeadas por aspirações de ordem fundamentalmente cruzadísticos, neste caso, parece legítimo perguntar: teria o Infante D. Henrique projetado com aspirações medievais fundar o Mundo Moderno? Ou seja, como pretendia a poética do discurso comemorativo, aspirava o Infante terminar com a Idade Média e iniciar a Idade Moderna? Naturalmente que não. Até porque a ideia de Idade Média e de Idade Moderna, enquanto categorias de valor cronológico e periodizante (que não são nunca molduras fixas, estáveis ou absolutas), são noções e conceitos posteriores à própria época do Infante, como demonstra o historiador francês Jacques Le Goff[15].

Artifícios de depuração histórica e de mitificação da figura celebrada

A querela em torno da construção da memória pública do Infante tem uma história, neste caso, ligada às produções literárias consagradas à figura. Essa querela nasce na segunda metade do século XIX quando Richard Henry Major publica, em 1868, a sua monografia sobre o príncipe português. Richard Major considera o Infante como uma figura sem igual na história mundial e atribuiu uma amplitude planetária aos seus feitos. Major tenta igualmente expurgar toda a associação que imputava ao Infante o delito de ter sido o iniciador do comércio de escravos em grande escala, continuada depois pelos projetos imperiais europeus transatlânticos[16].

No entanto, foi no contexto preparativo das primeiras celebrações henriquinas de 1894 que o procedimento ideológico de despir o nome do Infante de nódoas históricas

[14] São exemplos disso os trabalhos de Richard Henry Major (1868) e de Gustav de Veer (1864). Cf. HOLSTEIN, Marquez de Souza, «A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique», in *Conferências Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa Ácerca dos Descobrimentos e Colonisações dos Portuguezes na Africa* – Terceira Conferência, Lisboa, Typographia da Academia, 1877, p.19 e p.69.

[15] Segundo Jacques Le Goff, a primeira utilização da Idade Média como categoria de periodização data do século XV (1469) e o uso corrente da expressão não parece ter sido banalizado antes dos finais do século XVII e, com efeito, só no século XIX é que tal noção desperta maior interesse. Cf. LE GOFF, Jacques, *Faut-il Vraiment Découper l'Histoire en Tranches ?*, Paris, Seuil, 2014, pp.33-38.

[16] MAJOR, Richard Henry, *The Life of Prince Henry of Portugal, Surnamed The Navigator*, London, A. Asher & CO., 1868, pp.179-189.

teve o seu início. No dia 15 de maio de 1882, realizou-se na casa da Sociedade de Geografia de Lisboa uma sessão destinada a averiguar as modalidades de participação desta instituição no processo de solenização pública e de monumentalização – com a edificação de uma estátua – que seria consagrada ao Infante. Da discussão encetada pelos Sócios, foi deliberada, entre outras, a nomeação de uma comissão destinada a proceder, nos arquivos públicos, à busca de documentos relativos ao Infante e suas expedições; ao mesmo tempo, a publicação de tais documentos que, por conseguinte, deveriam servir como repositório material para a monografia definitiva sobre o Infante e as suas descobertas[17].

Desta tarefa se encarregaram alguns membros da Sociedade de Geografia de Lisboa, durante a sessão de 31 de março de 1883: nesta, por exemplo, ficou expressa a sublimação da ideia de virilidade, pois as comemorações a realizar em 1894 deviam exaltar a memória de um «tão benemérito varão». Segundo os empreendedores da memória henriquina, o Infante foi quem «apurou a verdade» e desconstruiu os exageros das descrições marítimas e geográficas que tinham sido herdadas da Antiguidade e da Idade Média[18]. Mas nem todos os Sócios concordavam acerca da pretensa pureza da reputação histórica do Infante.

Por exemplo, Álvaro Rodrigues de Azevedo, um dos Sócios da Sociedade de Geografia, endereçou nestes termos aos seus colegas, na sessão de 28 de maio de 1883: a vida do Infante «tem pontos mal esclarecidos que convinha definir». Há «uns pontos negros que feriam o alto conceito que [ele] tinha do Infante». A ferida de Rodrigues de Azevedo, segundo o mesmo, resultara da leitura que fizera de um documento («uma carta de 1454» encontrada no arquivo da Câmara do Funchal, Ilha da Madeira) sobre a exploração da cana de açúcar levada a cabo por aquele príncipe português naquele arquipélago atlântico. Azevedo acrescentou ainda que investigações subsequentes o tinham levado a encontrar no cronista quinhentista português João de Barros (c.1496-1570) «varias noticias pouco abonatorias do caracter do Infante». E que inclusive, mesmo no trilho do cronista coevo, Gomes Eanes de Zurara, diferentes «fatos de escravidão» asseveravam que o próprio Infante se tinha ocupado na escravatura de então, prática essa que, segundo Rodrigues de Azevedo, não esconjura em nada «as atrocidades que se commetteram»[19] com a justificação simplista e desculpabilizadora de tudo se tratar de procedimentos e ideias da época.

Não se esconjura porque tal prática foi estigmatizada, de certa forma, pela própria sensibilidade do cronista que as presenciou e as relatou; da mesma forma que afetaram a sensibilidade de outras pessoas que, segundo Zurara, também as assistiram como ele na presença do

[17] *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13.ª Série, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p.117.

[18] *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13.ª Série, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp.124-125.

[19] *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13.ª Série, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p.121.

próprio Infante[20]. Então, alicerçada nesta convicção, Rodrigues de Azevedo sugeria que ao príncipe português fosse concedido o merecimento da iniciativa das viagens de descobertas marítimas ou ainda apenas associado aos que prepararam os elementos para a sua realização, procedendo-se, porém, «independentemente d'estas sombras na vida de D. Henrique»[21].

As advertências de Álvaro Rodrigues de Azevedo sobre as nódoas que inquinavam a figura do Infante produziram, na mesma sessão de 28 de maio de 1883, outras reações. Tal se verifica, por exemplo, nos discursos de alguns membros da Sociedade de Geografia de Lisboa, notadamente, Borges de Figueiredo (1792-1878) e Fernando Pedroso (1818-1901). O primeiro pleiteou por uma indulgência total das deformidades históricas elencadas por Álvaro Rodrigues de Azevedo. Segundo Borges de Figueiredo, tal indulgência baseava no princípio segundo o qual todos os grandes homens eram portadores de defeitos pessoais que, por conseguinte, quando expostos ao limite das suas dimensões pragmáticas, todas as imperfeições desapareciam face ao alto merecimento dos seus feitos públicos. Já o argumento de Fernando Pedroso era outro. Este afirmou que a associação que se fazia entre o Infante a escravatura de cativos vinha da ideia geral que se havia formado sobre o próprio fenómeno da escravatura.

[20] Eis aqui, bem explícita, a explanação da piedade do cronista, resultante da sua própria experiência face à atroz sorte dos cativos distribuídos em Portugal como escravos. Ele transcreve a sua comoção, mas também a de outras pessoas da aldeia e arredores que foram assistir tal prática. A dimensão do horror era tal que Zurara antecipa desde logo que, se mesmo os animais reconhecem entre si os danos dos seus semelhantes, então não era de estranhar que ele, como humano, não sentisse piedade daquilo a que assistiu. Detenhamo-nos por instantes nalguns pormenores da sua narração: «Oo tu cellestrial padre, que com tua poderosa maão, sem movimento de tua devynal essência, governas toda a infinda companhya da tua santa cidade, [...]. Eu te rogo que as minhas lagrimas nom sejam dano da minha consciencia, ca nem por sua ley daquestes, mas a sua humanidade constrange a minha que chore piedosamente o seu padecimento. E se as brutas animallyas, com seu bestyal sentyr, per huũ natural destino conhecem os dampnos de suas semelhantes, que queres que faça esta minha humana natureza, veendo assy ante os meus olhos aquesta miseravel companha, nembrandome que som de geeraçom dos filhos de Adam! No outro dya, [...] começarom os mareantes de correger seus batees, e tirar aquelles cativos pera os levarem, segundo lhe fora mandado; os quaaes, postos juntamente naquelle campo, era hũa maravilhosa cousa de veer, ca antre elles avya alguũs de razoada brancura, fremosos e apostos ; outros menos brancos, que queryam semelhar pardos; outros tam negros como tiopes, tamb desafeiçoados, assy nas caras como nos corpos, que casy parecia, aos homeẽs que os esguardavam, que vyam as imageẽs do imisperyo mais baixo. Mas qual serya o coraçom, por duro que seer podesse, que nom fosse pungido de piedoso sentimento, veendo assy aquella campanha; [...]. Mas pera seu doo seer mais acrecentado, sobreveherom aquelles que tiinham carrego de partilha, e começarom de os apartarem huũs dos outros; afim de poerem seus quinhooẽs em igualleza; onde convíinha de necessydade de se apartarem os filhos dos padres, e as molheres dos maridos, e os huũs irmaãos dos outros. [...]. Quem poderya acabar aquella partiçom sem muy grande trabalho; ca tano que os tiinham postos em hũa parte, os filhos que vyam os padres na outra, allevantavase rijamente, e hyanse pera elles; as madres apertavam os outros filhos nos braços, e lançavanse com elles debruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhe nom seerem tirados! [...] allem do trabalho que tiinham com os cativos, o campo era todo cheo de gente, assy do lugar, como das aldeas e comarcas darredor, os quaaes leixavam em aquelle dya folgar suas maãos, em que estava a força de seu guaanho, soomente por ver aquella novidade. E com estas cousas que vyam, huũs chorando, outros departindo, faziam tamanho alvoroço que poinham em torvaçom os governadores daquela partilha. O Iffante era ally encima de huũ poderoso cavallo, acompanhado de suas gentes, repartindo suas mercees, como homem que de sua parte querya fazer pequeno thesouro...». ZURARA, Gomes Eanes de, *Op. cit.*, 1949, pp.124-126.

[21] *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13.ª Série, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p.121.

Entretanto, nada mais falso. Mas este argumento é de fácil refutação. Isto porque o alastramento de tal fenómeno e de tal prática, no âmbito da expansão marítima e imperial portuguesa, indignou e causou repugnância a outros cronistas coevos portugueses como Fernando Oliveira (1507-1580)[22].

Os discursos edificadores da boa reputação histórica do Infante continuaram a ter os seus apoiantes. Em 1891, o escritor português J. P. Oliveira Martins esboça-lhe descrições elogiosas, apelidando o Infante de homem de ação, revestido de inclinação de génio, de asceta de ciência, religioso, soldado, casto e abstémico[23]. Assim, decorrida uma década sobre o início das disputas ideológicas com vista a purificar a figura do Infante, a necessidade política de mobilizar – de modo vantajosamente simbólica – a memória dos primórdios da expansão portuguesa para a arena do nacionalismo imperial (resultante do Ultimato dado a Portugal pela Inglaterra em 1890), ajudou a instaurar um discurso comemorativo oficial expurgado de nódoas.

Em agosto de 1893, entre os homens da Sociedade de Geografia encarregues de preparar uma parte das solenizações memoriais, o consenso parecia instalar-se. O registo escriturário da Ata produzida relata as ideias charneiras que as celebrações henriquinas deviam reverberar: *i)* a amplitude nacional e universal do Infante, *ii)* a grandeza dos seus feitos expansionistas, *iii)* a genialidade da sua criação, *iv)* a perspicácia do seu pensamento, etc. Esses temas deviam retemperar a solidariedade nacional capaz de induzir os portugueses a internalizarem a ideia

[22] A título ilustrativo, veja-se por exemplo as diferentes passagens do seguinte excerto: «Tomar as terras, empedir a franqueza dellas, cativar as pessoas daquelles que nam blasfemão de Jesus Christo, nem resistem aa pregação de sua fee, quãdo com modestia lha pregão/he manifesta tyrania. E não he nesta parte boa escusa dizer, que elles se vendem hũs a outros, qua nam deyxa de ter culpa quem compra o mal vendido e as leys humanas desta terra e doutras o cõdenão, porque se não ouuesse compradores não haueria maos vendedores, nem os ladrões furtarião pera vender. [...]. Nam se acharaa/nem rezam humana cõsinte, que jamays ouvesse no mundo trato pubrico e liure de comprar e vender homens livres e pacificos, como quem compra e vende alimarias/boys ou cauallos e semelhantes. [...]. Nam soomente elles, mas tambem seus filhos, e toda a geração, despoys de quaa nacidos e Christãos nunca tem remissam. Jaa que damos a isto cor de piedade christã, dizendo que os trazemos a fazer christãos, nam seria mal usar cõ elles dessa piedade, e darlhes algum jubileu despoys de seruirem certo tempo limitado por ley. [...]. Torno a dizer da cor piadosa que damos ao catiueyro desta gente, q me a mym parece cor e nam rezão sofficiente pera nos escusar de culpa. Dizemos que os fazemos christãos e trazemos a estado de saluaçam, e as almas valem mays que o seruiço e liberdade corporal, e poys lhe ministramos espiritualidades nam he muyto receber delles temporalidades. [...]. Os que vam buscar esta gente, quanto ao primeyro, nam pretendem sua salvaçam [...]. Item nos tomamos a estes as liberdades e vidas per força e engano [...]. Quanto mays que muytos nam ensinã a seus escravos, como hã de conhecer nem seruir Deos, antes os constrangem fazer mays o que lhe elles mandão, que a ley de Deus nem de sua ygreja, tanto que nem os deyxão yr ouvir missa nem evangelho, nem sabem a porta da ygreja pera isso, nem goardam domingos nem festas. Entam os mandão o ryo e a fonte/ e caminhar e fazer outros serviços. He seu catiueiro tanto mays atribuydo ao seruiço de seus amos que ao de Deos... [...]. E a mym me parece que seu cativeyro he bem desarrezoado quanto he da nossa parte, porque elles não nos offendẽ, nem nos devem, nem temos justa causa pera lhe fazer guerra, e sem justa guerra não nos podemos cativar, nem cõprar a cuyos nam sam». OLIVEIRA, Fernando, *Arte da Guerra no Mar. Estratégia e Guerra Naval no Tempo dos Descobrimentos* (Com um estudo introdutório de António Silva Ribeiro), Lisboa, Edições 70, 2008 [1555], pp.24-25.

[23] MARTINS, Oliveira, *Obras Completas. Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1958, pp.72-76; JUNIOR, Soares Romeo, *O Infante D. Henrique*, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 1884.

de honra histórica[24]. Em dezembro de 1893, Luciano Cordeiro (1844-1900), um dos influentes Sócios da Sociedade de Geografia, considerava não haver «grandes sombras e incertezas na vida de D. Henrique», razão pela qual «via gratamente na celebração do centenário o desaggravo da lenda erudita e absurda que se tem querido formar em volta da gloriosa figura 'do alto Infante'»[25].

Mas em março e abril de 1894, outras publicações da autoria do escritor e político Ladislau Batalha e outro de Teófilo Braga foram dados à estampa em plena efervescência comemorativa. Ladislau Batalha (1856-1939) esboça um quadro analítico severo e crítico acerca dos 'descobrimentos' e da figura do Infante, estribado nos espólios escriturários legados pelos cronistas portugueses dos séculos XV, XVI e XVII. Segundo Batalha, uma exegese atenta exuma de cada frase dos antigos cronistas e historiadores da época, incluindo Zurara, sinais inequívocos da predominância do espírito de interesse, do ânimo de saque, da preocupação de riqueza e de ambição, presentes nas mais diversas ações, práticas e atividades que se afiguravam lucrativas, de entre elas a pilhagem, o roubo e o tráfico de indivíduos cativos, vendidos como escravos, entre outros crimes praticados em nome do comércio[26].

Inclusive, de acordo com Ladislau Batalha, as incursões de navegadores armados pelo Infante D. Henrique Infante na costa ocidental africana passaram a ser dadas como boas não tanto pelo avanço propriamente dito na navegação, mas sim pela presa de africanos cativos transportados para Portugal[27]. Ladislau é contundente nas conclusões: a expansão imperial, desde o seu início, empenhou-se não somente na conquista e no domínio, mas também na exploração e aquisição de riquezas «sem outro trabalho que não fosse o da força e da manha. [...]. O nosso maior empenho foi sempre apoderarmo-nos das terras e bens alheios, tudo saquearmos, exercendo os maiores despotismos no isolamento, para que se nos não oppozessem as outras nações». E o Infante D. Henrique, «collocado sob esta luz, apenas póde reflectir na história raios de ambição, de egoismo e de malevolencia»[28].

O escritor e político Teófilo Braga (1843-1924) também inquiriu sobre o que ele designou de lenda do Infante. Segundo ele, a lenda do Infante e a sua personificação heróica – «excellente objectivo para a pompa rhetorica das chronicas officiaes» – fez com que todos os esforços dos portugueses desaparecessem abafados pela edificação amplificada do próprio mito henriquino.

---

[24] *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13.ª Série, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p.113-114.

[25] *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13.ª Série, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p.126.

[26] BATALHA, Ladislau, «Portugal no Seculo XVI. Volume de Restituição Histórica», *Boletim Colonial*, 5.º Volume, n.º 9, Lisboa, 4 de março, 1894, p.69. Veja-se ainda, BATALHA, Ladislau, *Curiosidades da História Portuguesa*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.ª, s.a., pp.33-38.

[27] Esta afirmação é corroborada, de certa forma, por Gomes Eanes de Zurara no Capítulo XIIº e segs. da *Crónica dos Feitos da Guiné*. Veja-se ainda LOPES, Edmundo Correia, *A Escravatura (Subsídios Para a Sua História)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, p.2.

[28] BATALHA, Ladislau, *Art. cit.*, 1894, p.67, p.68 e p.70. BATALHA, Ladislau, «Um Problema Histórico», *Boletim Colonial*, Volume 5.º, Numero 10, Lisboa, 3 de Abril, 1894, p.76.

Mas Teófilo Braga vai mais longe. Ele via nas motivações do Infante o «animo de lucro» que o levou a introduzir «nas suas colonisações a escravatura africana» e desviar «o genio nacional para o mercantilismo». Para Braga, «as pompas e apparatos officiaes» constituíam «fumo em volta do esfumado typo do infante, deante do qual se entendem em um mesmo espírito os amplificadores de Azurara e os falsificadores das instituições políticas».

Tanto Teófilo Braga como Ladislau Batalha partilhavam o mesmo ceticismo: «se a obra [do Infante] foi tal qual os seus panegyristas pretendem», então porque é que o épico glorificador das grandes epopeias, Luís de Camões, apenas tivesse deferido «um unico verso a commemorar o infante»?[29].

Outros paradigmas interpretativos

A partir de 1915-1918, desenha-se uma outra tendência destinada a despir a história do expansionismo português da sua causa romântica e meramente aventureira, projetando então sobre a figura do Infante motivações de ordem fundamentalmente económica. Esta corrente interpretativa teve no ensaísta António Sérgio (1883-1969) um dos seus precursores, igualmente plebiscitado por outros adeptos como Veiga Simões (1888-1945) que lhe seguiu as pisadas na destituição das ações do Infante da sua sobredeterminação unicamente religiosa: tudo tinha a sua razão de ser nas causas materiais, positivas, metódicas e racionais que presidiram às ações dos homens[30].

Ao longo das décadas subsequentes, essas duas perspetivas (que cotejavam causas religiosas com causas materiais) continuaram a marcar o argumento de diferentes autores. Por exemplo, os escritos de Joaquim Bensaúde (1859-1952) exaltavam desde 1929-1930 o proselitismo religioso pelas armas e o missionarismo expansionista português sob a égide do Infante. Segundo Bensaúde, o Infante era um homem isento de ambições materiais e imbuído de heroísmo religioso no combate aos infiéis (os não-cristãos, entenda-se)[31].

Em contraste, os trabalhos de Duarte Leite (1864-1950) dados a público em 1930, 1941 e 1958, e o de Veiga Simões (1888-1945) publicado em 1937 observaram a prodominância de desejos mercantis, economicistas e de proveito material no expansionismo

[29] *Boletim Colonial*, Volume 5.º, Numero 10, Lisboa, 3 de Abril, 1894, p.75 e p.77.

[30] SÉRGIO, António, *Obras Completas. Breve Interpretação da História de Portugal*, 13.ª Edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989, p.44. Ao publicar em 1919 o artigo intitulado «A Conquista de Ceuta (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)», António Sérgio faz referência a uma publicação precedente (*Considerações histórico-pedagógicas*, Porto, Edições da Renascença Portuguesa, 1915) onde ele tinha aludido a fatos económicos que presidiram a conquista das praças de África. Cf. Idem, *Obras Completas. Ensaios*, Tomo I, 3.ª Edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980, p.255. Veja-se ainda SIMÕES, Veiga, *Art. cit.*, 1937, pp.311-356.

[31] BENSAÚDE, Joaquim, *A Cruzada do Infante D. Henrique* (Edição Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960; BENSAÚDE, Joaquim, *Origines du Plan des Indes. Conférence*, Paris, Librairie Aillaud, 1929.

lusíada[32]. Importa sublinhar que, entre as duas posições interpretativas, sobressaía uma via analítica mais eclética cultivada por outros historiadores como Jaime Cortesão (1884-1960) ou Damião Peres (1889-1976). Nas suas publicações (de 1931, 1940,1937 e 1943) ambos os autores mobilizaram, juntamente com fatores económico-geográficos, razões de natureza comercial, político-estatal, religiosa e militar para explicar as determinações da expansão infantina[33].

Entretanto, em 1943-1944, o historiador Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) propõe novas teses explicativas da expansão portuguesa, dissipando a interpretação desta última desses binarismos, centrados ora unicamente no predomínio de determinações económicas, ora no de causalidades religiosas[34]. Mesmo assim, a gramática das comemorações henriquinas de 1960 elegeu a discursividade do missionarismo lusíada e do proselitismo religioso como essência do expansionismo imperial e colonial português. Esta perspetiva impôs-se como dominante, inclusive, a ponto de excluir outras interpretações que contrariavam a gramática comemorativa, neste caso, focada na sobrevalorização de fatores religiosos e missionários como motivações centrais da expansão imperial e da colonização portuguesa[35].

Nas comemorações de 1960, privilegiou-se a aura mitológica da religiosidade, secundarizando as causas materiais. Esta perspetiva encontrara eco em diferentes escritos de autores como o Padre António Brásio (1906-1985) e outros textos temáticos propositadamente dedicados à exaltação de tais tópicos, tal como foi o número especial comemorativo

---

[32] LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos. Coletânea de esparsos*, Volume I, Organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho, Lisboa, Edições Cosmos, 1958, p.70; LEITE, Duarte, *Coisas de Vária História*, Lisboa, Seara Nova, 1941; SIMÕES, Veiga, *Art. cit.*, 1937, pp.311-356. Veja-se ainda BENSAÚDE, Joaquim, *Op. cit.*, 1960, pp.77-105. Sobre alguns desses historiadores veja-se ainda: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal Sécs. XIX-XX*, Volume I, *A História Através da História*, Lisboa, Temas e Debates, 1998; MARQUES, Alfredo Pinheiro, *A Historiografia dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Coimbra, Livraria Minerva, 1991; SANTOS, João Marinho dos, SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Historiografia dos Descobrimentos Através da correspondência entre alguns dos seus vultos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2004.

[33] PERES, Damião, *Op. cit.*, 1943; CORTESÃO, Jaime, *Art. cit.*, 1940, pp.13-46; PERES, Damião, *Art. cit.*, 1937, pp.121-127; CORTEZÃO, Jaime, «Descobrimentos e Conquistas», in PERES, Damião (Dir.), *História de Portugal* (Edição Monumental Comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade), Volume III, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, pp.333-384.

[34] GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa: Problemas das origens e da linha de evolução*, Lisboa, Emprêsa Contemporânea de Edições, 1944; Idem, *Dúvidas e problemas àcerca de algumas teses da história da expansão*, s.l., Edições Gazeta de Filosofia, 1943, pp.1-31.

[35] Foi precisamente o que ocorreu, por exemplo, com a recusa da Comissão Executiva das Comemorações Henriquinas, presidida por Caeiro da Matta, em publicar no âmbito das mesmas celebrações uma obra da autoria do historiador Vitorino Magalhães Godinho, consagrada à problemática da expansão portuguesa. A justificação da recusa foi enunciada em termos liminarmente lacónicos: «o trabalho de V. Exª., sem dúvida valioso, foi orientado num espírito bem diferente do que presidiu às comemorações henriquinas, motivo por que lamentar ter de lhe comunicar não o ter podido incluir na "Colecção Henriquina"». Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, Dom Quixote, 2008, pp.15-20.

que a revista *Brotéria* de agosto-setembro de 1960 consagrou aos festejos[36]. Portanto, as perspetivas que davam candura místico-ascética e positivavam a imagem do Infante (despindo-a de laivos materialistas), assim como as que revestiam a expansão portuguesa de proselitismo religioso foram as que o Estado Novo deu acolhimento privilegiado no interior da poética comemorativa henriquina[37]. E em 1960, a sobrevalorização da perspetiva religiosa pretendia matizar o contexto histórico e político internacional, caraterizado pelas vagas das descolonizações e das independências em processo nalguns territórios africanos que compunham o império colonial britânico, francês e belga; alguns desses territórios, inclusive, tinham fronteiras contíguas com os espaços que compunham o império colonial português em África.

Considerações finais

A mitologia henriquina subscreveu praticamente, sem variantes, todo o fadário de uma comemoração imperial. O fabulário do nacionalismo português sempre apregoou que, a par de Luís de Camões e outros nomes que compunham a galeria dos grandes vultos portugueses, o Infante D. Henrique era uma alma varonil de validade universal.

O processo da construção da memória pública do Infante tem uma longa genealogia histórica, intimamente relacionada à memória das primeiras comemorações promovidas no século XIX. Refira-se ainda que a construção da imagem do infante não esteve isenta de conflitos, nem de disputas historiográficas de diversa ordem. Tais disputas incorporaram diferentes elementos, nem sempre conciliatórios entre si; mas também nem sempre destituídos de efabulações. O Estado Novo corrobora a idealização da mitologia henriquina: amplifica o mito, propaga os lugares-comuns henriquinos e retrata, em termos totalmente imaculados, todas as motivações expansionistas do Infante.

[36] CARVALHO, J. Vaz de, «A Espiritualidade do Infante D. Henrique», *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*, Vol. LXXI, n.º 23, Lisboa, Agosto-Setembro, 1960, pp.129-154; BRÁSIO, António, *A Acção Missionária no Período Henriquino*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958.

[37] CARVALHO, J. Vaz de, «O Ideal de Cruzada do Infante», *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*, Vol. LXXI, n.º 6, Lisboa, Dezembro, 1960, pp.539-559.

SESSÃO CULTURAL CONJUNTA COM O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO – SANTARÉM

D. PEDRO DE MENEZES: PALADINO DE UMA NOVA DINASTIA?

Comunicação apresentada pelos Académicos
Ana Paula Menino Avelar* e Vítor Luís Gaspar Rodrigues**, em 5 de março

Nove anos depois da conquista de Ceuta (Agosto de 1415) e da sua nomeação como capitão da praça, e cinco anos passados sobre um dos mais duros cercos imposto pelos muçulmanos à fortaleza (Agosto de 1419), D. Pedro de Menezes partiu desta cidade para uma breve estadia no reino, tendo a autorização do monarca D. João I. Escreve Gomes Eanes de Zurara que apesar da tormenta que quebrara a sua galé ao meio, e chegando a Setúbal:

> "Dally se foy o Conde aa çidade de Lixboa, onde lhe foy feito muy grande, e honrrado rreçebimento, mandando armar quamtas caravellas se poderom achar, antre as quais corregerom huma espiçiallmente, em que eram dous honrados çidadãos, em que o conde avia de viir, mandamdo-o a çidade convidar emquamto ally estevesse. (...) assy acompanhado partio pera a çidade, omde achou na Rribeira toda a clerezia, e pessoas rreligiosas que hii avia em huma muy homrrada proçissão, com a quall foy levado a see. E ally aaquella çidade lhe foram enviados cavallos espiçiaes com todos seus corregimemtos, assy dell rrey como de seus filhos. E hyndo o conde pera Santarem achou na Azambuja, que sam çinco llegoas daquella villa, muitos fidallgos da corte que se fforam pera elle pera lhe fazer homra em aquela chegada. O Iffante Eduarte sayo a o rreçeber hum pedaço fora da villa, e com gramde omrra o levou a seus paços, omde foy seu convidado naquelle dia. No outro dia passou o conde o Tejo e se foy a Allmeirin, huns Paços, que são no cabo daquelle campo, omde ell rrey sayo a rreçeber o conde ate fora da salla. E sendo ally com elle alguns dias, lhe fez merçee de Villa Rreal, que he huma grande e nobre Villa de Tra-llos-Montes, mandando-lhe que se yntytulasse por conde della."[1]

Em 1424, o conde referido por Gomes Eanes Zurara era recebido em Portugal de forma encomiástica pelas principais figuras do reino, em especial pelo infante D. Duarte e pelo próprio rei D. João I que saiu a recebê-lo fora da sala dos seus Paços. D. Pedro de Menezes passava a fazer parte do grupo restrito de nobres titulados – os duques de Coimbra e de Viseu,

---

* Professora Associada com Agregação da Universidade Aberta; Investigadora Integrada do CHAM-Centro de Humanidades-FCSH; Investigadora Associada CEC-CHUL-FLUL; Secretária da Classe de História Marítima da Academia de Marinha; Académica de Número da Academia Portuguesa da História.

** Investigador Auxiliar com Agregação do Centro de História, Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa; Vice-Presidente da Classe de História Marítima da Academia de Marinha.

[1] ZURARA, Gomes Eanes de - **Crónica do Conde D. Pedro de Menezes**, p. 317.

títulos na posse dos Infantes D. Pedro e D. Henrique respectivamente, e os condes de Barcelos, Arraiolos, Ourém, Neiva e Penafiel.

Ao analisar a origem familiar de D. Pedro de Menezes e as razões por que se amorou em Castela com sua mãe, debruçar-nos-emos sobre as motivações e os apoios manifestados por D. João I e pelo então infante D. Duarte, quando este regressou ao reino no início de Quatrocentos. Por outro lado, importa conhecer a sua acção enquanto capitão de Ceuta, responsável pela sua ascensão social e pela criação de um avultado património. A sua forte ligação ao monarca elevá-lo-ia à condição de conde, algo que até aí estivera reservado aos familiares próximos do monarca.

Esta forte ligação dos Menezes à dinastia de Avis perdura ao longo dos reinados seguintes: a acção destes, de D. Pedro em Ceuta e de seu filho D. Duarte, primeiro em Ceuta e depois em Alcácer Ceguer, foi objecto da cronística da Expansão e do seu primeiro *cronista–mor* Gomes Eanes de Zurara[2]. Repare-se que nos referimos à cronística da Expansão e não à cronística reinícola, porque aí a primazia numa escrita historiográfica é a de Fernão Lopes. Ceuta constituiu-se como o primeiro e nuclear momento de uma expansão portuguesa extra-europeia e por isso mesmo é o tópico fundacional, nomeadamente no século XV, para o exercício da escrita da História. A narração dos feitos ligados a esta presença institui-se como tópico legitimador de um monarca e de uma dinastia, a de Avis. D. Afonso V encomenda ao seu cronista-mor, Gomes Eanes de Zurara, que sequencie a crónica de seu avô D. João I de Boa Memória, escrevendo a terceira parte da mesma, pois as I e II partes tinham sido redijidas por Fernão Lopes.

Zurara sucedera a este último no cargo de cronista do reino e sob a protecção de D. Afonso V, e no momento em que se vivia no rescaldo de Alfarrobeira (1449) escreveria a Crónica da tomada de Ceuta, a qual concluiria em 1450. Nas suas palavras, esta obra consagraria aquela que seria a: "(...) gloriosa fama da muy notauel empresa tomada per este virtuoso e nunca vençido prinçipe senhor Rey Dom Joham que seu preposito detreminou forçosamente per armas conquistar huũa tam nobre e tam grande çidade como he Cepta." [3]

Zurara é um cronista que serve a *Casa de seu rei* e o público a que se dirige é o do reino de Portugal, ainda que o seu texto sirva de fonte aos que transmitem as notícias de novos feitos nos circuitos europeus. Recorde-se que Mateus Pisano, a pedido de D. Afonso V, de quem foi secretário, elaborou por volta de 1460 a *Gesta Illustrissimi Regis Iohannis de Bello Septensi*, usando a narrativa de Zurara, que conhecera na corte portuguesa.

A escrita da crónica de D. Pedro de Meneses (começada em 1458 e acabada em 1463) narra a actuação do primeiro capitão daquela praça e continuaria o desígnio de legitimar a

[2] Recorde-se que se toma esta acepção de cronística da expansão no sentido de, na historiografia portuguesa sobre a expansão e a presença portuguesa nos espaços extraeuropeus, o seu historiador fundacional ser Gomes Eanes de Zurara. Cf. AVELAR, Ana Paula – Ceuta como Tópico narrativo no discurso historiográfico da Expansão Portuguesa, in **XIV Simpósio de História Maritima – Ceuta e a Expansão Portuguesa**, pp. 513-519.

[3] ZURARA, Gomes Eanes de – **Crónica da Tomada de Ceuta**, p.8.

dinastia avisina. É certo que Zurara escreveria igualmente a crónica de D. Duarte de Menezes (entre c. 1464 e c. 1467-1468)[4], filho de D. Pedro de Meneses que ocupou o lugar de capitão de Alcácer Ceguer, morrendo em 1464 ao salvar o seu rei D. Afonso V numa emboscada na serra de Benacofu. Esta foi *a crónica* declaradamente escrita a pedido do monarca Afonso V sobre um seu paladino, D. Duarte de Menezes.

Contudo, também o seu progenitor, D. Pedro, enquanto capitão de Ceuta defendeu o seu monarca, disso nos dando conta o seu cronista Gomes Eanes de Zurara:

> " (...) durando em ſua governança, e ſenhorio vinte e dous annos, e pouco mais de um mez, avendo muitas pelejas com os mouros, e ſendo duas vezes, cercado per maar e per terra, vencendo ſem nunca ſer vencido, ſofrendo muito trabalho por defenſaõ daquella Cidade, em tanto que eu achei, que dezasseis annos trouxe huma cota veſtida continuamente, até que a rompeo per alguns lugares, como ſe fôra ſayo de pano, porque muitas vezes ſe acertava pelejar duas vezes no dia, aſſy porque roldava caſy todallas as noites a Cidade, e aſſy acabou em ella com grande honra."[5]

Este é o Homem que serve o seu *Rei e Senhor*, e que, também ele, como mais tarde seu filho, foi um paladino de Avis. Mas conheçamos um pouco melhor a sua acção e ascensão junto do monarca que serviu, D. João I, e demonstremos a razão pela qual respondemos afirmativamente à pergunta de saber se ele é representado pela cronística oficial do reino como seu paladino, como paladino de Avis.

Desocultemos então a sua linhagem... . Descendente da linhagem dos Telles de Menezes, que detinha, à época de D. Fernando, não só vários títulos nobiliárquicos, mas também um vasto património, tal influência acabou com a ascensão do Mestre de Avis ao trono, caindo em desgraça em virtude de os seus principais se terem mantido fiéis a D.ª Beatriz. Com efeito, seu pai, D. João Afonso Telo, alcaide de Beja e conde de Viana (1373), viria, a exemplo de muitos outros grandes fidalgos do reino, a apoiar as pretensões de D. João I de Castela ao trono português, morrendo ao seu serviço em Penela (1384). Sua mulher, Dona Maior de Portocarrero, amorou-se em Castela com o filho, onde, segundo Zurara, lhe foi conferido o título de Conde de Ilhó[6].

Após uma longa estadia fora do reino, regressariam por vontade do monarca, D. João I, ainda que Zurara, o autor desta informação, não explicite as razões que estiveram na base da decisão do rei. Por volta de 1403, D. Pedro de Menezes terá voltado a Portugal com a mãe, sendo-lhe concedidos "todos os bens de seu património" e alguns do seu avô, o conde de Barcelos[7].

---

[4] Cf. FONSECA, Luís Adão da Fonseca – Gomes Eanes de Zurara, in DOMINGUES, Francisco Contente (coord.), **Dicionário da Expansão Portuguesa,** II, p. 1056.

[5] ZURARA, Gomes Eanes de – **Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes**, p. 18.

[6] Cf. *Ibidem*, p. 317.

[7] Cf. *Ibidem*, p. 318.

Uma parte desses primeiros anos foram passados em casa de D. Lopo Dias de Sousa, Mestre de Cristo, casado com uma prima direita de seu pai[8]. Mais tarde este seria, junto de D. João I, um dos seus apoiantes, tal acontecendo nomeadamente quando D. Pedro de Menezes se apresentou voluntariamente para servir como capitão de Ceuta. Este frequentou os paços reais e em 1414 surge já como morador da casa real, auferindo um assentamento de 28 600 libras, a mais elevada verba aí registada, o que atesta da posição destacada que detinha por essa altura no seu seio. Atente-se como o cronista enuncia a sua linhagem, seja no início do primeiro livro da crónica, seja no seu segundo livro, onde complementa os dados anteriormente enunciados. Ele apresenta-o como homem de grande linhagem, afirmando que isso se *deve a el Rei com que vive, e que o criou*[9]. Variadas vezes são enunciadas a *sua ardileza e prudência,* as suas qualidades de liderança e de oratória.

É, no entanto, a parcimónia que domina a sua escrita da História. Zurara enuncia os princípios historiografícos que persegue, acentuando como procura validar os factos, apurando a: "(...) verdade, e temos que do que realmente pertence á ∫u∫tancia naõ póde em outra parte ∫er mais verdadeiramente e∫crita, que aqui [leia-se na crónica de Zurara], leixando as particularidades, em que nunca ∫e pode achar verdadeira certidaõ (...)"[10]. Foi igualmente na busca da validade dos factos que em Agosto de 1467 Zurara se deslocou a Alcácer-Ceguer, para obter informações que usou na redacção da sua crónica sobre D. Duarte de Menezes, declarando, ao longo da sua crónica de D. Pedro, como fez uso dos livros deste fidalgo[11]. Por outro lado, atente-se como no segundo livro desta mesma crónica ganha cada vez mais protagonismo a actuação de D. Duarte, preludiando-se, assim, aquela que será a sua última crónica: a dedicada ao capitão de Alcácer Ceguer[12].

Mas detenhamo-nos um pouco mais sobre a escrita da crónica de D. Pedro e no registo de como este serviu o *seu Senhor e Rei*. Luís Adão da Fonseca afirma que os textos de Zurara sobre a tomada de Ceuta, a crónica da Guiné e as crónicas sobre D. Pedro e D. Duarte perseguem a mesma matriz, tendo como tópico: "(...) a conquista de Ceuta e as operações militares no norte de Marrocos, palco de operações de corso tanto no Estreito como no Atlântico marroquino. Neste âmbito, os protagonistas são os mesmos – o rei e o infante, a nobreza e os cavaleiros – e é muito semelhante o seu comportamento, porque são os mesmos pressupostos políticos e estratégicos que inspiram e dão sentido aos acontecimentos que narram."[13]

---

[8] Cf. *Ibidem*, p. 392.

[9] Sobre esta temática cf. CAMPOS, Nuno Silva – **D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415 – 1437)**, p. 49.

[10] ZURARA, Gomes Eanes de – **Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes**, p. 19.

[11] A título de exemplo leia-se nesta mesma crónica, no livro I, os capítulos LXXX e LXXXI. Cf. *Ibidem*, pp. 267-275.

[12] Leia-se no livro II o capítulo XII. Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 316-319.

[13] FONSECA, Luís Adão da Fonseca – Gomes Eanes de Zurara, in DOMINGUES, Francisco Contente(coord.) – **Dicionário da Expansão Portuguesa,** II, p. 1056.

Contudo, defendemos que o desígnio de Gomes Eanes de Zurara não se circunscreve a tal mecanismo de escrita: ele é mais artificioso, cumprindo claramente um programa de legitimação de uma dinastia. As suas narrativas não acontecem porque Zurara narra uma mesma realidade, isto é, porque os pressupostos políticos e estratégicos são os mesmos, elas acontecem porque obedecem a uma arquitectura historiográfica que se constitui, ela própria, como um desígnio político, enquadrando-se numa *gramática* de legitimação de um poder. Atente-se no modo com Zurara fecha a sua crónica sobre D. Pedro, com uma peroração não só sobre este fidalgo, mas sobre os Menezes - D. Pedro e D. Duarte – entretecendo-a com a elaborada ao infante de Avis, D. Henrique, que havia partido e cuja crónica redigira[14].

É intenção de Zurara nesta crónica que analisamos:

> "(...) eſcrepver em eſte volume [leia-se a crónica] os feitos, que ſe fezeram na Cidade de Cepta, depois que primeiramente foi tomada aos Mouros por aquelle Magnanimo Principe ElRey Dom Joham. E porque o Filosofo[leia-se Aristóteles] diz, que toda couſa, que move outra, move em virtude do primeiro movedor nom ficará aquelle tam excellente Rey apartado de todo da gloria, e louvor, que aquelle Conde, e os outros nobres Cavalleiros per força de seus corpos, e fortaleza de ſeus corações naquella Cidade ganharom, nem averá pequena parte deſte honrozo louvor, eſte Rey Dom Affonſo o Quinto em o nome, e duodecimo dos Reys, que foram em Portugal, quando conſirar como aquelle auto he melhor em beneficio, perque as couſas ſam feitas mais nobres, e as poſſiſſoens duram em maior ſegurança."[15]

Deste modo, claramente se plasma a inscrição na dinastia avisina. Mas se, como se assinalou, é forte a proximidade de D. Pedro de Menezes a D. João I, ele não deixa de ser igualmente muito próximo do príncipe D. Duarte, porventura o responsável último pela sua ascensão na Corte e pela sua afirmação junto do monarca, que o escolhe para seu alferes-mor. Em 1415 D. João I conferir-lhe-ia ainda a suprema honra de o armar cavaleiro em Ceuta após a conquista da cidade[16].

Ainda assim, importa salientar, baseando-nos uma vez mais no testemunho de Zurara, que D. João I não pensara nele para o cargo, recaindo a sua preferência no seu guarda-mor Martim Afonso de Melo[17]. Só após a recusa de alguns dos principais do Reino, a saber, D. Nuno Álvares Pereira, D. Gonçalo Vaz Coutinho e do próprio Martim Afonso, que se escudou na recusa dos seus homens em permanecerem em Ceuta para não aceitar o cargo, D. Pedro de Menezes conseguiu, com o apoio do seu tio, o já referido "Mestre de Cristo, ... e do priol do Esprital", para além do próprio Infante D. Duarte, ser empossado na capitania da cidade[18].

---

[14] Recorde-se que a crónica da Guiné é concebida como a crónica dos feitos de D. Henrique. Cf. ZURARA, Gomes Eanes de – **Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes**, pp. 420-422.

[15] Cf. *Ibidem*, p. 10.

[16] Cf. ZURARA, Gomes Eanes de – **Crónica da Tomada de Ceuta,** p. 257.

[17] Cf. *Ibidem*, p. 261.

[18] Cf. ZURARA, Gomes Eanes de – **Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes**, pp. 27-28.

Segundo Zurara D. João I outorgou-lhe então o cargo, não só por se tratar, como aqueles haviam salientado, de uma figura de grande linhagem, mas também por tê-lo "em muy assinado serviço seu boom requerimento"[19]. Empossado na capitania o monarca apressou-se a prover a praça com a gente de guerra necessária para a sua defesa. Desta força merecem um destaque especial os trezentos homens de D. Duarte, que este expressamente determinou que ficassem sob as ordens daquele, porque "(...) nom queria outro capitão senão aquelle conde; caa, como quer que a ſua capitania ſoſſe gerall, diſſe, que pois elle hera ſeu, que naõ queria, que outrem teveſſe cuydado das ſuas couſas ſenaõ elle."[20]

Este facto atesta, uma vez mais, a solidez dos laços que uniam D. Pedro de Menezes ao príncipe herdeiro, ainda que Zurara advirta que: "(...) foi eſte Conde Alferes do Infante Eduarte primogenito, e ſempre amado delle, e honrado, ante que foſſe Capitaõ, e muito mais depois que o foi : e pero que elle ſoſſe Conde feito em Caſtela, ElRey [leia-se D. João I]nunca quiz dar ſemelhante autoridade, nem o chamou Conde, ſenaõ depois que por algum tempo regeo aquella Capitania, que ſentio, que era dino daquella honra, e o acrecentou em todo (...)"[21] . Recorde-se, como foi nuclear a defesa do cerco que Ceuta sofreu em 1419, e como os infantes D. Henrique, D. Duarte e D. Pedro foram magnanimamente agasalhados na praça portuguesa pelo seu capitão.

Mas retrocedamos um pouco... . Os anos que se seguiram à conquista de Ceuta ficaram marcados não só pela dureza dos cercos feitos à cidade, mas também pela adopção de uma estratégia ofensiva, imposta pelo seu capitão e destinada a, como se dizia à época, segurar o campo em redor das muralhas da fortaleza, passando o quotidiano dos seus defensores a estar marcado pelo ritmo das constantes cavalgadas, almogavarias e razias, a então designada "guerra guerreada", que contribuiu decisivamente para a afirmação de D. Pedro de Menezes junto do monarca e dos seus pares pelos muitos feitos de armas praticados.

Como já assinalámos, esse estado endémico de guerra levou Zurara a afirmar que ao longo de 16 anos da sua prolongada capitania, D. Pedro usara, de contínuo, a sua cota de malha, como se de um saio de pano se tratasse, recebendo em troca dos seus serviços, para além de inúmeras mercês régias, das quais as mais importantes foram, em 1424, os títulos de Conde de Vila Real, e em 1433 de Conde de Viana do Alentejo, um conjunto extraordinariamente elevado de rendimentos em virtude de lhe ter sido conferido o direito a 1/5 de todas as presas efectuadas não só em terra, mas também no mar. Todavia, e relativamente a este último caso só receberia o referente aos navios que aportavam a Ceuta e que operavam a partir daí. A este propósito, Zurara não deixa de referir como, por vezes, as presas não eram todas declaradas, de modo a que o conde não recebesse a totalidade dos dividendos que lhe eram devidos.

[19] *Ibidem*, p. 28.

[20] *Ibidem*, p. 29.

[21] *Ibidem,* pp. 18-19.

O porto de Ceuta funcionou, como é sabido, como base para os navios portugueses que lutavam contra o corso e a pirataria magrebina, procurando assegurar o controlo das rotas comerciais que, através do Estreito, ligavam o Mediterrâneo ao Atlântico e ao Mar do Norte. Esta estratégia era desenvolvida, em paralelo, com a prática de actividades corsárias, visando, sobretudo, os navios mercantes muçulmanos e as suas cargas. Paralelamente, e desde muito cedo, os navios aí estacionados começaram igualmente a ser utilizados para a prática dos "saltos", operações navais anfíbias usadas para atacar e saquear as povoações costeiras do norte de Marrocos, de que resultava, em regra, o apresamento de um grande número de bens, animais e, sobretudo, de escravos.

Como refere Nuno Campos, autor de um excelente trabalho sobre a ascensão política e social do nosso capitão, só na crónica de D. Pedro de Meneses encontramos documentados 47 "saltos" por mar, mais do que dois por ano, sendo que em 36 dessas operações navais estiveram presentes navios do próprio capitão, situação que contribuiu para este aumentar, sobremaneira, o seu pecúlio.

D. Pedro de Menezes detinha uma significativa esquadra de corso - ao longo dos anos da sua capitania surgem documentados nove navios de que era proprietário[22] - e, no dizer de Zurara, encontravam-se sempre aparelhados para a guerra[23]. Registe-se, aliás, como, logo no início da sua narrativa, o nosso cronista dá atenção aos feitos do mar, referindo que, ao partir de Ceuta após a sua conquista D. João I deixara por Capitão de duas galés Micer Bartolomeu Pessanha[24], meio irmão de Lançarote Pessanha e que D. Pedro de Meneses de imediato mandara fazer uma fusta a que chamara Santiago Pé de Prata, que seria de: "(...) dez bancos (...) que ∫ahio muito ligeira assy de remos, como de vellas; e foi hum bom ∫inal (...)"[25] para os acontecimentos vindouros.

Importa igualmente notar, que não era só D. Pedro de Menezes que possuía embarcações aparelhadas na cidade, já que temos conhecimento que também D. Fernão de Noronha, seu futuro genro, e D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, detinham aí alguns navios para a guerra de corso. Tratando-se de uma frota significativa, facilmente se percebem as importantes somas obtidas por D. Pedro ao longo dos anos em que permaneceu à frente dos destinos da praça. Estas derivavam da transação dos bens apresados e, sobretudo, da venda e resgate das tripulações e passageiros reduzidos à condição de escravos.

Zurara não deixa de declarar quão importantes e articuladas eram as acções tanto defensivas como ofensivas, em terra e no mar. D. Pedro revelou-se um exímio capitão nos diferentes cenários de guerra, conhecendo os seus homens e as suas qualidades, usando ardilosa e

---

[22] Cf. CAMPOS, Nuno Silva – **D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415 – 1437)**, pp. 94-102.

[23] Cf. ZURARA, Gomes Eanes de – **Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes**, pp. 234-236.

[24] Possivelmente corruptela de Miceitom, nome que surge na crónica de D. Pedro. Cf. *Ibidem*, p. 105.

[25] *Ibidem*, p. 106.

prudentemente as forças marítimas ou terrestres, e atingindo os melhores resultados possíveis. São recorrentes, sob várias formas, as palavras de Zurara, assinalando que em Ceuta nunca se sentiu sossego e se: "(...) huma vez ceſſavam os feitos da terra, logo entravam aos feitos do maar, porque aquelle Conde nunca ſabia eſtar ocioſo naquelle Officio."[26]

Enfim, após *22 anos e pouco mais de um mês*[27] D. Pedro de Menezes conseguiu, através de uma brilhante carreira militar, toda ela passada em Ceuta ao serviço da Casa de Avis, não só o acrescentamento da sua honra, ascendendo ao restrito grupo da nobreza titulada, mas também, e por via das inúmeras doações régias de tenças, senhorios e jurisdições e dos extraordinários rendimentos auferidos em Ceuta, em resultado dos proes e percalços do seu cargo como capitão da praça, transformar a sua Casa numa das mais poderosas do reino.

Ceuta, por um lado, e a Casa de Avis, com D. João I à cabeça, por outro, foram responsáveis por D. Pedro de Menezes se haver transformado no paladino da nova dinastia ao longo do primeiro quartel de Quatrocentos e Gomes Eanes de Zurara o seu arauto: " (...) aſſy como Deos quiz dar honrada[sic] fim a ElRey Dom Joham em lhe dando tam grande, e tam nobre Cidade, aſſy lhe deu logo hum dos honrados Cavaleiros do Mundo pera ſeu Capitão."[28]

BIBLIOGRAFIA CITADA:

AVELAR, Ana Paula – Ceuta como Tópico narrativo no discurso historiográfico da Expansão Portuguesa, in **XIV Simpósio de História Marítima – Ceuta e a Expansão Portuguesa.** Lisboa: Academia de Marinha, 2016, pp. 513-519.

CAMPOS, Nuno Silva – **D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)**. Évora: Publicações do Cidehus, 2004. http://books.openedition.org/cidehus/5241 (consultado em 15/03/2020)

FONSECA, Luís Adão – Gomes Eanes de Zurara, in DOMINGUES, Francisco Contente (dir.) – **Dicionário da Expansão Portuguesa**, II, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2016, pp.1055-1058.

ZURARA, Gomes Eanes de – **Crónica da Tomada de Ceuta.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

ZURARA, Gomes Eanes de – **Crónica do Conde D. Pedro de Menezes.** Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988.

[26] Cf. *Ibidem*, pp. 330-335.

[27] Cf. *Ibidem*, p. 18.

[28] *Ibidem*, p. 272.

SESSÃO CULTURAL CONJUNTA COM O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO – SANTARÉM

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 5 de março

Senhora Vereadora dos Assuntos Jurídicos e do Urbanismo, Dra. Cristina Casanova Martins, Senhor Presidente do Centro de Investigação Professor Joaquim Veríssimo Serrão e meu estimado amigo, Entidades e militares e civis aqui presentes, Senhor Prof. Doutor Nuno Silva Campos, Senhores Académicos, Senhores Convidados.

Mais um ano passou e de novo a Academia de Marinha e o Centro de Investigação Professor Joaquim Veríssimo Serrão se voltam a encontrar para a terceira sessão conjunta, desde que em Novembro de 2017 aqui estivemos para assinar o protocolo de cooperação que desde então nos liga.

E não tenho dúvidas em afirmar que esta ligação que nos une tem condições para durar pois nasceu na base de um respeito mútuo, de uma vontade recíproca de a alimentar e fortalecer, tendo-se mesmo gerado uma amizade sincera entre os seus responsáveis o que, sem dúvida, também ajuda.

Foi intenção de ambas as instituições, desde o início, escolher para temas destes encontros anuais figuras ou áreas que desejavelmente tivessem significado ou ligação a Santarém e ao Mar. Foi assim com Sá da Bandeira em 2018 e com Páginas da Marinha Portuguesa / Património Cultural, em 2019.

A escolha para este ano da figura de Dom Pedro de Menezes tem uma ligação óbvia ao mar e à Marinha não só pela sua participação na expedição a Ceuta em 1415, como também por ter sido o sétimo Almirante de Portugal entre os anos de 1433 e 1437, ano da sua morte, título este recebido em virtude do seu casamento com Genebra Pessanha, filha do último descendente masculino do Almirante Pessanha, Carlos Pessanha II.

Por sua vez, teve uma ligação clara com a cidade de Santarém, onde se encontra sepultado na Igreja da Graça, para além de ser proprietário de terras no termo desta cidade e ao longo do Vale do Tejo e de ter sido nesta cidade que se refugiou com a mãe e a avó, antes de as acompanhar no exilio, em Castela.

Pela forma como serviu a Dinastia de Avis, D. Pedro de Menezes tornou-se uma figura incontornável da sua época. Através de um serviço capaz e dedicado, designadamente como Capitão – Geral de Ceuta, soube construir uma das mais importantes casas nobiliárquicas de Portugal, ao mesmo tempo que se inscreveu de forma indelével no início da expansão portuguesa.

Por tudo o que irá ser dito ao longo desta sessão, sem dúvida que D. Pedro de Menezes era tema a ser tratado pelas nossas duas instituições. E estou certo que com a vontade que nos anima, saberemos encontrar em anos futuros temas que engrandeceram esta nobre cidade de Santarém e que, de algum modo, estiveram relacionados com o imenso mar português.

Uma palavra final de agradecimento aos membros da academia de marinha que aceitaram deslocar-se a Santarém, acompanhando esta sessão conjunta.

Bem hajam pela vossa presença. Muito obrigado a todos

CERIMÓNIAS FÚNEBRES DO ALMIRANTE NUNO VIEIRA MATIAS

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 15 de junho

Meu querido amigo Almirante Vieira Matias

Estou aqui a despedir-me do académico e meu antecessor como Presidente da Academia de Marinha. Mas não posso esquecer o militar e marinheiro que foi toda a vida.

O Almirante Nuno Vieira Matias teve uma carreira profundamente diversificada. Foi praticamente tudo o que um oficial de Marinha pode ou anseia ser. Teve anos e anos de mar em que comandou, foi fuzileiro em teatros de guerra, foi Capitão de Porto, professor da Escola Naval e do prestigiado Instituto Superior Naval de Guerra, passou mais que uma vez pelo Estado-Maior da Armada, também pela área do material como Superintendente, foi Comandante Naval e Comandante de um Quartel-General da NATO e terminou a sua carreira como Chefe do Estado-Maior da Armada. Este foi um período difícil em que durante os cinco anos do seu mandato teve que trabalhar com cinco ministros da defesa, mas soube fazer-se sempre respeitar e por eles foi respeitado.

Por todas as áreas por onde passava ou em que se envolvia estudava-as profundamente. Como artilheiro tornou-se um perito em pólvoras e explosivos. Interessava-se imenso pelo problema da medição do tempo que aprofundou e sobre o qual fez conferências. Como agricultor sabia ao mais pequeno detalhe tudo o dizia respeito às variedades de maçãs e outros frutos que plantou e cultivou numa propriedade que amava, dirigindo com sabedoria todas as fases que o seu enorme pomar requeria. Era um grande colecionador de relógios e navalhas, orgulhando-se das suas muitas peças da sua coleção e era sempre com enorme gosto que explicava a origem e os detalhes de cada uma.

Tinha enorme orgulho em ter frequentado o Naval Command Course no Naval War College, nos Estados Unidos da América. Sempre se bateu para que outros tivessem a mesma oportunidade e até ao fim dinamizou e incentivou os encontros dos ex-alunos deste curso e suas famílias de que era um entusiasta congregador.

Era um excelente contador de histórias e havia duas que o entusiasmavam particularmente – a da célebre Batalha Real a que agora, dizia ele, se teimava erradamente em chamar de Aljubarrota e o facto de não aceitar que o primeiro Almirante tivesse sido Manuel Pessanha, o genovês, pois para ele tinha sido Dom Fuas Roupinho, um bom português.

Toda esta profusão de extensos conhecimentos que naturalmente emergiam das suas conversas, levava-me por vezes a ver nele um príncipe da renascença, mas com os pés bem assentes no século XXI. A sua preocupação em manter-se atualizado levava-o a acompanhar os

temas da defesa e da segurança nacional e internacional, mas também as áreas do futuro como a biotecnologia, as engenharias física e química sendo um entusiasta dos avanços do digital. E o mar, sempre o mar, sua preocupação maior, de que era um paladino defensor. Escreveu muito e os seus escritos foram publicados, constituindo excelentes referências deste tema.

Todas estas suas características fizeram com que, já reformado, tivesse sido convidado a lecionar no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica e sido eleito membro da Academia Portuguesa da História e da Academia das Ciências de Lisboa. Ocupou ainda altos cargos na Sociedade de Geografia de Lisboa, na Liga dos Combatentes e na Sociedade Histórica para a Independência de Portugal. Até ao final pertenceu ao Conselho de Curadores da Fundação Oceano Azul.

Toda esta vivência fez dele um muito prestigiado Presidente da Academia de Marinha, cargo que exerceu durante cerca de sete anos. Nesse período foi clara a dinamização introduzida, trazendo rigor e um pouco mais do sal da nossa experiência como oficiais da Armada, temperando o puro academismo com os conhecimentos práticos dos homens que conhecem e viveram o mar. Não posso esquecer o pequeno, mas importante detalhe, tão marinheiro, de ter trazido para a Academia um sino que, com as suas badaladas dobradas e singelas, passou a indicar a hora do início das sessões, lembrando o modelo usado a bordo para assinalar o tempo decorrido desde o início dos quartos antes, e mesmo depois, da invenção do cronómetro de bordo. Estou certo que esta tradição perdurará.

Já sob a minha presidência acompanhou, enquanto pôde, as sessões da Academia. Sempre interventivo, era dos primeiros a pedir a palavra. Foi um homem notável que nos vai fazer muita falta. Mas será sempre lembrado como sucede a quem deixa marca, e principalmente por mim que o tive por chefe direto por três vezes e quis o destino, tivesse também vindo ocupar esses mesmos lugares por onde tinha passado, para além do último, a Presidência da Academia.

Sempre foi um homem de causas pelas quais se batia com convicção. Lembro apenas a sua revolta quando se aceitou que o 1º de Dezembro pudesse deixar de ser feriado, ou quando se bateu para que fosse criada uma nova Comissão Parlamentar para os Assuntos do Mar. E de novo lutou até ao fim, sempre com a esperança de vencer mais esta batalha da sua vida. E muitas vezes o ouvi dizer: "tanta emboscada que eu venci na Guiné e esta agora está mais difícil de ultrapassar". Só que o combate agora era desigual. Não era uma emboscada montada por homens... era de outra dimensão.

Mas o exemplo da luta, dos princípios, da amizade, da sã ligação familiar que manteve ao longo da sua vida e do seu exemplar profissionalismo, ficará para sempre.

À Maria Francisca, sua mulher, ao João e à Ana Francisca, seus filhos e aos seus netos Rita, Maria e Manuel, deixo a minha amizade de muitos anos.

Descanse com a merecida paz depois desta tão prolongada e inglória luta. Até sempre amigo.

SESSÃO COMEMORATIVA DO NASCIMENTO DO
VICE-ALMIRANTE TEIXEIRA DA MOTA

O VICE-ALMIRANTE AVELINO TEIXEIRA DA MOTA (1920-1982) E A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL

NOTAS PARA UMA BIOGRAFIA NO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO

Comunicação apresentada pelo Académico
Carlos Baptista Valentim, em 22 de setembro

O Vice-almirante Avelino Teixeira da Mota foi, sem dúvida, uma figura de relevo da ciência e da cultura portuguesas do século XX[1], mas igualmente da Europa. Poucos meses depois do seu falecimento, a *Royal Geographical Society*, no seu Volume 148, número 3, de novembro de 1982[2], referia-se a Avelino Teixeira da Mota, do seguinte modo:

On 1 april 1982, Europe lost one of its finest scholars and Portugal ts outstanding authority on cartography and nautical science of its greatest period.

As atividades científicas e académicas de Teixeira da Mota ainda surpreendem pela forma como sempre associou a sua carreira militar/naval ao seu percurso na academia.

Este oficial da Marinha de Guerra Portuguesa nasceu em 1920 na cidade de Lisboa. Viria a pautar a sua extensa e diversificada produção científica por num diálogo constante entre os múltiplos campos do saber. A sua obra cultural e científica é assinalada por um cunho, muito próprio, de quem dividiu a vida entre os afazeres militares, dos quais nunca se dissociou, orgulhando-se de ser um oficial de Marinha[3], e a investigação científica de "campo" no continente africano.

Após findar com distinção os estudos secundários, em 1938, inscreve-se na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, para frequentar as cadeiras que lhe irão permitir ingressar na Escola Naval, onde assenta praça a 15 de setembro de 1939. Promovido a Guarda-Marinha a 1 de outubro de 1942, vem a apresentar nesse posto um importante estudo sobre o cálculo da longitude na primeira viagem de circum-navegação. A monografia tem a mais alta classificação.

---

[1] Sobre a biografia de Teixeira da Mota e a sua produção científica Veja-se Carlos Manuel Valentim, *Biobliografia de Avelino Teixeira da Mota, Lisboa, Edições Culturais da Marinha*, 2007, passim.

[2] Páginas 409 e 410.

[3] Por exemplo dá testemunho desse orgulho na sua última entrevista à BBC Portuguesa, cerca de uma semana antes de falecer.

Nomeado Ajudante de Campo do Governador da Guiné, em maio de 1945, Teixeira da Mota, aceita de bom agrado os novos desafios que lhe são propostos. Além de ser um dos principais dinamizadores da reforma cultural posta em curso na Guiné Portuguesa, através da fundação de um Centro de Estudos, da edição de um Boletim Cultural, de um Museu e da realização, em 1946, das comemorações do Centenário do Descobrimento da Guiné, participa ainda na realização da Segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, que se reúne em Bissau em 1947, e dirige um Inquérito Etnográfico, que tem como objetivo o esboço de uma nova carta humana e geográfica do território.

Entre 1948 e 1957, Avelino Teixeira da Mota prestou serviço na Missão Geoidrográfica da Guiné. Durante dois anos seguidos, em 1953 e 1954, enquanto durou a estação das chuvas em solo guineense, procede ao levantamento da toda cartografia portuguesa antiga que se encontrava nos principais arquivos e bibliotecas da Europa Ocidental.

O muito material que vai reunir, durante essas investigações pela Europa, será depositado num novo organismo criado no interior da *Junta de Investigações do Ultramar*: o Centro de Estudos de Cartografia Antiga, que Teixeira da Mota será diretor até à sua morte. Estes registos e fontes cartográficas servirão, igualmente, para a realização de um grande projecto editorial, em co-autoria com Armando Cortesão: *Portugaliae Monumenta Cartographica*, uma obra composta por seis volumes, quarenta litografias de mapas, com grande qualidade, num total de 626 estampas. Os volumes foram publicados entre 1960 e 1962, reunindo toda a cartografia portuguesa conhecida, que se encontrava espalhada por muitos arquivos, bibliotecas e coleções particulares em Portugal e um pouco por toda a Europa.

Professor da Escola de 1959 a 1964, Teixeira da Mota serviu ainda no Estado-Maior da Armada de 1964 a 1969 e foi Chefe do Estado-Maior do Comando da Defesa Marítima da Guiné (1969) e do Comando Naval de Angola (1970-1971).

Durante quatro anos letivos, entre 1965 e 1969, em paralelo com as suas funções na 2ª e 3ª Divisão do Estado-Maior da Armada, e como capitão-de-bandeira do navio *Uige*, é incumbido da regência da disciplina de História da Expansão Portuguesa, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Em 1976, Avelino Teixeira da Mota passa à situação de reserva no posto de Capitão-de-mar-e-guerra, ficando na efetividade de serviço. Dessa forma é nomeado para desempenhar funções no Tribunal da Marinha e no Ministério da Defesa Nacional, sendo convidado por universidades e instituições internacionais para proferir comunicações e dar aulas.

No início da década de oitenta, é encarregue de escrever o guião para um dos núcleos principais da XVIIª Exposição de Arte, Ciência e Cultura Europeia. Entretanto, adoece gravemente deixando este projeto pronto para a grandiosa exposição que simbolizava o reapertar dos laços de Portugal com o resto da Europa, escondendo-se por detrás deste evento a pretensões do país aceder à Comunidade Económica Europeia.

Reconhecido a nível nacional e internacional pelos seus estudos e pela sua erudição, Teixeira da Mota é convidado a integrar múltiplas instituições científicas: membro da comissão de

redação da *Imago Mundi,* revista internacional de História da Cartografia; Vogal da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa, chegando a ser diretor da sua biblioteca; sócio efetivo da Academia Portuguesa de História; sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa, e seu secretário-geral, onde ocupa a cadeira deixada vaga por Gago Coutinho; membro do Conselho Superior Científico do Institut Fondamental de l'Afrique Noir; representante português e conselheiro da Comission Internationale d'Histoire Maritime; membro correspondente da "Real Academia de la Historia" de Madrid; membro da Comissão Internacional da História da Náutica e da Hidrografia; sócio da "Society of Discoveries"; membro da Comissão Nacional de História das Ciências; sócio honorário da Sociedade Brasileira de Cartografia; membro do conselho orientador do Centro de Antropologia Cultural, da Junta de Investigações do Ultramar.

Eleito 2º Presidente da Academia de Marinha, uma das instituições que ajudou a fundar[4], Avelino Teixeira da Mota é promovido por distinção, em setembro de 1981, ao posto de Vice-Almirante. Cerca de seis meses depois, a 1 de abril de 1982, falecia na Casa da Cruz Vermelha. Muitos dos projetos de investigação ficavam por concluir. Permanecia, porém, o seu cunho pessoal que introduzira nas diversas instituições que liderara e as suas muitas centenas de estudos de reconhecido valor científico, quer em Portugal quer no estrangeiro. Teixeira da Mota, com uma formação de Oficial de Marinha, fora sobretudo um académico e um investigador com grande parte da sua carreira ao serviço do Terceiro Império Português.

I. O Problema do Descobrimento da Guiné e a Renovação da Historiografia Portuguesa

A problemática africana veio a integrar-se, em definitivo, no pensamento de Teixeira da Mota. Do gosto pela História e pela Geografia, passara a interessar-se por ciências como a Antropologia, Etnografia ou Topografia. O estudo sobre "A Descoberta da Guiné", que saiu nas primeiras edições do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (1946)[5], agitou as águas da historiografia portuguesa, que nesses anos se debatia entre a tradição e a renovação. O Centenário do Descobrimento da Guiné, em 1946, foi precisamente um dos acontecimentos que despoletou um debate historiográfico, onde intervieram os historiadores afetos ao Regime, e aqueles que prosseguiam na seda da renovação, através da utilização de novas metodologias e interpretações.

Publicava-se em 1946 *O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa à Luz da Crítica Histórica*, do Padre António J. Dias Dinis, livro que veiculava as ideias e a posição do regime político, defendendo que as comemorações deveriam ter lugar naquele ano. Para tal socorria-se da "Crónica de Zurara" e de alguns artigos de Armando Cortesão. Não eram, é certo, ocultadas as sínteses e os estudos que iam aparecendo, nomeadamente de Damião

[4] Juntamente com o Almirante Sarmento Rodrigues.

[5] O estudo foi retocado, ampliado e publicado em *Mar, Além Mar*... pp. 97-249; ocupando quase metade deste livro de esparsos e inéditos.

Peres, "História dos Descobrimentos"; Vitorino Magalhães Godinho, "Documentos sobre a Expansão"; e as abordagens que primavam pela crítica, de Duarte Leite, que iam saindo de forma avulsa nos jornais. E eram para o embaixador e matemático portuense que as palavras mais contundentes, de Dias Dinis, se dirigiam, por ser também aquele que transparecia mais combatividade nos escritos, revelando uma maior crítica às posições da historiografia afeta ao Estado Novo. Dias Dinis, dirigindo-se diretamente a Duarte Leite, escrevia: "*Porém, em 1941, o Dr. Duarte Leite, em seu supracitado trabalho de análise da Guiné, procurou provar que das estimas da distância nas rotas pouquíssimas são apontadas na crónica e sempre com grande exagero nas susceptíveis de verificação*"[6].

O que é que estava verdadeiramente em causa? Não seria a posição de propaganda do Estado Novo que corria risco de fracassar e ruir, por anacronismo das datas que eram apontadas para as celebrações? Ou iam-se festejar acontecimentos de duvidosa cronologia? Os erros, contradições e falta de rigor de análise aliavam-se à vontade de naquele ano, com a Segunda Guerra Mundial terminada, festejar com grande pompa e circunstância o descobrimento da Guiné pelos portugueses e, no fundo, celebrar o Império Português em África. Dias Dinis encontrava-se entre os que se aliavam às cúpulas do Estado Novo e à ideologia dominante, esforçando-se por demonstrar que não havia que discutir as passagens da Crónica de Azurara, que relatavam a chegada de Nuno Tristão à Guiné em 1446, e descreviam de forma dramática a morte dos heróis portugueses, que exportavam a "civilização" portuguesa, e que haviam tombado diante das flechas peçonhentas dos indígenas guinéus[7].

No começo da década de quarenta, com o decurso da Segunda Guerra Mundial, Portugal viu-se de um momento para outro privado da importação de cultura "feita" [8], tendo por essa altura enveredado por um caminho que anteriormente, na década de trinta, fora mais virado para a pesquisa e erudição do que propriamente para modelos inovadores[9]. Nestes anos 40, encontra-se esboçada uma diretriz, quanto à historiografia, que está envolvida de um certo receio no que toca às posições ideológicas, muito embora esteja bem sustentada, do ponto de vista científico e arquivístico.

Toda uma tradição erudita se tinha imposto, desde o princípio do século XIX, alcançando capacidade de esboçar sínteses com certo grau de problematização. João Pedro Ribeiro, o Visconde de Santarém, Alexandre Herculano, Gama Barros, Costa Lobo, Lúcio de Azevedo, tinham-se esforçado por reunir coletâneas documentais e inúmeros outros materiais, que lhes permitiram de certo modo construir uma historiografia bem sustentada

---

[6] António Joaquim Dias Dinis, *O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa à Luz da Crítica Histórica*, Braga, Missões Franciscanas, 1946, p.17.

[7] Vide António Joaquim Dias Dinis, *Op.* cit. pp. 15-50.

[8] Ver Jorge Borges de Macedo, "Ruben A. Leitão na Historiografia Portuguesa Contemporânea" In *Memoriam Ruben Andresen Leitão*, Lisboa, I.N.-C.M. (Impressa Nacional – Casa da Moeda), Vol. I 1981, p. 219.

[9] Idem, *ibidem*.

documentalmente. O problema era que toda esse esforço estava virado para a primeira parte da História de Portugal[10].

A denominada «História de Barcelos» (1928-1935), dirigida por Damião Peres, espelhava esse desequilíbrio, formando uma obra com valor desigual. Enquanto os três primeiros volumes "constituem um conjunto, na sua quase totalidade um conjunto de estudos amadurecidos e seguros que permitem ao leitor formular uma opinião coerente sobre a vida do seu país, já os outros volumes se tornam de um valor mais irregular, e para os séculos XVII a XIX só fornecem um mero guia factual."[11]

Casos pontuais de Veiga Simões que, servindo-se Max Weber, procurava uma interpretação diferente sobre o Infante e o início do capitalismo moderno; Joaquim de Carvalho lançava as bases para o estudo do pensamento português; se Mário de Albuquerque enunciava a unidade estrutural das sociedades; se Mário Chicó introduzia novos modelos para o estudo dos estilos de arte, sobretudo medievais; se Vitorino Magalhães Godinho defendia na sua tese de licenciatura, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, uma revisão, nãos dos temas, mas da orientação da pesquisa, e da análise do campo de investigação historiográfico, da metodologia no fundo; todos estes casos, é certo, não passavam de casos pontuais, pouco desenvolvidos[12], permanecendo as anteriores correntes de fundo. A renovação teria que esperar mais alguns anos.

Particularmente, na História dos Descobrimentos, Godinho queixava-se: "*Os mesmas problemas postos e repostos, as mesmas teses infatigavelmente retomadas dos mesmos pontos de vista, segundo um jogo de báscula perfeito – eterno retorno -, sempre as mesmas fontes ruminadas com invejável paciência de bovídeo: tudo isto ferrugento de séculos.*"[13] Tudo isto para dizer que a meio do século XIX o Visconde de Santarém tinha posto um ponto final na questão historiográfica e cartográfica do descobrimento da Guiné. Descobrimento quanto a prioridades. Foram os marinheiros portugueses que aí primeiro chegaram e não os franceses, defendera o 2º Visconde de Santarém. Charles de la Roncière voltara à questão, mas não se desviara desta interpretação; Raymond Mauny tratara de novo o assunto, mas segundo Magalhães Godinho sem nada de inovador acrescentar.

"*O espírito chauvinista (não confundir com patriotismo) eis sem dúvida o principal responsável, conquanto não o único, das prodigiosas deformações que tem sofrido a história dos Descobrimentos. Esta começou a ser feita, em grande parte, como acção posta no tribunal, para partilha das glórias das diferentes nações, alternadamente na tribuna da acusação e no banco dos réus.*"[14]

---

[10] Idem, *ibidem*, pp. 219-220.

[11] Idem, *ibidem* p. 220.

[12] Idem, *ibidem*, pp. 220-221.

[13] Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1962, p. 6.

[14] Idem, *ibidem*, p. 8.

Teria nascido a História dos Descobrimentos sob o forte cunho nacionalista, para defender as pretensões expansionistas lusas em África, concretamente na Guiné, região sempre muito disputada, na tentativa de arredar as pretensões francesas do monopólio da Costa Ocidental Africana. O Visconde de Santarém, a um tempo, e Joaquim Bensaúde, a outro, foram os grandes entusiastas das reivindicações nacionais. Um no século XIX, utilizando os instrumentos que tinha ao seu dispor: velhos mapas, crónicas, e documentação avulsa; Joaquim Bensaúde nas primeiras décadas do século XX, publicando regimentos de navegação, tratados cosmográficos, coletâneas documentais que se julgavam perdidas, para afastar as pretensões germânicas quanto à influência fundamental na génese da náutica astronómica, mostrando que a arte de navegar é produto interno da cultura astronómica peninsular. Repare-se que o cunho patriótico e nacionalista vincou desde início esta História dos Descobrimentos, que projetou Portugal na senda das grandes nações. Para muitos, refutar as ideias e pretensões de Humbolt era uma causa nacional. Os bravos marinheiros portugueses eram os únicos a manobrar com valentia e mestria as caravelas; a usar com desassombro os instrumentos náuticos; a observar os astros em alto mar; a saber navegar longe das costas. Os Descobrimentos, majestosa obra nacional; notável esforço, coroado de glória, que estaria por detrás dos grandes empreendimentos modernos que se sucederiam: a Ciência Moderna; o Capitalismo; o salvamento da Europa do perigo muçulmano.

Os italianos também levaram longe as suas pretensões. Afinal, não fora só Marco Polo a revelar o onírico Oriente. Outros grandes navegadores descobriram as ilhas atlânticas, o Novo Mundo, trilharam as rotas atlânticas, palmo a palmo desvendando um Novos Mundos[15]. A renhida luta travada por Santarém e Bensaúde até se compreende, se pensarmos que estamos diante de uma acérrima propaganda, de outras nações, cada uma a seu belo prazer, reivindicando prioridades, glórias, feitos. Mas teremos que constatar que as diferentes pretensões das glórias nacionais, por parte da Alemanha, Itália, França, Portugal e Espanha, anulavam-se mutuamente, prolongando simplesmente o que haviam dito nobiliários, cronistas, caindo na propaganda fácil e barata[16]. E Vitorino M. Godinho alertava. "*Por conseguinte, a propaganda, a defesa de glórias, as reivindicações são totalmente ilegítimas na construção histórica*."[17] Mas os exemplos citados não pareciam frisar quanto é imprescindível a sistemática polícia aos que tentam arrebatar-nos o que o nosso esforço criou, o que nos valorizou na história da civilização? É este um erro fácil de desvanecer[18]. Havia que deixar cair as lutas pouco frutuosas das prioridades, dos combates, das renhidas disputas em torno dos navegadores e dos seus serviços prestados: em Itália a "obsessão" vespucista, na Alemanha a tentativa de elevar os contributos de Regiomontanus, em Portugal toda a questão relacionada com as teses de Humbolt, procurando-se a refutação destas.

---

[15] Estamos a seguir Vitorino Magalhães Godinho, *ibidem*, pp.4-5.

[16] Idem, *ibidem*, pp. 5-6.

[17] Idem, *ibidem*, p. 5.

[18] Idem, *ibidem*, pp. 6-7.

A "Descoberta da Guiné", que sai do prelo em pleno ciclo comemorativo (1946), começou por ser um tema abordado a partir de uma informação apresentada ao Governador da Guiné em agosto de 1945. Esta "nota" que ficou inédita até 1972[19], solicitada certamente pelo Governo da Colónia, visto que se aproximavam as festividades do Centenário do Descobrimento da Guiné, terá motivado o jovem tenente Teixeira da Mota a prosseguir nas investigações. Tanto assim é, que vem a apresentar comunicações sobre o tema na Sociedade de Geografia de Lisboa e no salão Nobre da Administração Civil da cidade de Bissau a 6 de janeiro de 1946, na abertura das Comemorações[20].

Este minucioso estudo, que projetou Teixeira da Mota na historiografia portuguesa, é dividido em três grandes partes. Na primeira parte o autor estuda os elementos de carácter náutico -geográfico, na segunda o carácter cartográfico, e por último o carácter etnográfico. A cada uma das partes corresponde uma percentagem. A primeira, grosso modo, ocupa 50 % do texto; enquanto às outras duas coube 25 %, para cada lado[21]. O conhecimento direto das populações e do meio geográfico, completado com a utilização de antigos textos, muitos desaproveitados até aí pelos investigadores, deram ao oficial da Armada a possibilidade de resolver o intricado problema da cronologia, e de todo o processo, que rodeou "descobrimento" da Guiné.

O estudo mereceu uma apreciação crítica favorável de historiadores como Duarte Leite, Damião Peres ou Magalhães Godinho, mas Teixeira da Mota pensava que o estudo ainda podia ser melhorado e ampliado, e confessava, em carta, ao Governador da Guiné:

"*Pude fazer com vagar o meu artigo da descoberta* [da Guiné] *que agora já me satisfaz, embora haja pontos que eu desenvolverei e esclarecerei em ulteriores trabalhos. Consegui fazer algumas interessantes identificações baseadas em indícios de carácter topográfico, toponímico e etnográfico e aperfeiçoando o que até aqui se têm escrito sobre a descoberta da Guiné. Alguns pontos que ficaram insolúveis espero resolvê-los noutros escritos e assim trazer razoável contribuição para o esclarecimento do debatido problema da descoberta da Guiné.*"[22]

Debates, contestação de posições, críticas: esgrimiam-se argumentos. Em causa estava as distâncias retiradas na "Crónica dos Feitos da Guiné", a própria crítica interna e externa do texto e a utilização do topónimo Guiné, generalizado a toda a costa para além do Cabo Branco. Um aspeto ganhava evidência e lugar de destaque: a cartografia antiga. O seu peso crescia na proporção dos avanços da investigação, da discussão dos topónimos e das distâncias.

---

[19] Vide "Nota Sobre o Descobrimento da Guiné", *Mar, Além Mar*.... pp. 71-77.

[20] Veja-se "Como Foi Descoberta a Guiné", *ibidem*, pp. 79-96.

[21] Seguimos o estudo tal como está publicada em *Mar, Além Mar*..., pp. 97-249.

[22] Carta de Teixeira da Mota ao Governador, comandante Sarmento Rodrigues, Bissau, 12-10-1945. Correspondência amavelmente cedida pelos familiares do Almirante Sarmento Rodrigues, Sr. Almirante Cavaleiro Ferreira e Sr.ª D.ª Ana Sarmento Rodrigues Cavaleiro Ferreira, em 2005.

II. O Movimento Científico e Cultural na África Ocidental

Em 1944, sob a direção de Théodore Monod, o IFAN[23] tomou a iniciativa de emitir uma circular, propondo uma reunião anual de etnólogos, geógrafos e naturalistas da África Ocidental. O objetivo era fomentar os contactos científicos, aproximar investigadores, divulgar e incentivar a publicação de periódicos, especializados em matérias afetas a essa parte do globo[24]. Toda essa informação encontrava-se fragmentada sem existência de sínteses frutuosas, logo era pertinente unir esforços. Nascia, então, a conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (C.I.A.O.).

A primeira conferência teve lugar em *Dakar*[25], a segunda veio a realizar-se na Guiné Portuguesa, no ano de 1947, em pleno ciclo de comemorações do Centenário da Guiné Portuguesa[26]. O comité organizador era presidido pelo antropólogo A. Mendes Corrêa, assistido pelo secretário geral, Luís Silveira, e o secretário local, Segundo-tenente Teixeira da Mota - um jovem com apenas 25 anos!

É nessa reunião que é tomado o propósito de promulgar medidas mais arrojadas, visando a implementação de estudos que propiciassem o conhecimento dos territórios da costa ocidental do noroeste, do continente africano. A proposta de Théodore Monod de se criar um grande Atlas da África Ocidental[27], visava satisfazer esses anseios. Que intuito teria um Atlas se não o de produzir e registar dados e registos (antropológicos, geográficos, económicos, socais), para em seguida divulgá-lo junto das administrações coloniais europeias?

Além do Atlas, outras ideias encontravam-se na forja:

- levantamentos cartográficos e recenseamento da população da África Ocidental;
- estudos sistematizados sobre paleoclimatologia quaternária da África Ocidental, a sincronizar com outras regiões do globo;
- estudo dos terraços fluviais e dos litorais próximos das costas;
- levar os serviços competentes a efetuar uma revisão da toponímia (proposta de Teixeira da Mota);
- proceder-se a escavações sistemáticas em ilhas e pontos da costa da África Ocidental[28].

---

[23] Institute Français de l'Afrique Noire - passará a Institute Fondamental d'Afrique Noire, em 1966.

[24] *Premiére Conferénce Internationale des Africanistes de l'Oueste*, Dackar, IFAN, 1950, Tomo I, p.1.

[25] As C.I.A.O dizem respeito a todos os territórios da África Ocidental, em cuja área está a Guiné Portuguesa. Realizavam-se de dois em dois anos, tendo sido a primeira realizada na AOF (Dakar) em 1945. O Centro de Estudos da Guiné tinha o maior interesse neste tipo de eventos.

[26] Comemorava-se o V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa, que não deixava de gerar polémica quanto à data do seu descobrimento.

[27] O atlas seria dividido em quatro grandes secções: a) o conhecimento da África e história do Oeste Africano; b) o meio físico e biológico; c) os factos humanos atuais; d) tipos de regiões naturais. Ver *Conferência dos Africanistas Ocidentais* (2ª Conferência Bissau, 1947), Lisboa, Ministério das Colónias, Junta de Investigações Coloniais, 1950, Vol. I, pp. 225-237.

[28] Idem, *ibidem*, p. XVIII.

Para pôr em ação esses objetivos, uma nota final da conferência referia a necessidade de todos os territórios, representados na conferência - Gâmbia inglesa, Guiné Portuguesa, Serra Leoa, Libéria, Costa do Ouro, Nigéria, territórios espanhóis do Sara e toda a África Ocidental Francesa - poderem dar o seu contributo e unir os seus esforços, pois só assim a colaboração científica internacional Oeste-africana sairia beneficiada[29]. Esse sentido de entre-ajuda e parceria, num quadro colonial renovado, está bem patente nas palavras de Théodore Monod:

"*Quel que soit l'object de nos études, et nous représentons ici les disciplines les plus variées, nous avons désormais besoin les uns des outres et l' interêt le plus évident à travailler en étroite collaboration.*"[30]

A inserção do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa nesse movimento cultural e científico (1945-1960) é testemunhado pela presença da delegação francesa na 2ª Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (C.I.A.O.), em Bissau, encontro que estreitou os contactos entre o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa e o I.F.A. N [31]. Chefiava a missão Théodore Monod, acompanhado por R. Mauny, A. Villers, Duchemin, Mercier e Robin.

Próximas territorialmente, as duas colónias, o Senegal e a Guiné Portuguesa, tiveram as suas instituições culturais e científicas, nomeadamente o I.F.A.N e o Centro de Estudos da Guiné, numa relação próxima até meados da década de sessenta, altura em que o Senegal se torna independente. Aqueles centros de investigação trocaram com frequência correspondência científica, os seus membros realizaram estudos, tanto num como no outro local; interessavam-se pelos múltiplos trabalhos que se iam realizando nas diferentes partes da África. Dessa frutuosa troca de ideias e de projetos conjuntos, nasceram colóquios, publicações, estudos, dos quais se salienta a série "Memórias", do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, que viria a ter um papel importante na divulgação das fontes portuguesas do Século XVI [32].

Teixeira da Mota, através dos múltiplos contactos, nessa África que encontra em transformação social, cultural, científica vai alargando os seus horizontes científicos e o saber em diversas matérias e disciplinas, e começa a ter a perceção que vive uma época de forte incentivo cultural, como refere mais tarde, num relato autobiográfico.

"*Quando lançámos o nosso «Boletim», fizemo-lo sem grande conhecimento da actividade cultural que vai por toda a África. A pouco e pouco fomos porém dando conta dela, e não tardou*

[29] Idem, *ibidem,* Vol. V, (1952), p.461.

[30] Idem, *ibidem*, Vol. I, (1950), p. XXX

[31] Avelino Teixeira Mota, *Mar, Além Mar*..., p. XXI.

[32] Tratavam-se de textos de autores dos séculos XV e XVI; relatos de viagens, descrições das populações da África Ocidental e dos seus costumes, habitação, vestuário, modos de fazer a guerra, religião, etc. Dessas publicações saíram do prelo: *Description de la Côte Occidental d'Afrique* (Sénégal au Cap Monte, Archipels) de Valentim Fernandes (Edição de Th. Monod, A. Teixeira da Mota e R. Mauny), Bissau, Memórias 11, 1951; *Esmeraldo de Situ Orbis Côte Occidentale d'Afrique du Sud Marocain au Gabon par Duarte Pacheco Pereira* (vers 1506/1508) (Edição de Raymond Mauny), Bissau, Memórias 19, 1956; *De La Première Découverte de la Guinée ecrit par Diogo Gomes (fin XVe. Siècle)*, (Edição de Th. Monod, R. Mauny et G. Duval) Bissau, Memórias 21, 1959.

em compreendermos que a nossa iniciativa se integrava naturalmente num vasto movimento de intensificação das actividades investigadoras através da África Negra, para não falarmos dos extremos mediterrâneo e austral do continente."[33]

A África Ocidental Francesa (AOF) e os territórios ingleses fervilhavam de entusiastas, muitos cientistas e quadros administrativos, que procuravam um novo rumo para a administração das populações locais, para os estudos africanos, pelo que utilizavam em seu auxílio as diversas Ciências Sociais. Com esse propósito começaram a organizar encontros, congressos - no qual a C.I.A.O é uma das conferências pioneiroas - de administradores, militares, cientistas, onde se procuravam respostas para uma realidade que se transformara por completo desde 1945. Alguns destes cientistas começam, inclusive, a colaborar frequentemente no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, enquanto Teixeira da Mota é nomeado, em 1948, membro do Conselho Científico do I.F.A.N de Dakar; do lado português, por seu turno, também se incrementam os estudos e investigações ultramarinas, através de funcionários do quadro administrativo da Guiné Portuguesa - António Carreira, Rogado Quintino, Mendes Moreira ou Artur Meireles, que retiram importantes conclusões a partir do Inquérito Etnográfico de 1946[34].

Mais de 75 % destes funcionários, como António Carreira e Mendes Moreira, era de origem cabo-verdiana. Também havia um número significativo de outras partes do Império, a exemplo de Rogado Quintino, natural de Goa, mas o peso dos naturais de Cabo Verde é esmagador, o que se tornara uma tradição de séculos. Vários motivos concorrem para que tal aconteça, entre outros, um maior grau de alfabetização do Arquipélago[35].

Nos trabalhos de campo Teixeira da Mota era auxiliado por estes técnicos do aparelho administrativo colonial, sem preparação teórica, mas empenhados na construção de um saber aplicado[36], e que conheciam bem a realidade guineense. Vistos com desconfiança pelos universitários e eruditos, estes técnicos, de uma maneira geral esquecidos, mostravam agora um desempenho notável, reconhecido pelas mais altas chefias da investigação ultramarina do Estado Novo, como Mendes Corrêa, um investigador da "velha" guarda que reclamava: "É tempo de fazer a merecida justiça a esses homens, a esses valorosos e honrados agentes de uma empresa que dignifica e nobilita a nação."[37]

---

[33] A. Teixeira da Mota, "No Limiar do 3º Ano", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Vol. IV, nº 9, janeiro de 1948, p. 7.

[34] Sobre a intensificação do trabalho científico nesta época, veja-se o que deixou escrito o próprio Teixeira da Mota na introdução à sua primeira, e até agora única, coletânea de textos dispersos, *Mar, Além Mar*, ..., pp. XVIII-XXIII.

[35] Vide Peter Karibe Mendy, *Colonialismo Português Em África: A tradição de Resistência na Guiné-Bissau* (1879-1959), Lisboa - Bissau, Imprensa Nacional – Casa da Moeda-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994, pp. 306-307.

[36] Como conclui Clara Carvalho, "O Olhar Colonial: antropologia e fotografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa", *A Persistência da História. Passado e contemporaneidade em África*, in Clara Carvalho e João Pina Cabral (Organizadores), s. loc. Imprensa de Ciências Sociais- Instituto de Ciências Sociais, 2004, p.127.

[37] A. Mendes Corrêa, Prefácio à obra *Mandingas da Guiné Portuguesa*, por António Carreira, s. loc. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1947.

Teixeira da Mota admitia que o conhecimento que se havia formado sobre a Guiné Portuguesa devia-se aos trabalhos dos funcionários administrativos, que possuíam um conhecimento direto "de experiência feito" difícil de igualar. Assim, tornava-se indispensável prosseguir com todo esse empenho, orientando os administradores/investigadores com linhas de investigação a seguir, fornecendo-lhes bibliografia e estabelecendo a discussão de assuntos sem reparar em hierarquias oficiais ou científicas[38].

Esta Etnografia, produzida na Guiné Portuguesa, sem pensamento teórico, suprimia a diferença entre as normas e as práticas sociais, ficando longe do que as "gentes dizem e do que elas são", sobre o qual insistiu Malinowski [39] .

Numa época em que as administrações coloniais procuravam modernizar os seus aparelhos administrativos, através da captação dos estudos e trabalhos de académicos, cientistas, colocando ao seu serviço as ciências sociais[40], a dinamização do Centro de Estudos da Guiné inscrevia-se, desta forma, num movimento científico mais vasto, abarcando o intercâmbio e a troca de experiências com o exterior. O governador Sarmento Rodrigues, lançava, por esses anos(1945-1949) um programa de construções de novas infraestruturas, reforçava os postos administrativos e abolia a categoria de assimilados, dividindo a população somente em duas categorias: cidadãos e indígenas, modernizando desta forma todo a estrutura de governo e o enquadramento social do território[41]. Não é de estranhar, pois, que a "Guiné" de Sarmento Rodrigues e Teixeira de Mota seja, a meio da década de quarenta do século XX, uma "Guiné" de projeção africana, que alargava os seus contactos, políticos, culturais e científicos, marcando a sua presença a nível regional. Em 1945 é esta a "Guiné" que é associada aos primeiros tempos dos Descobrimentos, sinónimo de domínio português em África, da glória nacional, associada às primeiras viagens portuguesas para sul no século XV[42].

Foi a partir da conclusão e relatório final da reunião de Bissau, em finais de 1947, que se vieram a produzir diversos estudos, alguns dos quais publicados no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa ou nas «Memórias» do Centro de Estudos. Dos quantitativos que a seguir se dão conta, infere-se que a maior quantidade de trabalhos e situa na área da História, disciplina que

---

[38] A. Teixeira da Mota, Prefácio ao livro "Os Bijagós na História" de A. Santos Lima, *Mar, Além Mar....*, p. 335, continuação da nota 1, da pág. anterior.

[39] Assim refere Gérald Gaillard, "Bréve Evocation d'Une Histoire De La Constituition Du Savoir Ethnologique Relatif A La Guinée Bissau", *Migrations anciennes et peuplement actuel des Côtes Guinéennes*, Sous la direction de [...], Paris, L' Harmattan, 2000, p. 573.

[40] Vide: Frederick Cooper, "Desenvolvimento, modernização e as ciências sociais na era da descolonização: os exemplos da África britânica e francesa" in *Histórias de África*, Lisboa, Edições 70, 2016, pp. 210-261, passim.

[41] Ver Ágoas F. *Social Sciences, modernization, and late colonialismo: The Centro de Estudos da Guiné Portuguesa* J. Hist Behav Sci; 1-20, . https://doi.org/10.1002/jhbs.22046, p. 4.

[42] Sobre os vários conceitos de Guiné e a sua representação textual, Ver José da Silva Horta, *A "Guiné do Cabo Verde". Produção Textual e Representações (1578-1684)*, Dissertação de Doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sob orientação do Professor Dr. António Dias Farinha, 2002, pp. 31-49.

se centrava ainda muito na análise da presença dos europeus em África; logo seguida da Etnografia e Sociologia e Medicina Veterinária, com 16% dos estudos, e que eram áreas de estudo auxiliares da administração colonial.

Quadro I

Tema	N.º de Trabalhos
Agricultura	5
Etnografia e Sociologia	7
Economia	3
Filatelia	1
Geo-hidrografia	2
Habitação indígena	1
História	9
História Natural e Biologia	3
Medicina Humana	5
Medicina Veterinária	7
Urbanização	2
Total	**45**

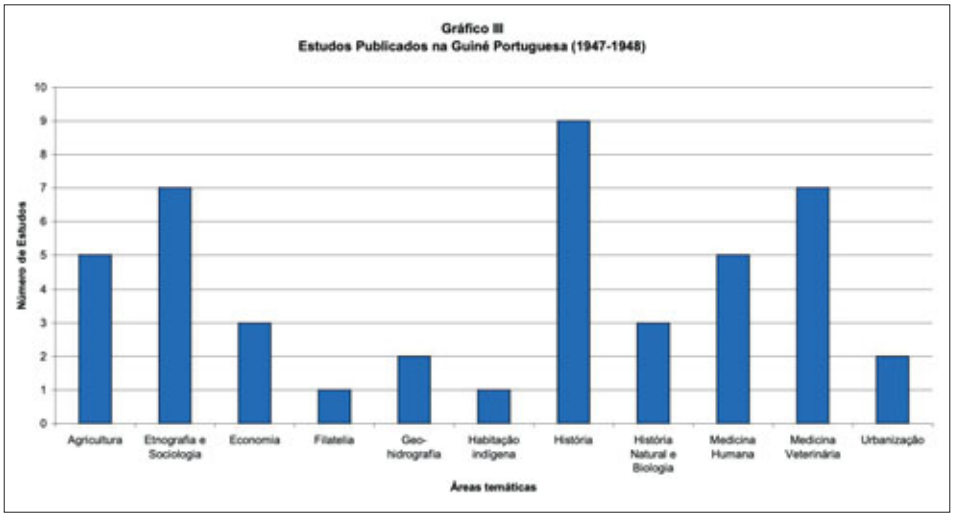
Fonte: Relatório dos Representantes do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa à 3ª C.I.A.O., realizado em Ibadan, Nigéria, dezembro de 1949, por Fernão Simões da Cruz Ferreira e Avelino Teixeira da Mota. Centro de Documentação e Informação, Museu de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa (MUHNAC), Nº10864, fl. 2.

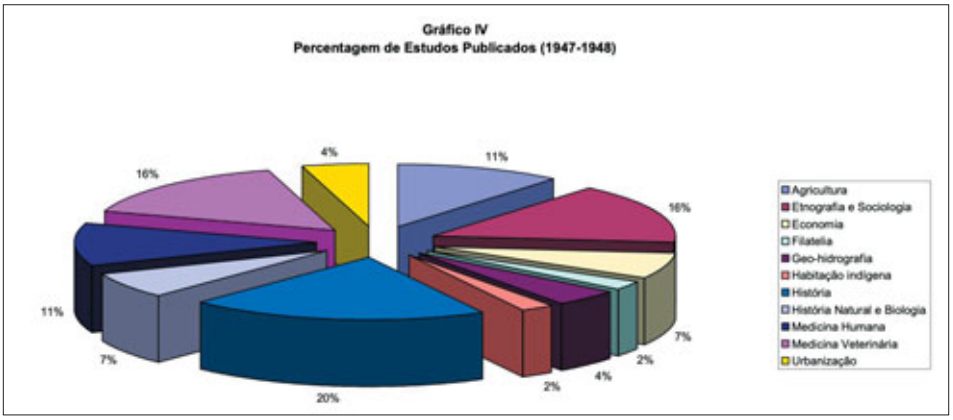
Teixeira da Mota alertava para o facto do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (CEGP) não se encontrar na primeira linha da participação em encontros científicos internacionais.

"Não podemos assim compreender que estando a Guiné - por intermédio do seu Centro de Estudos criado oficialmente - empenhada em obter o maior prestígio possível para Portugal, finalidade que é fora de dúvida que vamos conseguindo, esse organismo possa ser preterido para representações internacionais do tipo CIAO, estritamente limitada à África Ocidental."[43]

Na verdade, após alguma hesitação quanto aos elementos que integrariam a comitiva portuguesa nesta 3ª CIAO, a escolha recaiu em membros do CEGP, para representar oficialmente o país, visto que da Metrópole ninguém se terá mostrado interessado. Segundo ainda Teixeira da Mota, o desinteresse reinava nas instituições do Portugal metropolitano. Dava como exemplo, não terem sido publicadas as atas do encontro de Bissau (1947); e, traduzindo esse alheamento, registava o oficial de Marinha, nem um único investigador aparecera em Ibadan com uma comunicação (fl.8).

[43] Relatório dos Representantes do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa à 3ª C.I.A.O., realizado em Ibadan, Nigéria, dezembro de 1949, por Fernão Simões da Cruz Ferreira e Avelino Teixeira da Mota. Centro de Documentação e Informação, Museu de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa (MUHNAC), Nº10864.





Apesar do pouco tempo que dispôs, para preparar as comunicações, o jovem oficial de Marinha levou quatro trabalhos à 3ª CIAO: 1) "Fernão Vaz, Explorador Ignorado do Golfo da Guiné"; 2) "Novos Dados sob a Acção dos Portugueses e Franceses em Benin durante a Primeira Metade do Século XVI"; 3) "Origem da Casa Indígena Rectangular no Litoral da Guiné de Cabo Verde"; 4)"Dois Tipos de Agricultura Indígena Vistos Através da Fotografia Aérea (Brames e Balantas)". (Fl. 7)

No dia 12 houve uma exposição de bronzes de Benim, onde figuravam representados soldados portugueses quinhentistas. No dia seguinte, passaram na tela dois filmes. O primeiro obtido durante viagens científicas à Nigéria, por parte de investigadores, mostrava aspetos e costumes das populações locais; o segundo abordava aspetos biológicos, de condições laboratoriais.

Os contactos tornavam-se extremamente importantes para Teixeira da Mota, na medida em que lhe propiciava uma nova realidade, novas técnicas e métodos científicos, e o inseriam no seio de uma comunidade científica que se encontrava na linha da frente da investigação dos

assuntos das sociedades africanas. Por exemplo, a utilização da fotografia aérea, a revelação do seu desenvolvimento e aplicação, a ponto de se ter efetuado uma sessão especial sobre o assunto. Uma das comunicações incorporava esses novos métodos e técnicas. As fotografias apresentadas por outros congressistas não dispunham da mesma qualidade das que foram apresentadas pelo investigador português. Causou melhor impressão. Eram superiores. A escala apresentava era a mais conveniente, constituindo prova do trabalho primorosos de fotografia aérea da Missão Geoidrográfica. (fls 13-14). Esse tipo de fotografia, reforçavam os relatores, seria o ideal para diversos serviços na Guiné: cadastro, agricultura, obras públicas, saúde, administrações civis, entre outras áreas. E até a possibilidade no emprego em trabalhos de geografia humana e económica.

Foi nesta 3ª Conferência que a delegação francesa apresentou os trabalhos já realizados para o Atlas da África Ocidental, nomeadamente duas cartas étnicas e demográficas, organizadas por Jacques Richard-Molard e Mercier. Da discussão nada sobreveio. Tudo indicava que o Atlas continuaria nas mãos de técnicos do IFAN. O CEGP disponibilizara, entretanto, a Richard-Molard elementos para as cartas étnicas e demográficas, aquando da sua visita à Guiné Portuguesa em 1946. Aperfeiçoara-se a carta étnica do território guineense, e podia assim ser inserida no ambicionado Atlas. Tal facto veio a ser posto em relevo pelo geógrafo francês num artigo e numa crítica bastante lisonjeira acerca do referido assunto. O CEGP poderia ainda prestar informações e auxílio, tanto através das publicações que tinham sido editadas, e de um dos seus elementos que colaboraria com R. Mauny (Chefe da Secção de Arqueologia e Pré-história do IFAN) na produção de cartas históricas.

Este Atlas integrava-se num movimento iniciado pelos investigadores franceses da AOF que tinham como objetivo inserir os fenómenos de geografia humana e económica na cartografia atualizada. Teixeira da Mota sentia que estava numa altura propícia para elaborar um esboço cartográfico mais completo da Guiné Portuguesa. Entre outros fatores, impunham-se os trabalhos da Missão Geoidrográfica, a qual Teixeira da Mota integrava, que efetuava o levantamento hidrográfico dos rios e costas da Guiné, através do recurso à fotografia aérea, com consequências diretas, como mencionado anteriormente, nos estudos de geografia humana e económica. Esperava-se a publicação de cartas mais rigorosas. A toda esta "missão" vinha juntar-se o censo da população de 1950, que serviria de matriz para obter um rigoroso conhecimento demográfico da população guineense. O CEGP tinha um especial interesse neste inquérito. Teixeira da Mota aquilatava da possibilidade dos serviços de estatística da Colónia incluírem nos modelos de inquérito do censo, elementos que pudessem fornecer dados mais completos sobre as populações, afim de servir como base para estudos de Sociologia, que pensava efetuar para a área de Cacheu. Manter atualizado o conhecimento demográfico da Colónia era uma prioridade, segundo Teixeira da Mota (fl. 17). Em relação à Etnologia e Sociologia, salientava que os últimos anos vinham a confirmar uma profunda evolução neste campo, por via das modernas correntes. Teixeira da Mota tinha consciência que os investigadores ingleses seguiam o trilho da Antropologia Social, mas notava que a

nova geração francesa não ficava para trás. Constatava outro facto. "*Ainda outro aspeto desta evolução é revelado pela cada vez mais ativa colaboração que os africanos, sobretudo em territórios ingleses, vão dando á causa da investigação dos fenómenos humanos.(...) Desta maneira se vai tornando necessário usar de tato em congressos deste género, apresentando cautelosamente certas ideias suscpetíveis de gerar ressentimentos (que se vêm a revelar contra o país que o delegado representa) e eliminando expressões, que no espírito dos nativos, são logo tomados como sintomas do "colonialismo" que eles combatem.*"[44]

Registe-se uma ideia precoce que domina por completo o pensamento de Teixeira da Mota, desde o início da sua permanência em África. Revelava, quanto à História da Expansão Portuguesa, que os investigadores franceses e ingleses tinham um grande interesse em obter informações desse período para terem uma ideia mais completa da região. Dois dos trabalhos apresentados por Teixeira da Mota tiveram uma grande aceitação. Mas em que moldes se poderia levar a cabo esta investigação histórica, no que respeitava à expansão portuguesa na África Ocidental? Deveria ser feita em moldes atuais, para corresponder às necessidades da Sociologia; pretender que investigação continue a efetuar-se como em grande parte se está fazendo na Metrópole - procurando apenas os feitos heroicos e os gestos militares e prosseguindo no caminho fácil da auto-glorificação - é contraproducente e de nenhum valor nos meios estrangeiros. O que era preciso, segundo a sua ótica, era estudar os "contactos culturais" - a introdução nas sociedades nativas de um novo tipo de casa, a catequização, os vastos aspetos de escravatura, a introdução de novas espécies botânicas de valor alimentar ou industrial, a influência na evolução das técnicas de artes e ofícios, os falares crioulos, etc."(fl. 20)

Como exemplo do tipo de investigação, que assumia como retrógrada, que proliferava na Metrópole, citava o caso dos bronzes de Benim que, julgou-se durante muito tempo, que se tinham devido à introdução portuguesa. No entanto, os arqueólogos ingleses tinham posto a descoberta, havia muito tempo, essas ideias infundadas. A arte do Benim era anterior, pois, à chegada dos europeus, neste caso dos portugueses. Teixeira da Mota trocara nesse encontro, na Nigéria, impressões com arqueólogos ingleses (em especial K. Murray e os irmãos Fagg) que se dedicavam a esse problema. A importância da Arqueologia, destacava Teixeira da Mota: "*assistimos à apresentação e discussão de comunicações e pudemos mesmo ver valiosas peças arqueológicas acabadas de descobrir. A arte era anterior aos portugueses, mas estes influenciam-na ao darem origem a novos temas. É portanto só neste aspecto é que o assunto deve ser encarado*."(fls.20-21)

Teixeira da Mota viaja, numa excursão, destinada essencialmente aos geógrafos e etnólogos: vai ao Planalto de Jos(segue de avião, no dia 16, de Ibadan para Jos, onde fica instalado na "Jos Hill Station", "magnífica estância de altitude".) No museu local encontrou artefactos, colhidos por expedições arqueológicas, de Pré-história - dia 17 visita a região de Bukuru, centro de actividade mineira) ; no dia 18, efetua uma longa viagem até Nokok, onde permanece

[44] Relatório citado na nota 39, fl. 19.

até 21. Tem contacto com os "Iaba" que "*são um povo muito curioso*". Parte para Lagos nesse dia. Para além destas interessantes visitas, ainda tem tempo para se deslocar à sede do Serviço da doença do Sono (fl. 26).

Acorda, com Daryll Ford, diretor do "International African Institut"(Londres), que o CEGP passaria a colaborar no "Ethnographic Survey", organizado por aquele Instituto. "*O Professor Forde mais uma vez insistiu com um de nós, que já convidara anteriormente, para ir à Inglaterra especializar-se em Antropologia Social, queixando-se, mais ou menos delicadamente, da falta de etnólogos africanistas em Portugal.*" (fl. 27)

Deu conta, na visita à Biblioteca do "University College" da falta de publicações portuguesas, combinando-se com o bibliotecário a permuta entre as duas bibliotecas (esta e a do CEGP). "*Impõe-se, com efeito, o incremento e coordenação das investigações nessas nossas duas grandes colónias, tanto mais que estão rodeadas de territórios estrangeiros, como a investigação científica local é já muito apreciável.*" (fl. 29). Esta era a sua opinião, após relacionar-se com cientistas de outros locais de África, e das múltiplas solicitações recebidas. Por toda a África se fundavam institutos, centros de investigação. Teixeira da Mota estabelece contacto com George Balandier, quando chefiava o IFAN da Guiné Francesa (Conacry). Nesta 3ª CIAO avistaram-se. "*Por ele soubemos que o referido "Institut d'Études Centrafricaines" (da África Equatorial Francesa) tem no seu quadro investigadores pertencentes a vários serviços da Colónia, entomologistas, por exemplo. É uma fórmula que difere da utilizada pelos franceses na África Ocidental Francesa, mas que verificamos aproximar-se da que é seguida na Guiné Portuguesa e tão frutuosa se tem verificado. O facto presta-se a largas reflexões, em que nos abstemos de entrar. O que não queremos deixar de salientar é que, hoje em dia, a investigação local está sofrendo um forte impulso em África, e que não podemos, sem graves inconvenientes, continuar a usar velhas fórmulas de centralização científica metropolitana, hoje absoletas e desvantajosas*." (fl. 22) Será recorrente esta ideia, que voltará a defender mais tarde.

Teixeira da Mota ainda se encontrou com médicos e chefes do Serviço de Saúde da África Ocidental. Havia a ideia que era preciso ampliar contactos; ouvir as críticas dos "estrangeiros"; que era necessário divulgar os trabalhos feitos na África Portuguesa e em Portugal; e apostar na sua qualidade científica. (Conclusões fls. 32- 34).

É indiscutivelmente, entre os anos de 1945 e 1955 que Teixeira da Mota enriquece os seus métodos científicos e experimenta metodologias inovadoras. São anos intensos e produtivos. Convive, e troca abundante correspondência, com os investigadores da África Ocidental Francesa e inglesa; participa em encontros e congressos internacionais de africanistas; viaja pela costa africana; elabora trabalhos de índole científica, quer se trate da carta etnográfica e demográfica da Guiné Portuguesa, quer se trate dos levantamentos hidrográficos. É também nestes anos que se traçam as principais tendências e temas da sua vasta obra. Não perderá, é certo, o gosto pelos estudos de história da cartografia e da náutica, mas não abandonará outra componente, que passará a ser fundamental na sua obra até ao fim da sua vida: a África, os seus povos, culturas, tradições, sociedades.

III. O Governo Colonial da Guiné Portuguesa e as Ciências Sociais

Em que medida se pode falar numa Antropologia colonial portuguesa? E de que forma evoluiu a própria Antropologia em Portugal entre meados do século XIX e o XIX?

Eis duas questões que não deixam de ser pertinentes, e que têm que ser colocadas, sobretudo se atendermos ao facto de a Antropologia ter sido desde a sua constituição como ciência social (meados do século XIX), e de se arvorar em saber autónomo, propensa ao cruzamento com as ideologias, e não em menor grau, condicionada pelo poder político.

O discurso antropológico em Portugal tem uma longa tradição, remontando as suas origens aos séculos XV e XVI, quando se redigem os primeiros relatos e descrições do "outro" civilizacional. Tais textos patenteiam já, de certa forma, estratégias para a construção dum discurso útil ao poder político e aos interesses comerciais e económicos[45]. Os Descobrimentos, por outro lado, enquanto fenómeno civilizacional, revelando a existência de populações novas põem em causa a unidade do espaço humano, na medida em que obrigam a repensar as origens e diversificação da Humanidade. Durante a segunda metade do século XIX, na vaga renovadora das ciências sociais, os estudos antropológicos vão experimentar um decisivo incremento. Entre as teorias evolucionistas de Spencer, o positivismo científico de Auguste Comte ou o Darwinismo Social[46], concebem-se os primeiros trabalhos de cultura, arte, literatura, linguagem popular, arqueologia, ou história social[47]. Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga, Rocha Peixoto, Leite de Vasconcelos, Alberto Sampaio, Morais Sarmento, Silva Teles, foram construindo com acuidade preciosas sínteses, ainda hoje úteis. As suas discussões sobre as origens da nação portuguesa é um dos vetores a ter em atenção, quando se procurar aferir sobre o desenvolvimento das ciências sociais, neste caso da Antropologia. Procurava-se a individualidade do povo português, as suas tradições remotas e as explicações "lógicas" para a existência da nação portuguesa.

À pujança verificada até aos anos trinta do século XX – tanto através da edição de obras e realização de congressos, como através de atuações administrativas (Norton de Matos) – sucede um período de certo marasmo, detetável pela "*subalternidade científica da Antropologia colonial portuguesa em relação à europeia* [...]"[48]. Se havia uma nova conjuntura europeia, que se seguiu às conferências de Potsdam e Ialta, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, isso em nada desviou o caminho seguido em Portugal, no respeitante ao

[45] Ver Alfredo Margarido, "Le Colonialisme Portugais et L'Antropologie" in Jean Copans, Antropologie et Imperialisme, Paris, Maspero, 1974, p. 308.

[46] Cfr. Fernando Catroga, "Positivistas e Republicanos" in História da História em Portugal, Séculos XIX-XX, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 87-106.

[47] Ver João Pina Cabral, Os Contextos da Antropologia, Lisboa, E. Difel, 1991, pp. 23-25.
Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional*

[48] Donato Gallo, *Antropologia e Colonialismo, o Saber Português*, Lisboa, Heptágono, 1988, p.133.

conhecimento do "outro" dominado. Subsistiam, porém, certas "bolsas", encabeçadas por homens bem informados sobre o que se estava a passar a nível internacional. Não passavam, é certo, de uma elite cultural - círculos conservadores de juristas e eclesiásticos – a par de militares e administradores coloniais - que durante o Estado Novo se encontravam bem informados acerca da atualização das correntes de carácter antropológico e sociológico[49].

Na área dos estudos antropológicos ultramarinos, não se pode escamotear uma realidade diversificada no Império colonial tardio português. O nível sistematizado dos trabalhos da Guiné Portuguesa em nada se compara à "pobreza" evidenciada em Moçambique[50]. No território da Guiné Portuguesa fundou-se um centro de estudos, apareceram publicações periódicas - refira-se o Boletim Cultural - elaboraram-se meticulosamente, no plano técnico-científico, trabalhos antropológicos apreciáveis, sobre as mais diversas temáticas - da família à religião, da habitação à recolha de contos tradicionais, da demografia à agricultura[51]. [52] Mas porquê na Guiné? Quais os fatores, dinâmicos, dessa sensacional produção que ainda hoje são "*instrumentos de trabalho de primeiro valor*"?[53]

A explicação pode ser encontrada a partir da análise da geografia cultural da África Ocidental, no pós-Segunda Guerra Mundial, e através das medidas tomadas – com anuência de Marcelo Caetano – por homens "esclarecidos" que estiveram à frente daquela colónia.

Como tivemos oportunidade de observar no ponto anterior, a África Ocidental, por essa altura (1945-1960), vivia um clima científico intenso dinamizado pelo IFAN no Senegal, o que não deixou indiferente outros territórios, tal como o pequeno território da Guiné portuguesa, entrincheirado entre colónias gaulesas.

Teixeira da Mota descreve essa dinâmica cultural e científica do seguinte modo:

"*O estudo histórico-social de tal região não interessa, porém apenas à área luso-tropical da actualidade, mas aos territórios franceses e ingleses vizinhos que daquela fazem parte. Daí o explicar-se facilmente o apertado intercâmbio que connosco mantêm os investigadores franceses do «Institut Français d'Afrique Noire» de Dacar. Muito temos aprendido com tal organismo, cuja actividade é motivo para justificado orgulho da França e honra as suas tradições culturais. Mas também nalguma coisa temos contribuído para melhorar o conhecimento actual de problemas relativos a esta região e até de âmbito mais geral, africanos mesmo, o que não ousávamos esperar quando foi lançado o Centro de Estudos.*"[54]

---

[49] Ver Diogo Ramada Curto, "Ciências Sociais e História", in [...] *Para que serve a história?* Lisboa, Tinta da China Edições, 2013, p. 31.

[50] Cfr. Alfredo Margarido, «Le Colonialisme Portugais et L'Anthropologie», in *Op*. cit., p.333.

[51] Teixeira da Mota, O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, História e Perspectiva, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa,* nº 40, ano X, 1955, pp. 646-650.

[52] Idem, *ibidem*, loc. Cit.

[53] Alfredo Margarido, *ibidem*, loc. cit.

[54] Teixeira da Mota, "O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa", História e Perspectiva", in Op. cit., p.654.

Era uma tarefa premente. empreender uma colaboração internacional, entre organismos de diferentes administrações coloniais, devido às novas formas de organização colonial, e foi na Guiné Portuguesa que, com a maior persistência, se pôs essa questão [55].

O CEGP procurou de início reagir contra a tendência "*centralizada e antiquada*"[56], de toda a investigação científica ultramarina emanada de Portugal. O envio de missões[57], seria uma das vertentes dessa política ultramarina.

Ainda que o papel dessas missões se revelasse proveitoso - especialmente no combate à "doença do sono" - não se podia fugir à realidade dos factos: as instituições, no Ultramar, não dispunham de meios científicos e técnicos capazes de auxiliar os investigadores[58]. Para Teixeira da Mota a solução passava pelo fomento de "*instituições locais de investigação* [...] *destinadas a desempenhar um papel de importância crescente*. "[59]

O problema da emergência de um "saber" colonial encontrava-se na ordem do dia. As solicitações e propostas surgiam num contexto internacional, que a breve trecho desembocaria na conferência de Bandung (1955), e no surgimento de um movimento "anticolonialista" agressivo. A própria Armada portuguesa afirmava a necessidade de cooperar com as colónias. Argumentando alguns dos seus membros, que em tempos tinha existido uma pasta comum englobando Marinha e Ultramar; e que os melhores especialistas em temas ultramarinos eram os seus oficiais, posto que ministros e governadores a eles se dirigiam para obter informação[60]. Esse prestígio haveria de se perpetuar através da criação de disciplinas na Escola Naval, que contivessem matéria sobre as colónias[61].

Mas como seria possível satisfazer os anseios de um ensino "colonial" mais elaborado; de se reestruturar as missões científicas; de se reorganizar as instituições; se, por exemplo, no orçamento geral da colónia da Guiné para 1947, se atribuiu 1000 contos para o estudo e combate à

---

[55] O texto de Mendes Corrêa assim o demonstra: «*La géologie, la geographie physique et humaine, la botaniqque, la zoologie, l'antropologie, l'etnographie, la pre-histoire, la linguistique, même plusieurs sciences appliquées et utilitaires, nàrrêtent pas leurs problémes dans les frontiéres politiques. L'administration, le développement économique, les intérêts vitaux les populations de chaque pays, ne recueilleront que de l'avantage dans la connaissance la plus intégrale possible des aspects correspondant des autres pays surtout des pays plus prochains*». A. Mendes Corrêa, Discurso de Encerramento da 2ª C.I.A.O. in *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais*, Lisboa, Ministério das Colónias, Junta de Investigações Coloniais, 1950/1952, Vol. I, p. XLIII.

[56] A. Teixeira Mota, "O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa", in *Garcia da Orta*, Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, Vol. I, nº 1, 1953, p. 133.

[57] Em 1944 enviaram-se as missões Geoidrográfica e Zoológica, seguindo-se as missões Antropológica e Etnológica, Geológica e de Geografia Física e Humana.

[58] A. Teixeira da Mota, "O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa" in op. cit., loc. cit.

[59] Idem, *ibidem, loc.* cit.

[60] Vide: Frederico Cruz, "Ensino Colonial na Marinha" in *Anais do Clube Militar Naval*, 77º Ano, Tomo LXXVII, nº 9 e 19, 1947, p. 443.

[61] E apontava-se o aparecimento do ensino de: Geografia Física das diferentes colónias, orografia, hidrografia, regime de ventos, correntes, marés; História Colonial, Geografia Económica; Etnografia; estudo da orgânica do Império e da sua divisão administrativa, etc. Cfr.. Idem, *ibidem*, p. 446.

doença do sono; construções hospitalares, a mesma quantia, tal como para água e saneamento, urbanização e iluminação, enquanto para as comemorações do V Centenário da descoberta da Guiné, se atribuía a módica quantia de 1650 contos!? O peso da propaganda, descuidando-se outras tarefas prioritárias de desenvolvimento administrativo tornava-se, em nosso entender, num factor de blocagem à constituição de um "saber", orientador de metodologias científicas eficazes, para a diversidade colonial africana. A haver esse "saber", ele encontrava-se em determinadas franjas da administração colonial, ainda que não fosse "*teorizado em termos antropológicos, nem que* [...] *tenha sido semelhante à dos estudos realizados por cientistas como Griaule, Radcliffe Brown e pelos funcionalistas em particular: conhecer para melhor administrar*." [62]

Ora, Teixeira da Mota, pertenceu a um grupo restrito que, dentro da orgânica colonial do Estado português, esteve atento ao desenrolar dos processos científicos, realizados no estrangeiro. Registe-se que o oficial da Marinha Portuguesa participou em 1955 nas reuniões em Bukavu da CCTA(Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara). Estes encontros foram importantes para Teixeira da Mota aprofundar e alargar os eus contactos, com outros cientistas e técnicos. Tal como na Terceira CIAO, Teixeira da Mota defendia o reforço das ciências socais, nomeadamente dos estudos de Sociologia, com enfoque nos contactos culturais, migrações, vida urbana, níveis de vida e evolução local face às transformações econômicas[63].

Na selva equatorial, no compartimentado mosaico étnico da Guiné, na diversificada floresta africana, nas múltiplas ribeiras e rios da Guiné, ganhou Teixeira da Mota interesse pela cultura africana, iniciando uma relação íntima com o continente africano que nunca mais o largaria até ao fim da sua vida.

Uma das componentes dos seus trabalhos versaram, precisamente, aspetos etnográficos e antropológicos [64], dos povos africanos. Encarregado pelo governador da Guiné Portuguesa, Comandante Sarmento Rodrigues, de levar a efeito um Inquérito Etnográfico em 1945, pôs Avelino Teixeira da Mota todas as suas energias disponíveis ao serviço de tal empreendimento; no que o quadro administrativo da colónia "*correspondeu brilhantemente ao inquérito do qual resultou um considerável progresso no conhecimento das populações*. " [65]

O Estado Novo ao instituir a necessidade do estudo das colónias, teve como objetivo prioritário arquitetar criteriosos mapas etnológicos[66].

---

[62] Donato Gallo, *op*. cit. p.24.

[63] Veja-se sobre o papel da Ciências Sociais e o contributo de Teixeira da Mota, Ágoas, F. D. R., & Castelo, C. (2019). Ciências sociais, diplomacia e colonialismo tardio: a participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA). *Estudos Historicos (Rio De Janeiro, Brazil)*, *32*(67), 409-428. https://doi.org/10.1590/s2178-14942019000200005, p.422.

[64] A Etnografia tem por missão coletar materiais com os quais a Etnologia irá trabalhar, analisando-os. A Antropologia será a "ciência" do Homem englobando essas duas disciplinas. Vide : M. Izard, «Méthode Ethnographique» in *Dictionnaire de L'Ethnologie et de L'Anthropologie*, Paris, P. U. F., 1991, p. 470.

[65] A. Teixeira da Mota, *Mar. Além Mar...,* p. XVIII.

[66] Cfr. João Pina Cabral, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1994.

Não se furtando, inicialmente, ao uso de conceitos etnocêntricos[67], Teixeira da Mota, no primeiro contacto com os estudos etnográficos, sugere possíveis temas de estudo no campo etnográfico/antropológico, a efetuar sobre as populações da Guiné, arte indígena, estudos de religião das tribos feiticistas, estudos dos centros religiosos, recolha das tradições históricas, orais e escritas, vestígios do totemismo. Procurava aquele oficial da Marinha a "etnografia intensiva" que "*consiste na observação aprofundada de uma tribo*."[68]

Mais tarde, reconhecerá Teixeira da Mota ter começado à "maneira tradicionalista", quando delineou o inquérito etnográfico. "[...] *Mas essa orientação foi posta de parte, e no que se lhe tem vindo seguindo tem havido a preocupação de encaminhar os estudos no sentido já bastante diferente, e que um muito ponto se aproxima do que Balandier preconiza*." [69]

A alusão a Balandier denota as influências "francesas"[70]. Sendo através da "escola" francesa de Antropologia que surge uma Sociologia atenta às sociedades africanas, com propostas inovadoras no campo teórico e metodológico; constituindo esse facto uma verdadeira rutura com o passado, de que a face visível e principal agente foi George Balandier.

A sociologia podia fornecer a Teixeira da Mota conceitos operatórios e, de igual forma, novos métodos de trabalho: tanto de observação, como de análise e de comparação.

A troca de pontos de vista com membros do I.F.A.N., o acompanhamento da edição de obras em língua estrangeira - através da recensão crítica no Boletim Cultural da Guiné – forneceu ao jovem tenente os instrumentos necessários à edificação de uma visão mais atualizada e alargada das correntes antropológicas, que eram adotada noutros países. É com base nesses pressupostos, que esgrimirá ferozes críticas contra uma visão antropológica, ainda baseada nos foros do evolucionismo, que advogava uma ideologia de progresso[71].

---

[67] Expressões como: "*A influência da acção dos civilizados trouxe muitas modificações à vida dos povos indígenas, o que não deixará de ser cuidadosamente considerado*." Denotam a filiação, ainda, em conceitos evolucionistas, que mais tarde o próprio autor porá em causa. Vide: Avelino Teixeira da Mota, "Inquérito Etnográfico da Guiné" in *Mar Além Mar*..., p. 282.

[68] Marcel Mauss,Manuel de Etnografia, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1993, p. 2.

[69] A. Teixeira da Mota, Recensão Crítica a "Georges Balandier, Ethnologie et Psychologie" in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Vol. III, nº 11, 1948, p. 873.

[70] Balandier será chefe de fila de uma nova Antropologia, que não recusa um diálogo com a Sociologia; com nítidas influências britânicas, e que se esforçará por constituir uma antropologia económica e política da África "Moderna", ao mesmo tempo que lhe dará oportunidade de tomar consciência dos seus problemas de subdesenvolvimento. Ver «Afrique» *Dicionaire de L'Ethnologie et de L'Anthropologie*, ed. cit., p. 10.

Há um grupo da "escola" antropológica francesa, encabeçada precisamente por G. Balandier e P. Mercier, que se oporá ao Estruturalismo de Claude Levi Strauss, apoiando-se na obra de Mauss e nas interpretações de G. Gurvitch, que havia dado sobre o "fait social total"; recusando-se essa "facção" a admitir a distinção entre sociedades "frias" e sociedades "quentes". V. «France - L'Anthropologie française» (J. Jamin),*Dictionaire de L'Ethnologie et de L'Anthropologie*, ed. cit., p. 293 e Peter Burk, *Sociologia e História*, 2ª ed. Porto, ed. Afrontamento, 1990, pp. 29-31.

[71] Oliveira Martins fez escola em Portugal, adaptando muito desses conceitos, em pleno uso no seu tempo. O Darwinismo Social, o organicismo, aliando-se ao evolucionismo, constituiu, no entanto, a primeira sistematização antropológica que visava retratar a História através de três estádios: "*selvajaria, barbárie, civilização*". Este último o estádio das sociedades ocidentais. Vide: Manuel Viegas Guerreiro, *Temas de Antropologia em Oliveira Martins*, Lisboa, ICALP, 1986, pp. 25-39 e A. Custódio Gonçalves, *Questões de Antropologia Social e Cultural*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p. 40.

"*Temos combatido e continuaremos a fazê-lo, a escola que encara a etnologia apenas* museológicamente*, como entretém do espírito em arquivar e classificar abstractas civilizações «primitivas». Entre nós queremos que tenha um carácter verdadeiramente humano, toda dirigida no sentido de compreender o indivíduo no meio da sua sociedade, com o fito de bem o conhecer e o ajudar.*"[72]

Na recensão ao artigo de Henrique Galvão e Carlos Selvagem, "Colónia da Guiné", Império Ultramarino, 1950, critica com desassombro o estudo; primeiro por falta de documentação atualizada, depois por haver deturpação de conceitos e de outros aspectos importantes, apelidando de "*pobreza e desactualização de técnicas de análise antropológica* [...]."

O estudo sobre a agricultura de Brames e Balantas vista através da fotografia aérea[73] - referindo a urgência de novas técnicas, como a fotografia - ou posteriormente, sobre a habitação "indígena" dão a ideia das suas incursões, no estudo dos vários grupos étnicos da Guiné. Acompanhado, frequentemente, de uma máquina fotográfica ia apanhando os instantâneos humanos, tão importantes do ponto de vista das sínteses antropológicas, cientificamente conduzidas.

A sua versatilidade epistémica dava-lhe a possibilidade de se mover no interior de diversas ciências. "*Ao geógrafo, de início magistral, em Teixeira da Mota, não faltava perspectiva antropológica e, com a perspectiva antropológica, a sociológica. Daí a abrangência do seu saber sem sacrifício da sua profundidade.*"[74]

Não se poderá deixar de inserir Teixeira da Mota no seu tempo. E se a sua utensilagem mental é devedora de certos usos e conceitos coevos.Integrando-se no seio das estruturas políticas, científicas e militares do Império português, não nos pode parecer estranho o aparecimento de certas teorias no seu discurso, que tentavam suavizar o colonialismo português. O *Luso-tropicalismo*[75], proposta de Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro, para definir a "especificidade" do relacionamento dos protugueses com outros povos, é uma das vertentes que frequentemente aparece em relevo no pensamento do sábio oficial de Marinha.

---

[72] A. Teixeira da Mota, Recensão a Balandier, *Op*. cit., p. 873.

[73] . Teixeira da Mota, "A Agricultura de Brames e Balantas Vista Através da Fotografia Aérea" in op. supra cit., Vol. V, nº 18, abril 1950, pp. 135-160.

[74] Gilberto Freyre, Homenagem à Obra de Avelino Teixeira da Mota in *Avelino Teixeira da Mota in Memorian*, Vol. II, 1989, p. 184.

[75] O Luso-tropicalismo, conceito proposto pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre tentava dar uma explicação lógica para a existência de uma sociedade mestiça no Brasil. Brancos e negros tinham-se cruzado de forma harmoniosa, dando origem a uma harmonia social muito particular nos trópicos. O Estado Novo procurando uma "bandeira" para o seu colonialismo, especialmente em África, vai servir-se da explicação de Freyre. O sistema ideológico português, imposto pela Estado português, tentava mostrar e difundir de que maneira os portugueses ao se "misturarem" física e culturalmente com outros povos, tinham dado origem a um "mundo novo", onde não havia lugar à "diferença" social - logo, os portugueses não eram racistas. As ideias de Gilberto Freyre assentavam perfeitamente: "*O português foi por toda a parte, mas sobretudo no Brasil, esplendidamente criador nos esforços de colonização. A glória do seu sangue não foi tanto a de guerreiro imperial que conquistasse e subjugasse bárbaros para os dominar e os explorar do alto. Foi principalmente a de procriador europeu nos trópicos. Dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gosto as mulheres de cor.*" - Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou*, Lisboa, Livros do Brasil, s./d., prefácio de António Sérgio, p. 40.

"*Ao fim e ao cabo, os portugueses desses séculos conseguiram disseminar-se por todos os recantos de um território bastante mais vasto que a actual Guiné Portuguesa, porque possuíam, em elevado grau, a capacidade de se integrarem no meio das sociedades nativas, convivendo profundamente, dando e recebendo elementos materiais e culturais*. "[76]

As contradições, no entanto, aparecem, especialmente quando se faz uma triagem rigorosa a todo o processo de "integração" dos portugueses. A alusão a certos "pesadelos" dos missionários "*que viam na vida pouco edificante que eles* (portugueses) *levavam, um obstáculo à conversão dos nativos*"[77], é o suficiente para se perceber as águas movediças onde se caldeia toda a teoria do *luso-tropicalismo*. Teoria que que ao ser adotada relativiza a superioridade cultural dos europeus, ou do tipo de vida das sociedades industriais[78].

Avelino Teixeira da Mota demonstrava um conhecimento profundo da realidade que se vivia na Guiné, política e socialmente, mas também tinha um vasto saber acerca da geografia, geologia e toponímia e antropologia do território. Refira-se, todavia, que a ciência que aplicava devia a sua existência às estruturas imperiais[79], tendo sido no interior dessas instituições, como o Centro de Estudos da Guiné, que Teixeira da Mota recolheu dados, coordenou equipas, publicou trabalhos e disponibilizou saber ao governo da colónia da Guiné. E quem aproveitou o seu conhecimento?

Não é de pôr de lado a hipótese da uma ligação à burguesia agrícola e comercial da Guiné. O seu vigoroso discurso na Assembleia Nacional, quando aí foi deputado, em meados dos anos 60, demonstra as suas íntimas conexões com os poderes económicos daquela colónia[80], nomeadamente quando põe a descoberto a incúria nos serviços de instrução agrícola, saúde e veterinária, e a falta de pessoal nesses locais[81]. E ao levantar questões, como a de uma maior descentralização dos territórios ultramarinos, estava a penetrar num campo de elevada polémica que atravessa estruturalmente a sociedade portuguesa, fortemente polarizada nesse campo – centralismo\regionalismo – descentralização.

---

[76] A. Teixeira da Mota, "Derradeira Carta ", *Boletim da Associação Comercial Industrial e Agrícola da Guiné*, Ano VII, nº 73 a 75, janeiro- março de 1964, p. 26.

[77] Idem, *ibidem*, p. 27.

[78] Veja-se: Jorge Borges de Macedo, *O Luso-Tropicalismo de Gilberto Freire - Metodologia, Prática e Resultados*, separata do Boletim da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, nº 16, Lisboa 1989, p.120.

[79] Importa clarificar que não estamos perante uma "ciência colonial", pois as instituições que produziam e controlavam a produção do saber científico operavam dentro das estruturas políticas do Império, de um "todo" que incluía a "metrópole" e as "colónias". Sobre esta discussão, veja-se: Helen Tilley, *Africa as Living Laboratory. Empire, Development, and the Problem of Scientific Knwledge 1870-1950*, London/Chicago, University of Chicago Press, 2011, pp. 10-11.

[80] Veja-se o telegrama da Associação Comercial e Industrial agrícola da Guiné, enviado ao Presidente da Assembleia Nacional, em 18 de maio de 1960. Aí se aplaudia, fortemente, os discursos do deputado A. Teixeira da Mota. Também não se deve omitir o facto da estreita relação entre A. Teixeira da Mota e o presidente daquela organização, assim como dos seus membros. Vide: *Processo Individual do Deputado Avelino Teixeira da Mota*, VII Legislatura 1957-1961, Arquivo da Assembleia da República.

[81] Vide A. Teixeira da Mota, *Os Problemas da Guiné na Assembleia Nacional*, Bissau, Imprensa Nacional da Guiné, 1960, pp. 7-8.

"*Para quê persistir em querer considerar uma absoluta e rígida unidade cultural que os factos constantemente desmentem? Se entre todos os territórios e a metrópole existem laços tão apertados, identidade de aspirações, interesses e sentimentos, porque não há-de desabrochar com pujança em cada província regionalismos que em nada diminuirão a cultura lusitana e só a enriquecerão manter, sob uma aparente diversidade, uma forte unidade?* "[82]

A ideia com que se fica, é a de o arrojamento das propostas do então Comandante Teixeira da Mota, que defende o assumir dos "regionalismos" de cada espaço que integrava o império português, aceitando a diferença.

IV. A Renovação da Investigação Científica Tropical após o 25 de Abril de 1974. O contributo de Avelino Teixeira da Mota

A definição de uma nova política científica tropical nos meses que se seguem ao 25 de Abril de 1974 era um dos assuntos na ordem do dia, no seio de uma conjuntura política e social agitada e volátil. Os novos dirigentes do Estado Português, saídos da Junta de Salvação Nacional, confrontavam-se com o facto de ter de retirar as suas forças militares de três teatros de guerra e repatriar cerca de meia milhão de pessoas, que nos territórios ultramarinos, em face da instabilidade política e social local, forçavam a sua vinda para a Europa. Como refere José Medeiros Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional (1976-1978), "*O Estado Português teve de definir uma política imediata em relação a África depois das transferências de soberania, tantos eram os problemas a resolver. Retorno dos nacionais, segurança dos portugueses que pretendiam continuar nos territórios agora independentes, interesses económicos e financeiros a defender para não onerar ainda mais o povo português com as sequelas da colonização e da guerra, diversificação dos mercados tradicionais de abastecimento em café, açúcar, algodão, petróleo, etc. Tratava-se, pois de definir qual o lugar que as relações com a África ocupariam na estrutura das relações internacionais de Portugal sem colónias.*" [83]

O desencadear do movimento militar do 25 de Abril ficou a dever-se, em parte, ao intricado problema da questão colonial, que se vinha revelando o *calcanhar de Aquiles* do Estado Novo desde o início da década de 1960. Contudo, com o golpe militar e a revolta popular que se lhe seguiu, este assunto tende a passar para segundo plano[84], diante de outras questões com as quais a sociedade portuguesa se passou a debater nos anos de 1974 e 1975. A opinião pública pressionava, através de manifestações recorrentes, a agenda política para que colocasse como prioridade a melhoria das condições de vida da sociedade portuguesa e ampliasse os apoios sociais.

---

[82] A. Teixeira da Mota, "O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa" in op. cit., p. 133.

[83] José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, Vol. VIII, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, p.98.

[84] Idem, ibidem, p.82.

Mas a independência das colónias africanas continuava a ser um assunto premente no quadro das relações externas de Portugal, que teria de esboçar, obrigatoriamente, uma política em relação a África[85].

Para dar corpo e materializar os acordos de cooperação que iam sendo estabelecidos com os novos países africanos de língua oficial portuguesa[86], o Estado português teve de colocar em prática novos meios de abordagem diplomática, assim como novas estruturas para materializar essas relações, cuja retórica de ambos o lado apontava para a proximidade de posições e a amizade entre "povos". Durante o I Governo Constitucional passa a funcionar no Ministério dos Negócios Estrangeiros um gabinete coordenador para a cooperação, que só será desmantelado quando a *Aliança Democrática* ganhar as eleições e ocupar o Governo, no início dos anos oitenta, criando-se então uma *Direcção Geral para a Cooperação*.

A cooperação era uma novidade para Portugal; apoiar as suas ex-colónias, num momento de transição política e social, impunha-se como um desafio o Governo português, numa altura em que regressavam das terras de além-mar, para serem integrados na sociedade portuguesa, mais de meio milhão de pessoas.

O conceito de "cooperação", em termos de política internacional, implicava o apoio ao desenvolvimento sustentado dum Estado[87], tendo como objetivo central o desenvolvimento em domínios como a economia, a sociedade e a cultura. Vinculando de forma diplomática as boas relações entre Estados, o Estado beneficiário, alvo de apoios e ajuda, teria o direito de definir as suas opções e as políticas em relação aos diversos sectores da governação. Neste ponto, havia um consenso nas posições, entre Portugal e as suas ex-colónias, ao nível da preservação da língua portuguesa. Na verdade, a língua portuguesa vai afirmar-se no continente africano como língua internacional, tornando-se um dos idiomas da OUA (Organização de Unidade Africana).

Em relação à política científica, com a revolução de 25 de Abril de 1974 reorganizaram-se os grandes laboratórios nacionais estatais, e objetivo primário era a definição de uma política científica que respondesse às políticas sectoriais estatais. "*Os novos institutos destinavam-se a exercer simultaneamente as funções de execução de investigação e as de coordenação e planeamento da investigação* estatal *no sector, posicionando-se as suas estruturas centrais como órgãos sectoriais da política científica.*"[88]

Nesta nova reorganização dos centros de pesquisa e dos meios científicos, não ficava de fora a investigação e os sectores que se enquadravam na denominada "ciência tropical". Este

[85] Idem, *ibidem*, p. 92.

[86] A 12 de Julho de 1975 é assinado com S. Tomé um "Acordo Geral de Cooperação"; 22 de julho é assinado em Lisboa um acordo de "Cooperação e Amizade" com a República de Cabo Verde; a 2 de outubro é a Vez de Moçambique assinar um acordo de cooperação. Com Angola, onde já se anunciava uma guerra civil de feição complexa, o processo de aproximação sofreu muito mais vicissitudes. Só em maio de 1978, em Bissau, os dois presidentes, General Ramalho Eanes e Agostinho Neto, assinaram um "Acordo Geral de Cooperação".

[87] José Medeiros Ferreira, *Op. cit.* p. 99.

[88] Beatriz Ruivo, *ibidem*, p. 31.

campo científico debatia-se com os mesmos problemas que enfrentavam as estruturas que soçobravam do domínio imperial: o ostracismo e até a descredibilização de tudo o que era conotado e associado ao Ultramar e ao "colonialismo".

A Junta de Investigações Científicas do Ultramar (J.I.C.U) não seria esquecida, ainda assim, pelos novos governantes. Com a finalidade de preservar a base de dados sobre a região tropical e os países que iriam ascender à independência - registos e saberes de valor científico, cultural e até político e estratégico[89] - e a manutenção dos muitos técnicos e cientistas nos seus postos de trabalho, o *Ministério da Coordenação Interterritorial*, que sucedera ao Ministério do Ultramar, nomeou, por despacho de 3 de Julho de 1974 do Secretário de Estado da Administração, uma *Comissão de Revisão da Orgânica da Junta de Investigações científicas do Ultramar*. O mandato desta comissão consistia na elaboração de um "estudo de base" e na apresentação de um relatório onde fossem contempladas propostas que servissem de ponto de partida para a reforma da *Junta de Investigações Científicas do Ultramar*, no quadro das relações da "metrópole com os territórios ultramarinos", reorganização dos quadros, colocação de pessoal e procura de novos rumos para a investigação científica tropical. Tratava-se de efectuar um estudo e ao mesmo tempo lançar um inquérito a todos os organismos da "Junta", para recolha de elementos sobre a organização, potencial humano, meios financeiros, património científico e de outra natureza, relações com outras entidades, trabalhos realizados, em curso ou planeados, que deveria incluir uma sugestão de soluções para o seu enquadramento futuro[90].

Foram nomeados cinco altos funcionários da J.I.C.U. para constituírem a Comissão: Júlio A. Dá Mesquita Gonçalves, colaborador do Secretariado da Administração Pública, designado relator; o Comandante Avelino Teixeira da Mota, diretor do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga (AECA) da J.I.C.U.; José Pereira Neto, diretor da J.I.C.U.; o Engenheiro Manuel de Jesus Gonçalves, engenheiro silvicultor -chefe dos serviços de agricultura e florestas do Ultramar, mas tarde relator; e José M. Santos Mota, secretário da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Avelino Teixeira da Mota tinha então o posto de Capitão-de-mar-e-guerra; transitara do Ministério da Marinha, em 1972, para uma comissão especial de serviço no Ministério do Ultramar, onde esperava dar curso aos muitos projetos de investigação que tinha planeado nos anos anteriores. Teixeira da Mota, reconhecido como historiador da cartografia e das sociedades africanas, e oficial de Marinha respeitado, iria desdobrar-se em contactos, no país e no estrangeiro, lutando insistentemente para que a "*Junta*", enquanto organismo de investigação científica, sobrevivesse ao turbilhão revolucionário social e político que Portugal vivia nessa época.

---

[89] Não só para Portugal, mas igualmente para todos os novos países africanos de língua oficial portuguesa que iriam ascender à independência.

[90] Veja-se *Estudo-Base para a Revisão da Orgânica da Junta de Investigações do Ultramar*, Ministério da Coordenação Interterritorial, novembro de 1974, Instituto de Investigação Científica Tropical, Biblioteca do Centro de Documentação, p. 2.

Não deixa de ser curioso verificar que o despacho de 3 de julho de 1974, emanado do *Ministério da Coordenação Interterritorial*, antecede em duas semanas a promulgação da Lei nº 7/74 pelo Presidente da República, com a qual se inicia a descolonização dos territórios, que até a esse momento tinham feito parte do Império português (em África).

Em carta sem registo de data ao investigador francês Yves Person, mas que se infere ser de 1974, Teixeira da Mota menciona que está com outras duas pessoas a estudar a reestruturação da J.I.C.U e que lhe era necessário, e muito útil, conhecer a organização francesa no domínio da investigação científica e da cooperação com os países tropicais[91].

Sabemos, justamente, por carta de 21 de setembro de 1974 de Raymond Mauny, um investigador francês do *Office de la Recherche Scientifique d'Outre Mer*, que Teixeira da Mota se ia reunir informalmente, em Paris, com George Balandier, prestigiado antropólogo, Yves Person e o próprio Raymond Mauny, para recolher informações que habilitassem os elementos da Comissão a preparar da melhor forma o relatório sobre o futuro da *Junta de Investigações do Ultramar* e o rumo a dar à investigação científica tropical em Portugal, o que levaria à manutenção dos centros de investigação que estavam vocacionados para esta área do saber, assim como à definição de uma política cientifica que tivesse subjacente o relacionamento e a cooperação com os jovens países de língua oficial portuguesa, que entretanto haviam adquirido a independência.

A J.I.C.U era um organismo de carácter científico e técnico que, como se mencionou anteriormente, durante o Estado Novo se encontrava na dependência do Ministério do Ultramar, superintendendo e coordenando toda a intervenção científica e técnica nos territórios ultramarinos. A "Junta", como passou a ser denominada, tinha uma estrutura complexa. Incorporava unidades de investigação no território de Portugal continental e nos territórios ultramarinos. A sua atividade era gerida com base em receitas próprias e nas dotações provenientes do Orçamento Geral do Estado, e ainda dos orçamentos das colónias.

O documento é apresentado, oficialmente, a 30 de novembro de 1974. O Ministro da Coordenação Interterritorial dirige palavras de apreço aos cinco membros da Comissão que prepararam o relatório, pelo zelo, dedicação e competência, mencionando no texto do louvor público, que se tratava de *"um valioso relatório intitulado "Estudo-base para a Revisão da Orgânica da Junta de Investigações Científicas do Ultramar."*[92]

No preâmbulo do documento era feita alusão à vocação que este organismo ultramarino tivera durante décadas na preparação de quadros administrativos para as colónias[93], destacando o facto do tecido universitário não se ter preocupado com o conhecimento do "mundo" tropical. Só em certas franjas do ensino superior se dera atenção a esse campo de estudos, em algumas áreas

[91] Espólio Almirante Teixeira da Mota, MUHNAC, pasta 879.

[92] Processo Individual do Académico Avelino Teixeira da Mota, *Arquivo da Academia de Marinha*.

[93] Estudo-Base para a Revisão da Orgânica da Junta de Investigações do Ultramar, p. 10.

científicas como as de Agronomia, Direito, Geografia ou Medicina. As universidades portuguesas nunca tiveram cursos desenvolvidos e estruturados sobre temas africanos; nas bibliotecas era reduzido o número de obras e literatura científica sobre esses estudos[94]. Com exceção da Escola Superior Colonial, em todas as disciplinas que eram necessárias para bem gerir e administrar as colónias (Antropologia, Medicina Tropical, Administração Ultramarina) regista o "Estudo-Base", fora a "Junta" que prestara essa formação, formando milhares de técnicos e sensibilizando a estrutura social e económica do país para uma área de investigação que não tinha paralelo na Europa. Como resultado, a J.I.C.U criara um capital científico e pedagógico que não poderia ser desbaratado, defendiam os relatores do documento. Fora, inclusive, das instituições de investigação científica nacionais, conhecida interna e externamente pelo seu ativo papel em prol da Ciência, sendo considerada a principal editora portuguesa no campo científico[95].

A Comissão sugeria que, em face das necessidades dos novos países de expressão portuguesa, dos compromissos internacionais do Estado português e da generalização e crescente interesse pelos problemas de cooperação internacional (na ajuda aos países subdesenvolvidos), se passasse a dar mais ênfase a programas de cooperação com os jovens países de língua oficial de portuguesa, que haviam alcançado a independência em 1974 e 1975, lembrando que a base de dados científicos acumulada durante o período da ocupação portuguesa poderia servir de grande elo de ligação entre Portugal e esses novos países. A seguinte passagem do relatório é ilustrativa: "É evidente que a descolonização não vem alterar a necessidade, para os vários territórios em relação aos quais se tem exercido a actividade da Junta, de continuar a trabalhar-se para finalidade acima apontadas (melhoria das condições de vida, melhor exploração dos recursos naturais, progresso do conhecimento do globo), e quaisquer que sejam os organismos a fazê-lo."[96]

No parágrafo seguinte acrescentava-se: "*os novos países certamente sentirão mesmo a necessidade em incrementar a acção em tais domínios, para melhor e mais rapidamente progredirem e para vincadamente afirmarem a sua personalidade política e cultural, para o que terão, nomeadamente, de intensificar a investigação no campo das ciências humanas e sociais.*"[97]

Por outro lado, era salientado que Portugal, por vocação histórica e identidade de interesses com os novos países lusófonos[98], tinha conveniência no prosseguimento, e até incremento, dos trabalhos de investigação, que haviam sido levados a cabo pela Junta de Investigações do Ultramar, apontando-se os principais pontos desse interesse:

a) porque representava um desenvolvimento científico e técnico para o país;

b) reforçava a cooperação e os laços com os novos países independentes;

---

[94] Testemunha Ilídio do Amaral, *Colóquio sobre a Educação e Ciências Humanas na África de Língua Portuguesa 20-22 de janeiro de 1975*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 251.

[95] Estudo-Base para a Revisão da Orgânica da Junta de Investigações do Ultramar, p. 7.

[96] *Ibidem,* pp. 7-8.

[97] *Ibidem*, p. 8.

[98] *Ibidem*, p. 83.

c) prestaria assistência técnica e científica aos novos poderes políticos locais, porque seria previsível que os novos países independentes necessitassem de mão-de-obra qualificada: professores, técnicos, cientistas, em suma, quadros.

Era também lembrado, no documento, que numa época de novos desenvolvimentos no Mundo, no qual emergia um novo sistema de relações humanas e de interdependências que superavam as adversidades, se estavam abrindo possibilidades de estreitar relações e cooperar com numerosos países árabes e afro-asiáticos, a capacidade de Portugal no domínio da investigação científica de âmbito tropical poderia vir a ser um fator estratégico nessas relações, não só plano da investigação e desenvolvimento, como no sector das ciências humanas e sociais.

Apresentava-se como modelo para essa cooperação, outros países europeus, como a França ou o Reino Unido, que haviam aumentado a intervenção científica nas suas antigas colónias. Por exemplo, o *Office de la Recherche Scientifique d'Outre Mer,* de França, contava com 3000 funcionários e um orçamento de 750 000 contos em 1974.

Quaisquer que fossem as soluções encontrados os autores do documento chamavam a atenção para a preservação dos postos de trabalho dos muitos técnicos que o organismo possuía, não afastando o cenário de uma racionalização de meios e órgãos de pesquisa que se haviam multiplicado, propondo para isso que a nova unidade de investigação se deveria situar na dependência do Ministério da Coordenação Interterritorial, que passaria a denominar-se por «Ministério da Cooperação». O estudo defendia que não havia nenhuma instituição em que a estrutura da "Junta" viesse a ser integrada, tendo em conta que as universidades tinham uma especificidade muito "própria" nos campos da investigação[99]. Os relatores alinhavam pelo mesmo pensamento que dominava a organização da Ciência em Portugal: o saber tropical situava-se à parte, não tendo ligações com as universidades, pois dominava a opinião que aquele campo científico estava vocacionado para estar subordinado às necessidades da administração.

Por fim, o relatório apontava para a criação de um Conselho Geral, com parte dos membros eleitos, investido de poderes extensos, que detivesse a competência decisória quanto às grandes linhas de ação do novo organismo, em matéria de política científica e de assistência técnica a adotar para as áreas tropicais. Na sua dependência estaria um Secretariado Geral que coordenaria quatro Conselhos Técnico-Científicos: Ciências Exatas e Naturais; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Agrícolas e Alimentares; e Problemas de Desenvolvimento[100].

Esta estrutura de administração, que era proposta revela, à primeira vista, que o novo organismo que iria tutelar a investigação tropical, contendo à sua guarda um imenso espólio científico, cultural e histórico dos novos países de língua oficial portuguesa, permanecia uma estrutura pesada e complexa.

[99] *Ibidem*, pp. 85-86.

[100] *Ibidem*, p.89.

No sector da administração, sugeria-se a designação de um secretário-geral para todo o bloco executivo, que atuaria como veio de transmissão entre o Conselho Geral – órgão de cúpula – os conselhos técnico-científicos e os centros ou núcleos de investigação[101].

Havia um intenso debate entre as várias sensibilidades no próprio interior da J.I.C.U. O "estudo -base", faz eco dessas múltiplas propostas, divulgando outras sugestões, como por exemplo a do parecer que defendia que o sector das Ciências Exatas e Naturais deveria transitar da J.I.C.U. para as universidades; ou a ideia da partição da Junta em dois organismos[102]. Todavia, o documento aconselhava prudência e que os esforços se deveriam concentrar onde o elemento humano era fundamental: assistência tecnológica e científica. Essas ações do futuro organismo teriam de estar próximo das populações para servi-las. Nomeadamente dos novos países lusófonos, que não dispensariam seguramente a assistência técnica em muitos dos domínios em que a Junta se vocacionara, nomeadamente no domínio da investigação científica e tecnológica, antevendo-se que outros países, sobretudo na zona tropical, se inserissem nessa esfera de influência. Ideias que demonstram a necessidade que havia de colocar em posição de relevo o papel utilitário da futura Junta.

O Vice-almirante Teixeira da Mota deixou bem vincado o seu papel em todo o processo de reforma da Junta de Investigações do Ultramar. Para além de ser o elemento da Comissão detentor do mais alto cargo – era Director de um dos centros de investigação do Organismo em discussão - refira-se, sem desprimor ou diminuição dos outros membros, que muitas das ideias daquele Oficial de Marinha perpassavam no documento. Num encontro de investigadores, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian entre 22 e 24 de janeiro de 1975, chamava a atenção para o facto de Portugal criar um organismo que fizesse a coordenação do apoio da investigação nos novos Estados de língua portuguesa, que estimulasse a comunicação com outros países que já haviam criado centros semelhantes.

A preocupação de Teixeira da Mota com esta questão era constante. Em carta a um oficial da Marinha do Brasil, Max Justo Guedes, com data de 21 de abril de 1975 refere:

"A Junta vai sair do Ministério da Coordenação Interterritorial (ex-Ultramar), o qual vai acabar. Não sabemos ainda para onde iremos (Min. Educação e Cultura?), mas eu e outros estamos fazendo o possível para que perdure como bloco. Em qualquer caso, está assegurado o futuro do nosso Centro, que goza de grande reputação nos meios governativos."[103]

No mês seguinte, a 18 de Agosto, voltava a dar notícias, sobre o mesmo assunto: *"A Junta de Investigações do Ultramar mudou recentemente de edifício e ainda não se sabe o seu destino, isto é, se continuará como um bloco ou se os vários organismos serão distribuídos por outros*

[101] *Ibidem*, p. 96.

[102] *Ibidem*, pp.96-97.

[103] Correspondência particular com Max Justo Guedes. Antes de falecer, e de uma forma generosa, à qual fiquei extremamente grato, o Sr. Almirante Max Justo Guedes cedeu-me a correspondência que tinha trocado com Avelino Teixeira da Mota.

departamentos. Em qualquer hipótese, o nosso Centro tem o futuro assegurado. Temos tido bastantes trabalhos e canseiras, o que se repercutiu negativamente na actividade científica."[104]

Teixeira da Mota sugeria a colaboração internacional em relação aos trabalhos sobre a história das sociedades africanas. Dava como em exemplo, em 1975, o Reino do Cabo, um espaço político que tivera ao longo de séculos três capitais rotativas, duas do lado da Guiné-Bissau e uma na Gâmbia. O oficial de Marinha salientava que a documentação europeia para estudar esse espaço era fundamental, por isso teria de haver uma colaboração internacional, no campo da arqueologia, recolha de dados na tradição oral e uma componente de investigação nos arquivos[105]. Por isso lembrava a sugestão do geógrafo Ilídio do Amaral, que defendera a criação de um organismo que fizesse o apoio e a coordenação das atividades de investigação nos novos Estados de língua portuguesa, que estimulasse as relações com outros países que tinham erguido centros semelhantes[106].

Em 1976 ressalta a tristeza, mais uma vez, pela forma como todo o processo estava a ser conduzido. Em carta enviada ao Padre Henrique Pinto Rema, partilha o seu desalento:

"*Consegui recentemente libertar-me da Comissão de Gestão da Junta de Investigações do Ultramar, organismo que em breve vai ser extinto (tanto tempo lá gastei nos últimos dois anos, para o tentar salvar, em vão!). O meu Centro deverá passar para outro Ministério, ainda não sei qual. É preciso ter paciência, para poder continuar a fazer alguma coisa pela salvaguarda da dignidade do passado deste esfrangalhado país, hoje vazadouro de tanto lixo alheio.*"[107]

O desânimo de Teixeira da Mota está bem patente nestas linhas, mas a 14 de junho de 1978 o Governo liderado pelo primeiro-ministro Mário Soares reconhecia a necessidade de desenvolver a cooperação científica com as ex-colónias, que se encontravam despovoadas de técnicos e de meios, após uma hemorragia de quadros que se verificara com a descolonização. Foi "*com essa finalidade que se decidia reforçar a Junta para que, «com a generosidade que a excepcional dimensão humana do empreendimento exige», «constituir em curto prazo o núcleo de know-how em torno do qual se constituirá o Instituto Nacional de Cooperação Científica», ao qual deveriam ser agregados, num futuro não especificado, o Hospital Egas Moniz e o Instituto de Medicina Tropical.*"[108]

Nestas medidas estão presentes as principais ideias e sugestões que o estudo-base apresentado em 1974 propusera. E, em grande medida, a ideia de Teixeira da Mota em relação ao futuro da investigação científica tropical em Portugal.

---

[104] *Ibidem.*

[105] *Colóquio sobre a Educação e Ciências Humanas na África de Língua Portuguesa 20-22 de Janeiro de 1975*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 197.

[106] Idem, *ibidem*, p. 232.

[107] Carta enviada ao Padre Henrique Pinto Rema, Lisboa, 24 de junho de 1976. Correspondência particular. Agradecemos ao Sr. Padre Pinto Rema a cedência desta troca epistolar particular.

[108] Manuel Lobato, *Nos 125 anos do IICT. Ciência portuguesa nas regiões tropicais: do projecto africano ao esvaziamento de políticas sob a III república. Parte II. Blogue História Lusófona em linha, IICT, http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13671* (Consulta a 30 maio de 2010).

Houve frequentes tentativas para desmantelar a J.I.C.U no período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. Em 1978, a redução do orçamento, que se havia verificado de uma forma progressiva, revela-se insuficiente para satisfazer todas as necessidades da instituição, incluindo a massa salarial dos seus técnicos e administrativos, tal como os compromissos institucionais estabelecidos[109].

Os problemas da Junta arrastavam-se. Sabia-se que era necessária uma nova organização da "ciência tropical", que era essencial manter a experiência adquirida, as técnicas acumuladas de anos e anos de investigação científica nos trópicos, dinamizar a cooperação com os novos países lusófonos, partindo de uma história e experiência comuns. Considerava-se, justamente, que existiam cientistas e técnicos portugueses, de grande qualidade e capacidade, profundamente conhecedores de múltiplas facetas das realidades das regiões e países tropicais e das tecnologias adequadas ao seu estudo, encontrando-se a grande maioria desses investigadores na Junta de Investigações Científicas do Ultramar[110].

Ao ser reconhecida, ao mais alto nível da governação, a importância da Junta, em 1978, quatro anos depois, em 8 de abril de 1982[111], decorria uma semana exata do falecimento de Avelino Teixeira da Mota, era publicado o decreto que passou a designar a Junta por *Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT),* estruturando e ampliando as competências do anterior *Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical.* O IICT passava a coordenar as atividades decorrentes das relações científicas com os países das regiões tropicais, assim como a celebração de protocolos e convénios com as universidades e institutos de natureza similar, para promover a investigação, possibilitar estágios e formação, aprofundar e difundir os conhecimentos e a investigação que seria efetuada. Eram aprovadas uma lei orgânica interna e uma estrutura por «departamentos», inserindo-se nessas unidades todas as ciências, físicas e humanas, exatas e sociais.

O "estudo – base" efetuado em 1974 fora o ponto de partida para as reformas que no início da década de oitenta se colocaram em prática. Era reconhecida dessa forma a validade do documento. De facto, este estudo, ainda que de uma forma indireta, iria servir de base ao esboço de modelos de reestruturação e reforma da investigação científica tropical em Portugal no pós -25 de abril de 1974. As diligências, o contributo e o trabalho de Teixeira da Mota na redação desse documento reformador ainda hoje são detetáveis.

---

[109] *Da Comissão de Cartographia ao Instituto de Investigação Científica Tropical* (1983), p. 152.

[110] Resolução do Conselho de Ministros de 14 de junho de 1978, subscrita pelo Primeiro-ministro Mário Soares, in *ibidem*, p. 156.

[111] *Ibidem*, pp. 167-169 e ss.

Bibliografia Ativa de Avelino Teixeira da Mota

Livros

Inquérito e Etnográfico Organizado pelo Governo da Colónia no ano de 1946, Bissau, publicação comemorativa do V Centenário da descoberta da Guiné, 1947, 166 pp.

A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Memórias, nº 7,1948, 538 pp. + apêndice e bibliografia.

De Colaboração com Mário G. Ventim Neves.

Topónimos de origem portuguesa na Costa Ocidental de África desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Catarina, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Memória 14,1950, 410 pp.

Guiné Portuguesa, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 2 Volumes, 1954, 394 + 298 pp.

Bartolomeu Dias, Descobridor do Cabo da Boa Esperança, Lisboa, Edição do N.R.P. "Bartolomeu Dias", 1955,27 pp.

Portugaliae Monumenta Cartographica, Lisboa, 5 vols. e Índex final, 1960.

De colaboração com Armando Cortesão. Reedição fac-similada: Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

Tabularum Geographiarum Lusitanorum Specimen, Olissipone, 1960, 65 pp., 1 Atlas, 35 cartas fac-similadas.

Os Problemas da Guiné na Assembleia Nacional, Bissau, Imprensa Nacional da Guiné, 1960, 13 pp.

A Cartografia Antiga da África Central e a Travessia entre Angola e Moçambique 1500-1866, Sociedade de Estudos de Moçambique, Lourenço Marques, Tipografia Progresso, 1964, 255 pp.

Portuguese navigations in the north Atlantic in the fifteenth and sixteenth centuries, St. John's Memorial University of New Foundland, NewFoundland,1965, 24 pp.

Der portugiesische seehandel in Westafrika in 15 und 16. Jahrundert und sein Bedeuntung fur die Entwicklung des Überregionalen Handelsverkehrs, Koln, Universitat Forsxhungsinstitut fur sozial und Wirtchaftsgeschicht, 1969, 20 pp.

Mar, Além Mar, estudos e ensaios de História e Geografia, I (1945-1947), Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1972.

Honório Barreto, português da Guiné, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1973, 155 pp.

«Les Escales de la «Carreira da Índia» (XVIe – XVIIIe Siècles)», Recueils de La Société Jean Bodin, Tomo XXXIII « Les Grandes Escales (Temps Moderns), Bruxelles, Éditions de La Librairie Encyclopédique, 1972, 28 pp.

Cerca da Recente Devolução a Portugal, pelo Brasil, de Manuscritos da "Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica" (1798-1807), Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1977, 47 pp.

Some Aspects of Portuguese Colonization and Sea Trade in West Africa in the 15th and 16th Centuries, Bloomington, African Studies Program, Indiana University, 1978, 29 pp.

A Escola de Sagres / Cartografia portuguesa dos descobrimentos, Lisboa, Museu de Marinha (Monografias 2), 1985, 27 pp. [30 cm]

O *Regimento da Altura de Leste – Oeste de Rui Faleiro, Subsídios Para o Estudo Náutico e Geográfico da Viagem de Fernão de Magalhães*, Memória Apresentada Pelo Guarda - Marinha Avelino Teixeira da Mota, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1986, 254 pp.

East of Mina: *afro-european relations on the gold coust in the 1550 and 1560: an essay with supporting documents*, Madison, University of Wisconsin, 1988, 104 pp.Em co-autoria com Paul Hair.

O Essencial sobre Cristóvão Colombo e os Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, imp. 1987, 62 pp. [14 cm]

Estudos (Seleccionados)

1. História da Náutica e dos Descobrimentos

"Como Foi Descoberta a Guiné", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo LXXVI, 3-4, Março – Abril, 1976, pp. 173-194.

"A Arte de Navegar no Mediterrâneo nos Séculos XIII-XVII e a criação da Navegação Astronómica no Atlântico e Indico, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, Tomo LXXXVII, n.º 7-8, Julho-Setembro, 1957, pp. 453-474.

"A Viagem de Bartolomeu Dias e as Ideias geopolíticas de D. João II", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 76, nº 9-12, Outubro-Dezembro, 1958, pp. 297-322.

"A Escola de Sagres", *Anais do Clube Militar Naval*, n.º especial, 1960, pp. 39-54.

"Bartolomeu Dias e o valor do Grau Terrestre", *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Actas, Vol. II, 1961, pp. 299-310.

"A evolução da ciência náutica nos séculos XV-XVI na cartografia portuguesa da época", *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* – Classe de Letras, VII, 1961, pp.247-66.

«Méthodes de navigation et cartographie nautique dans l'océan indien avant le XVI.e siècle», *Revista Studia*, nº 11, Janeiro, 1963, pp. 49-90.

"Os regimentos do cosmógrafo-mor de 1559 e 1592 e as origens do ensino náutico em Portugal", *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, Tomo XIII, 1969, pp. 227-291.

"Evolução dos roteiros portugueses durante o século XVI", *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIV, 1971, pp. 201-228.

"Atlantic Winds and Ocean Currents in Portuguese Nautical Documents of the Sixteenth Century", *Proceedings of the Royal Society of Eddinburgh*, Section B(Biology), Vol. 73, nº 7,1972, pp. 59-67.

"Duarte Pacheco Pereira Capitão e Governador de S. Jorge da Mina", *Mare Liberum*, n.º 1, Lisboa, 1990, pp. 1-27.

2. História dos Contactos Luso –Africanos

"Contactos culturais luso – africanos na "Guiné do Cabo Verde", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 69ª Série, nº 11-12, Novembro-Dezembro, 1951, pp.659-667.

"Notas sobre a história dos Portugueses na África Negra", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 77, nº 1-3, Janeiro – Março, 1959, pp. 27-55.

"Um luso – africano: Honório Pereira Barreto, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 77, n.º 9-12, Outubro – Dezembro, 1959, pp. 389-416.

«Le Portugal et l›Histoire de l›Afrique » *Académie Royale des Sciences d'Outre - Mer*, Bull. des Séances, Bruxelles, VII, 6,1961, pp. 878-889.

Dois escritores quinhentistas de cabo Verde: André Álvares de Almada e André Dornelas", *Liga de Amigos do Cabo Verde – Boletim Cultural*, nº 9, Suplemento, Luanda, Novembro, 1970, pp. 10-55.

"D. João Bemoim e a expedição portuguesa ao Senegal em 1489", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa,* Bissau, Vol. XXVI, n.º 101, Janeiro, 1971, pp. 63-111.

"Alguns Aspectos da Colonização e do Comércio Marítimo na África Ocidental nos séculos XV e XVI", *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa nº 10-12, Vol. CVI, Outubro - Dezembro, 1976, pp. 677-710.

«Entrée d'esclaves noirs à Valence (1445-1482) : Le remplacement de la voie Saharienne par la voie atlantique», Révue Française d'Histoire d'Outre Mer, Paris, Tomo LXVI, n. º 242-243,1978, pp. 195-210.

"História Marítima e Convergência de Civilizações: o caso de Joal e do Gabu em Relação com Léopold Sédar Senghor", *Memórias da Academia de Marinha*, Lisboa, 1987, Vol. VIII, pp. 3-5.

3. Antropologia e Etnografia

"Milho Zaburro and milho maçaroca in Guinea and in the islands of Cabo Verde", *Africa*, London, XXXVI, nº 1 Janeiro, 1966, pp. 73-84.

"Fulas e Beafadas no Rio Grande no século XV: achegas para a etno-historia da África Ocidental", *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências Tomo XIV, 1970, pp. 259-277.

"A Actividade marítima dos Bijagós nos séculos XVI e XVII", *In Memoriam António Jorge Dias*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Volume III, 1974, pp. 243-277.

"Gli avori africani nella documntazione portughese dei secoli XV-XVII", África, Institut Italo-Africano, Roma, XXX, nº 4,1975, pp. 580-589.

«Les relations de l'ancien Gabou avec quelques états et peuples voisins»**,** *Ethiopiques*. Revue socialiste de culture négro-africaine, n. º 28, Dakar, Octobre, 1981, pp. 149-167.

4. Política, Administração e Investigação Ultramarina

"A Fotografia Aérea e o Progresso da Investigação Científica no Ultramar", *Diário Popular,* Suplemento dedicado às Províncias Ultramarinas, 20 de Outubro, 1951, pp. 17-19.

"O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa", *Garcia de Orta*, Lisboa, I, n.º 1, 1954, pp. 107-37.

*"*Guiné o seu Presente e o seu Futuro*"*, Lisboa, *Instituto de Altos Estudos Militares, Conferências proferidas em 1960-61*, [s/loc.], Instituto de Altos Estudos Militares, 1960, pp.87-104.

"Esboço da Carta Étnica e de Densidades de População [da Guiné]", Carta n.º 3", *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Angola,* Luanda, 1962.

"Gago Coutinho marinheiro e geógrafo e a exploração de Cahora Bassa", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 87ª série, Janeiro - Março, e Abril-Junho, 1969, pp. 17-33.

"Algumas actividades de organismos de Investigação sediados em Portugal, no domínio das Ciências Humanas e Sociais de âmbito africano", *Colóquio sobre Educação e Ciências Humanas na África de Língua Portuguesa,* 20-22 de Janeiro de 1975, Lisboa, Fundação Caloust Gulbenkian 1978, pp.291-301.

5. Historiografia e Historiadores

"Notas sobre a Historiografia dos Descobrimentos em Portugal", (inédito de Abril de 1944, *Mar, Além Mar, estudos e ensaios de História* e Geografia, I (1945-1947), Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1972, pp. 14-24.

"Notas Sobre a Historiografia da Expansão Portuguesa e as Modernas Correntes de Investigação Africana", *Anais do Clube Militar Naval*, 79º ano, nº 7, 8, 9, Tomo LXXIX, 1949, pp.229-294.

"Gago Coutinho, Historiador da Náutica dos Descobrimentos", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo LXXXIX, n.º Especial, 1959, pp. 107 – 112.

"Jaime Cortesão, Historiador da Expansão Portuguesa", *Revista Ocidente*, Vol. 61, Lisboa, 1961, pp. 43-61.

"Abel Fontoura da Costa Historiador da Marinharia dos Descobrimentos", *Memórias do Centro de Estudos da Marinha*, Lisboa, Vol. III, 1973, pp. 255-269.

"O Comandante Humberto Leitão, historiador da Náutica e do Ultramar", *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, Vol. CIV, Tomos 4 a 6, Abril-Junho, 1974, pp. 257-263.

Bibliografia Passiva

BOXER, Charles Ralph, "Vice-Admiral Avelino Teixeira da Mota", *The Times*, 23 April, 1982, p.16 (reimpresso: Charles Ralph Boxer, *Opera Minora III*, edição de Diogo Ramada Curto, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, p.167).

BRANDÃO, Eduardo Serra, "Vice-Almirante Avelino Teixeira da Mota (22-IX-1920 – 1-IV-1982) (Necrologia), *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXII, Abril – Junho, 1982, pp. 551-554.

FARIA, Francisco Leite de *Elogio do Almirante Avelino Teixeira da Mota* pelo Académico de número [...], Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1985.

HAIR, P.E.H., "The Teixeira da Mota Archive and the Guinea Texts Project", *History In Africa,* 10(1983), pp 387-394.

MARTINS, Mário Dias, "Homenagem ao Almirante Teixeira da Mota – Primeiros Passos – No Liceu e na Escola, *Anais do Clube Militar Naval* Volume CXII, 1982, pp. 263-270.

SESSÃO de Homenagem à memória dos Almirantes Sarmento Rodrigues e Teixeira da Mota, 25 de Outubro de 1990, Lisboa, Memórias da Academia de Marinha, 1990.

TADEU, Viriato Augusto, " O Extinguir dum Clarão", *Anais do Clube Militar Naval,* Vol. CXII, Abril – Junho, 1982, pp. 257 – 262.

TCHEN, Adelaide Ginga,"Mota, Avelino Teixeira da", *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974.* Vol. II (M-Z), dir. Manuel Braga da Cruz, António Costa Pinto, Lisboa, Assembleia da República / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005. Colecção Parlamento, 16, volume V, 782 pp., pp.191-193.

Teixeira da Mota *(1920-1982) in Memorian*, Lisboa, Academia de Marinha, imp. Instituto Hidrográfico, 1983.

VALENTIM**,** Carlos Manuel, O Trabalho de uma Vida. Biobliografia de Avelino Teixeira da Mota, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2007.

- Idem "Avelino Teixeira da Mota, Historiador das Sociedades e dos Oceanos", *Actas do Colóquio "Vasco da Gama, Os Oceanos e o Futuro"*, Lisboa, Escola Naval, imp. Julho de 1999, pp. 128 – 143.
- Idem, "Avelino Teixeira da Mota – Uma vida dividida entre a África e o Mar", *Revista da Armada* n.º 352, Abril de 2002, pp. 10-13.
- Idem, "O Legado do vice-almirante Teixeira da Mota", *Revista da Armada*, n.º 352, Abril de 2002, p. 35.
- Idem, "A África na Acção e na Obra de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982). Notas para uma biografia". *Anais do Clube Militar Naval,* Vol.CXXXIV, Outubro -Dezembro 2004, pp.779-809.
- Idem, *Avelino Teixeira da Mota: Ajudante de Campo do Governador da Guiné (1945-1947)*, Lisboa, Academia de Marinha, 2005, 40 pp.
- Idem, "Teixeira da Mota na Missão Geo-Hidrográfica da Guiné (1947-1957). Contributos para o estudo da exploração científica do Ultramar no Estado Novo", *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXXVI, Outubro -Dezembro 2006, pp.731-754.
- Idem "A Última Entrevista" *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXXVIII, Outubro -Dezembro, 2008, pp.531-539.

Vice-Almirante A. Teixeira da Mota In Memoriam, Lisboa, Academia de Marinha, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2 volumes, 1987-1989.

WALLIS, Helen, "Avelino Teixeira da Mota – Obtuary", *Imago Mundi*, The Journal of the International Society for the History of Cartography, second series, Lympne Castle, Vol. 40, 1988, pp. 129-130.

"Teixeira da Mota" (Avelino), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Actualização*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lta., 1987, Vol. X, p.352. (autor desconhecido).

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO PRÉMIO "FUNDAÇÃO ORIENTE – EMBAIXADOR JOÃO DE DEUS RAMOS" / 2020

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 29 de setembro

Senhor Almirante Chefe do Estado Maior da Armada

Acedeu Vossa Excelência a presidir este ano à sessão da Academia de Marinha que irá atribuir um prémio patrocinado pela Fundação Oriente que, embora não institucional, veio permitir a esta Academia dar particular atenção aos estudos do oriente ligados ao mar. A presença do Comandante da Marinha no dia de hoje honra-nos sobremaneira já que a tradicional presença do Senhor Almirante no mês de Março para presidir à atribuição do prémio "Almirante Sarmento Rodrigues" não aconteceria este ano por o respectivo júri ter decidido não o atribuir, tendo considerado que nenhuma das obras concorrentes estava à altura da dignidade que lhe deve estar associada.

Senhor Dr. Carlos Monjardino, ilustre Presidente da Fundação Oriente

É com gosto que de novo o recebemos na Academia de Marinha e louvamos o patrocínio associado explicitamente à criação e manutenção deste prémio, como também não esquecemos que foi sua a iniciativa de alargar a designação inicial de Prémio Fundação Oriente para Prémio Fundação Oriente – Embaixador João de Deus Ramos, honrado assim a memória de um homem notável que tão devotamente serviu as nossas duas instituições.

Senhora Dona Maria Antónia Ramos seja bem-vinda a esta casa hoje, como em qualquer dia do ano. Queremos que considere a Academia como uma casa sua e que nela se sinta bem.

Senhores académicos, Senhores convidados

Este é o segundo ano que este prémio é atribuído. O protocolo de cooperação foi assinado em 25 de Novembro de 2016 e tem efeito em todos os anos ímpares. O prémio que irá ser hoje atribuído refere-se assim ao ano de 2019. A ele concorreram sete obras cobrindo temas tão diferentes como "A Ciência no Portugal da expansão", "A inquisição de Goa", "Teatro a bordo das naus portuguesas", "Fernão de Magalhães" e vários outros.

O júri, constituído por oito elementos incluiu, para além do Presidente, dos dois Vice–Presidentes e do Secretário–Geral da Academia, mais quatro personalidades, duas indicadas pela Fundação Oriente – os professores Jorge dos Santos Alves e João Paulo Oliveira e Costa e dois a convite do Presidente – o Vice–almirante José Silva Carreira e o Professor Rui da Costa Pinto, todos nossos académicos, cujo superior contributo para a decisão final muito agradeço.

Considerou o júri que a grande maioria das obras concorrentes apresentava um nível académico e cultural significativo, mas que do conjunto sobressaiam claramente duas delas pelo que, por unanimidade, decidiu que o prémio deveria ser atribuído ex-aequo.

Foram elas "O Regresso dos Mortos. Os Doadores da Misericórdia do Porto e a Expansão Oceânica (Séculos XVI-XVII)" de Isabel dos Guimarães Sá e "O Poder entre Lisboa e o Oriente - Persistências e Mudanças na Administração. Do Ultramar ao Acto Colonial" de Célia Maria Ferreira Reis.

A Senhora Professora Isabel dos Guimarães Sá doutorou-se em 1992 no Instituto Universitário Europeu (Florença). Exerce funções docentes no departamento de História da Universidade do Minho, onde ensina disciplinas no âmbito da História Moderna Europeia. É investigadora integrada no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da mesma Universidade. Coordenou vários projetos nacionais de investigação com financiamento. Foi bolseira da Fundação Gulbenkian em 1998 e 2003 na John Carter Brown Library, da Brown University (EUA).

Tem-se debruçado sobre vários temas de investigação relativos à História de Portugal e do seu Império ao longo do período moderno. Começou por estudar o fenómeno do abandono de crianças na roda dos expostos, no mestrado e doutoramento, tendo a partir de 1992 trabalhado sobre as Misericórdias portuguesas; mais recentemente, abordou aspetos da cultura material da primeira modernidade. O livro O Regresso dos Mortos permitiu congregar estas duas últimas vertentes. No presente, prossegue estudos sobre os doadores das Misericórdias.

A Senhora Professora Célia Maria Ferreira Reis é licenciada em História, mestre em História do século XX e doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, onde é investigadora no Instituto de História Contemporânea. É também professora no Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira.

Entre os seus estudos encontram-se os que realizou sobre a Misericórdia e outras temáticas relativas a Torres Vedras, mas tem-se dedicado essencialmente às questões coloniais, particularmente as que se referem à Ásia, na época contemporânea.

Entre os seus livros encontram-se A Revolta da Madeira e Açores, 1931 (Livros Horizonte, 1990) e O Padroado Português no Extremo Oriente na Primeira República (Livros Horizonte, 2007) e A Misericórdia de Torres Vedras (1520-1975). Tem igualmente extensa colaboração no 4.º volume da História dos Portugueses no Extremo Oriente (dir. de A. H. de Oliveira Marques, Fundação Oriente, 2003). Conta igualmente com diversos capítulos de livros, artigos em revistas e muitas participações em encontros científicos.

Das actas deste júri extraio as sínteses que justificam a atribuição do prémio. Relativamente à primeira das citadas obras, pode ler-se: "O livro O Regresso dos Mortos. Os Doadores da Misericórdia do Porto e a Expansão Oceânica (séculos XVI-XVII) é um trabalho de grande relevância científica que, centrando a sua análise não nas massas anónimas mas no/s indivíduo/s, nos traça um excelente quadro das transformações operadas pela Expansão Oceânica na vida dos portuenses tanto ao nível das suas estruturas familiares como no campo material.

A metodologia científica que serve de base ao presente livro é extremamente rigorosa e perfeitamente adaptada ao objeto em estudo. Revela um enorme conhecimento do estado da arte relativamente à temática em análise, bem como um conhecimento dos fundos arquivísticos tratados.

Em termos de exposição e da linguagem utilizada, trata-se de uma obra muito bem escrita. Destinada ao meio académico, não deixa, ainda assim, de ser de agradável leitura, com uma excelente disposição das matérias.

A sua opção por uma abordagem micro num domínio como o da história cultural, social e religiosa, revela por si só o carácter inovador do trabalho, rompendo com a tradição de há muito imposta pela História dos Annales, a quem interessavam sobretudo os coletivos e as grandes análises estruturais."

Relativamente à outra obra premiada "O Poder entre Lisboa e o Oriente -Persistências e Mudanças na Administração. Do Ultimato ao Acto Colonial", passo a citar:

"Esta obra da senhora professora Célia Maria Ferreira Reis resulta de um trabalho de investigação no domínio da história contemporânea incidindo sobre as configurações administrativas nas possessões ultramarinas portuguesas da Índia, Macau e Timor, no período compreendido entre o Ultimato (1890) e o Acto Colonial (1930), desde logo impressiva pelo rigor metodológico e pela mestria na selecção e uso das fontes, essencialmente primárias.

Com elevado mérito científico constitui um importante e original contributo para a historiografia portuguesa de um período muito relevante e conturbado da nossa história em que a "questão ultramarina" esteve no centro das profundas alterações políticas no País.

A comparação entre as soluções jurídico-formais e a sua concretização material com a realidade efectivamente vivida, no contexto dos modelos de administração ultramarina nacionais e estrangeiros, dá-nos a fascinante visão de uma imagem impressiva e dinâmica da realidade política e social da época.

Por fim, também não é menor o mérito de vir trazer ao grande público a possibilidade de compreensão do complexo projecto político ultramarino português no oriente através de um texto de leitura absorvente e prazerosa".

Para encurtar estas palavras de abertura e apresentação dos premiados resta-me deixar os parabéns da Academia pelos merecidos prémios, desejando que eles sirvam de estímulo a novos trabalhos e a novos prémios sempre tendo por fundo um genuíno desejo de melhor conhecer a história e de a dar a conhecer a muitos mais, objectivo este em que a Academia de Marinha terá o maior gosto em colaborar.

Muito Obrigado.

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO PRÉMIO "FUNDAÇÃO ORIENTE – EMBAIXADOR JOÃO DE DEUS RAMOS" / 2020

Palavras proferidas pelo Presidente da Fundação Oriente,
Dr. Carlos Monjardino, em 29 de setembro

Senhor Chefe do Estado Maior da Armada
Senhor Presidente da Academia de Marinha
Senhora Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá Senhora Professora Doutora Célia Maria Ferreira Reis Excelências.

Quero começar por felicitar as Professoras Isabel dos Guimarães Sá e Célia Maria Ferreira Reis, que ganharam **exaequo** o Prémio Fundação Oriente /2019- Embaixador João de Deus Ramos.

Quero agradecer ao Almirante Francisco Vidal Abreu, na sua dupla qualidade de Presidente do Júri do Prémio e de Presidente da Academia de Marinha, que é a nossa parceira nesta iniciativa, assim como a todos os distintos membros do Júri.

Este Prémio, que foi inicialmente criado pelo próprio Embaixador João de Deus Ramos, existe para distinguir os melhores trabalhos sobre a história da expansão portuguesa no Oriente e sobre as relações entre Portugal e a Ásia em todos os domínios da cultura, da arte e da ciência.

Na Fundação Oriente, o Embaixador João de Deus Ramos, nome incontornável do estudo das coisas da Ásia, empenhou-se em reconstituir uma escola portuguesa de especialistas na Ásia e em fomentar os estudos internacionais sobre a presença de Portugal naquele continente. Nesse quadro, encontrámos na Academia de Marinha um parceiro natural e privilegiado. O império marítimo de Portugal na Ásia, que controlava todas as ligações marítimas desde o Golfo Pérsico até ao Japão, é um feito único na história universal e, certamente, o capítulo mais brilhante da longa história da Armada portuguesa.

Um Prémio como este só pode existir se puder distinguir trabalhos de investigação de grande qualidade académica, como é o caso de **O Regresso dos Mortos**, o último livro da Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá, docente do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, assim como de **O Poder entre Lisboa e o Oriente**, a tese doutoral que a Doutora Célia Maria Ferreira Reis defendeu na Universidade Nova de Lisboa.

O Prémio existe para reconhecer a qualidade destes estudos, para os divulgar e, sobretudo, para estimular os seus autores a continuar o seu trabalho nestes domínios de

investigação, lembrando ao mesmo tempo o papel ímpar importantíssimo do Embaixador João de Deus Ramos no estudo das relações de Portugal com a Ásia.

Quero desejar às Professoras Isabel dos Guimarães Sá e Célia Maria Ferreira Reis os maiores sucessos nas suas carreiras académicas.

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO PRÉMIO "FUNDAÇÃO ORIENTE – EMBAIXADOR JOÃO DE DEUS RAMOS" / 2020

APRESENTAÇÃO DA OBRA *"O REGRESSO DOS MORTOS. OS DOADORES DA MISERICÓRDIA DO PORTO E A EXPANSÃO OCEÂNICA (SÉCULOS XVI –XVII)"*

Comunicação apresentada pela Professora
Isabel dos Guimarães Sá, em 29 de setembro

Senhor Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante António Maria Mendes Calado, Senhor Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu, Senhor Presidente da Fundação Oriente, Doutor Carlos Monjardino, Senhores Académicos, e senhores e senhoras do público.

Estou aqui hoje para agradecer uma honra que me foi concedida, a de ganhar *ex-aequo* um prémio pelo meu trabalho. Neste caso um livro que considero um ponto de chegada no meu já longo percurso como historiadora, e que em seguida apresentarei. De entre os vários que escrevi, é deste que eu mais gosto, por razões que também terei ocasião de explicitar.

O livro *O Regresso dos Mortos* foi escrito depois de sete anos de investigação no arquivo Histórico da Misericórdia do Porto, que guarda um fundo relativo às pessoas que doaram recursos em vida à confraria ou a beneficiaram com legados e heranças. Nele encontramos geralmente o testamento do doador, seguido de todos os documentos necessários para o executar através da receção dos bens doados: cartas, certificados de propriedade de imóveis, inventários de haveres pessoais (recheios de casa, animais e pessoas escravizadas); por vezes vemos ainda movimentar-se os parentes dos defuntos, contestando a herança.

Tanto quanto se sabe, trata-se do maior espólio do género conservado numa Misericórdia portuguesa. Desses cerca de dois mil doadores, selecionei os dos séculos XVI e XVII, e, dentre estes, aqueles que se relacionavam com a expansão transoceânica portuguesa ou ibérica, porque durante 60 anos Portugal fez parte da monarquia pluricontinental espanhola, entre 1580-1640, e muitos portuenses emigraram para as Índias de Castela.

As Misericórdias tinham um importante papel na transmissão de bens de pessoas que morriam nos territórios transoceânicos, sendo que, no que toca à Ásia, as heranças e as cartas que as acompanhavam passavam por Lisboa, único porto de chegada e partida da carreira da Índia. Elas davam entrada na Casa da Índia, e depois na Misericórdia da cidade, que em seguida as distribuía pelo resto do Reino. Daí que o maior fundo documental, se se tivesse conservado, teria sido o da Misericórdia de Lisboa, infelizmente desaparecido.

A descoberta pessoal deste fundo documental no Porto foi acidental; de facto, ocorreu durante uma visita à sede da Misericórdia, por volta de 2010, quando olhei para um livro exposto numa vitrina, e percebi que era o inventário dos bens do principal doador da Misericórdia, graças ao qual se construiu o novo "grande" hospital da cidade, D. Lopo de Almeida, falecido em 1584. Alguns doadores da Misericórdia do Porto tinham sido já estudados pelos historiadores Artur de Magalhães Basto e Eugénio da Cunha Freitas, mas nenhum deles tinha explorado o aspeto que me interessava, que era o de abordar os bens destes doadores numa perspetiva da cultura material e da micro-história. Eu queria sobretudo os contextos em que estas pessoas se movimentavam e saber um pouco mais acerca delas. A partir dessa descoberta e à medida que ia juntando informação, passei a conceber o livro segundo vários pressupostos, que passo a enumerar:

O primeiro, é o de que a relação das pessoas com as coisas de que se rodeiam identifica relações delas consigo mesmas, com a comunidade e com Deus. É possível reconstituir uma rede de relações sociais através das coisas, porque elas situam os indivíduos nas sociedades. Dão-nos o contexto das suas vidas quotidianas; e por vezes conseguimos perceber os universos mentais das pessoas através dos bens listados nos seus inventários *post-mortem*. Não é acidental, por exemplo, encontrar determinadas peças de roupa, louças da Índia, rosários ou jóias. A execução de um testamento dava origem a uma conversão entre diferentes tipos de bens: os bens móveis eram leiloados e convertidos em dinheiro; terras e casas vendidas; depois compravam-se quase sempre títulos de dívida pública, os padrões de juro, cujo rendimento era usado sobretudo para pagar aos capelães que diziam as missas por alma, e, em menor grau, gasto com os pobres através das práticas de caridade.

O segundo pressuposto reside na importância de reconstituir trajetórias ou histórias de vida. As narrativas constituem a base das sociedades humanas. As histórias são o que melhor define a Humanidade, porque, citando Michel de Certeau, as histórias atravessam e organizam lugares; selecionam-nos e ligam-nos entre si; constroem itinerários e frases a partir deles. As histórias organizam a realidade. Ainda segundo o mesmo autor, constituem trajetórias espaciais, ideia que me é particularmente grata dado que a maior parte dos doadores viajaram por lugares muito distantes. Pretendi ordenar as informações de cada doador numa pequena narrativa que permitisse perceber um pouco melhor que tipo de pessoa foi. Como afirmou Agustina Bessa Luís, a História é uma ficção controlada. Evidentemente que para o historiador não se trata de inventar histórias, mas de construir narrativas plausíveis acerca dos indivíduos a partir da informação contida nas fontes documentais. Há muito de reconstrução nas histórias que elaborei, mas só fui até onde a documentação me permitia. E chegamos ao terceiro pressuposto deste livro, que reside no relevo atribuído às experiências individuais. Isto ao arrepio da História dos *Annales*, que, apesar de fundamental para o exercício contemporâneo da profissão de historiador, considerava sobretudo as massas anónimas. Não creio que as sociedades possam ser reduzidas a uma mole de pessoas que age coletivamente. O que cada indivíduo faz tem consequências. Se um punhado de homens

não tivesse estendido as rotas comerciais para lá de Malaca, não existia certamente a Fundação Oriente; se os portugueses não fossem bons navegantes, também não haveria Academia da Marinha e não estaríamos aqui esta tarde. Falo de pessoas como António de Faria, o herói da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto, mas também de António Rebelo Bravo, que foi provedor da misericórdia de Macau, ou de inúmeros homens de sobrenome Monteiro que se moviam a bordo dos navios entre Cochim, Goa, Malaca, Japão e Timor. E também muitos dos que beneficiaram a Misericórdia do Porto a partir da América Portuguesa. Nada melhor que começar pelo testamento de cada um, um documento que, apesar de elaborado por especialistas – os notários – não deixa de ser pessoal. Era este que dava origem a todos os outros documentos abordados nas narrativas elaboradas, porque a partir dele a Misericórdia do Porto formava um pequeno *dossier* com a restante documentação de que falei há pouco. Assim, procurei estabelecer uma série de conexões que permitiam perceber quem foram estas pessoas, e que relações estabeleceram com os outros. Neste ponto os recentes avanços da digitalização de informação foram fundamentais, porque me permitiram sair do âmbito da documentação do arquivo da Misericórdia do Porto. Há trinta anos, uma investigação destas não teria sido possível. Encontrei dados sobre estes indivíduos noutros arquivos ou nos livros de outros historiadores sem ter de me deslocar a bibliotecas e arquivos longínquos. A prática do historiador é hoje radicalmente diferente de quando comecei a investigar, porque a digitalização alterou não só o acesso à informação, muito mais rápido e barato, mas também a nossa capacidade de processar dados em quantidade. As humanidades digitais, no meu modesto entender, são importantes também porque permitem resgatar a memória de indivíduos singulares com destreza e velocidade.

E se quisermos, há ainda um quarto pressuposto: o de que estes indivíduos que desenvolveram as suas vidas e constituíram as suas fortunas além-mar raras vezes tiveram a oportunidade de voltar às suas terras de origem. As viagens eram longas e demoradas, e muitas vezes estas pessoas não podiam deixar a sua vida nas terras onde se tinham fixado. Mas com eles ficou a fé na lembrança: eles tinham confiança de que as missas perpétuas que as suas heranças permitiam celebrar na Misericórdia do Porto os fariam recordar entre a comunidade urbana portuense, ao mesmo tempo que encurtariam os seus tempos de estadia no Purgatório. Não sei se este último objetivo foi conseguido, mas algum efeito essa intenção deve ter surtido porque escrevi um livro acerca deles. Estes homens (e algumas mulheres, embora sedentárias, mas cujos maridos tinham embarcado para não voltar) cuidavam assim da sua permanência nas comunidades que tinham abandonado. Dessa forma, os bens destes defuntos, convertidos em sufrágios por alma ou em práticas de caridade, operavam um regresso fictício, o regresso dos mortos. Desta forma está explicado o título, que é por demais banal. Há séries de televisão com nomes semelhantes, bem como obras de ficção. A ideia não foi conseguir um título chamativo – já houve quem o dissesse-, porque este surgiu naturalmente, de acordo com as lógicas que estas doações intercontinentais espelham. Era de facto o regresso de cada um às suas terras de origem que importava. Um regresso a casa.

É com orgulho que recebo este prémio, tanto mais que o livro não precisou de nenhum financiamento a não ser aquele que as sobras do meu salário me concedem. Não houve projetos financiados, bolseiros ou pessoas contratadas para compilar dados, não contou com o patrocínio de qualquer entidade universitária ou privada, a não ser a Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa que aprovou a proposta de publicação e a quem agradeço. Será talvez um tanto antiquado trabalhar individualmente no silêncio, mas quis provar que é desejável haver formas diferentes de ser historiador, e há lugar tanto para grandes equipas apoiadas por instituições como para o historiador independente. A diversidade, neste aspeto como noutros, é um valor a preservar.

Quero deixar outros agradecimentos, com o risco de repetir a página do livro em que os explicito: às pessoas que fazem do arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto um lugar acolhedor para quem o frequenta; aos meus alunos, que me lembram a cada aula a importância de ser professora; ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, que não é um centro de investigação em História, mas teve a bondade de me acolher na Universidade do Minho. Finalmente, à Fundação Oriente e à Academia de Marinha por concederem um prémio em História, uma disciplina hoje assolada pela desvalorização que as restantes Ciências Sociais lhe imprimem, ao colocar em causa a sua valia social e humana. A História não se resume à sua utilidade prática: as sociedades humanas vivem no tempo, e pretender negar a sua importância é um absurdo que se paga caro. A maior parte do que se escreve hoje nas Ciências Sociais ignora o passado, e nega a dimensão temporal dos fenómenos sociais. É, portanto, relevando a importância de continuar a lutar pelo lugar da História nas sociedades atuais que termino esta breve apresentação.

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO PRÉMIO "FUNDAÇÃO ORIENTE – EMBAIXADOR JOÃO DE DEUS RAMOS" / 2020

APRESENTAÇÃO DA OBRA *"O PODER ENTRE LISBOA E O ORIENTE. PERSISTÊNCIAS E MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO. DO ULTIMATO AO ATO COLONIAL"*

Comunicação apresentada pela Professora
Célia Maria Ferreira Reis, em 29 de setembro

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Maria Mendes Calado,
Exmo. Senhor Presidente do Conselho Académico da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu,
Exmo. senhor Presidente da Fundação Oriente, Dr. Carlos Monjardino,
Exmos. Senhores Académicos,
Meus senhores e minhas senhoras,

Foi com grande honra e natural alegria que recebi este prémio "Fundação Oriente – Embaixador João de Deus Ramos".

Há já muitos anos que o Oriente passou a fazer parte do meu percurso, quando, pela mão do saudoso professor Oliveira Marques, um querido mestre, comecei a colaborar na *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, obra justamente ligada à Fundação Oriente e ao senhor embaixador que dá nome a este prémio.

Foi-me, depois, possível prolongar o meu estudo para outros espaços, embora Macau mantivesse um lugar especial. Deste modo, quando me decidi avançar para o meu doutoramento, o Oriente surgiu como uma escolha natural.

A investigação da história é como um poço sem fundo, que quanto mais se escava mais há a aprofundar: quanto mais se avança, mais assuntos se nos colocam, mais a vontade de conhecer se alarga. Esta realidade esteve também presente na escolha do assunto para investigação: partiu de um campo onde já me tinha lançado, de algumas possibilidades que se me tinham colocado e que eu queria desenvolver.

Entre esses outros assuntos encontraram-se os referentes à administração das colónias, que me levantavam diversas questões:

- Para além de todos os discursos sobre a administração das colónias, qual era, na realidade, o seu relacionamento com a metrópole?

- De que modo a alteração do regime para a República se refletiu neste campo? A administração manteve-se como uma continuidade da monarquia, ou verificaram-se processos diferentes?
- Sabendo que houve propostas realizadas nas colónias, visando uma modificação das formas, qual foi a dimensão desse impulso?

Pela necessidade de um estudo, então inexistente, e pelas minhas interrogações nesta área, dediquei-me à realização desta investigação, cujos objetivos essenciais foram, por isso:

- Compreender o relacionamento entre os órgãos metropolitanos e coloniais, avaliando a arquitetura institucional e as formas de decisão, nas suas continuidades e ruturas;
- Considerando que as propostas locais de mudança ocuparam uma dimensão relevante, verificar como elas a proporcionaram.

Entendendo que a concretização das minhas intenções seria mais profícua se me alargasse no espaço e não me limitasse a uma só colónia, optei pelo conjunto da Índia, Macau e Timor, os espaços que progressivamente foram sendo apontados como "As Colónias do Oriente". Sem qualquer conotação cultural, o Oriente é aqui um espaço geográfico, que abrangia as colónias não africanas, num momento em que eram estas que se mostravam mais interessantes, com maiores potencialidades.

Para além desta ligação geográfica às margens orientais do Índico, a escolha destes três espaços teve em conta a diversidade que os mesmos apresentavam.

Porém, a falta de estudos gerais sobre a temática conduziu-me a uma análise de base e muito mais abrangente, capaz de sustentar as realidades orientais.

O âmbito temporal do estudo inicia-se no ano do ultimato britânico, pela sua centralidade. O acontecimento foi traumático, mas também impulsionador de uma mudança no colonialismo português; o momento mostra-se também simbólico e central de uma fase que marcou igualmente uma série acontecimentos relevantes para o Oriente: o fim do Tratado da Índia (1891) e a assinatura do Tratado com a China (1887); a Concordata sobre o Padroado (1886); o governo de José Celestino da Silva (1894-1908) em Timor. No aspeto da institucionalização, foi também a fase dos decretos de centralização financeira (1888-1889) e aquela em que noutra geografia, se publicaram os primeiros decretos orgânicos (Cabo Verde e Guiné - 1892); que se caminhou para a autonomização de Timor (1896 e 1897). Foi igualmente a partir do final do século XIX que se assistiu a uma nova forma de entendimento na relação com os outros e que se veio a traduzir na obrigação dos indígenas ao trabalho.

A promulgação do Ato Colonial, ao marcar o fim de um ciclo de múltiplas experiências, justifica a sua opção como situação terminal deste estudo.

Estes quarenta anos mostraram-se outrossim interessantes pela mudança de regimes que neles tiveram lugar: primeiro da Monarquia para a República, posteriormente desta para a Ditadura.

A leitura das fontes publicadas permite-nos, sem dúvida, uma apreensão dos muitos discursos que se pronunciaram, ou escreveram, sobre as colónias, sobre os seus queixumes, sobre as suas carências, sobre o que se consideravam as suas potencialidades em vários domínios, da economia à geopolítica, do seu valor sagrado para os portugueses, sobre os seus custos financeiros, etc. Este tipo de fontes teve, naturalmente, um papel muito importante nesta investigação, em que usei livros e brochuras, legislação ou a enorme produção parlamentar. Mas não me fiquei por aqui e mergulhei nas repartições ministeriais, através da enorme quantidade de documentos produzidos, e reproduzidos, em Lisboa e nas colónias, enviados da Índia, Macau e Timor para o governo central ou daqui para lá. Foi uma leitura exaustiva, mas imprescindível para o conhecimento dos mecanismos de decisão, as formas como se entendiam as questões colocadas, as diferentes visões que corriam, os problemas reais, as soluções preconizadas. Este manancial constituiu, sem dúvida, um elemento distinto para esta obra, ajudando-nos a compreender a administração daquelas três colónias, mas igualmente os processos gerais que se fizeram sentir sobre todas as colónias nestes quarenta anos estudados.

A primeira parte deste trabalho corresponde à análise diacrónica do período de quarenta anos, no qual se registaram grandes alterações. Foi frequente o queixume e a crítica devidos ao tipo de governo imposto nas colónias portuguesas, muito dependente da decisão de Lisboa. Contudo, a par delas também se encontram manifestações de desconfiança face às capacidades de decisão local, tendo em conta quer os nomeados pelo Governo central, quer as populações locais.

Neste contexto realizaram-se experiências administrativas, constatando-se, em grandes linhas:

- um período de continuidades, ou mais propriamente, de mudanças menos pronunciadas, até 1914;
- uma fase de mudanças mais rápidas após 1914.

Na primeira fase, a administração estava enquadrada pelo decreto de 1869, que se manteve vigente ao longo de diversas décadas. Não obstante a padronização que impôs, não impediu a existência de situações especiais. Ele permitiu, na realidade, uma flexibilidade que conduziu a diversas tentativas de reestruturação nas colónias aqui estudadas.

Foi a partir de 1904 que, pela minha interpretação, se caminhou para tentativas mais concretas para implementação de modificações, dando lugar a diversas propostas de administração, entre as quais surgiram as que foram apresentadas pela Índia e por Timor.

Neste contexto, implantou-se a República, um regime que anunciava intenções de impor outras formas. Das colónias começaram a surgir novos projetos. Assim fizeram a Índia e Macau.

Porém, o novo regime republicano ficou, no campo da administração colonial, enredado nas circunstâncias do seu início, o que a levou à aprovação das leis orgânicas em vez de estatutos orgânicos para cada colónia; estes só foram publicados após um caminho muito sinuoso.

O pós-guerra conheceu novas alterações, condicionadas pelo ambiente internacional, publicando-se novas Leis Orgânicas. Todavia, a prática conheceu constantes oscilações e muitas indefinições em questões fundamentais, como a própria continuidade das Cartas Orgânicas. A forma como aquelas leis estavam construídas conduziu também, na prática, a alguma rigidez, geradora de muitas dificuldades locais. Diria que as críticas que se faziam frequentemente à falta de adaptação da legislação encontraram aqui um eco mais pronunciado, justamente por esta vontade de criar a legislação diferente.

Depois desta primeira parte entrei no campo mais específico da Índia, Macau e Timor.

Um dos pontos importantes da análise situou-se na produção legislativa. A evolução, ao longo destas várias décadas, realçou a existência de propostas locais para alteração nos modos de governo, apresentadas voluntariamente ou solicitadas pelas autoridades centrais; a elas somavam-se as numerosas questões locais, de natureza e importância muito diferenciada, que davam lugar a projetos que vinham das colónias para Lisboa. Todavia, estes projetos estiveram sempre sujeitos às alterações introduzidas nos órgãos metropolitanos, nem sempre consonantes com os interesses iniciais das autoridades locais, quando não eram completamente desvirtuadas pelas modificações feitas nas sucessivas repartições por onde passavam; às vezes conduziam à tendência uniformizadora, que tanta contestação produzia. Noutros casos, as propostas ficavam paradas nas mesmas repartições.

Por outro lado, e apesar das frequentes críticas à transposição das leis metropolitanas para contextos totalmente desiguais e onde as mesmas não podiam ter aceitação, não era realmente assim, pois mesmo alguns textos fundamentais não entravam em funcionamento.

O que se viu frequentemente nas colónias foram situações em que se contornaram, ou procuraram ladear, os possíveis obstáculos, flexibilizando as decisões, quando possível. A capacidade de resolução local estava sujeita à sanção ministerial, mas os responsáveis adiavam informações e decidiam a título provisório, aproveitando os meios que lhes eram possíveis. Naturalmente que as determinações podiam ser anuladas, como aconteceu algumas vezes. Contudo, assistia-se maioritariamente a uma continuidade, num regime de "ilegalidade" assumida e controlada.

Encontra-se aqui um elemento que eu assumi como essencial: o tempo. Nele se contavam o recurso à "urgência" para se decidir e a morosidade em enviar a informação, ou as respostas, como estratégias administrativas, essenciais para o funcionamento das colónias. Moviam-se em situações frequentemente nublosas, que, todavia, contornavam obstáculos.

Tornear imposições era, na realidade, um elemento importante na administração, que se exercia também de outras formas, como o entendimento prévio entre governador e ministro, quando as decisões dependiam dos conselhos locais.

Penso que o que se retém é que o governo, nas suas complexidades, perspetivas, muitas vezes desilusões, gerava mecanismos de resolução que se adaptassem às circunstâncias, quando tal era possível.

Outro campo da análise incidiu no exercício do poder, salientando o que é considerado como uma especificidade portuguesa: o papel das Cortes e, posteriormente, do Congresso.

Em termos estruturais, assistiu-se à sua continuidade, frequentemente como mais alguns círculos eleitorais a distribuir e, neste campo, a proclamação da República não implicou qualquer alteração. Não tendo faltado propostas diferentes, que julgavam fundamental substituir esta representação por outra mais adequada às especificidades ultramarinas, não houve, na realidade, qualquer movimento concreto nesse sentido, ou por falta de coragem política, ou porque a acomodação a uma situação que vinha desde o início do liberalismo português acabava por satisfazer.

Com maior ou menor uso das suas atribuições, as câmaras parlamentares ocuparam em Portugal um papel central na vida colonial, inserindo-a nas múltiplas questões políticas do país. Porém, também neste campo se encontraram mecanismos de maleabilidade, ultrapassando o tempo longo dos trabalhos parlamentares, permitindo uma partilha de competências entre os poderes Legislativo e Executivo.

O outro ponto do estudo foi dedicado à decisão local. Aqui mantinha-se um padrão comum às colónias, com um governador, representante da soberania, e um ou mais conselhos. Constatei aqui:

- como a ação do governador era determinada pelo seu papel centralizador de pressões, vindas das decisões superiores do ministério, das outras autoridades/instituições coloniais, ou provocadas pela opinião pública;
- que num mundo em que as comunicações passaram a estar presentes, estas frequentemente determinaram a relação com o ministério;
- que as caraterísticas pessoas eram igualmente importantes para o exercício do cargo, assim como o eram igualmente as relações pessoais que se estabeleciam e que ultrapassavam a correspondência oficial;
- que num processo de repartição de autoridade entre o ministério e as colónias, assistia-se, por vezes, a um jogo entre ministério e governador, suprindo pelo poder de ambos o que poderiam ser entraves locais.

Neste panorama geral, para as colónias aqui estudadas, impôs-se uma outra verificação: apesar da importância deste governador, houve largos períodos de ausência, entregando-se a condução da colónia ao exercício interino do poder, sem a força e autoridades provenientes da nomeação.

Apesar da capacidade de sobreposição justificada do governador em relação aos Conselhos existentes na colónia sob seu comando, estes órgãos eram essenciais para algumas decisões, ganhando maior força a partir das leis de 1914, embora passassem a assumir naturezas diferentes conforme os espaços, numas mais abertas à população local, noutras com maior peso dos funcionários ou dos nomeados. Foi também relevante assistir à sua evolução a partir desta data e às formas de entendimento do governador e do ministério em relação a eles.

A partir da compreensão da Índia, Macau e Timor proporcionou-se uma análise mais vasta da administração das colónias portuguesas num período de quatro décadas em que se assistiu a múltiplas experiências administrativas, marcadas pela simultaneidade de persistências e mudanças. Desta análise resultou a síntese que não existia e que traz luz a muitos aspetos da administração, contribuindo para uma melhor compreensão da realidade colonial portuguesa.

Feita a apresentação do estudo, quero deixar os meus agradecimentos.

Começo pela Academia da Marinha e pela Fundação Oriente, pela entrega deste prémio que muito me honra.

O meu agradecimento alarga-se àqueles que contribuíram, de alguma forma, para o meu trabalho. Foram muitos, naturalmente, como a minha orientadora, prof. Dra. Maria Fernanda Rollo, os colegas do Instituto de História Contemporânea, ou a diretora da escola onde trabalho. Mas quem esteve sempre presente foram os meus três cúmplices, Luís, Joana e Pedro, para quem o meu obrigado é muito especial.

CICLO DE ECONOMIA DO MAR – SEMINÁRIO SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA

ENQUADRAMENTO GERAL E ESTRATÉGICO

Comunicação apresentada pelo Académico
Victor Lopo Cajarabille, em 13 de outubro

Introdução

Esta sessão trata da segurança marítima e está dividida em três partes:

a) Enquadramento geral e estratégico
b) A segurança marítima nas relações internacionais
c) Uma perspetiva nacional de segurança marítima

Vou encarregar-me da primeira parte, sendo depois seguido pelo Comandante Silva Pinto e pelo Comandante Velho Gouveia, que irão dissertar sobre a segunda e terceira partes, respetivamente.

Alguns antecedentes

Há 20 anos, precisamente em 12 de outubro do ano 2000, o destroyer da Marinha Americana USS "Cole" encontrava-se a reabastecer no porto de Áden, no Iémen, quando sofreu um ataque terrorista da Al Qaeda utilizando uma embarcação-bomba conduzida por suicidas, causando 17 mortos, 39 feridos e danos importantes no navio. Menos de um ano depois, a 11 de setembro de 2001, ocorreram os atentados contra as torres gémeas em New York City.

Estes acontecimentos marcam o início de uma época em que a expressão "segurança marítima" começa a ter uma enorme presença na literatura especializada e mesmo nos textos de outras áreas de estudo e da comunicação social. Até então, a "segurança marítima" surgia com pouca frequência nos escritos. Contudo, no sentido de "*safety*" existia já um longo historial de preocupações, principalmente após a Convenção SOLAS em 1914 e, mais tarde, depois da criação da Organização Marítima Internacional (OMI), em 1948. A partir de cerca de 2010, com o regresso em força da pirataria, especialmente nas águas marítimas envolventes do Corno de África, bem como a ação da criminalidade organizada transnacional, a segurança marítima passou a ser um dos assuntos mais versados, quer nos estudos de grau superior, quer nas preocupações a nível nacional e internacional.

Em Portugal merecem algum realce os trabalhos de investigação que começaram a ser realizados em várias Universidades, nomeadamente na Universidade de Lisboa, Universidade

Nova de Lisboa e na Universidade Católica Portuguesa, bem como na Escola Naval e na Escola Superior Náutica Infante D. Henrique. Entre outras publicações, registam-se os cadernos navais com vários números a abordarem questões de segurança marítima e, especialmente o livro "Segurança no mar" (2012) escrito integralmente por pessoas da Marinha e o livro "Segurança nos Portos" (2014), ambos coordenados por mim próprio. Não se trata de autoelogio porque não disse se os livros eram bons ou interessantes! Deixo essa apreciação aos respetivos leitores, mas encerram certamente vasta informação de interesse geral sobre a temática que hoje aqui abordamos.

A segurança no mar, tal como outros aspetos do conceito genérico de segurança, sofreu uma evolução que lhe conferiu uma natureza multidisciplinar, importando as considerações de ordem política, económica, militar, psicológica, identitária e várias outras, como sejam, as ambientais e as relativas ao ciberespaço. Engloba fatores domésticos e transnacionais.

Em qualquer área em que se observe a segurança, o que lhe atribui as caraterísticas distintivas é o contexto específico onde se desenvolve. No caso presente, será o ambiente marítimo que serve de pano de fundo à sua compreensão e ao raciocínio consequente.

Particularidades do ambiente marítimo

No sentido de "*security*", a segurança no mar, deve ser vista como um subsistema da segurança nacional e, por essa razão, decorrente de visões mais amplas, como sejam o conceito estratégico de defesa nacional ou o conceito estratégico nacional, quando existe. Quer isto dizer que este subsistema terá que estar integrado harmoniosamente com todos os outros, mas sem esquecer a sua especificidade. A intencionalidade por parte dos agentes adversos é a base do entendimento de suporte.

No sentido de "*safety*", a segurança no mar envolve uma organização e meios adequados, mas tem uma enorme abrangência, pelo que os intervenientes são sempre numerosos, estatais e privados, empresas, escolas e até os indivíduos com maiores ou menores responsabilidades. São os riscos inerentes às atividades marítimas que dão corpo às preocupações neste sentido.

No primeiro caso interessa combater os agentes, usando eventualmente a força. No segundo caso é necessário auxiliar os intervenientes e minimizar as consequências.

Esta dualidade não pode ser considerada absoluta, pois existem situações de interpenetração entre ambas, mas torna-se aceitável para uma apreciação de enquadramento genérico.

O meio físico onde as atividades se desenvolvem exige plataformas flutuantes ou submarinas especialmente concebidas, bem como meios aéreos e até espaciais. Estes instrumentos requerem recursos humanos com formação científica adequada e com experiência de desempenho, sendo este aspeto muito importante.

Os espaços marítimos, de acordo com as convenções internacionais e legislações nacionais, obedecem a normas jurídicas específicas, que conferem direitos e impõem deveres diferenciados, conforme as áreas a que se aplicam. Mar territorial, zona contígua, zona económica

exclusiva (ZEE), plataforma continental, alto mar e área, são os espaços mais notórios. Por outro lado, existe também uma diferenciação vertical, para além da usual diferenciação horizontal. Assim, existe um espaço acima da superfície do mar, que por sua vez pode ser subdividido em várias camadas, entre outras, o espaço aéreo (onde circulam os aviões), as órbitas baixas ou altas (onde se situam os satélites artificiais) e o espaço exterior. Podemos depois considerar a superfície do mar onde navegam os navios clássicos, a coluna de água onde podem navegar submarinos e ainda, o solo e o subsolo marinhos. A diferenciação horizontal e a vertical cruzam-se em termos jurídicos e articulam-se no que respeita aos interesses dos Estados, bem como à autoridade que lhes é conferida e às inerentes responsabilidades.

Este conjunto de singularidades sobre a segurança no mar permite, desde logo, evidenciar a necessidade de uma atitude de permanente atenção e uma vontade de coordenação dados os numerosos fatores envolvidos. Parece exigível que se integre a segurança marítima num planeamento estratégico para conferir coerência ao sistema.

O valor do mar e a consequente necessidade da segurança no mar

A primeira constatação, bem conhecida, é que o mar cobre cerca de dois terços da superfície da Terra, constituindo uma gigantesca fonte de recursos, uma via privilegiada para a transferência de bens e um importante meio de projeção de poder. Como fonte de recursos, o mar pode fornecer alimentos, energia, matérias-primas e até água potável (hoje com crescente importância). Assim, o mar representa riqueza para os países ribeirinhos e tem um papel determinante nas relações internacionais.

Porém, verifica-se que o mundo promete uma ampliação do valor do mar, em razão de um conjunto de fatores, a seguir mencionados.

A globalização fez com que o mar seja atualmente uma via privilegiada e indispensável para a transferência de bens, não havendo alternativas mais económicas para a esmagadora maioria dos materiais.

Adivinha-se que a tecnologia de pesquisa e exploração do mar vai progredir rapidamente e atingir as capacidades necessárias para extrair grandes quantidades de recursos não vivos, a par dos recursos biológicos, cuja sustentabilidade causa alguma preocupação. Petróleo a grandes profundidades, biotecnologia marinha, aproveitamento da energia das ondas e da energia eólica *offshore*, minerais valiosos, são exemplos do que se afigura mais auspicioso. Porém, há que pensar em novas descobertas, que hoje não podemos imaginar.

Há sinais evidentes de que a investigação científica relacionada com o mar e os seus recursos vai progredir enormemente, pelo que muito haverá a esperar dos seus resultados nas próximas décadas.

A economia do mar vai florescer em virtude da canalização do investimento para o mar por parte de um grande número de países e, no caso da União Europeia (UE), com o apoio de fundos comunitários.

Os reflexos das alterações climáticas no mar e no litoral vão ser notórios, exigindo medidas atempadas e adequadas. O conhecimento, neste aspeto, como em muitos outros, desempenha um papel central.

Por outro lado, as preocupações com os "espaços comuns transacionais" tendem a aumentar, na medida em que o controlo desses espaços poderá trazer vantagens e a partilha dessa informação será requerida por muitos.

Assim, os interesses dos Estados no mar serão multiplicados e o seu grau de importância incrementado, o que implica maior atenção às consequentes responsabilidades. À medida que se vai conhecendo com maior rigor o valor dos recursos que se podem obter nos espaços marítimos, assim as preocupações com a segurança se tornarão mais evidentes.

Para o Estado costeiro as tarefas inerentes à *safety* destinam-se a inspirar confiança aos meios navegantes e às populações, em função do sistema de salvaguarda da vida humana no mar, dos meios de salvamento e de combate à poluição, em caso de acidentes ou catástrofes naturais.

No que concerne aos interesses nacionais exclusivos é indispensável proteger os recursos nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional e evitar a violação da lei nesses espaços.

No plano internacional, a segurança no mar integra-se, entre outras, nas atividades de defesa nacional no sentido amplo e visa, em tempo de paz, assegurar a regularidade do tráfego marítimo e combater a criminalidade transnacional, contribuindo certamente para a estabilidade global. A segurança nacional é um objetivo da defesa nacional e a segurança marítima é uma componente importante da segurança nacional.

Mostra também que a resposta a algumas das perguntas que a noção de segurança equaciona, não se afigura fácil.

Duma forma necessariamente abreviada, podemos afirmar que a segurança no mar serve os interesses da autoridade do Estado no mar e é fundamental para a tranquilidade das pessoas que usam o mar e também para as zonas costeiras.

Parecendo fora do âmbito desta palestra aprofundar as situações de crise internacional ou de guerra, merece especial realce uma eventual perturbação grave da normalidade da circulação marítima. De facto, sabendo-se que cerca de 90% das trocas comerciais são feitas por mar, um problema de segurança que conduzisse a uma redução significativa do transporte marítimo teria consequências dramáticas para a economia mundial, sem alternativas viáveis a curto ou médio prazo. A dinâmica de mercado e um grande número de indústrias dependem das entregas atempadas de bens e em quantidade apenas suficiente, pelo que a sensibilidade ao atraso passou a ser muito maior num mundo globalizado.

Conclui-se que segurança no mar em geral constitui um pré-requisito para o desenvolvimento e a estabilidade, quer a nível nacional, quer internacional. Conforme a dimensão do país e a sua dependência do mar, assim a segurança marítima será encarada de forma diferenciada, de acordo com a sensibilidade que prevalecer relativamente ao assunto.

Estratégias de segurança marítima

Começando por Portugal, julgo que seria útil existir uma estratégia de segurança marítima, num país que até tem uma Estratégia Nacional para o Mar (ENM 2013-2020) , com a qual não concordo muito, mas não faz parte do nosso tema.

Muito recentemente surgiu um projeto de uma nova ENM 2021-2030, que preconiza a elaboração de uma estratégia nacional de segurança marítima. Veremos se isso se concretiza e em que termos. Se for aprofundada poderá evidenciar algumas fraquezas ou redundâncias e obrigar a melhores critérios de eficiência e eficácia.

Uma das decisões importantes a tomar é sobre quem vai elaborar esta estratégia ou quem vai colaborar na sua elaboração.

Estratégia Nacional de Segurança Marítima (ENSM)

Seria ou não vantajoso conceber e fazer aprovar uma estratégia nacional de segurança marítima em Portugal? A quem poderia ser atribuída esta competência?

Há um conjunto de questões importantes que precisam de obter alguma resposta, nomeadamente:

- Quais as principais ameaças e oportunidades para os interesses nacionais relacionados com a segurança marítima;
- O que Portugal deve assumir como tarefas próprias, tarefas da UE e tarefas partilhadas com outros Estados;
- Qual a organização relativa aos meios a serem utilizados;
- Qualquer estratégia nacional de segurança marítima deve considerar as políticas correlativas da UE;
- Torna-se necessário afirmar Portugal como um grande país marítimo no seio das nações.

Alguns itens para a elaboração de uma ENSM

O documento destinado a explanar a estratégia de segurança marítima nacional deve conter, entre outros, os seguintes possíveis itens:

- Definição dos interesses nacionais a salvaguardar no domínio marítimo;
- Análise da situação (potencialidades e vulnerabilidades), podendo recorrer-se a uma análise do tipo SWOT;
- Identificar as ameaças e os riscos (requerida para a análise tipo SWOT);
- Formular objetivos, de preferência mensuráveis;
- Definir grandes linhas de ação;
- Considerar a política de partilha (UE, NATO, outros Estados);
- Definir um órgão diretor e respetivas competências;

– Perfilhar uma organização de estruturas e meios operativos de forma integrada (capacidades e atribuições).

O órgão diretor deverá ter competência para tomar decisões, ou, pelo menos, propor decisões. Deverá estar situado próximo do primeiro ministro.

Planeamento de segurança marítima em Portugal

O planeamento existente resume-se praticamente ao que está contido no Planeamento Estratégico de Defesa Nacional e que se aplica apenas às Forças Armadas. Neste caso, identificam-se fundamentalmente os meios que devem existir na Marinha e Força Aérea e que depois serão adquiridos com as verbas inscritas nas leis de programação militar.

Os planeamentos existentes noutros órgãos, que não as Forças Armadas, não estão integrados no Planeamento Estratégico de Defesa Nacional e não me parecem muito elaborados em termos de sustentação estratégica.

O problema crucial parece ser a definição da melhor combinação de meios e estruturas organizacionais com ação no mar, visando a otimização da eficácia e da eficiência em termos de segurança marítima. Este problema não parece estar equacionado com a devida ponderação.

O Sistema da Autoridade Marítima (SAM) compreende uma série de órgãos e entidades com poderes de autoridade marítima, ou seja, o SAM enforma uma estrutura organizacional e não uma estratégia de segurança marítima, da qual deveria decorrer, se existisse. Cada organismo ou entidade atua de acordo com as suas competências próprias em razão da matéria

Julga-se que seria necessário dispor de um órgão vocacionado para a análise da segurança marítima integrada em Portugal e que determinasse o planeamento subsequente dos meios das Forças Armadas, das Forças de Segurança e da administração marítima e serviços próprios, tendo ainda em conta a intervenção - a título subsidiário - da UE, evitando assim a dispersão de planos sem a devida concertação.

Se repararmos no que se passa em vários países de referência, verifica-se que a organização definida está associada a órgãos de cúpula que tratam da segurança nacional.

Estratégia de segurança marítima dos EUA

Creio que os EUA foram os primeiros a publicar uma estratégia nacional de segurança marítima, no ano de 2005 (*The National Strategy for Maritime Security*). Surge na sequência dos ataques às torres gémeas de New York em 2001.

Esta estratégia procura conglomerar todos os programas e iniciativas a nível federal, estadual, local e de entidades privadas sobre o assunto.

Apoia-se em oito grandes planos de apoio. Começa-se por afirmar que a segurança económica dos EUA depende em grande parte do uso seguro dos oceanos do planeta. Aposta especialmente na prevenção de atos terroristas, criminosos ou hostis. Pretende assegurar a

continuidade do sistema de transporte marítimo e ampliar a cooperação internacional, entre outras ações mais importantes.

É adotado um sistema de segurança por camadas que possa integrar as capacidades governamentais e os interesses comerciais no plano internacional.

Os programas baseados nos oito grandes planos são desenvolvidos pelo Departamento de Segurança Interna, Departamento de Defesa, Departamento de Justiça e Departamento de Negócios Estrangeiros (quando forem requeridas ações diplomáticas), tendo em vista um esforço nacional coeso e sólido.

Estratégia de segurança marítima do Reino Unido

A estratégia nacional de segurança marítima do Reino Unido (*The UK National Strategy for Maritime Security*) foi promulgada em 2014, reconhecendo a sua necessidade, face aos interesses britânicos no mar.

Estabelece cinco grandes objetivos, entre os quais, a promoção da segurança internacional marítima, a preservação do comércio vital para o Reino Unido e a proteção dos recursos e das pessoas das ameaças e atividades ilegais. A área da *safety* e as campanhas militares ficam excluídas desta estratégia.

Existem várias estruturas relacionadas com a organização da segurança marítima, mas talvez o mais importante seja verificar que o comité de segurança marítima nacional, que é o órgão de cúpula de integração de toda a estrutura, reúne no mínimo três vezes por ano e responde perante um organismo ministerial que por sua vez faz parte do Conselho de Segurança Nacional (ver figura).

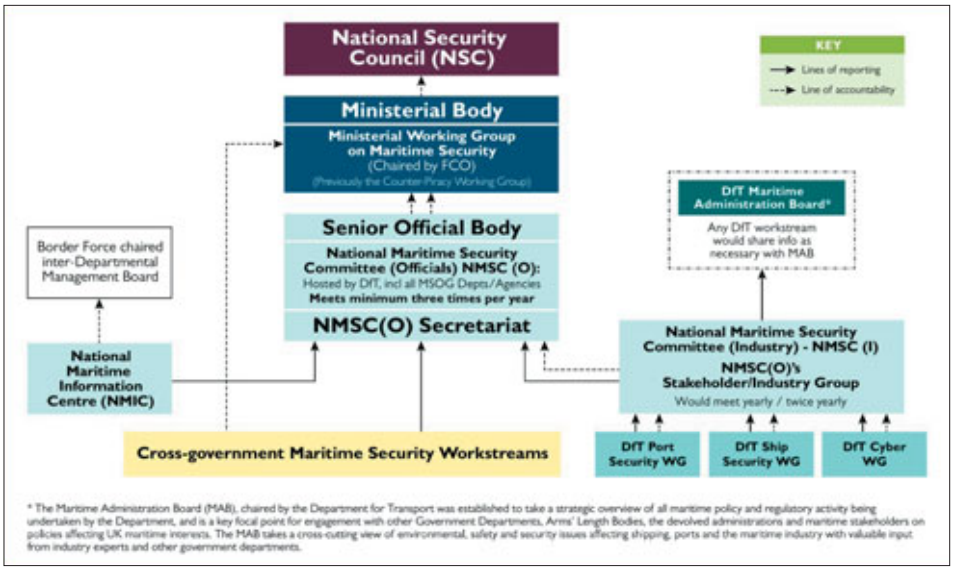


Figura 5: Estructura orgánica de la seguridad marítima nacional

Estratégia de segurança marítima da Espanha

A estratégia de segurança marítima nacional de Espanha (*Estrategia de Seguridad Marítima Nacional*) data de 2013 e considera a segurança marítima como elemento essencial da segurança nacional da Espanha (ver figura).

Fixa como objetivo principal a proteção dos interesses marítimos nacionais e, decorrente deste, um conjunto de princípios e linhas de ação, havendo a destacar o seguinte:

- Atuação coordenada e cooperativa das administrações envolvidas;
- Fomento da cooperação internacional;
- Colaboração com o setor privado;
- Promoção da cibersegurança no setor marítimo.

Também neste caso existe um comité especializado de segurança marítima que, em conjunto com um comité especializado de situação (que é único para o governo), dependem do Conselho de Segurança Nacional que é um órgão de conselho do presidente do governo no que respeita à política de segurança nacional.

O papel da União Europeia

Constata-se que a atenção dedicada aos assuntos da segurança marítima é bastante recente, tendo surgido há pouco mais de uma década. Atualmente, a UE tem um papel importante na coordenação da prevenção de acidentes e de atividades ilícitas e na promoção do

Conhecimento Situacional Marítimo que interessa aos Estados-Membros. Constitui ainda um polo de difusão de informação que contribui para a manutenção da normalidade da circulação marítima e que se torna relevante no quadro das ameaças conscientes à segurança.

A UE fundou a Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM)[1], sediada em Lisboa, que tem desempenhado um papel relevante, particularmente na área da *safety*.

Adicionalmente, foi criada, em 2004, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (FRONTEX) para coordenar a cooperação operacional entre os Estados-Membros no domínio da gestão das fronteiras externas, realizar análises de risco, acompanhar a evolução da investigação relevante em matéria de vigilância e controlo das fronteiras externas e facultar o apoio necessário no âmbito da organização de operações de regresso de imigrantes ilegais.

Em 2016, esta Agência foi alargada e melhorada para se tornar a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, alargando as suas funções de controlo da migração à gestão das fronteiras e assumindo uma responsabilidade crescente no combate à criminalidade transfronteiriça.

A Política Marítima Integrada da UE valoriza a vigilância marítima e preconiza a implementação gradual de uma rede integrada dos sistemas de localização de navios. A Estratégia Marítima para a Região Atlântica aponta no mesmo sentido.

As intervenções da UE no exterior demonstram a preocupação com a normalidade do tráfego marítimo internacional.

Em 2014, a UE adotou uma Estratégia de Segurança Marítima que abrange o domínio marítimo a nível mundial e visa proteger os interesses estratégicos marítimos da UE. Na realidade, trata-se de uma base para assegurar ações coerentes e desenvolvimento de políticas.

Contém orientações para reforçar as ligações entre aspetos da segurança interna e externa da política marítima da UE e a cooperação civil-militar. A cooperação abrange todos os parceiros e organizações internacionais relevantes, nomeadamente a ONU e a NATO. Atribui-se especial importância à rede de rotas de navegação entre continentes.

Promove a boa governação do mar, o conhecimento situacional marítimo, a vigilância e partilha de informação, as capacidades polivalentes e de dupla utilização e a investigação e inovação, o ensino e a formação no domínio da segurança marítima. Esta estratégia não afeta as competências próprias dos Estados-Membros.

Uma nova faceta da diplomacia naval

No âmbito da defesa nacional no mar, assiste-se hoje a uma utilização dos meios navais em benefício da segurança no mar no plano internacional, missões estas que cabem no vasto âmbito do que se pode designar por diplomacia naval.

[1] http://www.emsa.europa.eu/.

A diplomacia naval é um conceito que abrange o uso de meios navais em apoio da política externa, mas não em missões de combate. Nada disto é novo.

A novidade vem da cooperação bilateral e multilateral, para missões no exterior, tais como o combate à pirataria, à imigração ilegal ou ao terrorismo internacional. São muitos os exemplos no mundo atual em que se realizam operações reais ou exercícios para prevenir ou reprimir estes crimes, chegando-se a substituir a autoridade dos Estados costeiros, com ou sem a aprovação destes[2].

O aspeto positivo é a cooperação internacional para uma maior segurança no mar, o que concorre para a segurança global. O aspeto controverso é o sinal dado aos países com menores capacidades para exercerem as suas responsabilidades no mar, uma vez que poderá ser exigida a presença de outros para desempenharem essas funções.

A diplomacia naval, como sempre, pode ser usada para influenciar as posições políticas dos Estados. Tal como a segurança humana em terra pode servir de pretexto para intervenções externas, também a falta de segurança no mar pode motivar intervenções similares, agora com o argumento mais forte da segurança ou estabilidade internacional.

Perspetivas de futuro

A atividade marítima vai intensificar-se em função do incremento do transporte marítimo e da exploração de recursos no mar, particularmente no subsolo marinho, em função dos avanços tecnológicos;

Será impossível eliminar completamente as ameaças e os riscos inerentes às atividades marítimas, qualquer que seja a evolução das contramedidas;

As crises e os conflitos no plano internacional, com repercussões na segurança marítima, podem surgir a qualquer momento, sendo frequentemente imprevisíveis;

Num plano genérico, afigura-se que os Estados costeiros terão que reavaliar os seus interesses no mar, em função do sistema globalizado do comércio, das riquezas a explorar no solo e subsolo marinhos (ainda pouco conhecidas) e também da salvaguarda dos seus direitos. Em consequência, a necessidade de proteção dos mesmos interesses obriga a adaptar os instrumentos de força e a aumentar a cooperação internacional.

Os Estados costeiros são responsáveis pela segurança nos espaços marítimos de soberania ou jurisdição nacional. Quando mostrarem falta de eficácia a partir de um determinado grau tido como razoável, podem ser obrigados a aceitar imposições externas.

---

[2] A Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1816 (2008), de 02JUN, autorizou as coligações a entrarem com os seus navios no mar territorial da Somália e a Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1851, de 16DEZ veio permitir que essas coligações pudessem ir a terra destruir bases piratas. Estas Resoluções foram aprovadas com a anuência do Governo de Transição da Somália. Todavia, seria possível que fossem adotadas sem o acordo do Governo local. Julga-se que alguns países que atuam apenas em defesa dos seus interesses próprios nem sempre respeitam os direitos soberanos do Estado Costeiro.

É natural que a UE continue a promover a cooperação entre Estados-Membros, nomeadamente em termos de troca de informação, através de mecanismos da própria UE para centralizar o processamento e disseminar a informação relevante, podendo haver Estados que mantenham reserva sobre alguns dos dados.

Parece existir uma tendência para a UE absorver mais poderes, nomeadamente no quadro da vigilância e dos sistemas de informação relativos ao conhecimento situacional marítimo e talvez em termos de maior intervenção do tipo policial e no que respeita ao chamado "Mar Europeu", o que pode ser preocupante para as aspirações nacionais relativas à plataforma continental.

Conclusões

De tudo o que vem sendo focado pode ser retirada uma conclusão fundamental: a segurança no mar requer uma atenção muito especial por parte dos Estados costeiros, em particular, e da comunidade internacional, em geral, já que está em jogo a sustentabilidade económica, o progresso e o bem-estar global.

A eventual degradação da segurança marítima, para níveis que possam comprometer as variadas formas da utilização pacífica do mar, constituiria uma tragédia de repercussões inimagináveis e, certamente, de impacto a nível global, com consequências nefastas e diretas na matriz de vida das sociedades atuais. Todos os esforços para o evitar serão compensadores.

Por outro lado, é necessária uma integração mais profunda entre o planeamento estratégico e a segurança no mar, sem esquecer a promoção do desenvolvimento. É essencial planear a longo prazo, independentemente de reajustamentos periódicos.

As intervenções que se seguem irão desenvolver alguns dos aspetos focados e, por outro lado, acrescentarão muito de importante ao que já foi referido.

Bibliografia:

Buerger, Christian, (2015). What is maritime security, Marine Policy 54.

Cajarabille, Victor L., (2016). As responsabilidades do Estado no mar. Em Moreira, A. Ramalho, P. (Coordenadores), Estratégia Volume XXV, página 463-485 (1ª edição). Lisboa. Instituto Português da Conjuntura.

Cajarabille, Victor; Ribeiro, António Silva; Marques, António Gameiro, Monteiro, Nuno Sardinha, coordenador, (2012). A segurança no mar – uma visão holística, edição Mare Liberum.

Carvalho, Virgílio de, (1979). A importância do poder naval em tempo de paz, Nação e Defesa, Ano IV, n.º12, outubro-dezembro.

Correia, A., (2010). *O Mar no século XXI. Contributos para uma análise estratégica aos desafios marítimos nacionais*. Aveiro, FEDRAVE.

Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia, (2014), Conselho da UE, Bruxelas, 24 de junho.

Estrategia de Seguridad Marítima Nacional, (2013). Gobierno de España.

Germond, Basil, (2015). *The geopolitical dimension of maritime security*, Marine Policy 54.

GROVE, Eric, (1990). *The future of seapower*, London, Routledge.

GROVE, Eric, (2007). The Broader Role of Navies, Cadernos Navais nº22, Julho – Setembro.

MATIAS, Vieira, (2005). *O Mar: Um Oceano de Oportunidades para Portugal*, Cadernos Navais Nº13, abril - junho.

National Strategy for Maritime Security, (2005). United States. White House office.

Neves, João Pires e Duarte, António Rebelo, (2013). *A maritimidade portuguesa – Do renascer das consciências à oportunidade de desenvolvimento*, Cadernos navais, nº 44, janeiro/ março.

RIBEIRO, António Silva, (2007). *Uma visão estratégica do mar*, in Geopolítica nº1, setembro, pp. 97-111.

RODRIGUES, Alexandre Reis, (2013). *Portugal sem estratégia de segurança marítima?*, Jornal de Defesa a Relações Internacionais, 24 de Outubro.

RODRIGUES, Alexandre Reis, (2014). *Estratégia de segurança marítima europeia. Porquê e para quê?*, Jornal de Defesa a Relações Internacionais, 15 de janeiro.

TANGREDI, Sam, (2004). *Globalization and Maritime Power*, University Press of the Pacific, Honolulu, Hawaii, USA.

The UK National Strategy for Maritime Security (2014). HM Government.

TILL, Geoffrey, (2004). *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*, London, Frank Cass.

CICLO DE ECONOMIA DO MAR – SEMINÁRIO SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA

A SEGURANÇA MARÍTIMA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Comunicação apresentada pelo Capitão-de-fragata
Sérgio Silva Pinto, em 13 de outubro

Resumo

PALAVRAS-CHAVE: Oceanos, Segurança Marítima, Estratégia, Relações Internacionais.

O valor estratégico dos oceanos para a Humanidade é hoje plenamente reconhecido a nível mundial, por razões tão diversas como a sua importância para a regulação do clima, a criação de emprego, a globalização da economia e a relação de poder entre os Estados. Assim se justifica que a segurança marítima, nas suas dimensões ambiental, social, económica e geopolítica, tenha vindo a ganhar destaque nas Relações Internacionais (RI), pois é uma condição essencial para a qualidade do ambiente, a segurança humana, a sustentabilidade económica e a boa ordem internacional.

O domínio marítimo caracteriza-se por uma extensa área onde os Estados detêm jurisdição limitada para exercer a sua autoridade e onde a materialização das ameaças pode provocar impactos de nível global. Assim, como nenhum Estado consegue, por si, garantir a segurança nos vastos espaços marítimos do globo, assiste-se ao estabelecimento de inúmeros acordos entre Estados e a uma intervenção crescente das organizações internacionais, que promovem a cooperação para fazer face às ameaças transnacionais, projetando a segurança marítima para um nível internacional, sem paralelo nas questões de segurança em terra.

A presente comunicação defende a pertinência de tratar o tema da segurança marítima à luz das diferentes teorias das RI, adotando uma abordagem multidimensional à análise do valor estratégico do mar e das ameaças à segurança marítima. Adicionalmente, realça a importância estratégica do mar para Portugal, bem como a necessidade de formular e operacionalizar uma estratégia nacional de segurança marítima, articulada com a estratégia nacional de desenvolvimento marítimo, com vista a maximizar a concretização dos objetivos nacionais neste domínio, afirmando Portugal pela sua dimensão e centralidade atlântica.

1. Introdução

A presente comunicação, integrada no seminário sobre segurança marítima promovido pela Academia de Marinha, no âmbito do ciclo anual da economia do mar, trata da segurança marítima no âmbito das Relações Internacionais (RI).

Nos últimos anos tem-se assistido ao incremento do estudo da segurança marítima nas RI, o que se justifica, essencialmente, por três ordens de razão: o impacto global das ameaças à segurança marítima dado o valor estratégico dos oceanos para a Humanidade; a impossibilidade de qualquer país garantir, isoladamente, a segurança na vastidão dos espaços marítimos, tendo em consideração as limitações de meios operacionais e de jurisdição dos Estados, que decresce com a distância à costa; e, em consequência dessas limitações, o grande número de acordos internacionais e de iniciativas de cooperação internacional para fazer face às ameaças neste domínio.

Neste contexto, defende-se a pertinência de analisar a segurança marítima à luz das principais teorias e correntes das RI, adotando uma abordagem multidimensional para a valorização dos oceanos e a caracterização dos riscos e ameaças, dando um enfoque particular aos interesses nacionais ligados ao mar.

2. Valor estratégico do mar

Os interesses que a sociedade, os Estados e as organizações internacionais nutrem pelos oceanos são reflexo do seu valor intrínseco em termos ambientais, económicos, sociais e geopolíticos.

a. Dimensão ambiental

O mar desempenha um papel fundamental na regulação do clima, atuando como acumulador e distribuidor de energia solar e amenizando oscilações térmicas. É, também, uma fonte do oxigénio que respiramos, sendo que cerca de 50% do oxigénio produzido no planeta provém da atividade do fitoplâncton marinho. Além disso, é um imenso sumidouro do dióxido de carbono produzido pelo homem, estimando-se que absorva cerca de um terço do CO^2 extra libertado para a atmosfera, limitando o aumento da temperatura do planeta, embora à custa da acidificação dos oceanos, com graves prejuízos para a vida marinha.

Os oceanos são, ainda, uma fonte importante de biodiversidade. Estudos científicos mostram que a vida começou, provavelmente, no oceano há pelo menos 3,5 mil milhões de anos e que se estima existirem cerca de 2,2 milhões de espécies marinhas, embora 91% sejam ainda desconhecidas. A importância da biodiversidade marinha também está bem patente nas cerca de 34 mil diferentes espécies de peixes.

Atendendo à vastíssima área marítima sob jurisdição nacional, a promoção da qualidade do ambiente marinho nas "águas portuguesas" é um desafio para o Estado e a sociedade, em geral, uma vez que representa um fator de valorização nacional.

b. Dimensão económica

A denominada economia azul abrange um conjunto diversificado de setores, que vão desde a construção naval, à alimentação, passando pelas diferentes fontes de energia e pelo próprio setor da defesa, entre muitos outros. Realçam-se, aqui, os mais expostos a ameaças

de impacto global ou com maior potencial para a economia nacional. No primeiro grupo incluem-se o transporte marítimo, responsável pela movimentação de cerca de 90% do comércio mundial e de 100% do petróleo importado por Portugal, bem como os cabos submarinos, que transportam cerca de 97% das comunicações telefónicas, de dados e de internet mundiais, servindo de suporte a transações financeiras que totalizam cerca de 9 biliões de euros por dia.

Das atividades com elevado potencial económico, salientam-se a energia eólica offshore, que deverá representar 30% da energia produzida na UE até 2050, e a aquacultura, que tem tido um crescimento mundial de 7% ao ano, desde 2000. A exploração de hidrocarbonetos offshore, que atingiu cerca de 30% da produção mundial, é também um setor relevante, embora pareça cada vez mais distante em Portugal, face às opções políticas que têm sido tomadas, não obstante o país continuar sujeito ao risco de derrames pelos petroleiros que praticam diariamente os portos nacionais. Existem outras áreas emergentes como a biotecnologia azul, a extração de minérios, a energia das ondas e a aquacultura offshore, que se tornarão atraentes e rentáveis no médio-longo prazo, à medida que a tecnologia for evoluindo e a procura do mercado aumentando.

Entre 2009 e 2018, a economia do mar portuguesa registou um crescimento de 70%, muito superior aos 12% do crescimento da economia nacional no mesmo período. Em 2018 atingiu quase 5,7 mil milhões de euros (cerca de 3,2% do Valor Acrescentado Bruto), sendo o turismo costeiro responsável por cerca de 70% desse valor (EU, 2020). Todavia, existem sinais promissores de outros setores a acompanhar de perto nos próximos tempos, como o registo de navios da Madeira, a construção naval em Viana do Castelo e a expansão da capacidade do Porto de Sines.

O desafio passa por garantir a sustentabilidade da economia azul em Portugal, promovendo, simultaneamente, a qualidade ambiental.

c. Dimensão social

O mar joga um importante papel social, na medida em que mais de um terço da população mundial, ou seja, cerca de 2,6 mil milhões de pessoas vivem a menos de 100 km da costa e oito das dez maiores cidades do mundo estão localizadas junto ao mar. Estes números demonstram a importância dos oceanos para o bem-estar das sociedades e as oportunidades que geram na criação de emprego.

Dados recentes da União Europeia (UE) confirmam a tendência de o crescimento de empregos ligados à economia azul ser superior ao da economia global.

Em Portugal, entre 2009 e 2018, os empregos ligados à economia do mar tiveram um crescimento de 51%, enquanto a população portuguesa em idade ativa empregada decresceu 1% no mesmo período. Em 2018 a economia do mar portuguesa empregou, aproximadamente, 253 mil pessoas, equivalente a cerca de 5,5% do emprego nacional (EU, 2020).

O desafio nesta dimensão passa por reforçar a segurança humana, tendo em consideração os riscos inerentes ao crescimento da população junto à costa, agravados pelo aumento do nível do mar, e aos acidentes associados à perigosidade das atividades marítimas.

d. Dimensão geopolítica

Enquanto espaço geográfico, o mar tem uma influência decisiva nas relações de poder entre os Estados, evidenciada, por um lado, pelos desejos antagónicos de uma total liberdade de navegação nos espaços controlados por outros, mas de um controlo efetivo nos próprios espaços de soberania ou jurisdição nacional e, por outro lado, pela alteração dos regimes de governança internacional dos oceanos ao longo dos séculos, fruto de intensas negociações em torno daqueles dois interesses antagónicos.

Com efeito, só foi possível alcançar um acordo internacional abrangente em 1982, quando a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) foi adotada em Montego Bay, unificando e complementando os quatro tratados anteriores de 1958. A convenção foi ratificada por 168 partes, incluindo 167 países e uma entidade regional, a UE, situação que merecerá uma análise particular face às implicações que tal adesão poderá ter para os interesses de Portugal.

A CNUDM define os direitos e responsabilidades das nações em relação ao uso dos oceanos, estabelecendo uma ordem jurídica para facilitar a cooperação internacional e promover o uso pacífico dos mares, a utilização equitativa e eficiente de seus recursos e o estudo e preservação do meio marinho. Um dos aspetos mais relevantes desta convenção é a possibilidade de os Estados costeiros estenderem os limites da sua Plataforma Continental (PC) para além de 200 milhas náuticas (NM). Em 2018 79 propostas de extensão da PC tinham já sido submetidas à ONU. Este processo pode ser considerado a última divisão política dos espaços territoriais do planeta, uma vez que o artigo 77.º da convenção atribui ao Estado costeiro direitos soberanos de exploração da PC.

A importância estratégica dos oceanos pode ser constatada analisando o caso particular de Portugal que, sob o ponto de vista continental, pode ser considerado um país periférico de média dimensão no contexto da UE, sendo o 13º em superfície, o 12º em população, o 18º em capacidades militares e o 20º em PIB per capita. Esta fraca valorização geopolítica de Portugal é motivo para uma reflexão sobre outros fatores que distingam o país na cena internacional, a qual conduzirá, invariavelmente, a duas outras dimensões interligadas: a lusófona e a atlântica.

Através da lusofonia, Portugal liga-se a 273 milhões de pessoas em quatro continentes, que promovem, através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os valores e princípios do multilateralismo e dos direitos humanos.

Todavia, é pela dimensão atlântica que o país mais se valoriza em termos geopolíticos, pois são as suas vastas áreas marítimas, atravessadas pelas principais linhas de comunicação que ligam a Europa aos outros continentes, que conferem centralidade e dimensão geográfica e colocam Portugal numa posição estratégica relativamente ao elo transatlântico, entre a Europa e América do Norte.

Na dimensão geopolítica os desafios passam, simultaneamente, por assegurar o controlo dos espaços onde o país detém direitos e obrigações ao abrigo de acordos internacionais e por defender o respeito pelo direito internacional.

Face ao valor estratégico do mar para a Humanidade, *é natural que se* redirecionem os esforços nacionais, regionais e globais para incrementar a segurança marítima nas dimensões

ambiental, económica, social e geopolítica, enfrentando os desafios de promoção da qualidade do ambiente marinho, da sustentabilidade da economia azul, da segurança humana e do controlo do mar em pleno respeito pelo direito internacional. Estes desafios traduzem os interesses no domínio marítimo, sendo a sua abrangência de nível global um fator que ajuda a explicar o motivo para o crescente estudo deste tema no âmbito das RI.

3. Contributo das Relações Internacionais

As RI são o estudo das transações transfronteiriças políticas, económicas e sociais e tratam, entre outros assuntos, dos interesses nacionais, das relações de poder, do conflito e da cooperação, da política externa, da guerra e da paz, do impacto da globalização na segurança e na economia (Brown, Ainley, 2012), ou seja, dos principais elementos que influenciam os interesses dos Estados, incluindo no domínio marítimo.

Neste capítulo apresentam-se as principais razões para tratar a segurança marítima na ótica da teoria das RI e analisa-se a evolução do conceito, bem como o contributo individual das principais correntes para a compreensão deste tema e para a subsequente formulação de estratégias de segurança marítima.

a. Argumentos a favor do estudo da segurança marítima nas RI

1) *Interesses e ameaças com impacto global*

Conforme apresentado no capítulo anterior, os interesses da segurança marítima – sistematizados nas dimensões ambiental, económica, social e geopolítica – centram-se na promoção da qualidade do ambiente marinho, da sustentabilidade da economia azul, da segurança humana e do controlo do mar em pleno respeito pelo direito internacional, que representam desafios à escala global, impossíveis de atingir sem o envolvimento e a participação ativa da comunidade internacional.

Acresce que as ameaças a estes interesses são, em grande medida, de natureza transnacional e a sua materialização numa determinada região pode ter impactos de nível global, como sucede com a poluição do mar, que influencia as alterações climáticas, a pirataria ou o terrorismo, que afetam o transporte marítimo e, consequentemente, a economia global e a segurança das tripulações, ou, ainda, com as disputas sobre áreas marítimas, que podem gerar tensões diplomáticas e conduzir a conflitos militares de larga escala.

Assim, tratando a segurança marítima de interesses e de ameaças com impacto global, justifica-se o seu estudo no contexto das RI.

2) *Caráter eminentemente internacional da segurança marítima*

O segundo argumento em defesa do estudo deste tema no âmbito das RI prende-se com o pendor maioritariamente internacional da segurança marítima, motivado pela inexistência de uma soberania plena por parte dos Estados-costeiros nas suas áreas marítimas, e pela

dificuldade de alguns Estados exercerem autoridade no mar, o que tem conduzido ao estabelecimento de múltiplos acordos internacionais e a uma crescente intervenção das organizações internacionais neste domínio da segurança.

Com efeito, os Estados detêm apenas alguns direitos de soberania nas suas áreas marítimas, o que os obriga a cooperarem com outros Estados e organizações internacionais para melhor lidarem com os riscos e ameaças que emanam do mar. Por outro lado, não deixando a segurança marítima de ser uma responsabilidade primária dos Estados, tem-se registado um crescente envolvimento de organizações internacionais e regionais nos debates, no desenvolvimento e na implementação de políticas e estratégias de segurança marítima, designadamente em regiões de maior insegurança, como acontece no Mediterrâneo ou no Golfo da Guiné.

O reconhecimento de que este problema carece de ação coletiva, devendo ser resolvido através da coordenação interagências e da cooperação internacional, faz com que a segurança marítima constitua, atualmente, um tema de relevo das RI.

3) *Contributo para a política externa e análise estratégica*

As diversas correntes das RI ajudam a compreender como o mundo é e como funciona, e a compreensão desses fenómenos é fundamental para a análise da situação estratégica e para a subsequente formulação da política externa e das inerentes estratégias, designadamente no âmbito da segurança marítima.

Não obstante as posições por vezes opostas daquelas correntes, a conjugação das diferentes abordagens que oferecem permite desenvolver estratégias mais robustas e equilibradas. A título de exemplo, a formulação da parte de uma Estratégia Nacional de Segurança Marítima (ENSM) referente ao processo de extensão da PC beneficiará em grande medida de uma conjugação da visão realista – que defende que os Estados procuraram o poder para zelar pelos seus próprios interesses – com uma visão neoliberal (e para muitos utópica) – que confia na possibilidade de cria*ção de* regimes internacionais (*e.g.* a CNUDM), que promovem a cooperação internacional.

De forma inversa, o estudo das ENSM dos países que as desenvolveram ou de estratégias neste domínio de organizações internacionais, como a NATO e a UE, também contribui para uma melhor compreensão das dinâmicas associadas às transações transfronteiriças nos assuntos do mar, matéria que se insere no campo das RI.

b. Contributo das principais correntes das RI

Sendo a segurança marítima um domínio particular da segurança, torna-se útil analisar a forma como as diferentes correntes das RI teorizam e interpretam o conceito geral, para então deduzir a aplicação dessas teorias ou ideias-chave ao contexto da segurança marítima.

1) *Segurança nas RI*

A segurança é, ainda, um conceito essencialmente contestável, sem uma definição única ou consensual, por lidar com questões que têm implicações políticas. No entanto, no contexto

das RI, a segurança refere-se, normalmente, à sobrevivência, lidando com desafios que podem representar ameaças existenciais a um objeto referencial – tradicionalmente o Estado – mas podendo também incluir o sistema internacional, a sociedade ou os indivíduos.

O conceito começou a ser debatido nos EUA, no final da Segunda Guerra Mundial, acompanhando os três últimos grandes debates das RI e continuando a evoluir com as teorias pós-positivistas que, em oposição às racionalistas ou positivistas do neorrealismo e neoliberalismo, defendem que a realidade é socialmente construída e que não existem verdades irrefutáveis, como, por exemplo, a anarquia do sistema internacional.

Na sua obra "*National Security as an Ambiguous Symbol*", Arnold Wolfers introduz o carácter ambíguo da segurança, que pode ter uma interpretação objetiva – a ausência de riscos e ameaças aos valores de uma sociedade ou comunidade –, ou uma interpretação em sentido subjetivo – a ausência de medo ou a perceção de que não existem riscos e ameaças àqueles valores (Wolfers, 1952, p. 485).

2) *Neorrealismo*

Na década de 1950, John Herz construiu a matriz teórica da segurança assente numa visão neorrealista. Para o autor, num sistema internacional anárquico, "as tentativas de autoajuda dos Estados para cuidar das suas necessidades de segurança tendem, independentemente da sua intenção, a criar uma crescente insegurança para os outros, já que cada um interpreta as suas próprias medidas como defensivas e as medidas dos outros como potencialmente ameaçadoras" (Herz, 1950, p.157-180). Esta situação, conhecida como o "dilema da segurança" não constitui um problema para a escola neorrealista, que argumenta que o que importa em última instância é o equilíbrio de poder entre os Estados.

O neorrealismo é a corrente que mais ênfase coloca na segurança, considerando-a a motivação primária dos Estados (Baldwin, 1997, p. 21). Conforme defendido por Kenneth Waltz (1997, p. 126), "na anarquia, a segurança é o fim último. Só se a sobrevivência estiver assegurada é que os Estados podem perseguir outros objetivos, como a tranquilidade, a rentabilidade e o poder". Ou seja, o neorrealismo considera que o sistema internacional anárquico leva os Estados a procurar o poder para zelar pelos seus próprios interesses, daí designar o sistema internacional como um sistema de "autoajuda". No que respeita à cooperação, os neorrealistas defendem que cada Estado se preocupa com os benefícios relativos, ou seja, com o seu próprio benefício comparativamente ao dos outros, em linha com a enfase no equilíbrio de poder. Por isso, só cooperam se ganharem mais ou, pelo menos, o mesmo que os outros.

Ainda que mais proeminente durante a Guerra Fria, quando o principal objetivo das marinhas era alcançar a hegemonia e contribuir para o poder nacional, esta teoria continua a constituir a base para as estratégias de poder marítimo adotadas pelas principais nações marítimas do mundo. Além disso, a teoria neorrealista da autoajuda lembra que os Estados mais poderosos e tecnologicamente mais avançados não se coibirão de empregar o poder marítimo

quando os seus interesses no mar forem ameaçados por outros. De facto, o controlo do mar continuará a ser uma grande prioridade para as nações marítimas e, embora o poder militar contribua para as soluções de segurança marítima, também representa parte do problema, conforme realçado pelo dilema da segurança.

3) *Neoliberalismo*

A corrente neoliberal da segurança centra-se no conceito de comunidades de segurança, preconizado inicialmente por Karl Deutsch (1958) e redefinido 40 anos mais tarde pelo construtivista Emanuel Adler (1998), como "um conjunto de Estados que compartilham identidades, valores e interesses recíprocos de longo prazo, renunciando ao uso da força entre si, com o intuito de reforçarem a segurança dessa comunidade".

O neoliberalismo reconhece a importância dos interesses nacionais defendidos pelo realismo, mas acredita na possibilidade das instituições (internacionais) ajudarem os Estados a ultrapassarem as suas piores tendências. Assim, a visão neoliberal (para muitos utópica) também se baseia no sistema internacional anárquico, mas defende a possibilidade de se criarem regimes internacionais materializados em compromissos formais, que promovem a cooperação internacional. Os neoliberais consideram que os Estados se preocupam, essencialmente, como os benefícios absolutos da cooperação.

Esta abordagem é particularmente interessante e aplicável ao domínio da segurança marítima, que depende amplamente da cooperação internacional, e ajuda a explicar a motivação das organizações internacionais, como a ONU, a UE e a NATO, para estabelecerem acordos e estratégias internacionais no âmbito da segurança marítima.

4) *Escola de Copenhaga*

Todavia, é no pós-Guerra Fria que os estudos de segurança ganham um novo estímulo, com o surgimento de várias correntes pós-positivistas, de que destacamos a Escola de Copenhaga, que defende uma maior abrangência do conceito de segurança – incluindo as dimensões ambiental, económica, social, política e militar – e uma maior atenção ao nível regional, bem como a inclusão dos indivíduos como um objeto referencial da segurança (além do Estado).

Esta escola de pensamento aplica-se especialmente à segurança marítima, por defender uma abordagem multidimensional coincidente com a seguida para analisar os interesses e desafios marítimos.

A *securitização* é outro conceito significativo veiculado por esta escola, referindo-se aos "processos sociais pelos quais grupos de pessoas constroem algo como uma ameaça" (Buzan, Hansen, 2009, p.214). "Se por meio de um argumento sobre a prioridade e urgência de uma ameaça existencial o agente securitizador conseguiu libertar-se de procedimentos ou regras aos quais ele ou ela estaria vinculado, estamos perante um caso de securitização". A esta construção de ameaças, através do ato discursivo, é geralmente associado um conjunto de medidas

a tomar para lhes fazer face, que podem envolver meios militares ou a restrição de liberdades dos civis (Buzan, Weaver and de Wilde, 1998, p. 21).

As medidas extraordinárias tomadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e implementadas por vários Estado e organizações internacionais, como a NATO e a UE, para combater a pirataria no Oceano Índico podem enquadrar-se num ato de securitização. Este processo é interessante para a segurança marítima, na medida em que pode ser replicado noutras situações que exijam uma mobilização da comunidade internacional.

5) *Construtivismo*

O construtivismo defende que os aspetos significativos das RI são histórica e socialmente construídos, ao invés de consequências inevitáveis da natureza humana ou outras características essenciais da política mundial. Contesta, portanto, as teorias dominantes do neorrealismo e neoliberalismo, refutando que a anarquia do sistema internacional seja um pressuposto incontestável e referindo que vivemos num "mundo concebido por nós" e não num mundo cujo contexto esteja predeterminado por forças não humanas (Onuf, 1989, em Brown, Ainley, 2012, p. 94).

Esta noção pode ser interessante para a análise das questões geopolíticas associadas à segurança marítima, designadamente as reguladas por acordos ou convenções internacionais. Na visão construtivista, a CNUDM pode ser interpretada como uma realidade socialmente construída através de normas negociadas e aceites pelos Estados que a ratificaram, tendo em vista estabelecer uma ordem internacional para o mar. Todavia, pela mesma visão construtivista, não se pode pressupor que essas normas se mantenham inalteradas, se vierem a ser desafiadas por Estados com interesses divergentes. Por outro lado, como salienta a visão realista, não é certo que as normas estabelecidas pela CNUDM sejam respeitadas quando estiverem em causa conflitos de interesses entre os Estados.

c. Conceito de segurança marítima nas RI

1) *Antecedentes*

Na escassa literatura de RI sobre este tópico, encontram-se diferentes abordagens e definições de segurança marítima, que retratam o facto de também se estar perante um conceito essencialmente contestado.

Em termos gerais e inspirado nas interpretações objetiva e subjetiva de Wolfers sobre o conceito de segurança, pode-se afirmar que a segurança marítima é a ausência de ameaças e do medo das ameaças aos interesses marítimos. Esta definição genérica abrange tanto as ameaças à segurança (*safety* e *security*) no mar ou provenientes do mar, como as geradas por disputas marítimas.

2) *Maritime Safety* versus *Maritime Security*

Mas antes de prosseguir com uma análise mais aprofundada de outras definições, torna-se necessário diferenciar as expressões anglo-saxónicas de *maritime safety* e *maritime security*,

uma questão problemática para algumas línguas latinas em que os termos *safety* e *security* são indistintamente traduzidos como «segurança». Embora ambos se refiram a ameaças no domínio marítimo, a diferença prende-se com o facto de serem provocadas intencionalmente (*security*) ou resultantes de acidente ou catástrofe natural (*safety*). A *maritime security* implica a proteção e defesa contra atos intencionais que afetem os interesses nacionais ou internacionais no domínio marítimo, podendo exigir o uso da força, enquanto a *maritime safety* envolve a salvaguarda do meio ambiente, portos, navegação e marítimos, perante os perigos resultantes de atos não intencionais, sendo, por isso, normalmente considerada uma responsabilidade civil, tratada no âmbito dos regulamentos da Organização Marítima Internacional (OMI).

Embora muitos autores prefiram restringir o seu objeto de análise à *maritime security*, nem sempre é esse o caso e não é a preferência da presente comunicação, que adota uma abordagem holística, além de que nem sempre é clara a distinção entre os atos no âmbito da *safety* ou da *security*. Por exemplo, os acidentes marítimos, os incidentes de poluição do mar ou os atos de pesca ilegal podem recair tanto no âmbito da *safety* como da *security*, embora, na prática, as suas implicações ambientais, económicas e sociais sejam indistintas da intencionalidade ou falta dela. Por outro lado, os Estados com menos recursos procuram estratégias que rentabilizam as capacidades de proteção e defesa no mar, evitando a multiplicação de organizações e de meios exclusivamente dedicados a riscos de *safety* ou ameaças de *security*. Daí se justificar, por exemplo, a atuação de muitas marinhas de guerra na resposta aos desastres naturais, pois têm a capacidade de atuar no mar ou a partir do mar, em apoio às populações afetadas e às autoridades de proteção civil.

3) *Definições alternativas*

Contudo, a opção de delimitação seguida por alguns autores pode fazer sentido, quando o objetivo é estudar ameaças intencionais. Essa foi a opção seguida por Feldt, Roell e Thiele, que descrevem segurança marítima como "a combinação de medidas preventivas e reativas para proteger o domínio marítimo contra ameaças e atos ilícitos intencionais" (Feldt, Roell, Thiele, 2013, p.2). Na mesma linha, Klein define segurança marítima como "a proteção do território nacional (marítimo e terrestre), infraestruturas, economia, ambiente e sociedade, de atos ilícitos que ocorram no mar" (Klein, 2011, p.11).

Figura 1 – Matriz de segurança marítima (fonte: Bueger, 2015, p.159-164)

Abordando o conceito de forma inovadora, Bueger propõe estudar "as relações entre os conceitos mais antigos e os mais recentes", delineadas na matriz de segurança marítima apresentada na Figura 1 "que pode ser usada para mapear diversos entendimentos sobre segurança marítima e explorar como os diferentes atores categorizam as ameaças" (Bueger, 2015, p.159-164).

Verifica-se, ainda, que o conceito de segurança marítima assume diversas definições em função da perspetiva particular da entidade que a propõe. Numa perspetiva nacional, o Reino Unido definiu-a como sendo "a promoção e a proteção dos interesses nacionais do Reino Unido, no território nacional e no exterior, por meio da gestão ativa de riscos e oportunidades no, e a partir do domínio marítimo, a fim de fortalecer e ampliar a prosperidade, a segurança e a resiliência do país e contribuir para um mundo estável" (UK Government, 2014).

Noutra perspetiva, de natureza internacional, a UE refere que "a segurança marítima é entendida como um estado de coisas no domínio marítimo global, no qual o direito internacional e a legislação nacional são impostos, a liberdade de navegação é garantida e os cidadãos, as infraestruturas, o transporte, o ambiente e os recursos marinhos são protegidos" (Council of the European Union, 2014).

1) *Definição proposta*

A definição da UE apresenta uma boa base para enquadrar o estudo da segurança marítima, face ao seu âmbito holístico e ao enfoque num estado final desejado e não numa linha de ação, que já entraria no domínio da estratégia. No entanto, afigura-se que poderia ser complementada com outros aspetos relevantes, como a resolução pacífica das disputas marítimas e o respeito pela ordem jurídica no mar (além da imposição da lei).

Assim, apresenta-se a seguinte proposta de conceito de segurança marítima:

A segurança marítima é entendida como um estado desejado no domínio marítimo global, no qual as disputas marítimas são resolvidas por meios pacíficos, o direito internacional e a legislação nacional são respeitados e aplicados, a liberdade de navegação é garantida e os cidadãos, as infraestruturas, o transporte, o ambiente e os recursos marinhos são protegidos.

Esta definição holística abarca os interesses marítimos nas dimensões ambiental, económica, social e geopolítica, bem como as ameaças a esses interesses, no âmbito da *safety* e da *security*, que são o tópico do próximo capítulo.

4. Ameaças multidimensionais

Com base no conceito de segurança marítima multidimensional, são agora apresentados os principais riscos e ameaças à segurança marítima, usando como referência, entre outros, os relatórios do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre os Oceanos e o Direito do Mar (United Nations, 2018).

1) *Riscos no âmbito da* maritime safety

Eventos climáticos extremos e desastres naturais associados: incluem tempestades tropicais, inundações, deslizamentos de terra, terremotos, tsunamis e erupções vulcânicas que podem afetar a vida e a economia das sociedades, agravadas pelo aumento do nível do mar e pelo aumento da população nas zonas costeiras. Exemplos desses desastres são o terremoto e

tsunami no Oceano Índico em 2004 e o terremoto no Haiti em 2010, cada um matando mais de 230.000 pessoas.

Desastres ambientais: podem resultar de derramamentos de hidrocarbonetos de petroleiros, barcaças ou plataformas offshore, ainda que cerca de 80% da poluição do mar tenha origem em terra. Por sua vez, a poluição do mar pode causar perda de habitats marinhos e de espécies, redução da pesca, branqueamento de corais e diminuição da biodiversidade, com impacto direto nos interesses socioeconómicos dos Estados. O derramamento de óleo da Deepwater Horizon ocorrido em 2010 no Golfo do México foi o maior derramamento de óleo marinho de todos os tempos (Oil Spill Commission, 2011).

Acidentes e incidentes marítimos: referem-se a colisões, encalhes, afundamentos, perda de navios, etc., envolvendo diversos tipos de navios, que podem resultar na perda de vidas, danos nos equipamentos e poluição do mar. No seu relatório de 2017, a Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA) referiu ter ocorrido a perda de 253 navios, 5 607 feridos e 600 mortos durante o período 2011-2016, em acidentes ocorridos com navios de bandeira de países da UE ou no mar territorial dos Estados-membros da UE (EMSA, 2017).

2) *Ameaças no âmbito da maritime security*

Danos intencionais e ilegais ao meio ambiente marinho: têm, em geral, as mesmas consequências daqueles causados por desastres ambientais não intencionais, o que vem corroborar a preferência por uma abordagem integrada da segurança marítima. No entanto, os danos intencionais podem exacerbar outras ameaças, como a pirataria, quando provocados em áreas geográficas sem governança e com fracas oportunidades económicas.

Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN): constitui uma das mais graves ameaças para a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos e para a conservação da biodiversidade marinha. Aproveita-se, normalmente, dos fracos regimes de gestão e da falta de capacidade do Estado para uma vigilância e aplicação da lei eficazes, contribuindo para a insegurança alimentar, que é considerada uma ameaça à segurança humana e à estabilidade socioeconómica. De acordo com a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), a pesca INN representa até 26 milhões de toneladas de peixe pescado anualmente, com um valor de 10 a 23 mil milhões de dólares norte-americanos (USD), ocorrendo no alto mar e em áreas de jurisdição nacional (FAO, 2018). Alguns autores afirmam que a pesca ilegal por embarcações estrangeiras na costa da Somália foi uma das causas do surgimento da pirataria em 1991, referindo que a população local começou por formar uma espécie de guarda costeira para proteger os seus recursos marinhos, que mais tarde se dedicou à atividade mais lucrativa de ataque a navios para obtenção de elevados resgates (Lehr, Lehmann, 2007; Lucas, 2013).

Contrabando e tráfico de pessoas por via marítima: constituem das atividades ilícitas que mais aumentaram nos últimos anos, levando a um dos maiores desafios sociais e políticos que a Europa enfrenta atualmente. Os traficantes aproveitam-se de pessoas que querem fugir de regiões em conflito ou onde se verifiquem graves violações dos direitos humanos e privação

económica. A ameaça das redes de traficantes é matéria da competência das autoridades policiais com funções de guarda costeira.

No entanto, convém distinguir as redes de traficantes da migração irregular por mar, que por si só não é uma ameaça, mas sim um risco de *safety* para os migrantes que viajam em embarcações impróprias e em condições desumanas, sendo abandonados no mar pelos traficantes, o que resultou em 5 015 mortes no Mediterrâneo em 2016(IOM, 2018). Este risco representa um desafio operacional para as autoridades de busca e salvamento e de controlo de fronteiras, bem ilustrado pelos números de chegadas à Europa, conforme ilustrado na figura 2 (IOM, 2018).

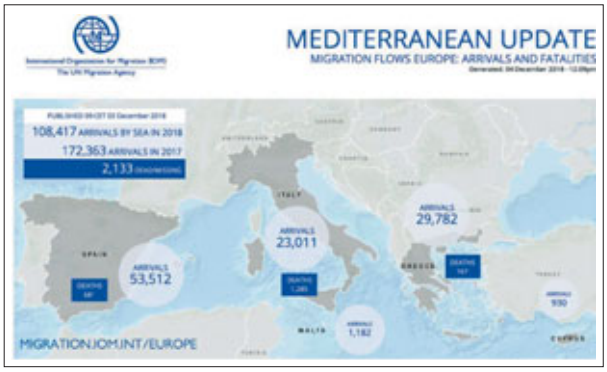


Figura 2 – Fluxos de migração no Mediterrâneo (fonte: OMI, 2018)

Tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas: é, também, uma grave ameaça, pois cerca de 70% da quantidade total de drogas apreendidas é transportada por via marítima, com consequências globais, que afetam a saúde pública, impulsionam o crime organizado, geram financiamento para outras atividades criminosas e para o terrorismo e, em última análise, afetam profundamente as sociedades.

Pirataria e assalto de navios à mão armada: põem em perigo a vida dos marítimos e a liberdade de navegação, afetando o comércio global, nomeadamente ao aumentar os custos do transporte, pela necessidade de contratar segurança privada a bordo e pelo aumento do preço dos seguros. A pirataria refere-se aos atos ilegais de violência ou detenção cometidos para fins privados contra outro navio no alto mar ou fora da jurisdição de qualquer Estado; quando cometidos no mar territorial de um Estado, esses atos são definidos como assalto à mão armada[1]. Vários fatores contribuíram para o surgimento destas ameaças no século XXI (Chalk, 2008), nomeadamente: o aumento do tráfego marítimo, que passa em pontos vulneráveis designados de *chokepoints*, como o Estreito de Malaca, bem como em portos próximos de zonas de criminalidade e corrupção, como o Golfo da Guiné; o colapso dos Estados e a crise financeira, atraindo mais pessoas para o crime; e a redução das ações de vigilância marítima após os eventos do 11 de setembro, devido a um maior foco dos governos nas atividades de defesa terrestre. No entanto, há evidências de que a securitização da pirataria somali foi bastante bem-sucedida, exortando "esforços conjuntos de contra-pirataria de Estados, regiões, organizações, indústria marítima, setor privado, grupos de reflexão e sociedade civil [que]

[1] Code of Practice for the Investigation of Crimes of Piracy and Armed Robbery against Ships of the International Maritime Organisation (IMO) Assembly Resolution A.1025(26)

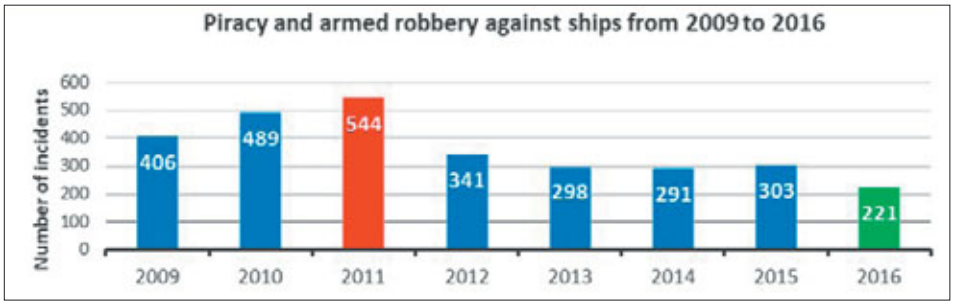


Figura 3 – Incidentes de pirataria e assalto de navios à mão armada (fonte: OMI, 2018)

resultaram num declínio constante dos ataques de piratas, bem como dos sequestros, desde 2011 ", conforme referido na UNSCR 2383 (2017) e ilustrado na figura 3, embora algumas regiões, como o Golfo da Guiné, ainda apresentem preocupações significativas (IMO, 2018).

Ameaças cibernéticas: são uma crescente ameaça para a economia azul e para a segurança da navegação, fortemente dependentes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), podendo perturbar a economia global ao afetar o transporte marítimo e os portos internacionais. Um dos ataques cibernéticos mais graves no domínio marítimo ocorreu em 2017, quando o *malware* NotPetya atingiu a maior empresa de navegação do mundo, a Maersk, forçando-a a reinstalar 4 000 novos servidores e 45 000 novos PCs (Chirgwin, 2018), durante 10 dias de paragem total das TIC da empresa, provocando um prejuízo de cerca de 300 milhões USD.

Tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre: é frequentemente conduzido pelos mesmos criminosos que traficam outras mercadorias ilegais pelas mesmas rotas marítimas (UN, 2015; UNODC, 2015). A UNSCR 2220 (2015) reconhece que a disseminação de armas ligeiras e de pequeno calibre ilícitas alimenta conflitos armados e tem um vasto leque de consequências humanitárias e socioeconómicas negativas. Além disso, pode ajudar o terrorismo e facilitar o aumento dos níveis de crime organizado transnacional.

Proliferação de armas de destruição maciça (ADM): envolve armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares e os seus sistemas de projeção, e é outra ameaça real à paz internacional, que explora as fragilidades de segurança do transporte marítimo, nomeadamente a falta de controlo dos Estados de bandeira.

Terrorismo marítimo: é uma ameaça materializada no mar, a partir do mar ou da terra para o mar por diferentes grupos que tentam intimidar governos ou sociedades para alcançar objetivos políticos, religiosos ou ideológicos, afetando o sistema internacional. Embora o número e o impacto dos ataques terroristas marítimos sejam historicamente baixos quando comparados aos ataques terrestres, as consequências de um ataque terrorista em grande escala no domínio marítimo, por exemplo, contra um navio de cruzeiro vulnerável, transportando mais de 5 000 pessoas, ou contra um grande porto de comércio internacional, poderia ser ainda mais prejudicial para a economia global e a estabilidade internacional, criando um sentimento generalizado de insegurança. Nos últimos 50 anos, ocorreu aproximadamente um

ataque terrorista por ano no mar, o que demonstra claramente que se trata de uma ameaça real, muitas vezes associada à pirataria.

Disputas marítimas: são uma ameaça crescente que pode afetar os Estados e o sistema internacional. É de antever que reivindicações de extensão da PC em áreas sobrepostas possam levar a conflitos futuros entre Estados, atualmente já evidenciados pelas tensões diplomáticas e militares entre a Turquia e a Grécia e pelas contínuas disputas nos mares do Sul e Leste da China. O problema central da CNUDM, a este respeito, é que não trata de disputas de territórios terrestres, mas apenas da delimitação de zonas marítimas adjacentes a esses territórios, sendo que as disputas marítimas anteriormente referidas se centram, precisamente, na questão da propriedade das rochas e ilhas envolvidas (Lin, Gertner, 2015).

Para Portugal, que reclama uma das maiores plataformas continentais do mundo, é importante ter presente que a UE é a única organização internacional que ratificou a CNUDM, utilizando frequentemente a expressão "mar europeu", não isenta de riscos para os Estados-membros com grandes áreas marítimas. Com efeito, a UE pode, futuramente, vir a querer gerir os recursos naturais das plataformas continentais pertencentes aos Estados-membros, da mesma forma que, através da Política Comum das Pescas, passou a determinar os limites de captura nas suas ZEE, um direito soberano que a CNUDM atribui aos Estados-costeiros. Realça-se que esta foi uma das principais razões que levou a Noruega a não aderir à UE. Assim, a narrativa do "mar europeu" deve merecer a devida atenção da diplomacia portuguesa, afigurando-se prudente a adoção de uma abordagem neorrealista, assegurando o cumprimento do direito internacional plasmado na CNUDM, tendo em vista a defesa do interesse nacional.

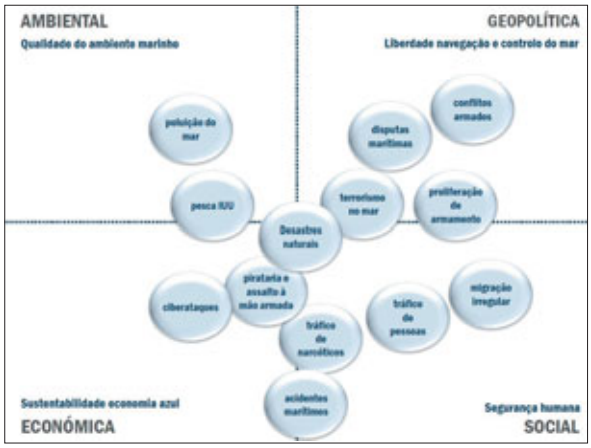


Figura 4 – Matriz das ameaças à segurança marítima

Ameaças militares: são as ameaças mais tradicionais no domínio marítimo, que também podem afetar o sistema internacional, apresentando um amplo espectro de materialização, que vai desde provocações, ou anti-acesso / negação de área (A2/AD) (NATO Defence College, 2016), ao confronto real. Os casos de provocação de navios russos a navios da NATO têm sido frequentes desde a conflito Rússia-Ucrânia, em 2014, sendo o apresamento de navios da Marinha Ucraniana pela Marinha Russa uma das últimas situações de confrontação militar no mar.

Não obstante os riscos e ameaças anteriormente abordados terem normalmente repercussões em mais do que uma dimensão da segurança marítima, é possível mapeá-los de acordo com os principais interesses que afetam, conforme ilustrado na figura 4.

5. Instrumentos internacionais

Reconhecendo a necessidade de promover a boa governança dos oceanos, assegurando os interesses ambientais, económicos, sociais e geopolíticos afetados pelos riscos e ameaças descritos no capítulo anterior, os Estados e as organizações internacionais têm-se empenhado no estabelecimento de diversas convenções e outros acordos internacionais, que tentam colmatar as lacunas deixadas pela CNUDM no que aos aspetos de segurança marítima diz respeito.

1) *A Lei do Mar sob a perspetiva securitária*

A CNUDM estabelece várias zonas marítimas com diferentes níveis de direitos jurisdicionais nacionais (que decrescem com a distância à costa), sendo que apenas nas águas interiores os Estados exercem soberania tal como no território terrestre. De facto, a liberdade de navegação deve ser garantida a todos os navios estrangeiros, inclusive no mar territorial. Além disso, a jurisdição nacional em zonas marítimas para além das águas interiores é sempre limitada, o que torna o domínio marítimo tão intrinsecamente internacional, exigindo uma convenção da ONU para balancear a soberania do Estado e os interesses internacionais, e para regular os direitos nacionais e internacionais, como a exploração de recursos e a liberdade de navegação.

A Figura 5 mostra as zonas marítimas definidas pela CNUDM, salientando-se os seguintes aspetos:

A Zona Económica Exclusiva (ZEE) apenas garante ao Estado costeiro direitos económicos sobre os recursos naturais e a capacidade de aplicação da lei para proteger esses direitos, que não são exclusivos no sentido de que se o Estado não tiver capacidade para efetuar a totalidade da captura permissível, deve dar a outros Estados acesso ao excedente. Conforme referido no capítulo anterior, a CNUDM define que cabe ao Estado costeiro fixar as capturas permissíveis dos recursos vivos na sua ZEE, embora seja a UE a fazê-lo nas ZEE dos Estados-membros. Os Estados podem conduzir operações militares na ZEE de outros Estados costeiros, mesmo sem

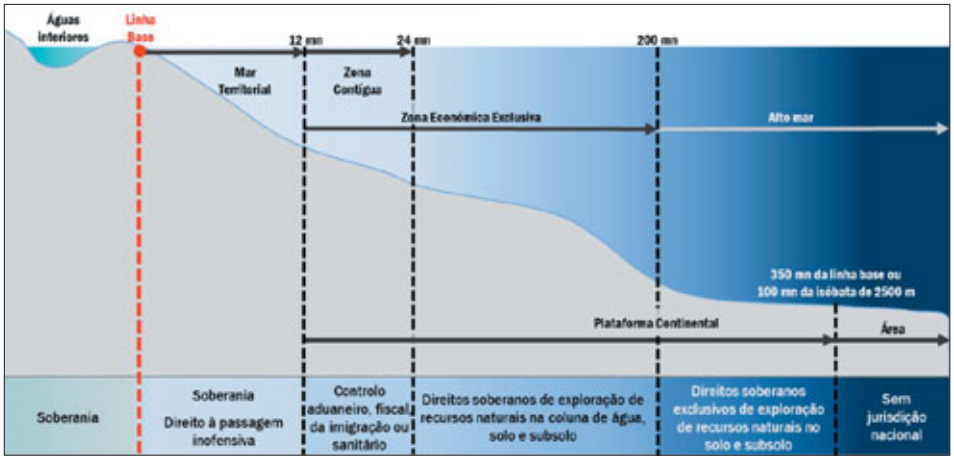


Figura 5 - Zonas marítimas definidas pela CNUDM (fonte: autor)

o seu consentimento, uma vez que a CNUDM não restringe essas atividades, embora interpretações divergentes tenham causado tensões entre os EUA e a China, no que diz respeito às missões de informações (*intelligence*) dos EUA na ZEE chinesa (Pedrozo,2014).

Relativamente à PC, que compreende o fundo do mar e o subsolo das áreas submarinas, a CNUDM permite que um Estado costeiro estenda essa área até às 350 NM da linha de base ou 100 NM da isóbata dos 2 500 metros. Embora essa extensão não implique um aumento da soberania territorial, visto que a CNUDM apenas confere direitos soberanos para a exploração dos recursos naturais da PC, importa realçar que esses direitos são exclusivos no sentido de que se o Estado costeiro não os explorar, ninguém mais pode fazê-lo sem o seu consentimento expresso (o que não é o caso na ZEE).

Embora sem nunca mencionar a expressão "segurança marítima", a CNUDM contém várias disposições relativas à aplicação da lei, incluindo em situações de tráfico de escravos humanos (art. 99), pirataria (art. 100), tráfico ilícito de estupefacientes (art. 108) e rutura de cabos submarinos (art. 113), bem como sobre o direito de visita de navios mercantes por navios de guerra (art. 110) e o direito de perseguição (art. 111). Também apela aos Estados para se absterem de qualquer ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer outro Estado (art. 301).

2) *Acordos internacionais de segurança marítima*

Em complemento daquelas disposições da CNUDM, vários outros instrumentos internacionais contribuem para governar a segurança marítima e para mitigar as limitações jurisdicionais dos Estados no que diz respeito ao exercício da autoridade em relação a navios estrangeiros, identificando-se os mais relevantes:

(i) *Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha por Despejo de Resíduos e Outras Matérias (ou Convenção de Londres), de 1972*: introduz a regulamentação do despejo de materiais residuais industriais e químicos no mar e prevê uma ação internacional para controlo da contaminação dos oceanos por despejo de resíduos ou substâncias lesivas à saúde humana (IMO, 1972).

(ii) *Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL), de 1973, modificada pelo Protocolo de 1978*: foi adotada em resposta a uma sequência de acidentes com petroleiros em 1976 e 1977, abrangendo a prevenção da poluição por navios por causas deliberadas, negligentes ou acidentais (IMO, 1973/78).

(iii) *Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), de 1974*: iniciada em 1914, na sequência do acidente com o Titanic, sofreu diversas alterações até à sua versão atual, que especifica os padrões mínimos de segurança relativos à construção, ao equipamento e à operação de navios. Os Estados de bandeira são responsáveis por garantir que os navios sob sua bandeira cumpram com os requisitos SOLAS. Em caso de suspeitas de incumprimento, aplicam-se os procedimentos do *Port State Control*, seguidamente descritos (IMO, 2004).

(iv) *Port State Control (PSC), de 1982*: um regime internacional composto por vários Memorandos de Entendimento (MOU) regionais, que cobrem os oceanos do mundo, sob o qual os navios estrangeiros podem ser inspecionados nos portos nacionais para garantir que estão em conformidade com os padrões internacionais relacionados com a segurança da vida no mar, a prevenção da poluição e as condições de vida a bordo. Iniciou-se com o MOU de Paris, em 1982, para a Europa e o Atlântico Norte (Paris MoU on PSC, 1982).

(v) *Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima (SUA), de 1988*: através da qual os Estados concordam em reprimir atos de controlo de navios pela força, violência contra pessoas e colocação de dispositivos a bordo para danificá-los. O Protocolo de 2005 adiciona disposições para processar indivíduos que usam um navio como arma para um ataque terrorista ou para transportar ADM (IMO, 1998).

(vi) *Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas (ou Convenção de Viena), de 1988*: determina a cooperação entre as Partes para suprimir o tráfico ilícito por mar e permite que o Estado de bandeira autorize o Estado solicitante a embarcar e revistar o navio e, em caso de evidência de tráfico ilícito, tomar as medidas adequadas (art.17) (UNODC, 1988).

(vii) *Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, de 2000, com o Protocolo de 2004 contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar (ou Protocolo de Palermo)*: exige que os Estados estabeleçam responsabilidade criminal pelo contrabando de pessoas. No entanto, as vítimas de contrabando de pessoas são explicitamente excluídas da responsabilidade penal, tendo, pelo contrário, direito a medidas de assistência (UNHCR, 2008). O protocolo também inclui procedimentos para a abordagem e inspeção de navios suspeitos de contrabando e para a detenção dos contrabandistas.

(viii) *Proliferation Security Initiative, de 2003*: constitui uma resposta multinacional pela qual os Estados se comprometem a abordar os navios suspeitos de transportar ADM que arvoram a sua bandeira ou a dar consentimento para a abordagem desses navios por outros Estados, bem como a conduzir buscas de navios suspeitos até sua zona contígua (PSI, 2003).

(ix) *Código Internacional para a Proteção dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS), de 2004*: desenvolvido pela IMO na sequência dos ataques de 11 de setembro, consiste num conjunto abrangente de medidas para avaliar, detetar e prevenir potenciais ameaças a navios ou a instalações portuárias utilizadas para o comércio internacional (IMO, 2004).

A abrangência e a relevância destes acordos demonstram o carácter eminentemente internacional da segurança marítima, sem paralelo no domínio terrestre, reforçando o argumento apresentado em 3.a.2), para o estudo deste tema no âmbito das RI.

Ao confrontar estes instrumentos internacionais com os riscos e ameaças à segurança marítima, verifica-se que, à exceção das ameaças cibernéticas e militares, todas as outras se encontram cobertas pelos acordos internacionais aqui mencionados.

No que respeita às ameaças cibernéticas, o primeiro relatório da UE sobre cibersegurança no setor marítimo data de 2011 (ENISA, 2011), tendo revelado que "a sensibilização para as necessidades e desafios da cibersegurança no setor marítimo é atualmente reduzida a inexistente", apelando à OMI, à UE e aos Estados-Membros para alinharem as políticas internacionais. Seis anos depois, a OMI e o setor de transporte marítimo emitiram orientações úteis (IMO, 2017; BIMCO, 2017), mas muito mais necessita ainda de ser feito para melhorar a governança da cibersegurança nacional e regional no domínio marítimo.

As ameaças militares já estão abrangidas por uma convenção internacional, a 2ª Convenção de Genebra – *Convenção de Genebra para melhorar a situação dos feridos, doentes e náufragos das forças armadas no mar, de 1949* – que estabelece a adaptação dos princípios desta convenção à guerra marítima.

6. Resposta estratégica

Os acordos internacionais abordados no capítulo anterior são instrumentos relevantes para facilitar a cooperação entre os Estados, estabelecendo as normas, os princípios e as competências de atuação dos Estados, em geral, e dos Estados costeiros, Estados portuários e Estados de bandeira, em particular. São, por isso, referências a ter em conta na atuação das nações marítimas, embora, por si só, não sejam suficientes para promover a necessária resposta estratégica aos desafios de desenvolvimento e de segurança marítima.

Para esse efeito, as nações com interesses permanentes no mar devem estabelecer objetivos e linhas de ação estratégica, que podem ser agregadas formalmente em dois documentos estruturantes, interdependentes e complementares:

- A estratégia nacional de desenvolvimento marítimo, focada nos objetivos de desenvolvimento e bem-estar. No caso de Portugal corresponde à Estratégia Nacional para o Mar (ENM), cuja 3ª edição, para o período de 2021 a 2030, está em fase final de elaboração;
- A ENSM, orientada para os objetivos securitários, já adotada por países como os EUA, Reino Unido, França e Espanha.

Face à inquestionável relação de interdependência entre desenvolvimento e segurança, a formulação e a operacionalização articulada destas duas estratégias constituem fatores essenciais para a consecução dos objetivos nacionais no domínio marítimo. As ENSM, em particular, visam dois grandes propósitos:

- Ao nível nacional, pretendem incrementar a eficiência e a eficácia da ação securitária no mar, tendo presente que os meios disponíveis são sempre escassos face à imensidão dos espaços marítimos. Por esse motivo, promovem o incremento do conhecimento

situacional marítimo, através de uma maior integração e fusão da informação proveniente de diferentes entidades, o que permite melhorar a identificação de comportamentos anómalos e a antecipação de riscos e ameaças. Adicionalmente, ao reconhecerem a complexa rede de entidades com competências de autoridade no mar, procuram promover uma ação concertada dos instrumentos relevantes do Estado (civis e militares), do setor privado, e de parceiros internacionais, para fazer face aos desafios globais de segurança nos espaços marítimos nacionais, ou noutras áreas de insegurança marítima que afetem os interesses estratégicos nacionais. Neste âmbito, pode afirmar-se que as ENSM são utilizadas como uma ferramenta de comunicação, de alinhamento estratégico e de coordenação interagências.

- Ao nível internacional, refletem uma declaração pública da capacidade e da vontade do Estado em utilizar os instrumentos de poder nacional, bem como da abertura para a cooperação internacional (incluindo através da capacitação de parceiros), para salvaguardar os seus interesses no domínio marítimo. Neste âmbito, as ENSM constituem, simultaneamente, um instrumento de política externa, de dissuasão e de securitização de algumas ameaças marítimas, o que pode explicar o facto de aqueles países terem publicado abertamente estes documentos na Internet, tanto na língua materna como em inglês.

Não obstante a pertinência e a relevância das ENSM dos quatro países anteriormente referidos, bem como do impulso dado pelas estratégias da NATO e da UE, verifica-se que a maioria das nações com interesses estratégicos no mar, onde Portugal se inclui, não deu ainda o passo no sentido de desenvolver a sua própria ENSM. Esta situação é reveladora da complexidade associada ao processo de formulação e operacionalização de estratégias nacionais, o que desencoraja países com uma cultura estratégica menos robusta a lançarem-se nesse esforço.

No caso de Portugal, afigura-se que o desejado desenvolvimento da ENSM deve ser devidamente articulado com a ENM 2021-2030 e ter, ainda, em consideração outros documentos estruturantes, como o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), a Estratégia de Segurança Marítima da UE e a Estratégia Marítima da NATO. A Comissão Interministerial para as Assuntos do Mar (ClAM) poderá ser o órgão indicado para a sua formulação e aprovação, dada a transversalidade dos objetivos e respetivas linhas de ação estratégica.

7. Considerações finais

A presente comunicação procurou demonstrar a relevância e a pertinência do estudo da segurança marítima no âmbito das RI, por três ordens de razão principais: a primeira diz respeito ao valor estratégico dos Oceanos para a Humanidade, gerando interesses suscetíveis de serem afetados, de forma global, por algumas ameaças, como o tráfico de pessoas, a pirataria e as disputas marítimas entre Estados. A segunda prende-se com a impossibilidade de qualquer país garantir, isoladamente, a segurança nas vastas áreas marítimas, tendo em consideração as

limitações de meios operacionais e de jurisdição para exercer a autoridade no mar, sobretudo em relação a navios estrangeiros. A terceira razão decorre dessas limitações, que têm motivado o estabelecimento de múltiplos acordos entre Estados e uma crescente intervenção das organizações internacionais, seja por via da formulação de políticas e estratégias regionais, seja pela realização de operações que promovem a cooperação no mar, remetendo a segurança marítima para um nível internacional sem paralelo nas questões de segurança no território terrestre.

Para melhor se compreenderem os interesses no domínio marítimo, bem como as ameaças que se lhes colocam, defendeu-se uma abordagem multidimensional, segmentando a análise do valor do mar e dos correspondentes riscos e ameaças, nas dimensões ambiental, económica, social e geopolítica. Esta abordagem permite mapear os riscos e ameaças em função dos interesses marítimos afetados, resumidos nas seguintes ideias-chave: qualidade do ambiente marinho; sustentabilidade da economia azul; segurança humana de quem depende do mar; e controlo do mar em pleno respeito pelo direito internacional.

Em linha com esta visão abrangente, considera-se que o estudo da segurança marítima deve adotar um conceito também ele holístico. Assim, com base na definição preconizada pela UE, entende-se a segurança marítima como um estado desejado no domínio marítimo global, no qual as disputas marítimas são resolvidas por meios pacíficos, o direito internacional e a legislação nacional são respeitados e aplicados, a liberdade de navegação é garantida e os cidadãos, as infraestruturas, o transporte, o ambiente e os recursos marinhos são protegidos.

Perante esta definição abrangente, é possível abordar os riscos e ameaças, no âmbito da *safety* e da *security*, e avaliar até que ponto se encontram abrangidos por acordos internacionais que definam os direitos, as obrigações e as competências de atuação dos Estados, em geral, e dos Estados costeiros, Estados portuários e Estados de bandeira, em particular.

A CNUDM e outros acordos procuram responder a estas ameaças e facilitar a cooperação entre os Estados, afigurando-se que a cibersegurança no domínio marítimo, por ser uma preocupação relativamente recente, é a área que carece de maior desenvolvimento ao nível da IMO.

Atento o valor estratégico do mar e a diversidade e impacto das ameaças, torna-se evidente a necessidade de uma resposta estratégica, que pode ser delineada em dois documentos estruturantes devidamente articulados: a ENM, focada nos objetivos de desenvolvimento e bem-estar, e a ENSM, orientada para os objetivos securitários, visando incrementar o conhecimento situacional marítimo, a articulação interagências e a cooperação internacional. A formulação articulada e a operacionalização sinérgica destas duas estratégias são fatores essenciais para a concretização dos objetivos nacionais no domínio marítimo.

Do estudo da segurança marítima nas RI, afigura-se que a formulação de uma ENSM deve ter em linha de conta as seguintes teorias ou escolas de pensamento:

(i) Neorrealismo, que preconiza a escolha racional dos Estados face ao sistema internacional anárquico, que os levará a defender os interesses nacionais em termos do controlo dos seus espaços marítimos e da exploração dos respetivos recursos naturais;

(ii) Neoliberalismo, que defende um papel reforçado da cooperação internacional para promover a segurança marítima e a boa ordem no mar;
(iii) A Escola de Copenhaga, que sugere a abordagem multidimensional à segurança, bem como o conceito de securitização que pode ser tido em consideração na resposta a ameaças de impacto global;
(iv) O Construtivismo, que alerta para o facto das normas estabelecidas em convenções e acordos internacionais serem construções sociais da realidade, não necessariamente inquestionáveis.

No caso particular de Portugal, destacou-se a valorização do país proporcionada pela extensão da PC, bem como o risco geopolítico associado à narrativa do "Mar Europeu", que poderá, no longo prazo, vir a comprometer as aspirações legítimas de Portugal exercer direitos de soberania exclusivos sobre os recursos naturais do leito e subsolo dessa zona marítima.

Esta consideração reforça a vantagem de pensar estrategicamente os assuntos marítimos, formulando e, acima de tudo, operacionalizando estratégias que permitam salvaguardar os interesses nacionais, pois só assim será possível tirar pleno partido do mar e afirmar Portugal pela sua centralidade e dimensão atlântica.

Bibliografia

Adler, E., & Barnett, M., 1998. *Security communities* (Vol. 62). Cambridge University Press.

Aune, B. R., 1990. *Maritime drug trafficking: an underrated problem*. Disponível em: http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/bulletin/bulletin_1990-01-01_1_page008.html.

Baldwin, D. A., 1997. *The concept of security. Review of international studies*, 23(01), pp. 5-26.

BIMCO, et al, 2017. *The Guidelines on Cyber Security onboard Ships, version 2.0*.

Booth, K., 1991. *Security and Emancipation*. Review of International Studies, 17:4, pp. 313-26.

Booth, K., 2007. *Theory of world security*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.

Brown, C., Ainley, K., 2012. *Compreender as relações internacionais*. Lisboa, Gradiva.

Bueger, C., 2015. *What is maritime security?* Marine Policy, 53, pp.159–164.

Bueger, C., 2016. *NATO's fight against Somali pirates: the end of an unsung success story*. Disponível em: http://piracy-studies.org/natos-fight-against-somali-pirates-the-end-of-an-unsung-success-story/.

Buzan, B., 1983. *People, States, and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Brighton, Sussex: Wheatsheaf Books Ltd.

Buzan, B., 1991. *People, States and Fear: An agenda for international security studies in the post-cold war era*. 2ª ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc.

Buzan, B., Weaver, O., and de Wilde, J., 1998. *Security. A New Framework for Analysis.* Boulder, Colo.: Lynne Rienner Pub.

Buzan, B., Hansen, L., 2009. *The evolution of international security studies.* Cambridge University Press.

Cajarabille, V., Ribeiro, A.S., Marques, A.G., and Monteiro, N.S., 2012. *A Segurança no mar - Uma visão holística.* Lisboa: FEDRAVE.

Carlsnaes, W., Risse-Kappen, T., Risse, T., & Simmons, B. A. (Eds.), 2002. *Handbook of international relations.* Sage.

Chalk, P., 2008. *The Maritime Dimension of International Security. Terrorism, Piracy,and Challenges for the United States.* Santa Barbara, CA: RAND Corporation.

Chirgwin, Richard, 2018. *IT 'heroes' saved Maersk from NotPetya with ten-day reinstallation bliz. The Register, 25 Jan 2018*. Disponível em: https://www.theregister.co.uk/2018/01/25/after_notpetya_maersk_replaced_everything/.

CMF, 2018. *CTF 151: Counter-piracy*. Disponível em: https://combinedmaritimeforces.com/ctf-151-counter-piracy/.

COE CSW, 2018. *Force Protection*. Disponível em: http://www.coecsw.org/our-work/activities/force-harbour-protection/.

Cook, M. L., Dorff, R. H., Jablonsky, D., Roskin, M. G., Nation, R. C., Marcella, G., and Chilcoat, R. A., 2001. *US Army War College Guide to Strategy.* Strategic Studies Institute.

Council of the European Union, 2014. *European Union Maritime Security Strategy*. Disponível em: <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST 11205 2014 INIT>.

EMSA, 2017. *Annual Overview of Marine Casualties and Incidents 2017*. Disponível em: http://www.emsa.europa.eu/publications/technical-reports-studies-and-plans/item/3156-annual-overview-of-marine-casualties-and-incidents-2017.html.

ENISA. 2011. *Analysis of cyber security aspects in the maritime sector*. Disponível em: https://www.enisa.europa.eu/publications/cyber-security-aspects-in-the-maritime-sector-1/.

EU, 2018. *Countering piracy off the coast of Somalia*. Disponível em: http://eunavfor.eu/.

EU, 2020. *The EU Blue Economy Report 2020*. Disponível em: https://blueindicators.ec.europa.eu/sites/default/files/2020_06_BlueEconomy-2020-LD_FINAL-corrected-web-acrobat-pro.pdf.

FAO, 2018. *Illegal, Unreported and Unregulated (IUU) fishing*. Disponível em: http://www.fao.org/iuu-fishing/en/.

Feldt, L., Roell, P., and Thiele, R.D., 2013. *Maritime Security – Perspectives for a Comprehensive Approach. ISPSW Publications.* Disponível em: http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c19be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=162756.

Freedman, L., 2015. *Strategy: a history.* Oxford University Press.

George, A., Keohane, R., 1980. *The concept of national interests: Uses and limitations. in George, Presidential Decision making in Foreign Policy*. Boulder: Westview, pp. 217-238.

Gobierno de España, 2013. *National Maritime Security Strategy.* Disponível em: http://www.lamoncloa.gob.es/documents/20131333estrategiadeseguridadmartima_ingls.pdf.

Governo de Portugal, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional.* Disponível em: https://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf.

Herz, J., 1950. *Idealist Internationalism and the Security Dilemma*. World Politics, vol. 2., pp. 157–80.

ICF International. 2014. *Study on the feasibility of improved co-operation between bodies carrying out European Coast Guard functions*. Disponível em: https://ec.europa.eu/transport/sites/transport/files/modes/maritime/studies/doc/2014-06-icf-coastguard.pdf.

IMO, 1972. *Convention on the Prevention of Marine Pollution by Dumping of Wastes and Other Matter*. Disponível em: http://www.imo.org/en/Our Work/Environment/LCLP/Pages/default.aspx.

IMO, 1973/78. *International Convention for the Prevention of Pollution from Ships (MARPOL)*. Disponível em: http://www.imo.org/en/About/Conventions/ListOfConventions/Pages/International-Convention-for-the-Prevention-of-Pollution-from-Ships-(MARPOL).aspx.

IMO, 1988. *Convention for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Maritime Navigation*. Disponível em: http://www.imo.org/en/about/conventions/listofconventions/pages/sua-treaties.aspx.

IMO, 2004. *SOLAS XI-2 and the ISPS Code*. Disponível em: http://www.imo.org/en/OurWork/Security/Guide_to_Maritime_Security/Pages/SOLAS-XI-2%20ISPS%20Code.aspx.

IMO, 2011. *Best Management Practices for Protection against Somalia Based Piracy*. Disponível em: http://www.imo.org/en/MediaCentre/hottopics/piracy/documents/1339.pdf.

IMO, 2017. *Guidelines on maritime cyber risk management*. Disponível em: http://www.imo.org/en/OurWork/Security/Guide_to_Maritime_Security/Documents/MSC-FAL.1-Circ.3 - Guidelines On Maritime Cyber Risk Management (Secretariat).pdf.

IMO, 2018. *Piracy Reports*. Disponível em: http://www.imo.org/en/OurWork/Security/PiracyArmedRobbery/Reports/Pages/Default.aspx.

IOM, 2018. *Missing migrants*. Disponível em: http://missingmigrants.iom.int/mediterranean.

IOM, 2018. *IOM's Missing Migrants Project*. Disponível em: https://missingmigrants.iom.int/mediterranean-update.

Lehr, Peter and Lehmann, Hendrick, 2007. *Somalia Pirates — New Paradise. Violence at Sea: Piracy in the age of Global Terrorism*. New York: Routledge, 1–21.

Lucas, 2013. *Somalia's "Pirate Cycle": The Three Phases of Somali Piracy. Journal of Strategic Security, 6 (1), pp. 55–63.* Disponível em: http://scholarcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1218&context=jss.

Klein, N., 2011. *Maritime security and the law of the sea.* Oxford; New York: Oxford University Press.

NATO, 2011. *Alliance Maritime Strategy.* Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_75615.htm.

NATO, 2018. *Counter-piracy operations (Archived)*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/ua/natohq/topics_48815.htm.

NATO, 2018. *Operation Active Endeavour (Archived)*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/ua/natohq/topics_7932.htm.

NATO, 2018. *Operation Sea Guardian*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/ua/natohq/topics_136233.htm.

NATO Defence College, 2016. *How to respond to Anti-Access/Area Denial (A2/AD)? Towards a NATO counter A2/AD strategy. NDC Conference Report 01/16, Rome, January 2016*.

Disponível em: http://www.ndc.nato.int/download/downloads.php?icode=480.

Oil Spill Commission. 2011. *Deep water: The Gulf Oil disaster and the future of offshore drilling*. illustrated: Government Printing Office, 392.

Paris MoU on PSC, 1982. *Paris Memorandum of Understanding on Port State Control*. Disponível em: https://www.parismou.org/inspectionsrisk/library-faq/memorandum.

Pedrozo, Raul, 2014. Military Activities in the Exclusive Economic Zone: East Asia Focus. US Naval War College. International Law Studies, Volume 90, 514–543.

Pinto, S., 2019. *Maritime Security*. In: T. Rodrigues, A. Inácio (Coords.) Security at a crossroad: new tools for new challenges. Nova Science Publishers, Nova Iorque.

Presidência do Conselho de Ministros, 2014. *Estratégia Nacional para o Mar 2013 -2020.* (RCM n.º 12/2014). Lisboa: Diário da República.

PSI, 2003. *Proliferation Security Initiative*. Disponível em: https://www.psi-online.info/psi-info-en/botschaft/-/2075520.

République Française, 2015. *National strategy for the security of maritime areas.* Disponível em:

http://www.gouvernement.fr/sites/default/files/contenu/piece-jointe/2016/01/strategie_nationale_de_surete_des_espaces_maritimes_en_national_strategy_for_the_security_of_maritime_areas.pdf.

Singh, Abhijit, 2017. *The changing face of maritime terrorism. Australian Strategic Policy Institute*. Disponível em: https://www.aspistrategist.org.au/changing-face-maritime-terrorism/.

SIPRI. 2018. *Arms embargoes*. Disponível em: https://www.sipri.org/databases/embargoes.

Stolberg, A. G., 2013. *How Nation-States Craft National Security Strategy Documents* (Enlarged Edition). Lulu. com.

Strating, Rebecca. 2018. *Law of the Sea: Settling the Australia and Timor-Leste Dispute. Australian Institute of International Affairs*. Disponível em: http://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/law-sea-settling-aus-timor-dispute/.

Till, G., 1994. *Maritime strategy and the twenty-first century*. The Journal of Strategic Studies, 17(1), 176-199.

Till, G., 2009. *Seapower. A Guide for the Twenty-First Century.* 2nd ed. New York: Routledge.

UK Government, 2014. *The UK National Strategy for Maritime Security.* Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/int/uk-strategy-for-maritime-security_2014.pdf.

UNHCR, 2008. *Refugee Protection and Human Trafficking. Selected Legal Reference Materials. First Edition – December 2008*. Disponível em: http://www.unhcr.org/4986fd6b2.pdf.

United Nations, G.A., 1982. *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf.

United Nations, 2015. *Oceans and the Law of the Sea in the General Assembly of the United Nations. Report of the Secretary-General dated 1 September 2015*. Disponível em:

http://www.un.org/depts/los/general_assembly/general_assembly_reports.htm.

United Nations, 2018. *Oceans and the Law of the Sea in the General Assembly of the United Nations. Reports of the Secretary-General*. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/general_assembly/general_assembly_reports.htm.

UNODC, 1988. *United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances*. Disponível em:

https://www.unodc.org/unodc/en/treaties/illicit-trafficking.html.

UNODC, 2015. *UNODC Study on Firearms 2015*. Disponível em: www.unodc.org/documents/firearms--protocol/UNODC_Study_on_Firearms_WEB.pdf.

UNODC, 2017. "World Drug Report 2017." Disponível em: https://www.unodc.org/wdr2017/en/topics.html.

UNODC, 2017. *Global Maritime Crime Programme Annual Report 2017*. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/Maritime_crime/UNODC_ANUAL_REPORT_2017_web.pdf.

U.S. Department of State, 2015. *The National Strategy for Maritime Security*. [online] Disponível em: http://www.state.gov/t/pm/rls/othr/misc/255321.htm.

Waltz, K., 1979. *Theory of international relations*. Reading: Addison-Wesley.

Wendt, A., 1999. *Social theory of international politics*. Cambridge University Press.

Wolfers, A., 1952. *'National Security' as an Ambiguous Symbol.* Political Science Quarterly, 67(4), pp.481–502.

Yarger, H. R., 2012. *Strategic theory for the 21st century: the little book on big strategy*. Lulu. com.

Zaitseva, Lyudmila, and Steinhäusler, Friedrich, 2014. *Nuclear trafficking issues in the Black Sea region. EU Non-Proliferation Consortium. Non-Proliferation Papers No. 39 April 2014*. Disponível em: https://www.non proliferation.eu/nuclear-trafficking-issues-in-the-black-sea-region-2/.

CICLO DE ECONOMIA DO MAR – SEMINÁRIO SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA

UMA PERSPETIVA NACIONAL DA SEGURANÇA MARÍTIMA

Comunicação apresentada pelo Capitão-de-mar-e-guerra
José Velho Gouveia, em 13 de outubro

Introdução

Qualquer Estado com interesse no mar deve desenvolver esforços no sentido de garantir a segurança marítima nas suas múltiplas vertentes. Esta assume diferentes formas e deve ser vista de um modo integrado, contemplando, antes de tudo, a salvaguarda da vida humana – em qualquer das situações em que o Homem usa o mar -, dos navios e embarcações que ali evoluem, mas também das cargas transportadas e, em última instância, a proteção e preservação ambiental do próprio meio marinho.

Para prosseguir este desiderato, os Estados podem atuar na qualidade de Estados de Bandeira, Estados de Porto, ou Estados Costeiros, havendo, naturalmente, alguns que assumem responsabilidades em todos estes âmbitos.

Neste breve trabalho, que se insere no Seminário promovido pela Academia de Marinha, subordinado ao tema "Segurança Marítima", e que corresponde ao tema da última comunicação no mesmo, abordaremos a segurança e a proteção marítimas na perspetiva de um qualquer Estado que tenha interesses no mar, quer seja nos espaços marítimos sob sua soberania ou jurisdição, quer seja noutros espaços marítimos praticados por navios da sua bandeira.

Os tópicos de discussão do tema na comunicação apresentada no Seminário são: (1) as **condições de um Estado costeiro perante a segurança marítima**; (2) alguns **fatores contributivos para a insegurança no mar**; (3) as áreas temáticas da segurança e proteção marítimas; (4) os **atores e o estado da arte em Portugal**; e (5) a **componente ambiental da segurança marítima**.

Condições de um Estado perante a segurança marítima

Antes de tudo, um Estado com interesse no mar, especialmente quando possui espaços marítimos sob sua soberania ou jurisdição, deve olhar para esta questão de um ponto de vista da soberania sobre tais espaços, mas também sobre o restante território. Isto porque do mar podem surgir ameaças com repercussões em todo o território e que podem afetar todas as atividades de interesse para um tal Estado. Daí que a segurança e a proteção marítimas

assumam, desde logo, importância para estes Estados nas suas diferentes componentes: a militar, a social, a humanitária, a económica e a ambiental.

Depois, deve procurar estar preparado para cumprir as suas obrigações perante todos os que, de uma forma ou de outra, precisam do seu apoio no âmbito das suas atividades relacionadas com a segurança: sejam os marítimos, os proprietários e armadores, as companhias, os portos e outras entidades públicas e privadas.

O papel de um Estado neste contexto contempla, como referido, três modalidades diferentes: a de Estado de bandeira, de Estado de Porto e de Estado costeiro.

Figura 1: Modalidades em que um Estado atua no âmbito da segurança e da proteção marítimas

Como Estado de Bandeira

No papel de Estado de Bandeira, um país deve identificar perfeitamente, dentro da estrutura do Governo, e também ao nível das estruturas orgânicas públicas, as áreas prioritárias da governação para o mar e as matérias que lhe garantem uma postura ativa e proativa neste contexto. Por exemplo, a existência de uma tutela própria para o mar, ou a partilha destas matérias por mais de uma tutela, podem dar a entender a importância que o Estado pretende atribuir a esta área setorial. Também a inserção, ao nível ministerial, das estruturas operacionais que prosseguem a política de um Estado para o mar pode contribuir para se vislumbrarem as linhas de orientação que o Estado quer seguir nesta matéria.

Na grande maioria dos Estados, o papel de regulação dos assuntos relacionados com o setor marítimo-portuário cabe às chamadas administrações marítimas (AdmM), independentemente das designações que tais entidades possam assumir. Além dessa incumbência principal, podem ser-lhes atribuídas competências noutras áreas do mar de acordo com a política do Governo.

Tal como sucede atualmente em Portugal, estas entidades podem ter a ser cargo tarefas diversas das supramencionadas, mas igualmente relevantes no âmbito da gestão marítima. As áreas da pesca, das energias do mar, da proteção do ambiente, são outras em que as AdmM são muitas vezes chamadas a intervir ativamente de várias formas.

Em algumas áreas técnicas do setor marítimo-portuário, as AdmM podem delegar em organizações reconhecidas (as chamadas certificadoras) alguns atos da sua responsabilidade, como a emissão dos certificados estatutários de segurança marítima e de prevenção

da poluição ou várias funções de inspeção e vistoria de navios. Algumas destas organizações mais conhecidas a nível mundial são as seguintes:

ABS – American Bureau of Shipping;
BV – Bureau Veritas;
ClassNK – Nippon Kaiji Kyokai;
DNV GL – resultante da fusão entre a Det Norske Veritas (DNV) e a Germanischer Lloyd (GL);
LR – Lloyd's Register of Shipping;
RINA – Registro Italiano Navale;
KR - Korean Register of Shipping.

Por outro lado, as AdmM assumem ainda funções de autoridade de várias naturezas, como as de Autoridade Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo (ANCTM), de autoridade no âmbito da aplicação das matérias relacionadas com a proteção marítima, mas também de autoridade na área da pesca, e ainda, como é o caso da AdmM portuguesa, na área da imersão de resíduos. Estão também sob sua responsabilidade as matérias relativas à náutica de recreio e à prevenção da poluição por navios. A representação do Estado a nível internacional, nas instâncias que tratam das matérias da segurança e proteção no mar é, igualmente, de um modo geral, uma atribuição das AdmM, ainda que, em razão de certas matérias específicas, possa haver outras entidades com interesse e responsabilidade neste contexto. Neste papel, cabe-lhe ainda a adoção da regulamentação internacional para o quadro jurídico interno.

Uma outra área, relativamente recente, em que as AdmM ganharam responsabilidades – mais uma vez dependendo do modelo de cada Estado – prende-se com a questão da segurança privada a bordo. Esta necessidade surgiu com as novas formas de terrorismo e da pirataria em que a Organização Marítima Internacional (OMI) colocou à consideração dos Estados marítimos a possibilidade de os navios poderem ter seguranças privados a bordo, espacialmente os que praticam rotas mais perigosas deste ponto de vista. Se, numa primeira fase, houve alguma resistência a esta medida, a mesma acabaria por vingar. Como veremos mais adiante, o Estado português já regulamentou esta matéria.

Mais uma vez, dependendo da estrutura do Governo e das linhas políticas dotadas pelos Estados, as competências típicas de uma AdmM no âmbito da segurança e da proteção marítimas (no que respeita a questões administrativas), mesmo ao nível da regulação, podem estar repartidas por outras organizações, como é o caso das Autoridades Marítimas e das Guardas Costeiras.

Como Estado de Porto

Os portos são elos de uma cadeia muito vasta que permite o comércio mundial por via marítima, tendo como objetivo fundamental o de funcionar como interface para trocas de bens e serviços a nível global. Os portos são, assim, espaços multimodais fundamentais para a cadeia global no que toca à logística, à mobilidade e ao comércio internacional. É num tal contexto,

talvez até mais do que provavelmente em qualquer outro lugar, que a falta de segurança pode ter consequências muito graves para os navios e para todas as atividades portuárias, com prejuízos avultados para a economia da região onde o porto se insere e mesmo do respetivo país.

Pela sua natureza, pelo papel que desempenham, e pela importância que detêm na economia global, os portos são locais apetecíveis para fins ilícitos, tendo sido desde sempre alvo de ameaças e mesmo ataques de vários tipos, sendo que os últimos problemas com que se têm deparado estão relacionados com o ciberterrorismo.

A atuação de um país como Estado de Porto é da máxima importância para garantir que as diferentes funções de um porto sejam cumpridas, funções estas que se prendem, essencialmente, com as questões securitárias relacionadas com a gestão portuária. Estas funções são partilhadas entre várias entidades em que cada uma delas responde dentro das competências próprias.

Neste contexto, às AdmM cabe, como já referido, regular a atividade dos navios, dos marítimos e dos portos, podendo proceder ainda à execução das normas de inspeção de navios no âmbito do controlo dos navios pelo Estado do Porto (Port State Control-(PSC). Em Portugal são técnicos da AdmM marítima que atuam neste domínio em cumprimento da legislação nacional e da União Europeia (UE) em vigor. Refira-se que a possibilidade de os Estados de Porto poderem realizar inspeções com vista a contribuírem para melhorar a segurança marítima, está prevista no art.º 218.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Para executar esta prerrogativa dos Estados, existem mecanismos instituídos para este efeito em diversas regiões do mundo, estando Portugal inserido no Memorando de Paris (Paris MoU), do qual fazem parte vários países da Europa e o Canadá.

Por seu turno, esta é uma das matérias marítimas que a UE mais cedo chamou a si. A primeira Diretiva europeia sobre esta matéria foi publicada em 1995 tendo sido alterada por diversas vezes. A que está atualmente em vigor é a Diretiva 2013/38/CE, do PE e de Conselho, de 12 de agosto, que foi transposta para o quadro jurídico nacional através do Decreto-lei n.º 27/2015, de 6 de fevereiro. É este mecanismo que enquadra a inserção dos navios na lista branca, cinzenta ou negra, de acordo com a sua performance nas inspeções a que são submetidos.

De acordo com o modelo instituído para cada porto, de acordo com a política em vigor para este setor, as administrações Portuárias (AdmP) podem chamar a si mais ou menos competências no âmbito da gestão portuária. Mas há algumas áreas, todas relacionadas com a segurança e a proteção no seu espaço de jurisdição, que normalmente lhe estão atribuídas, como é o caso da pilotagem, da regularização e manutenção dos canais navegáveis, das ajudas à navegação e atribuição de concessões aos privados. Estes, por sua vez, também possuem competências próprias na área da segurança e da proteção, de acordo com a legislação em vigor.

Além das AdmP, também aqui há um conjunto de atividades que concorrem para a segurança e para a proteção portuárias, cada uma dentro do seu quadro próprio de responsabilidades legais. A autoridade marítima local (que é consubstanciada na figura do capitão do porto e comandante local da Polícia Marítima - CP e CLPM) é uma das que possui competências mais abrangentes a este respeito, inclusive em sede de coordenação de algumas

estruturas portuárias como é o caso do Centro Coordenador de Operações de Proteção do Porto (CCOPP). A Autoridade de Saúde (AS), a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) completam o leque de entidades que têm uma relação direta e muito forte com a segurança portuária nas suas múltiplas dimensões.

Como Estado Costeiro

Como Estado Costeiro, encontramos, tal como nas duas modalidades anteriores, algumas das prerrogativas e responsabilidades de um Estado na CNUDM. Um Estado costeiro é aquele que possui mar e que, por isso, no seu próprio interesse, mas também como contributo para toda a comunidade marítima, deve assumir as responsabilidades que as leis e regulamentos lhe atribuem assim como pode exercer o seu papel de controlo sobre os espaços marítimos sob sua soberania ou jurisdição.

Este controlo passa por um conjunto de matérias que vão da garantia da soberania no mar através de mecanismos coercivos como a existência de Marinhas de Guerra e outras estruturas operacionais com capacidade de operar no mar em quaisquer circunstâncias, à salvaguarda da vida humana, ao conhecimento situacional marítimo, - conseguido através da gestão e operação de ferramentas e equipamentos de vigilância – e aos princípios subjacentes à proteção e preservação do meio marinho e das zonas costeiras.

Da mesma forma que nas outras duas modalidades anteriormente abordadas, também aqui as responsabilidades do Estado são repartidas por várias organizações que se complementam nas suas tarefas e na forma de as levar a efeito. Nestes casos, a lei determina o papel de cada uma delas dentro de um quadro de cooperação que deve ser claro e efetivo.

Para cumprir este desiderato, cada Estado Costeiro deve definir e estabelecer o seu próprio modelo de exercício da autoridade nos seus espaços marítimos, onde estão necessariamente incluídas as matérias relacionas com a segurança e a proteção marítimas. Como sabemos, em Portugal é no quadro de atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) que tudo isto se processa. De referir que não se considera existir um único modelo para um Estado atuar neste contexto, havendo, em vez disso, diferentes realidades geográficas, políticas, sociais, culturais e económicas que devem servir de base à definição deste modelo em cada Estado.

O papel das Marinhas de Guerra *versus* o das Guardas Costeiras, ou outras entidades semelhantes, assume aqui uma relevância particular pois se não estiverem perfeitamente definidas as áreas de atuação de cada uma, poderão criar-se situações sensíveis que podem prejudicar a atuação do Estado neste contexto.

Como facilmente se percebe, e mais uma vez tal como nas outras modalidades já abordadas, é crucial que um Estado disponha de um quadro jurídico adequado a esta matéria, mas também de estruturas administrativas e operacionais de recursos humanos e materiais capazes de responder de forma eficiente e eficaz a todo o tipo de necessidades que possam surgir neste domínio.

Já referimos que a AdmM pode, além do seu papel de entidades reguladora do setor marítimo-portuário, com tudo o isso acarreta, assumir ainda o papel de diferentes autoridades

no mar. Em Portugal, estão atribuídas à AdmM diferentes tarefas que vão da prática de atos administrativos até à operação do *vessel traffic service* costeiro, controlando ainda as ferramentas de monitorização da atividade da pesca e de outras atividades que sejam realizadas dentro do alcance e da discriminação deste serviço. A AdmM procede também à gestão e monitorização do espaço marítimo, atribuindo a maior parte dos títulos de utilização deste espaço para fins privados.

Às diferentes autoridades policiais e administrativas com poder de autoridade marítima no quadro de atuação do SAM, e no âmbito da sua competência própria, cabe a prossecução das respetivas atribuições. A Marinha e a Força aérea também participam neste tipo de atividades, incluindo a fiscalização, balizadas pelo que a lei determina a esta respeito.

Fatores contributivos para a insegurança no mar

Tal como em outras atividades, também no mar e nos portos a segurança é um fator imprescindível para que tudo funcione como desejado. A falta de segurança coloca sempre grandes constrangimentos à sociedade em qualquer das suas áreas de interesse. E o caso do setor marítimo-portuário não é exceção. Aliás, é porventura um dos que mais sofrem com falhas a este nível. São bem conhecidas as consequências da falta de segurança no mar e nas atividades conexas. Se no topo surge a perda de vidas humanas – que, refira-se, continua a suceder praticamente numa base diária –, também os prejuízos para a economia e os danos ambientais resultantes de grandes acidentes no mar, são motivos bem elucidativos do que estamos a falar. Deve, por isso, salientar-se que nem os avanços da ciência e da tecnologia aplicados a este setor, fizeram com que esta preocupação se dissipasse. O número de pessoas que continuam a perder a vida no mar e os avultados prejuízos causados anualmente ao meio marinho, deixam bem a nu as fragilidades que persistem no que respeita à segurança marítima – ou à falta dela – em pleno século XXI. Por isso, nunca é demais sublinhar que para se poder atacar um problema é preciso conhecer a sua origem e tudo o que lhe está subjacente.

De um ponto de vista *safety*, há vários fatores que contribuem para a insegurança no mar, como sejam as condições do próprio meio onde se atua – que já de si é um meio hostil para o ser humano -, o erro humano na prossecução das atividades realizadas pelo Homem no mar, falhas nos navios e em outras estruturas marítimas e portuárias, onde se incluem os sistemas informáticos, falhas nos diferentes tipos de equipamentos existentes neste contexto, falhas no sistema de socorro (quando se trata especificamente de salvar vidas no mar), falhas organizacionais como falta de coordenação e de liderança em alguns processos e atividades, entre muitos outros.

De um ponto de vista *security*, as ameaças surgem de contextos diferentes, neste caso de atos deliberados, levados a cabo com intenção de provocar danos e prejuízos em todas as frentes. Entre estas ameaças, encontram-se as ações de terrorismo levadas a cabo contra navios, contra interesses em terra ou em estruturas do setor, mas também os atos de

pirataria, os diferentes tipos de tráficos, os assaltos à mão armada, os ataques cibernéticos e o transporte ilegal de armas. A insegurança no mar provocada por todos estes fatores, faz com que os acidentes, com base em atos deliberados ou não, continuem a ter lugar no mar com consequências terríveis com uma dimensão humana, material e ambiental.

A face mais visível da insegurança no mar são, inquestionavelmente, os acidentes que se sucedem, por tudo o que foi aqui referido, quer do âmbito *safety*, quer do *security*. Relativamente a Portugal, estes acidentes e incidentes podem ser encontrados no portal do Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica (GAMA) que tem a incumbência de registar os que ocorrem em espaços marítimos de soberania nacional ou os que envolvem navios de bandeira portuguesa onde quer que se encontrem no mundo (http://www.gama.mm.gov.pt/index.php/investigacao-acidentes-maritimos/estatisticas-2/dados-estatisticos, em 19 de dezembro de 2020).

Acidentes	2017	2018	2019	2020
Muito graves	30	52	32	38
Graves	75	80	83	82
Pouco graves	122	106	119	121
Vítimas mortais	20	28	17	9

Tabela 1: Acidentes e incidentes registados pelo GAMA

Na tabela 1 constam os acidentes e incidentes que se encontram no portal do GAMA, de onde se destaca o número de vítimas mortais que resultou destes acidentes em cada ano, com especial atenção para o ano de 2018 no qual perderam a vida 28 pessoas. De referir que a Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) também possui registos dos sinistros que ocorrem nos espaços marítimos de jurisdição portuguesa, embora para fins diversos dos do GAMA. Apesar de o GAMA ter a responsabilidade nacional por este tipo de registos, é de crer que os números aqui apresentados pequem por defeito. Para se ter uma ideia mais fidedigna pelo menos sobre os acidentes e incidentes que ocorrem em espaços marítimos nacionais recomenda-se a consulta da base de dados da DGAM.

Lembre-se que o GAMA sucedeu ao Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos (GPIAM), criado em 2012, na sequência da publicação pela União Europeia da Diretiva 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação de acidentes no sector do transporte marítimo e que altera as Diretivas 1999/35/CE do Conselho e 2002/59/CE do Parlamento Europeu e do conselho. De referir que esta Diretiva foi transposta em Portugal pela Lei n.º 18/2012, de 7 de maio.

Áreas temáticas da segurança e proteção (marítimas)

São três as áreas em que normalmente se compreende a segurança no mar e nas atividades relacionadas com o setor marítimo-portuário: a área *safety*, a área *security* e a área ambiental.

A segurança marítima na área *safety*

Na perspetiva *safety*, e numa dimensão de prevenção, incluiu-se tudo o que se relacione com as condições do navio para navegar, mas também com matérias como a certificação e a inspeção e ainda com a resposta a acidentes e incidentes no mar.

No que respeita aos navios, esta preocupação com a segurança começa com a ideia de se construir um navio ou embarcação. A sua conceção e construção deve observar a regulamentação nacional e internacional e deve também ter em conta as melhores técnicas e materiais existentes para este efeito. Muitos acidentes que ocorrem ainda hoje devem-se a falhas que têm origem nesta fase da vida dos navios.

A existência a bordo dos equipamentos necessários e recomendados para uma navegação segura é também um fator a considerar com vista a evitar acidentes. Neste particular, mais em pequenas embarcações do que propriamente nos navios de maiores dimensões, onde as exigências são de um nível superior, nem sempre são observadas as obrigações legais existentes neste contexto. Por outro lado, em alguns tipos de embarcações os seus responsáveis adquirem os que são menos onerosos, apesar de poderem não ser tão eficazes. Nesta área, assistimos hoje a uma automatização cada vez maior dos sistemas de bordo, onde a intervenção humana é minimizada. Se, por um lado, estes sistemas trazem melhorias na condução da navegação, por minimizarem algumas tipologias do erro humano, também exigem um elevado grau de fiabilidade sob pena de elevarem o risco de acidente em alguns casos. Entre os equipamentos que contribuem para este objetivo encontramos o radar, a sonda, a girobússola, a agulha magnética, o GPS/DGPS/GNSS, o ECDIS, os recetores do AIS, do MONICAP (para embarcações de pesca) e de outros sistemas congéneres, os instrumentos de informação meteorológica, os equipamentos de comunicações e socorro (VHF, GMDSS, redes móveis, etc).

Figura 2: Áreas temáticas da segurança e da proteção marítimas

Os equipamentos em terra e outros mecanismos de aconselhamento e apoio à navegação, como os sistemas de controlo de tráfego e todo o tipo de ajudas à navegação (faróis, boias, balizas e equipamentos sonoros), constituem-se, também, como um fator de segurança para todos os que andam no mar. Entre outros, podemos aqui referir os VTS, o AIS, o LRIT (Long Range Identification and Tracking of Ships), mas também os próprios navios, as aeronaves e os *drones*, que cada vez mais poderão ser usados para conhecer o panorama de superfície.

Outra área que contribui de forma inquestionável para este objetivo é a dos documentos náuticos sendo que devem ser usados apenas os que são publicados por organismos com competência para tal e que complementam a informação disponível a bordo para uma navegação segura. Entre outros, encontramos aqui os roteiros, as cartas de navegação – ainda em papel, mas também as eletrónicas -, as listas de luzes e de outras ajudas à navegação.

Embora todas as áreas aqui apresentadas tenham um papel importante na segurança marítima, o elemento humano terá sempre a primazia quando se trata de as priorizar. O recrutamento e a preparação de todos os que vão desempenhar funções a bordo, mas também em infraestruturas portuárias ou de apoio à navegação, serão sempre matérias da maior importância no âmbito da segurança marítima e da segurança da navegação. De salientar neste ponto que o erro humano continua a estar na base direta, ou indireta, de mais de dois terços dos acidentes no mar, ou mesmo mais em algumas abordagens a esta matéria. Esta componente começa no recrutamento dos marítimos devendo ser recrutados apenas aqueles que tenham formação adequada - ministrada por entidades credenciadas - para a execução das várias funções que terão de desempenhar a bordo. Por outro lado, a formação básica inicial é fundamental para um marítimo. O desenvolvimento tecnológico atual e a permanente evolução e atualização dos conceitos e equipamentos obrigam a que os marítimos, à semelhança do que acontece com as restantes profissões, necessitem de formação e atualização permanente, nos mais variados campos da atividade por si desenvolvida. Tal como noutras atividades, apenas com bons profissionais, com uma boa formação de base e com treino específico para o desempenho das suas funções será possível pugnar por mais segurança a bordo e em todas as atividades relacionadas com o setor marítimo-portuário. É, por isso, fundamental que existam boas escolas e universidades, além de bons professores e equipamentos de simulação.

Em relação à carga, também não pode ser esquecida a questão do carregamento e da estiva que ainda hoje estão na origem de muitos problemas de segurança que, em última instância, podem levar a acidentes graves, como facilmente se constata nas estatísticas dos acidentes marítimos nacionais e internacionais.

Neste conjunto de temáticas, não menos importante do que as anteriores, existe um outro fator imprescindível à segurança marítima que é o cumprimento das regras de navegação que constam na Convenção COLREG e no Código Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar.

Finalmente, há ainda outras áreas que contribuem para a segurança marítima na perspetiva *safety* que optámos por distinguir das anteriores uma vez que se prendem com a resposta aos acidentes e incidentes, incluindo, portanto, numa dimensão de resposta em vez de prevenção. Trata-se da preparação de um Estado para garantir a salvaguarda da vida humana nos espaços marítimos de responsabilidade e da investigação técnica dos acidentes e incidentes marítimos.

Em relação à primeira, estamos a falar dos mecanismos que devem estar implementados para socorrer pessoas e que se enquadram no âmbito SAR. Tenham ou não áreas

SAR atribuídas por via da ratificação de instrumentos internacionais como é o caso da Convenção SAR de 1979 – caso em que as responsabilidades são acrescidas – um Estado com mar deve ter instituídas formas de responder a problemas desta natureza com um quadro legal adequado e com meios capazes de cumprir esse objetivo. Para cumprir esta obrigação de um Estado, deve existir um quadro jurídico onde constem as responsabilidades nacionais deste contexto e bem assim a forma como o Estado pretende cumprir esta obrigação perante a comunidade marítima que usa os seus espaços marítimos. Para responder no mar, devem ser usados todo o tipo de meios existentes nesse Estado, enquadrados por um sistema que inclua prerrogativas de coordenação de todas as entidades que participem neste sistema.

No que concerne à investigação técnica de acidentes e incidentes marítimos, estamos a falar de mecanismos que permitam aos Estados cumprir obrigações internacionais e ir ao encontro de interesses nacionais ao procurar perceber o que correu mal com vista a tentar evitar que se repita no futuro. Esta matéria consta na própria CNUDM (art.º 94.º), mas também nas Convenções SOLAS, Load Lines, SAR e MARPOL, havendo mesmo um Código que trata especificamente desta matéria: o Código de Investigação de Acidentes Marítimos da OMI. De referir que os organismos que prosseguem esta missão têm caraterísticas bem definidas, como gozarem de independência e autonomia para poderem realizar as investigações sem interferências externas. Também deve ser ressaltado que este tipo de investigações são meramente técnicas, não se destinando a encontrar a culpa nos acidentes. Para isso, devem existir outros mecanismos e instituições, normalmente de cariz policial.

Figura 3: Assuntos que contribuem para a segurança marítima na perspetiva *safety*

Um ponto fundamental que tem de estar subjacente a todas estas áreas é, como temos vindo a referir pontualmente, o enquadramento jurídico, sem o qual não há sustento legal para se trabalhar em qualquer uma delas. Com um quadro jurídico adequado queremos dizer que o Estado deve produzir a legislação que entenda contemplar todos os aspetos desta importante componente da segurança, adotando para o quadro jurídico interno a regulamentação internacional relevante, mas também outra legislação que entenda ser necessária para este fim. Na figura 3 sintetiza-se, esquematicamente, o que ficou dito.

A segurança marítima na área *security*

Na perspetiva *security*, um Estado com interesse no mar tem de estar preparado para lidar com as ameaças desta natureza com que pode ter de se confrontar, algumas das quais já se identificaram anteriormente. Também aqui a existência de um quadro jurídico adequado às necessidades da comunidade marítima é o primeiro garante do bom funcionamento do setor marítimo-portuário e de todas as atividades com ele relacionadas.

Pese embora sempre tenham existido problemas no mar provocados por atos deliberados - especialmente a pirataria -, nas últimas décadas não só ressurgiu esta matéria com contornos algo distintos dos de há séculos atrás, como houve que enfrentar uma tipologia nova relacionada com atentados terroristas contra navios, infraestruturas portuárias, empresas e outros interesses conexos. Infelizmente, é hoje fácil identificar casos em que o terrorismo ensombra a livre navegação e o livre comércio de bens por via marítima. A última forma desta ameaça se revelar é através de ataques informáticos a interesses deste setor, com graves prejuízos a nível global.

Para responder às possíveis manifestações de perigo neste domínio, a comunidade internacional criou regulamentação – através da OMI e de outras instâncias com esta prerrogativa – que seriam depois adotadas pelos Estados em todas as modalidades já abordadas. Estado de Bandeira, Estado de Porto e Estado Costeiro. Como se sabe, embora tenha havido problemas antes disso, o marco que ficaria associado a uma viragem de página definitiva nesta área foi o atentado às torres gémeas, em Nova Iorque, a 11 de setembro de 2001. Apesar deste atentado não ter uma ligação direta ao mar e aos seus interesses, a verdade é que esteve na origem de uma grande pressão dos Estados Unidos da América sobre a OMI para que se elaborasse e publicasse regulamentação específica para dar resposta a este problema. Surgiu, assim, o International Ship and Port Facility Security Code (Código ISPS) que seria *agarrado* à Convenção SOLAS para ser mais fácil e rapidamente adotado. Outro instrumento legal internacional da OMI com aplicação nesta área é a Convention for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Maritime Navigation (Convenção SUA), de 1988.

No âmbito da UE foi publicado o Regulamento n.º 725/2005, do PE e do Conselho, mas como deixou de fora do respetivo âmbito de aplicação o espaço portuário – uma vez que o Código ISPS só se aplica a navios e instalações portuárias (terminais) – houve que complementar as disposições do Regulamento com a Diretiva n.º 2005/65/CE, do PE e do Conselho.

Neste contexto, para que um Estado possa estar preparado para garantir as suas responsabilidades deve, como já mencionado, adotar as regras internacionais aplicáveis e instituir, internamente, uma estrutura bem definida, legal e institucional, com a identificação dos atores que devem intervir e com os procedimentos que melhor se adequem a esta realidade. Esta regulamentação trouxe a necessidade, por exemplo, de ser nomeada uma autoridade nacional competente e oficiais de proteção para tratar desta relevante área que engloba a necessidade de se realizar

uma avaliação de proteção em relação aos navios, aos terminais e aos portos que, por sua vez, deve estar na base da elaboração de planos de proteção para todos eles. É ainda importante uma base sólida de cooperação e articulação entre todas as entidades envolvidas assim como a realização de simulacros (exercícios) e de auditorias, tudo com vista a melhorar a capacidade de resposta face a problemas desta natureza. Na figura 4 encontram-se os principais assuntos que relevam para este efeito.

Figura 4: Assuntos que contribuem para a segurança marítima na perspetiva *security*

Atores e estado da arte em Portugal

Em todas as áreas de interesse da segurança marítima, em ambas as perspetivas apresentadas, encontramos organizações, entidades públicas e privadas, e mesmo cidadãos, que têm responsabilidade direta sobre as mesmas.

Na área *safety*, e no que respeita à **conceção e construção dos navios**, o panorama em Portugal é o seguinte:

- A Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – na qualidade de AdmM - aprova planos e certifica a construção de navios e determinadas embarcações, embora possa, como referido, delegar algumas destas responsabilidades em certificadoras;
- A Autoridade Marítima aprova planos de construção de certas embarcações, nomeadamente de pesca;
- As Organizações Reconhecidas atuam no quadro de responsabilidades delegadas pela AdmM;
- As universidades e centros de investigação formam técnicos e investigam métodos e caraterísticas das plataformas;
- Os arquitetos, engenheiros construtores navais e técnicos de todas as áreas relevantes para a operação de um navio executam os planos e acompanham a construção e manutenção dos navios e embarcações;
- Os estaleiros e outras empresas do setor atuam dentro das suas responsabilidades neste processo.

Relativamente aos **equipamentos (e outros materiais e documentação) de bordo**:

- A DGRM regula esta matéria e representa o Estado português nas organizações internacionais onde se decidem as regras sobre a mesma;
- A Autoridade Marítima Nacional (AMN) atua no âmbito de determinadas embarcações em que a lei prevê que assim seja, mais uma vez principalmente nas embarcações de pesca local;
- Os proprietários e os armadores devem procurar melhores equipamentos e materiais (cuidado especial na pesca e recreio) e assegurar o cumprimento das regras em vigor;
- Os estaleiros e outras empresas atuam no âmbito da instalação destes equipamentos e garantem o seu bom funcionamento;
- O Instituto Hidrográfico publica documentação náutica relevante para a segurança da navegação;
- O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) prevê condições de tempo e mar e divulga essa informação.

Relativamente aos **equipamentos de apoio em terra e no mar**:

- A DGRM, na qualidade de ANCTM, trata dos sistemas e serviços de acompanhamento e controlo da navegação (VTS, MONICAP, AIS, LRIT);
- A AMN, através da Direção de Faróis e dos capitães dos portos e comandantes locais da Polícia Marítima, opera o sistema Costa Segura e presta apoio à navegação quando necessário (por exemplo no reboque a pequenas embarcações de pesca e de recreio);
- A Marinha, através das suas unidades navais e dos respetivos sistemas de comando e controlo colabora neste âmbito;
- A GNR, através da Unidade de Controlo Costeiro, opera o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC);
- A Proteção Civil atua com meios e sistemas próprios;
- As empresas de reboque e de combate à poluição podem ser chamadas a intervir em apoio às entidades com responsabilidades diretas nestas matérias em caso de necessidade.

Relativamente à **formação, recrutamento e desempenho dos marítimos** (e de outros profissionais que atuam no mar):

- A DGRM regula esta matéria para setor marítimo-portuário;
- A Marinha contribui para a formação neste contexto através da Escola Naval e a Escola de Tecnologias Navais;
- A AMN contribui também para este objetivo através da Escola da Autoridade Marítima;
- A Escola Náutica Infante D. Henrique forma os oficiais da marinha mercante e ministra outra formação a marítimos;

- O FOR-MAR contribui com a formação nas áreas da mestrança e marinhagem;
- As universidades e politécnicos contribuem na formação em áreas de interesse para o setor marítimo-portuário;
- As escolas do recreio contribuem para a formação dos navegadores de recreio.

Relativamente ao **carregamento e estiva**:
- A DGRM atua enquanto entidade reguladora;
- As administrações portuárias atuam na sua esfera de competência;
- Os concessionários nos portos garantem condições para que as manobras de carga e descarga sejam executadas adequadamente;
- Todos os profissionais do setor (estivadores, carregadores, etc) executam tarefas de acordo com regras e procedimentos implementados pelas entidades responsáveis;
- A Polícia Marítima verifica condições dos navios para saída dos portos.

Relativamente ao **cumprimento das regras de navegação**:
- A DGRM adota instrumentos legais internacionais e promove elaboração de regulamentação nacional;
- A AMN colabora na regulamentação nacional e prepara os seus próprios profissionais;
- As entidades formadoras preparam marítimos (todas as categorias de todos os setores), como já referido;
- Os capitães dos portos e comandantes locais da Polícia Marítima conduzem instrução dos processos de incumprimento;
- O Tribunal Marítimo julga casos de incumprimento destas regras;
- O GAMA produz recomendações de segurança resultantes de acidentes com origem em falhas desta natureza.

Relativamente aos **mecanismos de resposta a acidentes e incidentes:**
- A DGRM adota regulamentação internacional e colabora com restantes entidades;
- A Marinha, através dos Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo, assume a coordenação das ações SAR;
- A AMN colabora na elaboração de regulamentação sobe esta matéria e, através da Autoridade Marítima Local e do Instituto de Socorros a Náufragos garante o socorro a náufragos;
- Os capitães dos portos assumem as funções de Comandante das Operações de Socorro (COS) em ações de proteção civil no espaço de jurisdição marítima;
- A Proteção Civil colabora no âmbito da competência própria e faz parte da estrutura auxiliar do SAR;
- As corporações de bombeiros colaboram com AMN e atuam no âmbito das competências próprias;

- As empresas de salvação marítima (*salvage*) podem atuar de acordo com lei (Decreto-lei n.º 203/98, de 10 de julho).

Relativamente à **investigação técnica de acidentes e incidentes**:
- O GAMA investiga acidentes e incidentes e produz relatórios e recomendações de segurança;
- A DGRM informa o GAMA sobre acidentes de que tenha conhecimento através do Centro do Controlo do Tráfego Marítimo;
- As AdmP, os armadores, os comandantes e os mestres, entre diversas outras entidades, informam o GAMA sobre a ocorrência de acidentes e incidentes marítimos de que tenham conhecimento;
- A AMN, através dos seus órgãos e serviços, informa o GAMA sobre acidentes e incidentes de que tenha conhecimento;
- Os capitães dos portos e comandantes locais da Polícia Marítima realizam inquérito ao sinistro de acordo com o previsto no art.º 13.º do DL 44/2002.

Relativamente à **proteção marítima (*security*)**:
- A DGRM atua como Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e dos Portos (ACPTMP), nomeadamente dirigindo o Conselho Consultivo Nacional para esta área, conduzindo auditorias e recebendo o sinal de alerta/emergência *ship security alert system* (SSAS), quando emitido por um navio de bandeira portuguesa;
- As Forças Armadas (Marinha e Força Aérea) atuam no âmbito das suas responsabilidades em apoio às autoridades com responsabilidades próprias na matéria;
- A AMN colabora nesta matéria no quadro das competências que lhe estão atribuídas, nomeadamente através dos capitães dos portos e comandantes locais da Polícia Marítima que dirigem o CCOPP e participam na Comissão de Proteção do Porto;
- As AdmP dirigem as Comissões de Proteção dos Portos e podem dirigir, tal como os capitães dos portos, os CCOPP;
- As instalações portuárias (terminais) procedem como previsto na lei, o que passa, entre outros, pela nomeação do oficial de proteção e pela elaboração do respetivo plano de proteção;
- As companhias portuguesas nomeiam os respetivos oficiais de proteção e elaboram os planos exigidos por lei;
- Os responsáveis pelos navios cumprem o que lhes compete, designadamente nomeiam o oficial de proteção e elaboram os planos de proteção para os navios;
- As polícias também atuam neste contexto dentro do quadro de competências próprias.
- As empresas privadas de segurança já podem operar a bordo de navios de bandeira portuguesa (Decreto-Lei n.º 159/2019 de 24 de outubro).

A componente ambiental da segurança marítima

Apesar das questões ambientais não terem diretamente a ver com a segurança de pessoas, navios e cargas, estão relacionadas com a atividade do setor marítimo-portuário e, por isso, é-lhes conferida grande relevância neste domínio. Isto porque as atividades relacionadas com este setor podem resultar em graves danos ambientais que importa prevenir. Sempre que da atividade dos navios ou de plataformas no mar resultam acidentes que provocam o derrame de substâncias perigosas no meio ambiente marinho, além da divulgação massiva do sucedido numa perspetiva mediática, procura-se rapidamente perceber o que correu mal para tentar evitar que tal volte a suceder. Daí que exista, de facto, uma relação muito estreita entre as atividades enquadráveis no âmbito do setor marítimo-portuário e a necessidade de proteger e preservar o meio marinho.

Assim, podemos assumir hoje que desde que se pensa na construção de um navio, até à sua operação e manutenção, e ainda ao destino final que o mesmo vai ter no final da vida útil, tudo é ponderado com base na prossecução de boas práticas ambientais. A sustentabilidade das atividades que envolvem este setor é, pois, uma premissa de base em tudo o que relaciona com o transporte por via marítima, mas também com outras áreas de interesse no mar.

A importância dada a nível internacional a esta matéria está bem patente num lema usado pelo OMI: "Safer Ships, Cleaner Seas". Neste domínio, a OMI trata, em primeira mão, de assuntos como a regulamentação sobre prevenção e combate à poluição por navios, aprovação de áreas marinhas particularmente sensíveis, aprovação de *emission control areas* (ECAs) e *sulphur emission control areas* (SECAs), aprovação de procedimentos/*guidelines* sobre locais de refúgio para navios em dificuldade, aprovação de procedimentos sobre recolhas de resíduos, ou ainda sobre reciclagem de navios. De relevar o papel da Convenção MARPOL 73/78 que enquadra a questão da poluição por navios em todas as suas dimensões.

A UE também tem demonstrado uma grande preocupação com esta matéria, tendo produzido vasta regulamentação aplicável aos navios e aos portos, e tendo, inclusive, desenvolvido ferramentas de apoio aos Estados-Membros que os ajudem a lidar convenientemente com este tipo de questões. A *cleanseanet*, destinada a detetar derrames de substâncias poluentes no meio marinho, especialmente hidrocarbonetos, é apenas um de muitos exemplos.

Neste particular, a postura de um Estado com interesse no mar só pode ser de assumir as suas responsabilidades como Estado de Bandeira, de Porto ou Costeiro no sentido de cumprir e fazer cumprir as disposições em vigor em matéria de prevenção e combate à poluição do mar. A importância atual desta área de interesse do mar faz-se notar de muitas formas, sendo que chega a demonstrar o respeito e maturidade de um Estado perante a necessidade de tudo fazer para garantir a sustentabilidade do Planeta.

Pode dizer-se que Portugal tem esta responsabilidade bem presente tanto ao nível político, como técnico e operacional. Temos ratificadas as principais convenções da OMI sobre esta matéria assim como somos rápidos a adotar e a aplicar a regulamentação europeia com interesse neste domínio. Aqui, se uma boa parte das responsabilidades cabe à DGRM, outras

há que, tal como muitas matérias da segurança marítima, são repartidas por um conjunto de entidades dentro do SAM.

Por exemplo, a AMN tem a seu cargo, no âmbito do Plano Mar Limpo, a coordenação da resposta a acidentes que provoquem episódios de poluição do mar. Mas também as AdmP têm a mesma responsabilidade quando tais acidentes (os mais pequenos) ocorram no respetivo espaço de jurisdição – tal como previsto no Decreto-lei n.º 46/2002, de 2 de março. Algumas das matérias mais relevantes sobre este assunto que Portugal já tem regulamentadas são, justamente, o combate à poluição do mar, a remoção de destroços no mar, a identificação e a atuação em caso de pedido de um local de refúgio para um navio em dificuldade ou a implementação de uma área marinha particularmente sensível (da Europa Ocidental) com mais cinco países. De referir que tem também previsto no programa do atual Governo e na nova Estratégia nacional para o Mar 2021-2030 (ENM), a proposta de uma ECA na costa ocidental do Continente.

O problema é que não basta regulamentar. É preciso implementar medidas concretas no seu seguimento, coisa que nem sempre fazemos bem, ou pelo menos com a rapidez desejada. Tal é o caso dos locais de refúgio que, apesar de termos leis sobre o assunto, nunca se procurou criar as condições para o seu cumprimento.

De qualquer modo, em termos gerais, é importante salientar que Portugal é um Estado bastante responsável a este respeito e tem feito um grande esforço para corresponder a esta exigência global. Os diferentes intervenientes, públicos e privados, têm cada vez mais a consciência da importância desta matéria a nível nacional, mas também regional e mesmo mundial.

Conclusões

Ninguém tem dúvidas da importância da navegação marítima para a economia mundial. Mas todos sabem também que esta atividade apresenta perigos para as pessoas, os navios, as cargas e o meio ambiente marinho. Por isso, a procura de formas de garantir a segurança no mar, em todas as suas dimensões, começou cedo na história deste tipo de atividade, tendo melhorado muito ao longo dos tempos. Porém, apesar disso, ainda hoje se sucedem muitos acidentes e incidentes que importa evitar a para assim se minimizar o seu impacto na atividade económica e no meio marinho.

Neste trabalho procurou-se apresentar uma perspetiva da forma como um Estado com interesse no mar – nas suas múltiplas áreas – deve atuar, nas modalidades de Estado de Bandeira, Estado de Porto e Estado Costeiro, com vista a assumir as responsabilidades que resultam a ratificação de instrumentos jurídicos internacionais ou, no caso dos Estados-Membros da UE, da adoção da regulamentação por si produzida neste contexto.

Atendendo a que Portugal é um país com estas caraterísticas, apresentou-se a situação nacional em relação a esta matéria deixando o panorama em termos do que está feito e das entidades que têm competência e responsabilidades nesta área. Apesar do muito que temos feito, foram apontados alguns aspetos em que é preciso fazer mais com vista a estarmos melhor

preparados para as ameaças que se colocam no âmbito da segurança e da proteção marítimas a Portugal e aos nossos interesses no mar e nas atividades com ele relacionadas.

Por outro lado, podemos estar certos de que a preocupação com a segurança no mar e, especificamente, com os navios, seus tripulantes, passageiros e cargas nunca deixará de se fazer sentir. Pela importância que este setor possui em diferentes áreas da sociedade até se pode esperar que possa aumentar. Da mesma forma, também não se pode esperar que a preocupação com a proteção e preservação do meio marinho se desvaneça pela absoluta importância que tem para a envolvente humana e sua subsistência.

Em síntese, deixam-se algumas ideias conclusivas, mais para reflexão futura do que propriamente para caraterizar ou criticar a postura do Estado português a este respeito:

- Portugal está ciente das suas responsabilidades nesta matéria e tem mostrado capacidade para responder às necessidades com que se depara neste contexto;
- Tem um quadro jurídico consonante com o que é preciso e que responde às necessidades mais prementes. Quando, como é o caso de algumas das áreas aqui abordadas, não ratificou ainda os instrumentos internacionais da OMI, desenvolveu regulamentação nacional para o efeito;
- Existem lacunas no campo da cooperação institucional que deviam ser ultrapassadas (apesar do que se propala, continuamos a separar em vez de integrar algumas capacidades);
- É fundamental apostar em profissionais qualificados e motivados (a todos os níveis) para melhorar a performance nacional no setor marítimo-portuário;
- É preciso antecipar problemas em vez de responder com base no «desenrasca»..., pese embora não se deva menosprezar esta capacidade/habilidade tão caraterística dos portugueses;
- É mais importante planear do que prever;
- A existência de um plano nacional de segurança marítima poderá ajudar a responder ainda melhor às necessidades com que possamos deparar-nos, mas uma forte convicção nacional sobre a necessidade de trabalhar "em conjunto e ao mesmo tempo" é porventura mais eficiente e eficaz;
- Uma das medidas da ENM 2021-2030 que prevê "desenvolver uma Estratégia Nacional de Segurança Marítima, alinhada com a Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia", também poderá dar frutos, desde que bem elaborada e conduzida.

A MATEMÁTICA E O MAR: O FASCÍNIO DOS NÚMEROS, OS CÓDIGOS SECRETOS E SEUS LABIRINTOS

Comunicação apresentada pelo Académico
José Luís Viegas Freitas, em 20 de outubro

No dia 11 de Maio de 2019 realizou-se a XV Sessão Cultural conjunta do Instituto de Cultura Europeia e Atlântica - ICEA - com a Academia de Marinha, concretização de um protocolo cultural assinado entre estas duas instituições, em 22 de Janeiro de 2004.

Teve como tema "Os 600 anos do descobrimento do arquipélago da Madeira" e realizou-se na "Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva", na Vila da Ericeira.

A direcção do ICEA aproveitou a oportunidade para felicitar a Academia de Marinha pelas comemorações do seu 50º aniversário. Reitero aqui essas felicitações.

Nessa altura, o senhor Almirante Vidal Abreu, lançou-me um convite/desafio. Efectuar nesta Academia uma conferência, ainda sem sabermos como iria ser atribulado este ano. Era difícil resistir a uma oportunidade e privilégio destes e hoje aqui estou.

Como veremos é apenas uma conferência acerca de Matemática. Conversar sobre a história, as aventuras e a beleza desta ciência com uma audiência, é estimulante.

Temos uma 1ª parte - A Matemática e a Sociedade - com um comentário crítico ao comportamento social na apreciação desta ciência. Uma 2ª parte - O Fascínio dos Números - com pedaços da história e da criatividade dos homens. Finalmente - O Código Secreto - com a selecção de um número, ícone da beleza, e a sua associação ao mar.

Fica também aqui uma homenagem ao "Matemático Desconhecido", seja ele egípcio, sumério, indiano, grego ou português. Todos os anónimos que contribuíram para a criação, desenvolvimento e divulgação da Matemática.

A Matemática e a Sociedade:

Quem gosta de Matemática, no seu sentido mais abrangente, aproveita todas as oportunidades para a divulgar e explorar todos os seus aspectos lúdicos e culturais.

Podíamos falar das mais variadas fórmulas, símbolos do conhecimento e recorrer a equações que, diz-se, mudaram o mundo.

Deixemos para os especialistas a procura e resolução dos grandes problemas desta disciplina.

Exemplo recente, a demonstração do último teorema de Fermat por Andrew Wiles em 1995.

Hoje, vamos ter apenas a opinião de um cidadão, preocupado com alguns comportamentos.

Incomodam-me os adeptos da depreciação da Matemática, tendo em conta a sua importância intelectual, informativa e cultural. Menosprezar uma matéria que apoia, cientificamente, uma grande parte da nossa vida de conforto é uma injustiça cultural.

Em tertúlias, reuniões familiares ou meios de comunicação, é incómodo ouvir, com frequência, frases socialmente chocantes, sobre esta disciplina. Exemplos, para meu desconforto social:

"Não sei nem gosto de Matemática";

"Na família ninguém é dotado para números"; "Há coisas muito mais interessantes para fazer do que perder tempo com a Matemática";

"Tenho amigos que estão muito bem na vida e chumbaram sempre a Matemática".

Paradoxalmente são os mesmos, creio, que para transmitirem rigor e eloquência utilizam termos Matemáticos na sua conversação corrente. Eis alguns exemplos:

"Entendemo-nos porque chegámos a um **denominador comum**";

"Como a **quadratura do círculo** não tínhamos solução»;

"O aumento das dificuldades é **exponencial";**

"Em **tese** e no **limite** podemos afirmar que não houve problema";

"Ele neste momento é um **zero** à esquerda"

A Matemática é uma das maiores criações humanas e gostaria que fosse reconhecida como tal. A nossa civilização tem essa obrigação.

Acredito na conhecida afirmação de Ortega y Gasset: "O homem é ele e as suas circunstâncias", isto é, a envolvente social é determinante nas nossas vidas.

Tenho um exemplo próximo para o comprovar.

Quando passei a ser "gente", isto é, no início da minha instrução primária, tudo levava a crer que ia começar uma vida rumo ao mar. Por gosto próprio e apoio familiar, principalmente paterno. O caminho estava traçado: escola, liceu e ensino superior, rumo a uma profissão no âmbito da vida do mar.

Uma professora da escola e dois professores do liceu empurraram-me para a faculdade de ciências, onde mais dois professores completaram a mudança de rumo.

Um cidadão entusiasmado com uma matéria fascinante: a Matemática.

Tudo começou com o fascínio dos números, a aplicação de algoritmos incríveis, medições e a resolução de problemas inacreditáveis. Depois, matérias de uma crescente dificuldade: geometria, álgebra e cálculo. E também suas aplicações com as aulas do professor físico-poeta: Rómulo de Carvalho ou António Gedeão. Preferi sempre o poeta porque esse não dava notas!

Esta formação foi concluída na Rua da Escola Politécnica, na velha Faculdade de Ciências. Entrei lá, pela primeira vez, com os "Conceitos Fundamentais da Matemática", do professor Bento de Jesus Caraça, como companhia.

Estas circunstâncias retiraram-me de um projecto marítimo para uma vida terrestre.

Ironia do acaso (prefiro esta palavra a destino), hoje estou aqui, na Academia de Marinha a falar de Matemática.

Acredito no valor estético da Matemática e que essa apreciação pode ser cultivada, como acontece com outras áreas da nossa vida social (ex: pintura, poesia e música). Cultivada e transmitida na sociedade em conferências como esta.

O Fascínio dos Números

A Matemática faz parte da vida de todas as comunidades humanas e o seu desenvolvimento, nos últimos séculos, tem sido a base de outras ciências e do progresso tecnológico actual.

Para esta conferência escolhi uma breve visita guiada à História dos Números.

A História da Matemática é inseparável desta história, com os seus percalços, beleza e curiosidades. A sua compreensão é valorizada com este conhecimento.

O Homem, enquanto ser vivente recolector, viveu, reproduziu-se e evoluiu, durante muitos séculos. Em dada altura, quando dominava o fogo, os princípios básicos da agricultura e da domesticação dos animais, tornou-se num ser gregário, constituindo pequenos aglomerados. Terá sido uma decisão catastrófica para quem não gosta de trabalhar e não gosta de Matemática.

A quantificação daquilo que é seu, e não só, é o início de uma bela história dos algarismos.

O Homem na sua evolução intelectual terá começado por adquirir a faculdade de "sentido de número" (expressão usada à falta de melhor). Permitiu-lhe intuir se algo mudou, quantitativamente, numa colecção (faculdade presente em alguns animais).

Terá então sentido a necessidade de controlar melhor a quantidade das suas peças de fruta, sementes e animais domésticos.

Começou então a estabelecer correspondências entre peças e marcas em ossos, troncos e argila. A comprová-lo a descoberta de um osso de babuíno com várias sequências de entalhes: o osso de **ISHANGO**, descoberta do belga Jean de Brancourt (1920-1998) na República Democrática do Congo.

A partir daqui começa a **História dos Números.** Várias civilizações, espalhadas pela Terra - Casa comum da Humanidade - vão criar os seus códigos e símbolos numéricos. Alguns exemplos mais significativos: Sumérios (3300 AC); Egípcios (3000 AC); Chineses (1450 AC); Aztecas (1200 AC); Gregos (500 AC); Romanos (500 AC); etc.

Com explicações favoráveis, aceita-se que a fisiologia do Homem (dez dedos nas mãos) tenha contribuído para impor, na maior parte dos casos, a numeração com dez símbolos (numeração de base dez).

Para chegar ao nosso extraordinário sistema actual foram necessárias duas etapas: o princípio de posição e o **ZERO.**

O princípio de posição é para nós, hoje, de grande simplicidade, mas a humanidade levou milénios a descobri-lo e a aceitá-lo. Culturas como a grega e a egípcia não o consideravam.

Para tornar mais fácil a leitura dos números e a execução das operações aritméticas o Homem avança para a criação mais importante desta história, o **ZERO.**

Houve grande rejeição a este conceito inicialmente, pois os números foram criados para contar e não para assinalar o que não existe. A filosofia ocidental, em particular, tinha dificuldade em aceitar "o nada", isto é, o "vazio".

Cerca de 300 anos AC os Babilónios já tinham criado "cunhas" para ocupar os espaços vazios (futuros zeros) na utilização do ábaco.

Contudo, terão sido os Hindus a criar e concretizar o conceito deste novo número.

Brahmagupta, nascido em 598, terá tratado o zero como um número e estabelecido algumas regras para trabalhar com ele. Os Árabes adoptaram-no e transmitiram-no ao Ocidente.

Inicialmente, o Cristianismo rejeitou o conceito, mas as suas vantagens aritméticas em breve o vão exigir. Para tal aceitação muito terá contribuído o Papa Silvestre II, no fim do primeiro milénio.

Só no século XII, Leonardo de Pisa (1170-1250) vai contribuir decisivamente para a sua aceitação no Ocidente. Fá-lo com o seu livro "**LIBER ABACI"** e deu-lhe o nome de "**ZEPHIRUM"**. Esta designação será usada até ao século XV.

Até chegarmos à actual nomenclatura houve, ao longo dos séculos, muitos percalços e desentendimentos.

Os Pitagóricos tentaram manter em segredo a incomensurabilidade da raíz de dois. (valor da hipotenusa de um triângulo rectângulo com catetos de valor um). Hoje, são os números irracionais.

A demonstração da irracionalidade desta raíz foi apresentada por Euclides (315-255 AC) no seu livro "ELEMENTOS".

Com a operação subtracção surgem os números falsos. Hoje números negativos.

Descartes (1596-1650) nem sequer os aceitava como soluções de uma equação.

Outra crise surge com a raíz quadrada de menos um. Qual o sentido a dar a esta operação? A criatividade Matemática superou a dificuldade com a criação de um novo conjunto de números. Hoje números imaginários.

Todos os números, desde os mais intuitivos aos mais estranhos, não passam de abstracções da nossa mente. Na realidade, para alguns deles, encontramos uma ligação mais perceptível, ao que podemos talvez chamar, mundo real.

Perante estes desenvolvimentos talvez seja oportuna a citação de Leopold Kronecker (1823-1891): "Deus criou os números naturais (1,2,3,4,.....), tudo o resto é obra do Homem".

Hoje temos o sistema de numeração decimal de posição universalizado. Somos levados a pensar que temos um sistema perfeito, pela sua eficácia teórica e prática.

A história dos números não passa de um dos muitos capítulos de uma outra história, a da representação do universo, que talvez nunca chegue ao fim.

Presunçosamente, e parece que foi sempre assim, pensamos que estamos no estado último da notação numérica. Não tenho essa certeza com a evolução dos computadores e a procura de uma "inteligência artificial".

Quando estivermos aqui a celebrar os cem anos desta Academia que sessão sobre Matemática estaremos a discutir? E qual o futuro dessa sociedade?

Não resisto a colocar aqui uma notável fórmula, considerada por muitos como uma das mais belas de todos os tempos.

Devemo-la a Euler (1707-1783) que no seu trabalho "Introductio" (1748) a apresentou, relacionando os números **0, 1, e, i, π.** Temos:

$$e^{i.\pi}+1=0$$

Vamos ainda dar alguns exemplos de criatividade com a fascinante utilização dos números:

Número **Googol:** escreve-se 1 seguido de 100 zeros. Exemplo dado por uma criança de 9 anos para um número muito próximo de infinito. A utilização desta designação fê-la o seu tio, o matemático Edward Kasner. # Número de **O'Really:** utilizado pelo escritor irlandês, de nome Lambert O'Really num romance:

122333444455555666666777777788888888999999999.

Número das **Mil e uma noites:** na década de cinquenta do século passado o matemático Uhler calculou o valor factorial de 450, sem ajuda de computador. O resultado é um número com 1001 dígitos.

Número de **Azar:** na nossa civilização temos o 13.

#Número da **Sorte:** os designados palíndromos, isto é, os que se lêem da mesma maneira nos dois sentidos de leitura (capicuas).

Nós próprios, enquanto cidadãos, transportamos o princípio pitagórico. Tudo em nós é acompanhado por um número. Um exemplo: nº cartão cidadão, nif, nº segurança social, nº utente, nº telemóvel, nº código postal, nº cartão multibanco, nº código do telemóvel, nº Leitor Bertrand, nº Deco, nº Círculo de Leitores, etc.

Para homenagear os Sumérios vou dar a minha morada no sistema sexagesimal:

38º 58' 07" N ; 9º 24' 52" W

O Código Secreto

Desde os primórdios da nossa civilização que o Homem vive em busca da verdade para os mistérios que o rodeiam. Estuda padrões e procura sinais que o ajudem a encontrar respostas.

A Matemática tem sido uma boa ferramenta para descodificar partes do funcionamento do nosso Universo. Chegaremos, alguma vez, a um princípio unificador capaz de dar resposta às nossas dúvidas?

Agora vamos focar-nos num número ou código secreto que unifica a Arte, a Matemática e a Natureza, onde se inclui o Mar.

Refiro-me ao **NÚMERO DE OURO,** também designado proporção divina, número aúreo, etc.

Chamamo-lo número **FI** (letra grega Φ) em homenagem ao escultor do Parténon, na Acrópole de Atenas, de nome Fidias (500-432 AC?).

Este número nasce com Euclides, no seu livro "Elementos". Ele formulou do seguinte modo a determinação do seu valor, como um ponto que divide uma recta: "Diz-se que uma recta está dividida em média e extrema razão, quando o comprimento da linha está para a parte maior, como esta está para a menor".

A resolução desta equação dá o valor de: X=1,618....= FI. Sabemos ainda que este valor está associado à beleza e a formas equilibradas. Vejamos:

O PARTÉNON: a sua parte frontal corresponde a um rectângulo em que a razão dos seus lados é FI.

O HOMEM DO VITRÚVIO: obra de Leonardo da Vinci (1452-1519), representando o ideal de beleza do Renascimento, a razão entre o lado do quadrado e o raio do círculo é FI.

A SÉRIE NUMÉRICA DE FIBONACCI: Leonardo de Pisa escreveu a seguinte sucessão:

1 1 2 3 5 8 13 21 34 55 89 144 ..., onde cada termo é a soma dos dois anteriores.

Este matemático, também conhecido por Fibonacci, apresentou esta série no seu livro "Liber Abaci", já citado. O problema de origem desta série relaciona-se com o crescimento populacional de uma família de coelhos e não, directamente, com o número de ouro.

Kepler (1571-1630) demonstrou que a razão de termos sucessivos, tendem para o número FI.

O PENTÁGONO REGULAR: nesta figura geométrica, a razão entre a medida da diagonal e a medida do lado, toma o valor de FI.

A ESPIRAL LOGARíTMICA: pode ser obtida pela justaposição crescente de rectângulos aúreos, isto é, rectângulos cujos lados assumem os valores crescentes da série de Fibonacci, associada ao FI.

O BINÓMIO DE NEWTON: está associado ao triângulo de Pascal, constituído apenas pelos coeficientes numéricos dos seus sucessivos desenvolvimentos (n= 1,2,3,.....). A soma desses valores, na diagonal, corresponde aos números da série de Fibonacci que, como já vimos, as suas razões tendem para FI.

Não admira que o nosso Fernando Pessoa tenha escrito:

> "O binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo. O que há é pouca gente para dar por isso" (Álvaro de Campos).

Vimos até agora exemplos, na arte e na matemática, onde o número de ouro aparece. Também na natureza não é difícil encontrar a sua presença.

Está no desenho tempestuoso de um furacão. Podemos ver a espiral logarítmica na elegância das formas de uma galáxia.

Também em muitos frutos, plantas e flores, como por exemplo o girassol.

Por fim, vamos ao encontro do **número de ouro** com o **Mar.** Foi essa ligação que me deu inspiração para esta conversa aqui na Academia.

A Matemática e o Mar

Em 2019 o ICEA assinou um protocolo de cooperação com o C.J.C. – Comité de Jumelage de Camaret-sur-mer, vila situada na Bretanha. Para comemorarmos, decidimos realizar uma exposição de t-shirts pintadas, tendo como tema o Mar (foram 150 t-shirts).

Fui desafiado a participar, apesar da minha reconhecida falta de criatividade plástica. Foi a segunda vez que participei numa exposição. A primeira, na escola, com o desenho de uma nau. Ganhei um prémio. Agora, ganhei um redobrado fascínio pelos números.

A minha "obra de arte" era uma composição de uma **estrela do mar,** um **náutilos** e um número - o **número de ouro**. Os visitantes da exposição apenas se interrogavam pela presença do número. Nessa altura aproveitava para associar o número com o Mar, isto é, com a estrela do mar/pentágono e o náutilos/espiral logarítmica.

Estava ali a prova de que existia uma bela relação entre a Matemática e o Mar.

O FI - ícone da beleza - também estava no Mar.

Desfrutar a beleza é um privilégio do Homem e um contributo para minimizar as dificuldades dos labirintos da vida. Falar sobre Matemática numa sessão como esta, pode ser tão belo como ir a uma exposição de pintura, um sarau de poesia, um concerto de música ou passar algum tempo a contemplar o Mar. Em particular o Mar da Ericeira.

As coisas são belas porquê e para quê? Não sei a resposta. Quando estou em dificuldade recorro aos poetas. Vou fazê-lo, mais uma vez, para encerrar esta sessão.

Poema das coisas belas de António Gedeão

As coisas belas
as que deixam cicatrizes na memória dos homens,
por que motivo serão belas?
e belas, para quê?

Põe-se o sol porque o seu movimento é relativo.
derrama cores porque os meus olhos vêem:
mas por que será belo o pôr do sol?
e belo, para quê?

Se acaso as coisas nâo são coisas em si mesmas,
mas só sâo coisas quando coisas percebidas,
porque direi das coisas que são belas?
e belas, para quê?

Se acaso as coisas forem coisas em si mesmas
sem precisarem de ser coisas percebidas,
para quem serão belas essas coisas?
e belas, para quê?

CONTRIBUTOS PARA A SIMULAÇÃO DE FENÓMENOS DE CONFLITO SOCIAL USANDO MODELOS BASEADOS EM AGENTES

Comunicação apresentada pelo Capitão-de-mar-e-guerra
Carlos Oliveira e Lemos[1], em 3 de novembro

Resumo

Neste artigo, é descrito um modelo para simulação de fenómenos de conflito entre uma população e uma autoridade central. O modelo apresentado é uma extensão do modelo de Brookings devido a Epstein, Steinbrunner e Parker, no qual foram implementadas diversas extensões sugeridas pelas teorias do conflito social desenvolvidas por Ted Gurr e Gene Sharp, tais como o desaparecimento generalizado do medo de retaliação quando a dimensão dos protestos ultrapassa um certo limiar, as variações endógenas da percepção de legitimidade em função da intensidade e frequência dos protestos, e o contágio de disposição devido a redes de contactos próximos ou de activistas. São ilustradas explorações do modelo para diversos conjuntos de parâmetros representativos de situações tais como a estabilidade e instabilidade de governos repressivos com legitimidade baixa, ou a instabilidade introduzida pelo contágio de disposição devido a redes de activistas. A discussão dos resultados é complementada com uma análise estatística descritiva dos eventos de conflito ocorridos em oito países Africanos durante a chamada "Primavera Árabe."

1. Introdução

O conflito social é uma característica fundamental das sociedades humanas [1, 2]. Está profundamente ligado à biologia e à evolução dos seres humanos. Os fenómenos de conflito são extremamente heterogéneos, e dependem do tipo e complexidade dos actores (desde estados e grandes grupos organizados até aos indivíduos), dos motivos desses actores, da escala, da intensidade, e ainda de padrões prévios de evolução no tempo. Compreender os factores potenciais dos processos de conflito, e em que circunstâncias estes factores podem degenerar em fenómenos de conflito em larga escala, é um tópico de grande importância no estudo da história, da ciência política, da sociologia, e da psicologia social. É também importante no âmbito das ciências militares, porquanto na actualidade as forças militares operam em missões de intervenção em crises, estabilização e manutenção da paz, para as quais é essencial a compreensão dos factores e da dinâmica dos processos de conflito entre populações e governos.

[1] Contacto: oliveira.lemos@marinha.pt

A história regista exemplos notáveis de como protestos de grandes multidões nas ruas causaram revoluções e quedas de regimes políticos, tais como a Revolução Francesa de 1789, a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, e a Revolução Iraniana de 1979 [3, 4]. Mais recentemente, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação (TIC) e das redes sociais (RS) originou um novo fenómeno, o das chamadas "revoluções sem revolucionários." O facto de estas novas tecnologias permitirem a activistas ou pequenos grupos convocarem, coordenarem e mostrarem imagens e vídeos de eventos de conflito em tempo real a uma audiência global, levou ao fenómeno recente das "revoluções sem revolucionários" [5, 6]. O exemplo mais notável desta realidade foi a chamada "Primavera Árabe," que levou à queda de regimes e à instabilidade em diversos países do Norte de África e do Médio Oriente, sem que nela se houvesse salientado um Lenine, um Mao Tsé-Tung ou um Fidel Castro.

Tradicionalmente, o estudo dos processos de conflito tem sido desenvolvido através de métodos indutivos ou de análises quantitativas. Os métodos indutivos conduzem à formulação de teorias para explicação dos fenómenos sociais. O objectivo destas teorias é identificação das variáveis-chave que descrevem o potencial de conflito e dos mecanismos explicativos da transformação desse potencial em aceitação pacífica (por exemplo, alternância de partidos no governo através de eleições livres em regimes democráticos), formas pacíficas de protesto (por exemplo greves, petições, e manifestações de rua), ou acções mais ou menos violentas (desde confrontos entre multidões de manifestantes e forças policiais, até movimentos de ocupação, ou formas mais violentas de confrontação como nos motins na Ucrânia em 2014). As análises quantitativas, geralmente baseadas em dados de questionários ou índices publicados por organizações, são efectuadas recorrendo a modelos estatísticos. Estes modelos são usados frequentemente para obter evidências que confirmem ou não as hipóteses levantadas pelas diversas teorias.

Figura 1 – Os métodos tradicionais de investigação em ciências sociais, e a nova fronteira: a simulação. Fonte: Autor.

Mais recentemente, o aumento da capacidade de armazenamento e da velocidade de processamento dos computadores, e o desenvolvimento de ferramentas de software tais como a programação por objectos e as plataformas para construção de modelos de simulação baseados em equações diferenciais e em agentes, abriu uma nova fronteira no estudo das ciências sociais: a simulação. A simulação social não é uma forma autónoma de investigação, independente das teorias e dos métodos quantitativos, mas integra essas duas formas de investigação e permite obter sínteses novas e uma compreensão mais profunda dos fenómenos sociais [7].

Neste artigo, é apresentado um modelo de simulação, baseado em agentes, para o estudo de processos de conflito social entre uma população e uma autoridade central [8, 9]. O modelo descrito é uma extensão do denominado Modelo de Brookings introduzido por Epstein, Steinbrunner e Parker [10, 11], e inclui implementações de mecanismos importantes sugeridos pelas teorias de conflito social de Ted Gurr [12, 13] e Gene Sharp [14]: a descrição do ressentimento contra a autoridade em função da privação relativa, a perda generalizada do medo quando a dimensão dos protestos ultrapassa um determinado limiar, as variações endógenas da percepção de legitimidade em função da intensidade dos protestos (a legitimidade diminui com os níveis de contestação e repressão), e o contágio de disposições devidos a interacções em rede. As características e capacidade gerativa e explicativa do modelo são ilustradas através de um conjunto de simulações. Alguns dos resultados são comparados e discutidos com base em análises estatísticas descritivas de grandes manifestações ocorridas em oito países Africanos durante a "Primavera Árabe."

O restante do presente trabalho encontra-se organizado da seguinte forma. Na secção seguinte é apresentado um breve resumo sobre a natureza da simulação social e uma das suas ferramentas mais poderosas: a simulação baseada em agentes. Segue-se uma secção na qual são abordados com mais pormenor o fenómeno do conflito contra entre uma população e uma autoridade central, e a evolução das teorias sobre a natureza, variáveis e mecanismos deste tipo de conflito. As duas últimas secções contêm, respectivamente, uma breve descrição do modelo desenvolvido e dos resultados obtidos, e uma síntese conclusiva.

2. Simulação social: o quê, porquê, para quê?

O que é a simulação social? De uma forma resumida, podemos definir a simulação social como a disciplina que recorre a modelos computacionais para estudar fenómenos sociais, dos mais diversos tipos [7].

É sabido que os modelos computacionais vêm sendo usados com êxito e desde há várias décadas nas ciências físico-químicas e em diversas disciplinas da engenharia, como sejam o cálculo de estruturas, o escoamento de fluidos em torno de automóveis, aviões ou navios, a previsão numérica do estado do tempo, a descrição das correntes oceânicas e da propagação da maré nas bacias oceânicas e nos estuários, e muitos outros problemas. Nessas disciplinas, os fenómenos naturais envolvidos obedecem a leis rigorosas e bem conhecidas (com a lei da gravitação), que envolvem quantidades que se podem medir. A dificuldade está geralmente na obtenção das soluções matemáticas, e é precisamente neste ponto que o desenvolvimento de meios computacionais poderosos (a supercomputação) revolucionou a nossa capacidade para tirar partido da generalidade das leis da física.

Nas ciências sociais a situação é muito mais complexa, por diversos motivos. Em primeiro lugar, as teorias dos fenómenos sociais não são geralmente resumidas em termos de um conjunto de equações, como acontece na física: nas sociedades, os indivíduos pensam e decidem, mas os electrões e os planetas não. Em segundo lugar, nas ciências sociais as variáveis-chave

(religiosidade, nacionalismo, etnocentrismo, legitimidade, ...) não se conseguem geralmente medir e agregar. Supondo que uma teoria de conflito formule hipóteses envolvendo variáveis plausíveis como sejam a "privação," a "expectativa," ou a "aversão ao risco," como podemos na prática medir essas variáveis? E ainda que as pudéssemos medir directamente, como combiná-las em fórmulas, quando a sua natureza é muito distinta? Para além destas dificuldades, e para que a simulação social pudesse nascer, foi necessário esperar pelo desenvolvimento de linguagens de programação baseadas em objectos e de plataformas que permitem adaptar esse tipo de programação à criação de 'sociedades artificiais.' Estas 'sociedades' são constituídas por entidades computacionais (objectos), denominadas 'agentes,' que representam de forma simplificada os comportamentos dos indivíduos, grupos, ou organizações, bem como as redes que descrevem a estrutura das interacções entre agentes.

Apesar destas dificuldades, durante as últimas duas décadas foram desenvolvidos alguns modelos computacionais que permitem explicar com êxito a dinâmica de muitos fenómenos sociais. Nasceu assim a simulação social.

Qual a motivação por detrás da simulação social? De um modo geral, podemos afirmar que se conseguirmos simular um fenómeno, isso significa que o nosso grau de conhecimento sobre esse fenómeno é muito elevado. Na acepção de Feynman, só compreendemos verdadeiramente o que conseguimos criar. É importante referir que os métodos da simulação social também são usados em disciplinas como a ecologia, no estudo da dinâmica de ecossistemas, como a interacção entre populações de predadores e presas. A simulação social, a simulação do comportamento de ecossistemas, da resposta do sistema imunitário, e da evolução genética, são problemas do âmbito do estudo de uma disciplina mais vasta: o estudo dos sistemas complexos.

Figura 2 – Natureza e conceito da simulação social, e a motivação para a aplicação desta metodologia. Fonte: Autor, com base na informação em https://pt.wikipedia.org.

Quais as vantagens da simulação social? Que potencialidades tem este novo método para ampliar as fronteiras do conhecimento sobre os fenómenos sociais?

Em primeiro lugar, e como já foi referido, a simulação reflecte um grau de conhecimento mais profundo do que as teorias e as análises quantitativas. De facto, a simulação parte de uma ou mais teorias, de informação quantitativa, e de modelos estatísticos, mas integra-os e permite obter sínteses novas, por vezes surpreendentes.

Por outro lado, a simulação é o único método que permite estudar em profundidade os efeitos decisivos da heterogeneidade e da aleatoriedade nos fenómenos sociais. Através da

simulação é possível explorar muitos cenários, o que não é viável na realidade porque não é possível alterar contextos sociais de forma arbitrária, e a história não pode ser "rebobinada."

Finalmente, a construção de modelos de simulação social permite também identificar certas variáveis com valores críticos, denominados *tipping points*, que quando ultrapassados alteram a dinâmica dos fenómenos. No caso do conflito social, podemos apontar os exemplos da perda generalizada do medo quando a dimensão dos protestos contra uma autoridade ou regime atinge uma magnitude considerável, da revolta generalizada quando sensibilidade às causas de privação ultrapassa um certo limiar (como no caso da "Primavera Árabe"), ou da revolta originada por um aumento súbito de um factor de provação percebido como ilegítimo (caso ao aumento do preço dos combustíveis e o movimento dos "coletes amarelos" em França). Deste modo, os modelos de simulação podem tornar-se ferramentas úteis de análise prospectiva.

Embora a simulação social seja uma disciplina recente, foram já propostos modelos para estudar uma grande diversidade de fenómenos. A figura 3 mostra alguns dos modelos propostos até ao momento. O livro de J. Epstein "Generative Social Science" [7] e a biblioteca de exemplos ("Models library") do sistema NetLogo [15] são duas fontes importantes, ilustrativas da variedade e potencialidades de alguns destes modelos. A lista de fenómenos estudados por esta via é vasta e bastante heterogénea. Alguns dos modelos referidos nesta figura são marcos importantes no estudo dos sistemas complexos e da simulação social. Um deles é o modelo de segregação social de Schelling [16, 17], que é notável pela sua simplicidade e poder explicativo. Schelling demonstrou que numa sociedade artificial com dois grupos de agentes, basta uma regra individual simples de preferência moderada por ter como vizinhos agentes do mesmo grupo para criar padrões macroscópicos (grandes áreas) de segregação residencial, como ocorre em muitas cidades dos Estados Unidos da América. Portanto, a segregação residencial emerge naturalmente de micro-motivações individuais, mesmo sem a imposição de quaisquer leis de segregação.

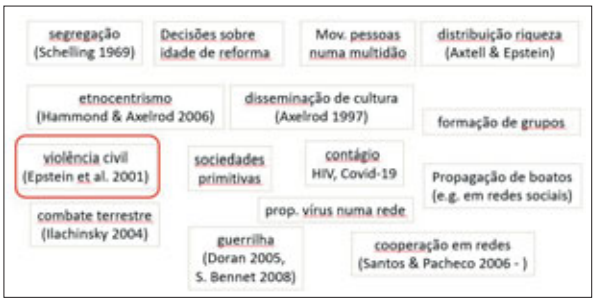


Figura 3 – Ilustração de alguns modelos de simulação propostos por diversos autores para o estudo de fenómenos sociais. Fonte: Autor.

No contexto do presente trabalho, assume particular importância o modelo de violência civil de Brookings, introduzido por Epstein, Steinbrunner e Parker [10]. Este modelo foi pensado como um modelo de violência civil, mas é aplicável a outros fenómenos de conflito cuja dinâmica é determinada pelas mesmas variáveis e regras de interacção. Este aspecto levanta uma questão importante: em que circunstâncias é que um modelo é aplicável ou adaptável ao estudo de mais do que um fenómeno? Esta questão também se coloca no estudo dos fenómenos físicos. Por exemplo, a difusão térmica e a difusão de um soluto obedecem a uma lei com

a mesma forma (lei de Fourier no primeiro caso, e de Fick no segundo), e são descritas pela equação da difusão. No caso dos fenómenos sociais, devido às particularidades anteriormente referidas, é mais difícil estabelecer quando dois processos podem ser descritos pela mesma regra de interacção e decisão, mas com parâmetros diferentes, ou as regras interacção e decisão são distintas.

3. Metodologia de desenvolvimento de modelos baseados em agentes

Na secção anterior, foram descritos sucintamente a natureza, âmbito e potencialidades dos modelos de simulação social. Nesta secção, serão abordadas as seguintes questões:

- Como se constroem estes modelos?
- Quais as ferramentas básicas usadas para os construir?
- Como funcionam, e que resultados permitem obter?

3.1 Esquema geral da metodologia de desenvolvimento

A figura 4 ilustra a metodologia geral de desenvolvimento e exploração de um modelo de simulação social. O ponto de partida é sempre uma ou mais teorias sobre o fenómeno que se pretende estudar. No caso do presente trabalho, o fenómeno a estudar é o conflito em larga escala entre uma população e uma autoridade central. É importante referir que este fenómeno tem algumas diferenças importantes relativamente ao conflito entre grupos, mediado ou não por uma autoridade central, ou relativamente a fenómenos de micro-escala como a confrontação entre manifestantes e forças policiais durante um protesto.

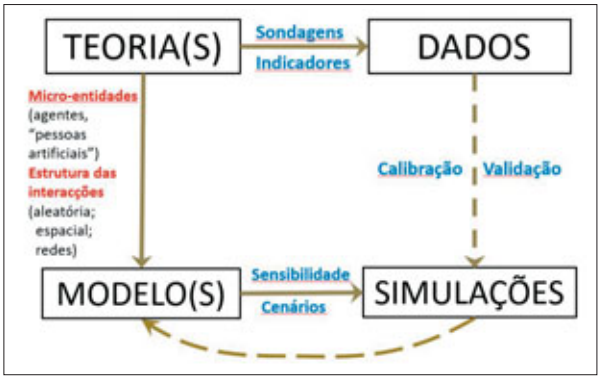


Figura 4 – Esquema geral da metodologia de desenvolvimento e exploração de um modelo de simulação social. Fonte: Autor.

As teorias devem descrever claramente os factores ou variáveis-chave e os mecanismos causais explicativos da dinâmica do fenómeno. Essas variáveis-chave e mecanismos causais têm de ser traduzidos em fórmulas matemáticas simples, que serão programadas nas entidades (agentes que representam indivíduos, grupos ou organizações) a incluir no modelo.

A partir dessa informação, procura-se construir uma 'sociedade artificial:' um 'espaço' com 'pessoas simplificadas' ou outras micro-entidades, que se programam com as variáveis e comportamentos básicos descritos pela teoria e traduzidos em fórmulas e regras de acção tão simplificadas quanto seja plausível. Essas micro-entidades podem ser ligadas por redes,

ou interagir aleatoriamente no espaço da simulação. Desse processo, resulta um modelo. Para calibrar e validar esse modelo, é necessário obter informação quantitativa sobre processos reais relacionados com o fenómeno a estudar. A comparação sistemática entre os resultados das simulações e os padrões identificados nos dados sobre o fenómeno em estudo, conduz ao aperfeiçoamento do modelo e à exploração de cenários. Na prática, este processo cíclico é bastante difícil e tortuoso.

3.2 Princípios dos modelos baseados em agentes

Existem dois tipos de entidades muito gerais usadas frequentemente na construção de modelos de simulação social: os agentes e as redes. A figura 5 resume as características gerais de cada um destes tipos de entidades.

Um agente é uma entidade – objecto computacional – situado num ambiente simulado, que é programado por forma a ter capacidade para receber informação desse ambiente (que inclui o espaço de simulação e outros agentes), processá-la internamente, e produzir uma acção (output) de forma autónoma [18]. A acção ou acções produzidas por um dado agente alteram por sua vez o ambiente, e as acções de outros agentes. Daqui podem resultar as chamadas 'propriedades emergentes' que estão no cerne do estudo dos sistemas complexos: sistemas compostos por muitas entidades que interagem entre si, originando padrões macroscópicos (propriedades emergentes) que não se conseguem deduzir a partir de cada uma das entidades individualmente.

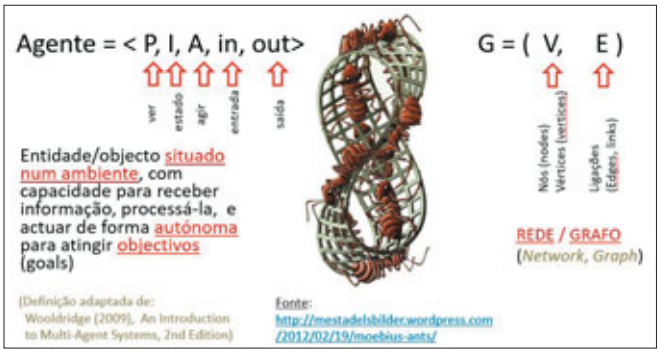


Figura 5 – Dois tipos de entidades muito usadas na construção de modelos de simulação social: os agentes e as redes. Fonte: Autor, sendo a figura central extraída de http://mestadelsbuider.wordpress.com/2012/02/19/moebius-ants/ .

Uma rede é simplesmente um par ordenado constituído por um conjunto de nós e um conjunto de ligações entre nós. Esta definição é muito geral, e daí decorre a existência de uma enorme variedade de redes. O estudo das propriedades topológicas, formação, eficiência, resiliência e outras características das redes é uma área de investigação muito vasta na matemática aplicada.

Em síntese, podemos afirmar que num modelo de simulação social os agentes são as entidades que interagem entre si, e as redes determinam a estrutura das interacções entre esses agentes. É de notar que as interacções entre agentes num espaço de simulação também pode ser conceptualizado como uma rede (as redes podem ter características muito variadas, e os nós e as ligações podem variar no tempo).

3.3 Fases do desenvolvimento de um modelo baseado em agentes

A figura 6 ilustra as fases de desenvolvimento de um modelo de simulação social.

A fase de concepção é a mais importante, porque os erros nela cometidos comprometem todas as fases seguintes e podem invalidar todo o processo. Pode parecer estranho, mas um dos problemas mais difíceis é estabelecer qual o objectivo do modelo! Por exemplo, o etnocentrismo e a xenofobia são fenómenos relacionados, mas as teorias e os modelos necessários para os estudar são diferentes. Por outro lado, etnocentrismo e integração de minorias, também são fenómenos relacionados, mas têm diferenças significativas. É muito fácil perder meses a desenvolver um modelo, para verificar a dada altura que o modelo descreve um fenómeno que não é o pretendido, ou não mesmo que não descreve nenhum fenómeno de interesse prático! Por exemplo, um modelo para descrever a percentagem de uma população que se manifesta abertamente contra um regime ou governo é diferente de um modelo para descrever a confrontação entre manifestantes e uma força policial em frente da Assembleia da República.

O resultado da fase de concepção é uma primeira descrição do modelo, que permita construir um protótipo simplificado do mesmo, o qual será aperfeiçoado progressivamente. No caso dos modelos computacionais na física e na engenharia, a descrição do modelo pode ser feita através das equações matemáticas que traduzem as leis que regem o processo a simular, e dos métodos de discretização que permitem transformar essas equações em equações lineares aproximadas que são resolvidas por métodos numéricos.

Figura 6 – Fases de desenvolvimento e exploração de um modelo de simulação social. Fonte: Autor.

No caso dos modelos baseados em agentes, como os usados na simulação social, convém dispor de um sistema padronizado que permita descrever o modelo de forma a que possa ser implementado concebidos por pessoas ou equipas diferentes, independentemente da linguagem ou plataforma de programação usadas. Um esquema muito usado é o chamado protocolo "Overview, Design Concepts, and Details" (ODD), proposto por Grimm et al. [19]. Esse protocolo é muito extenso e pormenorizado, porque tem que incluir todos os elementos que permitam a replicação do modelo. A tabela 1 mostra um subconjunto das secções que compõem a descrição ODD de um modelo. Em geral, usa-se uma versão reduzida com os itens mínimos para pôr a funcionar um protótipo de trabalho. A descrição completa vai sendo construída e modificada como parte integrante das fases de desenvolvimento ilustradas na figura 6.

A partir da descrição do protocolo ODD (resumido ou completo), constrói-se um modelo baseado em agentes para simular o fenómeno pretendido. Existem várias plataformas

Item	Descrição
Objectivo	Objectivo do modelo; tipo de fenómeno a simular
Entidades	Tipos de agentes, especificação dos agentes, e do ambiente do modelo (estrutura espacial e/ou redes)
Resumo dos processos principais (Process overview & scheduling)	Ciclo principal do modelo (envolvendo todos os agentes), e comportamento dos agentes (ciclo interno dos agentes)
Submodelos	Descrição dos submodelos que representam os processos descritos no item anterior
Resultados principais	Fenómenos explicados pelo modelo, propriedades emergentes, parâmetros com *tipping points*
Limitações	Referência às limitações inerentes às hipóteses e simplificações assumidas na construção do modelo

Tabela 1 – Resumo dos itens principais do protocolo ODD para descrição de um modelo baseado em agentes. Este conjunto de itens constitui a base para a construção de um primeiro protótipo de trabalho. O protocolo ODD completo é mais extenso, e pode ser consultado em Grimm et al. [19]. Fonte: Autor.

de software especialmente destinadas ao desenvolvimento deste tipo de modelos, mas quais é possível programar os agentes de forma a que estes sejam imbuídos com atributos e rotinas que representam a aquisição e processamento interno da informação, e os comportamentos dos agentes. Uma das plataformas mais usadas é o NetLogo [15], que permite construir e modificar protótipos com muita facilidade, e também produzir modelos já bastante sofisticados. Para modelos com muitos agentes, e agentes com estrutura interna complexa, é necessário recorrer a sistemas mais poderosos (baseados na linguagem Java). Contudo, estes últimos sistemas exigem mais experiência de programação do que o NetLogo, o que torna o desenvolvimento dos modelos mais lento e difícil.

Nas fases de verificação, validação e calibração, as questões mais importantes a responder são:

- Quais as fontes de informação quantitativa que podem ser usadas para parametrizar o modelo (obter valores plausíveis para todos os parâmetros)?
- Quais são as limitações da informação que é possível obter dessas fontes, tendo em conta o objectivo do modelo?

No caso do modelo descrito no presente trabalho, a parametrização do modelo foi efectuada com base em várias fontes de indicadores internacionais de legitimidade, desigualdade social, direitos e liberdades políticas. A calibração e validação foram realizadas recorrendo à Social Conflict Analysis Database (SCAD) [20, 21], da qual foram extraídos os registos de eventos de conflito social (nomeadamente manifestações pacíficas, motins, greves, e mesmo violência armada entre grupos organizados e forças policiais) em oito países africanos atingidos pela "Primavera Árabe."

Na prática, a parametrização e a validação são desenvolvidas paralelamente à análise de sensibilidade (que inclui a identificação de parâmetros com *tipping points* associados, e a

determinação da localização desses pontos no espaço dos valores possíveis dos parâmetros ou variáveis de inicialização) e à exploração do modelo. No caso do modelo descrito no presente trabalho, a estratégia de exploração foi baseada na atribuição inicial de valores plausíveis e representativos para os parâmetros fundamentais (como a legitimidade, o tipo de privação – económica ou política – e o coeficiente de Gini, que descreve a desigualdade da distribuição de valor numa sociedade), seguida da sobreposição de mecanismos adicionais (por exemplo, a variação endógena da legitimidade) e da investigação do impacto da variação desses parâmetros na estabilidade das sociedades artificiais simuladas – estabilidade, protestos intermitentes, ou revolta permanente e em larga escala.

4. Modelo de conflito entre uma população e uma autoridade central

Na secção anterior, foi apresentado um resumo sobre as generalidades, princípios e métodos da simulação social, com o objectivo de permitir uma melhor compreensão do modelo de conflito social aqui apresentado.

Como já foi referido, o conflito social é um fenómeno extremamente heterogéneo, e o seu estudo é eminentemente multidisciplinar. Por esse motivo, não existe uma taxonomia dos processos de conflito que seja reconhecida e aceite pela generalidade dos investigadores das ciências sociais.

Figura 7 – Classificação simplificada dos processos de conflito baseada na intensidade da violência, ilustrando algumas das áreas do conhecimento nas quais esses processos são estudados. Fonte: Autor.

A figura 7 mostra um esquema de classificação muito simplificado, no qual a intensidade da violência foi usada como critério de classificação. Esta figura ilustra dois pontos importantes. O primeiro é a existência de certas fronteiras, entre os eventos de conflito que envolvem um grande número de pessoas, mas que são pacíficos ou têm um nível de violência muito baixo, eventos onde há confrontação e violência não armada, e conflitos armados. Essas fronteiras estão relacionadas com o facto de a violência armada implicar a existência de agentes colectivos organizados (grupos armados, forças militarizadas ou forças militares). O segundo ponto é a possibilidade de haver escaladas entre os diversos tipos de manifestações de conflito. Por exemplo, uma manifestação pacífica pode degenerar num motim. Dependendo de factores contextuais, a confrontação com forças policiais numa grande manifestação inicialmente pacífica pode restringir-se a um grupo relativamente pouco numeroso de 'agitadores,' ou (mais raramente) envolver uma

percentagem significativa dos manifestantes. A figura 7 ilustra também a natureza multidisciplinar do estudo dos processos de conflito social.

O modelo descrito no presente trabalho tem como objectivo a simulação de processos de conflito em larga escala, (semi) auto-organizados, envolvendo uma parte significativa de uma sociedade, pacíficas ou com uma intensidade baixa da violência, conforme representados na parte mais à esquerda da figura 7. Pelas suas características, este tipo de fenómeno pode ser estudado de forma vantajosa recorrendo a modelos baseados em agentes, do tipo descrito na secção anterior.

4.1 Teorias sobre o conflito social

O estudo do conflito social (tal como o estudo da dinâmica da religião nas sociedades) desempenhou um papel muito importante no desenvolvimento da sociologia. Karl Marx (1818-1883) desenvolveu a sua teoria sobre o conflito social baseada na luta entre classes, entendida como a competição dos diferentes estratos sociais pelos recursos económicos. Max Weber (1864-1920) estudou o conflito social e identificou limitações importantes do conceito de "classe" e dos mecanismos de luta entre classes propostos por Marx. Max Weber mostrou que o conflito social é um fenómeno mais complexo do que assumido por Marx. Evidenciou a importância do Estado e da economia como elementos balizadores das condições de estabelecimento do conflito, e chamou a atenção para a importância da legitimidade, da autoridade, e da legitimação das instituições na análise dos processos de conflito [22, 23].

Georg Simmel (1858-1918) e Lewis Coser (1913-2003) combinaram elementos da teoria desenvolvida por Max Weber, e trouxeram uma visão diferente ao estudo do conflito social. Para estes dois autores, o conflito social não deveria ser encarado como algo negativo, mas sim como um ingrediente essencial da evolução das sociedades e da persistência da ordem social. Coser estabeleceu as raízes do conflito social na característica instintiva da vida humana, e relacionou a "consciência de classe" com o sentido de privação [24]. Para além disso, defendeu que os conflitos resultantes de privações materiais são menos intensos do que os que se desenvolvem em torno de valores emocionais ou "transcendentes." Para Ralph Dahrendorf (1929-2009) [25, 26], o poder é o elemento essencial na dinâmica do conflito, e não a existência de "classes," embora este autor tenha aceitado as ideias de evolução dialética de uma sociedade bipolarizada de Marx, e reconhecido a importância da legitimidade e da autoridade assinaladas por Max Weber.

As teorias propostas pelos autores referidos anteriormente contêm elementos importantes sobre os factores e mecanismos dos processos de conflito social, mas não são fáceis de transformar num modelo, porque não descrevem de uma forma esquemática esses factores e mecanismos. De facto, as teorias dos autores clássicos da sociologia tendem a focar a atenção nos fenómenos de escala macroscópica, e não na forma como os comportamentos de microescala (isto é, das pessoas) produzem esses fenómenos. Mais recentemente, Ted Gurr (1936-2017) propôs uma teoria baseada na psicologia. Essa teoria está baseada no conceito da "privação

relativa" como variável indicadora do potencial de conflito [13], e no mecanismo da frustração-agressão [27, 28] para determinar o resultado da transformação desse potencial em inação, resposta pacífica, ou reacção violenta por parte de uma parte significativa da sociedade [12].

O que é a privação relativa? Ted Gurr define-a como a diferença entre a expectativa de obter um determinado valor (nível de vida, maior liberdade, etc.) e o valor real [12, 13]. É importante referir desde já que a privação relativa só se transforma em potencial de conflito se for percebida como ilegítima. Quando a privação relativa percebida como ilegítima ultrapassa um certo limiar, para uma franja considerável da sociedade, dá-se uma revolta em larga escala. Ted Gurr propôs (na sequência de Davies [29]) três formas de evolução da privação relativa que levam à ultrapassagem desse limiar, e, portanto, à instabilidade social em larga escala (figura 8): degradação/*decremental* (por exemplo por declínio económico prolongado), aspiração/*aspirational* (expectativas defraudadas, promessas não cumpridas), e progressiva/*progressive* (que combina as outras duas formas). Esta última, também chamada "J-curve," é a mais interessante e habitual nos processos de conflito nas sociedades modernas, em que há crescimento continuado da economia e das expectativas, seguida de uma queda abrupta das capacidades, enquanto as expectativas continuam a subir. A crise financeira de 2007-2008 é um exemplo deste padrão. A teoria de Ted Gurr tem as vantagens de enunciar de forma clara as variáveis-chave (por exemplo, a privação relativa e a legitimidade) e de apresentar as hipóteses e mecanismos de uma forma muito clara e esquemática. Isso facilita a construção de um modelo conforme com a teoria. A exploração do modelo através de um conjunto de simulações, e a sua comparação com dados obtidos em processos reais, permitem avaliar a plausibilidade e poder explicativo quer da teoria quer do modelo.

Outro autor importante no estudo dos processos de conflito por meios não violentos é Gene Sharp (1928-2018) [14], que no seu livro "Da Ditadura à Democracia" propôs a chamada "Teoria da não-violência." A teoria da não-violência de Gene Sharp é mais informal e menos desenvolvida do que a proposta por Ted Gurr. Tem, no entanto, um propósito concreto: descrever uma estratégia para derrubar regimes autoritários. A teoria de Gene Sharp é importante no contexto do modelo descrito no presente trabalho, por ter sido citada muitas vezes como

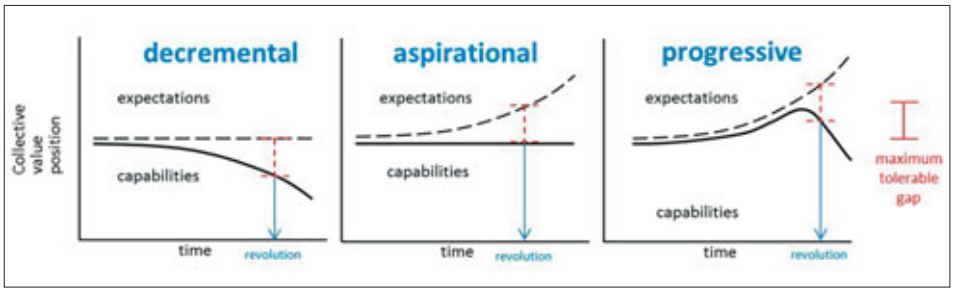


Figura 8 – Padrões típicos de evolução temporal da privação relativa (diferença, apercebida como ilegítima, entre a expectativa e a capacidade de uma franja larga da sociedade. Quando o nível de privação relativa ultrapassa um determinado limiar, dá-se uma revolta em larga escala [29, 13]. Fonte: Autor, adaptado de Ted Gurr, "Why Men Rebel" [13].

inspiração para a "Primavera Árabe," que foi utilizada como caso de estudo para comparação as simulações. Contém uma hipótese importante, que parece ser confirmada nos processos reais: na luta contra os regimes autoritários, há uma perda generalizada do medo entre a população quando os protestos atingem uma dimensão considerável. A implementação de uma forma matemática de modelar este fenómeno foi um dos contributos do modelo descrito mais adiante.

4.2 O modelo de Brookings (Epstein, Steinbrunner e Parker, 2001)

Epstein, Steinbrunner e Parker [10] propuseram um modelo baseado em agentes para a simulação de fenómenos de "violência civil" entre uma população e uma autoridade central.[2] Nesse modelo existem dois tipos de agentes: os 'cidadãos,' e os 'polícias' ou agentes da autoridade central. Os 'cidadãos' podem manter-se pacíficos ou manifestar-se abertamente contra a autoridade central ('revoltar-se'). Os 'polícias' tentam manter a ordem prendendo cidadãos revoltosos. Cada agente ('cidadão' ou 'polícia') tem uma regra de movimento (mover-se aleatoriamente dentro de um 'raio de visão' no espaço do modelo) e uma regra de acção.

No caso dos cidadãos, a regra de acção é: manifestar revolta (*active*) quando a diferença entre o ressentimento e o medo de retaliação ultrapassar um limiar determinado, caso contrário manter-se pacífico (*quiet*). A utilização de uma regra simples de limiar para descrever fenómenos de violência colectiva já tinha sido anteriormente proposta por Granovetter [30], sob uma forma mais simplificada. O ressentimento depende da diferença entre um 'valor' atribuído a cada 'cidadão' e a expectativa deste, obtida por comparação com os valores dos outros 'cidadãos' no raio de visão, e multiplicada pela ilegitimidade da autoridade central (parâmetro introduzido pelo utilizador). O medo de retaliação depende da relação entre o número de 'cidadãos' e o número de 'polícias' no raio de visão, e é programado através de uma expressão que modela o efeito da relação entre a influência colectiva ('apoio à revolta') e a capacidade de dissuasão dos agentes da autoridade.

No caso dos 'polícias' a regra de acção é simplesmente 'prender' um 'cidadão revoltoso' no seu raio de visão, escolhido aleatoriamente, no caso de pelo menos um 'cidadão revoltoso' se encontrar visível. Os cidadãos 'encarcerados' pelos 'polícias' ficam inibidos e são removidos do espaço de simulação durante um certo número de ciclos (equivalente a uma 'pena de prisão'), durante o qual não intervêm na 'sociedade artificial.' Os dois elementos-chave que geram os padrões de estabilidade ou instabilidade (eventos com muitos 'cidadãos revoltosos') são a influência colectiva, que pode aumentar a disposição para a revolta e diminuir a percepção de risco dos 'cidadãos,' e o efeito de memória criado pela prisão e libertação progressiva dos 'cidadãos revoltosos.'

[2] Estes autores propuseram também um segundo modelo, com uma concepção semelhante ao primeiro, para simulação do conflito étnico entre dois grupos rivais mediado por uma autoridade central. Neste trabalho, somente é referido o primeiro modelo (conflito entre uma população de cidadãos de um mesmo grupo, mas com atributos heterogéneos, e uma autoridade central).

Deste modo, a estabilidade ou instabilidade da sociedade depende de diversos factores: o nível geral de ressentimento; o limiar de transição de comportamento, que podemos interpretar como o 'nível de repressão" (se for baixo, os cidadãos manifestam-se facilmente, como ocorre em muitos protestos pacíficos em sociedades democráticas; se for elevado, é necessário um grande nível de ressentimento para este se tornar visível; se for extremo, como numa ditadura muito violenta com capacidade de retaliação, o protesto pode ser totalmente suprimido); e a relação entre o número de 'cidadãos' e o número de 'polícias' (que representa a capacidade dissuasora da autoridade central).

O modelo de Brookings reproduz com êxito alguns padrões observados em processos reais de conflito. Um dos resultados mais importantes é simulação de picos intermitentes de conflito (*punctuated equilibrium* [10, 11]): longos períodos de paz social, interrompidos com início (quase) imprevisível de eventos de conflito, com uma proporção significativa de 'cidadãos' a passar à condição de 'revoltoso' (*active*), suprimidos pelos 'polícias,' seguidos de novo período de calma e novo pico de instabilidade.

Outro resultado importante do modelo de Brookings foi a demonstração da diferença entre os efeitos de uma perda progressiva ou súbita da legitimidade. No caso de uma perda progressiva (por exemplo, devida a uma subida gradual dos impostos, percebida como ilegítima) a sociedade artificial mantém-se estável até que a legitimidade caia para valores muito baixos. No caso de uma perda de legitimidade súbita, como foi o caso da subida repentina do preço dos combustíveis em França que deu origem ao movimento dos "coletes amarelos," dá-se quase imediatamente um pico de revolta, ao qual se seguem outros picos intermitentes de contestação.

Um outro resultado importante do modelo de Brookings foi a demonstração de que quando a relação entre o número de 'polícias' e de 'cidadãos' baixa progressivamente, o que corresponde à autoridade central perder capacidade dissuasora no decorrer do tempo, a sociedade mantém-se estável até que essa relação baixa de um certo valor crítico, a partir do qual passa a haver instabilidade. Este resultado mostra que nos processos de conflito (e em outros fenómenos dos sistemas complexos) existem parâmetros com *tipping points*, cuja variação pode causar alterações drásticas na natureza das soluções.

4.3 Extensões do modelo de Brookings: Descrição do modelo desenvolvido

No âmbito do trabalho descrito no presente artigo, o modelo de Brookings foi generalizado de modo a incluir mecanismos importantes sugeridos pelas teorias de Ted Gurr e Gene Sharp, mantendo a estrutura simples: dois tipos de agentes, cada um com uma regra de movimento (aleatório, dentro de um determinado 'raio de visão') e uma regra de acção simples. Esses mecanismos são os seguintes:

- Modelação da 'privação relativa' e da sensibilidade à privação (para simular a diferença entre desigualdade económica e desigualdade/privação de direitos e liberdades) [31];
- Simulação da variação endógena da legitimidade (que no modelo de Brookings é um parâmetro fixo ou variável no tempo, mas não uma função do grau de contestação), com um

'efeito de memória' (a influência de um evento de conflito sobre a legitimidade percepcionada diminui com o passar do tempo) [32];

– Modelação do mecanismo da 'perda generalizada do medo' quando os protestos atingem uma dimensão considerável (proporção de 'cidadãos revoltosos' na sociedade artificial) [14];

– Contágio de disposições em rede [33, 34], como sejam redes de familiares/amigos, ou de activistas que comunicam com uma audiência através do Facebook ou do Twitter. Este mecanismo foi essencial nos movimentos do tipo da "Primavera Árabe" [6] ou da contestação ao governo de Hong-Kong, por dar origem ao fenómeno das "Revoluções sem Revolucionários."

Como funciona o modelo?

O primeiro passo consiste em criar o espaço da simulação e os agentes (figura 9). O espaço da simulação é um rectângulo constituído por células discretas. Nesse espaço de simulação, são introduzidos os agentes de ambos os tipos, em número especificado pelo utilizador. Durante a inicialização do modelo, os agentes são introduzidos em células que se encontrem vazias, escolhidas aleatoriamente. Cada célula só pode conter um agente ('cidadão' ou 'polícia'). Os agentes de ambos os tipos são dotados com um 'raio de visão' e de movimento (representado por linhas tracejadas na figura 9). Entre os cidadãos, podem ser definidas redes, através das quais se propaga o contágio de disposições [33, 13]. De entre os cidadãos, o utilizador pode escolher um número de 'activistas.' Cada 'activista' torna-se o nó central de uma rede em estrela dirigida, de tal modo que o conjunto de 'cidadãos' nos nós extremos das ligações dirigidas dessa rede representa a 'audiência de seguidores' do 'activista.' Como já foi referido, os 'cidadãos' e os 'polícias' movem-se aleatoriamente no espaço da simulação em cada ciclo do modelo, e possuem uma regra de acção.

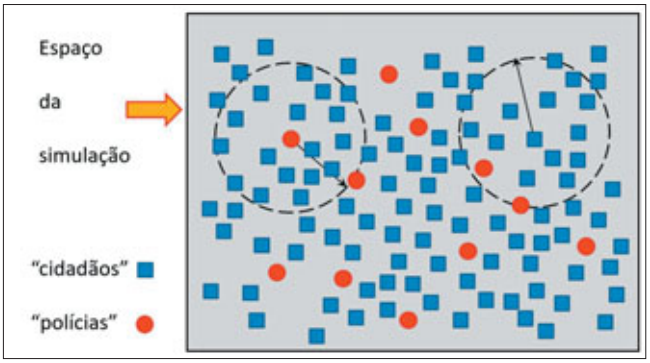


Figura 9 – Esquema da construção do espaço da simulação (ambiente da sociedade artificial) e dos agentes ('cidadãos' e 'polícias'). Fonte: Autor.

4.3.1 Regra de acção dos 'cidadãos'

A regra de acção dos 'cidadãos' é um dos elementos-chave do modelo. Cada 'cidadão' tem um nível de ressentimento, que é modelado como o produto da privação relativa pela ilegitimidade ($1 - L$, sendo L a legitimidade) da autoridade central. Ao ressentimento soma-se o contágio de disposição, que é uma variável transiente: cresce se o agente sofrer influência através das redes, mas decresce no tempo se não for realimentado por essas influências. O 'cidadão' tem

também um 'medo de retaliação' (ou de ser 'preso'), que é modelado como o produto da sua aversão natural ao risco pela probabilidade subjectiva de retaliação. Enquanto a diferença entre estas duas tendências (desejo de manifestar o ressentimento e medo de retaliação) for inferior a um determinado limiar, que podemos interpretar como o nível de repressão (elevado nos regimes autoritários), o cidadão mantém-se pacífico, ou seja, aceita pacificamente o exercício da autoridade por parte do governo. A figura 10 ilustra esta situação, no caso de um 'cidadão' no estado *quiet*.

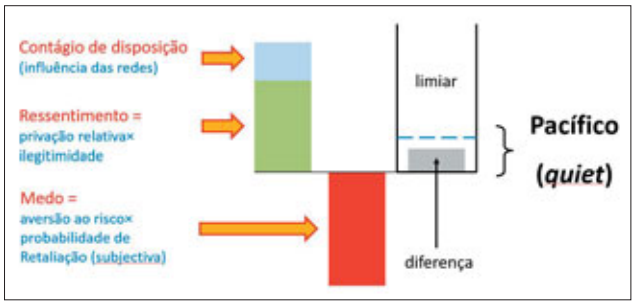


Figura 10 – Esquema ilustrativo da regra de acção de um 'cidadão' mostrando as variáveis que determinam o ressentimento e o contágio de disposição, o medo de retaliação, e a comparação entre diferença entre estes dois impulsos e o limiar de acção para o caso de um cidadão que se mantém pacífico (quiet). Fonte: Autor.

Se o contágio de disposição (representado pelo rectângulo desenhado a azul claro nas figuras 10 e 11), a probabilidade de retaliação (incluída no rectângulo desenhado a vermelho nas figuras 10 e 11), ou ambos, provocam um aumento da diferença entre o impulso para a manifestação contra a autoridade e o medo de retaliação, e essa diferença ultrapassa o limiar de acção (representado pela linha tracejada a azul na parte direita das figuras 10 e 11), o 'cidadão' muda de estado e torna-se 'revoltoso' (*active*). A figura 11 ilustra esta situação.

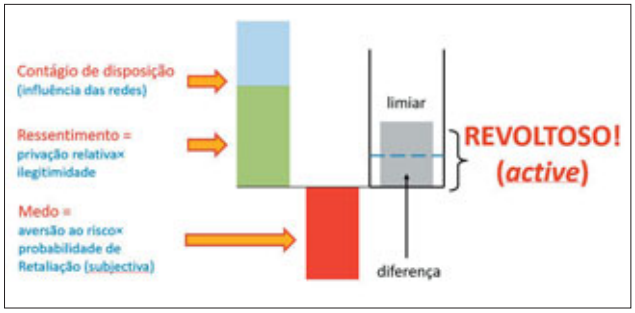


Figura 11 – Esquema ilustrativo da regra de acção de um 'cidadão' mostrando as variáveis que determinam o ressentimento e o contágio de disposição, o medo de retaliação, e a comparação entre diferença entre estes dois impulsos e o limiar de acção para o caso de um cidadão 'revoltoso' (active). Fonte: Autor.

Há, portanto, duas formas de um cidadão mudar de estado. Uma é o mecanismo do contágio de disposição, que é fácil de compreender. A outra (única implementada no modelo original de Brookings) é a diminuição da probabilidade subjectiva de retaliação. Como esta probabilidade é uma função da relação entre o número de polícias e o número de 'cidadãos revoltosos' no raio de visão, se o 'cidadão' vê um grande número de polícias à sua volta, mas estiver sozinho, não se revolta, mesmo que tenha um impulso significativo para o fazer; mas se vir muitos 'cidadãos revoltosos' à sua volta e poucos 'polícias,' revolta-se porque a sua avaliação subjectiva da probabilidade de retaliação baixa.

4.3.2 Acção dos 'polícias' (agentes da autoridade).

A função dos agentes da autoridade é manter a ordem. Quando ocorre um pico de revolta (evento com um número significativo de 'cidadãos revoltosos') os 'polícias' prendem sucessivamente os 'cidadãos revoltosos.' Cada 'polícia' só pode prender um 'cidadão' de cada vez que é activado no ciclo do modelo. Os 'cidadãos' presos ficam inibidos de executar as suas regras de movimento e acção e de influenciar os outros 'cidadãos' no espaço da simulação durante um determinado número de ciclos, que é variável dentro de um certo intervalo de tempo (a 'pena máxima') fixado previamente pelo utilizador.

A libertação progressiva dos 'cidadãos' presos, com 'penas' que não são idênticas em todos os casos, cria um efeito de memória no sistema. Em geral, são os 'cidadãos' com maior nível de ressentimento e contágio de disposição que desencadeiam novos picos de revolta. Esses agentes têm uma probabilidade elevada de serem 'presos' durante um pico de revolta. Enquanto não for libertado um número suficiente destes 'cidadãos,' não haverá condições para o início de um novo evento de contestação.

4.3.3 Processos de realimentação (*feedback*)

No modelo de Brookings generalizado há dois processos importantes de realimentação positiva, ambos inspirados nas teorias da não violência de Gene Sharp e dos pilares da legitimidade de Bruce Gilley [35, 32]. Um desses processos é a diminuição da legitimidade em função do número de 'cidadãos' revoltosos e encarcerados. Revolta e encarceramento representam oposição à autoridade, e a percepção de que esta não satisfaz as aspirações da população, e utiliza meios repressivos para se manter no poder, conduz a uma diminuição da legitimidade. Este mecanismo tem também um efeito de memória, pois a influência de um dado evento na legitimidade diminui no tempo.

O outro mecanismo de realimentação positiva é a perda generalizada do medo quando a proporção de 'cidadãos revoltosos' visíveis para um dado 'cidadão' ultrapassa um determinado limiar. Este mecanismo foi simulado através de uma forma específica da função que descreve a probabilidade subjectiva de retaliação. Os valores para esse limiar podem ser obtidos por comparação entre as magnitudes dos picos de revolta simulados e observados em processos reais (por exemplo, em bases de dados sobre eventos de conflito, conforme será ilustrado mais adiante).

4.3.4 Descrição do ciclo do modelo: funcionamento global

Uma simulação consiste em inicializar o modelo e executar um ciclo de operações, que corresponde a uma unidade de tempo, para um certo número de vezes (ciclos). O número de ciclos efectuados corresponde à duração da simulação. Num modelo deste tipo, o intervalo de tempo correspondente a um ciclo é indefinido, e tem de ser estabelecido de forma plausível. No caso vertente, podemos pensar em primeira aproximação que um ciclo do modelo corresponde a um dia (intervalo típico em que a informação chega a todos os agentes de uma sociedade, com os meios de comunicação actualmente disponíveis).

A figura 12 ilustra as fases de inicialização e o ciclo do modelo, isto é, o conjunto de operações realizadas em um passo de tempo. O ciclo do modelo consiste em activar todos os agentes no espaço da simulação (exceptuando os 'cidadãos presos') por ordem aleatória, e executar para cada agente as regras de movimento e acção. Após activar todos os agentes, o modelo executa um conjunto de operações necessárias à finalização do ciclo, nomeadamente a 'libertação' de 'cidadãos presos' (que tenham acabado de 'cumprir a pena') e a actualização de algumas variáveis globais para o ciclo seguinte.

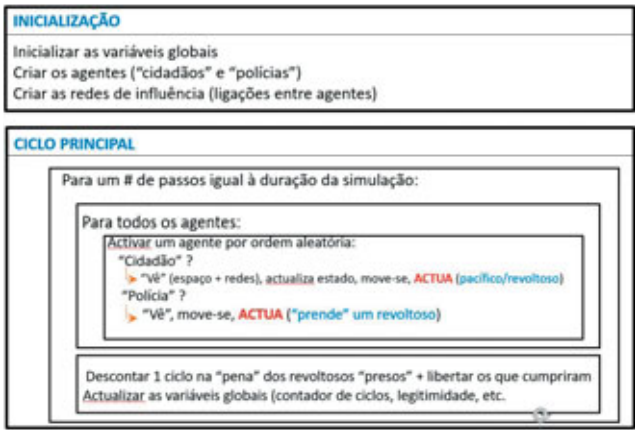


Figura 12 – Descrição do ciclo do modelo. Fonte: Autor.

Tendo em consideração a regra de acção para os 'cidadãos' e a estrutura do ciclo, como é que o modelo gera picos de agitação social, com um grande número de 'cidadãos revoltosos'?

As distribuições do 'valor' (que condicionará a 'privação relativa' e o nível de ressentimento) e da 'aversão ao risco' são heterogéneas (conforme estabelecido na fase de inicialização). Há alguns 'cidadãos' destemidos e com grande ressentimento, que se 'revoltam' muito facilmente – são 'agitadores.' Poderá haver também 'activistas' que alimentam o contágio de disposição da sua 'audiência.' Assim, estes 'cidadãos,' geralmente em número reduzido, actuam como 'sementes' da revolta, e contagiam outros 'cidadãos.' Se o nível geral de ressentimento for elevado, os 'agitadores' e 'activistas' criam um efeito dominó que é muito rápido (bastam dois ou três ciclos do modelo para que um número substancial de 'cidadãos' passem ao estado de 'revoltosos').

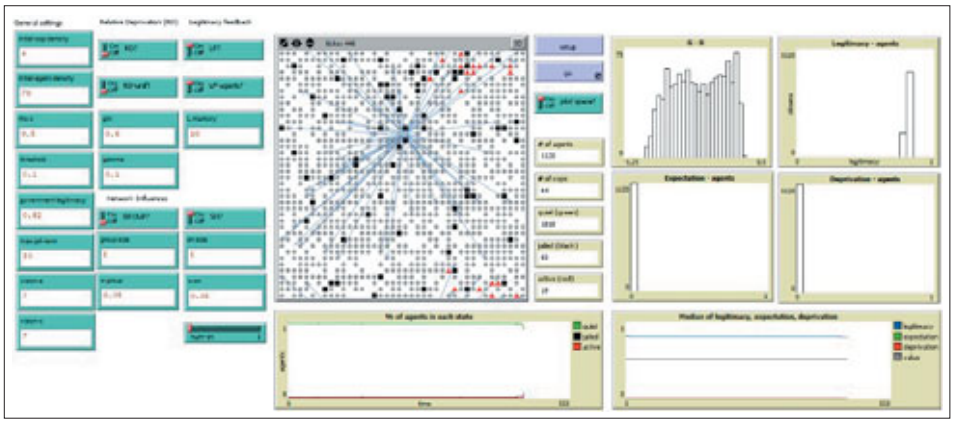


Figura 13 – Ilustração da interface do modelo, no início de um pico de revolta. Fonte: Autor.

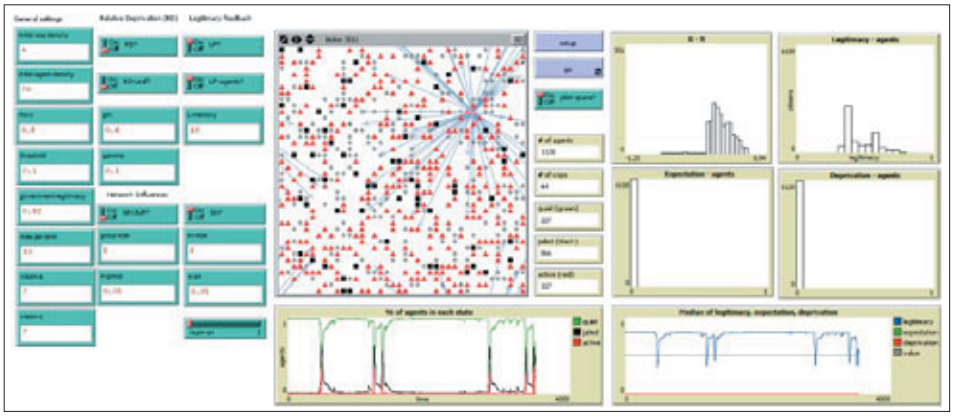


Figura 14 – Ilustração da interface do modelo ao fim de 3600 ciclos de simulação, durante a ocorrência de um grande pico de revolta. Fonte: Autor.

Quando ocorre um pico de agitação, os 'polícias' prendem sucessivamente os 'cidadãos revoltosos.' Como cada um desses agentes só pode prender um 'cidadão' de cada vez, o número de 'polícias' influencia directamente o intervalo de tempo necessário a suprimir um pico de instabilidade. Na versão actual do modelo, os 'polícias' não comunicam entre si e, portanto, não coordenam esforços. Esta limitação poderá ser mitigada em versões futuras, mais aperfeiçoadas.

A figura 13 ilustra a interface do modelo, no início de um pico de revolta. As caixas a verde à esquerda servem para definir todos os parâmetros da simulação. O quadrado ao centro mostra o espaço da simulação. Os 'cidadãos' pacíficos são representados por círculos cinzentos, os 'cidadãos' activos (revoltosos) por triângulos vermelhos, e os 'polícias' ou agentes da autoridade por quadrados pretos. Os histogramas à direita mostram as distribuições da diferença entre o ressentimento e o medo, e a percepção da legitimidade.

A figura 14 mostra a interface da simulação ao fim de 3600 ciclos, durante um grande pico de revolta. A densidade de 'cidadãos' é inferior à da figura anterior, porque muitos foram já 'encarcerados' pelos 'polícias.' É de notar que as distribuições da diferença entre o ressentimento e o medo e da percepção da legitimidade são muito diferentes das mostradas na figura 12. Nos gráficos da parte inferior, podemos ver que ocorreram diversos picos de instabilidade, com as correspondentes variações da legitimidade. Esses picos têm magnitudes variáveis – alguns foram relativamente pequenos, mas registaram-se seis de grande magnitude, como o que é ilustrado quando a simulação foi parada para obter a figura.

4.3.5 Resultados

Iremos agora apresentar alguns resultados interessantes obtidos com o modelo. Uma vez que a "Primavera Árabe" foi o processo de conflito escolhido para calibrar e validar o modelo, e para discutir alguns dos resultados, começaremos por mostrar informação descritiva sobre os eventos de conflito ocorridos durante esse período em oito países Africanos: Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia, Mali e Mauritânia.

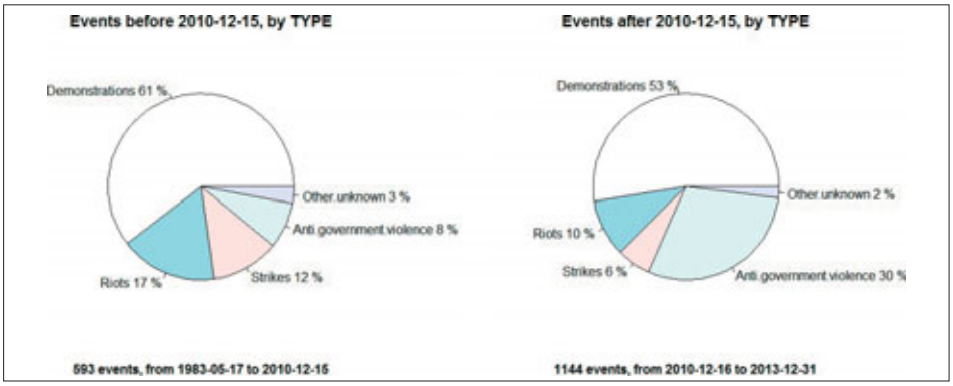


Figura 15 – Tipos de eventos ocorridos em oito países Africanos (Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia, Mali e Mauritânia), antes e depois do início da "Primavera Árabe." Fonte: Autor, a partir da Social Conflict Analysis Database (SCAD), Robert Strauss Center, https://www.strausscenter.org/ccaps-research--areas/social-conflict/database/.

A figura 15 mostra a distribuição dos eventos ocorridos nesses países, por tipo de evento, antes e depois do início da "Primavera Árabe," obtida a partir da informação existente na SCAD [21, 20]. Em primeiro lugar, é de notar que durante quase duas décadas antes do início da "Primavera Árabe" se registaram numerosos eventos de conflito, o que mostra que a insatisfação e a instabilidade já estavam presentes naquelas sociedades muito antes de se tornarem visíveis da forma que todos conhecemos. É também notório que a frequência dos eventos de conflito aumentou muito após o início da "Primavera Árabe" e até 31 de Dezembro de 2013. Finalmente, constatamos que a maioria dos eventos de conflito foram manifestações pacíficas.

A figura 17 mostra o registo temporal das manifestações ocorridas em dois dos países estudados, o Egipto e a Tunísia. Os limites das barras mostram as percentagens da população envolvidas nas manifestações. As barras a vermelho correspondem a eventos muito numerosos, sem informação quanto ao limite superior do número de participantes. É notório que os picos de revolta são intermitentes, tal como ocorre também nas simulações obtidas com o modelo. É também interessante notar que no Egipto se registaram grandes manifestações durante vários anos antes do início da "Primavera Árabe," o que indicia que a tensão

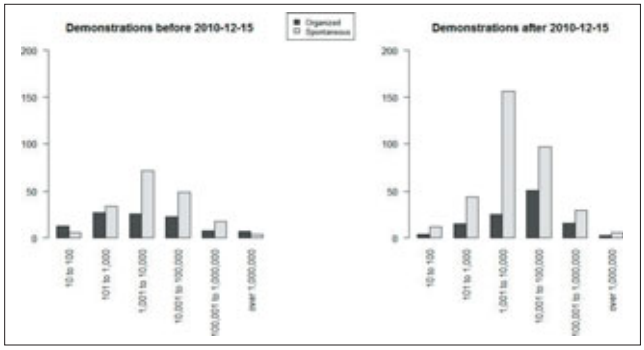


Figura 16 – Distribuições do número de participantes em manifestações pacíficas, organizadas e espontâneas, antes e depois do início da "Primavera Árabe." Fonte: Autor, a partir da Social Conflict Analysis Database (SCAD), Robert Strauss Center, https://www.strausscenter.org/ccaps-research-areas/social-conflict/database/.

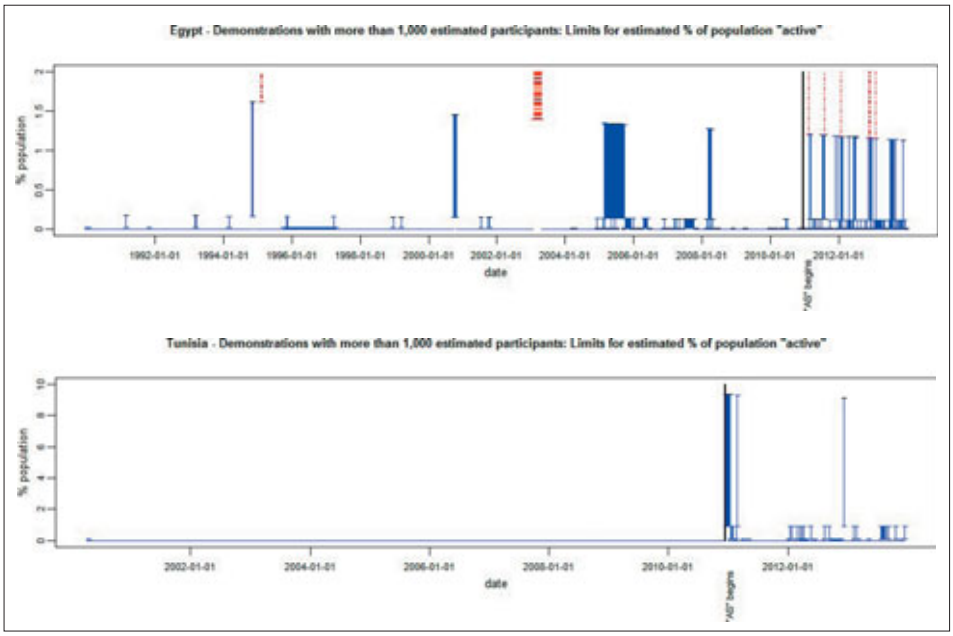


Figura 17 – Registo temporal das manifestações no Egipto (acima) e na Tunísia (abaixo), antes de depois do início da "Primavera Árabe." Fonte: Autor, a partir da Social Conflict Analysis Database (SCAD), Robert Strauss Center, https://www.strausscenter.org/ccaps-research-areas/social-conflict/database/.

naquele país já era elevada, especialmente a partir de 2005. Em contraste, na Tunísia, onde o movimento começou, não houve nenhum evento significativo durante esse período!

Após uma breve descrição do tipo, magnitude e evolução temporal de eventos de conflito nos oito países Africanos afectados pela "Primavera Árabe" para os quais existe informação disponível na SCAD, passamos a considerar alguns exemplos de simulações obtidas com o modelo.

O primeiro exemplo é a simulação do conflito entre uma população e um regime autoritário, com legitimidade baixa, privação política (de direitos e liberdades) e nível de repressão elevado. Este exemplo servirá também para ilustrar o processo de calibração do modelo e identificação de parâmetros com *tipping points* (figura 4).

A figura 18 ilustra o desenvolvimento do processo. Nesta simulação, foram escolhidos e fixados os valores dos parâmetros apropriados à situação descrita, e variado apenas o parâmetro que regula o mecanismo da "perda generalizada do medo" proposto por Gene Sharp, e denotado pelo símbolo ρ_c. Na parte de cima à esquerda, são mostrados dois gráficos com a variação das percentagens da população envolvida em eventos de conflito e do tempo em que se registam eventos de conflito (relativamente à duração total da simulação), em função de ρ_c. Observa-se que esse parâmetro tem dois *tipping points*, localizados nos valores 0,4 e 1,0 respectivamente. O primeiro está associado ao aparecimento da instabilidade (para valores inferiores, a magnitude dos eventos de protesto é quase nula), e o segundo a um aumento

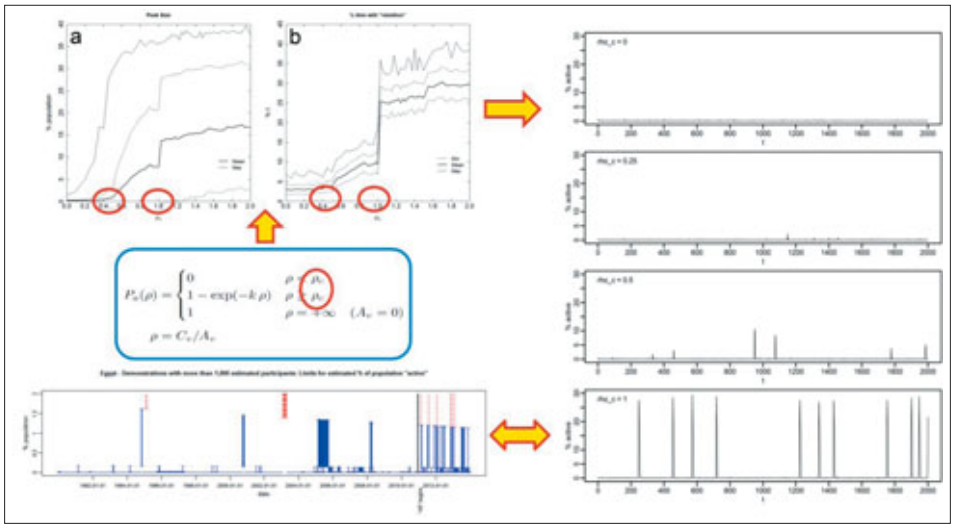


Figura 18 - Simulação de conflito contra uma autoridade central com legitimidade baixa, privação política e nível de repressão elevado. Ilustração do processo de calibração do modelo e identificação de tipping points. Fonte: Autor.

abrupto da magnitude e frequência dos eventos de conflito, o que corresponde a uma instabilidade permanente. Os gráficos à direita ilustram a magnitude dos eventos de conflito para quatro valores distintos de ρ_c. Comparando com a magnitude das grandes manifestações registadas no Egipto durante a "Primavera Árabe" (parte de baixo da figura, à esquerda) podemos concluir que um valor plausível para este parâmetro será $\rho_c \cong 0{,}25$ pois nessas condições a magnitude dos eventos simulados situa-se entre 5% e 10% da população. Deste modo, o modelo representou correctamente o mecanismo proposto por Gene Sharp na sua teoria da não violência. É de notar também que, à semelhança do ocorrido no processo real, os eventos simulados são intermitentes, e quer o instante de início quer a magnitude não são previsíveis de forma determinística.

O exemplo seguinte destinou-se a procurar uma resposta para a seguinte questão: para manter a estabilidade social num regime repressivo, é mais importante a capacidade dissuasora da autoridade central ou a sensibilidade à causa da privação? Ao explorar este problema, verificou-se que a dimensão da sociedade era um parâmetro importante, pelo que foram efectuadas simulações fazendo variar a percentagem de 'polícias' por habitante ('cidadão') e o parâmetro regulador da sensibilidade à privação, designado pelo símbolo γ, para duas sociedades: uma 'pequena' (representada por 1120 'cidadãos') e outra 'populosa' (representada por 10080 'cidadãos'). É de notar também que, na implementação do modelo (sensibilidade modelada através de uma lei de potência, conforme sugerido por Ted Gurr [13]), a estabilidade aumenta com o valor de γ.

A figura 19 ilustra os resultados obtidos para sociedades 'pequenas' (à esquerda) e 'populosas' (à direita). Estes resultados sugerem que a sensibilidade à privação é mais importante,

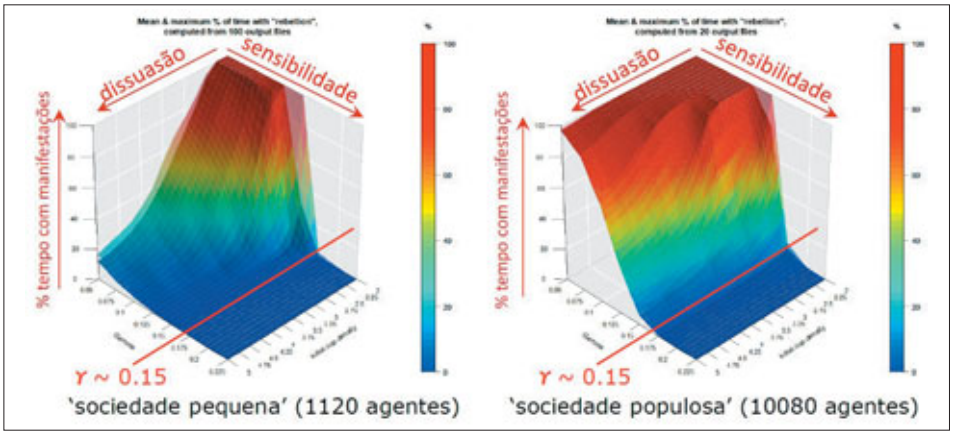


Figura 19 – Influência da capacidade de dissuasão de um regime autoritário vs sensibilidade da privação para a estabilidade social, em sociedades 'pequenas' e 'populosas.' Fonte: Autor.

porquanto para valores de γ inferiores a 0,15 há uma variação abrupta da frequência de eventos de conflito, ao passo que a variação com a percentagem de 'polícias' por habitante é mais gradual. Este efeito é particularmente acentuado nas sociedades 'populosas.' Em suma, se a sensibilidade à privação for elevada é difícil manter a estabilidade; as sociedades 'populosas' são mais difíceis de controlar; e parece existir um *tipping point* para a sensibilidade à privação a partir do qual haverá instabilidade social. Em termos qualitativos, todas estas conclusões estão em consonância com os resultados da análise descritiva dos eventos na "Primavera Árabe" apresentada anteriormente.

O terceiro e último exemplo que iremos apresentar é um estudo sobre a influência das redes de influência, por exemplo activistas no Facebook ou no Twitter, para o despoletar de eventos de conflito em situações de aparente estabilidade. Para o efeito, foram realizadas vinte simulações com os mesmos conjuntos de valores para os parâmetros iniciais e redes de 'activistas' presentes, numa situação que seria de estabilidade caso não existisse nenhuma dessas redes. A

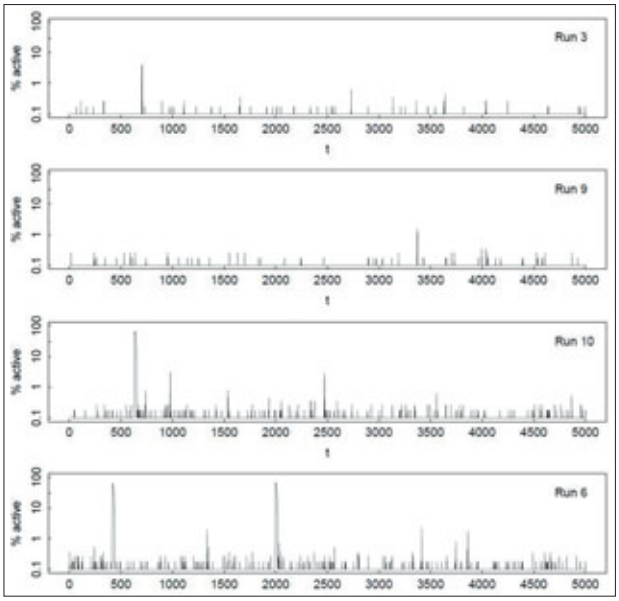


Figura 20 – Efeito do contágio de disposição devido a redes de activistas numa situação de estabilidade inicial. Fonte: Autor.

figura 20 ilustra os resultados obtidos nas simulações 3, 6, 9 e 10. Verifica-se que, embora os valores iniciais dos parâmetros sejam os mesmos, os resultados variam muito de simulação para simulação. Nos dois primeiros casos a contar do topo (simulações 2 e 9) os eventos registados envolveram menos de 10% da sociedade artificial, enquanto que nos outros dois casos (simulações 6 e 10) a magnitude de alguns eventos isolados atingiu quase 100% da sociedade (valor irrealista). Este conjunto de simulações sugere que as redes de activistas são um elemento-chave para despoletar eventos de conflito quando há tensão social, e que o seu efeito é altamente imprevisível.

Conclusão

Neste trabalho, foi apresentada uma breve introdução à metodologia da simulação social, e descrito um modelo baseado em agentes para o estudo de processos de conflito em larga escala entre uma população e uma autoridade central. O modelo descrito é uma extensão do modelo de Brookings proposto por Epstein, Steinbrunner e Parker, e inclui diversos mecanismos inspirados nas teorias do conflito social de Ted Gurr e Gene Sharp, nomeadamente: modelação do ressentimento em função da privação relativa, variações endógenas da legitimidade, a 'perda generalizada do medo,' a sensibilidade ao tipo de privação, e contágio de disposição através de influências de redes sociais (por exemplo, de activistas).

Os resultados do modelo foram comparados com os registos de grandes manifestações ocorridas em oito países Africanos afectados pela "Primavera Árabe," a fim de permitir a validação e calibração do modelo, bem como a identificação de parâmetros com *tipping points* associados.

As simulações efectuadas permitiram concluir que o modelo representa de forma plausível o efeito dominó que ocorre quando a dimensão dos eventos de conflito ultrapassa um determinado limiar ('perda generalizada do medo'). O parâmetro do modelo que controla este mecanismo tem *tipping points* associados, e é possível atribuir-lhe valores que reproduzem razoavelmente a magnitude dos eventos registados durante a "Primavera Árabe." O modelo permitiu ainda representar a sensibilidade à privação, e os resultados obtidos sugerem que essa sensibilidade é igualmente um factor determinante do potencial de conflito. As variações endógenas da legitimidade geram comportamentos muito complexos, pois o próprio regime (não apenas os eventos de conflito simulados) é intermitente (longos períodos de calma, interrompidos de forma imprevisível por eventos de conflito isolados ou grupos de eventos, com magnitude imprevisível). Finalmente, as simulações efectuadas com o modelo sugerem que o contágio de disposição por redes de activistas induz instabilidade e pode originar grandes picos de instabilidade em condições que de outra forma seriam de estabilidade.

Referências

[1] K. Allan, The Social Lens: An Invitation to Social and Sociology Theory, SAGE Publications, Inc., 2007.

[2] R. W. Rummel, Understanding Conflict and War Volume 2: The Conflict Helix, SAGE Publications, 1976.

[3] T. Kuran, "Sparks and Prairie fires: A theory of Unanticipated Political Revolution," *Public Choice,* vol. 61, pp. 41-74, 1989.

[4] T. Kuran, "Now Out of Never: The Element of Surprise in the East European Revolution," *World Politics,* vol. 44, pp. 7-48, 10 1991.

[5] H. Rheingold, Smart Mobs: The Next Social Revolution, B. Books, Ed., Basic Books, 2002.

[6] D. Faris, "Revolutions Without Revolutionaries? Social Media Networks and Regime Response in Egypt," 2010.

[7] J. M. Epstein, Generative Social Science: Studies in Agent-Based Computational Modeling, Princeton, 2006.

[8] C. M. Lemos, "On Agent-Based Modelling of Large Scale Conflict Against a Central Authority: from Mechanisms to Complex Behaviour," 2016.

[9] C. M. Lemos, Agent-Based Modeling of Social Conflict: From Mechanisms to Complex Behavior, Springer, Ed., Cham, Switzerland: Springer, 2018.

[10] J. M. Epstein, J. D. Steinbruner e M. T. Parker, *Modeling Civil Violence: An Agent-Based Computational Approach,* 2001.

[11] J. M. Epstein, "Modeling civil violence: An agent-based computational approach," *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America,* vol. 99, pp. 7243-7250, 2002.

[12] T. R. Gurr, "Psychological Factors in Civil Violence," *World Politics,* vol. 20, pp. 245-278, 1 1968.

[13] T. R. Gurr, Why Men Rebel, Routledge, 2011, p. 440.

[14] G. Sharp, From Dictatorship to Democracy, Fourth ed., The Albert Einstein Institution, 2010.

[15] U. Wilensky, "NetLogo," Northwestern University, Evanston, IL, 1999.

[16] T. C. Schelling, "Models of Segregation," *American Economic Review,* vol. 59, pp. 488-493, 5 1969.

[17] T. C. Schelling, "Dynamic Models of Segregation," *Journal of Mathematical Sociology,* vol. 1, pp. 143-189, 1971.

[18] M. Wooldridge, An Introduction to MultiAgent Systems, Second ed., John Wiley & Sons Ltd, 2009.

[19] V. Grimm, U. Bergern, D. L. DeAngelis, J. G. Polhill, J. Giskee e S. F. Railsback, "The ODD protocol: A review and first update," *Ecological Modelling,* vol. 221, pp. 2760-2768, 2010.

[20] The Robert S. Strauss Center, *Social Conflict Analysis Database,* 2015.

[21] I. Salehyan e C. Hendrix, "Social Conflict Analysis Database Version 3.1," 2014.

[22] D. Beetham, "Max Weber and the Legitimacy of the Modern State," *Analyse & Kritik,* vol. 13, pp. 34-45, 1991.

[23] D. Beetham, The Legitimation of Power, Palgrave Macmillan, 1991.

[24] L. A. Coser, "Social Conflict and the Theory of Social Change," *The British Journal of Sociology,* vol. 8, pp. 197-207, 1957.

[25] R. Dahrendorf, "Toward a Theory of Social Conflict," *The Journal of Conflict Resolution,* vol. 2, pp. 170-183, 1958.

[26] R. Dahrendorf, Class and Class Conflict in Industrial Society, Stanford University Press, 1959.

[27] J. Dollard, L. W. Doob, N. E. Miller, O. H. Mowrer e R. R. Sears, Frustration and Aggression, New Haven: Yale University Press, 1939.

[28] L. Berkowitz, "Frustration-Aggression Hypothesis: Examination and Reformulation," *Psychological Bulletin,* vol. 106, pp. 59-73, 1989.

[29] J. C. Davies, "Toward a Theory of Revolution," *Americal Sociological Review,* vol. 27, pp. 5-19, 1962.

[30] M. S. Granovetter, "Threshold Models of Collective Behavior," *The American Journal of Sociology,* vol. 83, pp. 1420-1443, 1978.

[31] D. Bischof, "Why Arabs Rebel - Relative Deprivation Revisited," 2012.

[32] B. Gilley, The Right to Rule. How States Win and Lose Legitimacy, Columbia University Press, 2009.

[33] D. Watts e P. S. Dodds, "Influentials, Networks and Public Opinion," *Journal of Consumer Research,* vol. 34, pp. 441-458, 2007.

[34] J. M. Epstein, Agent_Zero. Toward Neurocognitive Foundations for Generative Social Science, Princeton University Press, 2013.

[35] B. Gilley, "The meaning and measure of state legitimacy: Results for 72 countries," *European Journal of Political Science,* vol. 45, pp. 499-525, 2006.

LANÇAMENTO DOS VOLUMES DA HISTÓRIA DA MARINHA PORTUGUESA "VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS (1139-1499)" E "VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS (1824-1974)"

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 5 de novembro

Senhores Académicos, Senhores Convidados

Hoje é dia de festa para a Academia. E digo-o desta forma tão enfática pois considero que o projeto da "História da Marinha Portuguesa" é o maior projeto que a Academia de Marinha está a desenvolver e vê-lo ressuscitar certamente entusiasma os que vivem intensamente o que se passa nesta casa.

Quando o atual Conselho Académico foi empossado a situação era a que o quadro seguinte revela.

HISTÓRIA DA MARINHA

Volume	Tema	Período	Título	Coordenador	Publicação
1	Navios, Marinheiros e Arte de Navegar	1139 - 1499	**Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1139 - 1499**	**Fernando Gomes Pedrosa**	**1997**
2		1500 - 1668	**Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1500 - 1668**	**Francisco Contente Domingues**	**2012**
3		1669 - 1823	**Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1669 - 1823**	**José Malhão Pereira**	**2012**
4		1824 - 1974	Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1824 - 1974		
5	Portos e Comércio Marítimo	1139 - 1414	Portos e Comércio Marítimo 1139 - 1414		
6		1415 - 1499	Portos e Comércio Marítimo 1415 - 1499		
7		1500 - 1668	Portos e Comércio Marítimo 1500 - 1668		
8		1669 - 1823	Portos e Comércio Marítimo 1669 - 1823		
9		1824 - 1974	Portos e Comércio Marítimo 1824 - 1974		
10	Homens, Doutrinas e Organização	1139 - 1414	**Homens, Doutrinas e Organização 1139 - 1414**	**Humberto Baquero Moreno**	**1998**
11		1415 - 1499	Homens, Doutrinas e Organização 1415 - 1499		
12		1500 - 1668	Homens, Doutrinas e Organização 1500 - 1668		
13		1669 - 1823	Homens, Doutrinas e Organização 1669 - 1823		
14		1824 - 1974	**Homens, Doutrinas e Organização 1824 - 1974 Tomo I**	**António José Telo**	**1999**
			Homens, Doutrinas e Organização 1824 - 1974 Tomo II	**António Sousa Leitão**	**2008**
15	Viagens e Operações Navais	1139 - 1414	Viagens e Operações Navais 1139 - 1414		
16		1415 - 1499	Viagens e Operações Navais 1415 - 1499		
17		1500 - 1668	Viagens e Operações Navais 1500 - 1668		
18		1669 - 1823	Viagens e Operações Navais 1669 - 1823		
19		1824 - 1974	Viagens e Operações Navais 1824 - 1974		
20		1497 - 1499	**A Viagem de Vasco da Gama à Índia 1497 - 1499**	**José Manuel Garcia**	1999
21		1500 - 1501	**A Viagem de P. Álv. Cabral e o Descobr.º do Brasil 1500 - 1501**	**Max Justo Guedes**	2003
22	Carreira da Índia	1500 - 1863	Carreira da Índia 1500 - 1863		

Um projeto pensado desde 1991, que tinha sido aprovado em Assembleia de Académicos em 1994, apenas tinha publicado 7 volumes, embora um deles dividido em dois tomos, tendo os últimos dois volumes sido publicados em 2012. Não é demais dizer que o projeto estava morto. Tendo sofrido alterações ao longo da sua vida, tinha por base uma matriz de 4x5 (quatro grandes temas e 5 épocas históricas) a que acresciam três volumes adicionais, dois ligados a grandes viagens e um à Carreira da Índia. Não havia qualquer novo volume encomendado no início de 2016.

Decidi exonerar a Comissão Científica existente, nomeando uma nova se bem que mantendo o seu presidente, o Professor Francisco Contente Domingues e alguns dos mesmos vogais. Nomeei como coordenador do projeto o Senhor Embaixador João de Deus Ramos que, pelo seu falecimento foi substituído pelo Senhor Professor Victor Rodrigues e, de acordo com o Presidente da referida Comissão, encomendei a coordenação de um novo livro ao Senhor Comandante José Rodrigues Pereira.

O ritmo de publicações havido até então, 7 volumes em 22 anos, e o número de volumes ainda em falta, 15, a manter-se, levaria a que fossem necessários mais 45 anos para terminar este projeto. Isto é, nunca iria terminar. As razões para o sucedido são certamente várias em que uma delas terá sido a não existência de um financiamento assegurado para a sua continuação.

Pedi à Comissão Científica que me fizesse um ajustamento à planificação da obra de modo a torná-la mais exequível num horizonte em que fosse possível acreditar, daí resultando o seguinte quadro, aprovado em Assembleia de Académicos de 15 de Outubro passado e que já reflecte a situação à data de hoje.

QUADRO I

Volume	Tema	Título	Coordenador	Publicação
1	Navios, Marinheiros e Arte de Navegar	**Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1139 - 1499**	**Fernando Gomes Pedrosa**	**1997**
2		**Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1500 - 1668**	**Francisco Contente Domingues**	**2012**
3		**Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1669 - 1823**	**José Malhão Pereira**	**2012**
4		Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1824 - 1974		
5	Portos e Comércio Marítimo	Portos e Comércio Marítimo 1139 - 1499		
6		Portos e Comércio Marítimo 1500 - 1668		
7		Portos e Comércio Marítimo 1669 - 1823		
8		Portos e Comércio Marítimo 1824 - 1974		
9	Homens, Doutrinas e Organização	**Homens, Doutrinas e Organização 1139 – 1414**	**Humberto Baquero Moreno**	**1998**
10		Homens, Doutrinas e Organização 1415 – 1499		
11		Homens, Doutrinas e Organização 1500 - 1668		
12		Homens, Doutrinas e Organização 1669 - 1823		
13		**Homens, Doutrinas e Organização 1824 - 1974 Tomo I**	**António José Telo**	**1999**
		Homens, Doutrinas e Organização 1824 - 1974 Tomo II	**António Sousa Leitão**	**2008**
14	Viagens e Operações Navais	**Viagens e Operações Navais 1139 - 1499**	**José Rodrigues Pereira**	**2020**
15		Viagens e Operações Navais 1500 - 1668		
16		Viagens e Operações Navais 1669 - 1823		
17		**Viagens e Operações Navais 1824 - 1974**	**António Costa Canas**	**2020**
18	**A Viagem de Vasco da Gama à Índia 1497 - 1499**		**José Manuel García**	**1999**
19	**A Viagem de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil 1500 - 1501**		**Max Justo Guedes**	**2003**

A matriz passou a 4X4, reconhecendo-se que a data de 1415, embora de grande significado histórico, não constituía alteração significativa na vida da nossa Marinha. E aboliu-se o livro respeitante à Carreira da Índia por se considerar que a viagem de Pedro Álvares Cabral e aquilo que sobre os outros grandes temas se dizia com referência à época da Carreira não justificariam mais um livro específico sobre o mesmo tema.

Encomendado em 2019 um segundo livro à coordenação do senhor Comandante Costa Canas, também já terminado, chegamos ao dia de hoje. Como persiste a necessidade de completar o período de 1415 – 1499, resultante da anterior organização, para completar o volume de Humberto Baquero Moreno, ficam a faltar-nos 10 volumes, encontrando-se

um já encomendado em 2020 ao Senhor Comandante Alves Salgado e que será apresentado em 2021.

A manter-se a vontade de futuros Conselhos Académicos e assegurado que está o financiamento pelo Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, ao ritmo, perfeitamente exequível, de um volume por ano, poderemos estar em 2030 a assistir à finalização deste projeto. Já podemos assim acreditar.

Finalizo com uma palavra de agradecimento aos dois coordenadores das obras hoje apresentadas, cumprimento e agradeço a todos os que colaboraram nestes dois trabalhos pois a extensão dos respetivos períodos obriga a convidar especialistas nas diferentes épocas e áreas tratadas. Só assim se conseguem obras de referência, credíveis e respeitadas. É desta forma que a Academia de Marinha se faz respeitar.

É tempo de acreditar. É tempo comemoração.

Muito Obrigado.

LANÇAMENTO DOS VOLUMES DA HISTÓRIA DA MARINHA PORTUGUESA "VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS (1139-1499)" E "VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS (1824-1974)"

Palavras proferidas pelo Presidente da Comissão Científica
da História da Marinha Portuguesa,
Académico Francisco Contente Domingues, em 5 de novembro

Vem de longe a ideia de realizar uma *História da Marinha Portuguesa* de largo espectro: aliás, logo no primeiro volume deste projecto de que hoje se apresentam mais dois títulos o então presidente da Academia, CALM Rogério Geral de Oliveira, traçou um quadro cronológico que remete os inícios de tal desiderato para a obra de Manuel Inácio de Costa Quintela (1763-1838), autor de uns *Anais da Marinha Portuguesa*, "narração concisa e abrangente das batalhas navais, conquistas e viagens dos portugueses"[1], organizada cronologicamente, ao jeito do que se fazia na época[2]. Livro do qual, como se sabe, dispomos de uma reedição vinda à luz no quadro de um conjunto de publicações de alguns clássicos da historiografia de marinha que a Comissão Cultural de Marinha promoveu pelos anos setenta do século passado, edição valorada por uma nota biográfica do autor pelo CALM António Tengarrinha Pires[3].

Os últimos dois séculos assistiram a tentativas ou projectos vários de sentido idêntico, mas vamos deixar aqui de lado os trabalhos de pendor mais memorialístico, comemorativista ou escolar, sem prejuízo do seu valor intrínseco para o desiderato final que aqui importa e de haver contributos importantes, sobretudo no último destes capítulos, no qual avultam as obras de carácter pedagógico de Carlos Testa[4], Vicente d'Almeida Eça[5] e, mais recentemente, Rodrigues Pereira[6].

O carácter sistemático e compreensivo é porém o critério que separa estas obras daquelas que devemos considerar como fazendo parte do património de uma história completa da História da Marinha Portuguesa que Costa Quintela não veio a alcançar porque deixou

---

[1] Jorge Moreira Silva, *op. cit.*, p. 38.

[2] Edição em 2 vols., Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1839-1840.

[3] 4 vols., Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, 1975.

[4] Carlos Testa, *Phases e Factos Notaveis da Historia Maritima*, Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1885. Para a biobibliografia deste e dos outros autores oficiais de Marinha citados no texto (quando aplicável) v. Jorge Moreira Silva, *A Marinha e a História. Dois Séculos de Historiografia Naval*, 2016 (apenas disponível online: https://tinyurl.com/y37nzxr2) e Carlos Valentim (coord.), *Patronos dos Cursos Tradicionais da Escola Naval*, Lisboa, Escola Naval, 2007.

[5] Almeida d'Eça, *Lições de História Marítima Geral*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

[6] José António Rodrigues Pereira, *História da Marinha de Guerra Portuguesa*, Parte I (1140-1400), Parte II (1401-1500) Volume I, Escola Naval, Edição do Serviço de Publicações Escolares, 1983 e 1985. Policopiado.

o seu estudo incompleto. Seguiu-se um longo período até nova notícia fazer saber que em 1889 Henrique Lopes de Mendonça foi nomeado para elaborar uma História da Marinha de Guerra[7]: ou seja, exactamente no ano anterior ao início das suas publicações mais importantes sobre as navegações portugueses, ciclo que inaugura com o trabalho sobre as caravelas que em 1890 vem à estampa nos *Anais do Clube Militar Naval*. De tal projecto não ficou porém traço.

Em 1940 teve enfim lugar uma tentativa séria e consistente de concretizar uma História completa da Marinha, por iniciativa que se deveu ao Clube Militar Naval, em proposta assinada pelos Ctes. Freitas Morna e Fontoura da Costa[8]. Entregou-se o primeiro dos quatro volumes previstos a um oficial com obra publicada e de mérito, professor da Escola Naval, Tancredo Octávio Faria de Morais (1882-1951), o qual veio a ser publicado em 1940, no quadro das comemorações que então se viviam da fundação e da restauração da nacionalidade: *História da Marinha Portuguesa: da Nacionalidade a Aljubarrota*[9]; um livro concebido na óptica historiográfica da época, mas esta publicação não teve continuidade.

O projecto de preparação e publicação desta obra ganhou um outro cunho institucional ao ficar determinada em despacho do CEMA ALM Souto Cruz, no mesmo ano de 1978 em que um outro despacho (27 de Novembro) criava a Academia de Marinha. O projecto nem terá sido iniciado, o que não é difícil de compreender se de facto o seu principal inspirador foi o então comandante Avelino Teixeira da Mota, ao tempo assoberbado em múltiplas actividades e projectos, mormente a responsabilidade pela organização de um dos núcleos (do Mosteiro nos Jerónimos) da XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura[10]: falecido prematuramente em 1982, deixou por concluir esta como outras tarefas que tinha entre mãos.

Foi no quadro da Academia de Marinha, mas num contexto diferente, que a ideia ganhou nova vida. Agora já sem enquadramento, que não o das actividades académicas propriamente ditas (é por isso e para todos os efeitos um cometimento endógeno), a História da Marinha Portuguesa foi um dos projectos de grande fôlego que foram lançados nos anos noventa pela presidência da Academia: um foi o da publicação dos tratados de arquitectura naval dos séculos XVI e XVII, que não foi concluído como planeado, embora os tratados *stritu sensu* estejam todos publicados[11]; outro, o estudo sistemático da roteirística portuguesa na época dos Descobrimentos, o qual não medrou; e por fim a História da Marinha.

---

[7] Rogério S. G. d'Oliveira, "Prefácio" in *História da Marinha Portuguesa. Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1139-1499*, coord. Fernando Gomes Pedrosa, Lisboa, Academia de Marinha, 1997, p. viii.

[8] Idem, *ibidem*.

[9] Lisboa, Clube Militar Naval, 1940.

[10] V. Carlos Valentim, *O Trabalho de uma Vida. Biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2007, pp. 38-9.

[11] Os tratados de arquitectura *strictu sensu* são os de Fernando Oliveira, João Baptista Lavanha e Manuel Fernandes, todos no catálogo de edições da Academia. Planeava-se juntar-se-lhes outros documentos de grande relevo para o estudo da construção dos navios do período (num total de nove códices), embora não correspondessem rigorosamente àquela classificação.

A Assembleia de Académicos traçou as linhas gerais de orientação da obra:

1. Ser de natureza marcadamente científica e erudita, constituindo um registo sistemático da História Marítima e uma base sólida de estudo e investigação futuros.
2. Incluir a descrição e narração de factos operacionais, políticos, económicos, sociais e religiosos, mas não se limitar a estes e abranger as ciências e artes subjacentes à natureza marítima desses factos, a saber: a náutica e a astronomia em que esta assenta; a geografia e cartografia; a marinharia e táctica naval; a arquitectura naval e a construção de navios; o pessoal e a organização dos comandos e serviços; os portos e o comércio marítimo. Numa palavra, tudo o que no mar determinou a História da Nação Portuguesa.
3. Sem prejuízo do rigor e profundidade, visar a generalidade, e assim excluir, salvo algumas necessárias referências, a Marinha de Pesca, dadas a sua especificidade e restrições da natureza local, e a Marinha de Recreio, por só recentemente ter tido expressão histórica.
4. Como corolário, adoptar-se para título da obra *História da Marinha Portuguesa* englobando a Marinha de Guerra e a Marinha de Comércio, que durante séculos se fundiam e confundiam, e se completaram quando, com o andar da história, se diferenciaram[12].

A obra foi planificada por um grupo de membros da Academia, posto o que foi nomeada uma Comissão Científica (desde 1992) que até hoje tem por missão a escolha dos coordenadores de cada volume, a apreciação das propostas de organização das matérias, e a recepção e aval dos textos finais.

A estrutura da obra arquitectou-se a partir de uma proposta elaborada pelo comandante Armando Saturnino Monteiro que dividia a história da marinha em grandes temas e períodos cronológicos[13], em que cada época era subdividida pelos temas previamente definidos. O plano previa a elaboração em 33 volumes, sendo-lhes acrescentados sucessivamente mais três sobre a viagem de Vasco da Gama, a de Pedro Álvares Cabral e a Carreira da Índia, este inicialmente previsto em dois tomos. Reajustado o plano às possibilidades concretas de realização que a Comissão Científica identificou, haverá condições concretas para ultrapassar as dificuldades do empreendimento que obstaculizaram tentativas anteriores.

Voluntarismo e dedicação individual não faltaram até hoje, respaldo institucional também não. Talvez e no fundo a razão principal do insucesso de tentames anteriores tenha residido nas dificuldades inerentes à necessidade de urdir um projecto coerente e consistente, quando a História da Marinha Portuguesa foi até não há muito uma manta de retalhos: uma

[12] Cf. Rogério de Oliveira, *op. cit.*, p. xi.

[13] Uma primeira proposta previa a realização de um total de cem volumes, mas estava tão obviamente desfazada de qualquer possibilidade de realização que nem chegou a ser discutida.

quantidade muito grande de publicações mas com muitos estudos parcelares, grande maioria de pequena dimensão, mais divulgativos ou comemorativísticos que fruto de investigação de fundo. Em grande parte isto é fruto de um obstáculo formal que consiste na tradicional separação entre o trabalho universitário e a investigação em Marinha, resultante sobretudo dos esforços individuais mas relativamente desenquadrados dos seus cultores. Foi precisamente a criação da Academia de Marinha que criou uma primeira plataforma de encontro de vocações e interesses de investigação, e lhes deu algum enquadramento.

Outro passo decisivo consistiu na criação de cursos universitários especializados, como aconteceu com a cadeira de História da Marinha Portuguesa que existe no licenciatura em História da Faculdade de Letras de Lisboa desde 1993, frequentada até hoje por dezenas de oficiais de Marinha que procuram formação universitária especializada, reforçada pelos programas de mestrado (2007) e doutoramento (2017) que a mesmo Faculdade continua a promover em colaboração com a Escola Naval, com um corpo docente formado por professores de ambas as instituições que entrosa e potencia as competências e sensibilidades de cada parte. É significativo que os responsáveis dos volumes que hoje se apresentam façam ou tenham feito parte do corpo docente daqueles cursos.

Os resultados estão à vista: na listagem dos trabalhos académicos das últimas duas décadas, grosso modo, constam em número significativo estudos fora do âmbito tradicional da história da marinha como foi sendo feita, com excessiva atenção aos aspectos técnicos e à descritiva das viagens, particularmente na época dos Descobrimentos, mas com notório menor interesse pelas épocas medieval ou contemporânea, ou por aspectos sociais e económicos, para só citar estes. Ressalvem-se apenas os casos concretos da História da Náutica e da Cartografia Náutica: alguns oficiais de Marinha, a par de estudiosos civis vindos sobretudo do mundo das matemáticas, alcandoram estas áreas a *core subjects* da História da Expansão no plano internacional, como bem testemunhou W. G. L. Randles. São campos de excelência da historiografia portuguesa, hoje liderados precisamente pela geração de oficiais que iniciou o seu percurso académico na História pelos anos 90.

É este o quadro que se espelha no estádio actual em que se encontra o projecto da *História da Marinha Portuguesa* que a Academia tem levado a cabo, da qual se publicam mais estes volumes.

Um dos caminhos traçados para a C. C. foi pois a adequação do plano inicial às possibilidades reais de execução, como se referiu acima. Os 33 volumes iniciais forma reduzidos a 17. Mantém-se naturalmente a tónica definida desde início: esta é uma história das marinhas de guerra e de comércio, e nem de outro modo poderia ser. Está quase tudo por fazer sobre a marinha de pesca, se exceptuarmos um conjunto importante de estudos publicados nos últimos vinte anos sobre as pescas no século XX, mas quase sempre sobre a pesca do bacalhau. E trabalhos académicos sobre a marinha de recreio são virtualmente inexistentes. Duas limitações que só o desenvolvimento da investigação académica de longo prazo permitirá ultrapassar ainda que existindo sempre umas pontas soltas, por assim dizer: ocorre

lembrar a existência de alguns estudos sobre as campanhas hidrográficas de D. Carlos no iate *Amélia*, mas pouco mais.

A organização cronológica dos volumes levanta por seu turno algumas dificuldades, porque à evidência o critério não foi uniforme. Há que reconhecer a dificuldade da periodização em História, e mudar para outro tipo de critério traria também problemas diversos. Mais importava salvaguardar o aspecto mais inovador do plano gizado pelo comandante Saturnino Monteiro, a saber o facto de a obra comportar quatro níveis de leitura distintos. Com efeito, pode ser lida volume a volume, dado que cada um é independente dos restantes; poder ser lida cobrindo todos os temas num mesmo intervalo cronológico; inversamente, podem-se ler os volumes sob o mesmo tema nos sucessivos períodos cronológicos; e, naturalmente, a totalidade da obra comporta outro nível de leitura, ainda. Nesta elasticidade na forma de aproximação à obra reside a principal virtualidade do seu plano inicial.

Muito mais haveria a dizer sobre a história da história da marinha, já que aqui se tratou apenas da obra que a Academia cometeu. Houve outros projectos ainda, se bem que não sob a mesma forma. Seria injusto fechar esta nota sem ao menos mencionar o importante trabalho de Carlos Selvagem para a época em que foi feito, pese embora a menoridade da parte naval no conjunto do livro[14]; de igual modo mencione-se o volume de grande aparato da autoria de José António Rodrigues Pereira[15], ou a mais recente história militar de Portugal, que também não ignora a vertente marítima[16]. Mas como desideratos de grande fôlego ficou a tentativa ensaiada pelo Club Militar Naval nos anos quarenta do século, e a que temos entre mãos já há quase trinta anos. Levá-la a bom porto é um imperativo cultural da maior importância para a marinha e para o país, e os dois volumes organizados pelos comandantes Costa Canas e Rodrigues Pereira que agora se apresentam apúblico são sem dúvida dois importantes passos nesse sentido.

[14] Carlos Selvagem, *Portugal militar. Compêndio de história militar e naval de Portugal desde as origens do Estado portucalense até ao fim da dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931 (com sucessivas reimpressões).

[15] José António Rodrigues Pereira, *Marinha Portuguesa. Nove séculos de história*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, 2010.

[16] Nuno Severiano Teixeira (coord.), Francisco Contente Domingues e João Gouveia Monteiro, *História Militar de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017.

LANÇAMENTO DOS VOLUMES DA HISTÓRIA DA MARINHA PORTUGUESA "VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS (1139-1499)" E "VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS (1824-1974)"

APRESENTAÇÃO DO LIVRO *VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS 1139-1499*

Palavras proferidas pelo Coordenador da obra,
Académico José Rodrigues Pereira, em 5 de novembro

Exmo. Senhor Almirante Francisco Vidal de Abreu,
digníssimo Presidente da Academia de Marinha;
Exmos. Membros da Mesa;
Senhoras e Senhores Académicos;
Minhas Senhoras e meus Senhores.

FINALMENTE!

Depois de muitos contratempos é hoje apresentado o volume da ***História da Marinha Portuguesa*** relativo a ***"Viagens e Operações Navais 1139-1499"***.

Com um projecto que se arrastava desde 1999, na presidência do Senhor Almirante Rogério de Oliveira, só 20 anos mais tarde veria a luz do dia.

Previsto para ser lançado em finais de 2017, os originais foram entregues na Academia de Marinha em finais de Setembro desse ano; algumas observações ao plano da obra apresentado, por parte da *Comissão Científica da História da Marinha*, e que chegaram ao conhecimento do signatário apenas em Maio de 2018, levaram, para acelerar o processo, à distribuição do trabalho por três outros autores sugeridos pelo Presidente da Comissão Científica, o meu amigo e confrade Professor Francisco Contente Domingues a quem, publicamente deixo aqui o meu agradecimento.

Dificuldades várias levaram a que os textos só chegassem ao coordenador em Junho de 2019, sendo a versão final entregue na Academia, já aprovada pela Comissão Científica, em meados de Setembro de 2019.

Dos atrasos ocorridos entre Maio de 2018 e Setembro de 2019 assumo, enquanto coordenador da obra a total responsabilidade, pois foi assim que a Marinha me ensinou a agir. Sobre esta matéria já apresentei as minhas justificações em Assembleia de Académicos realizada em 30 de Janeiro do corrente ano.

Tendo ficado pronta da gráfica, em Dezembro de 2019, o seu lançamento foi agendado para 31 de Março de 2020.

Entretanto chegou o *COVID 19* obrigando a adiar o seu lançamento até ao dia de hoje.

Se há livros amaldiçoados, este é, certamente, um deles.

Quanto ao livro, ficou constituído por 12 capítulos sendo 4 relativos ao período 1139-1399 e outros 8 relativamente ao período 1400-1499.

Possui ainda um *Prefácio* da Autoria do Presidente da Academia de Marinha, uma *Introdução* e *Conclusões* da autoria do coordenador.

Tem também os índices das matérias, das gravuras, antroponímico e toponímico, além da bibliografia e um curto currículo dos autores.

As referências bibliográficas não seguiram a *Norma Portuguesa 405-1*, mas as *Normas de Citação* elaboradas pelo Professor Contente Domingues para serem utilizadas nesta obra, antes de existir a NP citada.

Nenhum dos autores utilizou o *Acordo Ortográfico de 1990*.

Infelizmente foi necessário elaborar uma pequena *Errata* para corrigir meia dúzia de gralhas detectadas após a impressão.

Foram entretanto eliminados, três dos capítulos inicialmente previstos; um abordando uma *Introdução Histórico-Geográfica* do território português e outro, a presença de *Povos Marítimos anteriores à nacionalidade* foram resumidos e integrados na *Introdução*; um terceiro também eliminado e que, desde a origem do projecto da *História da Marinha Portuguesa*, fazia parte deste volume abordava o *Regime de Ventos do Atlântico*. Este assunto está já tratado no volume sobre *A Viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-99)*, publicado em 1999.

O primeiro dos capítulos publicados versa sobre as *Actividades Marítimas nos Séculos XII a XIV*, especialmente as de carácter não militar.

Um segundo capítulo aborda as *Acções Militares-navais na Conquista do Território* (1139-1279).

O terceiro capítulo aborda o *Desenvolvimento da Actividade Militar-naval* de 1280 até à crise dinástica de 1383-85, debruçando-se especialmente sobre as acções de D. Dinis e D. Fernando I.

Estes três capítulos são da autoria do académico Gonçalo Couceiro Feio, a quem aqui agradeço a colaboração.

O capítulo IV, da autoria do coordenador, refere-se às *Acções Navais no Período da Crise Dinástica de 1383-85*, referindo a importância que a esquadra teve no reabastecimento de Lisboa em Julho de 1384; terá sido a acção dessa esquadra, que permitiu ao Mestre de Avis estar em Aljubarrota a 14 de Agosto do ano seguinte.

Seguidamente aborda-se o tema do *Século XV em Portugal*, nas perspectivas social, política, económica e militar.

O capítulo seguinte, o sexto, foi dedicado à *Tomada de Ceuta*, a primeira grande operação militar-naval portuguesa fora da Europa.

Estes dois capítulos são da autoria do académico José Pissarra a quem também deixo aqui o meu agradecimento pela colaboração.

Os capítulos seguintes, VII a X, abordam, sucessivamente, as *Primeiras Viagens de Exploração Marítima* (1415-1437), a trágica *Expedição a Tânger* em 1437, os *Descobrimentos Dirigidos por D. Henrique* depois do regresso de Tânger (1437-1460) e as *Actividades Marítimas do Reinado de D. Afonso V* (1461-1480).

Estes capítulos foram escritos pelo académico Paulo David Vicente a quem também agradeço a colaboração prestada.

Os dois últimos capítulos – XI e XII – são da autoria do coordenador e abordam as *Acções Marítimas* – militares e não militares – dos reinados de D. João II (1480-1495) e D. Manuel I (1495-1499), sendo esta última data a estabelecida para o final deste tomo.

Para terminar, quero agradecer ao Senhor Almirante Francisco Vidal Abreu a confiança que em mim depositou para levar este projecto até ao fim; sem a sua insistência eu tê-lo-ia abandonado.

O meu muito obrigado, Senhor Almirante.

Muito obrigado também a todos V. Exas pela presença nesta sessão.

LANÇAMENTO DOS VOLUMES DA HISTÓRIA DA MARINHA PORTUGUESA "VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS (1139-1499)" E "VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS (1824-1974)"

APRESENTAÇÃO DO LIVRO HISTÓRIA DA MARINHA PORTUGUESA *VIAGENS E OPERAÇÕES NAVAIS (1824 – 1974)*

Palavras proferidas pelo Coordenador da obra,
Académico António Costa Canas, em 5 de novembro

O lançamento de um livro é geralmente o espaço adequado para que o autor, ou neste caso, o coordenador deste volume, apresente os seus agradecimentos àqueles que, de algum modo, contribuíram para o sucesso da obra que é apresentada. As minhas palavras irão essencialmente nesse sentido.

As minhas primeiras palavras vão para o senhor Almirante Vidal Abreu, agradecendo a confiança que a Academia de Marinha depositou na minha pessoa, ao aceitar que fosse eu a coordenar este volume da História da Marinha Portuguesa.

Cumprimento o senhor Comandante Rodrigues Pereira, coordenador do outro volume da História da Marinha que hoje é igualmente apresentado. O senhor Comandante foi meu professor de História Naval, na Escola Naval, nos idos da década de oitenta do século passado. As suas aulas certamente contribuíram para o gosto que fui desenvolvendo ao longo do tempo pelas questões ligadas à História da Marinha.

Cumprimento igualmente o Professor Doutor Francisco Contente Domingues, Presidente da Comissão Científica da História da Marinha Portuguesa, que teve a amabilidade de preparar umas palavras de apreciação dos volumes que hoje são apresentados. As contingências dos tempos diferentes que vivemos no presente, não permitem a sua presença física neste evento. De qualquer modo, não quero deixar de expressar aqui publicamente o meu reconhecimento pelo seu incansável labor em prol do estudo da História da Marinha Portuguesa e da História Marítima em geral. Conheci o Professor Contente Domingues no meu primeiro ano da licenciatura em História, quando frequentei as aulas de História da Marinha, que ele lecionava. Desde essa altura que percebi que ele valorizava particularmente o valor acrescido que os oficiais de Marinha, que estavam a estudar História, poderiam trazer particularmente para o estudo das questões técnicas das navegações, dos navios e de todos os assuntos relacionados com a História Marítima. A ele devo o convite para me tornar membro desta Academia. E ao longo destes quase trinta anos de convívio académico, muitos projetos temos desenvolvido em conjunto, dos quais destaco apenas a criação

do Mestrado em História Marítima, iniciativa conjunta da Escola Naval e da Faculdade de Letras, cujo sucesso nos permitiu dar mais um passo, criando recentemente um doutoramento na mesma área. Este mestrado, e agora o doutoramento, únicos em Portugal, têm contribuído para ir criando uma massa crítica de investigadores que se dedicam aos estudos das questões relacionadas com a História da Marinha.

As palavras seguintes são para os dois camaradas e amigos que aceitaram embarcar comigo nesta aventura, os Comandantes Rodrigues da Costa e Moreira Silva. Começo por realçar o facto de os dois estarem incluídos na tal massa crítica que referi anteriormente, pois ambos concluíram, com sucesso, o mestrado em História Marítima. Acresce ainda o facto de o Moreira Silva ser um dos alunos atualmente inscritos no doutoramento. Vou dirigir agora umas palavras em particular a cada um deles.

Moreira Silva, conhecemo-nos desde o tempo da Escola Naval. Entretanto, as nossas carreiras praticamente não se cruzaram, exceto na parte comum da especialização, quando eu me especializei em Navegação e tu em Comunicações. Mas fui acompanhando o teu interesse pela História, e aquilo que ias publicando, quer sob a forma de artigos, quer em livros. Começaste por ser um autodidata, mas consideraste, e bem, obter conhecimentos académicos no âmbito da História Marítima. Tendo a tua dissertação de mestrado abordado a Marinha Portuguesa essencialmente na primeira metade da centúria de Oitocentos, não tive a menor dúvida em te convidar para redigires os capítulos mais relacionados com esse período. Obrigado por teres aceitado o convite e pelo trabalho que desenvolveste.

Senhor Comandante Rodrigues da Costa, quando eu nasci, já o senhor frequentava a Escola Naval e quando eu entrei nesta, já o senhor tinha passado à reserva. Mas quis o destino que as nossas vidas se cruzassem e viéssemos a desenvolver uma série de trabalhos em conjunto. Um caso de serendipidade, como diria um amigo nosso que nos deixou há algum tempo, o ilustre académico, Comandante Estácio dos Reis. A nossa colaboração, ao nível da História, intensificou-se durante a minha passagem pelo Museu de Marinha, graças à comemoração do cinquentenário do curso "Oliveira e Carmo", curso do senhor Comandante, e também à participação do senhor nas atividades da Comissão Técnica Consultiva do Museu. Mas antes disso eu já conhecia bem a obra historiográfica publicada pelo senhor Comandante e a qualidade dos textos produzidos. Por ironia do destino, acabei por ser seu professor, no Mestrado em História Marítima, e orientar a dissertação que realizou. Posso dizer que foi dos orientandos que menos trabalho me deu, pela qualidade do trabalho que me foi apresentando. Daí que não tenha tido a menor dúvida em convidar o senhor Comandante para se associar a este livro. Quero aqui realçar publicamente a disponibilidade demonstrada para me auxiliar na elaboração da obra, sendo que praticamente metade do texto é de sua autoria. Quero ainda destacar o esforço enorme que realizou, na revisão cuidada dos índices.

Estou a terminar. Marc Bloch chamou à História a "ciência dos homens no tempo". Ou seja, os verdadeiros obreiros dos livros de História são aqueles cujas vidas e realizações

são descritas e analisadas nesses livros. Portanto, também merecem ser aqui lembrados, pois sem eles não seria possível escrever essa História.

Ao escrever estas palavras, sei que não irei estar presente na apresentação do livro, pois, face à situação atual, encontro-me em isolamento, apesar de não ter qualquer sintoma, felizmente. Lembrei-me de um outro episódio em que um autor faltou a um evento relacionado com um livro que ele tinha publicado. Trata-se do Comandante Fontoura da Costa, que não compareceu numa sessão de homenagem, no Clube Militar Naval, pela publicação da obra *A Marinharia dos Descobrimentos*. E na missiva que enviou, justificando a sua ausência, referiu que os verdadeiros homenageados deveriam ser aqueles que, no passado, foram construindo a História que ele relatou no seu texto.

Passo a citar:

> Se a homenagem fosse prestada à memória desses homens nossos antepassados, conhecidos alguns, porque os seus nomes nos foram conservados, ignorados a grande maioria, mas todos heroicos servidores do nosso Portugal, eu estaria então entre vós para de todo o meu coração me associar ao justo preito, digno dos mais elevados encómios.

Fim de citação

Agradeço ao senhor Comandante Zambujo a disponibilidade para ler estas minhas palavras, na minha ausência.

Obrigado pela vossa atenção.

A INTERVENÇÃO DA MARINHA E DO EXÉRCITO NA PREVENÇÃO E COMBATE ÀS EPIDEMIAS EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX

Comunicação apresentada pela Académica
Laurinda Abreu, em 17 de novembro

Conquanto ainda não seja possível avaliar a exacta extensão do contributo dos militares na área da saúde pública em Portugal, sabe-se que, ao longo do século XIX, o combate às epidemias se fez com a participação activa da Marinha e do Exército. As primeiras intervenções mais sistematicamente organizadas ocorreram no âmbito das ameaças epidémicas de febre-amarela e de peste ocorridas entre 1800-1804, com a mobilização de militares para a defesa das fronteiras terrestre e marítima, seguida da fixação de um contingente armado no porto de Lisboa para fiscalização e controlo dos barcos e das suas tripulações. Neste texto, abordam-se as circunstâncias em que foram estabelecidos os primeiros e os últimos cordões sanitários militarizados na fronteira com a Espanha. Trata-se de uma investigação em curso, que foi interrompida pela actual pandemia, razão pela qual se socorre de alguma informação já utilizada em trabalhos anteriores[1].

Organizar a defesa contra as epidemias: sinais de mudança no início do século XIX

À semelhança do que acontecia no resto da Europa, ao longo da época moderna Portugal recorreu às cartas de saúde, aos confinamentos, aos lazaretos e às quarentenas, para se proteger das múltiplas epidemias, de peste ou de outras doenças que indiscriminadamente se abrigavam sob a mesma designação. Mais raramente documentada está a constituição de cordões sanitários formados pelas ordenanças, implementados pelas autoridades locais e custeados pelas populações. Pesem embora as recuadas tendências controladoras da coroa no combate às epidemias[2], no quotidiano as populações eram confrontadas com os seus próprios recursos e capacidade organizativa, como profusamente foi documentado

[1] Referimo-nos principalmente aos nossos textos "Epidemics, quarantine and state control in Portugal, 1750-1805", *Mediterranean quarantines, 1750-1914. Space, identity and power*, John Chircop and Francisco Javier Martinez (eds.), Manchester University Press, Manchester, 2018a, pp. 232-255; "A luta contra as invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX", *Ler História* (73), 2018b, pp. 93-120.

[2] Laurinda Abreu, "The city in times of plague: preventive and eradication measures against epidemic outbreaks in Évora between 1579 and 1637", *Popolazione e Storia* 2, 2006, pp. 109-125.

por António de Oliveira e Romero de Magalhães. Talvez por isso, quando, em 1695, surgiram as primeiras normas de aplicação geral – o *Regimento para o porto de Belem*, que se propunha aplicar a toda a fronteira marítima as medidas vigentes no porto de Lisboa; e o *Regimento que se há de observar sucedendo haver peste (de que Deos nos livre) em algum reino ou provincia confinante em Portugal*[3], especialmente focado nas terras raianas, ao que parece gizado a partir do *Regimento de que devem fazer as camaras das cidades e villas deste reyno para as guardas da saude delle*, de 1677[4] –, os municípios reagiram manifestando o seu desagrado, também porque as mesmas traziam implícita a sua subordinação ao provedor-mor da Saúde, cargo criado em 1526 e exercido pelo vereador da saúde da Câmara Municipal de Lisboa desde 1572[5].

Ainda que a administração camarária fosse de nomeação régia também desde 1572, o pelouro da saúde acabaria por se transformar numa estrutura complexa, demasiado ocupada na distribuição de cargos e rendas. Desde a década de 1740 que a coroa condicionava a actividade da provedoria-mor da saúde, com maior incidência no período pombalino, no âmbito da centralização política e administrativa, e que, neste caso, se traduziu numa acentuada redução de poder do provedor-mor da saúde, como está documentado por Eduardo Freire de Oliveira[6]. A contestação à mediação do provedor-mor da saúde ganharia um novo impulso quando, em 1780, sob o governo de Pina Manique, a Intendência-Geral da Polícia assumiu poderes no campo da saúde pública e procurou afirmar-se como único braço executivo do governo nesta área[7], uma acção coroada de êxito, do ponto de vista do intendente: foi à Intendência-Geral da Polícia e não à Provedoria-mor da saúde que o Governo entregou a organização dos meios de combate às ameaças de peste e de febre-amarela que chegavam da bacia do Mediterrâneo nos finais do século XVIII e foi a articulação entre aquele organismo, o Exército e a Marinha que permitiu que as epidemias não alastrassem pelo país, ao contrário do que aconteceu no Norte de África e no sul de Espanha.

Os sinais de que algo estava a mudar em termos de protagonistas nesta área emergem logo no início de 1780, quando a Intendência se afirma junto à coroa como meio privilegiado de transmissão de informações sobre o surgimento e evolução de epidemias que pudessem

---

[3] Cf. os dois regimentos em *Collecção dos Regimentos, por que se governa a repartição da Saúde do Reino, e portarias, avisos, e resoluções relativas à creação da Junta da Saúde Pública, e editaes por ella publicados*, Lisboa, Impressão Régia, 1819, pp. 3-33.

[4] Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve económico, 1600-1773,* Editorial Estampa, Lisboa, 1988, p. 64.

[5] Sobre esta questão, vicissitudes ligadas à nomeação do provedor-mor da saúde entre 1645 e 1649 e respectiva documentação, veja-se o nosso texto, "Epidemics, quarantine and state control in Portugal, 1750-1805".

[6] Idem, *ibidem,* pp. 235-237.

[7] Procurou igualmente afastar a recém-criada Junta do Protomedicato, uma instituição digladiada por tensões internas, sem sequer ser capaz de elaborar regimento próprio, continuando a regular-se pelos regimentos do físico-mor (1515/1521) e do cirurgião-mor (1631). Questões pormenorizadamente explicadas no nosso trabalho, *Pina Manique. Um reformador no Portugal das Luzes*, Lisboa, Gradiva, 2013, especificamente no capítulo "A saúde das populações como um assunto da governação". Sobre as críticas da intendência ao provedor-mor da saúde, vejam-se as pp. 308-317.

afectar Portugal. Em 1799, era já a principal conselheira da coroa para estas matérias, altura em que também já apresenta propostas concretas, designadamente para colocar patrulhas de cavalaria a vigiar as praias de Paço de Arcos e da Trafaria e impedir o desembarque de pessoas provenientes do Mediterrâneo, ou instruções sobre o tratamento das mercadorias no lazareto[8]. Quando o provedor-mor da saúde respondeu a uma questão administrativa suscitada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho com um rol de lamentos sobre a falta de meios financeiros e de instalações[9], o intendente não perdeu a oportunidade para demonstrar a sua impreparação para desempenhar funções que eram de defesa nacional. Por exemplo, não compreendia, afirmava, por que razão o provedor-mor não utilizava a tropa no auxílio à saúde pública[10], tanto mais que a inspecção dos barcos já estava a cargo da Marinha[11]. Apesar de em circunstância alguma se fazer referência ao momento político que o país vivia, o contexto era de elevada tensão, decorrente das ameaças de Napoleão Bonaparte, procurando o governo manter uma política de neutralidade no conflito franco-inglês.

Assim se chega a 21 de Setembro de 1800, quando o príncipe regente incumbiu o intendente-geral da Polícia de emitir "as mais severas ordens para impedir toda a qualidade de comunicação afim que semelhante mal [de peste] não se estenda até às povoações deste reino"; ordem que o magistrado deveria transmitir ao provedor-mor da saúde, aos generais governadores dos portos do reino e ao duque marechal, governador do Alentejo: a este "se hade recomendar por ordem de quarentenas a tudo o que possa vir da Andaluzia e até de Espanha para maior segurança"[12].

Entre o governo e a intendência se terá decidido o teor dos avisos que, a partir do dia 26 de Setembro, seguiram para todos os governadores e demais autoridades na periferia com instruções para controlarem as comunicações com Espanha, entre vários outros assuntos[13]. O aprofundado relatório enviado pelo desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, corregedor e provedor da comarca do Porto, Francisco de Almada e Mendonça, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 11 de Outubro de 1800, mostra, para além da existência de uma bem oleada cadeia de comunicação entre o poder central e o país, a rapidez com que estavam a ser

[8] Nomeadamente, Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), *Conselho Ultramarino, Reino*, cx. 177, pastas 2, 3 e 5; cx. 417, pasta 9.

[9] A propósito das responsabilidades que poderiam ser assumidas por J. Casan caso viesse a ser recrutado para ajudar na "administração da saude publica", especialmente nos lazaretos, *Pina Manique. Um reformador no Portugal das Luzes*, pp. 308-317.

[10] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante, ANTT), *Intendência Geral da Polícia*, liv. 200, fls. 215v-217.

[11] O que se confirma, por exemplo, pelo aviso endereçado ao Conselho do Almirantado em 7 de Setembro de 1800 para não enviar escaleres a bordo dos barcos provenientes de Sevilha, Barrameda e Cádis, que estavam sob quarentena, devido ao descontrolo da epidemia de febre-amarela. AHU, *Conselho Ultramarino, Reino*, cx. 156, pasta 12.

[12] AHU, *Conselho Ultramarino, Reino*, cx. 31, pasta 30.

[13] AHU, *Conselho Ultramarino, Reino*, cx. 156, pasta 14.

implementadas as directrizes emanadas da coroa, neste caso, entre outras, o estabelecimento de um novo lazareto, na Afurada[14] (o existente estava em ruínas), onde os navios pudessem fazer quarentena[15]. Como único lazareto permanente no país, construído em 1565, a Trafaria também se tinha tornado, desde 1695, o único local onde os barcos de maior porte eram inspeccionados e colocados em quarentena. A necessidade de um espaço maior e mais ajustado às necessidades levou a coroa a lançar um empréstimo de 40 contos para a construção de um novo lazareto, entre a Trafaria e a Torre do Bugio[16], ao mesmo tempo que procurava alargar a rede ao longo da costa, como era o caso da Afurada, para aliviar a pressão e os riscos que recaíam sobre a capital.

À medida que a epidemia avançava além-fronteiras, aumentava a intervenção de Pina Manique, mostrando a sua indispensabilidade naquele combate, expondo os seus êxitos e criando condições para reforçar a sua autoridade[17]. Bom conhecedor do país e dos seus recursos e, desde 1796, responsável pelo recrutamento militar, foi ao intendente que, em Outubro de 1800, o Governo ordenou que tomasse "as providências necessárias para [que] as tropas sejam encarregadas de formar o cordão sobre a raya, para que se informem também os encarregados da Policia do Reino e os oficiais de saude"[18]. E foi a experiência adquirida naqueles cordões e os bons resultados alcançados "com tanto proveito e segurança da saude publica"[19] que o conde de Vila Verde, ministro assistente ao despacho, voltou a convocar em 1804, quando surgiram informações sobre a existência de um foco de peste em Málaga e outro de febre-amarela em Vigo.

Apesar de ainda não estar concluído o estudo da documentação relativa aos cordões sanitários de 1800 e 1804, os dados até agora analisados mostram uma evolução no modo de os organizar e, porventura, propósitos diferenciados. O cordão de 1800 teve dois lanços: um localizado na fronteira em Trás-os-Montes, constituído por tropas de linha; o outro, entre Portalegre e Vila Real de Santo António, composto por ordenanças (mapa 1).

Se se tiver presente que a epidemia continuava circunscrita à Andaluzia, há fundados motivos para duvidar do carácter exclusivamente sanitário da geografia do cordão. O primeiro surpreendeu mesmo as chefias militares, que inclusivamente se queixam de receber

[14] Sobre a importância do mar como meio de difusão das epidemias, Amândio Jorge Morais Barros, *A morte que vinha do mar, Saúde e sanidade marítima num Porto atlântico (séculos XV-XVII)*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2013.

[15] AHU, *Conselho Ultramarino, Reino*, cx. 31, pasta 31.

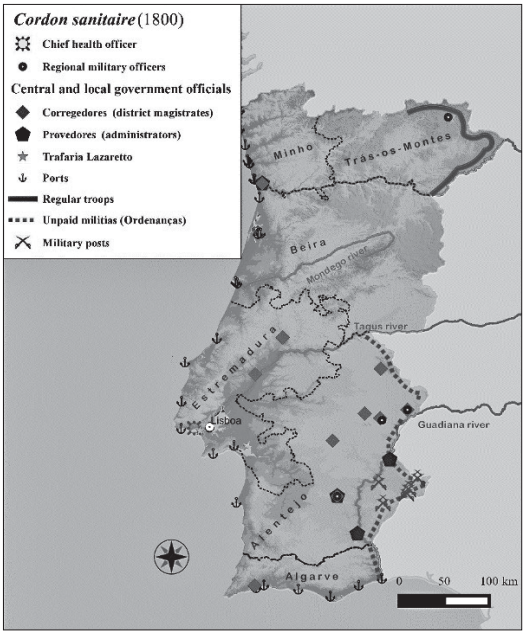
[16] Sobre este empréstimo, subscrito por 13 negociantes, veja-se *Pina Manique. Um reformador no Portugal das Luzes*, pp. 312-313. Também aqui referido o papel da Academia Real das Ciências e da Casa do Arco do Cego na tradução de obras relevantes para o combate à epidemia, veja-se "Epidemics, quarantine and state control in Portugal, 1750-1805", p. 242.

[17] ANTT, *Intendência-Geral da Polícia*, liv. 6, fls. 99-100v; fls.104-106.

[18] AHU, *Conselho Ultramarino, Reino*, cx. 31, pasta 30.

[19] ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fl. 18.

informações contraditórias sobre a sua implementação. O segundo mereceu especial atenção na fronteira com a estremadura espanhola, ou seja, distante do foco da infecção. Analisada a disposição dos homens no terreno, verifica-se que ela acompanha as movimentações que a Espanha estava a fazer no seu território, preparando-se para a que ficou conhecida como a Guerra das Laranjas, que ocorreu entre Maio e Junho de 1801. As reconhecidas dificuldades de recrutamento a sul de Portugal bem podem ter levado as autoridades a usar o medo da epidemia para facilitar a arregimentação de homens, que, eventualmente, terão sido forçados a permanecer na fronteira até ao embate bélico; uma interpretação, repita-se, que continua por validar.



Mapa 1 – Fonte: Abreu, 2018a, 240

Em 1804, foram exclusivamente questões de saúde pública que moveram as autoridades: chamado à acção a 28 de Agosto de 1804[20], logo o governo e o intendente-geral da Polícia faziam seguir instruções para os magistrados das terras "em que ha portos de mar"[21] para que estabelecessem lazaretos nas suas áreas de jurisdição; para os juízes de fora, para que mobilizassem médicos e cirurgiões e reforçassem a vigilância das praias e dos pescadores[22]; para os governadores da Província do Alentejo e Reino do Algarve, para que preparassem lazaretos afastados das povoações e formassem o cordão sanitário. Aos corregedores de comarca era ordenado que providenciassem o pagamento das despesas e que não seriam atendíveis queixas de falta de verbas: as notícias de Málaga continuavam "a ser as mais dezastrozas, e dignas das maiores cautelas em favor da preservação da saude publica"[23].

O cordão sanitário então firmado circundava quase toda a fronteira, à excepção de Trás-os-Montes, e cumpria já os preceitos internacionalmente estabelecidos, talvez ensinados pelos generais prussianos que naquele momento procediam à reforma do exército

[20] ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fl. 18.

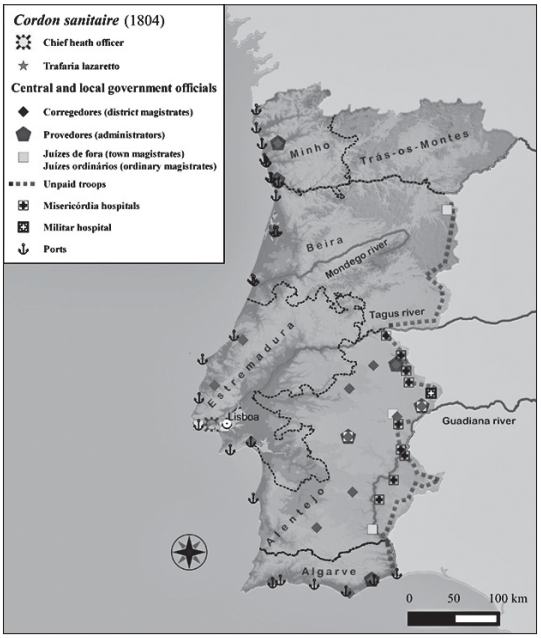
[21] ANTT, *Intendência-Geral da Polícia*, *Contas para as Secretarias*, liv. 8, fl. 16v.

[22] ANTT, *Intendência-Geral da Polícia*, liv. 162, fls. 155-155v.

[23] ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fl. 18.

português (mapa 2). É provável que também incorporassem algumas ideias colhidas nos planos do cordão de Cautella Nova (Madrid) que o governo mandou analisar a 11 de Novembro[24].

A reconstituição do troço entre Montalvão e Mértola (mapa 3), comandado pelo coronel José Carconte Lobo, revela o envolvimento de 3151 homens, entre cavalaria e infantaria, repartidos em oito divisões. Mapeados, os dados mostram uma linha de defesa constituída por ordenanças, secundada, na retaguarda, pelos hospitais militares e das misericórdias[25]. Da documentação emana a preocupação com o controlo dos muitos locais onde, por terra ou pelos pequenos portos do Guadiana, era possível atravessar a fronteira[26].



Mapa 2 – Fonte: Abreu, 2018a, 246

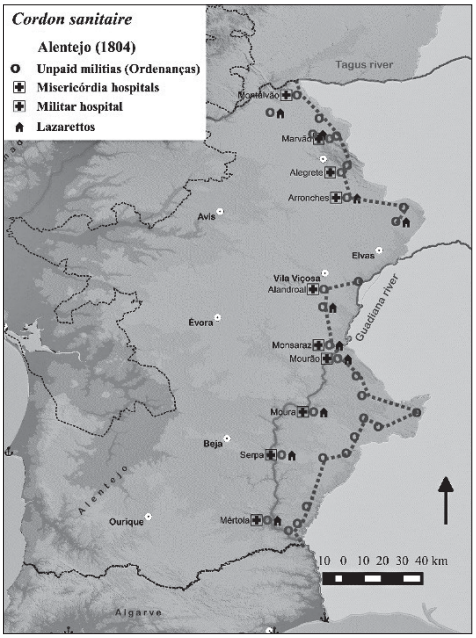
A inexistência de epidemias em Portugal, em 1800 e em 1804, não se terá ficado exclusivamente a dever aos cordões sanitários da fronteira terrestre nem sequer ao reforço da vigilância dos portos e lazaretos temporários. O papel dos dispositivos que compunham a rede montada por Portugal para apoiar as transacções comerciais luso-marroquinas após o Tratado de 1774 não deve ser desconsiderado, tanto mais tendo em conta que, em ambos os surtos, as epidemias tiveram origem na bacia do Mediterrâneo, caminhando no sentido do Norte de África e oceano Atlântico. Refiro-me à Esquadra do Estreito (barcos de guerra que actuavam pelo golfo de Cádis, estreito de Gibraltar e costa do Magreb, para prevenir o corso e impedir a passagem do Mediterrâneo para o Atlântico), mas, também, à rede consular, que a partir de Cádis, Tânger e Gibraltar, recolhia e

[24] ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fl. 26.

[25] Arquivo Histórico Militar, DIV/1/13/09/19 - *Organização e arranjo do Cordão da Fronteira, estabellecido pelo Coronel D. Joze Carconte Lobbo ao mez de Outubro do anno de 1804 na occazião do Contágio que desgraçadamente houve nas Provincias de Sua Magestade Catholica, encarregando o General da Provincia de Alem Tejo ao referido Coronel a organização e Commando do mesmo Cordao ao seu livre arbitrio em todos os ramos.* (A análise deste documento ainda não está concluída).

[26] As más condições a que os soldados estavam sujeitos, quer de alimentação, quer de roupa e calçado, quer de falta de camas e cobertores, são várias vezes invocadas. Um exemplo em ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fls. 25v-26v.

transmitia informações sobre a progressão das epidemias[27]; e, ainda, às autoridades marítimas que guardavam as costas algarvias, onde os barcos de mercadorias faziam escala e era organizado o apoio logístico aos que, em pleno pico da epidemia, transportavam o trigo e o gado para Lisboa. Durante a epidemia de 1800 como na 1804, o comandante da praça de Lagos, João Shadwell Connell, informava que expulsava, sob advertência de "força do fogo", os barcos estrangeiros provenientes dos locais infectados[28]. O esforço da Esquadra do Estreito, com poucos mantimentos e a tripulação doente e desmoralizada pelo espectáculo diário oferecido "pela montanha de Gibraltar (onde) se não faz outra coisa mais que enterrar cadáveres", é relatado pelo seu comandante (ele próprio com escorbuto), a 7 de Novembro de 1804: apesar das condições em que estavam, recusou abandonar o seu posto, mesmo quando o comandante do campo de Gibraltar lhe recomendou que se mantivesse afastado das costas da Andaluzia e regressasse a Lisboa e lá ficasse até Dezembro[29]. No seu conjunto, terão actuado como uma espécie de cordão sanitário virtual que complementou o terrestre.



Mapa 3 – Fonte: Abreu, 2018a, 248

Conflitos e soluções: a Junta de Inspecção de Providências Contra a Peste

No longo relatório apresentado ao governo em 26 de Outubro de 1804, o provedor-mor da saúde, o desembargador João Anastácio Ferreira Raposo criticava o cordão terreste pela "sua pequenhez em huma occazião tão flageloza". Defendia que "deveria ser mais unido e mais exacto" para impedir que a fronteira fosse atravessada por pessoas "sem exame nem passaporte, as quaes vão sendo purificadas e justificadas no lazareto"[30]. O discurso apontava para o confronto que existia entre ele e o intendente-geral da Polícia, mas essa era apenas uma parte do problema: à medida que aumentavam os "poderes extraordinários" do intendente em relação às epidemias, e ele os exercia de forma autoritária e sob ameaça de que a cadeia do Limoeiro

[27] AHU, *Conselho Ultramarino, Lugares do Norte de África*, cx.391, doc. s/nº.

[28] AHU_*Conselho Ultramarino_Reino*, cx. 179, pasta 4.

[29] AHU, *Conselho Ultramarino, Lugares do Norte de África*, cx.391, doc. s/nº.

[30] Arquivo Municipal de Lisboa (doravante, AML), *Provimento da Saúde*, cód. n.º 29, f. 8 a 11v.

aguardava aqueles que lhe desobedecessem[31], foi crescendo o mal-estar também com as chefias militares, o que punha em causa a concretização dos mecanismos quarentenários. Por mais de uma vez, o conde de Vila Verde se dirigiu aos tenentes-generais e governadores das armas da província pedindo-lhes a colaboração e a prestação da ajuda solicitada pelo intendente, quer da parte da cavalaria, quer da infantaria[32], como lhe tinha sido prometido a 4 de Outubro[33].

Neste contexto foi criada, a 21 de Outubro, a *Junta de Inspecção de Providências Contra a Peste*: uma entidade inicialmente sujeita à duração da epidemia, que tinha como função tomar todas as providencias necessárias, usando os meios disponíveis de modo a evitar a propagação da dita peste para o reino, estabelecendo a sua jurisdição e a sua capacidade de promover ordens e de que estas sejam respeitadas por todas as instituições e pessoas do reino. Como anteriormente afirmámos, a Junta tinha funções de gabinete de crise, sendo constituída pelo presidente da câmara de Lisboa (que chefiava o novo organismo), pelas chefias do Exército e da Marinha e pelo próprio intendente-geral da Polícia. Nascia dotada de autoridade para expedir ordens quer sobre os "generaes das provincias, como a todos os magistrados", e poderes punitivos sobre quem não acatasse as suas determinações[34], tendo sido decisiva para a execução do cordão de 1804. Tratou-se de uma iniciativa governamental, ao que parece sem auscultar a câmara de Lisboa – onde ficou alocada, com obrigação de esta custear as suas despesas – ou o provedor-mor da saúde[35], a quem apenas foi transmitida a informação da sua existência e de que iriam receber cópias das ordens expedidas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e da correspondência do intendente com o país e com o governo. O objectivo, escrevia-se, era que a Junta ficasse "na intelligencia do seu conteúdo para dar conta das providências tomadas"[36]. A reconstituição do circuito da informação mostra que as ordens continuaram a sair do governo, com o mais que provável apoio de Pina Manique, ficando aquela obrigada a executá-las[37], o que também se aplicava ao provedor-

[31] Nomeadamente em relação ao controlo dos estrangeiros, ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fls. 20v-21.

[32] Por exemplo, solicitando ao tenente-coronel João Baptista Malé que todos os ministros, oficiais de justiça e de guerra "e mais pessoas a quem fosse apresentado", se colocassem ao serviço do intendente, devendo prestar-lhe todo o auxílio que lhes fosse solicitado. Ao governador de Mértola e ao juiz de fora ordenando que se articulassem com o tenente-coronel João Baptista Malé. ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fl. 21v; *Intendência Geral da Polícia*, liv. 162, fls. 169v-171.

[33] O que explica a ordem do intendente aos corregedores da Comarca de Évora e de Avis, logo no dia 6 de Outubro, para que formassem um segundo cordão no centro da comarca, com tropas milicianas e de linha. ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fls. 18v-20v; *Intendência Geral da Polícia*, liv. 162, fls. 171v-172v.

[34] ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fls. 23-23v.

[35] ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fl. 24v.

[36] ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fl. 22v; AML, *Provimento da Saúde*, cód. n.º 29, fls. 2 a 7v.

[37] ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 415, fl. 23.

-mor da saúde[38], como se constata, entre outras evidências, pela cronologia das actividades por si referenciadas no mencionado relatório de 26 de Outubro[39].

A partir da *Junta de Inspecção de Providências Contra a Peste* foi criada, em Agosto de 1813, a *Nova Junta da Saúde*[40]: uma instituição sob a alçada da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, assente no saber dos médicos,[41] mas onde dominam os militares. Um deles, o marquês de Tancos, foi pelo governo designado seu interlocutor e depois indigitado como "inspector do ramo da saúde pública, com poder discricionário na Junta da Saúde[42]". Naquele momento, o foco principal, mas não único, eram as costas e portos do reino, com relevo para o de Lisboa. Em Maio de 1815, a presença militar torna-se permanente no porto da capital, sinalizada pela embarcação de guerra e destacamentos de tropas. A 13 de Julho de 1824, contavam-se 104 soldados distribuídos pelo Corpo da Armada Real, Brigada, Escaleres e respectiva guarnição "empregados no registro do porto e auxílio da saúde pública"[43].

O cordão sanitário na fronteira terrestre (1885-1886)

O segundo momento escolhido para brevemente analisar a participação dos militares na defesa sanitária do país é o da organização do cordão sanitário, em 1885-1886. O recurso aos cordões, bem como aos lazaretos e quarentenas nos finais do século XIX, sob fortes críticas, externas como internas, prendem-se com as condições materiais existentes.

Alguns países europeus entraram em Oitocentos com alargados programas higienistas e de vacinação contra a varíola, que era então o principal problema de saúde pública, programas que a breve trecho se traduziram num substantivo aumento populacional. Lentamente, começou a impor-se a ideia de que as medidas de combate às epidemias herdadas dos finais da Idade Média eram desajustadas às novas realidades sanitárias, preferindo-se apostar na prevenção e

[38] Por exemplo, enviado pelo governo, a 25 de Outubro: "Aviso ao Senado para que a Junta de Inspecção da Saúde ordene ao provedor-mor da Saúde e a todos os guardas-mores dos portos e costas do reino, para que passem guias a todos os barcos de pesca e pilotos da Barra, sem as quais não poderão navegar". AML, *Provimento da Saúde*, cód. n.º 29, f. 8 a 11v.

[39] É o provedor-mor que informa, na carta sobre as providências desenvolvidas pela Provedoria-Mor da Saúde, que fora por ordem do príncipe regente, de 1 de Setembro, que passara a residir em "Paço D'Arcos com todos os meus officiaes da Saude do Porto de Bellem, para ahi serem vizitados todos os Navios, e dar as providencias, na conformidade do Regimento da mesma Saude". AML, *Provimento da Saúde*, cód. n.º 29, f. 8 a 11v.

[40] *Colecção dos regimentos...*, p. 89.

[41] Carlos Louzada Lopes Subtil, *A saúde pública e os enfermeiros entre o vintismo e a regeneração (1821-1852)*, Porto, Universidade Católica do Porto, 2016, p. 120.

[42] Veja-se "A luta contra as invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX".

[43] Como analisámos antes, esta participação foi regulada pelo *Provisional das Quarentenas, e outras Providencias relativas a Cautelas para evitar communicação de Contagio*, de 18 de Julho de 1807. Cf. "A luta contra as invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX", pp. 97-98.

controlo localizado dos surtos que iam surgindo[44]; uma forma de actuar com a vantagem de responder às exigências comerciais de economias em expansão, como era o caso da França e da Inglaterra, dependentes da liberdade de movimentos, quer das populações, quer das mercadorias. Foi neste contexto de mudança de paradigma que a Europa se confrontou com a cólera, no início da década de 1830. Apesar de a elevada letalidade da doença surpreender médicos e políticos, tal não provocou alterações de fundo nos planos sanitários em curso, antes estimulou a pesquisa científica sobre a etiologia da doença e formas de transmissibilidade.

Praticamente sem vacinação nem estruturas sanitárias e, até, com dificuldades em enquadrar normativamente o campo da saúde pública – veja-se, por exemplo, o que aconteceu com a projectada reforma nas cortes constituintes[45] –, Portugal enfrentou a chegada da cólera em plena guerra civil com os meios que os seus antecessores haviam empregado. Não estava sozinho na utilização deste tipo de soluções que agora representavam um embaraço ao comércio mundial. As Conferências Sanitárias Internacionais, a primeira das quais teve lugar em Paris em 1851[46], surgem, precisamente, da necessidade sentida pelas principais potências em coordenar esforços para responder às questões de saúde pública e às exigências impostas pelo desenvolvimento da actividade económica. Sem surpresas, na primeira conferência, como em todas que se lhe seguiram no século XIX, Portugal alinhou com os estados que defendiam o direito de cada um escolher as medidas quarentenárias que considerasse mais apropriadas às suas especificidades. Num país assolado por vários e profundos problemas, aos olhos dos governantes, o Exército parecia ser das poucas instituições capazes de ajudar a proteger as populações em tempo de epidemias.

O número e o tipo de cordões sanitários militarizados estabelecidos em Portugal durante Oitocentos, depois das experiências de 1800-1801 e 1804-1805, está ainda por determinar. A referência à existência de um cordão sanitário a sul do Tejo, em Agosto de 1832, para proteger a capital do país da cólera que já então circulava por Lisboa, aponta para uma prática enraizada, mas que ainda não foi possível reconstituir[47]. Só a partir do Governo regenerador, concretamente aquando do surto de cólera de 1854-1855, a documentação se torna mais consistente. Sob a coordenação do ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, foi então sistematizado e enquadrado na lei um conjunto de procedimentos que haveria de vigorar nas

[44] Da imensa bibliografia que existe sobre o assunto, realçamos Patrice Bourdelais and André Dodin, *Visages du choléra*, Paris, Berlin, 1987, e Richard J. Evans, "Epidemics and Revolutions: Cholera in Nineteenth-Century Europe", *Past and Present* (120), August, 1988, pp. 121-147.

[45] Laurinda Abreu, "Saúde pública nas Constituintes (1821-1822): ruturas e continuidades", *Análise Social*, 222, 2017, pp. 6-38.

[46] Veja-se Maria Rita Lino Garnel, "Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, 2009, pp. 229-251.

[47] A partir daqui remetemos para o nosso artigo, "A luta contra as invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX", onde se podem encontrar informações mais pormenorizadas sobre a situação em 1854-1855 e a constituição do cordão de 1885-1886.

décadas seguintes, nomeadamente no cordão de 1885-1886 e no que o precedeu, entre 1884-1885. Note-se a presença de Fontes Pereira de Melo em ambos os momentos, primeiro como ministro; em 1885, como presidente do Conselho de Ministros.

Da experiência de 1854-1855 (coeva da associação entre a doença e o consumo da água contaminada, identificada na Inglaterra por John Snow) retenha-se a informação de que os cordões se poderiam prolongar por vários meses, envolver entre 5000 a 6000 militares e custar entre 400 a 500 contos de réis. E, não menos relevante, o facto de cada um deles motivar acesas discussões no Parlamento e na imprensa[48].

A articulação entre o poder político e o militar para o combate às epidemias e a limitada participação dos médicos civis no processo de decisão são duas marcas que vão subsistir após 1855 – a quase ausência dos médicos nos órgãos do poder local é, em si próprio, um dado relevante, que tem uma importância particular neste contexto. Pelo contrário, os médicos militares surgem bastante activos no sector. Foi a A. M. da Cunha Belém e Guilherme José Ennes, médicos militares, que o governo entregou, em 1884 como em 1885, o controlo dos lazaretos e o seu funcionamento, trabalho que apresentaram no ano seguinte, sob o título *Os lazaretos terrestres de fronteira nos anos de 1885 e 1886: Marvão, Elvas, Vilar Formoso, Valença e Vila Real de Santo António: relatório apresentado a sua excelência o Ministro do Reino*, publicado pela Imprensa Nacional[49].

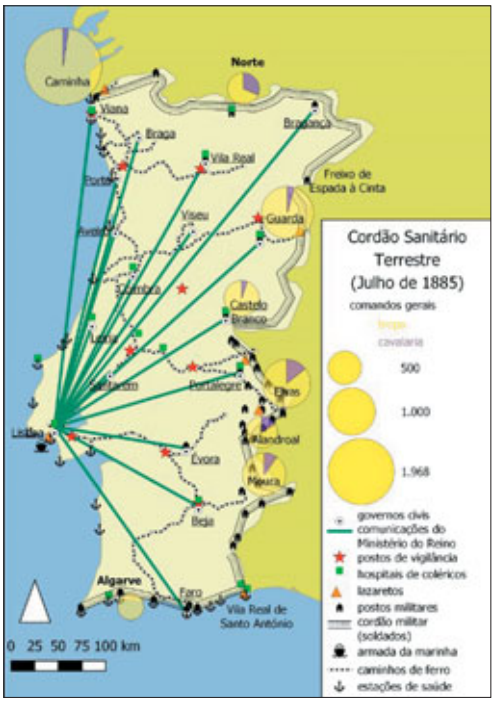
Cruzando os dados ali colhidos com a documentação do Arquivo Histórico Militar e os debates parlamentares, verifica-se que ainda no Parlamento o ministro do Reino, Augusto César Barjona de Freitas, tentava explicar os 400 contos gastos no ano anterior, incluindo-se ali 17:000$000 réis com o navio de guerra que, em Lisboa, estava ao "serviço do micróbio", na expressão irónica da oposição, e já assomava a notícia de que um novo surto de cólera havia surgido na província espanhola de Valência. De imediato, Barjona de Freitas regressa às medidas quarentenárias, tão recentemente levantadas, mas agora evitando as decisões erráticas tomadas no ano anterior, por exemplo em relação à realização de feiras e deslocações entre Portugal e Espanha. Também ao contrário do que então tinha acontecido, entregou a defesa da fronteira terrestre ao Ministério da Guerra, prescindindo da coordenação dos governadores civis, que, sem sucesso, havia ensaiado em 1884. Chamou também o Ministério do Interior a fim de agilizar a preparação de hospitais para acolher os coléricos e a instalação de telégrafos nos concelhos de fronteira, um instrumento de grande importância para que as suas ordens chegassem rapidamente aos seus destinatários, sobretudo para os governadores civis, com quem manteve intensa comunicação, com ordens e instruções sobre as mais diversas questões, desde a necessidade de ferver a água para consumo ao isolamento dos locais onde surgissem suspeitas de cólera, apoio à realização dos cordões, etc.

---

[48] Informações sobre a reacção da imprensa neste período encontram-se em Maria Antónia Pires de Almeida, "A epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa", *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, 18 (4), 2011, pp. 1057-1071.

[49] Cuja análise desenvolvemos neste momento.

Entretanto, o Ministério da Guerra avançava com a implementação do cordão sanitário, dividindo a fronteira em 6 secções. A de Caminha, por exemplo, contava, a 30 de Junho, com 1914 homens e 54 cavalos, mais 14 homens e 8 cavalos no lazareto; duas semanas depois, tinha já 2631 homens e 61 cavalos. No início de Julho, 538 cavalos e quase 4500 homens estavam dispostos ao longo da raia. Em Janeiro de 1886, seriam mais de 6500 militares e 223 cavalos, quase um quinto do exército, incluindo reservistas. Enquanto decorria esta operação, Cunha Belém e Guilherme José Ennes visitavam os lazaretos e fiscalizavam as suas condições. Só à medida que os foram abrindo, os comboios provenientes de Espanha puderam atravessar a fronteira. No interior do país, apertavam-se as regras à circulação interna e exigia-se a apresentação de cartas de saúde. Mapeados os dados (mapa 4), a geografia do cordão acompanha as ligações fluviais e ferroviárias com a Espanha. Não muito distante, estava a linha de lazaretos e os hospitais de coléricos, estes também colocados em pontos estratégicos dos ramais e apeadeiros e nas principais cidades.



Mapa 4 – Fonte: Abreu, 2018b, 116

A coordenação entre os três ministérios (Reino, Defesa e Interior) e a eficiência do governo foi essencial, nas palavras de Barjona de Freitas, para que Portugal não reproduzisse o exemplo da Espanha, "que já hoje está convertida n'um hospital e parece tender a converter-se n'um cemitério". Os dados deste surto apontam para cerca de 236 000 mortos do outro lado da fronteira, enquanto Portugal saía praticamente incólume. Como bem se sabe, não é possível estabelecer uma relação de causa-efeito entre a rigidez das medidas quarentenárias e a inexistência da epidemia.

Contudo, como escrevíamos antes, a restrição da mobilidade, o quase total encerramento do país a contactos externos e as quarentenas obrigatórias de quem chegava do estrangeiro terão tornado mais difícil a propagação da cólera. Do lado dos críticos, clamava-se contra a utilização inútil dos parcos meios existentes em soluções temporárias e ineficazes, que só prejudicavam a já débil situação económica sem nada resolver quanto à falta de estruturas sanitárias e à miséria em que vivia a maior parte da população, potenciadora de graves problemas de saúde pública, como eram as doenças que se mantinham endémicas – varíola, tifo e tuberculose –, que matavam diariamente, assim bem lembrava o médico Ricardo Jorge.

Concluindo:

No século XIX, em Portugal, o combate às epidemias fez-se através dos meios quarentenários tradicionais, como os cordões sanitários e as quarentenas nos lazaretos, expedientes há muito contestados pelos países considerados desenvolvidos e também internamente, com particular ênfase para as oposições políticas e boa parte da classe médica. Limitadoras da liberdade de circulação e, por conseguinte, da economia, dispendiosas em termos do consumo de recursos humanos e financeiros, estas práticas eram ainda, segundo os seus detractores, cientificamente inúteis e estéreis por não resolverem os problemas sanitários que afectavam a maioria da população.

Todavia, a persistência destes procedimentos, que nem sequer era uma idiossincrasia nacional, não permite concluir pela inépcia dos sucessivos governos que continuaram a recorrer mais aos militares que aos médicos para proteger o país da cólera ou, ainda, da peste que em 1899 *visitou* o Porto. Num século particularmente complexo do ponto de vista político e económico, atacar os problemas na raiz, isto é, melhorar as condições de vida das populações e criar infra-estruturas sanitárias capazes de prevenir as epidemias ou resolver os surtos nos seus locais de origem, exigiam reformas profundas só concretizáveis com estabilidade política e elevadas dotações financeiras, requisitos de que o país não dispunha. O recurso à instituição militar para fechar as fronteiras e controlar a mobilidade, sobretudo daqueles que vinham do exterior, afigurava-se como a solução possível numa situação que impunha rapidez aos decisores políticos.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DOS 150 ANOS DOS *ANAIS DO CLUBE MILITAR NAVAL*

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 24 de novembro

Senhor Almirante Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

É sempre com grande simpatia que a Academia de Marinha o recebe quando nos dá o gosto de assistir às nossas sessões, como tantas vezes acontece. Hoje, vindo em representação do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, traz-nos o acrescido prazer e honra que esta sessão conjunta bem merece.

Senhores ex-Presidentes da Assembleia Geral, Senhor Presidente e ex-Presidentes e da Direção do Clube Militar Naval, a todos saúdo e desejo que se considerem em vossa casa.

Senhores Académicos, Sócios do Clube Militar Naval, Senhores Convidados, bem hajam pela vossa presença.

Em 2019, por ocasião das celebrações dos 50 anos da Academia de Marinha, ouviram-me dizer que quando uma instituição atinge essa idade, ultrapassando vicissitudes várias, com diferentes direções nem sempre com as mesmas orientações programáticas, tal facto é revelador da sua solidez, de que tem futuro, de que merece ser apoiada e, naturalmente, é motivo de comemoração.

Cento e cinquenta anos de existência é só três vezes mais, com todas as adversidades a triplicar e com a dificuldade acrescida de ter entretanto ocorrido uma mudança radical de regime político.

Assim, na programação desta Academia para 2020, ficou logo desde o início do ano decidido que este dia ficaria reservado para a comemoração dos 150 anos dos Anais do Clube Militar Naval. Escolheram-se os oradores a convidar e seria, dada a importância da efeméride, mais uma sessão comemorativa em que o Presidente, naturalmente, falaria.

Só que, veio a pandemia e recebi um telefonema do Presidente da Direção do Clube Militar Naval perguntando-me se eu aceitava transformar a sessão da Academia numa sessão conjunta com o C.M.N. face à dificuldade que teriam de, mesmo na sua maior sala, acolher todos os convidados que nesse dia gostariam de ter consigo, desafio a que prontamente acedi.

Se a existência de uma sessão conjunta já vinha reforçar a vontade de fazer uso formal da palavra, para mais sendo presidida pelo Almirante Vice-Chefe em representação do Comandante da Marinha, transformando-a assim em sessão solene, houve também uma

razão adicional que a tal me obrigava: reconhecer publicamente a difícil decisão do Presidente da Direção do Clube de propor a realização de uma comemoração desta importância fora da sua sede, muito possivelmente alvo de críticas internas, mas bem reveladora de enorme coragem, autoconfiança e capacidade de distinguir o essencial do acessório. Obrigado Senhor Comandante pela sua decisão, que assim veio engrandecer a sessão que esta Academia tinha originalmente planeado.

Meus Senhores

Os dois oradores a quem cabe a responsabilidade de tratar o tema que aqui nos trouxe, certamente nos trarão a história dos Anais, a sua evolução ao longo deste século e meio, e nos dirão do crédito e prestígio desta revista científica e cultural que, no seu âmbito técnico profissional, não deixa de ser uma outra história da Marinha Portuguesa. Farão isso muito melhor do que eu.

A Academia de Marinha e o Clube Militar Naval, através dos seus Anais, embora com estatutos totalmente diferentes, têm ambos a importante missão de contribuir para que, junto da sociedade civil, o mar e as suas gentes, as marinhas e a sua história, as artes, as letras e as ciências de ontem, de hoje e do futuro, sejam pensadas e debatidas. E a sessão de hoje é um bom exemplo dessa irmandade de propósitos.

Não querendo roubar espaço aos oradores que se seguem, termino reconhecendo a honra que constitui para a Academia de Marinha acolher esta sessão conjunta para celebrar os 150 anos de uma instituição já galardoada com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada e, de novo, há menos de um mês, reconhecida como Membro Honorário da ordem do Mérito.

Muito Obrigado.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DOS 150 ANOS DOS
ANAIS DO CLUBE MILITAR NAVAL

UMA VIAGEM DE CENTO E CINQUENTA ANOS PELOS MARES DO CONHECIMENTO E DA CULTURA[1]

Palavras proferidas pelo Presidente da Comissão de Redação
dos *Anais do Clube Militar Naval*,
Académico Herlander Valente Zambujo, em 24 de novembro

Exmo Senhor Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-almirante Jorge Manuel Novo Palma, em representação de Sua Excelência, o Chefe do Estado-Maior da Armada
Exmo Senhor Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu
Prezados Académicos,
Caríssimos amigos,

É com grande satisfação e orgulho que, como Presidente da *Comissão de Redação dos Anais do Clube Militar Naval* [2], assumo a palavra para evocar a longa e ininterrupta viagem pelos Mares do Conhecimento e da Cultura, percorrida pelos *ANAIS*, nestes últimos 150 Anos.

Durante este período, os oficiais de Marinha, consócios do Clube Militar Naval, conseguiram, ano após ano, lustro após lustro, com esforço, determinação, saber e talento, dar continuidade à nobre herança das sucessivas gerações que os antecederam, legando-nos uma revista científica e cultural de reconhecido mérito e repleta de tradições navais.

O Clube Militar Naval[3] iniciou a sua atividade a 15 de novembro de 1866, por decreto real assinado pelo Rei D. Luiz e pelo Ministro da Marinha e Ultramar, Visconde da Praia Grande de Macau.

Quatro anos depois, na Assembleia Geral realizada no dia 30 de novembro de 1870[4], foi aprovada uma "Memória sobre a navegação a vapor para os portos de África", com a

---

[1] Conferência proferida pelo Presidente da Comissão de Redação dos Anais (CRA), CMG *Herlander Valente Zambujo*, no dia 24 de novembro de 20209, na Academia de Marinha.

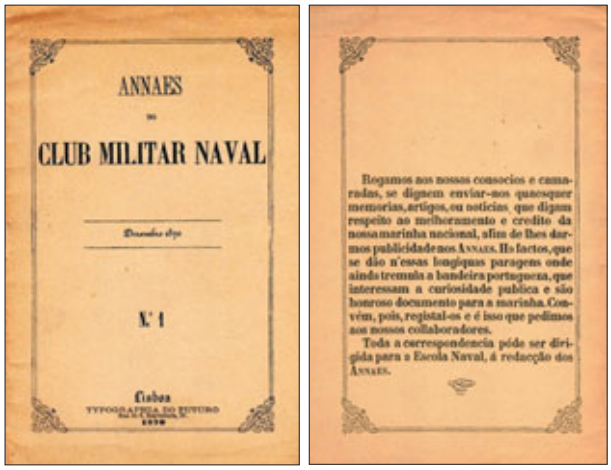
[2] *Herlander Valente Zambujo* - Presidente da Comissão de Redação dos Anais (CRA) nos biénios de 2013/2014, 2015/2016, 2017/2018 e 2019/2020.

[3] É importante realçar que o CMN é a segunda mais antiga instituição, de caracter associativo, do país.

[4] Pode-se considerar assim que, os Anais do Clube Militar Naval tiveram a sua génese nessa importante Assembleia Geral realizada no dia 30 de novembro de 1870, quatro anos após a fundação do Clube Militar Naval.

determinação de que o trabalho fosse impresso no primeiro número dos *ANNAES*. Constava desse primeiro número o enunciado claro dos propósitos e desígnios a alcançar com a publicação, numa declaração de elevado significado e iria perdurar para o futuro:

> «Cumpre à geração atual dos oficiais de Marinha relembrar os feitos heroicos e as ações dignas dos que os precederam; cumpre-lhes como membros de uma corporação científica, como cidadãos amantes da terra que os viu nascer, e da arma que os enobrece, não descurar os interesses da Marinha, que foi e deve ser a glória da Pátria; cumpre-lhes finalmente, dar provas de que apreciam as questões científicas e económicas que interessam de perto o bem da sua arma e a prosperidade do País».


ANNAES

CLUB MILITAR NAVAL

N.º 1

Lisboa

Rogamos aos nossos consocios e camaradas, se dignem enviar-nos quaesquer memorias, artigos, ou noticias, que digam respeito ao melhoramento e credito da nossa marinha nacional, afim de lhes darmos publicidade nos ANNAES. Ho factos, que se dão n'essas longiquas paragens onde ainda tremula a bandeira portugueza, que interessam a curiosidade publica e são honroso documento para a marinha. Convém, pois, registal-os e é isso que pedimos aos nossos collaboradores.

Toda a correspondencia póde ser dirigida para a Escola Naval, á redacção dos ANNAES.

Capa e contracapa do primeiro número dos ANNAES de 1870

É importante salientar que, os *Anais do Clube Militar Naval* são uma das cinco publicações mais antigas a nível Mundial, que tratam de assuntos marítimos e navais[5], e sem se constituir como uma publicação oficial da Marinha, não exprimindo portanto o pensamento e as ideias das esferas oficiais. Mas, nem por tal facto, têm deixado de contribuir, de forma bem acentuada, para a divulgação de conhecimentos de interesse para a Marinha, através dos artigos e crónicas que publica, da autoria de ilustres oficiais de Marinha, académicos e estudiosos, no cumprimento do desígnio desta publicação, como bem o atesta a atribuição, em 1936, da Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, por Sua Excelência o Presidente da República, General António Óscar de Fragoso Carmona.

[5] Cf. Carlos Manuel Valentim, "Quando o Clube Militar Naval e os seus Anais influenciavam o poder (1866-1930). A Ciência e a Técnica divulgadas por uma Revista Naval", Anais do Clube Militar Naval, outubro-dezembro 2005, p. 748. O autor identifica as quatro revistas mais antigas: Morskoii Sbornik — 1848 (Rússia); Revista Maritima Brasileira — 1851 (Brasil); Revue Maritime — 1866 (França) e Rivista Marítima — 1868 (Itália).

Testemunho tangível da fidelidade a um compromisso antigo é a publicação ininterrupta, desde 1870, dos *Anais do Clube Militar Naval*, os quais têm sido um instrumento de inegável mérito na divulgação de ideias e conhecimentos de grande valia científica, técnica e cultural, sempre norteados por um espírito inovador e de melhoria contínua.

Os preciosos trabalhos registados nos *ANAIS* ao longo destes 150 anos e a saudável agitação de ideias que eles têm originado, constituem inestimáveis contributos dos oficiais de Marinha para a o desenvolvimento e afirmação de Portugal, em diversas áreas, destacando-se, de entre outras, as figuras de:

– Lopes de Mendonça, criador de literatura de ficção e da letra do Hino Nacional;
– Campos Rodrigues e Hugo de Lacerda, nos Estudos Astronómicos;
– Máximo Pratas e Ayres Hopke em estudos notabilíssimos que levaram ao combate de doenças tropicais e à criação do Instituto de Medicina Tropical;
– Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens na travessia de Angola à Contracosta, em 1877-79;
– E Gago Coutinho e Sacadura Cabral os grandes precursores dos voos transatlânticos por métodos científicos, materializados na aventura da travessia aérea Lisboa-Rio de Janeiro, em 1922.

Merece igualmente destaque a figura do consócio Teixeira da Mota[6] que, muito jovem, ingressou no terreno da investigação histórica com a sua Memória de final de curso da Escola

Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada,
cuja insígnia e respetivo diploma, pendem das nobres paredes da atual sede do Clube Militar Naval

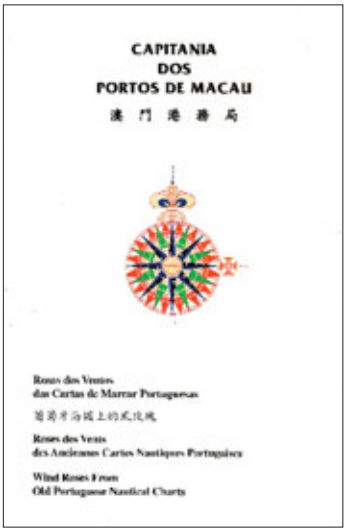
[6] *Avelino Teixeira da Mota* – nasceu a 22 de setembro de 1820, foi um historiador consagrado, professor e um "Homem do Mar, Além-Mar e das Ciências". Ao interesse pela História dos Descobrimentos, associou-se, a História da Náutica e da Cartografia. Da sua obra são os textos relativos ao estudo da cartografia antiga, da história da náutica e da Expansão portuguesa e sobre as sociedades e a História de África. É de salientar a sua valiosíssima participação na «PORTUGALIAE MONUMENTA CARTHOGRAPHICA».

Naval sobre a viagem de Fernão de Magalhães. Distintíssimo oficial de Marinha, segundo Presidente da Academia de Marinha, tem o seu nome acreditado entre os nossos melhores historiadores, por obra notável em extensão e altura cultural.

Entre os diversos números que enriquecem o valioso espólio editorial dos *ANAIS,* merece referência especial, em 1889, a edição extraordinária por ocasião da morte do Rei D. Luiz I, consócio do Clube Militar Naval.

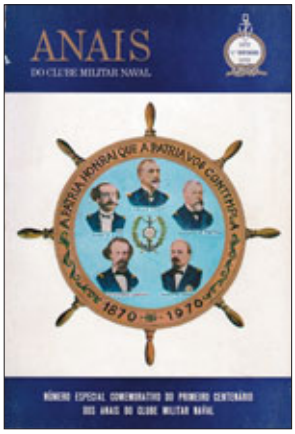
Merece igualmente destaque, em 1966, o número especial dedicado à celebração do primeiro centenário do Clube Militar Naval, valorizado com a reedição, em separata, das belas rosa-dos-ventos das cartas de marear de cartógrafos portugueses dos séculos XVI e XVII, incluídas na notável obra de Fontoura da Costa, "*A Marinharia dos descobrimentos*", que os Anais tinham publicado em 1932-1933.

Esta separata, enriquecida com a tradução em língua chinesa, foi reeditada, em 20 de Maio de 1999, pela Capitania dos Portos de Macau, o que permitiu a sua maior divulgação nesta região da Ásia em profundo desenvolvimento.



A separata das Rosa-dos-Ventos, reeditada pela Capitania dos Portos de Macau, no dia 20 de Maio de 1999, enriquecida com a tradução em língua chinesa

Em 1970, já lá vão cinquenta anos, o primeiro centenário dos *ANAIS,* foi dignamente assinalado com uma edição especial comemorativa, tendo a capa dado o devido destaque aos cinco consócios do Clube Militar Naval que constituíram a sua primeira Comissão de Redação, memorizando assim o ato histórico de empreenderem o lançamento desta revista de referência no panorama editorial português, não apenas pela sua longevidade e notável regularidade, mas principalmente pela excelência dos textos publicados e pela diversidade dos temas abordados.



Capa da edição comemorativa dos
100 Anos dos ANAIS

Como escreveu o Contra-almirante Jorge Maia Ramos Pereira em «***Velhice Valorosa e Honrada de que nos Orgulhamos»,*** um dos 19 textos que ornamentam a citada edição especial, a meritória iniciativa teve por finalidade, nas suas palavras:

> «prestar justa homenagem ao esforço, à determinação e à clarividência evidenciados pelas sucessivas gerações de oficiais da Armada dos últimos cem anos, ao contribuírem com o seu saber, a sua experiência, a sua dedicação e o seu acendrado brio profissional, para tomar a nossa veneranda revista respeitada e merecedora do crédito e do prestígio com que é acolhida pelos seus leitores e amigos».

Na década de noventa, mais precisamente em 1994 e em 1997, foram editados dois números dedicados, respetivamente, ao 5º centenário do Tratado de Tordesilhas e à viagem de Vasco da Gama.

Capas de algumas edições temáticas ao longo dos biénios
de 2013 a 2020

Na última década, mais precisamente a partir de 2012[7] a edição dos *ANAIS* passou a ter uma periodicidade semestral, com uma edição em papel e uma edição digital a cores, mantendo no entanto a qualidade, singularidade, atualidade e o prestígio cultural e científico das edições anteriores.

Ao longo dos biénios de 2013 a 2020 foram publicadas quinze edições semestrais, sendo oito delas números temáticos dedicados a temas específicos, com a evocação de eventos ou personalidades de elevada relevância, relacionados com a cultura naval, que vieram enriquecer o valioso espólio editorial dos *ANAIS*.

Escudado nesta riqueza histórica, e interpretando o sentir dos associados do Clube Militar Naval, sua Excelência o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, conferiu aos *Anais do Clube Militar Naval*, nos termos da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas (Lei n.º 5/2011, de 2 de março), pelos serviços relevantes prestados ao longo dos seus 150 anos em prol da expansão da cultura portuguesa e do conhecimento de Portugal, da sua História e dos seus valores, o título de **Membro-Honorário da Ordem do Mérito.**

Insígnia de Membro-Honorário da Ordem do Mérito

A entrega da insígnia realizou-se no passado dia 28 de outubro, pelas 16h00, no Palácio de Belém, em cerimónia singela e repleta de significado, mas restrita, devido às limitações impostas pela pandemia da COVID-19.

Nesta cerimónia, estiveram presentes as seguintes entidades da Marinha: o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Mendes Calado, o Presidente da Mesa da

[7] No primeiro dia março de 2012, os sócios presentes na Assembleia Geral, realizada nesse dia, acolheram favoravelmente a proposta da Direção do CMN no sentido da "alteração temporária, a título excecional" da periodicidade de publicação dos Anais passar a contemplar duas edições semestrais.

Assembleia-Geral do CMN, o Contra-almirante AN António Gonçalves Covita, que recebeu, das mãos do Presidente da República, a insígnia, o Presidente da Direção do CMN, Capitão-de-fragata AN Augusto Santos Silva e o Presidente da Comissão de Redação dos Anais do CMN, Capitão-de-mar-e-guerra Herlander Valente Zambujo.

Para terminar, é importante voltar a realçar o facto de ao longo dos seus 150 anos de existência, os *Anais do Clube Militar Naval,* com mais ou menos páginas, com melhor ou pior qualidade de papel, com ou sem figuras, com maior ou menor regularidade, variedade no seu conteúdo e inspiração, sobrevive com cada vez mais sólida reputação e reconhecimento oficial, refletindo o pensamento dos oficiais da Marinha, refletindo a sociedade e a época histórica onde se integram, de forma continuada, mesmo nos períodos mais críticos da história como o que recentemente atravessa Portugal.

Não é exagero classificar o papel verdadeiramente notável desempenhado pelos *ANAIS,* ao longo da sua já respeitável existência enquanto publicação científica e cultural, no contributo para o desenvolvimento da Marinha e de Portugal, e tudo isso, sempre feito com altruísmo, rigor, persistência, perseverança e regularidade. Realmente não é vulgar uma revista, como sucede com os *Anais do Clube Militar Naval*, alcançar os 150 anos de existência de forma ininterrupta, dependendo exclusivamente, da dedicação voluntária de quem para ela e com ela trabalha.

Podemos considerar que folhear a extensa coleção dos *ANAIS*, é voltar ao passado, através de um repositório de inestimável valor constituído por páginas já amarelecidas pelo rolar implacável do tempo. Mas também é pensar no futuro, na resposta a desafios que a Marinha e Portugal enfrentam, em tempos conturbados e de elevada incerteza.

Assim, ao se comemorarem os 150 Anos de existência dos *Anais do Clube Militar Naval*, é mais do que justo prestar uma merecida e singela homenagem ao esforço, à determinação e à clarividência evidenciadas pelas sucessivas gerações de oficiais de Marinha, que neste último século e meio, muito contribuíram com a sua experiência, a sua dedicação e o seu acendrado brio profissional, para tornar os *ANAIS*, no que são hoje, uma revista respeitada e merecedora do crédito e do prestígio, a avaliar pela forma com que é acolhida pelos seus leitores, uma voz da cultura militar naval, dos oficiais de Marinha e de todos os que sentem Portugal e o Mar.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DOS 150 ANOS DOS
ANAIS DO CLUBE MILITAR NAVAL

150 ANOS DOS *ANAIS DO CLUBE MILITAR NAVAL*

Palavras proferidas pelo Académico
António Costa Canas, em 24 de novembro

Desde o momento da sua fundação que o Clube Militar Naval previa a divulgação escrita dos assuntos que interessavam aos seus associados. Tal estava patente nos seus estatutos, aprovados em 1866, nomeadamente no n.º 3, do seu artigo 3.º:

> 3.º Excitar, por meio de palestras scientificas e litterarias, por adequadas publicações e por todos os meios eguaes, os estimulos geradores das grandes acções, e os factos que honram humanidade; para que os officiaes se tornem distinctos, e continuem a conservar as tradições gloriosas da marinha portugueza.[1]

Tal ocorreu cerca de quatro anos após a sua fundação, em dezembro de 1870, quando surgiu o primeiro número dos seus *Anais*.

Este número fundador dos *Anais do Clube Militar Naval* tem uma dimensão bastante modesta, 26 páginas, incluindo a capa. As duas primeiras páginas servem para explicar o contexto que levou à publicação deste número. Um dos problemas que interessava particularmente os sócios do Clube era a ligação marítima com os portos da África portuguesa e a forma como esta questão era gerida pelas esferas oficiais. Numa das suas sessões, foi decidido eleger uma comissão para estudar o problema.

A comissão analisou o problema, elaborou uma memória sobre o mesmo e submeteu essa Memória à Assembleia-geral do Clube. Discutido o seu conteúdo, ficou decidido que o texto deveria ser publicado numa revista a ser criada pelo próprio Clube, nascendo assim os *Anais do Clube Militar Naval*.

Na Memória redigida pelos sócios do Clube são identificadas diversas irregularidades no concurso em preparação para concessão daquela ligação e apresentadas sugestões para resolver as mesmas. Muitas delas foram inseridas no concurso aberto em 1871, para um novo período de concessão da carreira para África.

Na contracapa do primeiro número é apresentado um pedido de colaboração, de modo a dar continuidade a este primeiro número dos *Anais*. Em janeiro de 1871 não se publicou

[1] Cf. Arquivo Histórico de Marinha, Cx 106-1866.

nada, mas a partir de fevereiro desse ano passaram a ser publicados os *Anais do Clube Militar Naval*, sem interrupção, até aos nossos dias.

Tentar expor, em poucos minutos, 150 anos de atividade editorial é tarefa complexa. São milhares de páginas, com centenas de assuntos, da pena de centenas de autores. Esta comunicação terá de se basear na apresentação de alguns exemplos, mostrando alguns assuntos e mencionando alguns autores que contribuíram para este rico património científico e cultural construído ao longo deste século e meio. Na escolha de temas e autores, não esteve presente nenhuma distinção qualitativa, procurando-se apenas mostrar a diversidade patente nas páginas dos *Anais*.

Certamente, a Marinha será o tema central da generalidade dos textos dos *Anais*. Obviamente, aqui Marinha deve entender-se num sentido muito lato, abrangendo todos os assuntos que os sócios do Clube Militar Naval desejem estudar e nos quais possam tirar proveito da sua formação marinheira, para de algum modo poderem dar algum contributo para o desenvolvimento nacional. Ou seja, poderão ser contributos de qualquer ramo do conhecimento, das Artes, Letras ou Ciências, tendo a Marinha e o Mar como denominador comum. No texto de abertura do número especial comemorativo do primeiro centenário dos *Anais* essa ideia está bem patente:

> Estudos sobre a teoria do navio e da vela, a navegação, o armamento naval, novos tipos de artilharia, a balística, a táctica naval, as caldeiras marítimas; conceitos e ideias sobre orgânica, recrutamento, ensino, quadros, artigos sobre pescas, meteorologia, cosmografia, docas flutuantes; opiniões e debates sobre regras para evitar abalroamentos e muitos, muitos outros temas válidos, traduzem, com exuberância, o interesse e a receptividade com que a Corporação acolheu este novo meio de difusão de ideias; de divulgação de conhecimentos e de novas concepções tecnológicas; de debate de regulamentos, regras e teorias mal ajustados às realidades práticas; de levar ao conhecimento de terceiros, elementos úteis colhidos por experiência própria; de trazer a lume problemas e situações respeitantes à Armada com séria incidência na sua eficiência e no próprio interesse nacional; enfim, uma tribuna séria e ampla de horizontes, que lhe proporcionava maiores facilidades de comunicação e iria contribuir, de modo apreciável, para estreitar laços de camaradagem entre os leitores da revista.[2]

Em 1937, num artigo de reflexão sobre aquilo que eram os *Anais do Clube Militar Naval*, Pereira da Silva chamou a atenção para uma outra caraterística que se notava particularmente nos primeiros tempos dos *Anais*, que era o facto de diversos textos acabarem por influenciar decisões oficiais sobre a Marinha. Mas Pereira da Silva refere que esta influência, dos textos dos *Anais* nas decisões oficiais, foi particularmente significativa na primeira década de existência da revista onde algumas das propostas veiculadas na revista acabaram por se ver diretamente refletidas na legislação aprovada.

[2] Jorge M. Ramos Pereira, "Velhice Valorosa e Honrada de que nos Orgulhamos. (Cem anos de vida dos «ANAIS»)", *Anais do Clube Militar Naval*, Número especial comemorativo do primeiro centenário dos Anais do Clube Militar Naval, p. 8.

Vejamos apenas um exemplo dos inúmeros contributos dos sócios do Clube para melhorar o desempenho da Marinha, patente nos primeiros anos dos *Anais*.

Em 1872, surgiu um artigo resultante de um estudo de uma comissão nomeada no âmbito do Clube, para analisar as alterações ao plano de uniformes a utilizar pelos oficiais da Armada.

Trata-se de uma questão que tem muito a ver com bem-estar do pessoal e também está relacionada com a apresentação e a disciplina. Daqui se percebe que os assuntos relativos ao pessoal da Marinha também se encontram entre as preocupações dos sócios do Clube. Assim como constituem apreensão para os oficiais de Marinha muitas outras questões relacionadas com os diferentes aspetos que contribuem para um melhor desempenho da Marinha, nomeadamente, questões organizacionais, logística, manutenção, entre muitas outras. Muitos destes contributos das comissões nomeadas pelos sócios do Clube, e cujos resultados acabavam por ser publicados nos *Anais*, acabavam por influenciar as decisões oficiais sobre esses assuntos. Foi o que aconteceu com esta questão dos uniformes, dando os *Anais* notícia desse facto num número posterior.

Figura 1 - Corveta *Afonso de Albuquerque*, primeiro navio português com eletricidade a bordo

A criação do Clube Militar Naval ocorreu numa época de grandes inovações tecnológicas que transformaram profundamente a sociedade em geral e a Marinha em particular. Estas profundas alterações na forma como era conduzida a guerra no mar levaram aos primeiros estudos teóricos sobre estratégia marítima e poder naval. O principal teorizador que influenciou de uma forma mais significativa o pensamento estratégico na maior parte dos países foi Alfred Thayer Mahan, oficial da Marinha americana. Em Portugal, Mahan também teve inúmeros seguidores, os quais procuraram que as ideias dele servissem de referência aos diferentes planos de reequipamento naval que foram sendo propostos, especialmente nas primeiras décadas do século XX. E muitos dos textos desses *mahanistas* surgem nos *Anais do Clube Militar Naval*.

Por outro lado, todas essas inovações tecnológicas mereciam ser divulgadas, junto da generalidade dos oficiais de Marinha. As páginas dos *Anais* estão recheadas de inúmeras referências a essas novidades tecnológicas que geralmente, mais tarde ou mais cedo, acabavam por ser incorporadas a bordo dos navios portugueses. Um exemplo dessas novidades é a utilização da eletricidade. Logo no primeiro ano de publicação dos *Anais* foram noticiadas experiências que vinham sendo feitas no sentido de ser possível utilizar esta nova forma de energia nos navios.

É interessante notar que esta notícia, que descreve essencialmente experiências, surge numa altura em que ainda não existiam praticamente nenhumas utilizações concretas da eletricidade a bordo. Tal começou a ocorrer nessa mesma década de 1870.

Entretanto, decorridos alguns anos chegou finalmente a Portugal o primeiro navio que dispunha de uma instalação elétrica, a corveta *Afonso de Albuquerque*. Um dos oficiais desse navio redigiu um pequeno texto para os *Anais do Clube Militar Naval*, no qual destaca essa novidade.

De notar que a eletricidade foi introduzida na Marinha portuguesa nos primeiros tempos da sua utilização a bordo dos navios. A *Afonso de Albuquerque* foi lançada à água em 1884. Por exemplo, nos Estados Unidos, que na altura já caminhavam para ser uma grande potência naval, a primeira instalação elétrica a bordo de um navio ocorreu apenas em 1883.

Obviamente, que esta questão da eletricidade é apenas um exemplo das inúmeras áreas tecnológicas sobre as quais os sócios do Clube escreveram, para dar a conhecer os desenvolvimentos que iam surgindo. Muitas outras poderiam aqui ser mencionadas, mas uma descrição exaustiva das mesmas seria praticamente impossível, numa curta comunicação. Apenas a título de exemplo, apresentam-se mais algumas áreas, mas mesmo estas são apenas uma pequena amostra da vastidão de assuntos técnicos que ocupam as páginas dos *Anais*, nestes 150 Anos: novos sistemas de armas (peças de artilharia, torpedos, mísseis...), munições inovadoras, máquinas e sistemas propulsores, aviação, submarinos (Almeida Henriques, comandante do primeiro *Espadarte*, explicou detalhadamente todo o processo de receção do navio nos estaleiro, as provas de mar realizadas em Itália assim como as diferenças destes navios para os navios de superfície), inovações na construção naval, sistemas de comunicações e mais recentemente a utilização de sistemas informáticos a bordo e nas unidades em terra.

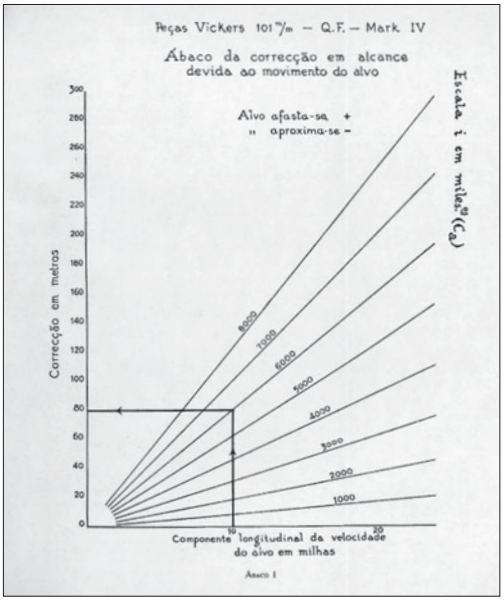


Figura 2 - Exemplo de um ábaco "nomográfico" para correção de um parâmetro de tiro

Além da divulgação de novidades tecnológicas, as páginas dos *Anais* também serviram para divulgar assuntos de cariz mais científico. Obviamente, que em vários desses casos se trata de ciência aplicada, de modo a resolver problemas práticos que se colocavam aos homens do mar. Apresentaremos um exemplo, do âmbito da matemática. Estamos a referir-nos ao uso da nomografia, para realização de cálculos a bordo.

Não sendo uma palavra muito usada nos nossos dias, convém esclarecer o que é um nomograma:

> Os nomogramas são tabelas gráficas graduadas planas que servem para representar equações algébricas com duas ou mais variáveis, de tal modo que o cálculo das suas soluções se reduz a uma simples leitura. Sendo um processo de cálculo que utiliza a representação gráfica, os nomogramas usam um sistema de pontos e linhas, retas e curvas, para resolverem tais equações.[3]

A nomografia foi bastante utilizada, nas mais variadas atividades, especialmente nas primeiras décadas do século passado e teve também utilização a bordo dos navios.

Embora a esmagadora maioria dos textos publicados nos *Anais* o fossem na língua portuguesa, por vezes surgem textos noutras línguas, geralmente com o intento de procurar uma maior divulgação das ideias contidas nos mesmos. Foi por exemplo esse o caso de um artigo de Gago Coutinho, publicado em 1922, após a travessia aérea do Atlântico Sul, destinado a divulgar os contributos de Coutinho e Sacadura Cabral para a navegação aérea, o qual foi escrito em português, mas incluído nos *Anais* também em alemão, francês e inglês.

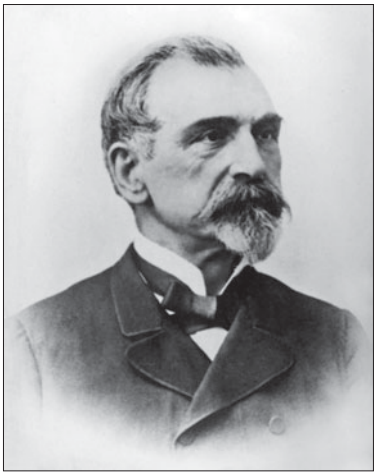


Figura 3 - Carlos Testa, membro da primeira Comissão de Redação

Foi anteriormente referido que nos primeiros tempos do Clube Militar Naval, os estudos elaborados por alguns dos seus sócios, e publicados nos *Anais*, acabavam por influenciar decisões oficiais, relacionadas com os assuntos estudados. Também nas áreas mais técnicas e científicas, por vezes alguns textos publicados nos *Anais* estiveram na origem de publicações oficiais. Exemplo disso é o caso do artigo publicado em 1939, pelo então Segundo-tenente Eugénio Ferreira de Almeida: "A previsão de marés pelo método harmónico aproximado". No final do seu artigo, Ferreira de Almeida apresenta tabelas com os valores necessários para calcular as marés num determinado porto, no caso Vila Baleira, em Porto Santo. Entretanto, em 1943, foi publicada, por iniciativa do Ministério da Marinha, uma obra do mesmo autor, contendo tabelas para cálculo das marés nos vários portos nacionais: *Tabelas para o cálculo, a bordo, das marés pelo "Método Harmónico" para os anos de 1943 a 1975: contendo constantes harmónicas para os portos de Portugal continental, ilhas adjacentes, colónias portuguesas*. A utilidade destas tabelas foi realçada no *Manual de Navegação* de Silva Gameiro e Pinheiro de Azevedo.

[3] Helena Sousa Melo, "Nomogramas para todos os gostos...", *Correio dos Açores*, 26 de Fevereiro de 2015, p. 18.

Muitos outros assuntos poderiam ser aqui relembrados. Por exemplo, a saúde e as questões sanitárias a bordo. São dezenas os artigos sobre esses assuntos nas páginas dos *Anais*, versando sobre as mais diversas questões, desde o Hospital de Marinha até à medicina tropical e aos problemas sanitários com que se deparavam os marinheiros que prestavam serviço nos territórios ultramarinos. Em muitos desses artigos cruzam-se questões científicas, do âmbito da medicina, com questões relacionadas com bem-estar e desempenho do pessoal. Também os assuntos mais diretamente ligados com o pessoal (promoções, alimentação, vida a bordo, formação, educação física, etc.) merecem especial destaque ao longo dos anos, nesta publicação. A variedade de assuntos que aqui poderiam ser mostrados é enorme, como foi dito no início, não sendo possível apresentar mais em detalhe. O texto já vai longo e por esse motivo serão apenas apresentados mais alguns exemplos, relacionados com história e literatura.

Figura 4 - Mariano Ghira, membro da primeira Comissão de Redação

Foram imensas as personalidades que se distinguiram na história, ou na literatura, que publicaram nas páginas dos *Anais*. Nalguns casos, distinguiram-se em ambas as áreas, como foram os casos de Henrique Lopes de Mendonça ou Venceslau de Morais, para citar apenas dois. Noutros casos, foram sócios que escreveram sobre assuntos muito diversificados, como Gago Coutinho, já aqui mencionado a propósito daquilo que escreveu sobre navegação aérea, mas que, no início da sua carreira, publicou imensos textos sobre assuntos técnicos relacionados com os navios, nomeadamente magnetismo, artilharia ou construção naval, e sobre geodesia, e que no final da sua carreira se dedicou essencialmente à história da náutica. Ou Fontoura da Costa, que publicou diversos trabalhos sobre matemática e navegação, mas cujos contributos para a história da navegação e dos descobrimentos merecem especial destaque na historiografia nacional.

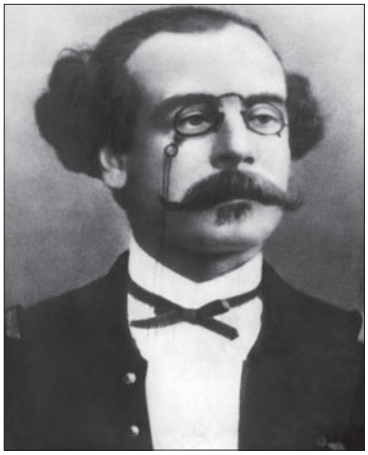


Figura 5 - Marx de Sori, membro da primeira Comissão de Redação

O impacto dos inúmeros textos historiográficos publicados nos *Anais*, levou a que alguns deles acabassem por ser publicados em livro, os quais conheceram várias reedições, como são, por exemplo os casos de *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, de Jaime do Inso, publicada nos *Anais* entre 1937 e 1939, ou *A Marinharia dos Descobrimentos*, de Fontoura da Costa, publicada nos *Anais* nos anos de 1933 e 1934.

A publicação dos *Anais*, ao longo destes 150 anos, tem sido possível graças à disponibilidade, desde o primeiro número, de um conjunto de sócios do Clube que integram a Comissão de Redação, a qual tem assegurado essa publicação.

Integravam essa primeira Comissão os seguintes sócios do Clube Militar Naval: Carlos Testa, Mariano Ghira, Marx de Sori, Eleutério Dantas e Esteves Pereira, todos eles figuras de relevo na cultura nacional. Obviamente que o modelo por eles preconizado evoluiu ao longos dos tempos, mas algumas das caraterísticas têm-se mantido inalteradas, nomeadamente o voluntarismo de todos aqueles que ao longo deste século e meio têm garantido a publicação da revista.

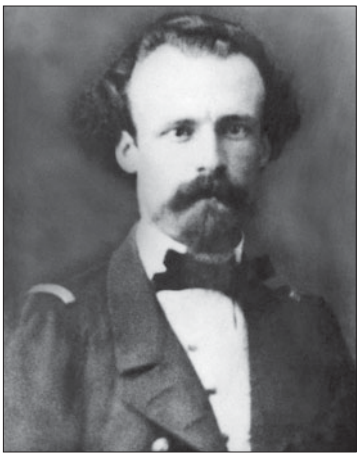


Figura 6 - Eleutério Dantas, membro da primeira Comissão de Redação

Em 1936, o Clube Militar Naval completou setenta anos. A edição dos *Anais* correspondente aos três últimos meses desse ano corresponde a um número comemorativo desse aniversário. No mesmo surgem diversos artigos de cariz histórico, sendo dois deles ligados diretamente ao Clube: um sobre os sócios fundadores do Clube Militar Naval, de Abel Fontoura da Costa e outro sobre a evolução dos *Anais*. Neste último, da autoria de Tomás Augusto Centeno, é apresentado um historial relativo ao modo como os *Anais* foram evoluindo ao longo dos tempos. O autor dá um destaque especial ao esforço que as diferentes Comissões de Redação desenvolveram, para assegurar a publicação dos *Anais*, com uma qualidade crescente.

Figura 7 - Esteves de Freitas, membro da primeira Comissão de Redação

A evocação dessa efeméride estendeu-se para o ano seguinte, tendo sido proferida em 17 de junho de 1937, pelo Dr. António Emílio da Silva, na Sociedade de Geografia de Lisboa, uma conferência sobre as origens do Clube, o qual foi publicado nos *Anais*. Apesar de não ser sócio do Clube Militar Naval, o autor tinha um especial interesse pela sua história. Em 1939 proferiu, no Clube, uma conferência sobre as origens dos *Anais* e a sua primeira Comissão de Redação. Nessa ocasião ofereceu ao Clube um quadro com os retratos dos membros dessa primeira Comissão, o qual ainda se encontra exposto no Clube. Também este texto foi publicado nos *Anais*, nesse mesmo ano de 1939.

No texto do Dr. Emílio da Silva, de homenagem à primeira Comissão de Redação, é destacada a importância dos *Anais*, como repositório de informações sobre a história do Clube, para concluir que tal só foi possível graças à primeira Comissão.

Mais recentemente, no centenário dos *Anais*, foi publicado um número especial comemorativo dessa nova efeméride. Para redigir a Nota de Abertura desse número foi convidado o próprio Ministro da Marinha, Almirante Pereira Crespo. Nas suas palavras explica o modo como os *Anais* são organizados, tudo graças ao contributo voluntário daqueles que escrevem os textos e também daqueles que depois os selecionam e tratam de todo o trabalho necessário para que a revista seja publicada. E fá-lo com conhecimento de causa, graças à sua experiência em diversas Comissões de Redação:

> Nenhuma tarefa me poderia ser mais grata. Sempre estive muito ligado aos «Anais». Desde aspirante que os coleciono e leio atentamente. Ainda tenente neles publiquei os primeiros artigos. Durante largos anos tive a honra de ser eleito para a sua Comissão de Redacção. Pertenci ao grupo de camaradas que, anos atrás, lutando contra muitas dificuldades e algumas incompreensões, pôde valorizar a nossa Revista. E nestes últimos anos quantas vezes me tem apetecido retomar a colaboração esclarecendo questões e expondo pontos de vista...
> Como qualquer jornal, a vida dos «Anais» tem passado por períodos fáceis e por períodos difíceis. Para quem goste de lutar, estes últimos são os mais agradáveis. E nunca poderei esquecer os artigos que escrevi a correr porque não existia qualquer original para enviar para a tipografia; as escadas que subi pedindo colaboração àqueles que a podiam dar; as influências que movi na recolha de anúncios que permitissem diminuir os encargos financeiros da edição.
> Não é facto vulgar um jornal poder atingir cem anos de vida. Sobretudo se esse jornal, como sucede com os «Anais», vive, exclusivamente, da dedicação de quem nele trabalha, sem pagar colaboração ou tarefas administrativas. Durante esses cem anos verificaram-se várias tentativas de lançar outras revistas na Armada, com apoio e orientação oficial e, portanto, com certos luxos no aspecto gráfico e colaboração remunerada. Todas elas falharam.[4]

Em jeito de conclusão pode afirmar-se que ao longo destes 150 anos de vida, os *Anais do Clube Militar Naval* se têm afirmado como a publicação de referência, a nível nacional, sobre assuntos navais, abrangendo os mais variados ramos das artes, letras e ciências relacionadas com a Marinha e o Mar. Tal só foi possível graças à colaboração dos sócios do Clube, que ao longo deste século e meio se têm disponibilizado, de uma forma voluntária para assegurar a sua publicação, quer contribuindo com os seus artigos para publicação, quer dedicando parte do seu tempo à preparação da revista, na Comissão de Redação dos Anais.

[4] Manuel Pereira Crespo, "Nota de Abertura", *Anais do Clube Militar Naval*, Número especial comemorativo do primeiro centenário dos Anais do Clube Militar Naval, p. 5.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DOS 150 ANOS DOS *ANAIS DO CLUBE MILITAR NAVAL*

Palavras proferidas pelo Presidente da Direção do Clube Militar Naval,
Capitão-de-fragata Augusto Santos Silva, em 24 de novembro

Senhor Almirante Novo Palma, Vice-Chefe do Estado Maior da Armada,
em representação do Senhor Almirante Chefe do Estado Maior da Armada,
Almirante Mendes Calado,
Senhor Almirante Vidal Abreu, Presidente da Academia de Marinha,
Senhor Comandante Valente Zambujo, Presidente da Comissão de Redação
dos *Anais do Clube Militar Naval*,
Senhor Comandante Cardoso da Silva, Presidente da Comissão Revisora de
Contas do Clube Militar Naval,
Senhores Ex-Presidentes da Mesa da Assembleia Geral do Clube Militar Naval,
Senhores Ex-Presidentes da Direção do Clube Militar Naval,
Caros Consócios,
Senhores Académicos,

Os *Anais do Clube Militar Naval* celebram 150 anos e é, sem margem de dúvida, motivo de orgulho, abrilhantado pela vossa presença. Neste dia em que se assinala tão relevante data, tão somente dedicarei a palavra a agradecer a quem tem contribuído para a preservação, dignificação e contínua edificação dos *Anais do Clube Militar Naval* ao longo deste século e meio de existência.

150 anos de ininterrupta publicação dos *Anais do Clube Militar Naval*, a contribuir para a história do Clube Militar Naval, da Marinha e consequentemente de Portugal, com dedicação, empenho e denodo, altruísmo, talent de bien fair e inestimável colaboração. A todos os Consócios, académicos e demais colaboradores que puseram o seu saber ao serviço dos *Anais do Clube Militar Naval*, um sentido Obrigado!

Um igualmente forte agradecimento á Marinha pelo importante e sistemático apoio que tem dado ao Clube Militar Naval e aos *Anais do Clube Militar Naval*.

Um sentimento de manifesta gratidão ao Comandante Valente Zambujo, Presidente da Comissão de Redação dos Anais nestes últimos anos. Senhor Comandante: o seu contributo, entusiasmo e compromisso ao longo destes anos ao leme da Comissão de Redação dos *Anais do Clube Militar Naval* são um assinalável exemplo de generosidade intelectual para todos nós.

Acabo com um especial agradecimento ao Senhor Almirante Vidal Abreu, Presidente da Academia de Marinha, pela pronta disponibilidade em aceitar o desafio do Clube Militar Naval se associar à Academia de Marinha nesta Sessão Solene Comemorativa dos 150 anos dos *Anais do Clube Militar Naval*.

Obrigado.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

"A AÇÃO NAVAL E DIPLOMÁTICA PORTUGUESA NA GRANDE CHINA (1925-1928)"

Palavras de apresentação pelo
Contra-almirante João Nobre de Carvalho, em 3 de dezembro

Senhor Almirante Presidente da Academia de Marinha
Caro Professor João Freire
Distintos Académicos
Camaradas
Senhoras e Senhores:

1. Aceitei com agrado o convite que o Professor João Freire me formulou para apresentar este seu novo livro. Recordo o autor, ainda aluno do Colégio Militar, na antiga "Sagres", comandada pelo Comandante Tengarrinha Pires, onde o meu Curso de Cadetes do 1º ano da Escola Naval fazia a viagem de instrução.

2. A leitura de "*A Ação Naval e Diplomática Portuguesa na grande crise da China 1925-1928*" constituiu uma oportunidade para revisitar o "País do Meio", *Tchong Quok* (como ainda hoje se designa em dois intuitivos caracteres), mas em especial a Província de Cantão e, naturalmente, Macau, onde Servi como Capitão dos Portos de 1981 a 1985.

3. A leitura do livro cativou-me desde o início. Escrito numa prosa fácil, elegante e muito clara, meticulosamente documentada, faz transparecer o homem das ciências exactas, o Oficial de Marinha, por detrás do eminente Sociólogo. Como sempre me acontece ao imergir numa obra interessante, fui analisando a época que desfilava sob os meus olhos e, ao mesmo tempo, proporcionando à mente uma viagem em vários registos paralelos no tempo e no espaço, a diferentes velocidades, estimulando frequentes e inevitáveis comparações com outras situações semelhantes vividas na China e também no mundo actual. Gostaria de partilhar convosco algumas dessas reflexões, embora por vezes pareçam desviar-me do estricto contexto da obra.

4. A ação decorre principalmente no imenso e lodoso delta do Rio das Pérolas, cujos escolhos emersos lhe dão o nome, onde a nossa Marinha teve um papel determinante no relacionamento de Macau com os chineses na Província de Cantão, desde que os portugueses ali se estabeleceram em 1557. Essa influência está, aliás, bem expressa na toponímia das ruas e praças da cidade. "*A Marinha e o Desenvolvimento de Macau*" foi o tema de

uma Conferência que tive a honra de proferir nesta Academia, a convite do então Presidente, Almirante Rogério de Oliveira, em Dezembro de 1999, por ante-a-ré da entrega da Adminstração portuguesa à China.

5. O autor do livro leva o leitor a compreender a complexidade da teia de interesses em presença no Extremo-Oriente, na sequência das duas "Guerras do Ópio" entre uma China imperial debilitada e as Potências navais, que duraram nove anos, terminando a última no início da segunda metade do Século XIX, gerando os profundos agravos sentidos pelo País do Meio, que designou por "Tratados Desiguais" o de NAMKIN, que cedeu HONG KONG ao Reino Unido, TIENTSIN e, em 1862, o "Tratado de Amizade e Comércio Sino--Português" , que viria a ser renegociado em 1928, ratificado em 1930 e mais tarde alterado. Como muito bem documenta o autor, estes acontecimentos geraram no dealbar do Século XX a revolta dos Boxers, a oposição à presença dos estrangeiros nas Concessões, potenciando o recentramento na cultura e identidade chinesas e o surgimento em torno da Província de Cantão, do Movimento Político Nacionalista, anti-imperialista, KUOMINTANG, liderado por SUN YAT SEN , que viria a ser o primeiro Presidente da República da China (chegou a residir em Macau, onde a sua casa está preservada). O autor não deixa de referir o importante papel desempenhado pela extinta União Soviética no apoio à instauração do regime comunista na China e em todo o mundo. O livro do Professor José Milhazes "Cunhal, Brejnev e o 25 de Abril", edição revista e aumentada publicada em Abril do corrente ano, pormenoriza o dramático caso português.

6. No período em análise (1925-28), durante a intervenção naval das Potências Ocidentais na China, entre as quais Portugal, para garantir a segurança dos seus nacionais, o autor consegue entremear habilmente as descrições da actuação dos Governadores de Macau, dos diplomatas portugueses em Cantão, Pequim, Xangai, Hong-Kong, Londres e Washington, com as dos Comandantes dos Navios de Guerra portugueses na área, também eles exercendo diplomacia, dos Ministros da Marinha, das Colónias e dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, no conturbado período politico-financeiro que incluíu a revolta militar de 28 de Maio de 1926, com a subida do Doutor Salazar ao poder.

7. Ao ler os episódios descritos no livro, não pude deixar de recordar outros dois casos de grave instabilidade que ocorreram em Macau, antes e depois do período em apreço, em que foi também seriamente posta em causa a sua existência pela ação de movimentos revolucionários chineses.

8. O primeiro daqueles graves episódios ocorreu em Macau 80 anos antes do período focado na obra, em 22 de Agosto 1849, quando o Governador, Comandante João Maria Ferreira do Amaral tomou várias medidas para reforçar a soberania portuguesa e foi assassinado perto das Portas do Cerco por um grupo de chineses armados que o decapitaram. Portugal resolveu punir Cantão *manu militari* e enviou para o efeito a Fragata "D. Maria II" e as Corvetas "Iris" e "D. João I". Na véspera da partida prevista para a expedição punitiva a Cantão, em 28 de Outubro de 1850, a Fragata "D. Maria II", que se encontrava fundeada junto à ilha

da Taipa, sofreu uma violenta explosão, tendo morrido cerca de 200 elementos da guarnição. Suspeitou-se de um acto de sabotagem. A ação militar sobre Cantão foi cancelada.

O segundo episódio de instabilidade, conhecido como "Incidente 1,2,3" (Mês 12, dia 3) teve lugar, um século depois, em Dezembro de 1966, durante os graves incidentes provocados pelos Guardas Vermelhos em Macau e Hong Kong durante a Revolução Cultural Chinesa liderada por MAO TZE DUNG. Na "Porta da Baía", o detonador foi o embargo da construção de uma escola chinesa na ilha da Taipa, na vigência do Encarregado do Governo, mas tendo como pano de fundo a continuada permissividade das autoridades portuguesas precedentes em relação à presença em Macau da Associação sucedânea da Delegacia Nacionalista de Macau, que apoiava elementos de TAIWAN contrários à política da República *Popular* da China. O Governador era o meu Pai, General Nobre de Carvalho, recém-chegado. Tal como em épocas anteriores, repetiu-se o quadro de grande instabilidade, as graves quebras de ordem pública. A intervenção das Forças militares provocou alguns mortos e feridos entre os manifestantes, resultando pedidos de indemnização e a exigência da apresentação de um pedido formal de desculpas pelas autoridades portuguesas. No final de Janeiro do ano seguinte, após negociação de uma fórmula de acordo com a "Comissão dos 13" chinesa, o Governador, contrariando as instruções entretanto recebidas numa carta do Doutor Salazar, assinou o documento, assumindo a responsabilidade. Após este penoso sacrifício do General, Macau voltou progressivamente ao normal, entrando num período de assinalável progresso, até a China assumir a sua administração em 1999.

9. Mas regressando ao livro do Professor João Freire. Das descrições dos Comandantes das Unidades Navais e do Centro de Aviação Marítima de Macau sobre as suas laboriosas fadigas no período analisado, expressas nos relatórios e nas apreciações elogiosas que receberam, constata-se não só o seu patriotismo, elevado nível intelectual e competência profissional mas também a excelente compreensão que revelavam da geopolítica e o bom senso e capacidade de liderança que caracterizaram a sua actuação, conseguindo superar as dificuldades de comunicações, a ausência de directivas superiores precisas, as inclemências do clima, as más condições de alojamento das guarnições a bordo, os tufões, a deficiente cartografia náutica disponível, a costa baixa e muito recortada, a pouca profundidade dos canais navegáveis, a complexidade e a amplitude das marés, a variação da localização dos baixos devido à mudança de direção das correntes provocada pelo acentuado assoreamento no delta.

10. Vou deter-me um pouco sobre os aspectos hidrográficos da área.

No período em análise, dispunha-se de um levantamento hidrográfico muito rigoroso realizado em 1920 pelo Capitão-Tenente Henriques Herz e, de 1923 a 1926 construiram-se os molhes do Porto Exterior sob a direção do Vice-Almirante, Reformado, Hugo de Lacerda Castelo Branco. Somente em 1981, decorridos 50 anos, aproveitando uma conjuntura favorável, o Capitão dos Portos, constatando ser indispensável actualizar os estudos hidrográficos, publicar cartas náuticas actualizadas e agilizar a fiscalização das dragagens dos canais navegáveis pela Companhia que detinha o exclusivo dos jogos, propôs ao Governador a celebração

de um Protocolo de Acordo com o Instituto Hidrográfico, que viria a ser assinado em Julho de 1982, sendo Chefe do Estado-Maior da Armada o Almirante Sousa Leitão e Director do Instituto Hidrográfico o Almirante Almeida Costa. De 1983 a 1985 várias equipas técnicas do Instituto, com o apoio da Capitania, efectuaram o levantamento hidrográfico global e introduziram uma grande dinâmica nos importantes estudos e recolhas de elementos científicos sobre marés, correntes e açoreamento, indispensáveis para a construção de aterros, obras portuárias e para o futuro aeroporto de Macau. Em 1983 foi divulgada a nova Carta Náutica de Macau, do Instituto Hidrográfico, em português e chinês. O Capitão dos Portos teve ocasião de promover, pela primeira vez, a compilação dos diversos estudos e relatórios existentes sobre as marés, correntes, açoreamento, obras portuárias e tufões, numa publicação dos Serviços de Marinha em português e inglês, editada pela Imprensa Nacional de Macau, intitulada "Meio Hídrico de Macau". Antes de terminar, gostaria de dizer o seguinte:

> Decorrido quase um Século desde o período relatado no interessantíssimo livro do Prof. João Freire, constata-se hoje que a Superpotência Asiática Emergente recuperou quase totalmente a sua face e, no Mar do Sul da China, parece querer impor unilateralmente os limites do Mar Territorial segundo "a linha dos nove traços" que definiu, aparentemente à revelia da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e dos interesses dos Estados vizinhos. Afigura-se querer regressar à época de Grotius, quando a largura do Mar Territorial de um Estado correspondia ao alcance das armas. Todavia, julgo que o País do Meio não denunciou a Convenção. Actualmente, no Mar do Sul da China a situação enfrentada pelas Potências marítimas Ocidentais que defendem o Princípio da Liberdade dos Mares, é agora muito diferente e mais complexa do que a descrita nos idos de 1925-28. A China actual, além de ser uma Potência nuclear e espacial, dispõe de significativo poder aeronaval, embora não tenha experiência de combate naval.
>
> Hoje, a Marinha Portuguesa não tem responsabilidades de segurança no Extremo Oriente mas, tal como sucedeu no período descrito no livro, continua a ser um instrumento indispensável para a ação externa do Estado português, quer na defesa dos cidadãos e interesses nacionais, como aconteceu recentemente na Guiné-Bissau em 1998, quer no combate à pirataria marítima, agora no Golfo da Guiné, ou no alinhamento com os seus aliados tradicionais na manutenção da Ordem internacional. Evidentemente, Portugal tem de continuar a modernizar os meios navais, priveligiando o seu duplo uso, não desperdiçando recursos financeiros escassos em meios oceânicos para Forças de Segurança essencialmente terrestres.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

"GAGO COUTINHO - A NAVEGAÇÃO AÉREA E A NAVEGAÇÃO MARÍTIMA. CONTRIBUIÇÃO PARA O SEU ESTUDO"

Palavras de apresentação pelo
Académico José António de Arez Romão, em 3 de dezembro

Inquestionavelmente, a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, constitui um dos mais importantes acontecimentos da História de Portugal no Séc. XX e um dos maiores contributos para o progresso da navegação aérea. Curiosamente Sacadura Cabral, que foi o autor do projecto, era o 14º descendente de Fernão Cabral, pai de Pedro Álvares Cabral.

Cumpre referir que a viagem foi concretizada com o activo empenhamento do Ministro da Marinha, Victor Hugo de Azevedo Coutinho[1] num dos períodos mais complexos da nossa história multisecular, período marcado por uma instabilidade política sem precedentes (8 Presidentes da República, 45 governos em 16 anos, um Presidente da República e um Presidente do Ministério assassinados, entre muitas outras figuras de relevo, inclusive fundadores da República).

O ambiente de anarquia reinante fica espelhado no assalto à Escola de Guerra levado a cabo por civis e marinheiros armados que assassinaram, a sangue frio, o oficial de dia e um cadete que, desarmados e empunhando a Bandeira Nacional tentaram dialogar, depois do Comandante[2] ter dado ordem para ninguém disparar sobre os assaltantes.

Além da instabilidade política há que mencionar as consequências em perdas humanas e materiais[3] resultantes da participação na I Guerra Mundial em quatro teatros de operações, Flandres, Angola, Moçambique e também no Mar, as decorrentes de duas pandemias

---

[1] Victor Hugo de Azevedo Coutinho (1871-1955), Oficial da Armada, Professor da Universidade de Coimbra e da Escola Naval. Foi Presidente do Ministério entre 11 de Dezembro de 1914 e 25 de Janeiro de 1915. O seu Governo foi formado por figuras políticas de segunda linha, ficando conhecido pelos "miseráveis de Victor Hugo" e, também, na gíria popular como "a Adega do Braga" pelo facto de um dos Ministros, Alexandre Braga, ser conhecido pelos seus problemas com o alcóol. Foi, contudo, um excelente Ministro da Marinha que tendo um papel determinante no apoio à realização e conclusão da viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

[2] General José Estevão Morais Sarmento (1843-1930).

[3] O esforço de Guerra absorveu 10% do reduzido PIB da Nação, esforço que ficou conhecido pelo "sorvedouro", ficando associado à circunstância de, no período de 1914-1918, o custo de vida ter triplicado.

consecutivas que originaram 60.000 mortos[4], pelo desgaste demográfico provocado por uma emigração superior a meio milhão de pessoas e, naturalmente, por um estado de pobreza generalizado.

O êxito da viagem representou um bálsamo, levantou o moral da Nação, aproximou-nos do Brasil e dos olhares das outras Nações.

- Este o tema da obra que hoje é publicada sobre a égide da Academia de Marinha e que integra a compilação de um conjunto de qualificados trabalhos de investigação e observação directa do ilustre membro desta Academia, o C.M.G. José Manuel Malhão Pereira, Oficial com uma larga e brilhante folha de serviços prestados à Marinha e à Nação.

O trabalho está, essencialmente, orientado para a óptica científica da viagem, na generalidade o seu aspecto menos acessível e, por consequência, menos conhecido, inclui, também, a intervenção feita em 2012 no Planetário Calouste Gulbenkian por ocasião da tardia, mas honrosa inscrição do relatório da viagem no Registo Internacional da Memória do Mundo, instituído pela Unesco em 1992, sendo um dos 7 documentos nacionais nele inscritos que, entre outros, inclui o Tratado de Tordesilhas, o Roteiro da Viagem de Vasco da Gama e a Carta de Pero Vaz de Caminha.

- Complementarmente Inserem-se, ainda, dois estudos apresentados um, no Instituto Hidrográfico em 2008, e um outro nesta Academia em 2012, sobre O Papel de Gago Coutinho na História Náutica e das Navegações de Alto Mar, concluindo o texto com o reporte das experiências realizadas a bordo do Navio Escola Sagres[5] no ano 2000, por ocasião da viagem realizada para Comemoração dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil e da Viagem de Pedro Álvares Cabral, relatório na altura apresentado ao ilustre Presidente da Academia, Almirante Rogério de Oliveira. As experiências relatadas complementam outras anteriores em parte realizadas com os instrumentos náuticos utilizados no período dos descobrimentos.

1

Esta obra que honra o seu autor, a Academia e a Marinha constitui um importante contributo para o conhecimento e divulgação da parte científica subjacente à preparação e concretização da Travessia Aérea do Atlântico Sul, num percurso de 4.500 milhas náuticas, utilizando pela primeira vez um sextante adaptado à navegação aérea através da criação de um horizonte artificial e pela utilização de um corrector de rumos.

As diversas viagens realizadas no Atlântico Norte entre 1919 e 1922, designadamente as levadas a cabo por americanos, por um australiano, Hawkes, que levou como navegador o Cap.Ten. britânico Mackenzie Grieve e as de John Alcock e Arthur Brown, foram concretizadas com horizonte de mar de dia e de nuvens à noite e pouco adiantaram para a navegação aérea de forma científica, bem como a tão divulgada de Charles Lindbergh em 1927. Como bem referiu o Comandante Silva Soares fizeram navegação no ar mas não navegação aérea.

[4] A primeira caracterizada por um violento surto de tifo, a que se seguiu, ainda no mesmo ano, 1918, a pneumónica, também conhecida por gripe espanhola.

[5] Navio-Escola que o Comandante Malhão Pereira comandou de 1989 a 1993.

2

Deixo aqui a referência de que, para além de manter viva a memória sobre este acontecimento, numa altura em que o ensino da história praticamente o ignora ou refere marginalmente, mostra-se, conveniente que o mesmo possa ser publicado em língua inglesa, pois, em regra, os factos importantes que não são descritos nesta língua, não existem para os anglo-saxónicos.

Confirmando o que deixo dito, não posso deixar de referir que estive há alguns anos no Museu do Ar em Washington e este importante contributo que, à época, revolucionou a navegação aérea, não constava do mapa da história da aeronáutica, o próprio Comandante Malhão Pereira confirmou pessoalmente este facto, mostrando-se hoje reparada esta omissão, contudo, de forma quase imperceptível para o visitante. O autor refere ainda no seu texto que um ignorante historiador americano apelidou Gago Coutinho como "navegador de poltrona e biblioteca", quando na realidade foi um dos oficiais de Marinha com mais milhas percorridas em navios à vela.

É, porém, justo registar um trabalho publicado em 1987 pelo Director da Biblioteca do Congresso dos E.U.A., Daniel Boorstin, que dedicou um capítulo à importância das navegações dos portugueses, outro de um luso-americano já falecido, um antigo ilustre professor de Harvard, Francis Millet Rogers e a importante declaração do astronauta John Glenn, por ocasião do primeiro voo orbital em 1969, que comparou as viagens de exploração do espaço com as dos navegadores portugueses, naturalmente sem esquecer a vasta obra de Charles Boxer.

3

Retomando o trabalho, o autor começa por enunciar os métodos da navegação aérea utilizados até aquela altura, salientando a sua identificação com os utilizados na navegação marítima e descrevendo, seguidamente, como Gago Coutinho adaptou o sextante de marinha por forma a permitir a observação em horizonte artificial e, simultaneamente, o horizonte de mar.

Para além de ter criado um instrumento de observação no ar sem horizonte de mar, Gago Coutinho criou a forma de, em condições adversas, num curto lapso de tempo traçar uma linha de posição.

"Registou a graduação do limbo de 10 em 10 minutos o que era suficiente para apreciar, a olho, a quantidade correspondente ao minuto do arco, apesar do instrumento possuir um nónio, cujo recurso em voo era menos prático, ou seja, mais demorado".

Na verdade, Gago Coutinho preparava em terra a linha sobre que pretendia navegar, marcando pontos de referência de latitude e longitude conhecidos, sendo interessante verificar no trabalho do Comandante Malhão Pereira o cartão em que foram assinaladas as retas de altura no troço mais importante do percurso, ou seja, da cidade da Praia aos Penedos de

S. Pedro e S. Paulo que foram abordados pelo Norte depois de uma ligeira correcção na rota, atingindo, assim, a reta de altura que passava sobre os penedos. Refere o autor que os métodos rápidos de Gago Coutinho terão inspirado as tábuas futuras para a aviação que culminaram com a publicação das H.O.249.

Na verdade, este percurso, o mais difícil e arriscado de toda a viagem, consagrou, de forma definitiva, o valor científico dos métodos adoptados.

4

O C.M.G. Malhão Pereira aborda, também, a travessia do Atlântico Sul por Jorge Castilho e Sarmento de Beires, realizada em 1927, geralmente pouco conhecida, viagem que confirmou a potencialidade dos métodos e técnicas da navegação aérea usados pelos pilotos portugueses a que, muito justamente, o presente trabalho dá ênfase pela influência que teve no futuro da navegação aérea.

Técnicas que Francis Rogers designou por "Portuguese Package".

5

Na segunda parte, o autor explana a vida e a obra de Gago Coutinho numa apresentação que fez, em 2008, no Instituto Hidrográfico, descrevendo a sua longa carreira como Oficial de Marinha, com mais de 30.000 milhas navegadas no Atlântico Sul e a sua actividade como geógrafo que demarcou mais de 2000 Km de fronteiras no Norte de Angola, Moçambique e Timor e que realizou mais de 800 Km de triangulação geodésica em São Tomé e Príncipe, referindo que nessa sua actividade percorreu mais de 5.200 km a pé.

Para além do contributo para o progresso da navegação aérea, o autor comenta, de forma sucinta mas completa, a importância dos seus trabalhos no âmbito da História Náutica, salientando que a sua superior formação em Astronomia, Matemática e a já mencionada larguíssima experiência na navegação à vela, acrescida pela extensa realização de trabalhos geodésicos e hidrográficos, lhe permitiu esclarecer muitas dúvidas da história dos descobrimentos contribuindo, decisivamente, para o esclarecimento das rotas do passado, incluindo as de Fernão de Magalhães, Colombo e Américo Vespúcio, demonstrando que algumas destas navegações não podem ter deixado de ser fictícias.

6

Na apresentação feita à Academia em 2012, no ciclo de homenagens a Gago Coutinho, o autor sem deixar de assinalar o contributo para o estudo e divulgação das navegações portuguesas feito por notáveis oficias da armada como Teixeira da Mota, Fontoura da Costa, Moura Brás, Humberto Leitão, Morais e Sousa e outros, analisa os diversos aspectos

da diversificada e completíssima formação náutica de Gago Coutinho, reconstituindo o seu extenso percurso como oficial da armada de Aspirante a Vice-Almirante e identificando os navios em que embarcou com ênfase para o "Pêro de Alenquer" "ex-Thomas Stephens", naufragado em 1916, um clipper do chá que serviu de navio-escola no final do Séc. XIX.

Evidencia que Gago Coutinho interpretou as rotas do passado, reconstituindo-as "in loco" e registando nos diários de bordo com notável qualidade e precisão a meteorologia e, particularmente, o regime de ventos no Atlântico Norte e Sul além das observações astronómicas, utilizando os instrumentos náuticos da época dos Descobrimentos.

7

A propósito dos Trabalhos Náuticos – Teixeira da Mota, afirmou que Gago Coutinho durante a sua longa vida activa elaborou mais de 400 trabalhos náuticos a maior parte com grande valor científico.

Sendo impossível mencionar todos, o autor menciona o estudo minucioso da derrota de Vasco da Gama no Atlântico Sul, a viagem de Pedro Álvares Cabral, a prioridade do descobrimento da Austrália pelos portugueses, tese que, além do falecido Comandante António Cardoso, recentes historiadores australianos, os Professores McIntyre, Geoffrey Blainey e Helen Wallis, têm aprofundado e divulgado, faz a demonstração da Volta dos Açores e do Cabo e explicita as condicionantes do Tratado de Tordesilhas, além do contributo português para o descobrimento da América do Norte.

8

O trabalho do C.M.G. Malhão Pereira, conclui com a apresentação de um relatório que dirigiu ao então Presidente desta Academia, Almirante Rogério de Oliveira, contendo as observações e experiências feitas a bordo da Sagres durante a viagem ao Brasil no ano 2000, observações e experiências feitas, em grande parte, com instrumentos náuticos da Época dos Descobrimentos.

Enunciam-se os instrumentos e experiências levadas a cabo e constantes do aludido reporte:

- Astrolábio e quadrante;
- Armilha náutica;
- Instrumentos de sombras;
- Poma;
- Quadrante de mediclina angular;
- Visibilidade da Polar;
- Longitude por cronómetro;
- Horizonte Artificial;
- Ventos e correntes.

Conclusão

Homenageando Gago Coutinho, o Autor transcreve uma passagem das suas palavras de despedida aos povos do Ultramar:

> *"Viajei de Machila na Zambézia; atravessei a pé as estradas de areia solta de Marracuene e as de além Cuanza; subi aos altos de Timor e de Angónia, como ao Pico de S. Tomé .... Ouvi ao longe troar a grande catarata de Ielala e trombetear os elefantes no banho, ... Por entre as ilhas de Cabo Verde, naveguei à vela, a vapor e de avião."*

Ao concluir, cumpre-me felicitar o C.M.G. Malhão Pereira por mais este seu contributo para o conhecimento e divulgação desta página marcante da nossa história, a qual, mais uma vez, demonstra, inequivocamente, que a Nação se engrandece sempre que se volta para o mar.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

"GAGO COUTINHO - A NAVEGAÇÃO AÉREA E A NAVEGAÇÃO MARÍTIMA. CONTRIBUIÇÃO PARA O SEU ESTUDO"

Palavras do autor,
Académico José Manuel Malhão Pereira, em 3 de dezembro

No passado ano de 2019, a Academia de Marinha, a Sociedade de Geografia e a Comissão Cultural de Marinha, realizaram uma sessão conjunta, comemorando os 150 anos do nascimento e os sessenta da morte de Gago Coutinho. Foi na ocasião apresentada, por Rui Costa Pinto, que infelizmente já não está entre nós, uma comunicação com o título, *Novas Revelações da Vida do Almirante Gago Coutinho*.

Também o Museu de Marinha promoveu uma exposição sobre o mesmo tema, que está ainda em exibição.

Entretanto, em 2009, comemoraram-se os cinquenta anos da data da sua morte e os 90 do seu nascimento. Nessas comemorações muitas instituições se envolveram, nomeadamente a Academia de Marinha, o Instituto Hidrográfico, o Instituto Camões e a embaixada em S. Tomé e Príncipe, o Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, o Planetário Gulbenkian e O Clube Militar Naval.

Tive oportunidade de colaborar com estas entidades, e o volume cujo conteúdo foi tão sabiamente apresentado pelo confrade Arez Romão, contém uma pequena parte dessa colaboração.

Sempre admirei Gago Coutinho, e dado que frequentei o Liceu Camões de 1951 a 1958, que correspondeu ao últimos anos de Gago Coutinho e ao período que para mim correspondia à faixa etária de um jovem que estará a imaginar o que vai fazer no futuro, o seu exemplo de cidadão e marinheiro, influenciaram bastante a escolha da minha profissão.

Note-se que o nosso *tenente de veleiros*, não deixou, neste período quando já octogenário, de manter sempre atividade pública, não só física como intelectual.

Transcrevo em seguida, da minha colaboração nas comemorações levadas a cabo pela Embaixada Portuguesa em S. Tomé e Príncipe, o que a vida de Gago Coutinho me sugeriu que seria um oficial de marinha, ou seja, o que me esperava no futuro, uma vez que entrei na Escola Naval em 1959:

> Um oficial da Armada tem necessariamente uma formação eclética. É um condutor de homens, um administrador, um diplomata, e será, ou pelo menos deverá ser, um marinheiro.
> Terá também que ser, em grande medida, um homem de ciência, ou melhor, um homem de muitos e variados saberes científicos. Nesta área, são-lhe inclusivamente fornecidas ferramentas que lhe permitirão alargar o seu conhecimento, muito para além do que seria necessário para a execução do serviço naval.
> De facto, o meio em que se move, o mar e os navios, é um mundo em miniatura, ou uma comunidade humana e material em miniatura, onde se misturam a ciência e a técnica, com a necessidade de aptidões de gestão e de liderança que conduzam a máquina, o navio, a executar com eficiência a sua missão.
> Continuando, poderei ainda dizer, que um oficial da Armada (ou de qualquer das forças Armadas) terá, em princípio, um apego muito limitado às coisas materiais, porque se quisesse enriquecer não escolheria esta profissão.
> Ora Gago Coutinho teve todas estas qualidades em elevado grau, tendo dedicado toda a sua longa vida, praticamente até ao momento da sua morte, à Marinha, à Ciência e ao País que tanto amava, considerando-se o seu País, todo o vasto território, de Minho a Timor que na altura Portugal administrava.

Está claro que eu tentei seguir este valioso exemplo, mas naturalmente apenas cumpri uma pequena parte destes princípios. No entanto excedi-me, relativamente a Gago Coutinho, visto ter neste momento cinco netos.

A publicação deste trabalho, que muito agradeço à Academia de Marinha, não é mais do que um reconhecimento daquilo que Gago Coutinho me ensinou, através do que escreveu e das ações que concretizou.

Nestes trabalhos e em todos os que produzi durante estes períodos comemorativos, tentei sempre aprofundar bastante os detalhes técnicos das ações de Gago Coutinho em quase todas as áreas da sua atividade.

Também transparecem em todos os referidos trabalhos a grande admiração que tenho por este grande português. Mesmo recentemente, em trabalho coordenado pelo nosso amigo e camarada António Freire, e ao eu ter ficado encarregue de comentar a ação da *Sagres* e a necessidade de navios escolas à vela, trabalho já publicado, é notório este facto.

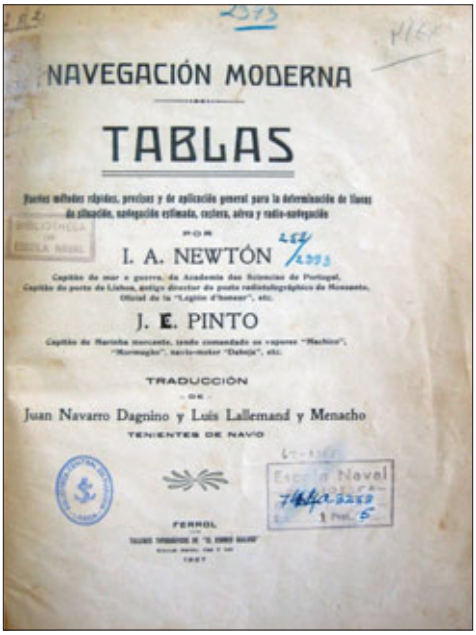
Essa admiração levou-me, durante a preparação dos meus trabalhos, a tentar compreender com mais profundidade o seu caráter, a localizar e interpretar muita bibliografia não referida anteriormente, a estudar em detalhe a simplificação das técnicas de navegação aérea utilizadas.

Adotei ainda, nos meus estudos da evolução da ciência Náutica, o método geográfico e náutico de Gago Coutinho, que foram tão bem definidos por Jaime Cortesão.

De facto, o nosso aeronauta, geógrafo, navegador, velejador e etc., tinha a perfeita noção de que a expansão marítima, a navegação de alto-mar e a correspondente descoberta de todos os oceanos do mundo, foram levadas a cabo por homens em navios de madeira e à vela, pelo que o conhecimento do condicionalismo físico dos oceanos e o comportamento dos navios e do pessoal embarcado, eram fundamentais para a interpretação da história da náutica.

A apresentação do Doutor Arez Romão foi de tal modo elucidativa do conteúdo destes trabalhos, que torna desnecessário maior desenvolvimento sobre o assunto. Contudo, gostava apenas de chamar a atenção para mais alguns factos que resultaram das minhas investigações:

- Gago Coutinho preparou em terra toda a viagem até aos Penedos de S. Pedro, e levou para bordo apenas o essencial. É interessante constatar a necessidade de reduzir ao máximo o peso da aeronave, que teria que descolar com os depósitos cheios. E uma das poupanças foi, por incrível que pareça, na quantidade de papel transportado. O nosso navegador levou páginas extraídas das tábuas que lhe interessavam para a viagem, acrescentando cábulas com



fórmulas e processos de cálculo, etc. Vários volumes a transportar foram reduzidos a sessenta folhas, estando nos Apêndices várias fotografias com exemplos.

- Foi na minha geração e cursos próximos (entrei para a Escola Naval em 1959), que se começaram a usar os processos rápidos, ou seja as tábuas de inspeção direta. Mas o Comandante Cyrne de Castro não deixou de nos obrigar a resolver as fórmulas com logaritmos. E isto, porque os comandantes da altura não gostavam nada das aproximações necessárias para utilizar as referidas tábuas.

Contudo, como poderão analisar consultando este trabalho, já em fins do século XIX se publicaram tábuas simplificadas, assim como na segunda década do século XX, sendo notáveis as de Newton e Pinto e de Radler de Aquino, um oficial da armada brasileiro. (ver imagem na página seguinte). E além disso, Gago Coutinho muito terá contribuído para a referida simplificação.

Note-se também que Francisco Penteado publicou tábuas usando os métodos de Aquino e de Newton, o mesmo acontecendo com Fontoura da Costa (ver imagem abaixo).

Muito mais haveria a comentar, mas uma consulta ao livro que está ou vai estar nas vossas mãos, antecedida de uma recapitulação dos vossos conhecimentos de trigonometria plana e esférica, esclarecerá todas as vossas dúvidas e demonstrará que no nosso país tivemos cidadãos de grande qualidade. E não desanimemos, porque também atualmente os temos. Estão é escondidos.

Antes de terminar, quero agradecer à Academia de Marinha e ao nosso digno Presidente a publicação deste trabalho, na elaboração do qual muito se empenhou o nosso Secretário Geral a quem também agradeço a permanente militância e ainda ao quase mestre Santos Maia. Agradeço também, como membro da Academia, a permanente disponibilidade do Doutor Arez Romão, que amavelmente me deu a honra de apresentar este meu livro, e também por ter sido e continuado a ser, através da *Lusitânia* e de si próprio, um permanente mecenas da nossa instituição. E ainda, por ter contribuído para a divulgação da nossa história, atualmente tão maltratada. São notáveis as suas publicações, incluindo as do relatório anual da *Lusitânia*.

Quero também agradecer ao Instituto de Cultura Europeia e Atlântica as inúmeras atenções de que tenho sido alvo. E ainda ao Senhor Almirante Gonçalves de Brito, em 2008

Diretor do Instituto Hidrográfico, que me honrou com o convite para apresentar a comunicação que está em segundo lugar neste trabalho.

Também à Embaixada de Portugal em S. Tomé e Príncipe, que me convidou para apresentar uma comunicação no Instituto Camões, que ainda não publiquei. Essa viagem, permitiu-me não só ter no Ilhéu das Rolas, simultaneamente o meu corpo assente em ambos hemisférios (imagem à esquerda), como também conhecer uma faceta pouco comentada de Gago Coutinho, que é o seu grande prestígio no universo feminino. Veja-se nas imagens á esquerda e abaixo, o convite de Homenagem da Colónia ao nosso almirante, a ementa do banquete, e uma fotografia de grupo, constituído pelas elegantes senhoras que nele participaram.

Quero também agradecer ao Senhor Almirante Rogério de Oliveira, que aceitou o meu pedido para embarcar na *Sagres* em 2000, para complementar as minhas experiências com métodos e instrumentos antigos de navegação, pedido que foi imediatamente aceite pelo então Chefe do Estado Maior da Armada, o nosso saudoso Almirante Vieira Matias.

E termino, transcrevendo parte de uma pungente despedida de Gago Coutinho aos povos do ex-ultramar;

> "Vivendo assim, sempre em viagens, à aventura, tomei íntimo contacto com aqueles colonos espalhados pelo interior, entregues ao próprio esforço, sem poder contar com a proteção das autoridades. E foi assim que tive ocasião de os apreciar.
> Mas eu não podia trabalhar sozinho. Ia acompanhado de muitos pretinhos. Em Timor, dos Timores. Neles confiei, como confiava nos meus raros companheiros brancos. As minhas armas de caça e de defesa, eles as traziam. Nunca se serviram delas contra mim!....
> Foi nessa demorada convivência, pois, que perdi preconceitos sobre a superioridade da cor da pele. É, tanto dos homens brancos, como dos homens de cor, que depende o futuro das colónias! ...
> Adeus, pois, talvez para sempre, areias do Zambeze, onde os lagartos se coram ao Sol, como mulheres loiras nas praias dos Lidos. Adeus montes e corais de Moçambique, adeus monções...

Enfim, grato mato da África, o mais provável é que não nos tornemos a ver. Adeus pois para sempre, cargas e carregadores. Adeus pretos que me levastes a água ao alto dos montes, com a mesma fidelidade com que lá ficáveis isolados a apontar-me os heliógrafos. Adeus África Oriental, adeus pangaios que tanto me sugeriste as caravelas. Adeus ares e mares do Oceano Índico que tão alegremente me queimaram a mocidade."

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DO ANO ACADÉMICO

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 15 de dezembro

Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada

Cumpre-me saudar Vossa Excelência por ter aceite presidir a mais uma sessão cultural da Academia de Marinha. Mas faço-o com especial prazer pois, tratando-se da sessão de encerramento do ano académico de 2020, ele é assim encerrado com toda a solenidade, premiando o trabalho realizado neste ano tão particular em que tudo se fez para reabrir logo que as condições o permitiram. Era importante não defraudar ainda mais as espectativas de todos os que vivem intensamente a divulgação do nosso saber e cultura marítima através dos nossos membros e de eruditos oradores convidados.

Mas há uma razão adicional para saudar e agradecer a presença de Vossa Excelência. Este ano de 2020, tão ingrato para a vida de cada um de nós e das instituições em que cada um dos presentes trabalha ou representa, levou a que tivessem sido canceladas 20 sessões culturais. Mas mesmo assim foi possível a edição de 6 livros, tendo ainda a Academia de Marinha, com o apoio do Senhor Almirante, conseguido reequipar-se e evoluir em termos materiais, ambientais e digitais, melhorando as condições de todos os que aqui prestam serviço e semanalmente aqui acolhemos.

Não esqueço, também, o apoio dado ao grande projeto da "História da Marinha Portuguesa", trazendo-lhe a segurança financeira que lhe dá agora a solidez para avançar com determinação, permitindo que deixe o estado de coma em que se encontrava, passando a uma situação em que se pode acreditar ser possível terminá-lo no espaço de uma década.

Tudo o que acabo de vos dizer e que enfatizo, por ser digno de tal merecimento, é bem revelador da importância que o Comandante da Marinha atribui também ao seu sector cultural como porta segura entre a instituição militar e a sociedade civil, a par da confiança que tem demostrado nos atuais responsáveis da Comissão Cultural de Marinha e da Academia de Marinha. Bem-haja Senhor Almirante.

Senhores académicos e ilustres convidados, sejam todos bem-vindos.

É tempo agora de dizermos algumas palavras sobre a nossa oradora convidada para a sessão de hoje, bem como sobre o tema escolhido.

A senhora Professora Maria Helena Cruz Coelho tem um curriculum invejável. Basta consultar o Google para nos apercebermos da dimensão da obra produzida. Tentando o difícil exercício de condensar em poucos parágrafos a sua longa obra e saber, direi:

"Professora Catedrática aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Ao longo da sua docência regeu várias disciplinas de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento

no âmbito da História Medieval, das Ciências Documentais, da Política Cultural Autárquica e da História da Alimentação, do Turismo, Lazer e Cultura. Orientou cerca de meia centena de relatórios do 2º Ciclo, dissertações de mestrado ou teses de doutoramento e integrou mais de 280 júris de Agregação, Doutoramento e Mestrado. Foi membro do Conselho Geral da Universidade de Coimbra, da Comissão Nacional de Avaliação Externa de História das Universidades Portuguesas, Avaliadora da Fundação para a Ciência e Tecnologia e Avaliadora da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Pertence a várias associações científicas nacionais: Vice-Presidente da Academia Portuguesa da História, Académica Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, Académica Efetiva da Academia da Marinha e de várias academias e institutos estrangeiros. É Presidente da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais. Integra o Conselho Editorial da Imprensa Nacional-Casa da Moeda desde 2001 e o Conselho Geral da Fundação Inês de Castro. É membro do Conselho Científico de dez revistas nacionais e sete estrangeiras. É Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

Tem publicados, entre livros, artigos, prefácios, recensões, notícias e entradas em Dicionários, mais de 350 estudos, alguns traduzidos em russo, espanhol, francês, italiano, inglês e alemão, que incidem sobre as mais diversas temáticas do período medieval, com destaque para a diplomacia, historiografia, história política, religiosa, institucional, económica, social, poder local, cortes, biografia, mundo rural, alimentação, quotidiano.

Recebeu o Prémio Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian e oito prémios da Academia Portuguesa da História. Foi distinguida com a medalha de mérito, Grau Ouro, da Câmara Municipal de Arouca. Foi agraciada pelo Senhor Presidente da República, no dia 10 de Junho de 2011, com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique".

Como académica da Academia de Marinha, apenas desde 2011, já participou em dois Simpósios de História Marítima, tendo ainda presidido à Comissão Científica de um terceiro (o de 2016), participou numa sessão conjunta com esta Academia sobre o Património Alimentar da Lusofonia e dá-nos hoje o prazer de ser a oradora convidada na sessão de encerramento do ano académico de 2020.

Para uma Professora jubilada da Universidade de Coimbra, residente em Coimbra, e tendo em atenção os tempos que correm, a presença da Senhora Professora, hoje, nesta Academia, é muito mais que o cumprimento de um dever de académico. É, outrossim, mais um sinal claro do respeito institucional e da estima que por nós tem, que é recíproco, e que não esqueceremos. Muito obrigado Senhora Professora.

Estando todos a viver a experiência de uma pandemia, fazia sentido ter deste fenómeno uma perspetiva histórica. Daí o convite a esta reconhecida medievalista. Daí vir a Senhora Professora falar-nos da Peste Negra. Quanto ao título específico que lhe decidiu dar "Fugir depressa, para longe e por muito tempo", só espero que a audiência não o leve demasiado à letra. E, se decidirem fugir, pelo menos esperem pelo final da sessão. Vão ver que vai valer a pena esperar.

Muito Obrigado

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DO ANO ACADÉMICO

"FUGIR DEPRESSA, PARA LONGE E POR MUITO TEMPO": COMPORTAMENTOS DOS HOMENS ACOSSADOS PELA PESTE

Comunicação apresentada pela Académica
Maria Helena da Cruz Coelho, em 15 de dezembro

"Súbita, invisível e veloz, uma epidemia varre todo o mundo conhecido em tempos medievais", assim escrevia eu no artigo sobre a Peste Negra, que em 2019 entreguei para ser publicado na obra *História Global de Portugal*[1], que acaba de ser apresentada ao público nestes dois últimos meses de Outubro e Novembro.

A mulher e a historiadora que assim escrevia jamais poderia pensar que iria vivenciar, também ela, em 2020, uma pandemia e estar submetida a um estado de emergência e posteriormente a sucessivos estados de alerta, contingência ou calamidade em que ainda nos encontramos e, infelizmente, nos encontraremos. Inevitavelmente as evocações e correlações históricas com o que conhecia e mais aprofundara sobre a Peste afloravam-lhe à mente. Relembrava as situações do passado ao mesmo tempo que sentia e vivia no presente o medo individual e os medos colectivos, o afastamento do convívio com os seres humanos, a ruptura do quotidiano, o encerramento e isolamento, dito nos nossos dias confinamento, e ouvia e tornava a ouvir até à exaustão miríades de explicações de cientistas sobre as origens, as características e os combates a esta epidemia.

É claro que sabemos, pelo menos todos os que possuem alguns conhecimentos históricos, que as epidemias sempre assolaram e assolarão a Humanidade. Como igualmente sabemos que o passado não se repete, mas proporciona grelhas de leitura para o tempo presente. Sucederam-se então os artigos, mais de opinião ou mais de ciência, lembrando as muitas epidemias que atingiram os Homens na longa diacronia e nas suas consequências, ainda que talvez se tivesse ouvido mais falar da gripe de 1918 ou gripe espanhola, que vitimou em torno de 50 milhões de pessoas, portanto um quarto da população mundial da época. A convocação da memória tornou-se um referencial contínuo, embora nem sempre bem manejado.

Na exposição que iremos apresentar sobre a Peste Negra não enveredaremos por uma comparatividade entre o tempo passado e o que actualmente vivemos, desejando evitar os vícios do anacronismo e da descontextualização. Desde logo porque estaríamos a comparar

[1] COELHO, Maria Helena da Cruz - 1348. Peste Negra: o flagelo que foi quase "global". In FIOLHAIS, Carlos, FRANCO, José Eduardo, PAIVA, José Pedro, dir. - *História Global de Portugal.* Lisboa: Cículo de Leitores, 2020, pp. 269-275.

duas epidemias, cientificamente distintas, a Peste Negra causada por uma bactéria e a pandemia actual, com origem num vírus , o coronavírus.

Mas não deixaremos de acentuar que a memória histórica é fundamental para reflectirmos sobre as experiências e vivências sociais e colectivas do tempo presente. É justamente por dentro da filosofia, da história e da literatura que Bernard Henri-Lévy nos oferece no seu livro *Este virus que nos enlouquece* uma reflexão sobre o coronavírus no contexto da civilização ocidental. Nele enuncia e denuncia a utilização de "o primeiro medo mundial", como o designa, decorrente da epidemia, a transformação do confinamento em idílico regresso ao paraíso natural perdido ou a um tempo e espaço de purgatório e lazareto, a ditadura tantas vezes tergiversante, dos homens da ciência[2] e para a sua leitura convidamos todos os que se motivam com estes debates.

Mas passemos então a desenvolver o tema histórico que nos propusemos e que se centra sobre a Peste Negra[3].

Origem e difusão

E comecemos com as notícias da época sobre o seu surgimento.

Assim nos relata Piazza, um cronista siciliano morto em 1377, na *História* que escreveu, envolvendo os anos de 1337 a 1361[4]:

"Eis que em Outubro do ano da Encarnação do Senhor, cerca do começo do mês de Outubro... os Genoveses, em doze galeras, fugindo da cólera divina que se havia abatido sobre eles devido às iniquidades, acostaram no porto de Messina. Os genoveses transportavam com eles, impregnada nos seus ossos, uma doença tal que todos os que com eles haviam falado foram atingidos por essa doença mortal; esta morte, morte imediata, era impossível de evitar... Os homens de Messina expulsaram-nos do porto, mas a enfermidade ficou na cidade e seguiu-se uma mortalidade geral"[5].

---

[2] LÉVY, Bernard-Henri - *Este virus que nos enlouquece.* Lisboa: Guerra e Paz, 2020.

[3] A bibliografia internacional e nacional sobre a Peste Negra é abundantíssima e dispensamo-nos de a citar exaustivamente, pontualizando apenas alguns estudos ao longo destas páginas. Lembremos, porém, que, em França, se tornou um modelo a obra de BIRABEN, Jean-Noël - *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, 2 vols. Paris: Mouton, 1975-1976 e, em Portugal, os estudos pioneiros apesentados no Colóquio de Braga sobre a temática e depois publicados de A. H. de Oliveira Marques, Iria Vicente Gonçalves, Luís António Oliveira Ramos, Humberto Baquero Moreno (Para o estudo da Peste Negra em Portugal, *Bracara Augusta*, vol. XIV-XV. Braga, 1963, pp. 210-239). Também fundamental é a obra de ROQUE, Mário da Costa - *As pestes medievais europeias e o "Regimento proueytoso contra ha pestenença". Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496). Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*. Paris: Fundação Calouste Gubenkian-Centro Cultural Português, 1979.

[4] Michel de Piazza escreve a crónica, *História Secula ab anno 1337 ad annum 1361,* publicada por A. Corradi, *Annali delle epidemie occorse in Italia*, 1863, pp 485-490, que utilizamos a partir da tradução francesa (que livremente vertemos para português) de um excerto da crónica, referente à Peste Negra, publicado na obra RONCIÈRE, Ch.-M. de la, CONTAMINE, Philipe, DELORT, Robert - *L'Europe au Moyen Âge. Documents expliqués*, t. III, *Fin XIIe siècle - Fin XVe siècle.* Paris: Librairie Armand Colin, 1971, pp. 105-108.

[5] Michel de Piazza - *História....* In *ob. cit.,* p. 106.

Agreguemos-lhe duas fontes portuguesas.

O *Livro das Eras* do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra anota:

"Era de mil e trezentos e oytenta e seys anos (portanto ano de Cristo de 1348) foy grande mortydade pelo mundo assy que ygualmente morrerom as duas partes das gentes. Esta mortaydade duraua na terra por espaços de tres meses... [e à margem escreve-se] por Sam Miguel de Setembro se compeçou esta pestilençia"[6].

Insiste o *Chronicon Alcobacense*:

"Era Mª CCCª LXXX` VIª fuit generalis pestilencia per toto mundo in qua mortui sunt due partes hominum"[7].

Retenhamos que os contemporâneos tiveram noção de que a peste era uma pan-demia, portanto abrangia "todo o mundo", que a sua mortalidade foi altíssima, afigurando-se-lhe que morria mais gente do que a que ficava viva, e os sicilianos não duvidavam de que ela havia sido trazida para a Europa por galeras genovesas, que, como é conhecido, saíam de Constantinopla com os produtos orientais que difundiam pelos portos do Mediterrâneo.

Sabemos hoje que o nicho natural da Peste é o planalto tibetano, e daí, por meio de diversos animais, desde os insectos aos mamíferos, e atravessando diversas zonas climáticas, a partir da Horda de Ouro, um canato resultante da fragmentação do império mongol, onde a epidemia grassava em Outubro-Novembro de 1346, irradiou tanto para o Índico como para o Mediterrâneo[8]. O Império mongol estendia ao tempo o seu domínio a largos espaços euroasiásticos e as movimentações das rotas caravaneiras que o atravessavam, em ligação estreita com os mercadores italianos, assim como as suas expedições militares fomentaram a difusão da epidemia. O exército mongol, com homens de armas infectados, atacou Kaffa, tendo contaminado os italianos, e desta praça a epidemia alcançou Constantinopla, onde foi reconhecida em Julho de 1347. A partir das intensas relações comerciais que se estabeleciam neste porto, os navios irão levar a epidemia tanto para Alexandria, avançando depois para o Egipto, Palestina, Síria e Arábia, como os barcos italianos, sobretudo de genoveses, a disseminaram pelo Mediterrâneo, chegando à Península Itálica[9]. O porto de Messina, na Sicília, estaria já infectado em Agosto de 1347 – e não se estranhe a discordância com a fonte literária, dado que o reconhecimento da epidemia pelas elites letradas contemporâneas só ocorre cerca de dois meses após a mesma ter eclodido – e do porto de Messina espalhou-se tanto pelo Norte de África como pelos portos do sul da Europa. De facto, a convergência do

[6] CRUZ, António - *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra.* Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1960, p. 95.

[7] *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*. Olisipone: Typis Academicis, 1860, p. 22.

[8] BENEDICTOW, Ole J. - *The Black Death 1346-1353. The Complete History.* Woodbridge: The Boydell Press, 2004, pp. 35-54.

[9] A expansão da epidemia pela Ásia e Norte de África, mas sobretudo pelo continente europeu, analisando a sua difusão especificamente em cada país, é detallhadamente estudada por BENEDICTOW, Ole J.–*ob. cit.,* pp. 57-224.

transporte desta "armada invisível" em barcos que tocavam os portos da costa marítima, que se conjugavam nas relações de comércio com os grandes rios navegáveis e as mais movimentadas rotas terrestres, animadas por comerciantes, viajantes e peregrinos, explicam a rápida difusão da epidemia da costa marítima para o interior do continente europeu e das grandes cidades para as pequenas vilas ou aldeias dos entornos urbanos.

Barcos saídos de Messina ou directamente de Constantinopla conduziram-na até Marselha, onde era reconhecida em Novembro de 1347, e a partir deste porto ou de outros epicentros comerciais já fazia vítimas na Península Ibérica na Primavera de 1348. No Verão desse mesmo ano grassava nos portos atlânticos da Galiza, como a Corunha e portos próximos de Santiago de Compostela, em Bordéus ou em portos do sul de Inglaterra. No Verão de 1349 chegou à Noruega e à Prússia, conquistando depois a maioria das cidades hanseáticas e vilas do mar Báltico, passando então à Rússia. Mas igualmente, a partir das ligações com os portos do norte ou do sul, penetrou no interior do continente europeu, alastrando pela Alemanha, Áustria e Suíça. E assim, nuns escassos cinco anos, de 1347 a 1352 espalhou-se, por mar e por terra, por toda a Europa[10]. Todavia, como já se salientou, esta epidemia foi global à escala da época, tendo contaminado o mundo então conhecido e em rede, por meio de relações comerciais ou enfrentamentos bélicos, que envolvia os continentes asiático, africano e europeu. Não era porém uma novidade, pois que uma primeira Praga Pandémica, a Praga de Justiniano, ocorrera c. 541 até c. 750, sendo a Peste Negra a Segunda Praga Pandémica (1346-c. 1650-1722), vindo ainda a conhecer-se uma terceira nos inícios do século XX.

Impacto populacional

A Peste Negra foi altamente mortífera. Apontaram-se normalmente valores de baixas na ordem de um quarto ou um terço da população europeia. No entanto os estudos demográficos mais recentes e aprofundados, para Espanha, Itália, França e Inglaterra, que Ole Benedictow sintetizou na sua obra, fazem subir esse índice para 60% da população, o que nos leva a admitir que dos 80 milhões de pessoas que viveriam na Europa poderiam ter morrido cerca de 50 milhões[11]. É certo que os efeitos demográficos dependiam da maior concentração populacional dos aglomerados humanos, da mesma forma que variavam de região para região e de país para país, tendo em conta a higiene e o nível alimentar dos homens, a entrada da epidemia em fase de intensidade ou desaceleração ou as condições

[10] Parecem ter apenas ficado imunes a Islândia e a Finlândia.

[11] Valor geral apresenatdo por BENEDICTOW, Ole J.–*ob. cit.,* p. 382, depois de sintetizar e cartografar, com base nos mais recentes estudos, os níveis regionais de mortalidade para o reino de Navarra, para a Toscânia, para a Provença e para o condado de Sabóia e a taxa de mortalidade nacional de Inglaterra, nas longas páginas (245- 384) que dedica à mortalidade europeia causada pela epidemia.

climatéricas favoráveis ou desfavoráveis. Mas, inequivocamente, com a Peste Negra, que se prolongou por mais de três séculos, a lenta depressão que se começava já a manifestar em finais do século XIII transmutou-se numa profunda e longa crise demográfica, mas também económica e social.

A Peste Negra estava a entrar em Portugal em meados do ano de 1348. Os testemunhos mais coevos ou tardios da sua presença e efeitos chegam-nos em escritos da mais diversa proveniência – régia, eclesiástica ou particular – e de variadas espécies – cronicões, legislação, constituições eclesiásticas, tombos, prazos, testamentos, inscrições epigráficas, entre tantos outros. É possível que já fizesse vítimas em finais de Julho-inícios de Agosto de 1348, ainda que os monges crúzios só dela se apercebessem em Setembro. Poderia ter entrado pelo Norte, através de Santiago de Compostela, onde a epidemia se instalara em Junho de 1348, dado que este era um centro de peregrinação que mantinha estreita relação com a clerezia bracarense, e daí teria irradiado para o centro-sul, ainda que também por outros espaços da fronteira terrestre, e sobremaneira da marítima, pudesse ter chegado. Em finais de Dezembro havia cargos vagos por morte de dignidades e cónegos do cabido de Braga, tendo mesmo falecido o prelado da diocese. Igualmente, entre os homens da Igreja, despareceram os prelados de Viseu e Lamego, além dos priores de muitas colegiadas de Coimbra (Santa Justa, São Bartolomeu e São Cristóvão e todos os cónegos de S. Pedro no espaço de um mês), Óbidos (de Santa Maria e Santiago), Sacavém e Torres Vedras. Desaparecem também os religiosos e religiosas de mosteiros de Guimarães (S. Torquato), Coimbra (Lorvão e Seiça), Alcobaça ou Lisboa, sendo o contágio muito favorecido nestas casas pela vida fechada em comunidade[12]. Mas igualmente entre o laicado os testamentos e os epitáfios dão-nos conta da morte de gente nobre, da aristocracia urbana ou de oficiais, como tabeliães[13], ainda que, como bem sabemos, a rapidez da propagação e da mortalidade conduzisse essencialmente a uma morte anónima. Não possuímos porém fontes nem estudos

[12] As abonações destes casos encontram-se nos estudos de BARROCA, Mário Jorge - A Peste Negra na Epigrafia medieval portuguesa. In FONSECA, Luís Adão da, AMARAL, Luís Carlos, SANTOS, Maria Fernanda, coord. - *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. III. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1161-1162; COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1989, pp. 24-26; GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves - *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais : das origens ao início do séc. XV*, vol. I. Coimbra: Faculdade de Letras, 2000 (dissertação de mestrado policopiada), pp. 46-47; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de - *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 213.

[13] Fontes epigráficas dão a conhecer como vítimas da peste, D. Lourenço Anes, cidadão de Lisboa e sobrinho do bispo D. Miguel Vivas, Vicente Martins Curvo, homem bom de Estremoz, um casal de Veiros, no Alentejo, para além de eclesiásticos, como D. João Martins, abade de Alcobaça e D. Nicolau Martins, prior de Vila Boa do Bispo (Mário Jorge Barroca, A Peste Negra..., pp. 1162-1166). E de peste morreu também o tabelião de Coimbra, João Lourenço, que , sabendo escrever, pôde redigir por sua mão o seu próprio testamento (COELHO, Maria Helena da Cruz - Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra. In *Homens Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI),* I, *Notas do Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 60-72).

para calcular a taxa global da mortalidade em Portugal, aludindo as referências literárias a 60%, e as documentais mesmo a 90%[14], ainda que comummente se aponte o índice de mortalidade de 33%, o que teria reduzido a população existente para um milhão de habitantes. E os efeitos negativos demográficos, económicos e sociais perduraram porque a "pestelença grande", como era designada a Peste Negra[15], replicou-se noutras de maior ou menor alcance nacional ou regional, quando não europeu, ao longo de Trezentos e Quatrocentos em 1356, 1361-63, 1374, 1383-85, 1389, 1400, 1414-16, 1423, 1429, 1432, 1433, 1437-1441, 1448-53, 1456-1458, 1464, 1472, 1477-1497[16].

Características e explicações da doença

Se os contemporâneos não sabiam a causa da doença, descreviam no entanto o seu alto nível de contágio e as suas características.

Retornemos ao consista siciliano que assim anotava: "Devido à corrupção do hálito todos os que falavam entre si, misturados uns com os outros, infectavam-se... dessa corrupção do hálito nascia sobre a coxa ou sobre os braços uma pústula da forma de uma lentilha"[17]. Mas, mais adiante, descrevendo os doentes de Catânia acrescenta: "a peste espalhou-se tão fortemente na cidade, de tal modo que as gentes não tinham somente pústulas, que se chamava antraz, mas já glandes que se formavam nas diferentes partes do corpo, tanto no peito como nas pernas, como nos braços, como na garganta. Essas glandes eram no começo como amêndoas...depois essas glandes engrossavam como uma noz, depois como um ovo de

[14] Um documento da colegiada de S. Pedro de Coimbra, que perdeu todos os seus membros devido à Peste, tendo mesmo de refazer os seus estatutos, refere: "..en o ano da Era de mil e trezentos e oyteenta e sex anos veo a pestelençia e a morteidade de door de levadigas per todo o mundo tam grande, que nom ficou hi viva a dizima dos homees e molheres que entom hi avia. E en o dicto ano morrerom o priol e o chantre e todos os Raçoeyros da Egreja de sam Pedro da Almidinha de Coimbra huuns depos outros todo en huu mes" (RAU, Virgínia - Um documento português sobre a Peste Negra de 1348. In *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 130).

[15] Assim a designa, por exemplo, D. Duarte no seu *Livro dos Conselhos*: "Era de mil III° LXXX bj foy a pestelença grande em que foy morta muyta gente" (*Livro dos Conselhos de El Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa),* ed. de DIAS, João José Alves. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 202.

[16] Veja-se MARQUES, A. H. de Oliveira - *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 21, abordando as consequências da Peste nas páginas 20-30; SOUSA, Armindo de - A consolidação da monarquia e a unidade política. In MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal,* vol. 2, MATTOSO, José, coord. - *A Monarquia Feudal.* Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 342 e o alcance da peste entre as páginas 340-342. Como estudos individualizados sobre algumas epidemias, leia-se, entre outros, MORENO, Humberto Baquero - A epidemia de 1453-54, *Revista de Ciências do Homem*, vol. 1, n. 1, Lourenço Marques, 1968, pp. 1-23; MARQUES, José Marques - A peste de 1362 na diocese de Tui , *Bracara Augusta*, vol. LXVI, 2019, pp. 381-403 (esta diocese, como se sabe, envolvia muitas localidades do reino de Portugal).

[17] Michel de Piazza - *História....* In *ob. cit.,* p. 106.

galinha ou de gansa..."[18] Eis os bubões com que sempre nos são apresentados os pestíferos[19] e a contaminação pulmonar, uma das vias da propagação pandémica.

No final do século XIX as análises laboratoriais do médico francossuíço, Alexandre Yersin deram a conhecer a bactéria causadora da Peste Negra, que tomou, em sua homenagem, o nome de *Yersinia pestis*, conseguindo isolá-la e fazer a sua cultura. Nas últimas décadas do século XXI a microbiologia deu a conhecer a história evolutiva do genoma da praga, desenvolvendo técnicas que, com base em amostras moleculares modernas, permitiram reconstruir o material genético do patogeno a partir de restos humanos históricos[20].

A Peste Negra é, pois, uma epidemia bubónica, em que depois da mordedura de um insecto infectado a bactéria da *Yersinia pestis* segue por via linfática, formando nódulos ou bubões nos terminais do pescoço, axilas, virilhas ou coxas. Aí se encontra três dias em incubação, sendo a taxa de mortalidade de 80%. Ocasionalmente a bactéria entra de imediato no sangue, sendo letal. Mas também dos bubões pode seguir para o sangue e pulmões e, nesta forma pneumónica, a contaminação é directa entre os homens (como o referia a dita história siciliana) e a epidemia é também totalmente fatal.

Sem conhecer as causas científicas da doença, as explicações coevas oscilavam entre uma teoria religiosa e um teoria mais científica. Assim escreve Bocaccio no *Decameron*: "Já tinha chegado o ano de 1348 da fecunda encarnação do filho de Deus, quando a cidade de Florença, nobre entre as mais famosas da Itália, foi vítima da mortal epidemia. Fosse a peste obra de influências astrais ou a consequência das nossas iniquidades e que Deus, na sua justa cólera, a tivesse precipitado sobre os homens como punição dos seus crimes"[21].

Logo, como se percebe, era encarada religiosamente como uma manifestação da ira divina, castigando os pecados dos homens, enquanto alguns físicos e letrados aventavam, na sequência dos conhecimentos médicos clássicos da escola hipocrática, teorias miasmáticas e

[18] E mais acrescenta: "Eram muito dolorosas. A corrupção dos humores que causavam no organismo fazia expectorar sangue. Essas expectorações, subindo do pulmão infectado até à garganta, corrompiam o organismo. Estando o organismo corrompido e os humores secos, morria-se" (Michel de Piazza, *História*...In *ob. cit.,* p. 107).

[19] Na referido *Livro da Eras* de Santa Cruz anota-se: "E as mays dores das doenças eram de levaçoens que tijnham nas verilhas e so os bracos. E as de mays das gentes tambem as que morrerom como as que ficarom todos ouveram estas doores" (CRUZ, António - *Anais...,* p. 95).

[20] Leiam-se sobre estas questões científicas BOS, Kirsten I. et al., A draft genome of Yersinia pestis from victims of the Black Death, *Nature,* n º 478, 27 October 2011, pp. 506–510. doi:10.1038/nature10549; *The Medieval Globe*, vol. 1, nº 1, Pandemic Disease in the Medieval World: Rethinking the Black Death, Janeiro 2016, número inaugural editado por Monica H. Green e Carol Symes e disponível em acesso livre em https://scholarworks.wmich.edu/tmg/vol1/iss1/1

[21] Boccaccio - *Decameron*, vol. I, trad. e prefácio de Urbano Tavares Rodrigues. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2006, p. 23.

astrológicas[22]. A primeira defendia que havia uma corrupção do ar devido a vapores nocivos e venenosos, causados por matérias pútridas espalhadas pelo vento, podendo o miasma contaminar as pessoas ao ser inalado ou ao entrar na pele. Complementava-a uma explicação astrológica exposta no relatório da Faculdade de Medicina de Paris, em resposta à pergunta de Filipe VI sobre as sua origens, declarando que ocorrera, a 20 de Março de 1345, uma conjunção astral nefasta de Saturno, Júpiter e Marte, que ocasionara vapores malignos vindos da terra, da água e do fogo, que disseminaram a epidemia pelo ar.

Nada se conhecia para debelar esta praga, recomendando-se apenas a melhoria das condições higiénicas e sanitárias nos aglomerados populacionais, nas habitações e nas pessoas, certos regimes alimentares e mezinhas de pouco efeito [23], a par dos sacrifícios e orações. Todavia, como o refere claramente Boccaccio: "Por mais que os guardas especialmente encarregados disso limpassem a cidade dos montes de imundície, por mais que se proibisse a entrada a todos os doentes e se multiplicassem as prescrições de higiene, por mais que se recorresse às súplicas e às orações que se usam nas procissões e àquelas, de outro género, de que os fiéis se desobrigam para com Deus, nada deu resultado"[24]. E claro que também se procuravam culpados para tal flagelo, desde logo os judeus, sempre alvo da animosidade dos cristãos quando havia períodos de instabilidade, acusados, por exemplo, de envenenar as águas, ou ainda todos aqueles que circulavam de terra e terra, entre pobres, peregrinos viajantes ou vagabundos.

Se a epidemia se traduzia na punição divina dos pecados humanos, havia que rogar e fazer penitência. Desmultiplicavam-se as orações, as práticas salvíficas e os actos penitentes[25], com destaque para as procissões de flagelantes de tal modo duras e excessivas que o

---

[22] Estas diferentes teorias são enunciadas por D. Duarte no *Leal Conselheiro* quando escreve sobre as "quatro guysas" da origem da peste, ainda que para a Peste Negra aponte o desquilíbrio astrológico: "Primeira, por special sentença do senhor deos...Segunda, por geeral costollaçom, como foy a pestellença grande que ante per muyto tempo dos estrollogos foy prenosticada. Terceira, por corrupçom dauguas, e semelantes...Quarta, per apegamento , como geeralmente em esta terra mais se custuma" (D. Duarte - *Leal Conselheiro*. In *Obras dos Príncipes de Avis*, intr. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1981, cap. LIII, pp. 358).

[23] Leia-se MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 6ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 121- 124; TAVARES, Maria José Ferro - A política municipal de saúde pública: séculos XIV-XV, *Revista de História Económica e Social*, 19, Lisboa, Jan.-Abr. 1987, pp. 17-32. Igualmente várias mezinhas eram recomendadas contra as epidemias e surgiram mesmo tratados para a enfrentar. Para o caso português lembermos a "Reçepta contra a peste" que D. Duarte anota no seu *Livros dos Conselhos* (*Livro dos Conselhos*, p. 278) e o *Regimento proveitoso contra a pestenença*, editado cerca de 1495-1496, e apresentado em facsímile na já citada obra de ROQUE, Mário da Costa - *ob. cit*, pp. 419-438, no qual , para além de se assinalarem os sinais que preanunciavam a epidemia e a provocavam, se abordavam os remédios contra ela, a dieta alimentar a observar, os remédios a utilizar e as sangrias a realizar.

[24] Boccaccio - *Decameron,* p. 23.

[25] Os moradores de Messina dirigiram-se a Catânia, para rogarem a Santa Ágata. Pediram mesmo ao patriaraca da cidade que viesse com as suas relíquias até Messina, mas temendo-se os homens de Catânia que as relíquias lhes fossem roubadas, o patriaca apenas levou a Messina água benzida com as relíquias. Além disso a gente de Messina ia descalça em procissãso orar a Santa-Maria-de-Scala (Michel de Piazza - *História...* In *ob. cit.,* p. 107).

próprio papa Clemente VI as proibiu, bem como as perseguições aos judeus. Recorria-se a novos santos rogatários, como S. Roque, que se passou a olhar como chagado pela peste, e S. Sebastião, atravessado pelas setas da peste enviadas por Deus. Reinava a obsessão com a morte, uma morte implacável que a todos atingia, altos senhores e humildes servidores, ricos e pobres, jovens e velhos, belos e feios, numa dança macabra da morte que teve larga expressão na arte e na literatura[26].

Comportamentos sociais

Aproximemo-nos ainda mais do comportamento individual e colectivo dos homens perante esta epidemia. A literatura acentua o abandono dos doentes à sua sorte quase sem nenhuns cuidados.

Assim nos referia o cronista siciliano: "Tinha-se tal nojo uns dos outros que se um filho fosse atingido pelo dito mal, o seu pai recusava estar a seu lado e se ousava aproximar-se era tomado pelo mal e morria. E não era o único a morrer na sua morada: os familiares da casa, os cães, os animais que nela viviam, todos seguiam o pai de família na sua morte". E mais acrescentava que, face a tal mortandade: "muitos queriam confessar os seus pecados aos padres e fazer testamento; mas os padres, os juízes e os notários recusavam entrar em suas casas...", salientando que, em Messina, apenas os frades menores e mendicantes acudiram aos doentes, tendo por isso restado muito poucos[27]. Portanto o pestífero acabava os seus dias só e sem companhia de familiares ou até mesmo de criados, pois que, como nos diz Bocaccio, se alguns aceitavam assisti-lo, e por altos salários, tinham maneira rudes e de pouco amparo lhe serviam[28].

Perante o fatídico desfecho de ocorrer a morte do doente, o mesmo corte abrupto de todas as solidariedades se manifestava no seu sepultamento. Os funerais e enterros eram rápidos e sem os costumados cerimoniais, sufrágios e orações e mesmo estes só se faziam para alguns mais ricos e eram brevíssimos. Comummente, como acontecia em Messina: "os cadáveres ficavam abandonados nas suas casas e nenhum padre, nenhum filho, nenhum pai, nenhum vizinho ousava penetrar nelas; dava-se aos "gatos-pingados" um salário considerável para levarem os ditos cadáveres para os seus túmulos. As casas dos defuntos ficavam abertas com todas as suas jóias, o seu dinheiro e o seu tesouro; se se queria aí entrar, ninguém

[26] Assim escreve Boccaccio: "Quantos grandes palácios, quantas belas casas, quantas habitações outrora cheias de criados, de senhores e de damas, viram desparecer todos, até ao seu mais humilde servidor! Quantas famílias ilustres, quantas mansões imponentes, quantas fortunas famosas ficaram privadas de herdeiros legítimos! Quantos nobres senhores, belas damas e jovens graciosos, aos quais não só a Faculdade mas Galeno, Hipócrates e mesmo Esculápio teriam passado um atestado de saúde robusta, tomaram a refeição da manhã com os pais, os camaradas e amigos, para à noite se sentarem, no outro mundo, a cear com os antepassados!" (Boccaccio - *Decameron,* p. 29).

[27] Michel de Piazza - *História...* In *ob. cit.,* p. 106.

[28] Boccaccio - *Decameron,* p. 26.

interditava o acesso..."[29]. Logo este acúmulo de cadáveres fazia com que, como acontecia em Florença, os corpos fossem recolhidos todos juntos e indeterminadamente e, com os cemitérios já cheios, se vissem lançados em valas muito profundas[30].

Os que viviam esse duro tempo enfrentavam-no de diferentes modos, de acordo com as suas posses económicas e nível sociocultural, mas não menos também de acordo com os seus temperamentos. No *Decameron* desenham-se quatro categorias de comportamentos, que estimulam prospectivamente a nossa reflexão. Passamos a citar:

"Alguns pensavam que uma vida sóbria e a abstenção de tudo o que fosse supérfluo se impunha para combater ataque tão terrível. Formavam pois a sua brigada e viviam afastados dos outros. Agrupados e reclusos em casa onde não havia doentes e onde a vida era mais agradável, usando com a maior moderação comidas delicadas e vinhos requintados, fugindo a todo e qualquer deboche, não deixando ninguém falar-lhes, recusando-se a ouvir qualquer notícia vinda do exterior a respeito de morte e doenças, passavam o tempo a ouvir música ou entretidos com outros prazeres castos"[31]. Primeiro quadro de uma requintada clausura.

"Gente havia, porém, que se conduzia de modo bem diverso. Achavam esses que entregarem-se por completo às bebidas e à licenciosidade, andarem galhofando pela cidade, de canções nos lábios, satisfazerem as paixões na medida do possível, rindo e troçando dos mais tristes acontecimentos, eis o mais seguro remédio contra um mal tão atroz"[32]. Segundo quadro do prazer e das delícias dos sentidos como antídotos do mal.

"Ao lado dos indivíduos que praticavam os dois tipos de vida a que me referi, muitos havia que adoptavam um meio termo. Menos preocupados do que os primeiros em se restringirem a comer pouco, nem por isso se abandonavam aos excessos da bebida e ao deboche. Utilizavam tudo com conta, peso e medida e segundo as suas necessidades. Em vez de se fecharem dentro de casa, circulavam pelos arredores, tendo nas mãos umas vezes flores, outras ervas aromáticas, outras várias especiarias. Levavam-nas por vezes às narinas e consideravam excelente preservar o cérebro aspirando perfumes, porque a atmosfera parecia corrompida e envenenada pelo cheiro horrível dos cadáveres, dos doentes e dos medicamentos"[33]. Terceira pintura dos moderados e amantes do movimento e da natureza.

---

[29] Michel de Piazza - *História...* In *ob. cit.,* p. 106.

[30] Boccaccio - *Decameron,* p. 28: "Com a multidão de cadáveres de que já falei, cujos transportes convergiam todos os dias e quase a todas as horas para todas as igrejas, os cemitérios tornaram-se insuficientes para as sepulturas, sobretudo quando, segundo o uso antigo, se queria dar a cada um deles um lugar próprio. Como todas as tumbas estavam cheias, já nos cemitérios contíguos às igrejas se faziam valas muito profundas, para onde se atiravam às centenas, os recém-chegados. Do mesmo modo que nos flancos de um navio se empilha a mercadoria em camadas, cobriam-se esses cadáveres com uma pá de terra e logo outros para lá se botavam, até chegarem à superfície do solo".

[31] Boccaccio - *Decameron,* p. 25.

[32] Boccaccio - *Decameron,* p. 25.

[33] Boccaccio - *Decameron,* pp. 25-26.

"Alguns manifestavam mais crueldade, mas talvez mais prudência. Diziam que a garantia mais segura contra os germes do mal era a fuga. Nessa convicção, não se preocupavam a não ser consigo próprios, e muitos homens e mulheres abandonavam a cidade, os parentes, os bens móveis e imóveis que possuíam, partindo para as províncias vizinhas, ou, pelo menos, para os arredores de Florença"[34]. Quarto e derradeiro quadro, o dos prudentes, mas não menos egoístas fugitivos, que deixavam a cidade e buscavam o campo.

E estes últimos seguiam, aliás, os mais eruditos aconselhamentos científicos.

De facto nessa época a Universidade da Sorbonne ditava a medida preventiva mais eficaz, que se baseava em conselhos hipocráticos: "cito, longe fugeas et tarde redeas". Este o electuário dos três advérbios, o conhecido CLT- "cito, longe, tarde" , o qual, "tomado" a tempo, podia ser de facto um remédio eficaz. Ontem, como hoje. Não hesitava por isso em defendê-lo o rei D. Duarte no *Leal Conselheiro*[35]

Todavia, como sentenciosamente escrevia Boccaccio, depois de esboçar estes comportamentos colectivos: "Se seguir um ou outro método não fazia as pessoas morrerem por força, a verdade é que ninguém escapava ao seu destino"[36].

Consequências da epidemia e respostas

Sendo certo que com a Peste Negra se cavou um longo ciclo depressivo a partir do século XIV e prolongando-se pela primeira parte do seguinte, não é menos certo que os poderes políticos e a sociedade procuraram reagir.

As autoridades urbanas ordenavam medidas de higiene e de saúde pública, mandando limpar os lixos das ruas e das casas e purificar o ar com ervas aromáticas, decretavam quarentenas por terra e mar, interditando a entrada de pessoas de locais que estivessem infectados, ou, no caso de grassar a peste no seu interior, fechavam os bairros onde a mesma se manifestava ou construíam hospitais para albergar os doentes.

Tinham ainda que enfrentar novos desafios. De facto muitos homens do entorno rural dirigiram-se às cidades, nelas procurando a segurança - o que era enganoso, como se sabe - ou melhores condições de vida. Tornava-se por isso necessário prover à alimentação e à habitabilidade a um maior número de pessoas que às cidades afluíam, mas também controlar as possíveis desordens de gente desenraizada que muitas vezes só aumentava o número dos pobres pedintes, dos vagabundos e dos delinquentes. As autoridades urbanas tiveram de reprimir a marginalidade e punir a criminalidade, de pôr em prática uma política social de

[34] Boccaccio - *Decameron,* p. 26.

[35] D. Duarte defendia esta fuga como meio preventivo face às epidemias, rebatendo fundamentadamente os quatro argumentos dos que advogavam uma posição contrária (D. Duarte - *Leal Conselheiro*, cap. LIII, pp. 355-359).

[36] Boccaccio - *Decameron,* p. 26.

apoio a hospitais e albergarias, que assistissem os doentes e peregrinos, e de amparar e tutelar os muitos órfãos que ficaram sem qualquer parente[37].

O poder régio coadjuvou os poderes locais face a dois problemas maiores decorrentes da epidemia – a falta de mão de obra para trabalhar, sobretudo a terra, e o acréscimo dos bens de mão morta da Igreja.

Nos campos muitas terras ficaram ermas e incultas por falta de braços que as amanhassem, seja porque muitos homens morriam e outros as abandonavam procurando novos meios de vida. Era preciso atender a este candente problema para minorar os efeitos da quebra da produção agrícola.

D. Afonso IV, em leis sem data mas que serão próximas do ano de 1349 legislou sobre a mão de obra, como aconteceu noutros reinos, desde logo em Inglaterra com a *Ordinance of Labourers* decretada por Eduardo III.

Os seus ordenamentos atendiam a diversas situações. Por um lado percebe-se que alguns homens que trabalhavam terra alheia negavam-se a fazê-lo, porque se haviam tornado proprietários graças a heranças. O rei determinava que as autoridades confirmassem essa mudança de estatuto e que, a ser verdadeira, se obrigasse esses novos possidentes a aproveitar os bens recebidos. Por sua vez a escassez de braços para a lavoura, criação do gado e mesteres fazia com que os assoldados exigissem altos salários. D. Afonso IV mandou proceder ao arrolamento desses assalariados e, favorecendo os proprietários, determinou a taxação dos salários. Mais exigia que os que serviam pelo tempo longo de um ano não se pudessem a isso escusar, preferindo tempos mais curtos, mas em contrapartida obrigava os seus amos a pagar-lhes atempadamente a devida soldada, penalizando os servidores e senhores que prevaricassem. Igualmente procurava enfrentar o crescimento dos falsos pobres, que sobreviviam pedindo esmola. Exigia que a esmola se reservasse para os doentes, velhos e incapazes e que os pobres sãos e capazes fossem compelidos ao trabalho, sob duras penas[38].

Todavia o decréscimo populacional cavado pela peste favorecia esses homens livres, que vendiam a sua força de trabalho, e os salários continuaram a aumentar. Os proprietários queixaram-se logo nas Cortes de 1352[39], renovando D. Afonso IV a ordem para tabelar os salários.

---

[37] Uma caracterização da vida urbana nos finais da Iade Média nas cidades europeias apresenta-se na obra de BOUCHERON, Patrick, MENJOT, Denis, BOONE, Marc - *La ciudad medieval*. In PINOL, Jean-Luc Pinol, dir. - *Historia de la Europa Urbana;* Urbana, vol. II. València: Publicacions Universitat de València, 2010, pp. 255-309.

[38] *Livro das Leis e Posturas*, prefácio de Nuno Espinosa Gomes da Silva, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971, pp. 448-452.

[39] *Livro de Leis e Posturas*, pp. 464, 465. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357),* edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues, Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos-Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, pp. 124-126, Cortes de 1352, capítulos gerais, 2 e 3.

Mas, como é sabido, a falta de gente persistiu e correlativamente os altos salários, crescendo as tensões sociais entre empregadores e assalariados[40].

Numa outra perspectiva, os homens com posses, apercebendo-se que os seus bens não podiam livrar o seu corpo do flagelo da epidemia, procuravam investi-los na salvação da sua alma. Em testamentos escritos ou ainda mais orais[41], entregavam então os seus prédios à Igreja para que o clero regular e secular, como privilegiado rogatário junto de Deus, lhes sufragasse a alma com orações e ofícios litúrgicos[42]. Esta transferência de propriedades para a Igreja, que não repartia nem doava, subtraia-as para sempre do mercado imobiliário e da tributação régia, o que era muito lesivo da Coroa e de possíveis compradores. Para mais, neste contexto excepcional, a clerezia abusava[43]. D. Afonso IV agiu, porém, de imediato. A 21 de Maio de 1349 promulgava uma lei em que começava por dar conta da situação irregular – os vigários de certas dioceses (nomeava as de Coimbra, Viseu, Guarda, Lamego e arcebispado de Braga, mas deveria valer para todo o reino) exigiam, sob pena de excomunhão, que os testamentos, mesmo os que já estivessem autenticados notarialmente, fossem apresentados perante si para serem validados com os seus selos e trasladados, tudo se pagando por altos preços. E iam ainda mais além, no caso de lhes serem mostradas cédulas de testamentos sem a fé pública do tabelião ou mesmo face aos que morriam sem testamento, não chamando os parentes mais próximos a quem os bens do morto poderiam pertencer, mas nomeavam testemunhas, que claramente defendiam os interesses eclesiásticos, e anotavam o que estas diziam. D. Afonso IV, defendendo o direito patrimonial do reino, afirmava que os bens dos que morriam com ou sem testamento e que não deixassem herdeiros passavam a ser maninhos e portanto regalengos. Exigia, assim, sob penalizações, que os testamentos não fossem publicados perante os vigários mas face às justiças régias, para serem executados legalmente, chamando parentes e ouvindo as testemunhas das partes, mandando prender os testamenteiros que não o fizessem, e reclamando que os vigários entregassem todos os documentos pendentes a um tabelião e não mais abusassem. Esta lei devia ser lida amiudadamente pelos tabeliães nas reuniões concelhias para ser cumprida[44]. Para maior reforço

[40] Veja-se a este propósito COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I., pp. 635-642.

[41] Sobre os testamentos escritos em Portugal em tempo da Peste Negra, sendo poucos os que se conhecem, veja-se MORENO, Humberto Baquero - Um testamento concebido durante a Peste Negra, *Bracara Augusta*, vol. XXXII, n. 73-74, Braga, 1978, pp. 125-141; COELHO, Maria Helena da Cruz - Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra". In *ob. cit.,* pp. 60-72.

[42] Documentando esta actuação o cronista siciliano, que temos vindo a seguir, relata: "As pessoas de Catânia, quando se aperceberam que este mal era tão fulminante, logo que sentiam uma dor de cabeça ou um arrepio, iam confessar ao padre os seus pecados e depois redigiam os seus testamentos. Por isso a opinião geral era que todos os que morriam eram recebidos sem dicussão na casa divina". (Michel de Piazza - *História...* In *ob. cit.,* pp. 107-108).

[43] Sobre esta matéria leia-se MORENO, Humberto Baquero - A Peste Negra e os legados à Igreja, *Revista de Ciências Históricas*, vol. VI, Porto, 1991, pp. 133-144.

[44] *Livro das Leis e Posturas*, pp. 440-442.

do seu mandado o rei nomeou sistematicamente para os concelhos juízes de fora a fim de darem cumprimento a esta legislação[45]. Os múltiplos e alongados processos sobre heranças que se sucederam depois da peste, dão-nos conta que a ordem real deteve, pelo menos no imediato, os excessos eclesiásticos e deu legitimidade jurídica a todos os que reclamavam os bens a que tinham direito.

As duras consequências demográficas, económicas e sociais da Peste, agravadas pelas recorrentes epidemias e pelas fomes e guerras que se lhe agregaram[46], nessa já chamada "idade de ferro", fizeram-se sentir muito profundamente na segunda metade do século XIV, mas, como seria inevitável, vieram a ser superados. Respondendo às crises há sempre adaptações e mutações[47].

Assim, no campo, se muitos terrenos ficaram ermos ou incultos por falta de braços para os amanhar e a cultura cerealífera diminuiu profundamente[48], os senhores da terra passaram então a transformá-los em pastagens e a apostar na criação de gado que, para além de ser força motriz ou fornecer alimentos, era também fornecedora de peles, matéria-prima das exportações. Este desequilíbrio entre a agricultura e a pastorícia levou mesmo D. Fernando a promulgar a lei da sesmarias em 1375, exigindo que os possidentes fossem obrigados a cultivar alguma parte da terra, sob pena de expropriação. Os proprietários, adaptando-se, vão de facto aproveitá-las, mas passando a investir nas ditas culturas de mercado, como a vinha e a oliveira, que lhes garantiam dois produtos altamente valorizados no comércio interno e externo.

De facto a vida urbana em crescente desenvolvimento exigiu um maior fluxo de bens para o seu abastecimento e era um pólo dinâmico de trocas comerciais[49]. Os circuitos que alimentavam o comércio, sobretudo o internacional, como o do artesanato ou da produção agrícola e marítima, no caso de Portugal, foram-se assim reanimando sob a pressão do mercado. Assistimos então ao enriquecimento de uma burguesia mercantil, sobretudo a que dominava as rotas internacionais, a qual, dispondo de liquidez monetária, passou também a arrematar as rendas da Coroa ou da Igreja, assim investindo reprodutivamente o seu capital,

---

[45] *Livro das Leis e Posturas*, pp. 467- 468.

[46] Veja-se MARQUES, A. H. de Oliveira - *Portugal na Crise*..., pp. 30-32; Amindo de Sousa, A consolidação da Monarquia.... In *ob. cit.,* pp. 342-343.

[47] Na sequência do pensamento de diversos autores que consideram a Peste Negra e as suas recorrências como a "turning point in history", Ole Benedictow enuncia as mudanças económicas, tecnológicas, demográficas, sociais, políticas, culturais e mentais que ocorreram na Baixa Idade Média e que confluiram no processo de modernização e transformação societal desses séculos finimedievais. (BENEDICTOW, Ole J.–*ob. cit.,* pp. 387-394).

[48] MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à História da Agricultura em Portugal A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1978, pp. 257-282, assinala 21 crises frumentárias ao longo dos séculos XIV e XV.

[49] Um quadro social da cidade medieval portuguesa apreende-se em COELHO, Maria Helena da Cruz - A Cidade na Baixa Idade Média - uma sociedade e um centro. In *A Cidade Medieval*, vol. IV do *II Congresso Histórico Internacional. "As Cidades na História: Sociedade". 18 a 20 de outubro de 2017. Atas.* Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2019, pp. 5-25.

que em parte também aplicavam na compra de imóveis rurais ou urbanos. Mas igualmente um estrato médio de comerciantes e artesãos, que trabalhavam para assegurar as necessidades de alimento, vestuário, calçado, habitação ou outras dos moradores dos centros urbanos, tiveram melhores condições de vida, dado este aumento do consumo. Estrato médio que terá ainda aumentado graças aos pequenos e médios proprietários de bens herdados. E, como também já se referiu, as décadas da maior depressão da segunda metade de Trezentos, transmutaram-se até nas décadas de ouro da mão-de-obra assalariada, dado que, pela força do desequilíbrio entre a pouca oferta e muita procura, viram os seus salários sempre em crescimento, apesar de toda a legislação que exigia o seu tabelamento.

Para outros estratos sociais, como a nobreza, a guerra, impulsionada no geral pela própria realeza, e a procura de outras cortes e senhores, na busca de novas fontes de honra e proveito, foi a resposta para a quebra dos seus rendimentos.

Por fim, e assim remataremos, será de lembrar que é justamente por dentro e por causa destes séculos atravessados por epidemias, fomes e enfrentamentos militares que Portugal, para se sustentar como um reino, se lançou na sua política de descoberta e colonização das ilhas atlânticas, de conquista das praças marroquinas e de descoberta e exploração da costa africana, mobilizando nessa aventura as diversas forças sociais do reino. Por força da necessidade a terra e os homens ouviram o chamamento do mar. E as naus e caravelas sulcaram as águas e perseguiram rotas promissoras de mais terras e riquezas em novos mundos de mais além e abriram os espíritos para um saber racional, experimentalista e receptivo a outras civilizações e culturas.

MEMÓRIAS 2019

O Estreito de Gibraltar, Ceuta e Tânger no Atlas de Pedro Teixeira Albernaz

Vasco Soares Mantas

O ESTREITO DE GIBRALTAR, CEUTA E TÂNGER NO ATLAS DE PEDRO TEIXEIRA ALBERNAZ

Comunicação apresentada pelo Académico
Vasco Soares Mantas, em 17 de maio de 2019

A publicação em Espanha, em 2003, do *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz, vagamente conhecido até essa data, permitiu, através de uma edição muito cuidada e enriquecida por comentários de vários especialistas de renome[1], desenvolver estudos complementares centrados em particularidades da referida obra, como os contributos que nós próprios publicámos, insistindo sobretudo em aspectos históricos[2]. Resta ainda um enorme campo para que se desenvolvam novas e mais profundas análises do *Atlas*, no seu conjunto ou focando circunstâncias específicas do mesmo, nomeadamente estudos centrados nas ilustrações dos portos nele figurados, muitos deles pela primeira vez. Para esta comunicação, atendendo ao lema do Colóquio, decidimos elaborar algumas notas sobre a representação do Estreito de Gibraltar e das cidades de Ceuta e Tânger, cuja importância na geopolítica regional se mantem, sobretudo no cenário contemporâneo de um Estreito sempre presente na história e onde quotidianamente se mesclam tradições e desafios (Fig. 1).

Fig. 1 – As três soberanias antagónicas actualmente presentes no Estreito de Gibraltar.

Para que tenhamos uma ideia do real valor deste *choke point* no que toca ao tráfico marítimo recordamos que, por ano, atravessam o Estreito cerca de 100000 navios, movimento que uma força naval relativamente modesta ou o simples controlo das suas margens, pode prejudicar ou bloquear com alguma facilidade.

[1] Felipe Pereda e Fernando Marías (eds.), *El Atlas del Rey Planeta. La "Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos" de Pedro Texera (1634)*, Editorial Nerea, Hondarribia, 2002 (= *Atlas*).

[2] Vasco Mantas, *O Atlas de Pedro Teixeira e os portos do continente português nas vésperas da Restauração*, Memórias da Academia de Marinha, 38, 2008: 87-118; Notas em torno da representação da Foz do Mondego no Atlas de Pedro Teixeira Albernaz, in *Forte de Santa Catarina. Imagem de um Território*, Figueira da Foz, 2019: 10-19.

Este factor estratégico é central na história do Estreito, como foi e é noutros locais, inclusivamente em Ormuz e Malaca, como bem entendeu Afonso de Albuquerque, muito antes do almirante inglês John Fisher desenvolver a sua tese sobre estes pontos de bloqueio[3], que de forma recorrente e preocupante voltam aos noticiários quotidianos. Como é evidente, a evolução dos armamentos determinou a forma possível de estabelecer o controlo do Estreito, nem sempre fácil, apesar de tudo. A posse de pontos fortes nas duas margens deste canal de cerca de 14 quilómetros de largura mínima constituiu, durante séculos, a melhor garantia de impedir ou, pelo menos, dificultar a sua travessia. Não esqueçamos, e este aspecto parece-nos particularmente importante, que o Estreito de Gibraltar apesar da sua função essencial como charneira entre realidades diferentes, por isso mesmo rodeado de uma pujante aura simbólica, cumpriu frequentemente uma função fronteiriça activa, sobretudo entre os continentes que aqui se defrontam[4].

Nesta comunicação procuraremos abordar alguns dos problemas que a imagem do Estreito transmitida por Pedro Teixeira Albernaz suscita, focando sobretudo as cidades portuguesas de Ceuta e Tânger e a evolução do seu cenário urbano, comparando-o com outras representações das mesmas cidades, anteriores e posteriores ao *Atlas*, datado de 1634. Naturalmente, acompanharemos a análise iconográfica de referências aos permanentes problemas geoestratégicos que propiciaram às duas cidades, até hoje e independentemente dos protagonistas dominantes neste ou naquele momento, uma activa história militar e política, à qual não foi estranha, a partir dos primeiros anos do século XVIII, a vigilância britânica na disputada Gibraltar[5]. Não faltam nesta longa história (Fig. 2), iniciada em 1415, ambiguidades e zonas de sombra, que também encontraremos nas ilustrações do *Atlas*, suficientemente explícitas para compreendermos como o projecto de edificar um *Algarve d'além mar em* África, ainda vigorosamente perseguido nos

Fig. 2 – Gravura de Louis Bourdan representando o ataque anglo-holandês a Gibraltar e Ceuta em 1704 (*Bibliothèque Nationale de France*, Paris).

[3] Lewis Alexander e Joseph Morgan, Choke Points of the World Ocean: A Geographic and Military Assessment, *Ocean Yearbook,* 7, 1988: 340-355; Arthur Marder, *The Anatomy of British Sea Power: A History of British Naval Policy in the Pre-Dreadnought Era, 1880-1905*, Nova Iorque, 1940: 473.

[4] A. C. Hess, *The Forgoten Frontier: A History of the Sixteenth-century Ibero-African Frontier*, Chicago -Londres, 2010; Vasco Mantas, O Estreito de Gibraltar ontem e hoje, *Revista de Marinha*, 995, 2017: 54-57.

[5] Ernl Bradford, *Gibraltar. A History of a Forteress*, Liverpool, 1971; Melissa Jordine, *The dispute over Gibraltar*, Nova Iorque, 2007.

inícios do século XVI pela Coroa portuguesa, se reduzira à posse de alguns presídios de difícil e cara manutenção, o que desde logo comprova a sua inelutável necessidade.

Pedro Teixeira Albernaz, ou Albornoz, como também ocorre, nasceu em Lisboa, cerca de 1595, falecendo em Madrid no ano de 1662. A formação e toda a sua vida profissional decorreram no cenário da união dinástica e do conflito que lhe pôs fim, o que explica, pelo menos em parte, o rumo que seguiu depois de 1640. A família Albernaz conta com diversos cartógrafos, activos em várias regiões, especialmente na Península Ibérica e na América do Sul. Pedro Teixeira e seu irmão João Teixeira eram filhos de Luís Teixeira, que foi Cosmógrafo-Mor do Reino, colaborando os irmãos em vários trabalhos cartográficos, como o dos Estreitos de São Vicente e Magalhães, datado de 1621, tendo talvez integrado a expedição Nodal[6].

Os dois irmãos separaram-se, permanecendo Pedro Teixeira em Espanha, onde desenvolveu prolongada actividade, em parte pouco conhecida. A Restauração de 1640 foi relativamente prejudicial a Pedro Teixeira, uma vez que permaneceu leal a Filipe III, o que contribuiu para o afastar definitivamente do irmão, cuja posição restauracionista pode ter sido estimulada pelo facto de ter sido preterido em 1622 no provimento no cargo de Cosmógrafo-Mor do Reino. Pedro Teixeira, pelo contrário, não só permanece em Espanha como, entre 1640 e 1642, o encontramos em Badajoz com a patente de capitão de artilharia, colaborando na campanha que se preparava contra os revoltosos portugueses[7].

Um dos resultados da permanência de Pedro Teixeira em Espanha foi a elaboração da excelente planta de Madrid, publicada em 1656, a qual deve situar-se entre as melhores que deste tipo se produziram na segunda metade do século XVII, quer pela abundância de detalhes, quer pelo aspecto estético, factor importante na cartografia da época e que voltaremos a encontrar, com maior liberdade e colorido, nas ilustrações do *Atlas*, o seu verdadeiro *magnum opus*. Seja como for, a formação do autor, que deve bastante a outro grande cosmógrafo português ao serviço dos Filipes, João Baptista Lavanha, com quem Pedro Teixeira trabalhou directamente, é portuguesa, filiando-se perfeitamente no ambiente científico da família Albernaz.

A obra, da qual antes apenas se conheciam versões sumárias e relações escritas intitula-se na verdade *Descripción de España y de las Cuestas e Puertos de sus Reynos* (Fig. 3). Durante muito tempo considerada perdida, foi identificada como o *Codex Miniatus 46*, na *Hofbibliothek*, a antiga Biblioteca Imperial, actualmente Österreichische *Nationalbibliothek*, de Viena de Áustria, onde se conservam outros tesouros cartográficos históricos. Esta circunstância recorda a necessidade de pesquisar documentação portuguesa fora do nosso país não só em Espanha, mas noutras regiões da Europa que, ao longo dos séculos XVI e XVII pertenceram aos vastos domínios dos Habsburgos. Com efeito, durante a dinastia filipina muitos portugueses desenvolveram as mais variadas actividades, quer na Europa, quer nas possessões espanholas noutros

[6] *Atlas*: 12.

[7] *Atlas*: 17-19.

continentes, e entre eles convém destacar os cartógrafos. A carreira de Pedro Teixeira Albernaz ilustra perfeitamente esta realidade. Não nos devemos admirar, portanto, pelo achado do *Atlas* em Viena, ainda que se desconheçam as circunstâncias da sua deslocação.

O *Atlas* possui 87 folios, com um total de 102 mapas respeitantes aos vários reinos peninsulares da coroa espanhola, pintados sobre velino. Ostenta hoje três numerações distintas e nalguns dos mapas falta a legenda, notando-se também a ausência de alguns brasões. A descrição do litoral tem início na fronteira basca e segue em sentido contrário ao dos ponteiros do relógio até à fronteira pirenaica catalã. Eram já conhecidas versões resumidas do *Atlas*, com um número muito reduzido de figuras, uma destinada ao Marquês de Legañes, D. Diego Mexía, importante figura militar da época, e outra pertença do eclesiástico português D. Jerónimo de Mascarenhas, partidário filipino que terminou a carreira como bispo de Segóvia[8], além das relações escritas com a descrição das costas da Península Ibérica[9], conservadas na Biblioteca Nacional de Madrid, na *British Library*, em Londres, e em Viena de Áustria (*Codex Vindobonensis 5707*), intitulada *De la forma, grandeza, fertilidade y riqueza de España*, evidentemente relacionada com as imagens do *Atlas* apesar do seu título e conteúdo.

Fig. 3 - Frontispício do *Atlas* com dedicatória, autoria e data (Österreichische *Nationalbibliothek*, Viena).

A quase nula difusão da obra, nunca impressa, deve relacionar-se com a finalidade da mesma e com o destinatário, que os editores consideram ter sido Filipe III, hipótese muito provável, o que dificulta entender o aparente secretismo que se nota na elaboração dos mapas, ou pelo menos de parte deles, ainda que não faltem dados sobre capacidade portuária, batimetria e fortificações costeiras. Muitas das imagens não foram completadas, por razão desconhecida, notando-se desfasamentos no conteúdo da informação. Por exemplo, os dados respeitantes à batimetria portuária só ocorrem nas imagens respeitantes ao litoral português, com notória exclusão do Algarve. Falta de informação ou preocupação de segurança a propósito de uma costa particularmente sensível aos ataques dos corsários, sobretudo barbarescos? Aliás, não faltam nas figuras do *Atlas* representações desses navios, não se esquecendo o cosmógrafo de indicar a pequena angra no Estuário do Arade onde se escondiam as embarcações mauritanas[10].

[8] *Atlas*: 35-38.

[9] *Atlas*: 47-48.

[10] *Atlas*: 342 [77, 52 vº].

A iconografia portuária foi elaborada recorrendo a triangulação e representação planimétrica associada a elementos topográficos e corográficos, resultando uma visão tridimensional, própria das fotografias aéreas oblíquas[11]. Nota-se algum convencionalismo nas representações, que nem sempre pretendem ser estritamente realistas, resultando uma imagem à *vol d'oiseau* a partir do mar, construída sobre elementos zenitais e perspectivados ou pseudoperspectivados. A execução do *Atlas*, sem dúvida por determinação oficial, obrigou a trabalhos que se prolongaram por muitos anos, aparentemente entre 1622 e 1634, trabalho que terá tomado nove anos para recolha de dados e mais três para a elaboração dos mapas e figuras.

Passemos então à análise da representação do Estreito de Gibraltar e das cidades de Ceuta e Tânger. O primeiro aspecto a sublinhar consiste no facto de a descrição do Estreito aparecer no *Atlas* integrada num anexo constituído por duas *Tábuas* especiais, a segunda figurando a fronteira pirenaica[12]. Esta simples circunstância demonstra de forma exemplar que o Estreito era considerado, antes de tudo, uma fronteira da Península Ibérica, uma espécie de espaço estratégico à guarda de espanhóis e de portugueses, guarda avançada da Europa face à África, mas também do permeável acesso do Mediterrâneo ao Atlântico. Sobre ele escreveu Pedro Teixeira: *Por ser el Estrecho de Gibraltar uno de los más nombrados del mundo y formarlo la tierra de España de una parte y de la otra la de África, sujeta también a España, me pareció cosa agregada a esta descripción de la costa de España*[13].

Fig. 4 – O Estreito de Gibraltar no *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz [88, fl. 59 vº].

Pedro Teixeira conhecia bem a área do Estreito, descrevendo encomiasticamente o penedo de Gibraltar como *la cosa mas particular y hermosa que tiene la costa de España*[14], impressão consensual, evocando todavia sentimentos contraditórios dos dois lados da linha de demarcação hoje existente. Sabemos que se ocupou da construção do *Muelle Nuevo*, a sul da cidade de Gibraltar, provavelmente em 1621, ano da vitória espanhola da *Armada do Mar Oceano* sobre uma frota comercial holandesa poderosamente escoltada[15]. passando depois ao estudo preliminar da construção em Ceuta de um molhe no *Puerto del Rey*, na Península de Almina, concluindo por emitir um parecer negativo, como

[11] Raymond Chevallier, *La photographie aérienne*, Paris, 1971: 11-13.

[12] *Atlas*: 48, 357-358, 381 [88, 59vº ; 115, 82-83vº]

[13] *Atlas*: 357.

[14] *Atlas*: 345.

[15] Pedro Teixeira refere ter assistido à *ocasión del Estrecho de Gibraltar*.

sabemos através dos seus próprios testemunhos escritos[16]. Durante estes encargos Pedro Teixeira teve oportunidade de navegar ao longo das margens do Estreito, remontando provavelmente a este período parte dos elementos utilizados na cartografia da zona.

Mas os problemas existem. Na realidade, a representação cartográfica do Estreito é das menos conseguidas do *Atlas*, notando-se em especial o traçado da costa africana entre o Cabo Espartel e Ceuta (Fig. 4), com uma acentuada projecção setentrional contrária à realidade. Como explicar esta discrepância? Podemos admitir que as condições de segurança na região tenham impedido um levantamento rigoroso ou que os elementos utilizados fossem parciais ou de segunda mão, sem que nos seja possível aprofundar esta questão, desde logo sublinhada pelos editores do *Atlas*[17].

Fig. 5 – O sítio de Alcácer Ceguer (Ksar Sghir) visto do Estreito.

Tomemos o exemplo da localização da Ilha de Perejil (Ilha da Salsa), hoje de soberania incerta e onde se verificou um rocambolesco episódio reivindicativo marroquino em 2002. A ilha está posicionada no *Atlas* muito deslocada para poente, perto de Alcácer Ceguer, que se localiza entre Ceuta e Tânger. A povoação de Alcácer Ceguer (Ksar Sghir), abandonada pelos portugueses em 1550, aparece no *Atlas* numa posição relativamente correcta, mas deslocada para o interior, bastante afastada do mar e ocupando uma posição elevada (Fig. 5), talvez inspirada no Monte Seinal, que lhe fica sobranceiro e onde se pretendeu levantar um forte pouco antes da evacuação da praça[18]. É difícil explicar esta incorrecção por parte do cosmógrafo, pois mesmo que não tivesse visto o local em pormenor bastaria tê-lo observado de longe, uma vez que a fortaleza fica junto à praia[19], dotada de uma couraça que conduz directamente ao mar (Fig. 6), ou poderia, com facilidade, receber informações sobre a mesma.

Não podemos esquecer, todavia, que na cartografia da época é normal encontrar erros semelhantes, sobretudo em mapas que representam aspectos gerais, facultando uma informação menos precisa, tanto mais que neste caso se tratava de uma posição abandonada e

[16] *Atlas*: 24 [*Memorial*, Archivo General de Simancas, Guerra Antigua, Leg. 1768; *Descripción geographica de algunas províncias de España*, Biblioteca Nacional de España, Ms 1802].

[17] *Atlas*: 381.

[18] Pedro Dias, *A arquitectura dos portugueses em Marrocos*, Coimbra, 2002: 64-65; Francisco Lobo, A fortificação de Alcácer Ceguer, *Pedra e Cal*, 36, 2007: 22-24.

[19] Pedro Dias, 2002: 55-63; Jorge Correia, *Qsar Es-Seghir: apports sur l'état de l'art et révision critique*, Braga, 2013.

de pouco valor portuário. Mas terá Pedro Teixeira corrido a costa africana entre Ceuta e Tânger para expressamente recolher informação para o *Atlas*? Sabe-se que durante alguns anos, até 1621, pertenceu à *Armada Real*, combatendo corsários no Mediterrâneo e no Estreito, circunstância que sugere terem sido recolhidos nesse período parte dos dados que utilizou na sua *Tábua* do Estreito, o que parece comprovar-se indirectamente pelo maior rigor das representações de Gibraltar e de Ceuta, onde nos primeiros anos da década de vinte se ocupou de trabalhos portuários que lhe permitiram um conhecimento muito mais pormenorizado[20].

Os anos que precederam a conclusão do *Atlas* foram complicados para a Coroa espanhola, confrontada com poderosos inimigos externos e com crescentes tensões políticas internas que culminariam com a revolta da Catalunha e com o movimento restauracionista português. No Estreito, cuja segurança marítima fora atribuída a Espanha em 1552, a pirataria e o corso barbaresco e otomano continuavam a fazer sentir uma permanente ameaça sobre a navegação e sobre as pequenas povoações costeiras, não se limitando a incursões ao Golfo de Cádis. O ataque à nau *Conceição* ao largo da Ericeira, de regresso do Oriente em 1621, por uma frota argelina de 17 navios[21], e o saque da vila de Buarcos em 1626, referido por Pedro Teixeira Albernaz[22], repetido em 1629, agora por corsários holandeses[23], são exemplos dos muitos incidentes deste tipo que se desenvolveram no reinado de Filipe III, iniciado em 1621. Não era mais cómoda a situação da segurança em Ceuta e em Tânger, cidades praticamente isoladas e dependentes de apoio logístico por via marítima. Albernaz não se esqueceu de figurar, nas ilustrações da área do Estreito, combates com navios otomanos, que não são simples xavecos. É possível que as dificuldades que se fizeram sentir nos anos 30 do século XVII tenham levado o cosmógrafo, a ocupar-se de outros assuntos, não concluindo pormenores do *Atlas* considerados menos importantes.

Fig. 6 – Ruínas da fortaleza e da couraça nova de Alcácer Ceguer.

[20] *Atlas*: 381[fol.59-60].

[21] F. Contente Domingues e Maria da Conceição Reis, *Combate e naufrágio da nau Conceição (1621). Tribulações no mar e em terra*, Ericeira, 2012.

[22] *Atlas*: 337 [Cod. Vin. 5707, 48 vº].

[23] Carlota Miranda Urbano, "Piratas em Buarcos" digressão épica na oração de sapiência do P. Francisco Machado - SJ (1629) ou reavaliação dos critérios de produção literária do século XVI, *Humanitas*, 49, 1997: 227-243.

Passemos então a Ceuta, cidade por onde começou a expansão africana portuguesa, ainda ditada pela lógica medieval da Cruzada e de enorme impacte na história marroquina[24]. Apesar das dúvidas que se levantaram sobre a manutenção e custos da mesma logo a seguir à conquista em 1415, prevaleceu todavia o seu interesse estratégico, uma vez que o pretenso valor económico da praça, relevante sob o domínio islâmico[25], se limitou sobretudo à actividade corsária desenvolvida a partir da cidade[26], cuja posse não era menos incómoda estrategicamente para castelhanos e granadinos. Outra vantagem, rapidamente confirmada, era a de funcionar como "abcesso de fixação" das forças marroquinas, empenhadas na tentativa quase permanente de recuperar esta e outras posições controladas pelos europeus. Como dissemos, em 1634 esse esforço estava concentrado, na zona do Estreito, em Ceuta e em Tânger, o que não facilitou a vida às praças portuguesas, cuja proximidade com a Andaluzia as tornou progressivamente solidárias dessa região, da qual eram, na prática, uma fronteira avançada.

Parece-nos interessante comparar as representações das cidades portuguesas do Estreito, da autoria de Pedro Teixeira, com outras anteriores, em especial as muito conhecidas gravuras inseridas no primeiro volume da obra de Georg Braun e Franz Hogenberg intitulada *Orbis Terrarum*, cuja publicação se iniciou em Colónia em 1572, na qual se inserem diversas vistas de cidades portuguesas, metropolitanas e ultramarinas[27], usualmente atribuídas a Georg Hoefnagel. No caso que nos interessa não é segura a atribuição a este artista das gravuras de Ceuta e de Tânger, ainda que possam ter sido redesenhadas a partir de imagens anteriores. Quer a vista de Ceuta, quer a de Tânger[28], mostram fortificações de cariz fortemente medieval, no caso de Ceuta com parte do perímetro muito mal conservado. De uma maneira geral pouco ou nada se identifica que possa corresponder a fortificações modernas, sobretudo na gravura da cidade de Ceuta. Tal circunstância sugere uma datação anterior à segunda metade do século XVI para as referidas imagens, indicando a vista de Tânger que a grande couraça do *Castelo Novo* foi construída por D. João II, o que permite considerar 1481 como *terminus a quo* para a sua construção, logicamente posterior a esta data.

---

[24] Luís Duarte, África, in *Nova História Militar de Portugal*, 1, Lisboa, 2003: 392-408; Othman Mansouri, La prise de Ceuta et ses conséquences pour l'histoire du Maroc, in *A Conquista de Ceuta. Conselho Régio de Torres Vedras*, Torres Vedras, 2015: 115-122; Luís Oliveira e Isabel Cristina Fernandes, A conquista de Ceuta e o caminho de Jerusalém: acerca de um horizonte perdido, in *XVII Jornadas de Historia de Ceuta. Portugal y el Norte de Africa*, Ceuta, 2016: 27-43.

[25] Alessia Amato, Ceuta islamica: incrocio maritimo tra Garb al-Andalus e Mediterraneo Orientale, Secoli VIII -XIII, in *VIII Jornadas de Historia de Ceuta. Barcos, Puertos y Navegación en la Historia de Ceuta*, Ceuta, 2008: 257-271; J. Hita Ruiz e F. Villada, Medina Sabta, in *Historia de Ceuta*, 1, 2009: 200-308.

[26] G. Gozalbes Busto, Aspectos del corso en el Estrecho de Gibraltar (primer siglo de la Ceuta portuguesa), *I Congreso Internacional el Estrecho de Gibraltar*, 2, 1988: 297-308.

[27] Georg Braun e Franz Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*. *Cities of de World* (Stephan Füssel, ed.), Colónia, 2011 (= *Civitates*). O texto acerca de Ceuta e Tânger é pouco preciso.

[28] *Civitates*: 123 [1572: 56, 1, 3]

A quem atribuir os desenhos originais? Como já foi sugerido[29], a figura mais indicada para a sua execução parece ser o famoso Duarte de Armas, particularmente conhecido pelo seu levantamento iconográfico das fortalezas da fronteira terrestre portuguesa[30], trabalho que levou a cabo em 1509. Sabemos por Damião de Góis que Duarte de Armas esteve na costa marroquina dois anos antes, empenhado no desenho da barra de vários portos, podendo ter executado os desenhos das cidades de Ceuta e de Tânger na mesma ocasião. A esta data corresponde muito bem o tipo de fortificações representadas nas gravuras da obra de Braun e Hogenberg. A missão marroquina de Duarte de Armas inseriu-se na preparação do falhado ataque a Azamor em 1508 e dele escreveu Damião de Góis: [...] *um Duarte Darmas, grande pintor, que traçou e debuxou as entradas destes rios e a situação da terra.* Sem provas seguras apenas é possível admitir a hipótese[31].

Fig. 7 – A cidade de Ceuta na obra *Civitates Orbis Terrarum* [I, 56, 1]

Outra possibilidade é a de ter sido o engenheiro militar Francisco Danzilho, encarregado desde 1511 das praças portuguesas do Estreito de Gibraltar[32], o autor dos desenhos originais, nomeadamente o da cidade de Ceuta, cuja proposta de reforma das fortificações enviou a D. Manuel no ano de 1514. O que a gravura inserida na obra *Civitates Orbis Terrarum* mostra, em termos de fortificações, pode perfeitamente corresponder ao estado das defesas por essa data, sem presença significativa de obras correspondentes ao tipo fortificação de transição[33]. Cremos que esta segunda hipótese merece mais profunda análise e não nos custa considerá-la vantajosa quanto à primeira, tanto mais que a missão de Duarte de Armas se centrou especialmente na costa atlântica marroquina. Seja como for, comparando os desenhos de Duarte de Armas com as belas figuras editadas por Braun e Hogenberg verifica-se grande diferença no traço e na precisão do mesmo.

Analisemos rapidamente a gravura de Ceuta publicada em 1572 para posteriormente sublinharmos as alterações evidentes na figura do *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz, talvez

[29] Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*, Porto, 2008: 42; Luísa Trindade, Desenho: discurso e instrumento, in *Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar*, Coimbra, 2015: 411.

[30] Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas* (introdução de Manuel Castelo Branco), Lisboa, 2006[3].

[31] Damião de Goes, *Chronica do serenissimo senhor rei D. Manoel*, Lisboa, 1749: 208.

[32] A. Pires Nunes, *Dicionário de arquitectura militar*, Casal de Cambra, 2005: 95.

[33] João Campos, *Almeida. Três pontas notáveis numa estrela singular*, Almeida, 2010: 70-102.

cerca de um século posterior à imagem transmitida por Braun e Hogenberg (Fig.7). Nesta, a área coberta pela figura é quase igual, evidenciando à direita as estruturas do Afrag ou al-Mansura, importante fortaleza palatina controlando a cidade e com grande comandamento sobre o Estreito, construção Merínida iniciada em 1328 por Abu Said, da qual restam ainda numerosos vestígios[34], tradicionalmente conhecidos como *Ceuta la Vieja*. À esquerda dessa elevação nota-se a presença de várias atalaias ou fachos, antecedendo as fortificações da cidade e dos arrabaldes, na zona do istmo, pontuada de construções arruinadas testemunhando o abandono da maior parte destas áreas urbanas islâmicas. Na extremidade do istmo, à esquerda, está representada a grande fortaleza edificada por Almançor, no século X, como informa al-Idrisi[35], coroando o Monte Hacho (Jebel al-Mina), e na qual existiria um farol que, sem descurar por completo a hipótese, cremos ter sido apenas uma grande torre de vigia do Estreito, para a qual alguns investigadores propõem diferente localização[36].

No que toca à cidade propriamente dita, seguramente *atalhada*, apenas o castelo, junto a uma pequena angra protegida por uma couraça, mostra traços de reforma portuguesa[37]. No interior da muralha urbana encontram-se a Catedral, a Igreja de Nossa Senhora de África, não identificada, e a Igreja de Santiago, bem como o grande terreiro da Praça de Armas, correspondente em parte à actual Praça de África. A costa é rochosa, quase isenta de praias, sem qualquer indício da existência de fossos isolando a Medina, mesmo secos, o que constitui um problema, uma vez que são referidos, ainda que de forma algo imprecisa, por al-Ansari na descrição da cidade que redigiu pouco depois da conquista portuguesa[38]. Todavia, estamos convictos que os dois grandes fossos em torno da Medina correspondiam à geomofologia do sítio de Ceuta já na Antiguidade[39], ainda que modificados ao longo do tempo.

Na península de Almina, também defendida por uma muralha no sopé do Monte Hacho, igualmente fortificado, vê-se bem indicada a Capela de Santa Catarina. Dois navios fundeados, um de cada lado do istmo, poderão indicar os ancoradouros habituais, de acordo com Pedro Teixeira, assim como o bergantim no canto inferior direito da gravura talvez aluda às embarcações utilizadas na vigilância da costa. Dois dos navios representados são caravelas latinas, possível referência à presença de unidades da Armada do Estreito, que sabemos ter

[34] F. Villada Paredes e P. Gurriaran Daza (coords.), *al Mansura. La ciudad olvidada*, Ceuta, 2013.

[35] Al-Idrisi, *Description de l'Afrique et de Espagne par Edrisi* (trad. R. Dozy e M. J. de Goeje), Leida, 1866: 200.

[36] C. Gozalbes Cravioto, Las fortificaciones de la Ceuta medieval. Una aproximación a su estrutura, *I Congreso Internacional Fortificaciones en al -Andalus*, Algeciras, 1998: 401-408.

[37] Pedro Dias, Fortificações portuguesas, além-mar, no tempo de D. João II (1481-1495), in *A Arte na Península Ibérica ao Tempo do Tratado de Tordesilhas*, Coimbra, 1998: 27-32; 2002: 33-49.

[38] Vallvé Bermejo, Descripción de Ceuta musulmana en el siglo XV, *Al -Andalus*, 27 (2), 1962: 398-441.

[39] Vasco Mantas, A propósito de Ceuta: algumas questões de geografia e epigrafia antigas, *Humanitas*, 72, 2018: 89-91.

possuído tais navios[40]. Embora falhem pormenores, a localização relativa dos elementos representados é correcta, reflectindo uma informação topográfica muito razoável.

Vejamos então quais são as novidades presentes na figura delineada por Pedro Teixeira Albernaz pouco antes de 1634. Neste caso a interpretação da imagem de Ceuta é facilitada quer pela leitura do manuscrito do autor, nitidamente redigido para acompanhar o *Atlas*[41], quer pela comparação com a cartografia posterior, sobretudo do século XVIII. Não esqueçamos também que a topografia de Ceuta sofreu significativas alterações a partir do século XIX, em especial no litoral a noroeste da cidade, zona onde gradualmente se construíram grandes infraestruturas portuárias[42], alterando completamente a linha de costa.

A imagem delineada por Pedro Teixeira abrange uma área bastante grande, prolongando-se em profundidade para sul, indicando o Cabo Negro, a embocadura do rio Martil e a cidade de Tetuão (Fig. 8), na época o principal porto marroquino no Mediterrâneo. Longitudinalmente, de nascente a poente, o cosmógrafo representa uma zona que evoca a forma de um bumerangue, estendendo-se desde a extremidade da península de Almina, continuando pelo istmo, onde se levanta a cidade fortificada de Ceuta, e por uma parte do Campo, até junto às *Islas de Martin Vaez*, depois denominadas *Islotes del Campo*, hoje desaparecidas sob os terraplenos portuários aí estabelecidos[43].

Fig. 8 – Ceuta e região no *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz [89, fl. 60].

A primeira impressão transmitida pela figura, que combina desenho perspectivado, evocando uma vista à *vol d'oiseau*, com pormenores praticamente zenitais, caso da representação da cidade, é a de que estamos perante uma visão bastante mais realista e, naturalmente, de aspecto mais moderno, reflectindo a renovação permanente das fortificações a partir dos trabalhos de Benedeto da Ravena e Miguel de Arruda em 1541, destacando-se desde logo os dois fossos inundados à época, o Fosso de San Filipe, ou Fosso Real, e o chamado Fosso Seco, a oriente. Analisando a imagem no mesmo sentido em que o fizemos para a gravura da obra de Braun e Hogenberg podemos facilmente detectar as grandes diferenças existentes.

[40] Rui Godinho, A Armada do Estreito no século XVI, in *Colóquio Vasco da Gama: os Oceanos e o Futuro*, Alfeite, 1998: 182-190.

[41] Luis Zolle (transcrição), *Atlas*: 306-358 [fol. 1r-79v].

[42] J. Torrado López, Puerto de Ceuta. El pasaje entre continentes, in *El Estrecho de Gibraltar como lugar de nuevas oportunidades*, Veneza, 2006: 30-37.

[43] *Atlas*: 348 [89, fl. 60].

No extremo direito da figura encontramos, acima das desaparecidas Ilhotas do Campo, as ruínas do Afrag, bastante menos evidentes na imagem de Pedro Teixeira, mais verdadeira. As estruturas turriformes figuradas na gravura de 1572, talvez em parte túmulos monumentais islâmicos[44], são agora menos visíveis na zona da imagem que cobre o Campo Exterior, onde em contrapartida são numerosos os fachos rudimentares, integrando um alargado dispositivo de alerta, desde o *Acho de Barbacote* até ao *Acho de Abajo*. Todo o sector mostra numerosos trabalhos de organização do terreno, com entrincheiramentos, estacadas, caminhos desenfiados, faltando ainda as grandes obras defensivas permanentes que garantirão depois a defesa da cortina do Fosso Real e o acesso à cidade, frequentemente atacada de muito perto do lado de terra.

O fosso navegável que isolava Ceuta a poente precedia na imagem uma cortina ladeada por dois imponentes baluartes, o do Torreão e o da Couraça Alta, uma poderosa obra militar, ainda existente (Fig. 9), com uma planta em tenaz, de grande eficácia táctica, logo reproduzida noutras fortalezas ultramarinas portuguesas[45]. Sobre os fossos da cidade escreveu Pedro Teixeira: *Es tan angosta que la baña la mar las murallas así del lado del estrecho y septentrión como del mediodía, comonicándose estas dos mares por dos anchos fozos que la dividen así de la tierra, de la parte del mediodía, como de la que queda del levante que llaman la Almina, quedando toda sercada de la mar, los dos lados por naturaleza y los otros dos por sus fozos*[46]. Outro texto do cosmógrafo refere a sua experiencia pessoal em Ceuta, indicando ter atravessado embarcado o fosso ocidental: [...] *que io he pasado en la falúa Real con seis remos por banda*[47].

Fig. 9 – Baluartes do Fosso Real ou de San Felipe na cidade de Ceuta.

Dois outros grandes bastiões marcam os ângulos orientais da muralha urbana, que nos flancos expostos ao mar conservam as torres medievais representadas na gravura publicada por Braun e Hogenberg. A grande praça no interior encontra-se distintamente indicada, bem como a trama dos arruamentos, sugerindo um espaço densamente ocupado, cuja guarnição, segundo Pedro Teixeira, era de 1500 homens, o qual também refere os bergantins

[44] Virgilio Martínez, José Suárez e Fernando Villada, Maqabir min Sabta. Cementerios musulmanes de Ceuta en la Edad Media, in *Cementerios, necrópolis y otros lugares de enterramiento de Ceuta*, Ceuta, 2016: 50-51, 92.

[45] J. Barros Matos, As fortalezas abaluartadas de Mazagão, Ceuta e Diu. Implantação e relação com o território, in *Atas do XXIV Colóquio de História Militar (Nos 600 anos da conquista de Ceuta. Portugal e a criação do primeiro sistema mundial*), Lisboa, 2016: 27-39.

[46] *Atlas*: 357 [fl. 78vº]

[47] Ramón Alvargonzález (ed.), Pedro Teixeira, *Compendium Geographicum*, Oviedo, 2001: 177.

estacionados na cidade[48]: *Tiene esta* çiudad *dos bergantines que corren la costa y se entran a dar fondo en el fozo de la parte poniente de la ciudad*. Na península de Almina, onde na gravura de 1572 apenas se mostrava a Capela de Santa Catarina, vêm-se agora várias outras capelas: São Simão, Nossa Senhora do Vale e Santo António (Fig. 10).

Outras raras construções não estão identificadas, não se registando o enorme campo de ruínas dos arrabaldes orientais figurado na gravura de 1572. A toponímia não é muito rica, destacando-se, a *Cala Oseixal*, a *Cala del Desnarigado*, a *Punta de Almina*, as *Islas de Santa Catalina* e o *Puerto del Rey*, onde Pedro Teixeira desaconselhou o lançamento um molhe. O cosmógrafo explica que a falta de um porto abrigado levava os navios a protegerem-se dos ventos de levante ou de poente mudando de fundeadouro, contornando a península de Almina, tal como sucedeu em 1415 com a frota portuguesa[49]. Esta circunstância obriga a repensar a condição de Ceuta durante o domínio português como centro naval de valor ofensivo significativo, o que, de alguma forma, é confirmado pelos fracos meios navais de que dispunha. O recuo da *Armada do Estreito* para o Algarve, ainda que podendo operar até Gibraltar quando necessário, aponta claramente nesse sentido, assim como a cedência a Espanha da responsabilidade na manutenção da segurança marítima da região, através de um acordo entre Carlos V e D. João III, um tanto desinteressado da empresa marroquina.

Fig. 10 – Pormenor da figura de Ceuta no *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz [89, fl. 60].

A análise da cartografia ceuti posterior a 1634 mostra enorme investimento nas obras de fortificação do *Campo*, reforçando a imagem de praça terrestre por excelência, destinada e capaz de sustentar prolongados cercos com pouca componente marítima, como o cerco marroquino de mais de 30 anos, terminado em 1727, ainda que no mesmo cenário tenha resistido ao ataque naval anglo-holandês de 1704. É certo que alguma desta cartografia deve ter incluído, em certos casos, obras projectadas e não concretizadas, como sucede frequentemente e se encontra referido num mapa das defesas ocidentais da cidade delineado por autor anónimo em 1723. Apesar de um tanto grosseiro, o mapa francês datado de 1727, reedição de um original de 1706 da autoria de Nicolas de Fer, é o que mostra maior concordância com o que hoje existe para lá do Fosso Real (Fig. 11).

[48] *Atlas*: 357-358 [fl. 79r]

[49] J. Gouveia Monteiro, Luzes e sombras na operação militar da tomada de Ceuta, em 1415, in *Atas do XXIV Colóquio de História Militar (Nos 600 anos da conquista de Ceuta. Portugal e a criação do primeiro sistema mundial)*, Lisboa, 2016: 109-110.

Fig. 11 – Mapa de Ceuta da autoria de Nicolas de Fer (Paris, 1727).

Estes mapas permitem acompanhar o processo de transformação dos fossos, mostrando o assoreamento progressivo do fosso oriental., explicitamente indicado a propósito do fosso oriental, *parte en seco, y parte inundado*, como se lê na legenda de um mapa de Ceuta de Tomaz Lopez, de 1780, muito parecido com um de 1774 delineado por J G. Deschermont, conservado na Sociedade de Geografia de Lisboa[50]. Em relação à imagem traçada por Pedro Teixeira, onde as defesas levantadas para lá dele são ainda incipientes, é interessante verificar a extraordinária semelhança com outra, transmitida por um mapa de autor anónimo (Fig. 12), datado de 1691, conservado no *Archivo General de Simancas*, representando Ceuta em 1643, mapa que Pedro Dias atribui a cerca de 1585, sem adiantar mais[51]. É particularmente no sector ocidental que as semelhanças se destacam, nomeadamente a *patte d'oie* de caminhos convergindo para a cidade e a meia-lua a sul do Barbacote. A orientação e a configuração geral do território são idênticas, o que dificilmente poderá corresponder a uma coincidência. Tratar-se-á da cópia de um mapa de Pedro Teixeira, uma versão simplificada do que inseriu no *Atlas,* o que é possível atendendo à data? Não nos compete analisar o enorme *corpus* cartográfico ceuti, pelo que terminamos aqui as nossas notas sobre esta questão.

A presença militar portuguesa em Marrocos sobreviveu ao desastre de Alcácer Quibir, o que não aconteceu com a soberania nacional. O dispositivo luso foi-se mantendo, num cenário de guerra frequente cujo ritmo dependia da dinâmica interna marroquina. Arzila foi abandonada em 1589 e Mazagão manter-se-á até 1769, quando o Marquês de Pombal decidiu o seu abandono e a transferência coerciva da população para a Amazónia. A praça de Ceuta seguiu rumo muito diferente. Conhecido o movimento restauracionista, o

Fig. 12 – Mapa anónimo de Ceuta representando a cidade em 1643 (*Archivo General de Simancas*).

[50] Pedro Dias, 1998: 30.

[51] Pedro Dias, 2002: 46 [Mns. XXXVIII M. P. / D. XII - 78 - G. A. 1518, *Archivo General de Simancas*].

governador Francisco de Almeida manteve a sua fidelidade a Filipe III, passando a soberania *de facto* para Espanha, em 1641, vindo a ser ratificada em 1668 pelo tratado de Lisboa[52].

Esta circunstância concorreu para limitar drasticamente o interesse português pelo Estreito, tanto mais que as renovadas relações com o Reino Unido alteraram a estratégia em relação ao controlo da pirataria. A cedência de Tânger, aos ingleses, em 1661, como parte do dote de Dona Catarina de Bragança, esposa de Carlos II, aponta claramente nesse sentido, apesar de a cidade ter resolutamente aderido à Restauração em 1643, o que lhe valeu um inopinado ataque marroquino em 1644, provavelmente para tentar aproveitar a mudança de situação. Infelizmente, como se vai comprovando no presente, nem todas as fidelidades merecem o respeito devido quando a geoestratégia se impõe, uma vez que Portugal continuava em guerra com a Espanha.

A gravura de Tânger na publicação de Braun e Hogenberg é, como no caso de Ceuta, de autor anónimo (Fig. 13). O desenho, sobretudo no que se refere aos aspectos urbanos, parece mais meticuloso e mais bem perspectivado, em parte devido à própria topografia da cidade. No exterior, à esquerda, indica-se o local do estaleiro, com uma imponente estrutura abobadada. À direita, fora da muralha no lado do Castelo de Cima, mostram-se vestígios de construções que corresponderão a um arrabalde abandonado. A sua localização afasta a hipótese de se tratar de parte da cidade evacuada depois da conquista, *atalhada* para facilitar a defesa com um perímetro fortificado reduzido, como se vai defendendo[53]. Martin Elbl admite, com reservas, que a ter acontecido limitação do perímetro urbano, esta zona seria aparentemente a mais indicada para tal operação. Por outro lado, é evidente a existência de zonas desocupadas intramuros, sugerindo o seu abandono. Todavia, apesar da distorção da imagem, a hipótese de uma *Grande Tânger*, negada por Pedro Dias[54], não encontrou por ora comprovação, inclusive nos trabalhos de arqueologia urbana desenvolvidos ultimamente na área a oriente da Porta do Campo[55].

Fig. 13 – A cidade de Tânger na obra *Civitates Orbis Terrarum* [I, 56, 3].

[52] J. Castilla Soto, Algunas consideraciones sobre la lealtad de Ceuta a la Corona Hispánica en 1640, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, 1991: 125-136.

[53] Ana Rocha Mendes, O Castelo Novo de Tânger: resgate da arquitectura militar portuguesa entre os séculos XV e XVII, Braga, 2017, Universidade do Minho: 27-38.

[54] Pedro Dias, 2002: 75-90.

[55] Martin Elbl, (Re)claiming walls: the fortified Médina of Tangier under Portuguese Rule (1471-1662) and as a Modern Heritage Artefact, *Portuguese Studies Review*, 15 (1-2), 2007: 133-148; *Portuguese Tangier (1471-1662). Colonial Urban Fabric as Cross-Cultural Skeleton*, Toronto-Peterborough, 2013: 111-182.

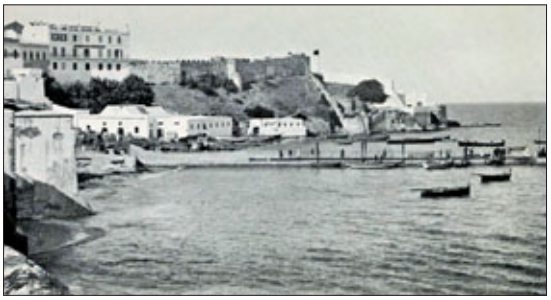


Fig. 14 – Tânger: os Degraus da Ribeira e os restos da couraça do Castelo Novo cerca de 1900 (*Apud* Routh: 274).

A arquitectura do Castelo de Cima e do Castelo Novo é característica das construções castrenses portuguesas da transição do século XV para o século XVI. Para além do Albacar e da Couraça Principal, construída por D. João II, nota-se a grande torre do Castelo Novo[56], muito parecida com a que se levantou em Arzila em 1509, com traça de Diogo Boitaca. No interior da cidade existe uma grande área desocupada e vê-se uma longa rua que deve identificar-se com a Rua Direita ou da Misericórdia, desenvolvendo-se da Catedral em direcção à Porta do Campo, dividindo a área urbana em dois sectores, densamente edificados, com construções desprovidas de terraços. Entre o Castelo Novo e a Porta do Mar, sobre a praia, destaca-se o Cubelo da Ribeira, dominando um dos elementos mais característicos da iconografia antiga de Tânger, os socalcos denominados Degraus da Ribeira (Fig. 14). Tal como em Ceuta, não há instalações portuárias. Numa primeira apreciação o aspecto da cidade, nomeadamente o estado das fortificações parece superior ao de Ceuta.

Que novidade mostra, em relação à de 1572, a imagem de Tânger de Pedro Teixeira? Desde logo devemos reparar que a figura é muito mais abrangente, contrastando com a reduzida representação da cidade. Aliás, o título que encima a imagem aponta para o que é considerado mais importante: *Baia y Canpo de la Ciudad de Tangar.* A pequenez da representação urbana não permite grandes pormenores (Fig. 15). O Albacar, o baluarte da Porta do Campo e a Catedral notam-se sem dificuldade, o mesmo acontecendo com os Degraus da Ribeira. São agora evidentes estruturas militares abaluartadas, quer na muralha, quer no Castelo de Cima, resultantes das obras de renovação efectuadas na segunda metade do século XVI. A oeste da cidade são visíveis importantes trabalhos de organização do terreno e, um pouco por toda a parte, levantam-se atalaias e fachos, claro testemunho da táctica de *segurar o campo*, tal como em Ceuta.

Fig. 15 – Pormenor da figura de Tânger no *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz [90, fl. 90vº]

[56] Pedro Dias, 1998: 40-47.

Fig. 16 – Figura representando Tânger e a região vizinha no *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz [90, fl. 90vº].

Todavia, o que mais impressiona nesta imagem, que se estende da Ponta de Tânger até um pouco para lá de Arzila e do Rio Tagadarte até ao Cabo Espartel (Fig. 16), é a rica toponímia portuguesa, ainda que algo castelhanizada, como: *Os Tres Fachos*, *Torre da Bobeda*, *Aldea dos Negros*, *Tierra de Juan Nunes*, *O Curral*, *Aldea de don Fernando*, *A Eira, Meimão*, *Puerto de Alonso Mendes*, *Aldea Alta*, *Aldea de Duarte Pacana*, *Alfarrobeira*, *Barroca*, *Oteiro de los Infantes*. Este tipo de toponímia não se encontra no Campo de Ceuta e é facilmente explicado pelo que escreveu Pedro Teixeira: *Fue antiguamente este campo seguro y poblado com muchas aldeas y cazerías de los moradores desta* çiudad*. Y despues se vino a perder por las continuas entradas que los cristianos y los moros azen con que fue fuerça dezenpararle por lo que se allavan mal seguros*[57]. Houve, sem dúvida, uma clara tentativa de povoamento em torno da cidade, destacando desta forma a diferença em relação a Ceuta, cidade fortaleza por excelência. A imagem mostra igualmente as ruínas de *Tanger Viejo*, sob a forma convencional de uma muralha torreada, de planta elíptica, indicando no extremo da baía a presença de vestígios de um estaleiro, que não deve ser confundido com aquele que se encontra junto a Tânger na imagem de Braun e Hogenberg, todavia novamente representado na gravura de Pierre Aveline, bastante fantasista[58], datada de 1700.

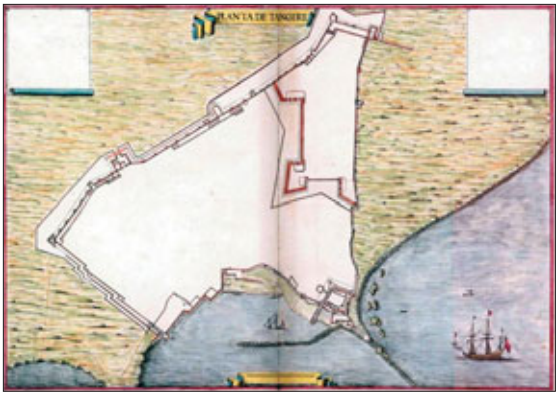


Fig. 17 – Planta das fortificações de Tânger da autoria de Leonardo de Ferrari, datada de 1655 (*Krigsarkivet*, Estocolmo).

Pedro Teixeira refere a existência de um molhe, que se identifica na figura do *Atlas* no prolongamento da couraça secundária do Castelo Novo, obra que ocorre, sob a forma de um quebra-mar, numa planta das fortificações de Tânger traçado em 1655 por Leonardo de Ferrari (Fig. 17), seguramente sobre um original bastante anterior, pois na fortificação do Castelo de Cima falta ainda o Baluarte do

[57] *Atlas*: 357 [fl. 78r]

[58] Collection d'Anville (*Bibliothèque Nationale de France*, Paris).

Fig. 18 – A cidade de Tânger e o grande molhe em construção. Gravura de W. Hollar, 1671 (?).

Caranguejo ou da Avestruz[59], que não deve ser confundido com outro levantado junto ao Castelo Novo[60]. A planta mostra um longo quebra-mar iniciado junto ao Castelo Novo e prolongando-se até à altura da Porta do Mar e outro partindo da couraça secundário da referida fortaleza. Aparentemente, o molhe britânico foi lançado acompanhando este último quebra-mar, como alguns mapas ingleses mostram. Cremos serem os restos deste enrocamento que aparecem representados junto ao molhe em construção, numa elucidativa planta datada de 1670, particularmente rica em pormenores técnicos[61].

Pela mesma época, algumas das excelentes gravuras de Tânger executadas por Wenceslau Hollar[62], datadas de 1670-1673, mostram um velho molhe, quebrado e em mau estado, cujo traçado difere do que Pedro Teixeira representou, e o novo molhe em plena construção (Fig. 18), obras que, naturalmente, pouco correspondem ao que se vê no mapa de Leonardo de Ferrari. Na realidade, foram os britânicos que, com grande despesa e pouco resultado, tentaram dotar a cidade de um verdadeiro porto, de ambiciosas dimensões[63]. Como em Ceuta, toda a área onde estas obras se levantaram encontra-se na actualidade completamente alterada pelas instalações portuárias construídas nas últimas décadas[64], as quais modificaram por completo a marginal urbana (Fig. 19).

Fig. 19 – A zona do antigo porto de Tânger na actualidade, vista do mítico Hotel Continental.

[59] Martin Elbl, Tangier's Qaṣba Before the Trace Italienne Citadel of 1558-1566: The "Virtual" Archaeology of a Vanished Islamic and Portuguese Forteress, *Portuguese Studies Review*, 17 (2), 2009: 1-44.

[60] Ana Mendes: 100-106.

[61] E. G. Routh, *Tangier, England's Lost Atlantic Outpost, 1661-1684*, Londres, 1912: 259-260, 343-364

[62] G. Williams, Wenceslau Hollar in Tangier, *History Today*, 33, 1983: 36-41.

[63] Routh: 364 [*A Draft of the Mole of Tanger, Taken in August 1670,* War Office, 55, Ordnance Miscellany, 1082 A, Vol. 1784, Public Office Record].

[64] Saoud Abdelmalek, Port de Tanger, in *El Estrecho de Gibraltar como lugar de nuevas oportunidades*, Veneza, 2006: 44-51.

Pedro Teixeira indica que Tânger contava com uma força de 2500 homens, não muito diferente dos efectivos disponíveis no período inglês, circunstância que tanto pode reflectir a importância da cidade, que Teixeira considerava muito povoada, condições tácticas mais difíceis ou maior dificuldade em ser auxiliada rapidamente. Todavia, o valor estratégico da praça era significativo, pelo que por várias vezes esteve relacionada com intervenções ditadas ou facilitadas pela dinâmica interna marroquina[65], o que poderá explicar melhor o interesse em manter uma custosa guarnição.

Fig. 20 – *On the Terrace, Tangiers*, pintura de Rudolf Ernst, 1880 (catálogo da leiloeira Christie, Londres, 2008).

Os ingleses tomaram posse da cidade em 1661, evacuada no ano seguinte pela guarnição e pela maioria da população portuguesa, não sem que se tivessem verificado alguns conflitos. O governador britânico nomeado para Tânger queixou-se que os habitantes, ao partir, tinham levado tudo o que puderam, até portas e janelas, o que parece um tanto exagerado, tanto mais que alguns deles, sobretudo militares de cavalaria, se incorporaram na guarnição inglesa[66], parte da qual era constituída por antigos soldados republicanos e irlandeses católicos. Naturalmente, os residentes não gostaram da situação que lhes foi criada depois da fidelidade demonstrada à nova dinastia portuguesa e dos contínuos esforços despendidos na manutenção da cidade. Ainda assim tiveram melhor sorte que os habitantes de Mazagão em 1769, praticamente tratados como criminosos[67].

Que teria sucedido se Tânger, como Ceuta, mantivesse a lealdade a Filipe III? Embora a história alternativa seja apenas uma prática interessante como exercício académico, não parece absurdo admitir a continuidade da soberania espanhola na cidade, a menos que um ataque marroquino coroado de êxito alterasse a situação. Como se sabe, apesar da insistência e da notável melhoria do armamento magrebino, não aconteceu assim e Tânger, urbe votada a abandonos, acabou por ser evacuada pelos britânicos em 1684, na sequência de um grande ataque em 1680 e do bloqueio que se lhe seguiu, procedendo antes da partida à demolição de parte das fortificações e do enorme molhe ainda em construção, que aparece como concluído em certos mapas da época[68].

---

[65] Marcel Peyrouton, *Histoire générale du Maghreb*, Paris, 1966 : 107-111; Elbl, 2013: 7-8.

[66] Routh: 10-15; John Davis. *History of the Second, Queen's Royal Regiment*, 1, Londres, 1887: 21-23, 32.

[67] José Azevedo e Silva, *Mazagão. Uma cidade luso-marroquina deportada para a Amazónia*, Viseu, 2007: 126-134.

[68] Wenceslau Hollar e Ionas Moore, 1664, *A Mapp of the Citty of Tanger, with the Straits of Gibraltar* (British Museum, Ee, 2.130). Neste belo exemplar cartográfico o molhe inglês aparece paralelo ao quebra-mar ou enrocamento português. Atendendo à data só pode tratar-se da antevisão do que se pretendia construir.

Na verdade, o breve domínio britânico da *Royal City of Tangier* foi marcado por graves perturbações e acabou por se revelar insustentável, ao que não foram estranhos sucessos da vida política inglesa da época. Os enormes custos necessários para melhorar a defesa da cidade (cerca de cinco milhões de libras), a desconfiança política na guarnição e a forma como foi argumento no contexto do fictício *Popish Plot* e da *Exclusion Crisis* pesaram decisivamente no abandono de Tânger, depois de recusada em 1683 a proposta portuguesa de devolução apresentada pelo Conde de Castelo Melhor[69]. Logo reocupada pelos marroquinos, agora sob a dinastia Alauita, a cidade conheceu depois uma história complicada e multifacetada, aureolada por um certo romantismo orientalista (Fig. 20), gradualmente valorizado pela pintura, literatura e, posteriormente, pelo cinema, o que não deixa de suscitar reacções a um certo imaginário suspeito que envolveu a cidade e que permanece frequentemente evocado ainda hoje[70].

Em 1912, o Tratado de Fez estabeleceu formalmente que Marrocos ficaria na situação de protectorado, cabendo a maior parte do território à administração francesa e uma faixa a norte à administração espanhola. A cidade de Tânger, capital diplomática de Marrocos, acabou excluída do acordo, pois o Reino Unido não estava interessado em conceder o uso deste porto excelente a qualquer potência que pudesse fazer perigar a posição de Gibraltar, desde logo a França, recebendo a cidade, em 1923, um estatuto internacional[71], posto em causa nos primeiros dias da Guerra Civil espanhola, em 1936, pela abusiva presença de unidades navais republicanas no porto. Apesar de Espanha ter ocupado Tânger em 1940, o regime franquista teve reservas na sua anexação, voltando o estatuto internacional a vigorar em 1945, assim se mantendo até à restauração da soberania plena de Marrocos em 1956.

Fig. 21 – Acção de protesto em 2015 contra a soberania espanhola em Ceuta (foto *North Press*).

A instabilidade conhecida nos últimos anos pelos países muçulmanos da área mediterrânica, longe de encontrar solução e terreno do exercício de novas e velhas rivalidades[72], a vaga quase incontrolável das migrações ilegais e os vários tráficos que cruzam o Estreito, obrigam

[69] Routh: 236-246 [*British Library*, Add. Mns, 5. 752, fl. 51vº].

[70] Mohamed Choukri, *Paul Bowles, le reclus de Tanger*, Paris, 1997: 9; A. Pérez-Reverte, *Eva*, Lisboa, 2018. Neste romance do autor espanhol voltamos a encontrar o famoso Hotel Continental, debruçado sobre os Degraus da Ribeira.

[71] Graham Stuart, *The International City of Tangier*, Stanford, 1956[2].

[72] Recordamos o episódio do reabastecimento em Ceuta de unidades navais russas a caminho do Mediterrâneo Oriental, criticado por determinados meios e apoiado por outros, inclusive pelas autoridades locais, invocando interesses económicos.

a manter a sua vigilância, num cenário internacional francamente volátil, no qual as marinhas europeias devem afinar a sua estratégia, como actualmente o faz Marrocos ao projectar desenvolver capacidade naval submarina[73]. Talvez seja interessante notar que os Estados envolvidos directamente na soberania do Estreito são monarquias constitucionais, conferindo valor especial à tradição e, portanto, à simbologia. A ambígua manutenção da heráldica portuguesa em Ceuta, início e fim de impérios desaparecidos, a valorização histórica de Gibraltar como possessão britânica e a permanente reivindicação marroquina dos enclaves espanhóis (Fig.21), compreendem-se assim facilmente[74].

Por todas as razões, Portugal deve considerar que o seu interesse na região não pode ser considerado um anacronismo passadista, motivado por uma espécie de curiosidade histórica ou meramente turística, mesmo que justificado pelos remanescentes patrimoniais portugueses em Marrocos[75]. Mais uma vez indiscutível dupla fronteira, onde pairam ameaças nem sempre obscuras, o Estreito projecta sobre o quotidiano perturbado do século XXI o peso do passado e os desafios do futuro, de que o formidável porto comercial de *Tanger Med*, muito perto de Alcácer Ceguer (Fig. 22), é já uma notável resposta a ter em conta[76]. Desafios pacíficos ou menos pacíficos, tão presentes hoje como no tempo de Pedro Teixeira Albernaz. Afinal, de Faro a Tânger são apenas 146 milhas náuticas, espaço suficiente, todavia, para ainda separar dois mundos.

Fig. 22 – O grande complexo portuário de *Tanger Med*, perto de Ksar Sghir (foto Eric Gaba).

[73] Desde há alguns anos que Marrocos se interessa pela criação de uma força submarina, a estabelecer no Estreito, na base de Ksar Sghir. A posse de um número razoável de submarinos pela Argélia e a evolução geopolítica da zona ditam naturalmente esta opção, sugerindo o apoio que a Armada portuguesa presta à formação de pessoal submarinista marroquino a provável aquisição de unidades de construção alemã, tipo U-209 ou U-214.

[74] Todos estes países enfrentam problemas políticos, internos ou externos, que podem potenciar atitudes soberanistas intransigentes quanto ao *status quo* existente. Seria interessante tentar recriar o velho conceito de *Círculo do Estreito*, pujante realidade cultural e económica da Antiguidade, associando Marrocos, Espanha, Reino Unido e Portugal numa entidade de cooperação específica para a região, inclusive no tocante à segurança do Estreito, que hoje, na realidade, apenas acessoriamente compete aos Estados ribeirinhos.

[75] Denise Valéro, *Petit histoire des ruines portugaises au Maroc*, Casablanca, 1952 ; Romeo Carabelli, *L'héritage portugaise au Maroc. Un patrimoine d'actualité*, Mutual Heritage, 2012.

[76] Agence Spéciale Tanger Med, *Rapport d'Activité 2016*, Tânger, 2017